SCRIPTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Professor Doutor Pe. Luís Henrique Eloy Silva
Pró-reitor de Pesquisa e de Pós-graduação: Martinho Campolina Rebello Horta

EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial: Alberico Alves da Silva Filho; Conrado Moreira Mendes; Édil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ester Eliane Jeunon; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Márcia Stengel; Pedro Paiva Brito; Rodrigo Coppe Caldeira; Rodrigo Villamarim Soares; Sérgio de Morais Hanriot.

Endereço: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom José Gaspar, 500 - Prédio 30. Coração Eucarístico - Belo Horizonte. Minas Gerais - CEP 30.535-901• Tel.: (31) 3319-4792 • E-mail: editora@pucminas.br.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Coordenadora: Terezinha Taborda Moreira

Colegiado: Terezinha Taborda Moreira, Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues, Arabie Bezri Hermont.

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-AFRO BRASILEIROS

Coordenadora: Sandra Maria Silva Cavalcante

Editora-gerente: Priscila Campolina de Sá Campello

Capa: Maria Fernanda Sales Machado
Diagramaçao: Maria Fernanda Sales Machado e Mariana Hilbert Ribeiro.
Revisão: Felipe Rodrigues Fernandes Coelho e Irani Coelho de Souza, sob a orientação de Daniella Lopes Rodrigues e Luana Barbosa Vieira.

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 20, Sala 102 • 30535-901. Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil •
Tel.: (31) 3319-4368 •
E-mail: cespuc@pucminas.br ou scripta.pucminas@gmail.com

ISSN-e: 2358-3428 (OJS)

SCRIPTA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do
Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas

A alteridade nos estudos da enunciação e do discurso

Organizada por

Filipe Almeida Gomes (PUC Minas)
Giovane Fernandes Oliveira (UNICAMP)
Lauro Gomes (FURG)

Scripta é uma publicação quadrimestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – Cespuc - MG. A revista publica números alternados com matéria de Literatura ou de Linguística, o que se indica no subtítulo: I. Linguística e Literatura. II - Linguística. III - Literatura.

Conselho Editorial da Scripta:

Acesse: : http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/about/editorialTeam

Indexadores: Dialnet, Diadorim, Erihplus, Google Acadêmico, Latindex, LLBA, MLA, MIAR, DOAJ, Periódicos CAPES, Redib.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

S434
Scripta – v. 29, n. 66, 2025 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2025.

E-ISSN 2358-3428

Quadrimestral 1. Literaturas de língua portuguesa – Periódicos. 2. Língua portuguesa – Periódicos.
I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Letras. II. Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros.

CDU: 82.03(05)

Sumário

Editorial

A alteridade nos estudos da enunciação e do discurso.....9

L'altérité dans les études sur l'énonciation et le discours.....25

Estudos literários

À sombra do outro:os universos de discurso e os seus critérios de delimitação
Filipe Almeida Gomes e Carlos Alberto Faraco 41

Lá onde se lê "intersubjetividade", leia-se "diálogo": Benveniste e o "problema do 'outro'"
Giovane Fernandes Oliveira.....83

O papel da alteridade na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa
Carmem Luci da Costa Silva.....129

Falas sintomáticas e clínica de linguagem: diálogos constitutivos com alteridades
Maria Francisca de Andrade Ferreira Lier-DeVitto e Lúcia Arantes.....157

L'ironie dans la sémantique argumentative
Saori Nishiwaki.....182

A alteridade em questão na narrativa da criança
Marlene Diedrich e Marina de Oliveira.....207

Nos nichos domésticos: a criança e o outro no jogo do funcionamento da língua(gem)
Rosa Attié Figueira.....235

Alteridade e aquisição de língua estrangeira (inglês) na Educação de Jovens e Adultos
Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho e Mário Pereira Lima.....288

As repetições e as possibilidades de entrever traços de sujeito na doença de Alzheimer
Milena Cordeiro Barbosa e Nirvana Ferraz Santos Sampaio.....317

Representação do discurso do outro em práticas de letramento acadêmico de universários brasileiros e franceses no enfrentamento da desinformação
Gabriel Guimarães Alexandre, Fabiana Komesu, Cédric Fluckiger e Juliana Alves Assis.....350

Rasuras digitais e memória digital na escrita acadêmico-científica
Tatiane Henrique Sousa Machado e Cristiane Carneiro Capristano.....380

Enunciar entre a presença e a ausência: (re)valorações da palavra-alheia a parti de A outra filha (2010), de Annie Ernaux
Maria Eduarda Freitas Moraes e Maria Ottilia Rodrigues Cruz.....412

Temas, figuras e aspectos enunciativos em Akira, de Katsuhiro Otomo
Juciano Professor e Geraldo Martins.....443

Memórias sobre a dor: alteridade, autolesão e escrita
Roberta Vieira e Lourenço Chacon.....472

Autoria no plano da constituição interativa eu-outro:
estudo da arquitetônica das posições no enunciado
Aline Milena Borges da Silva Dias.....502

Enunciação e memória discursiva: anaálise do verbo ‘sextar’
Luiz Francisco Dias e Thalita Nogueira Dias.....537

Editorial

A alteridade nos estudos da enunciação e do discurso

Filipe Almeida Gomes*
Giovane Fernandes Oliveira**
Lauro Gomes***

A noção de "alteridade" remonta à filosofia clássica, no diálogo *O sofista*, de Platão, em que, ao tratar das categorias fundamentais da realidade, o filósofo sustenta, dentre outras coisas, que o "Ser" se define numa relação de diferença com o "Não ser". E é com isso em mente, por exemplo, que o linguista Oswald Ducrot, em seu prefácio à obra *O intervalo semântico*, de Carlos Vogt, assume que, embora pouco conhecida dos linguistas, a teoria da alteridade de Platão pode ser interpretada como um fundamento filosófico da teoria do valor linguístico de Ferdinand de Saussure.

Na contemporaneidade, a "alteridade" é uma noção fundante das teorias da enunciação e do discurso, adquirindo, evidentemente, contornos conceituais específicos em cada referencial teórico. Assim, em termos gerais, mesmo com suas especificidades conceituais, as perspectivas enunciativas e discursivas admitem, no que concerne à noção de "alteridade", uma divisão em dois grandes grupos. De um lado, estão as

1 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutor em Letras - Linguística e Língua Portuguesa pela PUC Minas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7356-3128.

2 Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutor em Letras - Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de Linguística e Língua Portuguesa do Centro de Letras e Comunicação (CLC) da UFPel. Pesquisador de Pós-Doutorado Júnior (PDJ/CNPq) no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8251-8353.

3 Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Letras - Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor de Linguística e Língua Portuguesa do Instituto de Letras e Artes (ILA) da FURG. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1302-2693.

perspectivas mais filiadas ao legado saussuriano, que veem a alteridade no âmbito tanto da língua como sistema (as relações de identidade e de diferença entre os signos) quanto da língua como discurso (as relações entre os locutores e entre as palavras em seus enunciados). De outro lado, estão as perspectivas mais críticas ao legado saussuriano, que veem a alteridade no âmbito do discurso em suas relações com a ideologia, com as vozes sociais, com as entonações expressivas e com o inconsciente.

Dentre os representantes do primeiro grupo, destacam-se Émile Benveniste, com suas formulações pioneiras sobre a enunciação, a subjetividade, a intersubjetividade, a referência e a semiologia; Roman Jakobson, com suas reflexões também precursoras sobre os *shifters*, o esquema da comunicação e as funções da linguagem; Antoine Culioli, com sua Teoria das Operações Enunciativas; Oswald Ducrot e Marion Carel, com sua Semântica Argumentativa, desde os primeiros postulados da Teoria da Argumentação na Língua, passando pela Teoria Polifônica da Enunciação, até os conceitos mais recentes da Teoria dos Blocos Semânticos; e Henri Meschonnic, com sua poética centrada nas relações subjetivas, intersubjetivas e transsubjetivas.

Dentre os representantes do segundo grupo, destacam-se Valentin Volóchinov, com seu método sociológico, que, ao formular conceitos relativos à interação discursiva, destaca a incontornável natureza social do enunciado/discurso; Mikhail Bakhtin, com suas considerações sobre o romance, que trazem à cena a discussão sobre a polifonia literária, a heteroglossia, os gêneros do discurso; Michel Pêcheux, com sua Análise do Discurso, cujo quadro epistemológico articula a linguística ao

marxismo e à psicanálise; Jacqueline Authier-Revuz, com suas noções de "heterogeneidade constitutiva" e "heterogeneidade mostrada", cujo potencial descritivo é atestado pela análise de variadas representações do discurso outro no fio discursivo.

Além de integrar essas e outras perspectivas enunciativas e discursivas, a noção de "alteridade" é central em estudos que, à luz dessas perspectivas, investigam distintos fenômenos, desde os mais estritos (ligados às formas linguísticas e a seus efeitos de sentido) até os mais amplos (ligados à natureza da linguagem e do humano). Dentre os fenômenos mais estritos, figuram os índices de pessoa, espaço e tempo, a pressuposição, a negação, o humor, a ironia, o discurso reportado, o pré- construído, o discurso transverso, as glosas, os modalizadores verbais e fraseológicos. Dentre os fenômenos mais amplos, figuram a interação, o dialogismo, a identidade, a aquisição e os distúrbios de linguagem, a tradução, a literatura, o letramento, os discursos de ódio.

Inserindo-se nesse horizonte temático, o presente dossiê da Revista *Scripta* reúne reflexões teóricas e reflexões teórico-analíticas sobre diferentes aspectos enunciativos e discursivos da alteridade.

Um primeiro grupo de textos apresenta reflexões teóricas retrospectivas e prospectivas.

O artigo "À sombra do outro: os universos de discurso e os seus critérios de delimitação", de Filipe Almeida Gomes (PUC Minas) e Carlos Alberto Faraco (UFPR), é um estudo retrospectivo que explora a questão dos universos de discurso, por vezes denominados "campos de criação da cultura", "campos de utilização da língua", "esferas de atividade humana", "esferas ideológicas", "domínios discursivos" etc. Considerando a ampla

difusão do entendimento de que os discursos carregam consigo marcas atinentes aos diferentes universos que eles integram, os autores têm como objetivo responder à seguinte questão: quais critérios seria possível utilizar para estabelecer a distinção entre os diferentes campos/domínios/esferas/universos em que se manifestam os discursos? Para formular uma resposta, inicialmente, apresentam a reflexão de Eugenio Coseriu. Em seguida, por reconhecerem certa fragilidade no raciocínio de Coseriu, lançam mão da reflexão do filósofo norte-americano Wilbur Marshall Urban. Por fim, Gomes e Faraco concluem defendendo a ideia de que, por passar pela questão dos valores, o critério de delimitação de cada universo de discurso é o outro.

Também retrospectivo é o artigo "Lá onde se lê 'intersubjetividade', leia-se 'diálogo': Benveniste e o 'problema do 'outro'", de Giovane Fernandes Oliveira (UFPel), cujo objetivo é submeter a um exame crítico o problema do "outro" na teorização enunciativa de Émile Benveniste. Para tanto, o autor examina quatro artigos do linguista sírio-francês, os quais cobrem diferentes décadas de sua carreira, sendo marcos de um percurso intelectual que vai dos anos 1940 aos anos 1960. Após a análise individual de cada texto, Oliveira procede a uma análise de conjunto, cujos resultados lhe permitem sustentar duas conclusões. Primeira conclusão: se o "eu" é pessoa subjetiva e o "tu" é pessoa não subjetiva, visto que apenas o "eu" enuncia, então a relação enunciativa define-se em termos não de intersubjetividade (relação entre "sujeitos"), mas de diálogo (relação entre locutores, cada um dos quais se situa alternadamente como sujeito ao enunciar). Segunda conclusão: o problema do "outro" é teorizado por Benveniste sob dois ângulos – por um lado, como condição

de diálogo (polaridade fundamental) fundante da enunciação e, logo, anterior a ela; por outro lado, como estrutura **do** diálogo (consequência pragmática)instalada pela enunciação e, assim, posterior a ela.

Igualmente filiado à teoria da linguagem benvenistiana, o artigo "O papel da alteridade na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa", de Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS), é um estudo prospectivo cujo objetivo é, como anuncia o título, abordar o papel da "alteridade" na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa. Para tanto, a autora retoma suas reflexões anteriores sobre a constituição de duas alteridades (a do "eu" em relação ao "tu", o outro da alocução, e a do "eu" em relação ao "ELE", o *outro* da cultura). Essa dupla alteridade, conforme Silva, está atrelada ao dispositivo enunciativo "(eu-tu/ele)-ELE" como comportando as pessoas ("eu-tu"), a língua atualizada no discurso para a constituição de referência ("ele"), conjunto trinitário do qual a cultura ("ELE") é constitutiva. A base de sustentação desse dispositivo enunciativo está relacionada às reflexões de Benveniste e aos deslocamentos operados por Dany-Robert Dufour e por Valdir do Nascimento Flores a partir de tais reflexões. A fim de abordar o termo e a noção, Silva verifica como a palavra "alteridade", enquanto forma e sentido, comparece em textos benvenistianos e os aspectos da teorização desse linguista que provocam Dufour a tratar da alteridade em sua reflexão sobre a trindade inscrita na condição humana de falante. Na sequência, o trabalho apresenta o deslocamento realizado outrora por Silva para abordar a alteridade na aquisição de língua materna. A autora chega à conclusão de que a "alteridade eu-tu", ao atualizar a referência no discurso via língua, contém a "alteridade eu-ELE".

Outro estudo prospectivo é o artigo "Falas sintomáticas e Clínica de Linguagem: diálogos teóricos com alteridades constitutivas", de Maria Francisca Lier-DeVitto (PUC-SP) e Lúcia Arantes (PUC-SP), as quais discutem a construção da discursividade própria da Clínica de Linguagem, que tem o sintoma na fala como objeto nodal. Trata-se de um campo teórico-clínico instituído no LAEL-PUCSP, no início dos anos 2000. Segundo as autoras, as elaborações propositivas da Clínica de Linguagem foram instituídas com base em diálogos teóricos com alteridades constitutivas. Nessas relações plurais, campos vizinhos como a Fonoaudiologia, a Aquisição de Linguagem, a Linguística e a Psicanálise são abordados como exterioridades na delimitação de um espaço singular. A oposição entre confrontação e aplicação participa do esforço de explicitação do delineamento de seu contorno. Lier-DeVitto e Arantes sustentam que o contorno discursivo da Clínica de Linguagem respeita tanto a imagem do objeto que o determina quanto as restrições epistemológicas que dele decorrem. Além disso, as pesquisadoras reconhecem a fala sintomática como manifestação ímpar que não se confunde com equívoco ou erro ocasional. Levam em conta, ainda, que a clínica transcende o campo científico da Linguística e que, retendo o compromisso com a linguagem, a direção que tem se apresentado como plausível é a Psicanálise, área que é também chamada como alteridade necessária. As estudiosas concluem que o funcionamento da língua determina uma densidade significante de uma fala-sintoma e faz emergir a imagem do objeto próprio da Clínica de Linguagem.

Artigo também prospectivo é "L'ironie dans la sémantique argumentative", de Saori Nishiwaki (Seijo University – Japão).

Ao discutir o fenômeno da ironia no âmbito da Semântica Argumentativa, a pesquisadora revisita postulados apresentados por Oswald Ducrot e Marion Carel – segundo os quais a ironia é definível por sua natureza de enunciação e de conteúdo – com o objetivo de sustentar uma nova tese a respeito do referido fenômeno. Contrariamente à proposta de Ducrot e Carel, para a qual era preciso empregar o instrumental teórico-metodológico da Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP) e da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) no exame da ironia, Nishiwaki defende que a ironia deve ser definida unicamente pela TBS, como um caso de conteúdo decalado. Os resultados mostram que o conteúdo irônico não é sempre concebido e excluído. O modo enunciativo do conteúdo irônico pode ser "concebido", "encontrado" e "recebido", e sua função textual pode ser "posto na frente", "posto em segundo plano" ou "excluído".

Um segundo grupo de textos apresenta reflexões teórico-analíticas sobre aquisição e distúrbios da linguagem.

O artigo "A alteridade em questão na narrativa da criança", de Marlete Sandra Diedrich (UPF) e Marina de Oliveira (UPF), tem como objetivo investigar a constituição da alteridade na narrativa da criança, à luz dos pressupostos teóricos de Mikhail Bakhtin, especialmente no que se refere à concepção dialógica da linguagem e à constituição do sujeito. Fundamentando-se, principalmente, em *Problemas da obra de Dostoiévski*, *Para uma filosofia do ato responsável* e *Os gêneros do discurso*, o estudo, derivado da pesquisa desenvolvida por Oliveira em sua dissertação de Mestrado, busca compreender como a criança se constitui como sujeito na relação com o outro a partir de suas práticas narrativas. A metodologia adota uma abordagem

qualitativa, com análise de enunciados ilustrativos produzidos por crianças em contextos de interação verbal, conforme princípios propostos à luz da análise dialógica do discurso. O referencial teórico ancora-se nos conceitos de "dialogismo", "enunciação", "alteridade" e "voz", compreendendo o discurso da criança como atravessado por múltiplas vozes sociais. Nessa direção, as autoras sustentam que a narrativa da criança não é expressão de um "eu" isolado, mas um espaço de encontro entre vozes, revelando a presença ativa do outro na construção do dizer da criança. Os resultados da investigação realizada indicam que a alteridade emerge como elemento estruturante do discurso infantil, sendo constituinte da subjetividade e da linguagem, o que, segundo Diedrich e Oliveira, reforça a tese de que toda enunciação é sempre responsiva e orientada para o outro.

O artigo "Nos nichos domésticos: a criança e o outro no jogo do funcionamento da língua(gem)", de Rosa Attié Figueira (UNICAMP), examina episódios da trajetória de crianças brasileiras com o português, completados com episódios do francês-língua materna. Trata-se de uma investigação que encerra uma amostra de situações que permitem importantes reflexões sobre a língua(gem) nos anos da infância. Fundamentando-se especialmente em Saussure, Benveniste e Ducrot, o estudo adota uma metodologia longitudinal naturalística e volta sua atenção para a relação da criança com a "língua" e com o "outro" – cenário empírico de uma proposta inscrita no tema "alteridade", sem efetivamente perder de vista os "fatos de língua". Ao assumir o diálogo como unidade de análise, contemplando trocas verbais da criança com o adulto ou da criança com outra criança, a pesquisa busca o cenário natural (não elicitado), que possibilita visualizar

de que modo, entre 2 e 5-6 anos, a criança inicia sua relação com a língua materna, em episódios que permitem entrever uma face marcante e singular do funcionamento simbólico.

Igualmente inscrito no escopo das pesquisas sobre a alteridade na aquisição é o artigo "Alteridade e aquisição de língua estrangeira (inglês) na Educação de Jovens e Adultos (EJA)", de Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho (UNICAP) e Mário Pereira Lima (UNICAP). A fim de observar a relação de alteridade que o adulto estabelece no processo de aquisição de uma língua estrangeira (inglês), essa pesquisa assume a proposta interacionista inaugurada por Cláudia de Lemos no campo da aquisição de linguagem. Para tanto, o estudo coloca em destaque quatro cenas ocorridas em sala de aula, as quais apontaram que, tal como a criança em aquisição de linguagem necessita de representações simbólicas, isto é, precisa ser colocada em situações de fala e de escrita, na aquisição de uma segunda língua, essas representações também são determinantes para a captura do adulto. Contudo, na aquisição de uma língua estrangeira, há uma alteridade ainda mais radical, visto que, devido à resistência à nova língua, o outro (professor) precisa observar as fissuras que aparecem na resistência à fala para, então, mobilizar o estudante em direção ao Outro e, consequentemente, à língua. Nessa mobilização, pode haver ou não captura, por ser da ordem do inconsciente e, portanto, singular, necessita que o sujeito se deixe ser capturado, diferentemente da língua materna, que já está lá antes de o sujeito vir a ser.

O artigo "As repetições e as possibilidades de entrever traços de sujeito na doença de Alzheimer", de Milena Cordeiro Barbosa (UESB) e Nirvana Ferraz Santos Sampaio (UESB),

volta-se às alterações na memória motivadas pela doença de Alzheimer (DA). O estudo começa por pontuar que a memória, do ponto de vista cognitivo, é um produto da atividade cerebral e das relações sinápticas que transformam estímulos em aprendizado. Ao utilizar o aporte teórico da Neurolinguística Discursiva em diálogo com a Psicanálise Lacaniana, analisa dados de repetições de quatro sujeitos quanto às funções desempenhadas na formulação do texto oral e no discurso, seguido pela apresentação de dois episódios enunciativo-discursivos a partir dos quais se buscam as relações de sentido adjacentes às repetições. Os achados do estudo revelam que as repetições não se reduzem a meros atos metalinguísticos ou sintomas de linguagem. Demonstram, em realidade, dificuldades que os sujeitos apresentam ao se colocar no discurso e ao elaborar narrativas. As repetições expressam-se enquanto recurso para a elaboração, a reelaboração e a reparação do dito.

Um terceiro grupo, constituído por dois textos, apresenta reflexões teórico-analíticas no âmbito do letramento acadêmico.

O primeiro artigo, intitulado "Representação do discurso outro em práticas de letramento acadêmico de universitários brasileiros e franceses no enfrentamento da desinformação", de Gabriel Guimarães Alexandre (UNESP), Fabiana Komesu (UNESP), Cédric Fluckiger (Université de Lille – França) e Juliana Alves Assis (PUC Minas), volta-se para os estudos sobre discurso relatado, especialmente para aqueles que tratam da representação do discurso outro (RDO). O principal objetivo da pesquisa é investigar como a RDO pode ser reconhecida em práticas de letramento acadêmico de universitários brasileiros

e franceses, quando da demanda institucional, em produções textuais escritas, de análise de fake news em uma atividade acadêmica. Para tanto, descreve e interpreta aspectos linguístico-discursivos da RDO, com indícios de reflexividade em linguagem, considerando-se semelhanças e/ou diferenças desses aspectos entre os estudantes dos dois países. A pesquisa é qualitativa e de caráter exploratório, com análises feitas de maneira longitudinal e com *corpus* constituído por produções textuais escritas de universitários (n = 191), coletadas numa universidade do Brasil e numa universidade da França. A organização do conjunto do material e da análise foi realizada com o *software* de análise de dados textuais MAXQDA. Os resultados demonstram o potencial explicativo desse fenômeno linguístico-discursivo, com destaque a contribuições para a pesquisa e para a formação pedagógica dos estudantes, sobretudo no que se refere à gestão da palavra alheia em atividades acadêmicas não convencionais.

O segundo artigo, "Rasuras digitais e memória digital na escrita acadêmico-científica", de Cristiane Capristano (UEM) e Tatiane Henrique Souza Machado (UEM), busca desenvolver uma reflexão teórico-analítica sobre as rasuras digitais presentes na produção escrita de universitárias, com a finalidade de identificar os modos como se mostram, na atuação da memória digital, as negociações do sujeito-escrevente com os diferentes Outros constitutivos do (seu) dizer. Tem-se como ponto de partida uma perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, de língua e de escrita, alicerçada na confluência de contribuições teóricas de estudos sobre a rasura, estudos sobre memória digital e estudos sobre as heterogeneidades enunciativas. O *corpus* foi composto por 130 rascunhos digitais de resenhas

acadêmicas, produzidas por alunas de um curso de Pedagogia. A análise das rasuras digitais identificadas nesses rascunhos foi desenvolvida de forma quanti-qualitativa, inspirada em princípios do Paradigma Indiciário. Foram identificadas e analisadas 614 rasuras digitais. Como resultado, foi possível sustentar a hipótese de que as rasuras digitais funcionam como movimentos retrospectivos que sinalizam o sujeito negociando com diferentes Outros na constituição do (seu) projeto de dizer. Nessa negociação, é possível inferir a atuação da memória digital que acomoda os sentidos algoritmizados, mas, também, a possibilidade de ruptura, dada a diversidade social e histórica dos sujeitos que enunciam, da língua e da escrita.

Um quarto grupo, também constituído por dois textos, apresenta reflexões teórico-analíticas a partir de *corpus* literário.

O primeiro artigo, "Enunciar entre a presença e a ausência: (re)valorações da palavra-alheia a partir de *A outra filha*, de Annie Ernaux", de Maria Eduarda Freitas Moraes (PUCRS) e Maria Ottilia Rodrigues Cruz (PUCRS), sustenta que a alteridade, objeto constitutivo dos estudos do discurso, é condição para o estabelecimento de relações dialógicas. Em uma abordagem bakhtiniana, a palavra, como signo ideológico, vivifica um objeto do dizer, encarnando já ditos e produzindo novas valorações acerca do objeto. Partindo dessa perspectiva teórica, o estudo discute as possibilidades de revaloração da experiência da morte e da perda no âmbito social por meio da linguagem. O texto *A outra filha*, de Annie Ernaux, foi eleito como objeto da análise dialética-dialógica. Para análise e discussão, utiliza-se como principais categorias as noções de "heterodiscurso", "palavras-alheias", "signo ideológico", "relações dialógicas" e

"cronotopo". Observa-se de que modo os enunciados propostos por Ernaux no seu texto permitem uma revaloração da alteridade em ausência da irmã falecida. O estudo conclui que a alteridade ético-estética da autossociobiografia permite refletir e refratar diferentes sentidos para as palavras-alheias que nomeiam experiências sociais de perda.

O segundo artigo, "Temas, figuras e aspectos enunciativos em *Akira*, de Katsuhiro Otomo", de Juciano Rocha Professor (UFMS) e Geraldo Vicente Martins (UFMS), apresenta uma análise semiótica do mangá *Akira*, de Katsuhiro Otomo, a partir da perspectiva discursiva greimasiana. A análise ancora-se nos níveis profundo e superficial do percurso gerativo de sentido, com atenção especial aos conceitos de "temas" e "figuras", de um lado, e de "enunciação", de outro. Observou-se, na análise, que a categoria semântica que estrutura a obra em seu nível fundamental é a oposição /identidade/ versus /alteridade/. No nível discursivo, essa dualidade se concretiza em temas como união, pertencimento, diferença e isolamento, relacionados às figuras dos personagens Akira, Tetsuo, Kaneda e Kei, bem como às figuras corpo e cidade de Neo-Tóquio. A visualidade, elemento essencial nos mangás, é explorada em *Akira* por meio de categorias plásticas (cromáticas, eidéticas e topológicas), que reforçam os efeitos de sentido e os valores ideológicos da narrativa. O estudo também mostra que os efeitos enunciativos de realidade e de subjetividade, articulados por meio de debreagens enunciativa e enunciva, contribuem para a construção dos sentidos da obra.

O grupo que encerra este dossiê temático é constituído por três artigos teórico-analíticos em torno de questões enunciativo-discursivas centradas na alteridade, na autoria e na memória.

O primeiro artigo, "Memórias sobre a dor: alteridade, autolesão e escrita", de Roberta Vieira (UNESP) e Lourenço Chacon (UNESP), parte da hipótese de que a linguagem – neste caso, em seu acontecimento escrito – pode ser um lugar privilegiado para a significação da dor. O objetivo do estudo foi investigar possíveis marcas de alteridade na representação escrita da autolesão, ou seja, no acontecimento (escrito) sobre a autolesão. Sob enfoque linguístico-discursivo, no qual a escrita é entendida como acontecimento, foi observada a relação de alteridade entre o que se mostrava na materialidade linguística dessa escrita e as formações ideológico-inconscientes que constituíam/determinavam o que emergia e o que era apagado nela. Compuseram o *corpus* 29 acontecimentos escritos por uma adolescente que realizava autolesões, atendida por uma fonoaudióloga em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij). Em 12 acontecimentos, as autolesões foram materializadas linguisticamente. Destes, em 07, a escrita as revivia e, em 05, as ressignificava. Na atualidade dos acontecimentos, foram encontradas marcas de (sua) alteridade com: (i) os discursos da biomedicina, do emagrecimento do corpo e da tradição judaico-cristã da culpa; (ii) pré-construídos discursivos; e (iii) o sujeito terapeuta. A escrita pode ocupar, pois, conforme a hipótese que orientou a investigação, um lugar privilegiado para a significação dessa forma de dor – a autolesão.

O segundo artigo, "Autoria no plano da constituição interativa eu-outro: estudo da arquitetônica das posições no enunciado", de Aline Milena Borges da Silva Dias (UFPE), ao fundamentar-se no arcabouço teórico bakhtiniano, sustenta que a autoria é um plano especial de realização da alteridade constituinte de todo

dizer. Para tanto, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como descritiva, bibliográfica e documental, cuja fundamentação consiste em estudos da teoria dialógica da linguagem e de sua vertente brasileira, a Análise Dialógica do Discurso (ADD). Os resultados apontaram haver, no enunciado, uma posição não equivalente ao ser de existência real, mas refratada por ele e refratante de outras posições com as quais se realiza o diálogo. Tal posição criadora se relaciona ao conceito de forma arquitetônica, quando o autor, ao atuar com uma forma material na individualização de um conteúdo, torna-a expressão de sua atitude valorativa. Finalmente, a análise de uma versão recente de charge demonstrou haver, mesmo diante de semelhanças com enunciados anteriores, a autoria, haja vista a organização de um novo plano de relações entre vozes polêmicas do período.

Encerra este dossiê o artigo "Enunciação e memória discursiva: análise do verbo 'sextar'", de Luiz Francisco Dias (UFMG) e Thalita Nogueira Dias (UFMG). Ao analisar o funcionamento enunciativo do verbo "sextar", à luz de uma perspectiva que compõe a chamada Semântica da Enunciação, o estudo observa que o verbo opera como predicação autonômica, abrigando internamente uma formação nominal vinculada à memória discursiva da sexta-feira como marco simbólico entre trabalho e lazer. Examina, para tanto, seis redes enunciativas com dados coletados no Twitter e evidencia diferentes modos de atualização da memória e de construção da pertinência enunciativa. A análise demonstra que "sextar" funciona de forma semelhante a verbos de fenômenos da natureza, ativando sentidos mesmo sem sujeito gramatical explícito. Ao tornar-se índice de experiências individuais e coletivas, a circulação do

referido verbo revela o entrelaçamento entre linguagem, tempo social e identidade, confirmando que o sentido se constitui na articulação entre memória e atualidade.

Ao fim e ao cabo, com esse conjunto de textos, o presente dossiê congrega trabalhos provenientes de mais de 16 universidades, presentes em diferentes regiões do Brasil e do mundo. Em nosso entendimento, essa pluralidade institucional pode ser vista como um testemunho da relevância da alteridade nos estudos da enunciação e do discurso e, ao mesmo tempo, como um convite.

Boa leitura!

L'altérité dans les études sur l'énonciation et le discours

Filipe Almeida Gomes*
Giovane Fernandes Oliveira**
Lauro Gomes***

Resumo

La notion d'« altérité » remonte à la philosophie classique, notamment au dialogue de Platon, *Le Sophiste*, où, en abordant les catégories fondamentales de la réalité, le philosophe soutient par exemple que « l'Être » se définit par une relation de différence avec « le Non-être ». C'est dans cette perspective que le linguiste Oswald Ducrot postule que, bien que peu connue des linguistes, la théorie platonicienne de l'altérité peut être interprétée comme un fondement philosophique de la théorie de la valeur linguistique de Ferdinand de Saussure.

De nos jours, l'« altérité » est une notion fondamentale des théories de l'énonciation et du discours, en acquérant, évidemment, des contours conceptuels spécifiques dans chaque cadre théorique. Ainsi, d'une manière générale, malgré leurs spécificités conceptuelles, les perspectives énonciatives et discursives admettent, en ce qui concerne la notion d'« altérité », une division en deux grands groupes. D'une part, les perspectives plus proches de l'héritage saussurien, qui conçoivent l'altérité

* Pontificale Université Catholique de Minas Gerais (PUC Minas). Docteur en Lettres - Linguistique et Langue Portugaise (PUC Minas). Professeur du Programme de Master et Doctorat. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7356-3128.

** Université Fédérale de Pelotas (UFPel). Docteur en Lettres - Études du Langage (Université Fédérale du Rio Grande do Sul - UFRGS). Professeur de Linguistique et Langue Portugaise au Centre de Lettres et Communication (CLC) de l'UFPel. Chercheur postdoctoral (PDJ/CNPq) à l'Institut d'Études du Langage (IEL) de l'Université de Campinas (UNICAMP). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8251-8353.

*** Université Fédérale du Rio Grande (FURG). Docteur en Lettres - Linguistique (Pontificale Université Catholique du Rio Grande do Sul - PUCRS). Professeur de Linguistique et Langue Portuguaise à l'Institut de Lettres e Arts (ILA) de la FURG. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1302-2693.

à la fois dans le cadre du système linguistique (les relations d'identité et de différence entre les signes) et dans le cadre du discours (les relations entre les locuteurs et entre les mots dans leurs énoncés). D'autre part, les perspectives plus critiques sur l'héritage saussurien, qui envisagent l'altérité dans le cadre du discours, dans ses relations avec l'idéologie, les voix sociales, les intonations expressives et l'inconscient.

Parmi les représentants du premier groupe, Émile Benveniste se distingue par ses formulations novatrices sur l'énonciation, la subjectivité, l'intersubjectivité, la référence et la sémiologie; Roman Jakobson, avec ses réflexions tout aussi novatrices sur les *shifters*, le schéma de communication et les fonctions du langage; Antoine Culioli, avec sa Théorie des Opérations Énonciatives; Oswald Ducrot et Marion Carel, avec leur Sémantique argumentative, depuis les premiers postulats de la théorie de l'Argumentation dans la Langue, en passant par la Théorie Polyphonique de l'Énonciation, jusqu'aux concepts les plus récents de la Théorie des Blocs Sémantiques; et Henri Meschonnic, avec sa poétique centrée sur les relations subjectives, intersubjectives et transsubjectives.

Parmi les représentants du second groupe, Valentin Volóchinov se distingue par sa méthode sociologique qui, en formulant des concepts liés à l'interaction discursive, met en évidence la nature sociale incontournable de l'énoncé / du discours ; Mikhaïl Bakhtine, avec ses réflexions sur le roman qui placent au premier plan le débat sur la polyphonie littéraire, l'hétéroglossie et les genres discursifs ; Michel Pêcheux, avec son Analyse du Discours dont le cadre épistémologique articule la linguistique avec le marxisme et la psychanalyse ; et Jacqueline Authier-Revuz, avec ses notions d'« hétérogénéité constitutive » et

d' « hétérogénéité montrée », dont le potentiel descriptif est attesté par l'analyse des diverses représentations du discours autre dans le fil discursif.

Outre l'intégration de ces perspectives énonciatives et discursives, la notion d'« altérité » est centrale dans les études qui, à la lumière de ces perspectives, examinent des phénomènes distincts, des plus stricts (liés aux formes linguistiques et à leurs effets sémantiques) aux plus larges (liés à la nature du langage et de l'être humain). Parmi les phénomènes les plus stricts, figurent les indices de personne, d'espace et de temps, la présupposition, la négation, l'humour, l'ironie, le discours rapporté, le préconstruit, le discours transverse, les gloses, ainsi que les modalisateurs verbaux et phraséologiques. Parmi les phénomènes plus larges, figurent l'interaction, le dialogisme, l'identité, l'acquisition et les troubles du langage, la traduction, la littérature, la littératie et les discours de haine.

Dans ce cadre thématique, le présent numéro de la Revue *Scripta* rassemble des réflexions théoriques et théorico-analytiques sur différents aspects énonciatifs et discursifs de l'altérité.

Le premier groupe de textes présente des réflexions théoriques rétrospectives et prospectives.

L'article « À l'ombre de l'autre: univers du discours et leurs critères de délimitation », de Filipe Almeida Gomes et Carlos Alberto Faraco, est une étude rétrospective qui explore la question des univers du discours, parfois appelés « champs de création culturelle », « champs d'usage du langage », « sphères d'activité humaine », « sphères idéologiques », « domaines discursifs » etc. Compte tenu le principe largement répandue que les discours portent en eux des marques relatives aux différents univers qu'ils intègrent, les auteurs cherchent à répondre à la question suivante:

quels critères pourraient servir à établir la distinction entre les différents champs/domaines/sphères/univers dans lesquels les discours se manifestent? Pour y répondre, ils présentent d'abord la réflexion d'Eugenio Coseriu. Puis, reconnaissant une certaine faiblesse dans le raisonnement de Coseriu, ils s'appuient sur la réflexion du philosophe américain Wilbur Marshall Urban. Enfin, Gomes et Faraco concluent en défendant l'idée que, parce qu'il soulève la question des valeurs, le critère de délimitation de chaque univers du discours est l'autre.

L'article de Giovane Fernandes Oliveira, intitulé « Là où l'on lit 'intersubjectivité', il faut lire 'dialogue': Benveniste et le 'problème de l'autre' », adopte également une perspective rétrospective. Son objectif est de soumettre à un examen critique le problème de l'« autre » dans la théorisation énonciative d'Émile Benveniste. Pour y parvenir, l'auteur analyse quatre articles du linguiste franco-syrien qui couvrent différentes décennies de sa carrière et marquent des étapes clés d'un parcours intellectuel s'étendant des années 1940 aux années 1960. Après une analyse individuelle de chaque texte, Oliveira procède à une analyse d'ensemble, dont les résultats lui permettent de soutenir deux conclusions. Première conclusion: si le « je » est une personne subjective et le « tu » est une personne non subjective, puisque seul le « je » énonce, alors la relation énonciative se définit non pas en termes d'intersubjectivité (relation entre des « sujets »), mais de dialogue (relation entre locuteurs, chacun se posant alternativement comme sujet lors en énonçant). Deuxième conclusion : le problème de l'« autre » est théorisé par Benveniste sous deux angles – d'une part, comme condition **de** dialogue (polarité fondamentale) fondatrice de l'énonciation et, par conséquent, antérieure à celle-ci ; d'autre part, comme

structure **du** dialogue (conséquence pragmatique) installée par l'énonciation et, par conséquent, postérieure à celle-ci.

Également affilié à la théorie du langage de Benveniste, l'article « Le rôle de l'altérité dans l'acquisition de la langue maternelle selon une approche énonciative », de Carmem Luci da Costa Silva, est une étude prospective dont l'objectif, comme l'indique son titre, est d'examiner le rôle de l'« altérité » dans l'acquisition de la langue maternelle selon une approche énonciative. À cette fin, l'auteure revient sur ses réflexions antérieures concernant la constitution de deux altérités : celle du « je » par rapport au « tu », l'autre représentant la parole, et celle du « je » par rapport au « IL », l' *autre* de la culture. Cette double altérité, selon Silva, est liée au dispositif énonciatif « (je-tu/il)-IL » qui englobe les personnes (« je-tu »), la langue actualisée dans le discours pour la constitution de la référence (« il »), un ensemble trinitaire dont la culture (« IL ») est constitutive. Ce dispositif énonciatif trouve son fondement dans les réflexions de Benveniste et les déplacements opérés par Dufour (2000) et Flores (1999) à partir de ces réflexions. Afin d'appréhender le terme et la notion, Silva examine comment le mot « altérité », en tant que forme et signification, apparaît dans les textes de Benveniste et les aspects de la théorisation de ce linguiste qui ont conduit Dufour (2000) à aborder l'altérité dans sa réflexion sur la trinité inscrite dans la condition humaine de parlant. Le travail présente ensuite le déplacement opéré par Silva (2009) en ce qui concerne l'altérité dans l'acquisition de la langue maternelle. L'auteure conclut que l'« altérité je-tu », en actualisant la référence discursive par le biais de la langue, contient l'« altérité je-IL ».

Une autre étude prospective est l'article « Paroles symptomatiques et Clinique de Langage: dialogues théoriques avec

des altérités constitutives », de Maria Francisca Lier-DeVitto et Lúcia Arantes, qui analyse la construction du discours propre à la Clinique de Langage, dont l'objet nodal est le symptôme dans la parole. Ce champ théorico-clinique a été établi au LAEL-PUCSP au début des années 2000. Selon les auteures, les élaborations propositionnelles de la Clinique de Langage reposent sur des dialogues théoriques avec des altérités constitutives. Dans ces relations plurielles, des domaines voisins tels que l'Orthophonie, l'Acquisition du Langage, la Linguistique et la Psychanalyse sont appréhendés comme des extériorités dans la délimitation d'un espace singulier. L'opposition entre confrontation et application participe à l'effort d'explicitation de ce contour. Lier-DeVitto et Arantes affirment que le cadre discursif de la Clinique de Langage respecte à la fois l'image de l'objet qui le détermine et les contraintes épistémologiques qui en découlent. De plus, les chercheuses reconnaissent que le discours symptomatique constitue une manifestation unique qu'il ne faut pas confondre avec des erreurs ou des lapsus occasionnels. Elles considèrent également que la clinique dépasse le cadre scientifique de la Linguistique et que, tout en retenant un compromis envers le langage, la direction qui se présente comme plausible est la Psychanalyse, domaine appelé aussi comme altérité nécessaire. Les chercheuses concluent que le fonctionnement du langage détermine une densité significative d'une parole-symptôme et définit l'objet propre à la Clinique de Langage.

Un article aussi prospectif c'est « L'ironie dans la sémantique argumentative », de Saori Nishiwaki. Lorsqu'elle aborde le phénomène de l'ironie dans le cadre de la sémantique argumentative, l'auteure réexamine les postulats de Ducrot (2010) et Carel (2011) – selon lesquels l'ironie se définit par sa nature d'énonciation et de contenu – afin de proposer une

nouvelle thèse sur ce phénomène. Contrairement à Ducrot et Carel, qui préconisaient le recours aux outils théoriques et méthodologiques de la Théorie Argumentative de la Polyphonie (TAP) et de la Théorie des Blocs Sémantiques (TBS) pour l'étude de l'ironie, Nishiwaki soutient que l'ironie doit être définie exclusivement par la TBS, comme un cas de contenu décalé. Les résultats montrent que le contenu ironique n'est pas systématiquement *conçu* et *exclu*. Le mode énonciatif du contenu ironique peut être *conçu*, *trouvé* et *reçu*, et sa fonction textuelle peut être *mise en avant*, *mise en arrière* ou *exclue*.

Un deuxième groupe de textes présente des réflexions théoriques et analytiques sur l'acquisition et les troubles du langage.

L'article « L'altérité en question dans le récit de l'enfant », de Marlete Sandra Diedrich et Marina de Oliveira, a pour but d'examiner la constitution de l'altérité dans le récit de l'enfant à la lumière des présupposées théoriques de Mikhaïl Bakhtine, notamment en ce qui concerne la conception dialogique du langage et la constitution du sujet. S'appuyant principalement sur *Les Problèmes de l'œuvre de Dostoïevski* (Bakhtine, 2022), *Pour une philosophie de l'acte responsable* (2020) et *Les genres du discours* (2016), cette étude, issue des recherches menées par Oliveira (2022) dans le cadre de son mémoire de master, cherche à comprendre comment l'enfant se constitue en tant que sujet par rapport à autrui à travers leurs pratiques narratives. La méthodologie adopte une approche qualitative, en analysant des énoncés illustratifs produits par des enfants dans des contextes d'interaction verbale, selon des principes proposés à la lumière de l'analyse dialogique du discours. Le cadre théorique s'appuie sur les concepts de « dialogisme », d' « énonciation », d'« altérité » et de « voix », en comprenant le discours de l'enfant comme traversé

par des multiples voix sociales. Dans cette perspective, les auteures soutiennent que le récit de l'enfant n'est pas l'expression d'un « je » isolé, mais un espace de rencontre entre des voix, en révélant la présence active de l'autre dans la construction du dire de l'enfant. Les résultats de l'étude indiquent que l'altérité apparaît comme un élément structurant du discours enfantin, constitutif de la subjectivité et du langage, ce qui, selon Diedrich et Oliveira, renforce l'idée que toute énonciation est toujours responsive et orientée vers l'autre.

L'article « Dans les cercles domestiques: l'enfant et l'autre dans le jeu du fonctionnement de la langue/langage », de Rosa Attié Figueira, examine des épisodes du parcours d'enfants brésiliens avec le portugais, complétés par des épisodes du français-langue maternelle. Il s'agit d'une étude qui présente un échantillon de situations qui permettent d'importantes réflexions sur la langue/langage dans les années de l'enfance. S'appuyant notamment sur les travaux de Saussure, Benveniste et Ducrot, l'étude adopte une méthodologie longitudinale naturaliste et se concentre sur la relation de l'enfant avec la « langue » et avec l' « autre » – un scénario empirique d'une proposition inscrite dans le thème de l' « altérité, » sans effectivement perdre de vue « faits » « de langue. ». En prenant le dialogue comme unité d'analyse, en considérant les échanges verbaux entre l'enfant et l'adulte ou entre l'enfant et un autre enfant, la recherche vise à saisir le scénario naturel qui permet de visualiser comment, entre 2 et 5-6 ans, l'enfant entame sa relation avec sa langue maternelle, à travers des épisodes qui laisse entrevoir une facette frappante et singulière du fonctionnement symbolique.

L'article « Altérité et acquisition de langue étrangère (anglais) dans l'Éducation des Jeunes et des Adultes (EJA) »,

de Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho et Mário Pereira Lima, s'inscrit également dans le cadre de la recherche sur l'altérité en acquisition. Afin d'observer la relation d'alterité que l'adulte établit dans le processus d'acquisition de l'anglais en contexte d'EJA, cette recherche adopte l'approche interactionniste initiée par Cláudia de Lemos dans le domaine de l'acquisition du langage. À cette fin, l'étude met en lumière quatre scènes survenues en classe, qui montrent que, tout comme un enfant en acquisition du langage nécessite de représentations symboliques, c'est-à-dire il a besoin d'être placé en situations de parole et d'écriture, ces représentations sont cruciales aussi pour la capture de l'adulte lors de l'acquisition d'une langue seconde. Toutefois, dans l'acquisition d'une langue étrangère, il y a une altérité encore plus radicale, car, face à la résistance à la nouvelle langue, l'autre (l'enseignant) doit observer les crevasses qui apparaissent dans cette résistance afin de mobiliser l'apprenant vers l'Autre et, par conséquent, vers la langue. Dans cette mobilisation, il peut avoir ou non capture, car celle-ci, relevant de l'inconscient et étant donc singulière, requiert que le sujet se laisse capturer, contrairement à la langue maternelle, qui est déjà présente avant même le devenir du sujet.

L'article « Les répétitions et les possibilités d'entrevoir des traces de sujet dans la maladie d'Alzheimer », de Milena Cordeiro Barbosa et Nirvana Ferraz Santos Sampaio, porte sur les altérations de la mémoire causées par la maladie d'Alzheimer (MA). L'étude part du principe que, d'un point de vue cognitif, la mémoire est le produit de l'activité cérébrale et des relations synaptiques qui transforment les stimuli en apprentissage. S'appuyant sur le cadre théorique de la Neurolinguistique Discursive en dialogue avec la Psychanalyse Lacanienne, on analyse les données des répétitions

de quatre sujets concernant les fonctions mises en œuvre dans la formulation du texte oral e du discours. Deux épisodes énonciatifs et discursifs sont ensuite présentés afin d'identifier les relations de sens sous-jacentes aux répétitions. Les résultats de l'étude révèlent que les répétitions ne se réduisent pas à de simples actes métalinguistiques ou à des symptômes de langage. Elles témoignent en réalité des difficultés rencontrées par les sujets pour se positionner dans le discours et élaborer des récits. Les répétitions apparaissent comme une ressource pour l'élaboration, la réélaboration et la correction du dit.

Un troisième groupe, composé de deux textes, présente des réflexions théorico-analytiques dans le cadre de la littéracie universitaire.

Le premier article, intitulé « La représentation du discours autre dans les pratiques de littéracie universitaire d'étudiants brésiliens et français dans le combat de la désinformation », de Gabriel Guimarães Alexandre, Fabiana Komesu, Cédric Fluckiger et Juliana Alves Assis, s'intéresse aux études du discours rapporté et, plus particulièrement, à la représentation du discours autre (RDA). Le principal objectif de la recherche est d'examiner comment la RDA peut être reconnue dans des pratiques de littéracie universitaire d'étudiants brésiliens et français lors de la demande institutionnelle, dans leurs productions textuelles écrites, de l'analyse des *fake news* dans une activité académique. À cette fin, on décrit et interprète des aspects linguistico-discursifs de la RDA avec des indices de réflexivité langagière, en considérant les similitudes et/ou les différences entre les étudiants des deux pays. La recherche est qualitative et de caractère exploratoire, en reposant sur des analyses longitudinales menées à partir d'un *corpus* de

productions écrites d'étudiants (n = 191), collectées dans une université brésilienne et dans une université française. L'organisation de l'ensemble du matériel et de l'analyse a été réalisée à l'aide du *logiciel* d'analyse de données textuelles MAXQDA. Les résultats démontrent le potentiel explicatif de ce phénomène linguistico-discursif, en soulignant ses contributions à la recherche et à la formation pédagogique des étudiants, notamment en ce qui concerne la gestion du discours autre dans des activités académiques non conventionnelles.

Le second article, « Ratures numériques et mémoire numérique dans l'écriture académique-scientifique », de Cristiane Capristano et Tatiane Henrique Souza Machado, cherche à développer une réflexion théorico-analytique sur les ratures numériques présentes dans la production écrite d'étudiantes universitaires. L'objectif est d'identifier les modes comme les négociations du sujet scripteur avec les différents « Autres » constitutifs de (son) dire se montrent dans l'action de la mémoire numérique. On prend comme point de départ une perspective énonciative-discursive du langage, de la parole et de l'écriture, fondée sur la convergence des apports théoriques des études sur la rature, sur la mémoire numérique et sur les hétérogénéités énonciatives. Le *corpus* se compose de 130 brouillons numériques de comptes-rendus universitaires, produits par des étudiantes d'un cours de Pédagogie. L'analyse des ratures numériques identifiées dans ces brouillons a été menée selon une approche quantitative et qualitative, inspirée des principes du Paradigme Indiciaire. Au total, 614 ratures numériques ont été identifiées et analysées. Comme résultat, il a été possible de soutenir l'hypothèse selon laquelle les ratures numériques fonctionnent comme des mouvements rétrospectifs

qui signalent la négociation du sujet avec des différents Autres dans la constitution de (son) projet de dire. Dans cette négociation, on peut déduire le rôle de la mémoire numérique qui intègre des sens algorithmiques, mais aussi la possibilité de rupture, compte tenu de la diversité sociale et historique des sujets qui énoncent, de la langue et de l'écriture.

Un quatrième groupe, composé également de deux textes, présente des réflexions théorico-analytiques basées sur un *corpus* littéraire.

Le premier article, « Énoncer entre présence et absence: (re)évaluations du mot d'autrui à partir de *L'Autre Fille* (2010) d' Annie Ernaux », de Maria Eduarda Freitas Moraes et Maria Ottilia Rodrigues Cruz, soutient que l'altérité, objet constitutif des études du discours, est condition à l'établissement de relations dialogiques. Dans une approche bakhtinienne, le mot, en tant que signe idéologique, vivifie un objet du dire, incarnant ce qui a déjà été dit et produisant de nouvelles évaluations de cet objet. Partant de cette perspective théorique, l'étude examine les possibilités de réévaluation de l'expérience de la mort et de perte dans la sphère sociale par le biais du langage. Le texte *L'Autre Fille* (2010), d'Annie Ernaux, a été choisi comme objet d'analyse dialectique-dialogique. Les principales catégories utilisées pour l'analyse et la discussion sont les notions d'« hétérodiscours », de « mots d'autrui », de « signe idéologique », de « relations dialogiques » et de « chronotope ». On observe les modes comme les énoncés proposés par Ernaux dans son texte permettent une réévaluation de l'altérité en l'absence de sa sœur disparue. L'étude conclut que l'altérité éthico-esthétique de l'auto-sociobiographie permet une réflexion et une réfraction des sens différents des discours autres qui nomment des expériences sociales de perte.

Le deuxième article, « Thèmes, figures et aspects énonciatifs chez *Akira*, de Katsuhiro Otomo », de Juciano Rocha Professor et Geraldo Vicente Martins, présente une analyse sémiotique du manga *Akira*, de Katsuhiro Otomo, à partir de la perspective discursive greimasienne. L'analyse s'ancre aux niveaux profond et superficiel du processus génératif de sens, en portant une attention particulière aux concepts de « thèmes » et de « figures », d'une part, et d'« énonciation », d'autre part. L'analyse a observé que la catégorie sémantique qui structure l'ouvrage à son niveau fondamental est l'opposition entre / identité/ et /altérité/. Au niveau discursif, cette dualité se réalise à travers des thèmes tels que l'union, l'appartenance, la différence et l'isolement, liés aux figures des personnages Akira, Tetsuo, Kaneda et Kei, ainsi qu'aux figures du corps et de la ville de Néo-Tokyo. La visualité, élément essentiel dans les mangas, est explorée dans *Akira* par le biais de catégories plastiques (chromatiques, eidétiques et topologiques), qui renforcent les effets de sens et les valeurs idéologiques du récit. L'étude montre également que les effets énonciatifs de réalité et de subjectivité, articulés par le biais de la débraïsation énonciative et énoncive, contribuent à la construction des sens de l'ouvrage.

Le groupe qui conclut ce dossier thématique se compose de trois articles théorico-analytiques qui s'articulent autour de questions énonciatives et discursives centrées sur l'altérité, la paternité et la mémoire.

Le premier article, « Souvenirs sur la douleur : altérité, automutilation et écriture », de Roberta Vieira et Lourenço Chacon, part de l'hypothèse que le langage – ici, sous sa forme écrite – peut constituer un lieu privilégié pour la signification de la douleur. L'objectif de l'étude a été d'explorer des possibles

marques d'altérité présentes dans la représentation écrite de l'automutilation, c'est-à-dire dans l'événement (écrit) de l'automutilation. À la lumière d'une perspective linguistico-discursive, dans laquelle l'écriture est comprise comme événement, l'étude a examiné le rapport d'altérité entre ce qui se manifestait dans la matérialité linguistique de cette écriture et les formations idéologico-inconscientes qui constituaient et déterminaient ce qui y émergeait et ce qui y était effacé. Le *corpus* a été composé de 29 récits écrits d'un adolescent qui s'automutilait et était suivi par une orthophoniste au sein d'un Centre de Soins Psychosociaux pour Enfants et Adolescents. Dans 12 cas, les automutilations ont été matérialisées linguistiquement. Parmi ceux-ci, dans 7 cas, l'écriture les a ravivés et, dans 5 cas, elle les a resignifiés. Dans l'actualité des événements, des traces de (leur) altérité ont été retrouvées dans : (i) les discours de la biomédecine, de l'amaigrissement corporel et de la tradition judéo-chrétienne de la culpabilité; (ii) les structures discursives préconstruites; et (iii) le sujet thérapeute. L'écriture peut donc occuper, selon l'hypothèse qui a guidé la recherche, un lieu privilégié pour la signification de cette forme de souffrance: l'automutilation.

Le second article, « La paternité sur le plan de la constitution interactive je-autre : une étude de l'architectonique des positions dans l'énoncé », d'Aline Milena Borges da Silva Dias, s'appuyant sur le cadre théorique de Bakhtine, soutient que la paternité constitue un plan particulier pour la réalisation de l'altérité constitutive de tout énoncé. À cette fin, la recherche adopte une approche qualitative, descriptive, bibliographique et documentaire, fondée sur l'étude de la théorie dialogique du langage et de sa variante brésilienne, l'analyse dialogique du discours (ADD). Les

résultats indiquent que, dans l'énoncé, il existe une position non pas équivalente à l'être de l'existence réelle, mais réfractée par lui et réfractant d'autres positions avec lesquelles se déroule le dialogue. Cette position créatrice se rattache au concept de « forme architecturale », lorsque l'auteur, en agissant sur une forme matérielle pour individualiser un contenu, en fait l'expression de son attitude évaluative. Enfin, l'analyse d'une version récente de caricature a démontré l'existence de la paternité, même face à des similitudes avec des déclarations antérieures, compte tenu de l'organisation d'un nouveau cadre de relations entre les voix controversées de l'époque.

Ce dossier se conclut par l'article « Énonciation et mémoire discursive : une analyse du verbe « sextar », de Luiz Francisco Dias et Thalita Nogueira Dias. En analysant le fonctionnement énonciatif du verbe « sextar », à la lumière d'une perspective qui intègre ladite Sémantique de l'Énonciation, l'étude observe que ce verbe opère comme une prédication autonome, renfermant une formation nominale liée à la mémoire discursive du vendredi, marqueur symbolique entre travail et loisir. À cette fin, on examine six réseaux énonciatifs à partir de données collectées sur *Twitter* et met en lumière différents modes de mise à jour de la mémoire et de construction de la pertinence énonciative. L'analyse démontre que « sextar » fonctionne de manière similaire aux verbes de phénomènes naturels, activant des sens même sans sujet grammatical explicite. En devenant un indice d'expériences individuelles et collectives, la circulation de ce verbe révèle l'imbrication du langage, du temps social et de l'identité, en confirmant que le sens se constitue dans l'articulation entre mémoire et actualité.

Pour finir, avec cet ensemble de textes, le présent numéro rassemble des travaux provenant de plus de seize universités, situées dans différentes régions du Brésil et du monde. Selon nous, cette pluralité institutionnelle peut être perçue comme un témoignage de la pertinence de l'altérité dans les études sur l'énonciation et le discours et, en même temps, comme une invitation.

Bonne lecture !

À sombra do outro: os universos de discurso e os seus critérios de delimitação

Filipe Almeida Gomes*
Carlos Alberto Faraco**

Resumo

O presente trabalho é um dos resultados do projeto de pesquisa "A obra de Eugenio Coseriu: discursos e práticas sociais" (UFPR), em que se buscou, a partir das considerações do linguista romeno, desenvolver uma reflexão sobre o discurso enquanto objeto de ensino. Nessas condições, este texto explora a questão dos universos de discurso, por vezes denominados "campos de criação da cultura", "campos de utilização da língua", "esferas de atividade humana", "esferas ideológicas", "domínios discursivos" etc. Considerando a ampla difusão do entendimento de que nossos discursos carregam consigo marcas atinentes aos diferentes universos que eles integram – entendimento exposto até mesmo em documentos de parametrização da educação básica, como é o caso, no Brasil, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, o objetivo é responder à seguinte questão: quais critérios seria possível utilizar para estabelecer a distinção entre os diferentes campos/domínios/esferas/universos em que se manifestam os discursos? Para formular uma resposta, o presente texto, inicialmente, apresenta a reflexão de Eugenio Coseriu. Em seguida, por reconhecer certa fragilidade no raciocínio de Coseriu, este trabalho lança mão da reflexão do filósofo norte-americano Wilbur Marshall Urban. Ao fim, sem desconhecer os fundamentos epistemológicos da reflexão de Urban, fica assumida a ideia de que, por passar pela questão dos valores, o critério de delimitação de cada universo de discurso é o outro.

Palavras-chave: axiologia; Eugenio Coseriu; universos de discurso; valores; Wilbur Marshall Urban.

* Professor do Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7356-3128.

** Professor do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5509-9560.

In the shadow of the other: the universes of discourse and their delimitation criteria

Abstract

This study is one of the results of the research project "Eugenio Coseriu's work: discourses and social practices" (UFPR), in which we sought to develop a reflection on discourse as an object of teaching, based on the considerations of the Romanian linguist. Under these conditions, this text explores the issue of universes of discourse, sometimes called "areas of ideological creation", "fields of cultural creation", "areas of human activity", "spheres of communication", "spheres in which language is used", "domains of discourse" etc. Considering the widespread understanding that our discourses carry with them marks pertaining to the different universes they themselves integrate – an understanding exposed even in documents parameterizing basic education, as is the case, in Brazil, of the National Common Curriculum Base (BNCC) –, the objective is to answer the following question: what criteria would it be possible to use to establish the distinction between the different fields/domains/spheres/universes in which discourses are manifested? In order to formulate an answer, this text initially presents the reflection of Eugenio Coseriu. Then, recognizing a certain weakness in Coseriu's reasoning, this work uses the reflection of the North American philosopher Wilbur Marshall Urban. In the end, without ignoring the epistemological foundations of Urban's reflection, the idea is assumed that, by virtue of touching on the question of values, the criterion for delimiting each universe of discourse is the other.

Keywords: axiology; Eugenio Coseriu; universes of discourse; values; Wilbur Marshall Urban.

Recebido em: 15/03/2025 // Aceito em: 18/11/2025

Considerações preliminares

Nessa terceira década do século XXI, parece muito bem estabelecido o entendimento de que os diferentes atos discursivos do ser humano estão diretamente relacionados às suas diferentes práticas sociais. Em outras palavras, parece bem estabelecido o entendimento de que nossos discursos – ou, se se quiser, nossos enunciados – carregam consigo marcas atinentes aos diferentes campos de criação da cultura em que os inscrevemos, tais como a arte, a ciência, o cotidiano e a religião.

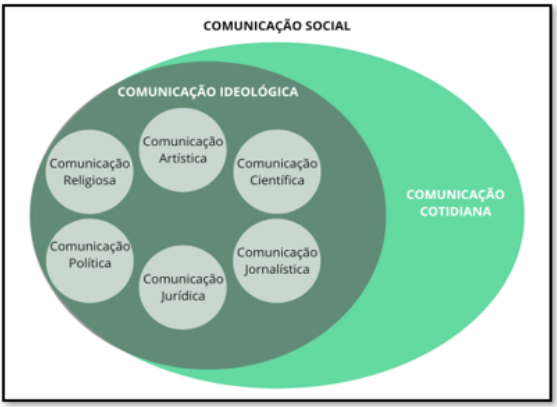
Em termos gerais, como bem lembrado pelo linguista russo Lev P. Iakubínski (2015), é possível observar o germe desse entendimento tanto em Aristóteles – especialmente, no vigésimo segundo capítulo da Poética – quanto em Wilhelm von Humboldt – sobretudo, no texto "Caráter das línguas: poesia e prosa". Em Aristóteles, esse entendimento começa a aparecer quando o estagirita deixa ver uma incipiente distinção entre uma *linguagem cotidiana* – comum, corrente, coloquial –, que se caracteriza pela clareza e pela banalidade, e uma *linguagem poética*, que precisaria buscar a não banalidade sem renunciar à clareza (cf. Aristóteles, 2017, p. 175-185). Em Humboldt, esse entendimento inicia sua aparição quando o filósofo assume que "a ciência, em termos restritos, exige a vestimenta prosaica e apenas por acaso uma vestimenta poética será parte dela" (Humboldt, 2021, p. 295).

Em terras brasileiras, certamente, a consolidação desse entendimento passa pelas contribuições do grupo de estudiosos russos tradicionalmente denominado "Círculo de Bakhtin", entre os quais se destacam as figuras de Mikhail M. Bakhtin [1895-1975], Pável N. Medviédev [1891-1938] e Valentin N. Volóchinov [1895-1936].

Como se sabe, Volóchinov e Medviédev desenvolveram pesquisas no Instituto de História Comparada das Literaturas e Línguas do Ocidente e do Oriente (ILIAZV). Mais precisamente, desenvolveram trabalhos que, considerando a organização interna do ILIAZV, poderiam ser tomados como relacionadas a uma linha de pesquisa interessada em "lida[r] com as funções sociais da linguagem e da literatura, baseada em uma abordagem de modo geral sincrônica e descritiva" (Brandist, 2012, p. 142).

Logo, não é sem motivo que, desde 1926, Volóchinov faz avançar uma série de considerações em torno dos diferentes tipos de comunicação social – ou, se se quiser, diferentes tipos de interação discursiva. No ensaio "A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica", deixando ver uma distinção entre a comunicação social de caráter cotidiano e os diferentes tipos de comunicação social de caráter ideológico – isto é, relativos aos campos de criação da cultura –, o linguista russo faz menção a uma *comunicação cotidiana*, a uma *comunicação artística* – também denominada "comunicação estética" –, a uma *comunicação política*, a uma *comunicação jurídica* e a uma *comunicação moral* (cf. Volóchinov, 2019, p. 116). Posteriormente, em sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, o estudioso acrescenta a existência de uma *comunicação religiosa*, de uma *comunicação científica* e de uma comunicação da imprensa (cf. Volóchinov, 2018, p. 99, 112 e 215). Assim, numa síntese das ideias de Volóchinov, Gomes (2024a) propõe a seguinte representação gráfica:

Imagem 1- O discurso e as práticas sociais em Volóchinov



Fonte: Gomes (2024a).

Com efeito, Volóchinov não estava sozinho em seu interesse por pensar as particularidades discursivas de cada campo de criação da cultura. Tanto é assim que, em 1928, já no primeiro capítulo de *O método formal nos estudos literários*, Medviédev, seu amigo de ILIAZV, a partir de uma posição materialista, demonstra interesse pelo que chama de "superestruturas ideológicas" (Medviédev, 2012, p. 43) – isto é, os campos de criação da cultura – e assevera:

> o que falta é justamente um estudo sociológico elaborado sobre as particularidades específicas do material, das formas e dos propósitos de cada campo da criação ideológica. Com efeito, cada um desses campos tem sua linguagem, com suas formas e métodos, suas leis específicas de refração ideológica da existência comum. Nivelar todas essas diferenças, desprezar a diversidade fundamental dessas linguagens, é o que há de menos peculiar no marxismo.
>
> A especificidade da arte, da ciência, da moral, da religião, não deve, obviamente, encobrir a unidade ideológica desses campos enquanto superestruturas sobre uma base única, penetradas por uma única lei socioeconômica; no entanto, essa especificidade não deve apagar-se em prol de fórmulas gerais dessa lei. (Medviédev, 2012, p. 44).

Para o confrade de Bakhtin e Volóchinov, frente a essa constatação, resta clara a necessidade de enfrentar o que entende como "duas séries de problemas fundamentais", quais sejam, por um lado, "os problemas das particularidades e das formas do material ideológico organizado como material dotado de significado", e, por outro lado, "os problemas das particularidades e das formas de comunicação social que realizam esse significado" (Medviédev, 2012, p. 50). E é como efeito dessa necessidade, então, que Medviédev avança, por exemplo, uma contestação quanto à maneira como os signatários do método formal russo pensavam as particularidades do discurso que se inscreve no campo da literatura, assumido, por eles, como "linguagem poética" (Medviédev, 2012, p. 138).

Assim como seus confrades, Bakhtin também destaca a necessidade de um olhar atento para a relação entre o discurso e as práticas sociais em que o inscrevemos. Nessa direção, vale relembrar o que o filósofo escreve no texto de arquivo "Os gêneros do discurso", datado de 1952-1953:

> o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. **Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo** não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima detudo, por sua construção composicional. **Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional** – estão indissoluvelmente ligados no conjunto do enunciado e **são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação.** (Bakhtin, 2016, p. 11-12, grifo nosso).

Considerando, pois, que a questão da relação entre atividade discursiva e práticas sociais se mostra importante na obra dos estudiosos russos e considerando, também, que Bakhtin e seus confrades exercem uma ampla influência na linguística brasileira – influência que se plasma na inusitada e exclusiva menção nominal a um autor, Bakhtin, em um documento parametrizador nacional para o ensino de língua portuguesa (cf. Brasil, 2000, p. 6) –, não soa estranho que a referida questão ganhe destaque nas orientações quanto ao processo de ensino-aprendizagem de língua materna no Brasil. Daí, então, parecer um tanto natural que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sustente o entendimento de que as práticas de linguagem – a saber, leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica – devam ser organizadas em função do campos de atuação (Brasil, 2018, p. 83-86 e 501ss), tal como resumido na imagem a seguir:

Imagem 2 – O discurso e as práticas sociais na BNCC

ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO
ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	
Campo da vida cotidiana		Campo da vida pessoal
Campo artístico-literário	Campo artístico-literário	Campo artístico-literário
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa
Campo da vida pública	Campo jornalístico-midiático	Campo jornalístico-midiático
	Campo de atuação na vida pública	Campo de atuação na vida pública

Fonte: Brasil (2018).

Ora, tendo em mente que esse brevíssimo percurso histórico já indica certa relevância da discussão a respeito da relação entre atividade discursiva e práticas sociais, algumas questões parecem

se impor. A mais importante dessas questões, certamente, pode ser colocada nos seguintes termos: quais critérios seria possível utilizar para estabelecer a distinção entre os diferentes campos/domínios/esferas/universos em que se manifestam os discursos? Em outras palavras: como fundamentar a distinção entre determinado campo/domínio/esfera/universo e outro campo/domínio/esfera/universo?

Na tentativa de encontrar uma resposta para essa questão, a pesquisa de que este texto é um dos produtos buscou lidar com a reflexão do filólogo, linguista e filósofo da linguagem romeno Eugenio Coseriu [1921-2002] a respeito dos universos de discurso. De fato, aos nossos olhos, a reflexão de Coseriu, tomada em si mesma, não trouxe uma resposta que pudéssemos considerar satisfatória. Contudo, justamente a partir da contribuição de Coseriu, foi possível estabelecer uma outra resposta, a partir de outro estudioso: o filósofo norte-americano Wilbur Marshall Urban [1873-1952].

Assim, para apresentar a referida pesquisa, este texto se organiza em duas grandes seções. Na primeira, é apresentada a discussão de Coseriu sobre os universos de discurso, tal como aparece no ensaio "Determinação e entorno: dois problemas duma linguística do falar", de 1955-1956, e no trabalho "*Orationis fundamenta*, a prece como texto", original de 2000[1]. Na seção seguinte, a partir das contribuições de Wilbur Marshall Urban, é realizado um esforço para responder à questão proposta – a saber, a questão de como fundamentar a distinção entre determinado campo/domínio/esfera/universo e outro campo/domínio/esfera/universo. Por último, são apresentadas algumas considerações finais.

1 Estamos cientes de que Coseriu usa o conceito de "universos de discurso" em outras obras. Contudo, assim como Kabatek (2023a; 2023b), estamos convencidos de que os textos de 1955-1956 e 2000 contêm o essencial para discutir o referido conceito.

1 Eugenio Coseriu e os universos de discurso

Eugenio Coseriu não é um personagem de todo desconhecido no cenário da linguística brasileira. Testemunha a esse respeito uma série de fatos, que vai desde as várias palestras que proferiu no Brasil a partir da década de 1950 (cf. Altman, 2021) até a publicação de algumas de suas obras em português (*e.g.*, Coseriu, 1979b; 1980), passando pela troca de correspondências com importantes estudiosos brasileiros – tais como Serafim da Silva Neto, Mattoso Câmara Jr. e Evanildo Bechara – e pelo recebimento do título de *Doutor Honoris Causa* tanto na Universidade Federal Fluminense quanto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Não obstante, suas contribuições mais conhecidas em terras brasileiras ainda se restringem à interação com o estruturalismo, de modo que parece um tanto pertinente trazer à lume seu pensamento em torno da atividade linguística, âmbito em que se encontra sua reflexão sobre os universos de discurso. Para tal, vale começar pelo começo.

1.1 Os universos de discurso em "Determinação e entorno"

Como é de conhecimento um tanto disseminado nos círculos linguísticos, no ano de 1952, Eugenio Coseriu faz vir a público o texto monográfico "Sistema, norma e fala", que mostra com clareza o quanto o linguista romeno se desvencilha da distinção entre *langue* e *parole*, presente no *Curso de linguística geral*, creditado a Ferdinand de Saussure [1857-1913]. A esse respeito, convém lembrar as palavras do próprio autor:

> nosso conceito de língua não coincide de nenhum modo com o enunciado por Ferdinand de Saussure e seus continuadores: para nós, a "língua" situa- se num momento ulterior à análise da linguagem como fenômeno concreto e corresponde mais à linguística histórica do que à teórica. (Coseriu, 1979c [1952], p. 16).

Ainda quanto a essa rejeição à distinção entre *langue* e *parole*, cabe recordar que, no mesmo texto, Coseriu assevera uma "insuficiência da dicotomia, que, ou não esgota a complexa realidade da linguagem, ou deve necessariamente unir aspectos heterogêneos sob um mesmo rótulo" (Coseriu, 1979c [1952], p. 35).

A bem da verdade, o estudioso romeno afirma que o objetivo desse seu texto de 1952 não é "desenvolver [...] uma teoria pessoal da *parole*", mas, sim, examinar, de um "ponto de vista metodológico" (Coseriu, 1979c, p. 15), a proficuidade da distinção tripartite – a saber, *esquema, norma estabelecida* e *fala* – proposta por Louis Hjelmslev [1899-1965] e János Lotz [1913-1973] na Conferência de Semântica de 1951, em Nice. Entretanto, alguns anos depois, Coseriu resolve tomar para si a tarefa de avançar aquilo que, em tempos anteriores, designaria como "teoria pessoal da *parole*".

Estritamente falando, isso ocorre a partir do estudo intitulado "Determinação e entorno: dois problemas duma linguística do falar", original de 1955-1956. Ali, o autor se lança a uma reflexão epistemológica sobre a linguística, assumindo que "o objeto da linguística ('ciência da linguagem') só pode ser a *linguagem*, em todos os seus aspectos. E a linguagem ocorre concretamente como *atividade*, ou seja, como *falar*" (Coseriu, 1979a, p. 211). Assim, o linguista romeno reforça sua rejeição à distinção saussuriana entre *langue* e *parole* e deixa de fazer menção a uma "linguística da parole", apontando, em vez disso,

a necessidade de uma "linguística do falar" (Coseriu, 1979a, p. 211ss), ou seja, de uma linguística da atividade linguística.

É justamente nessa altura que, retomando uma reflexão aristotélica, Coseriu advoga que qualquer atividade – portanto, também o falar, isto é, a atividade linguística – tem a possibilidade de

> ser considerada: (a) como tal [i.e., como atividade], *κατ΄ενέργειαν*; (b) como atividade em potência, *κατά δύναμιν*; e (c) como atividade realizada em seus produtos, *κατ΄έργον*. Não se trata, evidentemente, de três atividades distintas, mas de três aspectos, ou melhor, de três maneiras de considerar a mesma realidade. Por outro lado, o falar é uma atividade universal que se realiza por indivíduos particulares, enquanto membros de comunidades históricas. Portanto, pode ser considerado em sentido universal, em sentido particular e em sentido histórico. (Coseriu, 1979a, p. 212).

Como se pode ver, essa consideração de Coseriu põe em cena a necessidade de se pensar a atividade linguística sob três pontos de vista: o ponto de vista da atividade mesma – *enérgeia* –, o ponto de vista da atividade em potência – *dynamis* – e o ponto de vista da atividade manifesta em produtos – *érgon*. Além disso, o autor afirma que o falar, em seu sentido amplo – ou seja, a atividade linguística –, compreende um nível universal, um nível individual e um nível histórico.

A partir dessa compreensão, Coseriu faz duas relevantes observações a respeito da necessidade de "uma nova linguística do falar" (Coseriu, 1979a, p. 213). Para ele, em primeiro lugar, essa nova linguística do falar, em seu sentido amplo, se justifica pelo fato de que, não sendo tributária da distinção entre *langue* e *parole*, ela pode operar uma importante inversão:

> não há que [se] explicar o falar do ponto de vista da língua, e sim vice-versa. Isso porque a linguagem é concretamente falar, atividade, e porque o falar é mais amplo que a língua: enquanto a língua se encontra inteiramente contida no falar, o falar não se encontra inteiramente contido na língua. Em nossa opinião, há que [se] inverter o conhecido postulado de Saussure: em vez de colocar-se no terreno da língua, "é necessário colocar-se primeiramente no terreno do falar e tomá-lo como norma de todas as outras manifestações da linguagem" (inclusive da "língua"). E, em vez de considerar, como Pagliaro a *parole* como "o momento subjetivo da *língua*" [...], seria mais conveniente considerar a língua como "o momento historicamente objetivo do falar". De nosso ponto de vista, o estudo da língua é estudo dum aspecto do falar, que não é abstrato nem exterior ao próprio falar e que, naturalmente, é fundamental, pois o falar é sempre histórico: é sempre "falar uma língua". (Coseriu, 1979a, p. 213).

Em adição a isso, e na condição de segunda observação, o autor considera que, uma vez aceita a sua proposta tripartite, a nova linguística do falar, em seu sentido amplo, permitiria estabelecer uma linguística do falar, em seu sentido estreito, isto é, uma linguística da atividade linguística como tal, da *enérgeia*, com vistas ao nível universal. De fato, Coseriu chega a dizer que autores como Alan Gardiner [1879-1963], Charles Bally [1865-1947], Leonard Bloomfield [1887-1949] e Karl Bühler [1879-1963] deram contribuições relativamente elaboradas para isso. Todavia, segundo Coseriu (1979a, p. 214), tais contribuições, "além de carecerem de sistematização, permanecem, em grande parte, inoperantes no plano descritivo, por serem consideradas como pertencentes à linguística teórica". Assim, seria preciso estabelecer essa linguística do falar, em sentido estreito, como "uma linguística descritiva, uma verdadeira *gramática do falar*" (Coseriu, 1979a, p. 214).

Ora, é com isso em seu radar que o linguista romeno assevera:

> o objeto próprio da 'gramática do falar' [i.e., da linguística do falar, em sentido estreito] seria, pois, a técnica geral da atividade linguística. Sua tarefa deveria ser a de reconhecer e descrever as *funções* específicas do falar κατ΄ενέργειαν [i.e., enquanto enérgeia] e a de indicar seus possíveis *instrumentos*, que tanto podem ser verbais quanto extraverbais. (Coseriu, 1979a, p. 215).

Como se pode observar, nessa passagem se torna nítido que, do ponto de vista coseriano, a atividade linguística, enquanto tal, executa algumas *funções* a partir de alguns *instrumentos*, os quais podem se materializar em palavras ou não. Assim, na continuidade de seu estudo, o autor escolhe se concentrar na *determinação*, enquanto um "conjunto de operações" (Coseriu, 1979a, p. 215) – as quais, diríamos, cooperam para uma função –, e nos *entornos*, enquanto "instrumentos circunstanciais da atividade linguística" (Coseriu, 1979a, p. 215).

Aqui, mais importante do que avançar passo a passo no tratamento que Coseriu dá à determinação e aos entornos é observar que, na reflexão do linguista romeno, o conceito designado pela expressão "universo de discurso" surge justamente como sendo um dos tipos de entornos. E é nessa circunstância, então, que o estudioso estabelece a seguinte definição:

> por *universo de discurso* entendemos o sistema universal de significações a que pertence um discurso (ou um enunciado) que determina sua validade e seu sentido. A literatura, a mitologia, as ciências, a matemática, o universo empírico, enquanto "temas" ou "mundos de referência" do falar, constituem "universos de discurso" (COSERIU, 1979a [1955-56], p. 234).

Com efeito, o trecho supracitado já é um tanto claro a respeito do conceito proposto. Entretanto, aos nossos olhos, é somente na virada do século XX para o século XXI que Coseriu dará sua contribuição decisiva para o estabelecimento da ideia de universo de discurso.

1.2 Os universos de discurso em *"Orationis fundamenta"*

No ano 2000, por ocasião do *Congresso Internazionale "Orationis Millennium"*, Coseriu proferiu uma palestra intitulada *"Orationis fundamenta*, a prece como texto". Posteriormente publicada nas atas do referido congresso e, logo em seguida, no periódico *Rilce*. *Revista de Filología Hispánica*, o texto de Coseriu é um lugar privilegiado para quem deseja conhecer sua reflexão sobre o conceito de "universo de discurso".

Como se pode observar logo de início, o objetivo do linguista romeno, com *"Orationis fundamenta"*, não é outro senão "caracterizar a oração do ponto de vista linguístico e como texto [i.e., discurso]" (Coseriu, 2010, p. 78)[2]. Para tal, o autor estabelece, de partida, uma dupla exclusão. Em primeiro lugar, deixa claro que suas considerações não lidam com "a prece muda, destituída de forma linguística" (Coseriu, 2010, p. 78). O motivo parece evidente: sem se poder recorrer aos expedientes linguísticos, se torna inexequível qualquer investigação discursiva. Em segundo lugar, suas considerações não são realizadas tendo em conta as especificidades das "línguas historicamente determinadas (nessa ou naquela época de sua história)" (Coseriu, 2010, p. 78), mas, antes, buscam abranger

2 Convém lembrar que, no desenvolvimento da linguística do texto de Coseriu, fica um tanto clara a ideia de que o texto, ou discurso – a alternância entre os termos provém do próprio autor –, é o produto do falar, ou seja, da atividade linguística.

a prece em termos gerais, ou seja, considerando as estruturas linguísticas que são típicas desse tipo de discurso.

Ainda em relação aos apontamentos preliminares, cabe observar que Coseriu, após fazer uma distinção entre os significados dos termos "oração", "hino" e "invocação", apresenta a definição de oração que tem em mente ao longo de sua reflexão. Para o autor, se trata da

> unidade textual pertencente ao âmbito da religião na qual um sujeito humano (singular ou plural) pede, direta ou indiretamente, algo a uma Divindade, a um ser sobre-humano que se considera dotado de faculdades sobre-humanas ou até onipotência, com a convicção de que este ser pode (e pode estar disposto a) dar-lhe aquilo que pede. (Coseriu, 2010, p. 81).

Parece um tanto claro que a definição supracitada busca se valer do "modo histórico de ser [da oração]" (Coseriu, 2010, p. 81), ou seja, é uma definição que não parte de um ideário religioso, bem como preza em não fazer alusão a especificidades doutrinárias ou ritualísticas de uma determinada religião. Assim, para uma definição mais específica, alinhada ao que seria um ponto de vista religioso – ainda que geral –, Coseriu (2010, p. 81) apresenta a oração como uma "unidade textual no âmbito da religião, em que o sujeito humano singular ou plural pede, direta ou indiretamente, algo a Deus onipotente, com a convicção de que Deus está disposto a escutá-lo".

Após apresentar tal definição, Coseriu (2010) põe em cena a questão do estatuto epistemológico da oração – e, consequentemente, da própria religião[3]. Em virtude da importância do trecho, vale trazê-lo *in extenso*:

3 Para que o sintagma "estatuto epistemológico da oração" – e outros sintagmas constituídos pelo termo "epistemológico" e suas variantes – esteja suficientemente claro, cabe dizer que, na esteira de Gomes (2024b), compreendemos a epistemologia na sua acepção de "investigação dos fundamentos", que consiste em refletir sobre os limites e as condições de validade dos pressupostos, conceitos e métodos relativos a uma teoria ou a determinado objeto de estudo – neste caso específico, a oração, enquanto discurso. Observe-se que, de fato, uma investigação dos fundamentos da oração, enquanto discurso, é o que parece está posto desde o título do ensaio, qual seja, "Orationis fundamenta, a prece como texto"

> o que caracteriza linguisticamente a prece é a absoluta *segurança* do sujeito que ora, tanto no que diz respeito à objetividade da concepção e interpretação do mundo e dos atributos de Deus que a prece implica ou declara, quanto no que diz respeito à possibilidade de se estabelecer o diálogo e a comunhão com Deus; e isso apesar da ausência de provas e argumentos 'científicos' (que a prece como tal ignora e deve ignorar) e apesar da distância incomensurável que separa o sujeito humano – limitado e moral – do Sujeito divino, absoluto e eterno. De onde a prece (o homem que reza) obtém essa segurança? Ou, em outras palavras: qual é o *status* lógico das afirmações contidas na prece sobre a objetividade do mundo, dos atributos de Deus e da relação do homem com Deus? (Coseriu, 2010, p. 82).

Como se pode observar, Coseriu (2010) assume que a grande característica da oração, ao menos de um ponto de vista linguístico, é a segurança expressa pelo sujeito que realiza a oração. E isso, é preciso dizer, não está relacionado a um interesse do estudioso romeno pelos fatores psicológicos; antes, revela seu interesse pelo fato de que tal segurança, manifesta em determinadas afirmações presentes em uma oração, aponta para um sujeito que opera sob certa lógica. Isso significa dizer que Coseriu (2010) está interessado nessa lógica, ou seja, em refletir sobre os aspectos epistemológicos da oração, enquanto discurso. Assim, para levar tal reflexão a cabo, o autor estabelece um diálogo crítico – e um tanto instigante – com a obra *Das Gebet und das Argument. Zwei Weisen des Sprechens von Gott. Einführung in die Theorie der religiösen Sprache* [A prece e o argumento. Duas maneiras de falar sobre Deus. Introdução à teoria da linguagem religiosa], do filósofo e teólogo alemão Richard Schaeffler [1926-2019].

Com efeito, aqui, não cabe apresentar ponto a ponto a análise que Coseriu (2010) faz da incursão de Schaeffler. Entretanto, numa breve síntese, parece pertinente registrar o seguinte:

(i) Coseriu (2010) concorda com Schaeffler no que diz respeito à **problemática**, assumindo, com o estudioso alemão, a necessidade de contestar as alegações do positivismo lógico quanto à verificabilidade das afirmações presentes na oração;

(ii) Coseriu (2010) concorda com Schaeffler no que diz respeito às **conclusões pragmáticas**, assumindo, com o estudioso alemão, que, por um lado, a oração apresenta uma lógica própria, distinta da lógica das ciências ditas "positivas", e, em consequência disso, por outro lado, seria absurdo aplicar à oração, enquanto discurso, a lógica das referidas ciências;

(iii) Coseriu (2010) discorda de Schaeffler no que diz respeito ao **desenvolvimento de seu raciocínio**, alegando que o estudioso alemão teria feito concessões desnecessárias e um tanto arriscadas, como o seu recurso – ainda que provisório – a conceitos positivistas, seu recurso ao conceito de "forma simbólica", de Ernst Cassirer [1874-1945], e, especialmente, seu recurso ao conceito de "jogos de linguagem", de Ludwig Wittgenstein [1889-1951];

(iv) Coseriu (2010) alega que a **conclusão teórica** de Schaeffler – a qual afirmaria que "na prece (e na linguagem religiosa em geral), a linguagem tem funções 'transcendentais', no sentido de ser condição prévia da experiência religiosa e da respectiva concepção e interpretação do mundo" (Coseriu, 2010, p. 83) – precisa ser ajustada, pois, em virtude do recurso aos conceitos de "forma simbólica" e "jogos de linguagem", dá a entender algo indevido, a saber, que a linguagem determina "o ser dos entes aos quais denomina" (Coseriu, 2010, p. 90).

É na esteira dessa análise que o estudioso romeno passa a expor uma alternativa: em vez de raciocinar sobre a oração, enquanto discurso, a partir do "conceito híbrido e superficial

de *Sprachspiel* [jogo de linguagem] de Ludwig Wittgenstein" (Coseriu, 2010, p. 89), seria mais pertinente refletir a partir do conceito de "universo de discurso". Para tal, Coseriu (2010) nos lembra, brevemente, que este último conceito entra em cena na lógica de George Boole [1815-1864] e, depois, ganha espaço na filosofia da linguagem, onde o exemplo é o filósofo, já mencionado, Wilbur Marshall Urban[4]. Mais importante do que isso, o autor recorda que, como visto nas páginas anteriores, ele próprio trabalhou com tal conceito no ensaio "Determinação e entorno", de 1955-1956. Assim, é considerando a definição presente nesse ensaio que Coseriu (2010) se propõe a apresentar alguns esclarecimentos e modificações atinentes ao conceito de "universo de discurso".

Com efeito, o primeiro esclarecimento vem junto com uma proposta de ajuste na conclusão teórica de Schaeffler. Mais precisamente, isso se dá quando Coseriu (2010, p. 92) assevera que seu conceito de "universo de discurso", apresentado em 1955-1956, não trata de "universos de mera expressão linguística, mas de universos nos quais a linguagem se apresenta cada vez como manifestação de um modo autônomo de conhecer (distinção dos modos de ser e atribuições desses modos de ser a certos 'entes')". Para o estudioso romeno, esse entendimento permite refinar a conclusão teórica de Schaeffler, admitindo que a linguagem

> não cria os entes, as 'coisas' naturais ou de algum modo objetivas, às quais atribui um determinado modo de ser; [...] tampouco cria, no sentido próprio do termo, o ser que se atribui às 'coisas': mas antes, reconhece e delimita modalidades do ser nas próprias 'coisas' e por isso é delimitação de espécies ou, como se diz agora, de'classes' de entes (classes que, naturalmente, do

4 George Boole apresenta o conceito de "universo de discurso" no terceiro capítulo de sua obra de 1854, comumente conhecida como *The Laws of Thought*. Quanto a Wilbur M. Urban e seu tratamento dos universos de discursos, Coseriu os conhece por meio da obra *Language and Reality*, original de 1939. Parece pertinente dizer que a relação de Coseriu com a obra de Urban é um tanto significativa, como bem demonstra Munteanu (2019).

> ponto de vista de sua objetividade, podem também ser classes de um só membro e inclusive classes vazias). (Coseriu, 2010, p. 92).

Em outros termos, se, de acordo com Coseriu (2010), a conclusão teórica de Schaeffler – vale lembrar: a qual afirmaria que "na prece (e na linguagem religiosa em geral), a linguagem tem funções 'transcendentais', no sentido de ser condição prévia da experiência religiosa e da respectiva concepção e interpretação do mundo" (Coseriu, 2010, p. 83) – tem sua clareza e sua solidez prejudicada pelo recurso do autor aos conceitos de "forma simbólica" e "jogos de linguagem", se torna necessário deixar bem assentado que a criação – ou, se se quiser, a delimitação – dos entes, bem como do modo determinado de ser dos entes, ocorre por meio da linguagem, mas não é um expediente exclusivamente linguístico.

O segundo esclarecimento, por sua vez, é um tanto mais simples. Em poucas palavras, Coseriu (2010) assume que os diferentes mundos, isto é, os distintos âmbitos do conhecimento, constituem uma unidade ideal, a que se pode denominar "universo vital do homem" (Coseriu, 2010, p. 93).

É, então, na sequência de tais esclarecimentos que o autor avança as modificações anunciadas, as quais, de fato, parecem ser o centro de *"Orationis fundamenta"*: por um lado, o estabelecimento de uma distinção clara entre os conceitos de "universo de discurso" e "mundo conhecido"; por outro lado, a delimitação de quatro, e apenas quatro, universos de discurso.

Estritamente falando, se, no texto da década de 1950, Coseriu (1979a) flutuava entre os termos "mundo" e "universo", agora, em seu trabalho da virada de milênio, o estudioso romeno abandona a flutuação terminológica, assumindo que, enquanto

o conceito de "universo de discurso" diz respeito aos "modos básicos do conhecer humano" (Coseriu, 2010, p. 93), o conceito de "mundo conhecido" faz referência aos "'objetos' do conhecer e do saber" (Coseriu, 2010, p. 94).

De semelhante modo, se, no texto da década de 1950, Coseriu (1979a) elencava como exemplo, pelo menos, oito diferentes universos de discurso – a saber: literatura, mitologia, ciências, matemática, universo empírico, filosofia, gramática, humorismo –, agora, em seu trabalho da virada de milênio, o autor passa a sustentar a existência de somente quatro universos: "a) o universo da *experiência comum*; b) o universo da *ciência* (e da técnica cientificamente fundada); c) o universo da *fantasia* (e, portanto, da arte); e d) o universo da fé" (Coseriu, 2010, p. 93)[5]. Nessas circunstâncias, numa proposta que busca correlacionar os conceitos de "universo de discurso" e "mundo conhecido", Coseriu (2010) advoga a existência de somente três mundos conhecidos:

> a) *o mundo da necessidade e da causalidade* (no sentido kantiano), quer dizer, o mundo da experiência sensível corrente, 'área de conhecimento' própria da ciência empírica; b) *o mundo da liberdade e da finalidade* (também no sentido kantiano), quer dizer, o mundo das criações humanas ou da cultura em geral (incluídas as ciências e também as instituições públicas da religião e as cerimônias de culto), do qual o mundo da fantasia ou da arte é apenas uma parte, embora talvez mais claramente caracterizada; c) *o mundo da fé.* (Coseriu, 2010, p. 94).

Ao apontar os referidos mundos de conhecimento, Coseriu (2010) faz um comentário mais do que pertinente. Segundo

5 Para evitar mal-entendidos, assumimos a seguinte terminologia: *universo da experiência comum, universo da experiência científica, universo da experiência artística* e *universo da experiência de fé*. Evidentemente, nos trechos de citação, preservamos a terminologia do autor.

sugere o autor, o mundo da necessidade e da causalidade congrega "'objetos' do conhecer e do saber" (Coseriu, 2010, p. 94) que estão no centro da atenção de dois universos de discursos, nomeadamente, o universo da experiência comum e o universo da experiência científica. Tanto é assim que o universo da experiência científica – este modo do conhecer humano – "pode aceitar as 'coisas' da experiência corrente como corretamente conhecidas, mas também pode modificá-las, interpretá-las de forma diferente e remetê-las a outras 'causas', descobrir 'coisas' ignoradas pela experiência corrente etc." (Coseriu, 2010, p. 94).

Tal comentário significa reforçar algo que já poderia ser admitido a partir das definições de "universo de discurso" e "mundo conhecido" apresentadas anteriormente: a distinção entre universo da experiência comum e o universo da experiência científica não se estabelece em virtude de objetos – afinal, estes apontam para os mundos conhecidos e não para os universos de discurso –, mas, sim, em virtude do modo de conhecimento. E como o mesmo pode ser dito em relação aos demais universos de discurso, resta claro que qualquer universo de discurso pode lidar com qualquer mundo conhecido, isto é, com qualquer objeto do conhecer e do saber, mas, que, nessa lida, por serem modos diferentes do conhecer humano, cada universo de discurso obedece a uma objetividade que lhe é própria. É por isso, inclusive, que, retomando Schaeffler, o linguista romeno admite que, no fundo, a oração e a teologia tratam das mesmas coisas, mas, que, enquanto a primeira obedece à objetividade do universo da experiência de fé, a segunda obedece à objetividade do universo da experiência científica (cf. Coseriu, 2010, p. 94).

A essa altura, é preciso observar que, ao conceber que os universos de discurso fundam "tipos autônomos de objetividade",

Coseriu (2010, p. 95) não está apenas robustecendo sua oposição ao positivismo lógico, mas, também, preparando o terreno para sua alegação de que "é tarefa da linguística e da filosofia da linguagem estabelecer quais são a objetividade, a subjetividade e a intersubjetividade supostas em cada um desses universos [de discurso], e quais são suas relações recíprocas e suas características próprias".

De fato, depois de estabelecer a referida tarefa, Coseriu (2010) passa a discutir a objetividade, a subjetividade e a intersubjetividade que caracterizam o universo da experiência de fé, que é o universo em que opera a oração, enquanto discurso. Quanto à objetividade, à subjetividade e à intersubjetividade que caracterizam os demais universos de discurso, o estudioso romeno apenas esboça uma apresentação.

A essa altura, então, parece possível apresentar uma breve síntese do raciocínio de Coseriu (2010):

(a) para o autor, a objetividade fundada no universo da experiência comum é aquela em que uma afirmação se justifica pela experiência sensível; a objetividade fundada no universo da experiência científica é aquela em que uma afirmação se justifica pelos achados da pesquisa científica; a objetividade fundada no universo da experiência artística é aquela em que uma afirmação se justifica pela experiência de criação e contemplação estética; e a objetividade fundada no universo da experiência de fé é aquela em que uma afirmação se justifica pela experiência com o que se considera "a 'causa primeira' do Universo" (Coseriu, 2010, p. 94). Assim, em termos de objetividade, é possível assumir que "cada afirmação pode ser comprovada somente no âmbito do universo de conhecimento [i.e., de discurso] e com respeito ao mundo que o compreende" (Coseriu, 2010, p. 96). Isso significa dizer, por exemplo, que seria

um erro tentar justificar afirmações do universo da experiência de fé por meio da pesquisa científica ou, inversamente, tentar justificar afirmações do universo da experiência científica por meio da pura e simples confiança absoluta;

(b) paralelamente, em termos de subjetividade, Coseriu (2010, p. 96) defende que, em cada universo de discurso, é possível ver o ser humano atuando de um modo específico: no universo da experiência comum, o homem atua no "modo ingênuo e irrefletido"; no universo da experiência científica, atua no "modo refletido", a partir de uma objetividade vista como universal; no universo da experiência artística, atua no modo intuitivo; e no universo da experiência de fé, atua no modo "limitado e particular", isto é, "dependendo de um sujeito absoluto que é Deus". A despeito disso, para o autor, há um risco que circunda todos os universos de discurso, com a exceção do universo da experiência de fé: "o risco de tomar o sujeito empírico como absoluto e, consequentemente, a objetividade que ele mesmo provou ou estabeleceu como universal e absoluta, negando a validade e a legitimidade dos demais universos de conhecimento" (Coseriu, 2010, p. 96);

(c) finalmente, no que toca à intersubjetividade, o autor de *"Orationis fundamenta"* assume que, enquanto o universo da experiência de fé opera sob uma "dupla intersubjetividade: relação assimétrica de intersubjetividade entre homem e Deus [...] e relação sempre simétrica de intersubjetividade [...] entre todos os homens" (Coseriu, 2010, p. 99), os outros três universos de discurso operam sob uma intersubjetividade que "tende a ser projeção de sua própria subjetividade e, portanto, se manifesta como solidariedade de grupo" (Coseriu, 2010, p. 98).

2 Em busca dos critérios de delimitação

Como já pudemos observar, ao se ater a quatro, e somente quatro, universos de discurso, Coseriu (2010) o faz estabelecendo critérios de delimitação – vale lembrar: objetividade, subjetividade e intersubjetividade. Desse modo, todo discurso que se faz considerando um determinado universo de discurso deve obedecer à objetividade, à subjetividade e à intersubjetividade que caracterizam o referido universo. Aos olhos de Coseriu (2010), é isso que ocorre com a oração, enquanto discurso, e, seria possível dizer, tende a ocorrer com qualquer outro discurso.

Ora, por mais generosa que possa ser a interpretação, o fato é que o conceito de "universo de discurso" também sofre de dificuldades. Johannes Kabatek (2023b), por exemplo, considera que o conceito coseriano passa de uma concepção histórica, presente em "Determinação e entorno", para uma concepção mais universal, apresentada em *"Orationis fundamenta"*. Contudo, mais do que fazer coro à intepretação de Kabatek (2023b), parece legítimo questionar os critérios de delimitação estabelecidos por Coseriu ao apresentar o conceito de "universo de discurso", em *"Orationis fundamenta"*.

Na condição de primeiro questionamento, cabe dizer que os conceitos manifestos por meio dos termos "objetividade", "subjetividade" e "intersubjetividade" não são claramente definidos. E isso, por si só, já se estabelece como um problema para o leitor do texto de 2000.

Na condição de segundo questionamento, vale apontar que o estudioso romeno aparenta fazer algo similar ao que havia censurado nos procedimentos de Richard Schaeffler: mesmo

querendo contestar o positivismo lógico, assume o conceitual de um certo positivismo. Nesse sentido, a dificuldade de maior monta parece ser a utilização do conceito de "objetividade" como um critério para delimitação dos universos de discursos, especialmente, para delimitação do universo da experiência artística e do universo da experiência de fé.

Com efeito, nos discursos típicos do universo da experiência comum e do universo da experiência científica, não causa espécie existir, de maneira subjacente ou tácita, um questionamento sobre a objetividade – isto é, um questionamento metodológico, relativo ao que fundamenta uma dada informação, uma determinada alegação, um certo fato assumido como conhecido. Contudo, essa conotação metodológica que se aplica ao termo "objetividade" parece um tanto inapropriada para lidar com os discursos típicos do universo da experiência artística – por exemplo, o diálogo de uma peça teatral – e do universo da experiência de fé – por exemplo, a oração. Afinal, quando se busca discutir o que dá sustentação a um dado discurso relativo à arte ou à fé, se escorrega, respectivamente, do universo da experiência artística e do universo da experiência de fé para o universo da experiência científica e da técnica cientificamente fundada – a título de exemplo: na arte, isso ocorre com a crítica literária; na fé, com a teologia.

Quanto a esse segundo apontamento, é preciso deixar claro: a questão não é meramente terminológica. Quer dizer, não se trata de questionar o autor pela simples escolha de um termo, mas, sim, de apontar para o fato de que, ao utilizar determinado termo, Coseriu (2010) não lhe privou de uma conotação metodológica inapropriada. Além disso, não se trata de afirmar que o universo da experiência artística ou da experiência de fé sejam irracionais,

mas – no que parece ser a disposição do próprio Coseriu (2010) –, defender que a racionalidade de tais universos de discurso é de outra ordem e, por isso, não submissa à ideia de objetividade, tal como apresentada por Coseriu (2010).

Diante desse cenário, não é desatino admitir que, embora Coseriu (2010, p. 95) tenha assumido que "é tarefa da linguística e da filosofia da linguagem estabelecer quais são a objetividade, a subjetividade e a intersubjetividade supostas em cada um desses universos [de discurso], e quais são suas relações recíprocas e suas características próprias", sua tentativa de realizar tal empreendimento não logrou êxito. Nessas condições, então, para responder à questão proposta inicialmente – vale recordar: quais critérios seria possível utilizar para estabelecer a distinção entre os diferentes campos/domínios/esferas/universos em que se manifestam os discursos? –, recorreremos a um autor mencionado por Coseriu (2010), a saber, o filósofo norte-americano Wilbur Marshall Urban.

2.1 Wilbur Marshall Urban e os universos de discursos

É possível dizer que, até o presente momento, o trabalho de Urban é pouquíssimo conhecido no circuito acadêmico brasileiro, especialmente no que diz respeito às suas considerações sobre a linguagem. Essa constatação, muito antes de nos convocar a procurar causas, nos insta a dizer algumas palavras sobre a biografia do estudioso. Assim, é preciso registrar que Wilbur Marshall Urban se graduou na Universidade de Princeton (Nova Jersey), em 1895, e obteve seu doutorado na Alemanha, na Universidade de Leipzig, em 1897, após cooperar no laboratório de psicologia de Wilhelm Wundt [1832-1920]. Influenciado por

algumas das correntes filosóficas que dominaram a Alemanha a partir de meados dos anos 1800, como é o caso do neokantismo e da fenomenologia, Urban foi professor em diferentes universidades americanas. Em termos gerais, Urban ministrou suas aulas no Trinity College, de Hartford (Connecticut), bem como ensinou na Universidade de Harvard (Massachusetts), na Universidade de Princeton (Nova Jersey) e no Dartmouth College (New Hampshire), se aposentando após um bom período na Universidade de Yale (Connecticut). Em acréscimo, vale registrar que, entre 1925 e 1926, Urban presidiu a *American Philosophical Association.*

Posto isso, indo diretamente ao ponto, em uma obra de 1939, intitulada *Language and Reality: The Philosophy of Language and the Principles of Symbolism*, à altura do terceiro capítulo da primeira parte, Urban (1951) estabelece que o significado semântico [*semantic meaning*], além de ser formado por expressões linguísticas [*linguistic expressions*], tem em sua constituição uma comunidade de fala [*speech community*] – afinal, o que significa precisa significar para alguém – e um universo de discurso [*universe of discourse*] – afinal, a coisa significada precisa ser significada dentro de um âmbito específico (cf. Urban, 1951, p. 115-116). Isso quer dizer que a própria compreensão – "compreensão" nos termos de Wilhelm Dilthey [1833-1911], portanto, em oposição a "identificação"/ "reconhecimento" – de uma expressão linguística tem como condição "o reconhecimento mútuo do universo de discurso e dos pressupostos que o determinam" (Urban, 1951, p. 125)[6].

6 Embora, em virtude de aparente redundância, esse nome, "significado semântico", pareça questionável à primeira vista, é preciso dizer que, no interior da obra de Urban (1951), ele se mostra coerente, especialmente por estabelecer certa dependência de aspectos interacionais.

Para esclarecer o que seria compreender uma expressão linguística, o autor põe em cena o conceito de "intencionalidade", recuperado do filósofo alemão Edmund Husserl [1859-1938]. Num raciocínio tão intrigante quanto intrincado, Urban (1951) sugere que a diferença entre um *signo simples*, como é o caso de uma nuvem carregada em relação à chuva, e um *signo expressivo*, como é o caso dos signos verbais em relação às coisas, é a intencionalidade – ou seja, a direcionalidade, o fato de que, na realização destes últimos, a mente está *apontando para, fazendo referência a*, enfim, indicando objetos e/ou estado de coisas – e que ela é, exatamente, aquilo que torna o signo expressivo passível de compreensão, enquanto o signo simples, por não ter intencionalidade, permanece nas raias da identificação (cf. Urban, 1951, p. 122).

Ainda nessa direção, o filósofo norte-americano recorre à noção de *supossitio*, do Escolasticismo. Numa formulação mais geral, Urban assume que a intencionalidade de uma expressão linguística é determinada por sua suposição (cf. Urban, 1951, p. 125)[7]. Numa formulação mais específica, o autor considera que "a intencionalidade das palavras [...] não inclui simplesmente a relação *prima facie* entre o que *significa* e o que é *significado*, mas também um contexto ou universo de discurso pressuposto" (Urban, 1951, p. 125)[8]. Assim, Urban (1951) não somente assume o universo de discurso como um integrante da intencionalidade das palavras, na condição de sua *supossitio*, mas, por entender que "a suposição de uma expressão linguística é parte de sua intencionalidade e a apreensão e reconhecimento da suposição, uma condição de compreensão" (Urban, 1951, p. 126)[9], termina

7 No original: "the mutual acknowledgment of the universe of discourse and of the presuppositions which determine it.". Em todas as citações de Urban, a tradução é de nossa responsabilidade.

8 No original: "the intentionality of words […] includes not merely the prima facie relation between that which means and that which is meant but also a context or universe of discourse presupposed.".

9 No original: "the supposition of a linguistic expression is part of its intentionality and the apprehension and acknowledgmentof the supposition a condition of understanding.".

por alçar o universo de discurso ao estatuto de *supossitio* que determina a intencionalidade da expressão linguística e que permite à expressão linguística, enquanto signo expressivo, ser compreendida[10].

Mais adiante, no quinto capítulo da primeira parte, ao discutir a noção de contexto, o autor volta a esmiuçar seu conceito de "universo de discurso". Ali, após versar sobre o contexto linguístico [*linguistic context*] e o contexto da vida [*vital context*] – também chamado, a partir de Bronislaw Malinowski [1884-1942], de "contexto de situação" [*context of situation*] –, Urban (1951) apresenta o universo de discurso como sendo um tipo de contexto específico, caracterizado por seu caráter limitado e por seu caráter discursivo. Conforme registra, "a determinação do significado é a passagem da referência ilimitada para a referência limitada, e a referência limitada é possível apenas a um contexto ou universo limitado" (Urban, 1951, p. 198)[11], logo, a importância do caráter limitado do universo de discurso está relacionada à capacidade de limitar a referência e, com isso, determinar o significado. De modo semelhante, considerando que o contexto da vida "corresponde ao ambiente, em primeira instância físico e secundariamente psicológico" (Urban, 1951, p. 199)[12], a importância do caráter discursivo do universo de discurso está justamente no fato de que, ao sugerir, desde o início, um vínculo com a comunicação, estabelece como equívoco qualquer redução do universo de discurso ao contexto da vida. Com efeito, o filósofo norte- americano não nega o

10 Cabe registrar que, como o próprio Urban (1951) assume em capítulo posterior, nessa apropriação da noção de *supossitio*, proveniente da Escolástica, o interesse maior está na "noção em si" (Urban, 1951, p. 201), quer dizer, na ideia de suposição. Isso significa que, para Urban (1951), não se trata de restabelecer a noção de *supossitio* "em sua antiga forma elaborada", tampouco de "restabelecer certas implicações metafísicas em seu uso escolástico" (Urban, 1951, p. 200); antes, se trata de assumir que "o essencial dessa noção é este: o significado da palavra é determinado pela sua suppositio" (Urban, 1951, p. 201).

11 No original: "the determination of meaning is the passage from unlimited to limited reference and limited reference is possible only to a limited context or universe.".

12 No original: "is equated with environment, in the first instance physical and secondarily psychological.".

óbvio, isto é, que, em certo sentido, "um universo de discurso é, também, um contexto psicológico" (Urban, 1951, p. 199)[13]. E a esse respeito, inclusive, chega a pontuar que "a palavra 'casamento' evoca diferentes associações na mente do sacerdote e na mente do antropólogo" (Urban, 1951, p. 199)[14]. Entretanto, mesmo com uma nuança psicológica, o conceito de "universo de discurso" tem sua razão de ser por carregar consigo uma dependência da comunicação.

Em acréscimo a essas considerações – e esse é o ponto que nos interessa desde o início –, Urban (1951) pondera que a diferença entre dois universos de discurso não é instaurada por uma nuança psicológica, mas, sim, pelo caráter sistemático implicado no termo "universo". Para o autor, enquanto um "todo de significado relativamente diferenciado", cada universo de discurso possui "seu próprio significado imanente – seu sentido [*Sinn*], na distinção com referência [*Bedeutung*], ou referências particulares de seus componentes" (Urban, 1951, p. 199)[15]. Desse modo, recorrendo novamente à noção escolástica de *supossitio*, o autor considera que, assim como o universo de discurso é a *supossitio* que determina a intencionalidade da expressão linguística e que permite a compreensão de expressão linguística, cada universo de discurso tem a sua própria *supossitio*, que o condiciona. Nos seus próprios termos:

> um universo de discurso é, então, condicionado por sua suposição e essa suposição é a presunção da realidade do universo em que o discurso toma lugar. O reconhecimento mútuo dessa suposição é a condição do discurso com significado ou inteligível. A condição

13 No original: "a universe of discourse is also a psychological context.".

14 No original: "the word 'marriage' does evoke different associations in the mind of the priest from those in the mind of the anthropologist.".

15 No original: "a relatively differentiated whole of meaning […] its own immanental meaning – its *Sinn*, as distinguished from the *Bedeitung*, or particular references of its components.".

> da significância [*meanigfulness*] de uma asserção ou proposição é, então, *não* que certas entidades sobre as quais a asserção é feita existam, no sentido de serem empiricamente verificáveis, mas que o universo de discurso em que essas entidades têm sua existência seja mutuamente reconhecido. (Urban, 1951, p. 201)[16].

Aqui, a ideia de "reconhecimento mútuo" é fundamental. Afinal, ela reforça o caráter discursivo do conceito de "universo de discurso", vale dizer, sua dependência da comunicação. E é isso que leva o autor a salientar: "um universo de discurso é tanto criado quanto mantido pelo reconhecimento mútuo, por parte dos sujeitos comunicantes, de certos pressupostos sem os quais o universo em questão não tem existência e as referências particulares dentro dele não têm significado." (Urban, 1951, p. 199)[17].

Embora a noção de *supossitio*, movimentada por Urban (1951), tenha sua legitimidade, é possível que o leitor mais atento fique com a impressão de que tal noção opera como um subterfúgio do filósofo norte-americano para não afirmar, com exatidão, o que promove a distinção entre um universo de discurso e outro. Entretanto, é preciso dizer que, quando se avança na leitura de Urban (1951), essa impressão não se sustenta.

No sexto capítulo da primeira parte, enquanto faz uma discussão sobre o problema da tradução em sua relação com a comunicação inteligível, Urban (1951) destina um tópico para o tratamento da tradução de um universo de discurso para outro universo de discurso. Ali, após reforçar seu entendimento de que

16 No original: "a universe of discourse is then conditioned by its supposition and that supposition is the assumption of the reality of the universe in which the discourse takes place. Mutual acknowledgment of that supposition is the condition of meaningful or intelligible discourse. The condition of the meaningfulness of an assertion or proposition is, then, not that certain entities about which the assertion is made exist, in the sense of being empirically verifiable, but that the universe of discourse in which these entities have their existence is mutually acknowledged.".

17 No original: "a universe of discourse is both created and maintained by the mutual acknowledgment, on the part of communicating subjects, of certain presuppositions without which the universe in question has no being, and the particular references within it not meaning.".

"a condição básica de toda comunicação inteligível – distinta da behaviorista" é justamente "o reconhecimento mútuo do mesmo universo de discurso e de seus pressupostos", o autor afirma que o problema da tradução de um universo de discurso para outro "permite especificar esses pressupostos de forma mais definitiva" (Urban, 1951, p. 239)[18]. Num trecho que convém trazer *in extenso*, Urban (1951) detalha:

> o que está pressuposto é o reconhecimento mútuo de certos valores. Este reconhecimento mútuo de valores condiciona toda comunicação inteligível – todo significado, em última instância, remonta aos valores [...]. Porém, a fim de que eles [i.e., os pressupostos] sejam mutuamente apreendidos e reconhecidos, eles devem estar *lá*, e transcender, em certo sentido, as mentes comunicantes. [...]
>
> Há, então, tradução de um universo de discurso para outro e a compreensão mútua envolve tal tradução. A palavra "matrimônio", como temos visto, significa uma coisa na boca de um jurista, outra na boca de um sacerdote e ainda outra na boca de um antropólogo. No entanto, é possível para um compreender o outro. Porém, o significado compreendido não consiste meramente na similaridade de referência – no sentido de referência ao mesmo fato behaviorista que é parte do casamento em qualquer sentido da palavra –, mas, sim, no compartilhamento, pelo menos imaginativamente, das suposições e valores que determinam o significado. (Urban, 1951, p. 239)[19].

18 No original: "the basal condition of all intelligible – as distinguished from behavioral – communication […] the mutual acknowledgment of the same universe of discourse and of its presuppositions […] enables us to specify these presuppositions more definitely.".

19 No original: "what is presupposed is the mutual acknowledgment of certain values. This mutual acknowledgment of values conditions all intelligible communication - all meaning ultimately goes back to values […]. In order, however, that they be mutually apprehended and acknowledged, they must be there, and in some sense transcend the communicating minds. […] There is, then, translation from one universe of discourse to another and mutual understanding involves such translation. Marriage, as we have seen, means one thing in the mouth of a jurist, another in the mouth of a priest and still another in the mouth of an anthropologist. It is, however, possible for the one to understand the other. But the meaning understood does not consist merely in the similarity of reference – in the sense of reference to the same behavioral fact which is part of marriage in any sense of the word - but rather to the sharing, imaginatively at least, of the suppositions and values which determines the meaning.".

A fim de que não se incorra num equívoco de compreensão, é preciso dizer claramente: após estabelecer que o universo de discurso é a *supossitio* que determina a intencionalidade da expressão linguística e que permite a compreensão da expressão linguística, e após assumir que o próprio universo de discurso tem uma *supossitio* para chamar de sua, Urban (1951) assume que a *supossitio* de qualquer universo de discurso são os seus valores. Logo, diante da questão inicial da pesquisa – vale lembrar: quais critérios seria possível utilizar para estabelecer a distinção entre os diferentes campos/domínios/esferas/universos em que se manifestam os discursos? –, a resposta de Urban parece uma só: o que possibilitaria estabelecer a distinção entre os diferentes universos em que se manifestam os discursos são os valores de cada um desses universos.

2.2 Urban e os valores

Frente a tal resposta, outras duas questões parecem se impor. Em primeiro lugar, é preciso perguntar: afinal, o que exatamente Urban (1951) entende por "valores"? Além disso, convém indagar: quais valores estruturam cada universo de discurso?

Como resposta a essas questões, é possível dizer que, no texto original de 1939, isto é, na obra *Language and Reality*, Urban não apresenta uma definição conceitual para o termo "valor". Porém, quando versa sobre a relação entre intencionalidade e valor, o autor remete à discussão que realizou no livro *The Intelligible World: Metaphysics and Value.* Antes, porém, de irmos a esse texto de 1929, cabe uma regressão ainda maior.

Na obra *Valuation: Its Nature and Laws*, originalmente publicada em 1909, Urban escreve o seguinte:

> o julgamento de valor foi, adequadamente, descrito como uma mera afirmação do significado do objeto para o sujeito, ou como uma apreciação. Quando digo que o objeto é bom ou bonito ou nobre, afirmo uma relação direta do objeto com meu sentimento e vontade, uma harmonia entre o objeto e minhas disposições subjetivas, [harmonia] que é relativamente independente do meu julgamento da existência do objeto ou julgamento da verdade da ideia que tenho do objeto. A existência é percebida; a verdade é pensada; o valor é sentido. Mas enquanto os predicados de valor são em primeiro lugar sentidos e não conhecidos, enquanto eles estão no terceiro lugar removidos da objetividade pura, no entanto, é pressuposto em toda apreciação, em todo julgamento de valor, uma referência à realidade e à verdade. Essa referência vem à tona assim que faço perguntas como estas: o objeto é realmente bom ou útil? É verdadeiramente nobre ou bonito? O sentimento de valor inclui o sentimento de realidade. Significados apreciativos pressupõem significados de realidade. (Urban, 1909, p. 21)[20].

De fato, essa consideração não é, exatamente, uma definição. Entretanto, é possível que o leitor de Urban se sinta tentado a ver nela uma definição de cunho psicológico, em que o valor é visto como uma relação. Aqui, então, é preciso lembrar que, em artigo de 1916, intitulado "Value and Existence", Urban rejeita tanto as definições que tomam o valor como uma *qualidade* quanto as definições que tomam o valor como uma

20 No original: "The judgment of value has accordingly been described as a mere assertion of the meaning of the object for the subject, or as an appreciation. When I say that the object is good or beautiful or noble, I assert a direct relation of the object to my feeling and will, a harmony between the object and my subjective dispositions which is relatively independent of my judgment of existence of the object or judgment of the truth of the idea I have of the object. Existence is perceived; truth is thought; value is felt. But while the worth predicates are in the first place felt and not cognised, while they are at the third remove from pure objectivity, nevertheless, there is presupposed in every appreciation, in every judgment of value, a reference to reality and truth. This reference comes to the surface as soon as I ask such questions as these: is the object really good or useful? Is it truly noble or beautiful? The feeling of value includes the feeling of reality. Appreciative meanings presuppose reality meanings.".

relação. De acordo com o filósofo, "à questão 'o valor é uma qualidade ou uma *relação*?', podemos responder sem hesitação: em última instância, nenhuma das duas!" (Urban, 1916, p. 460)[21]. Conforme escreve Urban, é possível "reconhecer que o valor é um indefinível como a existência. O predicado de valor, tal como o de existência, corresponde a uma noção que nós podemos compreender, mas não a um conceito que nós podemos definir" (Urban, 1916, p. 460)[22].

A essa altura, convém recordar que, ao fazer tais asserções no texto de 1916, o autor não deixou de ter em mente a consideração supracitada de 1909. É isso o que podemos ver com a seguinte nota complementar, presente no artigo de 1916:

> aqui, devo me precaver contra um mal-entendido. A negação de que o valor pode, em última instância, ser definido como uma relação não significa que definições relacionais não sejam úteis. A posição tomada aqui é totalmente consistente com aquela mantida em meu *Valuation*, etc., na qual *pareço* [ênfase de Urban!] definir valor como significado volitivo afetivo, e em termos de sua relação com o interesse. Mas devo lembrar que eu estava preocupado com a definição e análise da consciência do valor, e disse explicitamente que apresentava os equivalentes psicológicos do valor, sendo o próprio valor, como sustentei lá e em outros lugares, em última instância, indefinível. (Urban, 1916, p. 455)[23].

Aqui, já é possível findar nossa regressão e retornar ao já mencionado *The Intelligible World*, de 1929. Afinal, nesse livro,

21 No original: "To the question, is value a quality or a relation, we may unhesitatingly answer: ultimately neither!".

22 No original: "Now, without accepting all the implications of the broader view, we may at least recognize that value is an indefinable like existence. The value predicate, like the existential, corresponds to a notion that we can understand, but not to a concept that we can define.".

23 No original: "here I must guard against a misunderstanding. The denial that value can ultimately be defined as a relation does not mean that relational definitions are not useful. The position taken here is wholly consistent with that maintained in my *Valuation*, etc., in which I *seem* to define value as affective volitional meaning, and in terms of its relation to interest. But I will recall that I was concerned with the definition and analysis of the consciousness of value, and explicitly said I gave the psychological equivalents of value, value itself being, as I have held there and elsewhere, ultimately indefinable.".

após dizer que as definições relacionais – em que se destacam as definições assumidas como psicobiológicas e cosmológicas (cf. Urban, 1929, p. 135) – padecem de circularidade, ou seja, pressupõem aquilo que intentam definir, Urban volta a sustentar que o conceito expresso pelo termo "valor" é um conceito logicamente primitivo, logo, um conceito indefinível. Conforme escreve na terceira seção do quarto capítulo, "poucos de nós não percebem agora que o valor é um conceito logicamente primitivo, e não pode ser deduzido de, nem definido em termos de, qualquer outra coisa." (Urban, 1929, p. 139)[24].

Ora, uma vez que *The Intelligible World*, como já dito, é a obra aludida por Urban quando da discussão sobre a relação entre intencionalidade e valor em *Language and Reality*, parece um tanto justo admitir que, neste texto de 1939, além de assumir que o que possibilitaria estabelecer a distinção entre os diferentes universos em que se manifestam os discursos são os valores de cada um desses universos, o filósofo norte-americano assume também seu entendimento já declarado em outros momentos, qual seja, o entendimento de que os valores são indefiníveis.

A fim de clarear esse último entendimento, é possível recordar as considerações do linguista francês Jean-Claude Milner, presente em obras como O amor da língua, original de 1978, *Introdução a uma ciência da linguagem*, publicada em 1989, e *Le Périple Structural: figures et paradigme*, de 2002. A partir do trabalho do filósofo alemão Heinrich Scholz [1884-1956], Milner (2021) assume que a ideia de "conceitos primitivos" ou "termos primitivos" – ou ainda, na terminologia de Urban, "conceito logicamente primitivo" – remonta à epistemologia aristotélica e diz respeito a conceitos indefiníveis,

24 No original: "There are few of us who do not now see that value is a logically primitive concept, and cannot be deduced from, nor defined in terms of, anything else.".

que pressupõem uma inteligibilidade imediata e devem se adequar ao critério do mínimo absoluto. Nas palavras do próprio Milner, estamos frente ao "princípio da evidência: todos os axiomas e conceitos primitivos devem ser evidentes, o que dispensa demonstrá-los e defini-los" (Milner, 2002, p. 23)[25].

Assim, assumir os valores como indefiníveis não é uma resposta evasiva, como se poderia supor, mas, antes, é um entendimento plenamente condizente com algo que já vinha sendo asseverado em *Language and Reality*: o fato de que os valores contam com uma inteligibilidade imediata, ou, nos termos de Urban, o fato de que os valores – ainda que imaginativamente – são compartilhados pelos sujeitos da comunicação (cf. Urban, 1951, p. 239). Com isso, a indefinibilidade dos valores permite admitir que, *a priori*, não se pode dizer quais valores estruturam cada universo de discurso. Muito antes de serem passíveis de uma taxonomia, os valores que estruturam cada universo de discurso se apresentam como algo acordado entre os interagentes ao longo do processo discursivo. Em consequência disso, não é desatino afirmar: ao fim e ao cabo, o critério de delimitação de cada universo de discurso é o outro.

Considerações finais

Ao assumir que "é tarefa da linguística e da filosofia da linguagem estabelecer quais são a objetividade, a subjetividade e a intersubjetividade supostas em cada um desses universos [de discurso], e quais são suas relações recíprocas e suas características próprias" (Coseriu, 2010, p. 95), Coseriu considerava que a

25 No original: "le principe de l'évidence: tous les axiomes et concepts primitifs doivent être évidents, ce qui dispense de les démontrer et de les définir.".

supossitio de cada universo de discurso poderia ser pensada em termos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade. Contudo, a despeito dos esforços de Coseriu (2010), tal entendimento cria um impasse epistemológico – nomeadamente, assinala uma submissão a certo positivismo – que, ao que tudo indica, não estava nos projetos do autor, que questionou tal impasse na obra de Richard Schaeffler.

Diferentemente do estudioso romeno, Urban (1951) admitia que a *supossitio* de cada universo de discurso são os seus valores, que, em vez de estarem submetidos a certa lógica positivista, são apreendidos e reconhecidos mutuamente, no processo de interação dos sujeitos que integram determinada comunidade de fala.

Nessas condições, se é possível responder à questão inicial – vale repisar: quais critérios seria possível utilizar para estabelecer a distinção entre os diferentes campos/domínios/ esferas/universos em que se manifestam os discursos? –, diremos que a resposta de Urban (1939) parece mais apropriada: o critério de delimitação de cada universo de discurso é o outro, uma vez que é o outro quem apreende e reconhece os valores, assumidos como *supossitio* dos universos de discurso. E essa resposta, à medida que se afasta de uma lógica positivista, nos permite reforçar, agora a partir de Urban, um entendimento apresentado alhures, a saber, o entendimento de que, "no âmbito das ciências humanas – ou, para usar os termos de Volóchinov, no âmbito das 'ciências das ideologias' –, fica inviabilizada a previsibilidade positivista" (Gomes, 2025, p. 18).

Referências

ALTMAN, Cristina. *A guerra estruturalista:* estudos em historiografia linguística brasileira. São Paulo: Parábola, 2021.

ARISTÓTELES. *Poética*. Edição bilíngue. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso.* Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRANDIST, Craig. Primeiros projetos soviéticos de pesquisa e o desenvolvimento das ideias bakhtinianas: uma visão a partir dos arquivos. *In:* BRANDIST, Craig. *Repensando o círculo de Bakhtin*: novas perspectivas na história intelectual. Organização e notas de Maria Inês Campos e Rosemary H. Schettini. Tradução de Helenice Gouvea e Rosemary H. Schettini. São Paulo: Contexto, 2012. p. 135- 153.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base nacional comum curricular.* Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais:* ensino médio. Parte II: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

COSERIU, Eugenio. Determinação e entorno: dois problemas duma linguística do falar. [1955-1956]. *In:* COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral*: cinco estudos. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979a. p. 209-238.

COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral.* Tradução de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COSERIU, Eugenio. *Orationis fundamenta*, a prece como texto. *In*: COSERIU, Eugenio; LAMAS, Óscar Loureda. *Linguagem e discurso.* Tradução de Cecília Inês Erthal. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 77-104.

COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral:* cinco estudos. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979b.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma e fala. [1952]. *In*: COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral:* cinco estudos. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979c. p. 13-85.

GOMES, Filipe Almeida. O estudo da língua e a entonação expressiva: sobre a organização metodológica proposta por Volóchinov. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 24, p. 1-19, 2024a. e-1982-4017-24-19. DOI: 10.1590/1982-4017-24-19. Acesso em: 17 jan. 2025.

GOMES, Filipe Almeida. Valentin N. Volóchinov: um filósofo da ciência da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 66, n. 00, p. e024006, 2024b. DOI: 10.20396/cel.v66i00.8675803. Acesso em: 17 mar. 2025.

GOMES, Filipe Almeida. Valentin N. Volóchinov e a entonação expressiva: entre a tragédia e a glória. *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso, *[S.l.]*, v. 20, n. 4, 2025. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/69280. Acesso em: 19 dez. 2025.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Caráter das línguas: poesia e prosa. *In*: HUMBOLDT, Wilhelm von. *Ensaios sobre língua e linguagem*. [Recurso eletrônico]. Tradução de Hans Theo Harden e Orlene Lúcia S. Carvalho. Uberlândia, MG: UDUFU, 2021. p. 280-315.

JAKUBINSKIJ, Lev. *Sobre a fala dialogal.* Tradução de Dóris de Arruda C. da Cunha e Suzana Leite Cortez. São Paulo: Parábola, 2015.

KABATEK, Johannes. Discourse traditions and the historicity of language: discourse traditional knowledge and discourse universes. *In*: Winter-Froemel, Esme; De Toledo y Huerta, Álvaro S. O. *Manual of Discourse Traditions in Romance.* Berlin; Boston: De Gruyter, 2023a. p. 103-122. DOI: 10.1515/9783110668636-005. Acesso em: 25 jan. 2025.

KABATEK, Johannes. *Eugenio Coseriu:* Beyond Structuralism. Berlin; Boston: De Gruyter, 2023b. DOI: 10.1515/9783110716573. Acesso em: 25 jan. 2025.

MEDVIÉDEV, Pável N. *O método formal nos estudos literários:* introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Ekaterina Vólkova Américo e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.

MILNER, Jean-Claude. *Le Périple Structural:* figures et paradigme. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

MILNER, Jean-Claude. *Introdução a uma ciência da linguagem.* Tradução de Daniel Costa da Silva et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

MUNTEANU, Cristinel. Wilbur Marshall Urban's Philosophical Influence on Eugenio Coseriu's Integral Linguistics. *Acta Universitatis Danubius. Communicatio*, v. 13, n. 1, p. 114-120, 2019. Disponível em: https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=798154. Acesso em: 25 jan. 2025.

URBAN, Wilbur Marshall. *Language and Reality*: The Philosophy of Language and the Principles of Symbolism. Ed. 2. London: George Allen & Unwil Ltd., 1951 [1939]. Disponível em: https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.143055. Acesso em: 25 jan. 2025.

URBAN, Wilbur Marshall. *The Intelligible World:* Metaphysics and Value. New York: The Macmillan Co., 1929. Disponível em: https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.54696. Acesso em: 25 jan. 2025.

URBAN, Wilbur Marshall. *Valuation:* Its Nature and Laws. New York: The Macmillan Co., 1909. Disponível em: https://archive.org/details/valuationitsnatu032207mbp/. Acesso em: 25 jan. 2025.

URBAN, Wilbur Marshall. Value and Existence. *The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*, v. 13, n. 17, p. 449-465, Aug. 17, 1916. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2013492. Acesso em: 25 jan. 2025.

VOLÓCHINOV, Valentin. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica. *In:* VOLÓCHINOV, Valentin. (Círculo de Bakhtin) *A palavra na vida e a palavra na poesia*: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 109-146.

VOLÓCHINOV, Valentin N. (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

Lá onde se lê “intersubjetividade”, leia-se “diálogo”: Benveniste e o “problema do ‘outro’”

Giovane Fernandes Oliveira*

Resumo

Este artigo tem por objetivo submeter a um exame crítico o problema do “outro” na teorização enunciativa de Émile Benveniste. Como ponto de partida, toma-se uma nota manuscrita do linguista em que se lê: “o problema do ‘outro’ (frequente, a estudar)”. Se é verdade que não houve tempo para Benveniste dedicar um “estudo” exclusivo a tal problema, não é menos verdade que este é “frequente” em sua obra, do que dão testemunho quatro artigos aqui examinados, os quais cobrem diferentes décadas de sua carreira, sendo marcos de um percurso intelectual que vai dos anos 1940 aos anos 1960. Após a análise individual de cada texto, procede-se a uma análise de conjunto, cujos resultados permitem sustentar duas conclusões. Primeira conclusão: se o “eu” é pessoa subjetiva e o “tu” é pessoa não subjetiva, visto que apenas o “eu” enuncia, então a relação enunciativa define-se em termos não de intersubjetividade (relação entre “sujeitos”), mas de diálogo (relação entre locutores, cada um dos quais se situa alternadamente como sujeito ao enunciar). Segunda conclusão: o problema do “outro” é teorizado por Benveniste sob dois ângulos – por um lado, como condição **de** diálogo (polaridade fundamental) fundante da enunciação e, logo, anterior a ela; por outro lado, como estrutura **do** diálogo (consequência pragmática) instalada pela enunciação e, assim, posterior a ela.

Palavras-chave: intersubjetividade; diálogo; alteridade; enunciação; Émile Benveniste.

* Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutor em Letras – Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de Linguística do Centro de Letras e Comunicação (CLC) da UFPel. Pesquisador de Pós-Doutorado Júnior (PDJ/CNPq) no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8251-8353.

Là où il est écrit « intersubjectivité », lisez « dialogue » : Benveniste et le « probleme de l’‘autre’ »

Résumé

Cet article a pour but de soumettre a un examen critique le problème de l’« autre » dans la théorisation énonciative d’Émile Benveniste. Comme point de départ, on prend une note manuscrite du linguiste qui dit: « Le problème de l’‘autre’ (fréquent, à étudier) ». S’il est vrai que Benveniste n’a pas eu le temps de consacrer une « étude » exclusive à ce problème, il n’en est pas moins vrai qu’il est « fréquent » dans son œuvre, comme en témoignent quatre articles examinés ici, lesquels couvrent différentes décennies de sa carrière et sont des jalons d’un parcours intellectuel s’étendant des années 1940 aux années 1960. Après avoir analysé chaque texte individuellement, on procède à une analyse d’ensemble, dont les résultats étayent deux conclusions. Première conclusion: si le « je » est une personne subjective et le « tu » est une personne non subjective, puisque seul le « je » énonce, alors la relation énonciative se définit non pas en termes d’intersubjectivité (une relation entre des « sujets »), mais de dialogue (une relation entre des locuteurs, chacun se posant alternativement comme sujet en énonçant). Deuxième conclusion: le problème de « l’autre » est théorisé par Benveniste sous deux angles – d’une part, comme condition **de** dialogue (polarité fondamentale) fondatrice de l’énonciation et, par conséquent, antérieure à celle-ci; d’autre part, comme structure **du** dialogue (conséquence pragmatique) installée par l’énonciation et, donc, postérieure à celle-ci.

Mots-clé : intersubjectivité ; dialogue ; altérité ; énonciation ; Émile Benveniste.

Recebido em: 03/08/2025 // Aceito em: 27/11/2025

> Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido *pelo* fogo de um trabalho crítico, que, muito provavelmente, acabará por destruir a cidadela da "Tríplice Aliança" como tal, embora haja, ao mesmo tempo, a possibilidade de que, por essa via, algo novo venha a nascer – *contra* o fogo incinerador que só produz fumaça. (Pêcheux, [1975]/1997, p. 294)

Introdução

Talvez cause espécie ao leitor iniciar um texto sobre Émile Benveniste com uma epígrafe de Michel Pêcheux, filósofo que teceu críticas tenazes ao linguista[1]. Encontro, porém, duas justificativas para um tal início.

Uma primeira justificativa é o fato de que, se é verdade que Pêcheux criticou Benveniste em alguns momentos, é também verdade que o homenageou em pelo menos dois momentos. Em 1971, Pêcheux publica o artigo "A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso", em número da revista *Langage* dedicado a Benveniste, que acabara de sofrer o AVC que o deixou afásico e imobilizado; curiosamente, o linguista não é citado no texto – uma homenagem silenciosa. Em 1982, Pêcheux publica o artigo "Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas", cujas seções são todas intituladas com epígrafes de Benveniste – uma homenagem explícita.

Uma segunda justificativa é o fato de a epígrafe ser retirada de um texto em que Pêcheux realiza uma autocrítica relativamente a escritos anteriores seus no que concerne ao que ele qualifica como um fracasso da "Tríplice Aliança" (marxismo, linguística

1 Embora a posição de Pêcheux acerca de Benveniste não tenha sido sempre a mesma, como pontua Maldidier ([1991]/2003, p. 97) ao mencionar os "linguistas de Pêcheux", dentre os quais "Benveniste a quem ele fez justiça tardiamente".

e psicanálise). É também de uma autocrítica que trata o presente texto, uma autocrítica relativamente a escritos anteriores meus que, filiados teoricamente a Benveniste, insistiram em um termo tão pouco frequente quanto controverso em seus artigos: o termo "intersubjetividade". Foi somente após ter conduzido, mais recentemente, um estudo retrospectivo no campo da aquisição de linguagem (Oliveira, no prelo[2]) que pude reconhecer aquilo que antes eu não reconhecia, ou melhor, teimava em não reconhecer: um ponto cego na argumentação benvenistiana atinente ao termo em questão. Afinal, verdade seja dita, eu havia já me questionado sobre esse ponto cego, o que justifica o adjetivo "controverso" há pouco empregado.

Tal questionamento já havia se feito sentir com mais força em dois estudos de maior fôlego. O primeiro, de caráter intrateórico, consiste em um livro no qual examino o problema da referência na teoria da linguagem benvenistiana, mais precisamente em suas teorizações acerca da semiologia e da enunciação (Oliveira, 2022a). O segundo, de caráter teórico-analítico, consiste em minha tese de doutoramento, na qual busco delinear os contornos de uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita (Oliveira, 2022b). Se o livro me obrigou a mergulhar nos *Problemas de linguística geral I e II*, a fim de deslindar o que a mim figurava como uma intrincada trama de termos, noções e conceitos atados ao problema da referência, a tese me pôs cara a cara com a empiria linguística resultante do trabalho de campo – nesse caso, uma empiria ainda

2 Em resposta a um comentário de parecerista, segundo o qual havia um "excesso de citações autorreferenciais" neste artigo, esclareço que as oito citações a trabalhos anteriores de minha autoria (quatro nesta introdução, uma na conclusão, três em notas de rodapé) são todas citações a título de contextualização – seja das origens do presente estudo (*cfe*. as três primeiras citações desta introdução), seja das perspectivas futuras de investigação a partir dele (*cfe*. a citação da conclusão), seja das complementações de informações veiculadas no texto (*cfe*. a quarta citação da introdução e as três citações de rodapé). Nenhuma dessas citações é, portanto, utilizada para "sustentar os argumentos dos achados deste estudo". De minha parte, creio que situar um trabalho em um conjunto mais amplo de trabalhos próprios é um movimento comum de pesquisadores que têm agenda de pesquisa.

mais opaca, ainda mais resistente à teorização e à análise, porque oriunda de uma língua em constituição, rebelde à aplicação de categorias elaboradas com vistas à língua constituída.

Na origem da empreitada aqui iniciada, estão duas fagulhas teóricas, uma externa e outra interna. A fagulha externa envolve o estudo retrospectivo anteriormente referido, em que o exame de duas visões do diálogo na aquisição da língua materna – uma visão dual (criança-outro) e uma visão triádica (criança-outro-língua)[3] – levou-me a constatar que a primeira visão, na qual a língua como ordem própria não encontra lugar, caracteriza-se pelo psicologismo atribuído ao termo "intersubjetividade": "A criança apreende a 'ideia' de **intersubjetividade** – que os outros têm **intenções**" (Bruner, 1975, p. 8, grifo próprio).

Por sua vez, a fagulha interna envolve o ponto cego também anteriormente referido: se podemos "definir o 'tu' como a **pessoa não subjetiva**, em face da **pessoa subjetiva** que 'eu' representa" (Benveniste, [1946]/1966, p. 232, grifo próprio)[4], visto que apenas o "eu" enuncia, como podemos falar em "intersubjetividade" ou em "comunicação intersubjetiva" se a relação "eu-tu" é uma relação não entre sujeitos, mas entre uma pessoa subjetiva e uma pessoa não subjetiva?

Juntas, essas duas fagulhas acendem o fogo do trabalho crítico ora introduzido. Contudo, a fagulha externa não tem, aqui, senão o lugar de exterior teórico ao qual se vai e do qual se volta com um olhar outro para o interior teórico, ou seja, para a fagulha interna. Não é, pois, de aquisição em um viés histórico ou teórico que aqui tratarei, mas de enunciação em um viés intrateórico.

3 Visões representadas, respectivamente, por Bruner (1975) e por De Lemos (2002).

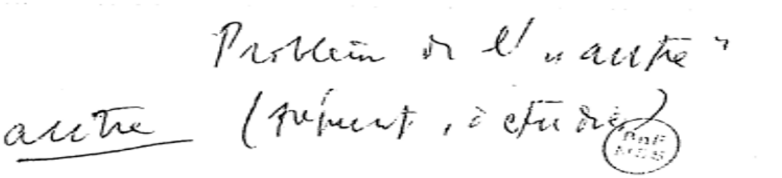
4 Devido a questões de tradução, serão referidos, aqui, os textos benvenistianos em suas versões originais em francês, sendo as citações por mim traduzidas. Registro, ainda, que é também de minha responsabilidade a tradução de citações de textos de outros autores sem tradução para o português.

Antes, no entanto, exponho uma nota manuscrita de Benveniste que serve de ponto de partida a este estudo.

Em 2008, na França, Chloé Laplantine defende sua tese de doutoramento, na qual apresenta e transcreve manuscritos inéditos de Émile Benveniste sobre a linguagem poética. Tais manuscritos, datados de 1967, são apresentados e transcritos nos anexos da tese[5]. Nesses anexos, no envelope 21, fólio 39, encontra-se a nota reproduzida em fac-símile a seguir (Imagem 1), acompanhada da transcrição diplomática de Laplantine (Imagem 2) e da tradução que fiz dessa transcrição.

5 Em 2011, a tese e os anexos são publicados como livros: o volume da tese intitula-se *Benveniste, l’inconscient et le poème* (Laplantine, 2011); o volume dos anexos intitula-se *Baudelaire* (Benveniste, 2011).

Imagem 1 – Nota de Benveniste sobre o "problema do 'outro'"



Fonte: Baudelaire (21, fº39/ fº247)[6].

Imagem 2 – Transcrição diplomática de Laplantine

BAUDELAIRE, 21, f°39 f°247
Petit papier blanc, l = 10, 7, h = 13,6, stylo à bille bleu clair.

Problème de l' « autre »

autre (fréquent, à étudier)

Fonte: Baudelaire (21, fº39/ fº247).

BAUDELAIRE, 21, fº39 fº247

Pequeno papel branco, l = 10, 7, h = 13,6, caneta azul claro

"Problema do 'outro'

outro (frequente, a estudar)"

(Baudelaire, 21, fº39/ fº247).

6 Sigo, aqui, a convenção adotada por Laplantine para referir-se aos manuscritos (cfe. Imagem 2): "Baudelaire, 21, fº39, fº247", em que "21" corresponde ao número do envelope, "fº39" corresponde ao número do fólio no interior do envelope e "fº247" corresponde ao número do fólio no conjunto que compõe com os demais fólios.

Observando o sublinhado e os parênteses dessa nota (aos quais eu acrescentaria as aspas simples), Capt (2015) os considera como um "convite ao aprofundamento". A esse aprofundamento, o autor procede teorizando sobre o "problema do 'outro'" na linguagem poética, mais precisamente na "língua de Baudelaire". De minha parte, proponho-me, aqui, a aprofundar tal problema (daqui por diante, também "problema da alteridade" ou, simplesmente, "alteridade") não o teorizando **a partir de** Benveniste, mas o submetendo a um exame crítico **em** Benveniste.

Para tanto, revisitarei quatro textos do linguista que, embora não sejam exclusivamente voltados ao problema da alteridade, apresentam as principais ideias concernentes ao ponto cego sobre o qual o presente estudo pretende jogar alguma luz. Refiro-me aos artigos "Estrutura das relações de pessoa no verbo" (1946), "A natureza dos pronomes" (1956), "Da subjetividade na linguagem" (1958) e "O aparelho formal da enunciação" (1970), cada um analisado individualmente em uma das quatro seções a seguir, após as quais uma quinta seção dá lugar a uma análise de conjunto.

Trata-se de uma seleção de textos feita a partir de dois critérios, um de inclusão e outro de exclusão. A partir do critério de inclusão, detenho-me em artigos representativos da teorização enunciativa de Benveniste e, no interior destes, nas reflexões mais centradas nas noções de "pessoa" e de "intersubjetividade/diálogo". A partir do critério de exclusão, deixo de fora reflexões desses estudos mais centradas nas noções de "não pessoa", de "tempo" e de "referência" (ver, a esse respeito, Oliveira, 2022a), bem como outros artigos do autor que introduzem ideias acerca da alteridade, mas se situam mais no âmbito de sua teorização semiológica.

1 O problema do "outro" em "Estrutura das relações de pessoa no verbo" (1946)

Em "Estrutura das relações de pessoa no verbo" (1946), Benveniste esboça uma "teoria linguística da pessoa verbal". Tal esboço parte da consideração de três tradições gramaticais: a grega, a indiana e a árabe. As duas primeiras tradições distinguem três pessoas às quais se referem as formas verbais, alinhando-as em um paradigma simétrico, mas o fazem em ordem inversa: na tradição grega, há a primeira pessoa, a segunda pessoa e a terceira pessoa; na tradição indiana, há a primeira pessoa (equivalente à terceira dos gregos), a pessoa intermediária (equivalente à segunda dos gregos) e a última pessoa (equivalente à primeira dos gregos). Já a tradição árabe, embora distinga três pessoas, qualifica-as de maneira tal que demarca a não simetria entre as duas primeiras (aquele que fala e aquele a quem se dirige) e a terceira (aquele que está ausente).

Tal não simetria é ilustrada por Benveniste com diferenças formais da "terceira pessoa" relativamente às duas primeiras em diversas línguas, diferenças a partir das quais ele tira uma conclusão: "a pessoa não é própria senão às **posições 'eu' e 'tu'**. A terceira pessoa é, em virtude da sua estrutura mesma, a **forma não pessoal** da flexão verbal" (Benveniste, [1946]/1966, p. 230, grifo próprio). Essa conclusão é ressaltada por duas características exclusivas de "eu" e de "tu" e por uma característica exclusiva de "ele": (1) a **unicidade de "eu" e de "tu"** (os quais são únicos a cada enunciação, enquanto o "ele" pode ser uma infinidade de "sujeitos" ou nenhum); (2) a **inversibilidade de "eu" e de "tu"** (os quais são posições mutuamente inversíveis na alternância de enunciações, enquanto o "ele" não se inverte nem em "eu" nem

em "tu"); (3) a **predicabilidade de "ele"** (o qual é o único passível de predicação verbal, pois é aquilo de que "eu" fala a "tu").

À luz dessas características, Benveniste propõe duas correlações. A primeira é a **correlação de pessoalidade**, que opõe as pessoas "eu" e "tu" (únicas e inversíveis, mas não predicáveis) à não pessoa "ele" (predicável, mas não única e inversível). A segunda é a **correlação de subjetividade**, interna à anterior, que opõe a pessoa subjetiva "eu" à pessoa não subjetiva "tu". A "subjetividade" presente em "eu" e ausente em "tu" deve-se a duas outras características de "eu":

> O que diferencia "eu" de "tu" é, em primeiro lugar, o fato de ser, no caso de "eu", *interior* ao enunciado e exterior a "tu", mas exterior de uma maneira que não suprime a realidade humana do diálogo; [...] além disso, "eu" é sempre *transcendente* relativamente a "tu". Quando saio de "mim" para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou situo necessariamente um "tu", que é, fora de mim, a única "pessoa imaginável". Essas qualidades de interioridade e de transcendência pertencem particularmente ao "eu" e se invertem em "tu". Poder-se-á, então, definir o "tu" como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que "eu" representa; e essas duas "pessoas" se oporão juntas à forma de "não pessoa" (= "ele"). (Benveniste, [1946]/1966, p. 232).

Interioridade e **transcendência**: eis as duas características que distinguem o "eu" do "tu". O primeiro é uma pessoa subjetiva, pois é a posição que enuncia e que, ao enunciar, situa-se como interior ao enunciado e como exterior ao "tu". O segundo é uma pessoa não subjetiva, pois é a posição que não enuncia e que, não enunciando, permanece fora do enunciado, mas um "fora" que não deixa de ser um "dentro", pois é aí situado **necessariamente** pelo "eu", que, ao fazê-lo, transcende-o. Trata-se, porém, de

uma transcendência tão somente temporal, que não suprime a "realidade humana do diálogo", mas a supõe como uma necessidade: o "eu" só é transcendente a "tu" no instante mesmo em que enuncia, mas, quando as posições se invertem, o "tu" passa a ser "eu" e assume as características de transcendência e de interioridade.

Dessa maneira, ainda que as noções de "pessoa", de "pessoalidade" e de "subjetividade" não sejam definidas nesse texto, o percurso teórico nele trilhado autoriza alguns entendimentos. A **pessoa** pode ser entendida como **posição na realidade humana do diálogo**: há a posição que enuncia (pessoa "eu") e a posição que não enuncia (pessoa "tu"). Já a **pessoalidade** pode ser entendida como um **traço de natureza linguística definível pelas características de unicidade e de inversibilidade**: não pessoa, o "ele" não é uma posição no diálogo, por não ser único e inversível como as pessoas/posições "eu" e "tu". Por sua vez, a subjetividade pode ser entendida como um **traço de natureza linguística definível pelas características de interioridade e de transcendência**: pessoa subjetiva, o "eu" é o único interior ao enunciado e transcendente ao "tu", pessoa não subjetiva, sendo a possibilidade de enunciar facultada apenas ao primeiro, jamais ao segundo.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza a reflexão sobre a alteridade no artigo de 1946.

Quadro 1 – Síntese da reflexão sobre a alteridade em "Estrutura das relações de pessoa no verbo" (1946)

CORRELAÇÃO DE PESSOALIDADE		CORRELAÇÃO DE SUBJETIVIDADE	
Pessoas	Não pessoa	Pessoa subjetiva	Pessoa não subjetiva
eu e *tu*	*ele*	*eu*	*tu*
• unicidade • inversibilidade	• predicação verbal	• interioridade • transcendência	

Fonte: Elaborado pelo autor.

2 O problema do "outro" em "A natureza dos pronomes" (1956)

Dez anos após "Estrutura das relações de pessoa no verbo" (1946), Benveniste volta a abordar as categorias de pessoa e de não pessoa, desta vez se debruçando não sobre as formas verbais, mas sobre as formas pronominais. Em "A natureza dos pronomes" (1956), podem ser destacados três pontos relativos ao problema do "outro".

O primeiro ponto diz respeito à introdução do termo "intersubjetividade", mais precisamente sob a forma adjetiva. Nesse texto, o autor atribui, aos pronomes pessoais, a resolução de um grande problema, "o qual não é outro senão o problema da comunicação intersubjetiva" (Benveniste, [1956]/1966, p. 254). Segundo ele, se, para cada locutor, houvesse um signo único, "haveria praticamente tantas línguas quantos indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível" (Benveniste, [1956]/1966, p. 254). O que possibilita a comunicação intersubjetiva é o fato de os pronomes "eu" e "tu" (e os demais dêiticos pessoais, espaciais e temporais, como outros pronomes pessoais, verbos, advérbios e locuções adverbiais) serem "signos 'vazios', não referenciais com relação à 'realidade', sempre

disponíveis, e que se tornam 'plenos' assim que um locutor os assume em cada instância de seu discurso" (Benveniste, [1956]/1966, p. 254).

O segundo ponto concerne à introdução da distinção entre "locutor(es)" e "sujeito": "É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se situa, alternadamente, como 'sujeito'" (Benveniste, [1956]/1966, p. 254). Dessa citação, pode-se derivar alguns entendimentos: a) se o locutor "se situa" como sujeito, então o sujeito é uma **posição**, termo utilizado no artigo anterior para distinguir as pessoas "eu" e "tu" da não pessoa "ele"; b) se "eu" e "tu" são, respectivamente, "pessoa subjetiva" e "pessoa não subjetiva", então se pode falar em **posição pessoal subjetiva** e em **posição pessoal não subjetiva**; c) a posição pessoal subjetiva não pode ser assumida senão por um locutor de cada vez ("alternadamente"), sendo a pronúncia do signo vazio "eu" que assinala mais nitidamente essa alternância.

O terceiro ponto envolve a distinção entre "instância de discurso" e "instância linguística":

> *Eu* designa "a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*". Instância única por definição e válida somente na sua unicidade. [...] *eu* não pode ser identificado senão pela instância de discurso que o contém e por aí somente. Ele não vale senão na instância em que é produzido. Mas, paralelamente, é também enquanto instância de forma *eu* que ele deve ser tomado; a forma *eu* não tem existência linguística senão no ato de fala que a profere. Há, pois, nesse processo, uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente e instância de discurso que contém *eu* como referido. A definição pode, então, precisar-se assim: *eu* é o "indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*". Consequentemente, introduzindo-se a situação

> de "alocução", obtém-se uma definição simétrica para *tu*, como o "indivíduo alocutado na presente instância de discurso que contém a instância linguística *tu*". Essas definições visam *eu* e *tu* como categoria da linguagem e se relacionam à sua posição na linguagem. Não consideramos as formas específicas dessa categoria nas línguas dadas e pouco importa se tais formas devem figurar explicitamente no discurso ou podem aí permanecer implícitas. (Benveniste, [1956]/1966, p. 254-255).

Três ideias, aqui, chamam a atenção: a) no início da citação, a "dupla instância conjugada" é associada a uma **instância de discurso** (a do "eu" como referente, indivíduo locutor) e a uma **instância linguística/de forma** (a do "eu" como referido, indicador de locução); b) no meio da citação, se a instância de discurso segue sendo remetida ao "eu", a instância linguística se estende ao "tu" (a do **indivíduo "alocutado"**, adjetivo que realça a transcendência do "eu" relativamente ao "tu"[7]); c) no fim da citação, os termos "categoria" e "posição", introduzidos em 1946, são novamente utilizados para qualificarem "eu" e "tu", os quais, se são **formas** (indicadoras de locução e de alocução, respectivamente) que variam conforme as línguas e que podem ou não ser explicitadas discursivamente, são, sobretudo, **posições** (uma posição subjetiva e uma posição não subjetiva, respectivamente) que, juntas, integram uma **categoria** fundamental da linguagem (a de pessoa).

7 Em Oliveira (2022a), problematizo a expressão "definição simétrica" presente na citação recuada acima: "Benveniste introduz, aí, a 'situação de alocução' e deriva uma 'definição simétrica para tu', concebendo-o como 'o 'indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística *tu*". Mas seria essa definição realmente simétrica? Comportaria também o *tu* uma dupla instância conjugada? Ora, o adjetivo *alocutado* sugere que o *tu* é sempre uma instância referida, jamais uma instância referente, pois é situado na alocução pelo *eu* e, quando refere, deixa de ser *tu*, passando a ser *eu*. Logo, não se trata de uma dupla instância conjugada tanto para *eu* quanto para *tu*, mas de uma única instância de discurso (*eu referente*) que contém duas instâncias linguísticas (*eu referido*, signo do indivíduo locutor, e *tu*, signo do indivíduo alocutado)" (Oliveira, 2022a, p. 67).

A não simetria entre as duas posições internas a essa categoria é enfatizada na seguinte passagem, dentre outras: "Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se converte em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu* e que define o indivíduo pela construção linguística particular da qual ele se serve quando se enuncia" (Benveniste, [1956]/1966, p. 255). "Sistema de referências internas", "construção linguística particular": outros termos que glosam o sujeito como efeito da enunciação do locutor, como posição em que este se situa discursivamente enquanto "eu", ao mesmo tempo que situa o outro enquanto "tu".

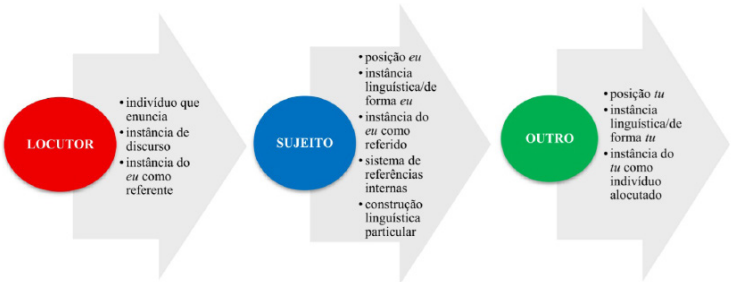
Antes de encerrar o exame de "A natureza dos pronomes" (1956), gostaria de chamar a atenção, na citação recuada anterior, para o complemento "linguagem" nas expressões "categoria da linguagem" e "posição na linguagem". Nos textos benvenistianos, encontramos acepções teóricas e acepções não teóricas do termo "linguagem". No texto examinado nesta seção, há duas acepções teóricas: "O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo" (Benveniste, 1966 [1956], p. 254). Nas expressões "categoria da linguagem" e "posição na linguagem", quais são as acepções do termo "linguagem"? Sistema e/ou exercício? Sem ignorar a possibilidade de "linguagem" designar, nessas expressões, a faculdade humana (acepção teórica do termo em outro texto[8]), opto por me manter circunscrito à lógica interna desse artigo de 1956. À luz dessa lógica, compreendo que **linguagem** tem, em "categoria da linguagem", a acepção de **sistema** e, em "posição na linguagem", a acepção de **exercício**.

8 Trata-se do artigo "Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística" (1963), em que o termo "linguagem" é definido em contraste com os termos "línguas" e "língua": "Essa distinção, que nem sempre se faz, é necessária: a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais ela se realiza" (Benveniste, [1963]/1966, p. 19); "a língua forma um sistema. [...] Da base ao topo, desde os sons até as mais complexas formas de expressão, a língua é um arranjo sistemático de partes" (Benveniste, [1963]/1966, p. 19).

Se for lícita uma tal compreensão, então podemos entender a categoria de pessoa como uma **zona do sistema linguístico que abriga os signos vazios**. Já as posições "eu" e "tu" podem ser entendidas como **posições discursivas instauradas no exercício da linguagem**. As formas dêiticas (os signos vazios "eu" e "tu" e as demais formas pessoais, espaciais e temporais, como outros pronomes pessoais, verbos, advérbios e locuções adverbiais) jazem em potência na categoria de pessoa e são atualizadas na instância de discurso, quando o locutor as mobiliza para se situar como "eu" e ao alocutário como "tu".

O Diagrama 1, a seguir, sintetiza a reflexão sobre a alteridade no artigo de 1956[9].

Diagrama 1 – Síntese da reflexão sobre a alteridade em "A natureza dos pronomes" (1956)



Fonte: Elaborado pelo autor.

3 O problema do "outro" em "Da subjetividade na linguagem" (1958)

Dois anos depois de "A natureza dos pronomes" (1956), Benveniste acrescenta nuances à sua teorização sobre o problema

9 Em resposta a outro comentário de parecerista, conforme o qual este diagrama e os demais expostos no presente artigo poderiam levar a um "risco de excesso de didatismo, ao propor uma leitura assertiva no lugar do que deveria ser uma sugestão interpretativa", esclareço que tais diagramas devem ser lidos como sínteses dos percursos argumentativos que os antecedem. Trata-se, então, de sínteses de "sugestões interpretativas", e não de "leituras assertivas".

da alteridade. Em "Da subjetividade na linguagem" (1958), o linguista retoma a distinção "locutor/sujeito": "É na e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*" (Benveniste, [1958]/1966, p. 259-260); "A linguagem não é possível senão porque cada locutor se situa como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* em seu discurso" (Benveniste, [1958]/1966, p. 260); "É na instância de discurso em que *eu* designa o locutor que este se enuncia como 'sujeito'" (Benveniste, [1958]/1966, p. 262). A esses excertos, é comum a ideia topológica de **ocupação de uma posição**: o homem/locutor ocupa a posição de sujeito.

Esse "situar-se"/"constituir-se" enunciativamente pode ser pensado em termos de **condição** e de **efeito** da enunciação: "Eu não emprego *eu* senão me dirigindo a alguém, que será, na minha alocução[10], um *tu*. É essa **condição de diálogo** que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocução daquele que, por sua vez, designa-se por *eu*" (Benveniste, [1958]/1966, p. 260). A condição de diálogo é, pois, fundante tanto da pessoa subjetiva "eu" quanto da pessoa não subjetiva "tu". Tal condição tem como **efeito** o "processo de comunicação": "A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, da qual o processo de comunicação, de que partimos, não é senão uma consequência totalmente pragmática" (Benveniste, [1958]/1966, p. 262). Essa distinção entre "condição de diálogo/condição fundamental da polaridade das pessoas" e "processo de comunicação/consequência totalmente pragmática" retorna ao fim do artigo, em que a condição é redefinida como **intersubjetividade** e o efeito, como **comunicação linguística**: "Muitas noções na linguística e, talvez, mesmo na psicologia aparecerão sob uma luz diferente

10 As duas ocorrências do termo "alocução" parecem ter, nessa citação, a acepção de "enunciação".

se as restabelecermos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala e sob a condição da *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística" (Benveniste, [1958]/1966, p. 289).

Benveniste complexifica essa relação condição-efeito de duas maneiras. Em primeiro lugar, o autor acentua características das pessoas "eu" e "tu" já abordadas em 1946: "Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: 'ego' tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; eles são complementares, mas segundo uma oposição 'interior/exterior', e, ao mesmo tempo, são reversíveis" (Benveniste, [1958]/1966, p. 260). Dessas características, a **complementaridade "eu-tu"** pode ser situada no âmbito da condição da enunciação (é uma característica fundante desta), ao passo que a **transcendência "eu/tu"** e a **reversibilidade "eu-tu"** podem ser situadas no âmbito do efeito da enunciação (são características resultantes desta). Em segundo lugar, Benveniste expande o terreno da discussão sobre a alteridade, pensando-a não apenas em termos de **relação "eu-outro"**, mas também em termos de **relação "indivíduo-sociedade"**:

> Caem, assim, as velhas antinomias do "eu" e do "outro", do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu* – que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se, então, à do "próximo" –, quer ele seja, ao contrário, a sociedade – que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo. É em uma realidade dialética que engloba os dois termos e os define por relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade. (Benveniste, [1958]/1966, p. 287).

"Dualidade" (e não "antinomia"), "realidade dialética", "relação mútua": ao sustentar a dialética constitutiva dos termos "eu-outro/indivíduo-sociedade", Benveniste não está negando que a sociedade histórica é anterior ao organismo humano individual (aliás, quando aborda a aquisição da língua em outros textos, ele insiste nessa anterioridade). O que o autor faz, aqui, é deslocar os termos em questão do âmbito da antinomia redutora – no qual são tomados empiricamente – para o âmbito da dialética constitutiva – no qual são concebidos em termos de **fundamentos**: a sociedade como o fundamento coletivo da existência humana e o homem como o fundamento antropológico da coletividade, sendo o fundamento linguístico comum a ambos[11]. Porém, se essa realidade dialética "eu-outro/indivíduo-sociedade" situa-se no âmbito da condição da enunciação, não é menos verdade que também se situa no âmbito do efeito da enunciação, como ilustra a omissão das formas pessoais com vistas a efeitos de polidez e de hierarquização em sociedades extremo-orientais:

> Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível. Pode somente ocorrer que, em certas línguas, em certas circunstâncias, esses "pronomes" sejam deliberadamente omitidos; é o caso na maioria das sociedades do Extremo Oriente, onde uma convenção de polidez impõe o emprego de perífrases ou de formas especiais entre certos grupos de indivíduos, para substituir as referências pessoais diretas. Mas esses usos apenas sublinham o valor das formas evitadas; é a existência implícita desses pronomes que dá seu valor social e cultural aos substitutos impostos pelas relações de classe. (Benveniste, [1958]/1966, p. 261).

Com esse deslocamento da antinomia redutora para a dialética constitutiva, segundo Milner (2008), Benveniste rejeita

11 Esse papel fundante da língua fica claro em trecho de "Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística" (1963): "A sociedade não é possível senão pela língua; e, pela língua, também o indivíduo" (Benveniste, [1963]/1966, p. 25-26).

tanto o "solipsismo" quanto o "sociologismo", disjuntando o "individual" e a "subjetividade", pois "ele funda o sujeito e a subjetividade [e, acrescentaria eu, a alteridade 'eu-outro/indivíduo-sociedade'] sobre uma base material: a linguagem enquanto é proferida" (Milner, 2008, p. 130). Essa disjunção não significa que o "indivíduo" não tem lugar no pensamento benvenistiano: sabemos que esse termo figura em muitos textos do linguista, inclusive ao lado dos termos "subjetividade" e "sociedade"; significa, antes, que ele o emprega com acepções distintas dos empregos que tem (têm) na sociologia e alhures. Em Benveniste, o "indivíduo" não se confunde com o "sujeito": o "indivíduo" diz respeito tanto ao locutor (aquele que diz "eu") quanto ao alocutário (aquele a quem se diz "tu"). Já o "sujeito" concerne a um efeito da enunciação, uma posição discursiva, ocupável somente pelo locutor, nunca pelo alocutário – ainda que este também seja pensável em termos de posição discursiva quando situado como um "tu" no discurso de "eu".

Outro aspecto ligado ao problema da alteridade, nesse texto, refere-se à distinção entre os termos "figuras", "formas" e "pessoa(s)": "Os termos mesmos dos quais nos servimos aqui, *eu* e *tu*, não devem ser tomados como figuras, mas como formas linguísticas que indicam a 'pessoa'" (Benveniste, [1958]/1966, p. 261). Nessa citação, o termo **figuras** parece remeter a indivíduos empíricos; o termo **formas**, a signos vazios/dêiticos da língua; o termo **pessoa(s)**, às posições no discurso das quais esses signos são índices. Benveniste não se interessa, aqui, pelo termo "figuras", o que, como veremos adiante, mudará em "O aparelho formal da enunciação" (1970).

O Diagrama 2, a seguir, sintetiza a reflexão sobre a alteridade no artigo de 1958.

Diagrama 2 – Síntese da reflexão sobre a alteridade em "Da subjetividade na linguagem" (1958)

Fonte: Elaborado pelo autor.

4 O problema do "outro" em "O aparelho formal da enunciação" (1970)

Doze anos após "Da subjetividade na linguagem" (1958), vem a público "O aparelho formal da enunciação" (1970). Trata-se, nos termos de Aresi (2012), de um artigo que é, ao mesmo tempo, um "texto-síntese" e um "texto-programa". Sintético, o texto o é, pois resume mais de três décadas de estudos enunciativos levados a cabo por Benveniste. Programático, o texto o é, pois abre a teorização sobre a enunciação a horizontes investigativos mais amplos do que a análise de fatos de língua. Dentre tais horizontes, três estão diretamente vinculados ao problema da alteridade.

Um horizonte consiste no **quadro formal de realização da enunciação**. De acordo com Benveniste, "Na enunciação, consideramos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em

que ele se realiza, os instrumentos da realização" (Benveniste, [1970]/1974, p. 81). Cada componente desse quadro – o **ato**, a **situação**[12], os **instrumentos** – é associado à alteridade.

Quanto ao ato de enunciação, este "introduz, em primeiro lugar, o locutor como parâmetro nas condições necessárias à enunciação" (Benveniste, [1970]/1974, p. 81). Que condições são essas? São a relação locutor-língua e a relação locutor-alocutário (ligadas ao componente "ato"), a relação alocução-mundo (ligada ao componente "situação") e a relação forma-sentido (ligada ao componente "instrumentos"). E por que o locutor é o "parâmetro" nessas condições? Porque, "Antes da enunciação, a língua não é senão a possibilidade da língua. Após a enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno" (Benveniste, [1970]/1974, p. 81). Ao enunciar, o locutor não só atualiza o sistema virtual da língua, mas também "implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a esse outro. Toda enunciação, explícita ou implícita, é uma alocução, postula um alocutário" (Benveniste, [1970]/1974, p. 81).

Quanto à situação, esta pode ser pensada em termos de **referência como condição** e de **referência como efeito** da enunciação. Como condição, trata-se, "no caso do locutor, [d]a necessidade de referir pelo discurso e, no caso do outro, [d]a possibilidade de correferir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um colocutor" (Benveniste, [1970]/1974, p. 82). Como efeito, trata-se do fato de que, "na

12 Apesar de Benveniste empregar, na citação anterior, o termo "situações" (no plural), todo o encaminhamento que ele dá à discussão sobre esse elemento do quadro formal da enunciação autoriza que se fale em "situação" (no singular).

enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo" (Benveniste, [1970]/1974, p. 82), sendo essa certa relação um resultado da atualização da necessidade de referir por parte do locutor.

Quanto aos instrumentos de realização da enunciação, estes "são uns necessários e permanentes, outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido" (Benveniste, [1970]/1974, p. 81). Os instrumentos necessários e permanentes são os **índices específicos**: os dêiticos de pessoa, de espaço e de tempo (formas pronominais, verbais, adverbiais), dentre os quais os instrumentos por excelência são os "índices de pessoa (a relação *eu-tu*), que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação; o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário" (Benveniste, [1970]/1974, p. 82). Já os instrumentos incidentais e particulares são os **procedimentos acessórios**, dentre os quais Benveniste insere as grandes funções sintáticas (interrogação, intimação, asserção), por intermédio das quais o locutor busca "influenciar de alguma maneira o comportamento do alocutário" (Benveniste, [1970]/1974, p. 84), e as modalidades formais (modos verbais, expressões fraseológicas), "que enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão)" (Benveniste, [1970]/1974, p. 85). Também os instrumentos podem ser pensados em termos de condição e de efeito da enunciação: considerando que "O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de uma parte, e por meio de procedimentos acessórios, de outra" (Benveniste, [1970]/1974, p. 85), podemos entender o aparelho formal da língua como os **instrumentos enquanto condição da enunciação** (sua base material) e a

posição de locutor como os **instrumentos enquanto efeito da enunciação** (sua manifestação discursiva).

Outro horizonte implica o **quadro figurativo da enunciação**. Conforme Benveniste,

> O que, em geral, caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.
> Essa característica situa, por necessidade, o que se pode chamar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação situa duas "figuras" igualmente necessárias, uma a fonte, outra o alvo da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternadamente protagonistas da enunciação. Esse quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação. (Benveniste, [1970]/1974, p. 85).

Tal citação requer quatro observações.

Primeira observação: o termo "quadro" se reveste de acepções distintas nas expressões "quadro formal de realização da enunciação" e "quadro figurativo da enunciação". Na primeira expressão, trata-se do conjunto de componentes que deve ser analisado na enunciação (o ato, a situação e os instrumentos). Na segunda expressão, trata-se das figuras situadas pelo ato enunciativo (a figura "eu" e a figura "tu"). As duas expressões não são mutuamente excludentes: **o quadro formal contém o quadro figurativo** – este não corresponde senão ao primeiro componente daquele (o ato, que, produzido pelo locutor, implanta "imediatamente" o alocutário).

Segunda observação: a expressão "grau de presença", que consta na formulação anterior sobre o locutor "implanta[r] o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a esse outro" (Benveniste, 1974 [1970], p. 81), é esclarecida na primeira parte da citação recuada acima. O **grau de presença**

do outro/parceiro/alocutário diz respeito ao fato de este poder ser real ou imaginado, individual ou coletivo e – retomando outra formulação do mesmo texto – explícito ou implícito. Portanto, a relação discursiva acentuada pela enunciação não se reduz a uma conversação face a face, entre dois indivíduos empíricos e copresentes: trata-se, mais fundamentalmente, de um diálogo estruturado pela língua empregada em um "aqui-agora", diálogo entre figuras de discurso e, como tais, projetadas enunciativamente.

Terceira observação: os termos "quadro figurativo" e "estrutura do diálogo" são equivalentes do ponto de vista nocional, como indica tanto a expressão predicativa "É a estrutura do *diálogo*" (que glosa o termo "quadro figurativo") quanto a expressão referencial "Esse quadro" (que retoma o termo "estrutura do diálogo"). Se as ideias de "necessidade de referir" e de "possibilidade de correferir" têm a ver com uma condição da enunciação – a de (co)referência –, a ideia de "quadro figurativo/estrutura do diálogo" tem a ver com um efeito da enunciação, o qual atualiza o que, antes desse ato, não são senão potências, a saber, a necessidade de referir e a possibilidade de correferir.

Quarta observação: se, em "Da subjetividade na linguagem" (1958), o termo "figuras" é por Benveniste considerado indevido para designar "eu" e "tu", parecendo remeter a indivíduos empíricos, em "O aparelho formal da enunciação" (1970), tal termo assume uma acepção teórica, sendo empregado para qualificar os protagonistas da enunciação, tomados não empiricamente, mas enunciativamente, como figuras de uma relação discursiva.

Um último horizonte envolve **três casos cujo estatuto dialógico** problematiza Benveniste.

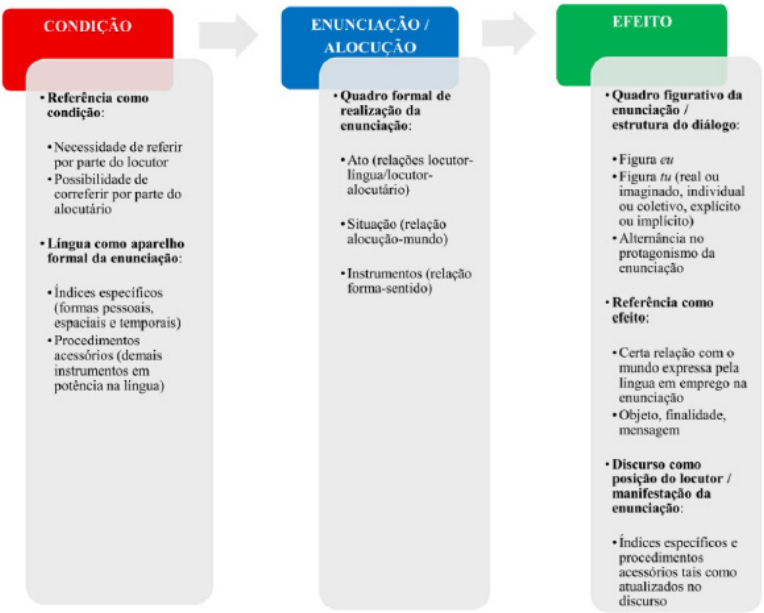
O primeiro caso consiste na possibilidade ou não de "diálogo fora da enunciação" (Benveniste, [1970]/1974, p. 85). O linguista usa como exemplo um jogo praticado pelos merinas, povo de Madagascar, e chamado *hain-teny*. Trata-se de uma **disputa verbal** cujos participantes tentam constranger um ao outro trocando provérbios com habilidade e com malícia. Para o autor, "não se trata, na verdade, nem de diálogo nem de enunciação. Nenhum dos parceiros se enuncia: tudo consiste em provérbios citados e em provérbios opostos citados em réplica. Não há uma única referência explícita ao objeto do debate", de modo que "Esse jogo não tem senão a aparência de um diálogo" (Benveniste, [1970]/1974, p. 85). Não sendo o *hain-teny* nem enunciação nem diálogo, não há, portanto, nem referência nem correferência, reduzindo-se o jogo a uma troca linguística com fins lúdicos, mas não dialógicos e referenciais.

Já o segundo caso consiste na possibilidade ou não de "enunciação sem diálogo" (Benveniste, [1970]/1974, p. 85). O exemplo de Benveniste, aqui, é o **monólogo**, o qual ele defende ser um **diálogo interiorizado**, "formulado em 'linguagem interior', entre um eu locutor e um eu ouvinte" (Benveniste, [1970]/1974, p. 85). Conforme o linguista, o "eu ouvinte" pode permanecer em silêncio, o que já basta para tornar significante a enunciação do "eu locutor" – do que se pode inferir que a correferência suposta por este em relação àquele é suficiente como condição de sua (do "eu locutor") produção de referência. Ou o "eu ouvinte" pode intervir, convertendo-se em "eu locutor" e enunciando-se como "primeira pessoa", "com uma objeção, uma questão, uma dúvida, um insulto" (Benveniste, [1970]/1974, p. 86) – do que se pode inferir que, também no monólogo, há alternância no protagonismo da enunciação e, assim, diálogo.

Por fim, o terceiro caso se situa no "limite do 'diálogo'" (Benveniste, [1970]/1974, p. 88). Trata-se do que o antropólogo Bronislaw Malinowski chamou de **comunhão fática**, "um tipo de discurso em que os laços de união são criados pela mera troca de palavras" (Malinowski *apud* Benveniste, [1970]/1974, p. 87), a qual não implica reflexão, informação, comunicação entre o locutor e o ouvinte: apenas preenche uma "função social" (Malinowski *apud* Benveniste, [1970]/1974, p. 87) – frases de cortesia, perguntas sobre a saúde, comentários sobre o tempo, o tagarelar juntos sem finalidade. O antropólogo sugere que, na comunhão fática, "a língua não depende do que acontece no momento; parece até privada de qualquer contexto de situação" (Malinowski *apud* Benveniste, [1970]/1974, p. 87). Segundo Benveniste, a comunhão fática se situa no "limite do 'diálogo'", sendo "uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de falas acordadas, repetidas por cada enunciador" (Benveniste, [1970]/1974, p. 88). Por que o diálogo estaria, aqui, no limite? Uma resposta possível a essa pergunta talvez resida no fato de que, em geral, a enunciação e o diálogo comportam objeto, finalidade, mensagem – e, ao comportarem tais caracteres, expressam uma certa relação com o mundo (referência como efeito).

O Diagrama 3, a seguir, sintetiza a reflexão sobre a alteridade no artigo de 1970.

Diagrama 3 – Síntese da reflexão sobre a alteridade em “O aparelho formal da enunciação” (1970)



Fonte: Elaborado pelo autor.

5 O problema do “outro” em Benveniste: intersubjetividade ou diálogo?

Retomemos a nota manuscrita de Benveniste da qual partimos: a afirmação sobre o problema do “outro” ser um problema “frequente, a estudar” admite duas leituras – uma pautada no adjetivo “frequente”; a outra, na construção “a estudar”. Se é verdade que não houve tempo para Benveniste dedicar um “estudo” exclusivo a tal problema, não é menos verdade que este é “frequente” em sua obra, do que dão testemunho os artigos aqui examinados. Representativos de sua

teorização enunciativa, esses textos cobrem diferentes décadas de sua carreira, sendo marcos de um percurso intelectual que vai dos anos 1940 aos anos 1960[13].

Na introdução deste trabalho, antecipei um ponto cego da argumentação benvenistiana acerca da alteridade: se podemos "definir o 'tu' como a **pessoa não subjetiva**, em face da **pessoa subjetiva** que 'eu' representa" (Benveniste, [1946]/1966, p. 232, grifo próprio), visto que apenas o "eu" enuncia, como podemos falar em "intersubjetividade" ou em "comunicação intersubjetiva" se a relação "eu-tu" é uma relação não entre "sujeitos", mas entre uma pessoa subjetiva e uma pessoa não subjetiva? Até onde tenho notícia, problematizações similares foram feitas só por dois leitores de Benveniste.

Na França, em 1974, Roland Barthes escreve uma resenha dos *Problemas de linguística geral II* (PLG II), intitulada "Por que gosto de Benveniste", na qual lemos:

> Benveniste deu um corpo científico a uma noção que atingiu a maior importância no trabalho da vanguarda: a enunciação. A enunciação não é o enunciado (evidentemente), e também não é (proposição mais subtil e mais revolucionária) a simples presença da subjetividade no discurso; ela é o acto, sempre renovado, pelo qual o locutor toma posse da língua (se apropria dela, diz justamente Benveniste): o sujeito não é anterior à linguagem; só se torna sujeito na medida em que fala; em suma, não há "sujeitos" (e, portanto, "subjetividade"), há apenas locutores; mais ainda – e é uma instância constante de Benveniste – só há *interlocutores*. (Barthes, [1974/1984]/1987, p. 151).

A despeito da estranha afirmação sobre não haver subjetividade (ora, o próprio Benveniste define esta, em

13 Publicado em 1970, "O aparelho formal da enunciação" foi escrito em 1969, último ano de Benveniste em atividade.

1958, como a capacidade do locutor de se situar como sujeito ao enunciar, sendo, pois, a subjetividade uma condição da enunciação – só pode enunciar quem tem essa capacidade locutória), Barthes mostra uma leitura precisa da teorização enunciativa benvenistiana ao sublinhar a não anterioridade do sujeito à enunciação e o fato de não haver "sujeitos", mas (inter)locutores.

Em artigo anterior à resenha, intitulado "Escrever, verbo intransitivo?" (1970)[14], ao buscar tirar consequências, para a análise literária, da reflexão de Benveniste sobre as correlações de pessoalidade e de subjetividade, Barthes ([1970/1984]/1987, p. 23) já pontuava que "o *eu* daquele que escreve *eu* não é o mesmo que o *eu* que é lido por *tu*", o que envolve uma "dissimetria fundamental da linguagem", a qual "começa enfim a inquietar a literatura, fazendo-a perceber que a intersubjectividade, ou, o que talvez seja mais bem dito, a interlocução" não se realiza senão por "uma descida profunda, paciente e muitas vezes tortuosa, ao labirinto do sentido".

No Brasil, em texto intitulado "Às voltas com o *tu* em Benveniste: uma reflexão sobre a noção de *escuta* em linguística", Luiza Milano (2020) investiga o estatuto do "tu" no pensamento benvenistiano com vistas a uma problematização linguística da noção de "escuta". Segundo a pesquisadora, "para Benveniste, *eu* é transcendente a *tu* no sentido em que é sempre eu que enuncia e implanta o *tu* diante de si. Mas o autor lembra que essas posições são inversíveis, isto é, os lugares de *eu* e de *tu* são intercambiáveis nas trocas verbais" (Milano, 2020, p. 81). Pergunta-se, então, Milano (2020, p. 81-82): "a díade *eu*-

14 Tais resenha e artigo de Barthes foram publicados separadamente (a resenha, em 1974; o artigo, em 1970) e, mais tarde (em 1984), republicados na coletânea *O rumor da língua*, cuja edição aqui consultada é a portuguesa de 1987. Por isso, as citações diretas indicam três anos: o da edição consultada, a da republicação na coletânea e o da publicação original.

tu valeria (até certo ponto) o mesmo que a díade *tu-eu*?", visto que "eu-tu é posição enunciativa de fala, enquanto tu-eu seria posição enunciativa de escuta". Ao que acrescenta:

> Problematizo essa questão porque, como se sabe, segundo Benveniste, enquanto o *eu* é pessoa subjetiva, o *tu* é pessoa não subjetiva. Sempre me intrigou o "pessoa não-subjetiva" contrastando com a necessária "intersubjetividade" na proposta do autor. Então, para se ter intersubjetividade, teremos que lidar com duas subjetividades, ou dois *eus*. Minha pergunta acima anunciada é, então, voltada ao lugar (ou à função) do *tu* no escopo da proposta enunciativa benvenistiana. E é por isso que venho problematizar a instância do *tu*, aparentemente tão passivo em Benveniste... Resumindo, questiono: o *tu* é pessoa? Se é pessoa, como é que pessoa *não subjetiva* se enquadra numa instância *intersubjetiva*? [...]
>
> O *eu* que usa a língua, em Benveniste, é garantido pela atitude de sujeito e pela instauração da situação enunciativa. Por isso é pessoa subjetiva. Mas e o *tu*? O que ele escuta de *eu* não seria também uma posição ou atitude de sujeito em relação à situação enunciativa? Mesmo silente e/ou (aparentemente) não responsivo, ainda ali está o *tu* sob efeito de uma instanciação de discurso. Claramente, ele não está assumindo a palavra para enunciar, mas está em plena atividade interpretativa daquilo que seu interlocutor proferiu. Nessa condição, o alocutário, ao sofrer ativamente os efeitos produzidos por um (inter)locutor, é um *eu* (subjetivo, portanto) ou é um *tu* (pessoa não subjetiva, nesse caso)? (Milano, 2020, p. 82-83).

Os textos de Barthes ([1970/1974/1984]/1987) e de Milano (2020) envolvem movimentos retrospectivos e prospectivos atinentes a algumas ideias de Benveniste sobre a alteridade. Retrospectivos, na medida em que buscam compreender a elaboração dessas ideias pelo linguista. Prospectivos, na medida em que procuram elaborar, eles próprios, novas ideias sobre

outros temas (a análise literária, no caso do primeiro; a escuta, no caso da segunda[15]). Dos textos de Barthes, destacam-se a recusa à ideia de "sujeitos" (no plural) e a consequente colocação sob suspeita do termo "intersubjetividade" (preterido em favor do termo "interlocução"). Do texto de Milano, destaca-se o contraste flagrado entre a não subjetividade atribuída à pessoa "tu" e a intersubjetividade atribuída às pessoas "eu" e "tu" tomadas em relação.

Se, nas seções anteriores, detive-me em análises individuais dos quatro textos de Benveniste aqui selecionados, examinando como o problema do "outro" é abordado em cada um, nesta seção final, volto-me para uma análise de conjunto desses artigos. Trata-se de propor uma leitura do referido problema não na teoria da linguagem benvenistiana como um todo, mas em uma parte de tal teoria: a teorização enunciativa – e, no interior desta, nas reflexões mais centradas nas noções de "pessoa" e de "intersubjetividade/diálogo".

Do estudo de 1946 ao trabalho de 1970, passando pelos escritos de 1956 e de 1958, acompanhamos uma elaboração cada vez mais refinada sobre "*a marca [empreinte] do homem na linguagem, definida pelas formas linguísticas da 'subjetividade*'" (Benveniste, 1966), conforme lemos no prefácio aos *Problemas de linguística geral I* (PLG I). Tal elaboração teórica acerca do "eu" não deixou de incidir sobre o "tu". E teria como ser diferente? Poder-se-ia dizer dessas duas noções e de suas noções correlatas o mesmo que diz Benveniste sobre a "forma" e o "sentido": "eu" e "tu", "pessoa subjetiva" e "pessoa não subjetiva", "locutor" e "alocutário", "subjetividade" e "intersubjetividade/diálogo",

15 Igualmente prospectivos são os estudos de Silva e Oliveira (2021), de Oliveira (2022b, p. 283-289) e de Silva e Chacon (2023), sobre o vir a ser falante e o vir a ser escrevente, estudos que apresentam teorizações enunciativas acerca da relação "eu-tu" na escuta e na leitura, elaborando ideias próprias a partir de ideias benvenistianas.

"enunciação" e "alocução", "referência" e "correferência" são pares de noções gêmeas, não sendo possível pensar uma noção de cada par sem pensar a outra noção do mesmo par.

Ausente em "Estrutura das relações de pessoa no verbo" (1946), o termo "intersubjetividade" é introduzido em "A natureza dos pronomes" (1956), sob a forma adjetiva na expressão "comunicação intersubjetiva". Retomado em "Da subjetividade na linguagem" (1958), sob a forma substantiva na expressão "condição de intersubjetividade", tal termo aí mostra uma acepção distinta daquela que assumia dois anos antes: se "comunicação intersubjetiva" concerne mais a um efeito da enunciação (logo, a ela posterior), "condição de intersubjetividade" concerne mais a um fundamento da enunciação (a ela anterior, então). Acepções diferentes, mas não mutuamente excludentes: ainda no texto de 1958, encontra-se a expressão "comunicação linguística", que, associada à expressão "condição de intersubjetividade", não parece ter outra acepção senão a mesma da expressão "comunicação intersubjetiva" do artigo de 1956 – "[O discurso] é a língua enquanto assumida pelo homem que fala e sob a condição da *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística" (Benveniste, [1958]/1966, p. 289). Condição de intersubjetividade, por um lado; comunicação intersubjetiva/comunicação linguística, por outro lado: **condição** e **efeito** da enunciação – ou do "discurso enquanto língua assumida pelo homem que fala".

De acordo com Ono (2018), "Benveniste teria começado a redação das 'Observações' mais cedo que a de 'A natureza dos pronomes'. Um dos índices disso é o adjetivo 'intersubjetivo': é uma noção que Benveniste toma emprestada de Lacan, após ter lido o 'Discurso de Roma'" (Ono, 2018, p. 44, nota 2[16]).

16 A autora refere-se, aqui, ao artigo "Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana", publicado em 1956, no mesmo ano em que "A natureza dos pronomes". Acrescenta Ono (2018) que "Observações" foi um texto encomendado a

Nesse texto fundador do retorno lacaniano a Freud, a estudiosa contabiliza 17 ocorrências dos termos "intersubjetividade" e "intersubjetivo". E em Benveniste, quantas ocorrências há desses termos? Nos PLG I, há quatro ocorrências: uma em "Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana" (1956), uma em "A natureza dos pronomes" (1956), uma em "Da subjetividade na linguagem" (1958) e uma em "Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística" (1963). Nos PLG II, há outras quatro ocorrências: três em "A linguagem e a experiência humana" (1965) e uma em "Semiologia da língua" (1969).

Mais frequente, nos textos benvenistianos, é o termo "diálogo". Nos PLG I, há oito ocorrências: uma em "Estrutura das relações de pessoa no verbo" (1946), uma em "A frase nominal" (1950), três em "Comunicação animal e linguagem humana" (1952), duas em "Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana" (1956) e uma em "Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística" (1963). Nos PLG II, há treze ocorrências: uma em "O antônimo e o pronome em francês moderno" (1969) e doze em "O aparelho formal da enunciação" (1970).

Não se trata, aqui, de examinar uma a uma dessas ocorrências em seus respectivos contextos – mesmo porque, dos textos mencionados, apenas quatro foram submetidos a exame no presente estudo. Trata-se, antes, de ressaltar a discrepância, em termos numéricos, entre o termo "intersubjetividade" e o termo "diálogo", tendo este quase o triplo de ocorrências relativamente àquele. Além dessa discrepância, outro fator que faz a balança pender para o lado do termo "diálogo" é o fato de este ser, dos dois, o mais frequente no "último Benveniste" (Ono, 2007, p.

Benveniste pelo psicanalista Jacques Lacan.

32) – vide as surpreendentes doze ocorrências terminológicas no artigo de 1970.

Entretanto, nenhum fator pesa mais nessa balança do que a impropriedade do termo "intersubjetividade" face à proposta de Benveniste. Afinal, se, como ressalta Barthes ([1970/1974/1984]/1987), não há "sujeitos" existentes antes e independentemente da enunciação e se, como sublinha Milano (2020), para se ter "intersubjetividade", dever-se-ia lidar com duas "subjetividades" ou com dois "eus", caem por terra expressões como "condição de intersubjetividade" e "comunicação intersubjetiva". Isso porque tanto não existem "sujeitos" previamente à enunciação para que a "intersubjetividade" fosse desta uma condição logicamente anterior quanto não há "sujeitos" (no plural) posteriormente a tal ato para que a comunicação aí instaurada fosse "intersubjetiva"; o que há, no **só-depois** do enunciar, é **o** sujeito (no singular).

Efeito da enunciação, o sujeito dela desponta como uma "construção linguística particular", um "sistema de referências internas", uma "instância linguística/de forma", uma "instância do 'eu' como referido" – enfim, uma posição subjetiva resultante do ato enunciativo do locutor enquanto "indivíduo que enuncia", "instância de discurso", "instância do 'eu' como referente". É o locutor quem, ao enunciar, realiza o que, anteriormente à sua enunciação, não é senão uma virtualidade: o sistema da língua. Nessa atualização, ele situa a si como "eu", o alocutário como "tu", a referência como o "ele", o espaço como o "aqui" e o tempo como o "agora". Por isso, "a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interna" (Benveniste, [1970]/1974, p. 82). Em outras palavras: o "eu" é sempre aquele que situa a si

e ao outro no discurso; o "tu" é sempre aquele que é aí situado ("alocutado"). As figuras da enunciação não são, pois, nem iguais nem simétricas, mas diferentes e dissimétricas.

No entanto, se as expressões "condição de intersubjetividade" e "comunicação intersubjetiva" mostram-se impróprias do ponto de vista terminológico, o mesmo não se pode dizer do ponto de vista nocional. De fato, uma ideia forte de Benveniste, que perpassa distintos textos seus, dos quais aqueles aqui discutidos não dão senão uma amostra, é a ideia de que a enunciação não é um ato solipsista, governado por uma "consciência" enclausurada em si mesma, ato que seria qualquer coisa como um "marco zero" da linguagem. Tudo o que antes se afirmou sobre a transcendência do "eu" relativamente ao "tu" não concerne senão à temporalidade enunciativa, ao *tempus instans* que Benveniste retoma de Quintiliano (Coquet, [1997]/2013, p. 113), o tempo ancorado no *hic et nunc* de cada enunciar. Trata-se de uma transcendência instantânea, fugaz, efêmera, coextensiva ao "aqui-agora" e que desvanece tão logo a enunciação se produz, dando lugar a um novo ato enunciativo – seja do mesmo locutor, seja do alocutário, quando toma a palavra para enunciar como locutor. Momento em que acederá, então, à posição de "sujeito", deixando de ser o "tu" do discurso anterior e passando a ser o "eu" do discurso atual, durante cuja instanciação será a pessoa transcendente, porque aquela que situa (pessoa subjetiva) e não mais aquela que é situada (pessoa não subjetiva) – "pessoa" aí entendida como posição discursiva instaurada no exercício da linguagem. Logo, tanto quanto a inversibilidade "eu-tu", a transcendência "eu/tu" é um **efeito da enunciação**, sendo ambas atualizações da complementaridade "eu-tu" enquanto **condição da enunciação.**

Se os termos "intersubjetividade" e "intersubjetivo(s)" não convêm nessa proposta que vincula a subjetividade à possibilidade de enunciar, possibilidade facultada unicamente à pessoa subjetiva ("eu") e não às duas pessoas do discurso, mas se é forte a ideia de que há uma relação logicamente anterior e uma relação logicamente posterior à enunciação, por quais termos, então, substituir "condição de intersubjetividade" e "comunicação intersubjetiva"? Ora, as alternativas se nos apresentam sob a pena do próprio Benveniste. Em "Da subjetividade na linguagem" (1958), há, de uma parte, as expressões "condição de diálogo/condição fundamental da polaridade das pessoas" e, de outra parte, as expressões "processo de comunicação/consequência totalmente pragmática". Em "O aparelho formal da enunciação" (1970), há, por um lado, o termo "estrutura fundamental" e, por outro lado, os termos "quadro figurativo da enunciação/estrutura do diálogo".

Dessas expressões, detenhamo-nos em duas: "condição de diálogo" e "estrutura do diálogo". A condição de diálogo tem uma **anterioridade lógica** ao ato enunciativo, sendo a sua matriz geradora, visto que "Eu não emprego *eu* senão me dirigindo a alguém, que será, na minha alocução, um tu. É essa condição de diálogo que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocução daquele que, por sua vez, designa-se por *eu*" (Benveniste, [1958]/1966, p. 260). Já a estrutura do diálogo tem uma **posterioridade lógica** ao ato enunciativo, correspondendo ao quadro figurativo por este instalado, ao "processo de comunicação" enquanto "consequência totalmente pragmática" da "polaridade das pessoas [, que] é na linguagem a condição fundamental" (Benveniste, [1958]/1966, p. 262). No

lugar de "condição de intersubjetividade" e de "comunicação intersubjetiva", poder-se-ia, assim, falar em "condição de diálogo" e em "estrutura do diálogo", respectivamente.

Ambas as expressões, "condição de diálogo" e "estrutura do diálogo", dão ao termo "diálogo" "a eficácia de sua etimologia: o grego *dia-* implica o movimento, a passagem, a circulação" (Dessons, 2006, p. 47). Há, porém, uma diferença: a expressão "condição de diálogo" diz da **possibilidade** do movimento, da passagem, da circulação; por sua vez, a expressão "estrutura do diálogo" diz da **atualização** dessa possibilidade e, por conseguinte, de um movimento, uma passagem, uma circulação já instanciados no *tempus instans*.

Todavia, em "O aparelho formal da enunciação" (1970), encontram-se duas outras expressões que poderiam contradizer as expressões "condição de diálogo" e "estrutura do diálogo" tais como entendidas nos dois parágrafos anteriores. Ao caracterizar o monólogo, Benveniste, primeiro, defende que ele "deve ser situado, não obstante a aparência, como uma variedade do diálogo, **estrutura fundamental**"[17] (Benveniste, [1970]/1974, p. 85, grifo próprio) e, depois, sustenta que situações dialógicas como essa "exigiriam uma dupla descrição, de forma linguística e de **condição figurativa**" (Benveniste, [1970]/1974, p. 86, grifo próprio). Os termos "estrutura" e "condição", nas expressões "estrutura fundamental" e "condição figurativa", parecem ter acepções distintas daquelas que têm nas expressões "estrutura do diálogo" e "condição de diálogo". Em "estrutura fundamental", o adjetivo "fundamental" permite-nos compreender o substantivo "estrutura" como equivalente a "polaridade": trata-se de uma estrutura de dois polos (as pessoas

17 Esse termo não foi problematizado na seção anterior, reservada ao artigo de 1970, mas o será nos parágrafos seguintes.

"eu" e "tu") fundante da enunciação e, logo, anterior a ela. Em "condição figurativa", o adjetivo "figurativa" possibilita-nos entender o substantivo "condição" como correspondente a "quadro" em "quadro figurativo": trata-se de uma condição em termos não de anterioridade lógica, mas de relação discursiva com o parceiro tal como configurada em uma dada situação dialógica projetada pela enunciação e, assim, posterior a esta (a exemplo da relação entre as figuras "eu locutor" e "eu ouvinte" na situação do monólogo).

Dito de outro modo, se pertinente for a leitura aqui proposta, a estrutura fundamental/condição **de** diálogo envolveria uma reciprocidade estruturante (polaridade fundamental), ao passo que a condição figurativa/estrutura **do** diálogo consistiria em uma reciprocidade estruturada (consequência pragmática). Essa distinção entre algo logicamente anterior e algo logicamente posterior ao enunciar subjaz a outra passagem do artigo de 1970: "Contenta-se muito facilmente com a invocação da frequência e da utilidade práticas da comunicação entre os indivíduos para se admitir a situação de diálogo como resultando de uma **necessidade** e se dispensar de analisar as suas **múltiplas variedades**" (Benveniste, [1970]/1974, p. 85, grifo próprio). A meu ver, as expressões "necessidade" e "múltiplas variedades" não são senão outros modos de referir-se, respectivamente, à "condição de diálogo" (sempre necessária) e à "estrutura do diálogo" (sempre múltipla e variável).

Considerações finais

Neste artigo, propus-me a submeter a um exame crítico o problema do "outro" na teorização enunciativa de Émile Benveniste voltada às noções de "pessoa" e de "intersubjetividade/diálogo". Na origem dessa empreitada, estão uma mudança de atitude e duas fagulhas teóricas.

"Quem tem medo da língua?" – é uma pergunta que, um dia, interpelou Normand (2009, p. 100) e nela provocou uma mudança de atitude em relação à sua prática de pesquisa. "Quem tem medo da autocrítica? E da crítica a seu teórico de cabeceira?" – são perguntas que, hoje, interpelam-me e em mim provocam uma mudança de atitude em relação à *minha* prática de pesquisa. Como antecipado na introdução, essa mudança de atitude teve duas fagulhas teóricas, uma interna e outra externa.

A fagulha interna diz respeito à interpretação de que, se, na teorização enunciativa benvenistiana, o "tu" é privado dos traços de subjetividade (interioridade e transcendência), privação que faz dele uma pessoa não subjetiva em face da pessoa subjetiva "eu", e se cada um dos locutores se situa alternadamente como sujeito (devido ao traço pessoal da inversibilidade), então não há dois "sujeitos", mas um só, efeito da enunciação de um locutor por vez. De fato, os resultados das análises individuais e de conjunto dos quatro textos benvenistianos aqui focalizados permitem sustentar duas conclusões. Primeira conclusão: a relação enunciativa define-se em termos não de intersubjetividade (relação entre "sujeitos"), mas de **diálogo** (relação entre locutores). Segunda conclusão: o problema do "outro" é teorizado por Benveniste sob dois ângulos – por um lado, como **condição de diálogo** (polaridade fundamental)

fundante da enunciação e, logo, anterior a ela; por outro lado, como **estrutura do diálogo** (consequência pragmática) instalada pela enunciação e, assim, posterior a ela. Está, pois, certo Roland Barthes, ao suspeitar do termo "intersubjetividade" – ainda que a alternativa a esse termo não seja, como queria o semiólogo francês, o termo "interlocução", e sim o termo "diálogo", o mais frequentemente empregado por Benveniste.

Já a fagulha externa mostra que mais preemente ainda é o abandono do termo "intersubjetividade" em estudos enunciativos se levarmos em conta o destino que teve tal termo em estudos da linguagem ulteriores a Benveniste, notadamente (mas não exclusivamente) no campo da aquisição de linguagem. Nesse campo, o termo "intersubjetividade" ganhou peso teórico com Jerome Bruner, psicólogo estadunidense cujas investigações sobre a ontogênese dos atos de fala, nos anos 1970, fortemente influenciadas por perspectivas pragmáticas, defendem uma noção de "intersubjetividade" como reconhecimento das intenções alheias: "A criança apreende a 'ideia'de **intersubjetividade** – que os outros têm **intenções**" (Bruner, 1975, p. 8, grifo próprio). Essa noção de "intersubjetividade" é acompanhada por concepções de "criança" e de "outro" enquanto indivíduos empíricos e sujeitos psicológicos que, assimétricos em termos de conhecimento, encontram a simetria na "ação e atenção conjuntas", promovidas por rotinas comunicativas e por estratégias cognitivas anteriores **ao** e determinantes **do** linguístico. Assim, nessa proposta, não há lugar nem para uma concepção de sujeito como efeito da enunciação nem para uma concepção de língua como sistema cuja ordem própria não só antecede o ato enunciativo, mas também o determina.

Por certo, o termo "intersubjetividade" não tem, em nenhum texto de Benveniste, a acepção que tem na proposta de Bruner. Sempre crítico às "armadilhas do psicologismo" (Benveniste, [1965]/1974, p. 69), o linguista, embora tomando tal termo de empréstimo de Lacan[18] (*cfe*. Ono, 2018), conceitualizou-o linguisticamente. Entretanto, como o presente artigo esforçou-se para demonstrar, a despeito de (ou, talvez, justamente por) ter uma conceitualização linguística na teorização enunciativa benvenistiana, o termo "intersubjetividade" é questionável desde um olhar não de "fora", mas de "dentro" mesmo dessa teorização.

De maneira similar, não posso deixar de referir, aqui, estudos acerca da constituição da criança enquanto falante e escrevente em sua língua materna que, filiados teoricamente ao pensamento benvenistiano, empregam o termo "intersubjetividade". No entanto, tal termo comparece, nesses estudos, com acepções que em nada se aproximam daquelas que tem em pesquisas cognitivistas como as de Jerome Bruner. Trata-se dos estudos de Silva (2009, dentre outros) sobre o vir a ser falante e dos meus próprios (Oliveira, 2022b, dentre outros) sobre o vir a ser escrevente.

Com efeito, em vez de um "fogo incinerador que só produz fumaça" – para retomarmos palavras da epígrafe deste texto –, o exame crítico aqui levado a cabo não somente aponta uma alternativa (a pertinência do termo "diálogo" lá onde se lê "intersubjetividade") para o ponto cego iluminado na argumentação benvenistiana a respeito do problema do "outro", mas igualmente descortina horizontes que anunciam a possibilidade de que "algo novo venha a nascer" – para novamente retomarmos palavras da epígrafe. Esse "algo novo" demanda que, a partir da autocrítica aqui iniciada em termos

18 O qual também não tinha uma interpretação psicologizante do termo "intersubjetividade".

intrateóricos, tenha lugar uma autocrítica em termos teórico-analíticos no âmbito de meus estudos aquisicionais filiados a Benveniste. Tal reflexão não poderá deixar de problematizar os termos "intersubjetividade", "diálogo" e "alteridade" como até então teorizados prospectivamente nesses estudos.

Em "Natureza do signo linguístico" (1939), após levar a cabo, ele próprio, um exame crítico – no caso, da doutrina saussuriana do signo linguístico –, Benveniste conclui: "Talvez o melhor testemunho da fecundidade de uma doutrina seja engendrar a contradição que a promove. Restaurando-se a verdadeira natureza do signo no condicionamento interno do sistema, reforça-se, para além de Saussure, o rigor do pensamento saussuriano" (Benveniste, [1939]/1966, p. 55). Ecoando tais palavras, poderíamos concluir este texto parafraseando o mestre sírio-francês sobre o mestre suíço: restaurando-se a verdadeira natureza do problema do "outro" no âmbito da teorização enunciativa, reforça-se, para além de Benveniste, o rigor do pensamento benvenistiano.

Referências

ARESI, Fábio. *Síntese, organização e abertura do pensamento de Émile Benveniste:* uma exegese de *O aparelho formal da enunciação*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua.* Lisboa: Edições 70, 1987.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale 1*. Paris: Gallimard, 1966.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale 2.* Paris: Gallimard, 1974.

BENVENISTE, Émile. *Baudelaire.* Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2011.

BRUNER, Jerome. The Ontogenesis of Speech Acts. *Journal of Child Language*, v. 2, n. 1, p. 1-19, 1975.

CAPT, Vincent. L'autre du signe, "Problème de l'autre" à partir du Baudelaire de Benveniste. *In*: BEDOURET-LARRABURU, Sandrine; LAPLANTINE, Chloé. *Émile Benveniste*: vers une poétique générale. Pau: Presses Universitaires de Pau et des Pays de l'Adour, 2015. p. 203-216.

COQUET, Jean-Claude. *Em busca do sentido*. Martins Fontes: São Paulo, 2013. Obra original publicada em 1997.

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste*, *l'invention du discours*. Paris: Éditions in Press, 2006.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 42, p. 41-69, jan./jun., 2002.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, n. 24, p. 93-106, 1971.

LAPLANTINE, Chloé. *Émile Benveniste*: poétique de la théorie. Publication et transcription des manuscrits inédits d'une poétique de Baudelaire. 2008. Thèse (Doctorat en Linguistique) – Université Paris 8, Paris, 2008a.

LAPLANTINE, Chloé. *Annexes*. Fascicule 1 – Transcription diplomatique et reproduction des manuscrits inédits d'une poétique de Baudelaire par Emile Benveniste. 2008. Thèse (Doctorat en Linguistique) – Université Paris 8, Paris, 2008b.

LAPLANTINE, Chloé. *Émile Benveniste, l'inconscient et le poème*. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2011.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso* – (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003. Obra original publicada em 1990.

MILANO, Luiza. Às voltas com o tu em Benveniste: uma reflexão sobre a noção de escuta em linguística. *In*: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (org.). *O universo benvenistiano*: enunciação, sociedade, semiologia. 1. ed. Pimenta Cultural, 2020. p. 75-91.

MILNER, Jean-Claude. *Le périple structural*. Lagrasse: Verdier/ Poche, 2008.

NORMAND, Claudine. *Convite à Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. Obra original publicada em 1997.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *O problema da referência em Émile Benveniste*. Curitiba: Appris, 2022a.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *Do* homo loquens *ao* homo loquens scriptor: por uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita. 2022. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022b.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. A alteridade na aquisição da língua materna: um olhar retrospectivo. *Revista de Estudos da Linguagem* (UFMG), no prelo.

ONO, Aya. *La notion d'enonciation chez Émile Benveniste.* Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

ONO, Aya. Prépositions, verbes pronominaux et voix moyenne: un nouveau point de vue sur la subjectivité langagière d'Émile Benveniste. L'enunciazione, la soggettività, il tempo e il confronto con altri autori, *Blityri*, v. II, n. 2, p. 39-58, 2018.

PÊCHEUX, Michel. Sur la (dé-)construction des théories linguistiques. *Documentation et recherche en linguistique allemande contemporain - Vincennes*, n. 27, p. 1-24, 1982.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. *In*: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1997. p. 293-308. Obra original publicada em 1975.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem*: enunciação e aquisição. Campinas: Pontes, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Nos rumores da língua: a escuta entre as enunciações falada e escrita da criança. *Conexão Letras*, v. 16, n. 25, p. 165- 190, 2021.

SILVA, Carmem Luci da Costa; CHACON, Lourenço. Formas sonoras e sentidos na aquisição da linguagem: a escuta como ocupação de lugar enunciativo. *ALFA*: Revista de Linguística, São Paulo, v. 67, 2023.

O papel da alteridade na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa

Carmem Luci da Costa Silva*

Resumo

Este estudo trata do papel da alteridade na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa, com a retomada da reflexão apresentada por Silva (2009) sobre a constituição de duas alteridades (a do "eu" em relação ao "tu", outro da alocução, e a do "eu" em relação a "ELE", *outro* da cultura). Essa dupla alteridade está atrelada ao dispositivo enunciativo "(eu-tu/ele) – ELE" como comportando as pessoas ("eu-tu"), a língua atualizada no discurso para a constituição de referência ("ele"), conjunto trinitário do qual a cultura ("ELE") é constitutiva. A base de sustentação desse dispositivo relaciona-se às reflexões de Benveniste ([1966]/1995, [1974]/1989) e aos deslocamentos operados por Dufour (2000) e Flores (1999). Do dispositivo, são destacadas as duas alteridades – "eu-tu" e "eu-ELE" – como condições para a criança se instaurar em sua língua materna e nos valores culturais da sociedade dessa língua. Para abordar o termo e a noção, é verificado como a palavra "alteridade", enquanto forma e sentido, comparece em Benveniste (1989, 1995) e os aspectos da teorização desse linguista que provocam Dufour (2000) a tratar da alteridade em sua reflexão sobre a trindade inscrita na condição humana de falante. Na sequência, o trabalho apresenta o deslocamento realizado por Silva (2009), aprofundando a noção de alteridade na aquisição de língua materna nas emissões e nas escutas entre criança e outro. A conclusão é a de que a alteridade "eu-tu", ao atualizar a referência no discurso via língua, contém a alteridade "eu-(ele-ELE)", a língua com os valores da cultura de dada sociedade.

Palavras-chave: alteridade; aquisição de língua materna; enunciação; Émile Benveniste.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Professora titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras e permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFRGS). Bolsista Produtividade CNPq. Orcid: http://orcid.org/0000-0002-6036-5285.

The Role of Otherness in Native-Language Acquisition According to an Enunciative Approach

Abstract

This study addresses the role of otherness in native-language acquisition according to an enunciative approach. Silva's (2009) reflection on the establishing of two othernesses (that of the "I" in relation to the "you", the other of speech, and that of the "I" in relation to the "HE", the *other* of culture). This double otherness is linked to the enunciative device "(I-you/he)-HE", which comprises the persons ("I-you"), the language actualized in discourse for the constitution of the reference ("he"), a trinitarian set of which culture ("HE") is constitutive. The basis for this enunciative device relates to reflections by Benveniste (1966]/1995, [1974]/1989) and developments proposed by Dufour (2000) and Flores (1999). The two othernesses – I-you and I-HE – of the device are highlighted as conditions for children to introduce themselves into their native language and the cultural values of the society surrounding this language. To address the term and the notion, we verify how the word "otherness", as form and meaning, appears in Benveniste (1989, 1995) and the aspects of this linguist's theorizing that lead Dufour (2000) to address otherness in his reflection about the trinity inscribed in the human condition of speaker. Subsequently, the paper introduces a development proposed by Silva (2009), further advancing the notion of otherness in native-language acquisition in utterances and in acts of listening between child-other. The article concludes that the otherness "I-you", by actualizing the reference in discourse through language, contains the otherness "I-(he-HE)", the language with the values of the culture of a given society.

Keywords: otherness; native-language acquisition; enunciation; Émile Benveniste.

Recebido em: 30/06/2025 // Aceito em: 27/11/2025

Palavras iniciais

Neste artigo, tenho como objetivo refletir sobre o papel da alteridade na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa. O termo "alteridade", no português, está relacionado ao termo latino *alter*, cuja acepção é a de "outro" ou "outrem"[1]. O termo e a noção de "alteridade" comparecem em diferentes campos das Ciências Humanas (Filosofia, Antropologia, Psicanálise, Linguística etc.), ora como a relação "eu-outro", ora como a relação entre "o mesmo e o diferente".

No campo da aquisição de linguagem no Brasil, esse termo comparece na perspectiva interacionista vinculada às pesquisas de Cláudia de Lemos (UNICAMP) e de pesquisadores dessa perspectiva, conforme pontuam Lier De-Vitto e Carvalho (2024). Com efeito, De Lemos (2002), ao considerar o que Saussure nomeou como a ordem própria da língua, considera haver uma radical alteridade da língua relativamente ao humano. Desse modo, valendo-se da noção de "captura", reconhece a anterioridade lógica da língua relativamente ao sujeito e, diante disso, argumenta que a criança é capturada pelo funcionamento linguístico-discursivo, que "não só a significa como lhe permite significar outra coisa, para além do que a significou" (De Lemos, 2002, p. 52). Essa função de captura estaria relacionada à **alteridade radical da língua** em relação ao sujeito. Lier De-Vitto e Carvalho (2024) observam que a temática da "alteridade" se apresenta na pesquisa de Lier De-Vitto em sua abordagem acerca dos monólogos, fenômeno que permite à pesquisadora tratar das relações criança-língua e escuta-fala. Nesse contexto,

1 Conforme Faria (1962), alter (altĕra, altĕrum) apresenta as seguintes acepções: 1) um (de dois), o outro (falando de dois); 2) o segundo (em uma enumeração), o seguinte; 3) Outro (Cíc. Lae. 80); 4) Outrem (Cíc. Quinct. 51).

a alteridade é abordada a partir do reconhecimento da presença de fragmentos da fala do outro na fala da criança, o que impõe ao pesquisador considerar a "*relação da criança com a língua, através do outro*" (Lier De-Vitto; Carvalho, 2024, p. 481).

Já Silva (2009), em seu estudo sobre a instauração da criança na língua materna, explora a alteridade a partir de Dufour (2000). O filósofo trata da trindade como nossa condição de falantes, valendo-se da teorização pronominal desenvolvida por Benveniste ([1966]/1995, [1974]/1989). Para Dufour (2000), o conjunto **eu-tu/ele** apresenta duas alteridades: do **mesmo** ("eu") com o **outro** ("tu") e do **mesmo** ("eu") com o **Outro** ("ele"). Segundo o filósofo, trata-se de duas alteridades que, presentes no esquema trinitário "eu-tu/ele", constituem as "condições de discurso". Tais condições são marcadas pelos operadores de conjunção (-) e disjunção (/), em que o primeiro operador se caracteriza pela copresença "eu-tu" e o segundo, pela ausência de "ele" (língua enquanto sistema simbólico), ausência re-presentada no campo da presença quando o sistema é convertido em discurso na atualização da referência nas enunciações.

Embora valha-se da reflexão de Dufour (2000), Silva (2009) concebe outra dupla alteridade na instauração da criança na língua materna: a do "eu-outro" ("eu-tu") e a do "eu-*outro*" ("eu-ELE"). Verifica, na primeira alteridade, movimentos de conjunção (a criança na dependência do outro da alocução) e movimentos de disjunção (a criança em separação do outro da alocução). A segunda alteridade é caracterizada como ligada ao *outro* ("ELE") da ordem da cultura, participante constitutivo das enunciações de "eu" e "tu". Isso porque a língua, atualizada no discurso pelos protagonistas da enunciação, carrega os valores da cultura da sociedade que a fala.

Oliveira (2016), ao estudar a relação entre língua, cultura e intersubjetividade no ato de aquisição da linguagem, vale-se das **duas relações de alteridade** – com o outro ("tu") e com a cultura ("ELE"), seguindo a reflexão de Silva (2009). A autora argumenta que a criança ("eu"), ao se instanciar nessas duas relações de alteridade, constitui-se como sujeito na dupla natureza, individual e social, de sua língua materna, de modo que a língua consiste em uma herança cultural. Em sua tese, Oliveira (2022) defende que o dispositivo **(eu-tu/ele)-ELE**, conforme Silva (2009), constituiria não uma dupla, mas uma tripla alteridade: além da alteridade da criança ("eu") com o outro da alocução ("tu") e com o *outro* da cultura ("ELE"), concebe a alteridade com o **outro** da língua ("ele").

Nas reflexões do campo da aquisição de linguagem, a abordagem sobre a alteridade também compareceu em uma mesa da Associação Brasileira de Linguística – Abralin (Aquisição, 2020), que teve como participantes as pesquisadoras Alessandra Del Ré (UNESP/CNPq), Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS) e Marianne Cavalcante (UFPB/CNPq), com mediação/coordenação de Ester Scarpa (UNICAMP/CNPq). As autoras, no resumo da mesa, pontuam o seguinte:

> As pesquisas em aquisição da linguagem, ao lidarem com a relação criança-outro – mediados e constituídos pela linguagem –, inscrevem a alteridade como um dos princípios centrais para explicarem a passagem da criança de um estado X na linguagem para um estado Y. Lidar com a noção de alteridade implica considerar a relação criança e outro em uma realidade discursiva dialética, que reflete semelhanças e diferenças em suas manifestações de linguagem. É no encontro com o outro (o *alter*) que o "estranho"/diferente indicia a complexidade e a heterogeneidade inerentes à linguagem humana. (Aquisição, 2020).

Após essa pequena retrospectiva sobre o termo **alteridade** e sua presença no campo da aquisição de linguagem, passo a aprofundar como opero em Silva (2009) com a noção para abordar a aquisição de língua materna a partir das reflexões de Benveniste (1995, 1989), de Dufour (2000) e de Flores (1999), a fim de propor outra reflexão sobre a alteridade nas relações enunciativas de emissão e de escuta criança-outro.

1. O conjunto trinitário "eu-tu/ele" e a alteridade na presença humana na língua

Abordar um termo a partir da teorização produzida por um autor é verificar como tal termo comparece em sua rede conceitual e qual o estatuto desse termo na teorização proposta. Tomando a significação como princípio basilar das reflexões de Émile Benveniste sobre linguagem, língua, enunciação e discurso, torna-se importante verificar como o termo "alteridade" comparece em suas abordagens e qual seu papel no conjunto de sua Teoria da Linguagem, expressão utilizada para referir as perspectivas abertas pela Linguística Geral, tratadas por Benveniste (1995) como "Problemas de Linguística Geral". Com efeito, para Fenoglio (2019), esse sintagma não somente está ligado à obra original de 1966, mas também é a expressão de uma profunda, amadurecida e longa reflexão realizada durante a preparação dos cursos, pelo linguista, no Collège de France.

De fato, Benveniste (1995), no prefácio dos *Problemas de Linguística Geral I*, apresenta a sua obra sob a denominação de "problemas", justificando o uso da palavra na ideia de que, em cada tema tratado (relações entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e a socialidade, entre o signo e o objeto,

entre o símbolo e o objeto e análises intralinguísticas), há uma contribuição para o entendimento do grande problema da linguagem.

Nessa trajetória de entendimento do grande problema da linguagem, que coloca em cena os problemas da língua, das línguas, da enunciação e do discurso, como se apresenta o termo "alteridade" na obra do linguista? O termo recebe um estatuto teórico? Tal reflexão sobre o estatuto dos termos na obra de Benveniste, se teórico ou não teórico, é empreendida por Normand (1996) e por Ono (2007), as quais exploram o termo "enunciação" na obra do linguista.

Para Normand (1996), quando a palavra "enunciação" aparece em Benveniste com um uso comum e descritivo, consiste em um termo não teórico; quando está relacionada a um dado quadro conceitual, a palavra "enunciação" é considerada como termo teórico. Ono (2007), nas trilhas de Normand (1996), considera que a distinção entre "termo teórico" e "termo não teórico" advém do neopositivismo, que defende um termo não teórico como observável e um termo teórico como não observável. Apesar de apontar críticas a esses critérios neopositivistas, a autora os mantém, com a verificação dos empregos descritivos (não teóricos) da palavra "enunciação" e dos seus empregos teóricos, observando, ainda, a passagem de um emprego a outro. Conforme a autora, os usos descritivos de "enunciação" dizem respeito a frases pronunciadas que relevam da ordem observável; já os usos teóricos podem ser sintetizados em uma acepção teórica de enunciação como "ato".

Nessa linha reflexiva de Normand (1996) e Ono (2007), realizei uma "vista d´olhos" sobre as obras *Problemas de Linguística Geral I* e *II,* com a verificação de duas ocorrências

da palavra "alteridade". Uma ocorrência se encontra no texto "Problemas semânticos da reconstrução" (1954), capítulo 34 do livro *Problemas de Linguística Geral I* (Benveniste, [1966]/1995), presente na parte "Léxico e cultura". Outra ocorrência se encontra no texto "Semiologia da língua" (1969), capítulo 3 do livro *Problemas de Linguística Geral II* (Benveniste, [1974]/1989), presente na parte "A comunicação".

Destaco, a seguir, as ocorrências da palavra "alteridade" em citações, retiradas das obras de Benveniste (1995, 1989) e apresentadas em ordem cronológica dos textos:

Primeira ocorrência da palavra "alteridade":

> É preciso, em primeiro lugar, precisar a função da partícula *-pet*. Há nas línguas indo-europeias duas expressões distintas da identidade, que se podem ilustrar pelo exemplo do gótico, que possui ao mesmo tempo *sama* e *silb*a: por *sama*, "same", enuncia-se a identidade como permanência do objeto, reconhecida sob diversos aspectos ou em diversas instâncias, por *silba*, "self", a identidade como oposta à **alteridade**: "lui-même", ele próprio, com exclusão de qualquer outro. (Benveniste, 1995, p. 335, grifo próprio).

Segunda ocorrência da palavra "alteridade":

> cada signo será chamado a afirmar sempre e com maior clareza sua própria significância no seio de uma constelação ou em meio ao conjunto dos signos. Tomado nele mesmo, o signo é puramente idêntico a si mesmo, pura **alteridade** em relação a qualquer outro, base significante da língua, material necessário da enunciação. (Benveniste, 1989, p. 65, grifo próprio).

As duas ocorrências parecem fazer parte do que Normand (1996) e Ono (2007) concebem como emprego não teórico de uma palavra pelo autor. Nessas ocorrências, podemos perceber um sentido comum: **alteridade carrega uma ideia de "diferença"**.

Na primeira ocorrência, Benveniste (1995) está realizando análises da reconstrução semântica de palavras, buscando apresentar uma discussão sobre "os próprios princípios da significação" (Benveniste, 1995, p. 319). Para abordar os problemas postos pela reconstrução formal de palavras, o linguista faz operar a significação: "o princípio de que nos serviremos [...] é que o 'sentido' de uma forma linguística se define pela totalidade de seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes" (Benveniste, 1995, p. 320). E destaca: "A resposta [sobre o sentido de uma forma linguística] jamais se apresenta de antemão. Só pode ser fornecida por um conjunto atento dos contextos nos quais a forma é susceptível de aparecer" (Benveniste, 1995, p. 320). É nesse cenário reflexivo que, ao buscar a função da partícula *-pet* nas línguas indo-europeias, Benveniste observa duas expressões distintas para o sentido de "identidade". Apresenta exemplos do gótico: *sama* e *silba* (*sama*, francês "same" – o mesmo – como enunciando "identidade"). Essa noção de "identidade" (o "mesmo"), conforme o linguista, seria oposta à de "alteridade" (o "diferente"), pois *sama*/"same" seria diferente e contrastaria com o uso *silba*/"self" – "auto". Assim, Benveniste (1995) constata que, pelas relações entre formas, define-se uma estrutura semântica, observando que "um sentido tido como diferente de outro pode não representar senão uma de suas variantes" (Benveniste, 1995, p. 339) e enfatizando que uma forma se semantiza com a observação e a descrição dos seus empregos, únicos que permitem definir o sentido. Nesse contexto, "alteridade" opõe-se à "identidade". Dessa forma, o mesmo (identidade) contrasta com o outro (alteridade).

Na segunda ocorrência, ao refletir sobre a relação da língua com outros sistemas, Benveniste (1989) aborda os modos de

significação do semiótico (domínio do sistema) e do semântico (domínio do discurso). Ao tratar do domínio semiótico, o autor verifica que, nesse domínio, encontra-se o modo de significação próprio do signo linguístico e que o constitui como unidade. Todo estudo semiótico, observa o linguista, consistirá em "identificar as unidades, em descrever suas marcas distintivas e em descobrir os critérios *cada vez mais sutis* da distintividade" (Benveniste, 1989, p. 65). É nesse cenário que comparece a palavra "alteridade", visto o signo, tomado nele mesmo, ser puramente idêntico, mas, tomado em relação aos outros signos, ser "pura alteridade" (Benveniste, 1989, p. 65). Percebe-se, aqui, novamente, a relação entre as noções de identidade (o mesmo) e alteridade (o diferente).

Ainda que observemos a presença da palavra "alteridade", nas reflexões de Benveniste (1995, 1989), com usos não teóricos, conforme acepção de Normand (1996) e de Ono (2007), verificamos que o sentido atribuído pelo linguista ao termo, nesses usos, está atrelado à relação entre "mesmo" e "diferente". Portanto, "alteridade" estaria em relação de diferença com "identidade".

Essa relação entre "alteridade" e "identidade" não opera explicitamente no quadro conceitual dos "problemas teóricos e de análise" tratados por Benveniste (1995, 1989) em suas obras *Problemas de Linguística Geral I* e *Problemas de Linguística Geral II*, mas parece operar implicitamente, tanto que se inscreve no deslocamento[2] realizado por Dufour (2000) em sua reflexão

2 O termo "deslocamento", neste artigo, é tomado na acepção de Knack (2020), como envolvendo uma "relação inventiva" que se instaura entre a obra e o leitor. Assim, no deslocamento de teorias para abordagem de distintos fenômenos, destaca-se o protagonismo do pesquisador, na medida em que é este quem se responsabiliza pela ressignificação do dizer de base do quadro conceitual do teórico de referência para constituição de um novo quadro conceitual. Nesse sentido, "o *deslocamento, formulado a partir daquilo que o leitor entende, envolve não a aplicação de noções teóricas para a descrição de um fenômeno, mas sim a produção de um novo saber teórico e/ou metodológico* para explicar um fenômeno." (Knack, 2020, p. 148). Situo, desse modo, a noção de deslocamento como um ato de ressignificação dos fundamentos benvenistianos tanto por Dufour (2000) quanto por Silva (2009) a fim de explorarem determinados fenômenos de modo a produzirem um novo saber.

sobre a estrutura trinitária (“eu-tu/ele”) da língua, bem como no deslocamento realizado por Silva (2009) para abordar as relações constituídas pela criança e constitutivas em sua instauração na língua materna.

Dufour (2000), partindo da reflexão pronominal de Benveniste (1995, 1989), defende que, no conjunto dos três termos – “eu-tu/ele” –, há um conjunto de relações diádicas “eu e tu”, “eu-tu e ele”, “tu e ele”. Entre essas relações, o filósofo destaca duas: “eu e tu” e “eu-tu e ele”, observando que o “mesmo” (“eu”) forma com o “outro” (“tu”) e com o “Outro” (“ele”) duas alteridades. Considera o autor que a relação “eu-tu” forma uma alteridade transitiva e a relação “eu-tu e ele” configura uma alteridade intransitiva. O filósofo concebe que a primeira alteridade, gerada pela decomposição da forma trinitária “eu-tu/ele”, é marcada pelo operador de conjunção “-” e a segunda, pelo operador de disjunção “/”. Para Dufour (2000), essas duas alteridades do esquema trinitário representam as “condições de discurso”, pois “eu” e “tu” possibilitam toda troca e todo diálogo. No entanto, para que “eu” e “tu”, copresentes, possam se presentificar no “aqui” e no “agora” do discurso, precisam se relacionar com aquilo que está ausente nesse “aqui-agora”, o “ele”, uma ausência que passa a ser “re-presentada” no campo da presença. Essa reflexão de Dufour (2000) sobre os operadores de conjunção e de disjunção, relacionada a uma dupla alteridade, é formulada a partir do deslocamento da teorização benvenistiana acerca do sistema pronominal.

Silva (2009), ao formular o dispositivo “(eu-tu/ele)-ELE” e explicar a instauração da criança na língua materna, vale-se tanto de deslocamentos da teorização benvenistiana sobre linguagem, língua, enunciação e discurso, quanto da reflexão de Dufour (2000) sobre os operadores de conjunção/disjunção e a dupla alteridade. Parece-me, desse modo, que Dufour (2000)

realiza um "deslocamento primário", ao passo que Silva (2009) realiza um deslocamento primário, quando desloca a teorização de Benveniste para explicar a instauração da criança na língua materna, e um "deslocamento secundário", quando faz operar em sua reflexão termos de Dufour (2000), como "conjunção/disjunção" e "alteridade", conceitualizados pelo filósofo a partir de Benveniste (1995, 1989).

A partir dessas constatações, cabe-me levantar a seguinte indagação: por que a teorização de Benveniste sobre os pronomes se torna tão produtiva nos deslocamentos operados por Dufour (2000) e por Silva (2009)? Retomo aspectos dessa teorização a fim de produzir uma resposta à questão na sequência deste artigo.

A riqueza da teorização pronominal de Benveniste reside no estudo da distinção "pessoa/não pessoa", cujo embrião está no texto "Estrutura das relações de pessoa no verbo" (1946), com desdobramentos em outros textos: "A natureza dos pronomes" (1956), "Da subjetividade na linguagem" (1958) e "As relações de tempo no verbo francês" (1959), que integram a obra *Problemas de Linguística Geral I*, mais precisamente, a parte "O homem na língua". Essa reflexão retorna em textos como "A linguagem e a experiência humana" (1965), "Estrutura da língua e da sociedade" (1968) e "O aparelho formal da enunciação" (1970), presentes nas partes "A comunicação" e "Estruturas e análises" da obra *Problemas de Linguística Geral II*.

Para Benveniste (1995), os pronomes "eu" e "tu" apresentam uma característica que os identifica e os une: a marca de pessoa.

Essa marca, conforme o linguista, está ausente no pronome "ele", ausência que caracteriza esse pronome como representativo da "não pessoa". Parece-me, aqui, estar a semente que leva

Dufour (2000) a pensar, a partir de Benveniste (1995, 1989), a relação entre a identidade (o mesmo) e a alteridade (o diferente).

Com efeito, para Benveniste, os pronomes de primeira e de segunda pessoas têm como característica a **unicidade**, visto essas formas serem "*sui*-referenciais" e, desse modo, fazerem remissão a uma realidade de discurso, na qual o "eu" estabelece referência a quem se declara como locutor e a quem é implantado como "outro" (alocutário) na relação de interlocução. "Eu" e "tu", além disso, podem se inverter de "eu para tu" e de "tu para eu", o que marca outra característica: a **inversibilidade**. Tais características são suficientes para o linguista argumentar que "eu" e "tu", como pessoas do discurso, não estão no mesmo plano que "ele", não pessoa. Tal correlação que distingue as pessoas ("eu" e "tu") da não pessoa ("ele") é por Benveniste (1995) nomeada como **correlação de pessoalidade**. Nesse sentido, a relação "eu-tu" forma uma "unidade constitutiva", em que "eu" e "tu" "são definidos numa relação mútua" (Benveniste, 1995, p. 286), composta pelo traço de pessoalidade constitutivo tanto de "eu" quanto de "tu". Essa relação tem, pela temporalidade, a possibilidade de inversibilidade constante, pois "tu" pode inverter-se em "eu" e "eu" pode tornar-se "tu". Essa característica de inversibilidade não é possível na relação dessas pessoas com "ele". Nesse jogo de inversilibilidade, "eu" e "tu" são "únicos", instituindo-se como pessoas no discurso, e não predicando qualquer coisa fora da alocução.

No entanto, considerando, ainda, que um sistema é constituído por relações de diferença, Benveniste (1995) agrega outra correlação em sua teorização sobre o sistema pronominal, a **correlação de subjetividade**, por meio da qual caracteriza o "eu" como pessoa subjetiva e o "tu" como pessoa não subjetiva. De fato, o que diferencia "eu" de "tu" é, em primeiro lugar,

o fato de "eu" ser interior ao enunciado e exterior a "tu", considerado o outro da alocução. Em segundo lugar, há outra diferença entre "eu" e "tu" nessa correlação, pois Benveniste (1995) pontua que "eu" é sempre "transcendente" em relação a "tu" por ser o responsável pela implantação do "tu" na alocução. Essas características – de **interioridade** e de **transcendência** – pertencem ao "eu", transferindo-se para o "tu" quando este enuncia. Por isso, o "tu" é caracterizado como pessoa não subjetiva em face da pessoa subjetiva que o "eu" representa. Novamente, tem-se, aqui, a relação de diferença, agora entre "eu" e "tu".

Com isso, vemos que Benveniste (1995) define os pronomes em termos de **pessoalidade** e, principalmente, em termos de **subjetividade**. Pela primeira correlação, vemos a unicidade como marca que relaciona o "eu" e o "outro" e os identifica como o mesmo (pessoa), porém, pela segunda correlação, o "eu" e o "outro" são diferentes. Aqui, parece comparecer, de modo implícito, o sentido de "alteridade" colocado por Benveniste (1995), que relaciona o "mesmo" e o "diferente", conforme as passagens citadas anteriormente, visto aproximar e diferenciar os pronomes "eu", "tu" e "ele".

Levando em conta essas duas correlações, Dufour (2000) defende haver, no conjunto trinitário "eu-tu/ele", uma dupla alteridade: "eu-tu" e "eu-ele". Já Silva (2009), além da alteridade "eu-tu", considerada por Dufour (2000), defende haver uma alteridade "eu-ELE" (cultura) para tratar da instauração da criança em sua língua materna. Essa reflexão será apresentada na seção seguinte.

2. O papel da alteridade na aquisição de língua materna

A reflexão proposta por Silva (2009) para explicar a instauração da criança em sua língua materna se delineia a partir da consideração de diferentes instâncias de intersubjetividade:

> A reflexão acerca do *sujeito na linguagem* proposta por Benveniste [...] permite-nos considerar a existência de três instâncias simultâneas de funcionamento da *intersubjetividade*, quais sejam: uma *relação homem/homem* imersos na cultura, na qual estamos considerando a presença de um *sujeito cultural*; uma relação *locutor/alocutário*, na qual, segundo nosso ponto de vista, aparece um *sujeito da alocução ou dialógico* e uma *relação eu-tu*, expressa pelas formas de pessoa no discurso, constituindo o que estamos chamando de *sujeito linguístico-enunciativo*. (Silva, 2009, p. 159).

No texto "Estruturalismo e linguística" (1968), Benveniste (1989) trata das relações humanas na cultura, já que considera que o homem não nasce na natureza, mas na cultura. Segundo o linguista, "qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas ela não existe, no sentido mais literal, desde que não haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos" (Benveniste, 1989, p. 20). Concebendo que todo o mecanismo da cultura tem um caráter simbólico, o autor defende ser a ação sobre a língua "a chave da relação humana entre a língua e a cultura, uma relação de integração necessária" (Benveniste, 1989, p. 24). Nesse sentido, considera que a criança aprende não uma faculdade "natural" de linguagem, mas o mundo humano. A apropriação da língua está ligada ao conjunto de dados que ela traduz, visto a cultura constituir, de acordo com o linguista, um sistema que distingue o que tem e o que não tem sentido em dada sociedade. Nessa

linha, argumenta que a cultura é um sistema de valores e "esses valores são os que se imprimem na língua" (Benveniste, 1989, p. 22). Por isso, na sequência, defende que "toda criança e em todas as épocas [...] aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura. Nenhuma língua é separável de uma função cultural" (Benveniste, 1989, p. 23-24).

A partir da argumentação de Benveniste (1995, 1989), Silva (2009) propõe que a criança está em relação de intersubjetividade com um *outro* ("ELE"), valores culturais que chegam até ela via relações enunciativas com o outro ("tu") da alocução. Essa argumentação de Silva (2009) é também alicerçada na reflexão de Flores (1999), para quem o ato de apropriação da língua em jogo na enunciação coloca em cena um sujeito da enunciação como um terceiro. Com efeito, para o autor, o "sujeito da enunciação" não está nem no "eu" nem no "tu", mas em "um terceiro" constituído na própria relação. A consideração desse terceiro como um sujeito da enunciação encaminha Silva (2009) a considerar, a partir de Flores (1999), que o **sujeito da aquisição da linguagem**, como o da enunciação, constitui-se a partir das relações de intersubjetividade e de alteridade. Essa relação de alteridade contempla dois "outros": um terceiro, nomeado como *outro* ("ELE"), constituído a partir de uma instância cultural, e um outro das relações enunciativas da criança, instanciado a partir das relações "locutor/alocutário" e "eu-tu". Parece-me, assim, que "os rudimentos da cultura" ("ELE") são constitutivos da língua ("ele") presente nas relações criança-outro (locutor-alocutário/eu-tu). A relação entre humanos na sociedade, primeira instância de intersubjetividade (Silva, 2009), concretiza-se na realidade de discurso, quando locutor e alocutário tornam-se, respectivamente, "eu" e "tu".

Na continuidade de sua reflexão, considerando o construto enunciativo benvenistiano, Silva (2009) aborda duas outras instâncias de intersubjetividade, visto o **sujeito cultural** instaurar-se como tal numa relação de diálogo com o outro. Na aquisição, conforme Silva (2009), desde o primeiro momento, a mãe fala ao bebê em busca de um **sujeito da alocução**, já que, nos gestos e nos primeiros balbucios, toma a emissão da criança como produtora de sentido. Nessas relações criança-outro (geralmente, a mãe), começam a se estabelecer as diferenças de sentido e, consequentemente, a semantização da língua presente na instauração da criança na língua materna, com os valores da cultura da sociedade dessa língua. Com efeito, com base em Benveniste (1995, 1989), a língua é sempre mediação, seja do humano com a cultura da sociedade, seja do humano com outro humano. Nessa relação entre humanos por meio da enunciação, a criança, como sujeito da aquisição, percorre uma trajetória para encontrar a língua enquanto laço social. Considerando, a partir de Benveniste (1989), que toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, pois postula um "alocutário" e, ainda, que a condição mesma dessa mobilização é, para o "locutor", a necessidade de referir pelo discurso e, para o "outro", a possibilidade de co-referir, Silva (2009) defende, por meio dessa argumentação, haver uma instância de **sujeito da aquisição da linguagem da alocução ou dialógica**.

Essa condição de diálogo, para Benveniste (1995, 1989), é constitutiva de "pessoa", pois implica inversibilidade – que "eu" me torne "tu" na alocução daquele que, por sua vez, designa-se por "eu". Conforme o linguista, a língua fornece ao locutor a possibilidade de apresentar-se como "sujeito", remetendo a ele mesmo como "eu" e situando outra pessoa

como "tu" no seu discurso. A língua, em sua organização, comporta mecanismos que permitem o exercício da fala e asseguram o duplo funcionamento – subjetivo e referencial – do discurso. Nessa linha, Silva (2009) passa a considerar também uma instância de **sujeito da aquisição da linguagem linguístico-enunciativa**, que, embora se marque no discurso de diferentes modos a cada ato enunciativo, registra a sua posição de sujeito em um espaço enunciativo constituído por "eu" e por "tu", fato que configura uma **instância de intersubjetividade linguístico-enunciativa** ("eu-tu"). Nessa linha de reflexão, Silva (2009) chega à seguinte síntese:

> estamos defendendo que o *sujeito da aquisição da linguagem* é, ao mesmo tempo, *cultural*, porque imerso na cultura, da *alocução* ou *dialógico*, porque constitui e é constituído na esfera do diálogo e é *linguístico-enunciativo*, porque é um sujeito produtor de referências e de sentido *pelo/no* discurso. É, nessa perspectiva, que concebemos a *subjetividade* e a *intersubjetividade* da/na *Aquisição da Linguagem*. (Silva, 2009, p. 165).

Por isso, a autora considera as três instâncias de (inter) subjetividade – cultural, da alocução e linguístico-enunciativa – em uma relação de simultaneidade. Inserida nesse contexto de reflexão, em diálogo com Benveniste (1995, 1989) e com os deslocamentos de Flores (1999) e de Dufour (2000), Silva (2009) apresenta a sua proposição sobre a dupla alteridade na instauração da criança na língua materna: "eu e tu" (outro) e "eu-ELE" (*outro*). A atualização da referência no quadro figurativo da aquisição re-presenta o "ele" (língua), na linearidade do discurso, e um "ELE" (cultura), não representável linguisticamente, mas impregnado nas formas e nos sentidos presentes nas relações enunciativas "eu-tu". Assim, se a língua comparece na primeira

alteridade ("eu-tu") e a cultura inerente à sociedade na segunda ("eu-ELE"), é possível concluir que, por a língua estar na relação "eu-tu" e conter a sociedade (Benveniste, 1989), a segunda alteridade está constitutivamente presente na primeira alteridade. Nessa linha reflexiva de aprofundamento da noção de alteridade na aquisição de língua materna, podemos considerar que essa segunda alteridade está inscrita na relação de "eu-tu", visto os valores culturais estarem impressos na língua e a língua estar presente nas relações "eu-tu". Nesse caso, a alteridade do "eu" em relação a "tu" contém a alteridade do "eu" em relação a "ele-ELE". Assim, a segunda alteridade proposta aqui contém também a terceira alteridade, concebida por Oliveira (2022)[3] .

Deslocando a reflexão de Silva (2009) para as minhas pesquisas atuais, nas quais tenho abordado a escuta na instauração da criança na língua materna a partir da incorporação da discussão empreendia por Roland Barthes (1976), posso considerar as reflexões desenvolvidas para abordar a **relação escuta-alteridade.**

Ao propor um tipo de escuta em uma relação dual e ao argumentar que a escuta fala, Barthes (1976) tem me possibilitado deslocar a sua reflexão para pensar esse fenômeno no quadro enunciativo. Por isso, tenho defendido que a inversibilidade enunciativa "eu-tu", tão enfatizada sob o ponto de vista da realização vocal, também está presente na escuta. Há, nesse sentido, nas relações enunciativas, inversibilidade e, portanto, intersubjetividade de escutas. Nessa perspectiva, se Barthes diz que "a escuta fala", tenho defendido que "a escuta é uma enunciação".

3 Oliveira (2022) defende que o dispositivo "(eu-tu/ele)-ELE", conforme Silva (2009), constituiria não uma dupla, mas uma tripla alteridade: além da alteridade da criança ("eu") com o outro da alocução ("tu") e com o *outro* da cultura ("ELE"), há a alteridade com o **outro** da língua ("ele").

Em "Vista d´olhos sobre o desenvolvimento da linguística", Benveniste (1995) postula que a linguagem, no plano material, supõe um aparelho vocal para produzir-se e um aparelho auditivo para ser percebida (formas são emitidas e ouvidas). No plano imaterial, a linguagem comunica significados, com a "evocação" de acontecimentos e experiências. Em sua noção de linguagem, o linguista contempla, de um lado, o aspecto material/natural/biológico (aparelhos vocal e auditivo) e, de outro lado, o aspecto imaterial/cultural/simbólico (a significação). Também nesse texto, Benveniste (1995) argumenta que "a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade" (Benveniste, 1995, p. 26).

Destaco o fato de que, em sua reflexão sobre a função mediadora da linguagem, Benveniste (1995) inscreve um lugar para o ouvinte e um lugar para o simbólico, que comporta a imaterialidade de ordem cultural. Nesse lugar, talvez eu possa alargar a dupla alteridade abordada anteriormente, situada no plano da emissão dos discursos falados, para pensar o plano da escuta desses discursos. Assim, é possível considerar haver uma dupla alteridade: a do "eu" em relação a "tu" (atrelado à escuta) e a do "eu" em relação a "ele-ELE" (a língua com os valores da cultura de dada sociedade).

No quadro enunciativo, o ouvinte é a instância afetada por uma enunciação para realizar uma enunciação de retorno na inversibilidade enunciativa "eu-tu". Segundo a argumentação de Silva e Oliveira (2021), esse lugar de escuta é condição para duas novas enunciações, uma durante a e outra a partir da escuta. Essa reflexão é baseada na seguinte formulação de

Benveniste: “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário” (Benveniste, 1989, p. 84). A partir dessa citação, Silva e Oliveira (2021) argumentam que a escuta funciona, nas relações enunciativas “eu-tu”, como uma enunciação implícita. Tal enunciação, ainda que não se explicite em palavras para o outro, marca a inversibilidade enunciativa entre as figuras que se invertem como protagonistas da enunciação.

Nessa alternância, em que a língua comparece para a atualização de referência, há sentidos “evocados” para além daqueles identificados ou reconhecidos como pertencentes ao partilhado do sistema: são os rudimentos da cultura se presentificando na relação entre emissão e escuta. Essa argumentação baseia-se na seguinte formulação de Benveniste (1989): “A linguagem [língua] tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são realidades definidas como elementos de cultura, necessariamente” (Benveniste, 1989, p. 24).

Se a inversibilidade enunciativa “eu-tu”, tão enfatizada sob o ponto de vista da realização vocal, também está presente na escuta, há intersubjetividade de escutas. Assim, a escuta também atualiza **relações de alteridade** (o “eu” na autoescuta do “eu” e o “eu” na escuta do outro – “tu” –, num complexo jogo de identidade e diferença). Ainda, no contexto da reflexão deste artigo, pensar a língua com os valores da cultura como outra alteridade (“eu” em relação a “ele-ELE”) é considerar que os sentidos evocados nas relações “eu-tu” acabam sendo “inculcados” nas crianças. Nessa linha, Silva e Flores (2015) pontuam que

> a cultura está constitutivamente presente na linguagem humana. E a criança é talvez a melhor testemunha de tudo isso. Benveniste tem razão em falar na criança, quando fala de cultura e linguagem. Pois isso só é menos invisível pelo testemunho de uma criança. (Silva; Flores, 2015, p. 147-148).

Concebendo, com Benveniste (1989), que o sistema de valores culturais é constitutivo da língua, o "ELE", enquanto sistema cultural, está constitutivamente presente nas relações criança-outro e, portanto, na instauração da criança na língua materna. Isso porque o outro da sua alocução é considerado como o lugar onde está a língua com os valores culturais da sociedade. Esse outro da relação com a criança, ao ressignificar as formas por ela produzidas no discurso, atualiza a referência da enunciação e as referências culturais, como se observa em fatos enunciativos nos estudos de aquisição, como os de Silva (2009): "o Papai Noel que dá presentes", "a menina representando o papel de mãe perante suas bonecas, alimentando, cuidando de sua higiene e prescrevendo normas" etc.

Com efeito, ao convocar a criança a instanciar-se na enunciação e ao tomar suas formas enunciativas como produtoras de sentidos, o outro possibilita à criança se instanciar como sujeito de alocução para percorrer uma trajetória e encontrar a língua enquanto laço social. E isso já é um dado cultural, ou seja, há um "ELE" permitindo ao adulto constituir essa relação "eu-tu" para possibilitar o preenchimento do lugar enunciativo pela criança. Do lugar de enunciação preenchido às referências produzidas na língua-discurso por "eu" e por "tu", instancia-se uma intersubjetividade centrada na condição humana de sujeito na cultura e, por isso, o "ELE", como constitutivo da relação, é transversal à instauração da criança na língua materna. Assim, a

criança em seu discurso constitui uma relação de alteridade não apenas com o outro da alocução ("tu"), mas também com o *outro* da cultura ("ELE"), presente na língua atualizada no discurso ("ele"). Esse outro da cultura, "a todo momento, atravessa a trama da alocução e descentra esse sujeito da aquisição de suas escolhas porque sob suas formas enunciativas há outras formas e sentidos já enunciados. Isso mostra a linguagem como uma estrutura complexa e o sujeito como efeito de linguagem" (Silva, 2009, p. 273).

O percurso deste artigo permite, assim, considerar a "dupla alteridade" ("eu" em relação a "tu" e "eu" em relação a "ele-ELE") como presente na instauração da criança na língua materna. A "primeira alteridade" presentifica-se nas relações diádicas de conjunção ("eu-tu") e de disjunção ("eu/tu"), que ora marcam a "identidade" ou "unicidade", característica da pessoalidade de "eu" e "tu", ora marcam a "diferença" entre "eu" e "tu", caracterizada pela marca de subjetividade de "eu", ausente em "tu". Nesse caso, tem-se a alteridade marcada pelas relações de identidade e de diferença entre o "eu" e o "outro". Já a "segunda alteridade" é uma alteridade de ordem constitutiva, de natureza imaterial, pois o "ELE", sistema cultural, é transversal às relações diádicas "eu-tu", via língua, presente nos discursos oriundos das enunciações. Nesse caso, tem-se, na escuta, também uma segunda alteridade "eu" em relação a "ele-ELE".

Ao estar ligada a essas duas **alteridades**, que estão constitutivamente interligadas, a criança instaura-se, concomitantemente, na língua-discurso e nos valores culturais da sociedade.

Palavras finais

Este artigo teve como objetivo abordar o papel da alteridade na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa. Para cumprir esse objetivo, realizei um estudo retrospectivo sobre a presença do termo "alteridade" no campo da aquisição da linguagem e no da teoria da linguagem de Benveniste (1995, 1989) para, em seguida, centrar-me no estudo desenvolvido por Silva (2009), que se configura também a partir do diálogo com outros autores (Dufour, 2000; Flores, 1999).

Silva (2009) opera com a noção de "dupla alteridade" (com o outro – "tu" – e com a cultura – "ELE") a partir de Benveniste (1995, 1989) e, principalmente, dos deslocamentos de Dufour (2000) sobre a teorização do linguista acerca dos pronomes. Além disso, destaco o fato de que Silva (2009) vale-se da ideia de um "terceiro" constituído na relação "eu-tu" (Flores, 1999) para deslocar essa reflexão e considerar o sistema cultural ("ELE"), uma espécie de terceiro, como constitutivo do dispositivo trinitário "(eu-tu/ele)-ELE". Assim, Benveniste (1995, 1989) com seus leitores (Dufour, 2000; Flores, 1999) possibilitam a Silva (2009) considerar a dupla alteridade – "eu em relação a tu" e "eu em relação a ELE" – como necessária para a instauração da criança em sua língua materna e nos valores culturais da sociedade a que essa língua se vincula. Neste estudo, incluo, na segunda alteridade, a língua ("ele"), com os valores culturais ("ELE") nela impressos.

Como resultado dessa reflexão, concluo que, como a língua comparece na primeira alteridade ("eu-tu") e a cultura inerente à sociedade está contida na língua (Benveniste, 1989), então a primeira alteridade ("eu-tu") contém a segunda alteridade ("eu" em relação a "ele-ELE").

Outra atualização da reflexão de Silva (2009) sobre a dupla alteridade, discutida neste texto, pode ser desdobrada nas reflexões sobre a escuta na instauração da criança na língua materna. Se a escuta está presente nas instâncias de intersubjetividade ("eu-outro" e "eu-língua com a cultura"), também realiza complexas relações de alteridade: o "eu" na autoescuta do "eu" e o "eu" na escuta do outro ("tu"), num jogo de identidade e diferença em que também comparece a escuta dos valores culturais da sociedade instanciados nas relações "eu-tu". Nesse caso, a escuta também implicada na primeira alteridade (relação entre "eu" e "tu") contém a escuta instanciada em uma segunda alteridade (relação entre "eu" e "ele-ELE").

Portanto, é no exercício da língua que a criança poderá fundar-se na língua e, concomitantemente, na cultura dessa língua. A "dupla alteridade", presente nas emissões e nas escutas, parece ter um papel fundante para a criança se instaurar na dupla natureza de sua constituição como falante: individual e social.

Referências

AQUISIÇÃO da linguagem e a alteridade em debate, A. Participantes: Alessandra Del Ré; Carmem Luci da Costa Silva; Marianne Cavalcante. Mediação/Coordenação: Ester Scarpa. Abralin ao vivo, 23 maio 2020. 1 vídeo (2 h e 24 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XgK1asrbOac. Acesso em: 28 jan. 2026.

BARTHES, Roland. Da escuta. *In*: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1976. p. 137-145.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães *et al*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989. Trabalho original publicado em 1974.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995. Trabalho original publicado em 1966.

DE LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 42, p. 41-69, jan./jun., 2002. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637140/4862. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

DUFOUR, Dany-Robert. *Mistérios da trindade*. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FARIA, Ernesto (org.). *Dicionário escolar latino-português*. 37. ed. Ministério da Educação e Cultura — Departamento Nacional de Educação — Campanha Nacional de Material de Ensino. 1962. http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001612.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

FENOGLIO, Irène. La linguistique générale d´Émile Benveniste: une épistemologie méthodique et continue. *In*: FENOGLIO, Irène; D´OTTAVI, Giuseppe. *Émile Benveniste, 50 ans aprés Les Problèmes de Linguistique Générale*. Paris: Éditions Rueld´Ulm, 2019. p. 17-51.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Linguística e psicanálise*: princípios de uma semântica da enunciação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

KNACK, Carolina. De Benveniste às pesquisas prospectivas: a noção de deslocamento e seu valor teórico-metodológico. *In*: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (org.). *O universo benvenistiano*: enunciação, sociedade, semiologia. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 164-203. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/universo-benvenistiano. Acesso em: 29 jun. 2025.

LIER DE-VITTO, Maria Francisco; CARVALHO, Glória Maria Monteiro. O interacionismo: uma teorização sobre a aquisição da linguagem. *Revista da ABRALIN*, v. 23, n. 2, p. 462-490, set. 2024. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2226. Acesso em: 25 jun. 2025.

NORMAND, Claudine. Os termos da enunciação em Benveniste. *In*: OLIVEIRA, Sérgio Lopes; PARLATO, Érika Maria; RABELLO, Silvana (org.). *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996. Série Linguagem, n. 1. p. 128-152.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Linguagem da criança: uma herança cultural. *PERcursos Linguísticos*, Vitória, v. 6, n. 13, p. 106-118, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/14108. Acesso em: 28 jun. 2025.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *Do* homo loquens *ao* homo loquens scriptor: por uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita. 2022. 428 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges, France: Lambert-Lucas, 2007.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem*: enunciação e aquisição. 1. ed. Campinas: Pontes, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. A relação entre o biológico e o cultural na aquisição da linguagem e a instauração da criança na interdependência entre forma-sentido na língua materna. *In*: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (org.). *O universo benvenistiano*: enunciação, sociedade, semiologia. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 164-203. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/universo-benvenistiano. Acesso em: 29 jun. 2025.

SILVA, Carmem Luci da Costa; FLORES, Valdir do Nascimento. A significação e a presença da criança na linguagem. *Estudos da Língua(gem*), Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 133-149, jun. 2015. Disponível em: https:// periodicos2.uesb.br/index.php/ estudosdalinguagem/article/ view/1284. Acesso em: 28 jun. 2025.

SILVA, Carmem Luci da Costa; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Nos rumores da língua: a escuta entre as enunciações falada e escrita da criança. *Conexão Letras*, v. 26, p. 165-190, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/ view/116837. Acesso em: 30 jun. 2025.

Falas sintomáticas e Clínica de Linguagem: diálogos teóricos com alteridades constitutivas

Maria Francisca Lier-DeVitto*
Lúcia Arantes**

Resumo

Este artigo discute a construção da discursividade própria da Clínica de Linguagem, que tem o sintoma na fala como objeto nodal. Trata-se de um campo teórico-clínico instituído no LAEL-PUCSP, no início dos anos 2000. As elaborações propositivas da Clínica de Linguagem foram instituídas com base em diálogos teóricos com alteridades constitutivas. Nessas relações plurais, campos vizinhos, como a Fonoaudiologia, a Aquisição de Linguagem, a Linguística e a Psicanálise, são abordados como exterioridades na delimitação de um espaço singular. A oposição entre confrontação e aplicação participa do esforço de explicitação do delineamento de seu contorno. Sustenta-se que o espaço discursivo da Clínica de Linguagem respeita tanto a imagem do objeto que o determina quanto as restrições epistemológicas que dele decorrem. Reconhece-se a fala sintomática como manifestação ímpar que não se confunde com equívoco ou erro ocasional. Leva-se em conta que a clínica transcende o campo científico da Linguística. Retendo o compromisso com a linguagem, a direção que tem se apresentado como plausível para a Clínica de Linguagem é a

* PUC-SP Professora Titular da Faculdade de Filosofia Comunicação Letras e Artes/Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia/Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Membro do Serviço de Patologia da Linguagem da Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Derdic- CER-II PUC-SP). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3587-1431.

** PUC-SP Professora Associada da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde/Departamento Teoria e Métodos em Fonoaudiologia e Fisioterapia/Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Membro do Serviço de Patologia da Linguagem da Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Derdic- CER-II PUC-SP). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5982-1100.

Psicanálise, área designada, aqui, portanto, como “alteridade necessária”. Afirma-se que o funcionamento da língua determina uma densidade significante de uma fala-sintoma e faz emergir a imagem do objeto próprio da Clínica de Linguagem.

Palavras-chave: clínica de linguagem; falas sintomáticas; alteridades; diálogo teórico; fonoaudiologia.

Symptomatic Speech and Language Clinic: Constitutive Dialogues with Alterities

Abstract

This article discusses the construction of the discursivity specific to the Language Clinic, which considers speech symptoms as its central object. It pertains to a theoretical-clinical field established at LAEL-PUCSP in the early 2000s. The propositional elaborations of the Language Clinic were developed based on theoretical dialogues with constitutive alterities. In this context, neighboring fields such as Speech-Language Pathology, Language Acquisition, Linguistics, and Psychoanalysis are approached as externalities that delimit a unique space. The opposition between confrontation and application contributes to the effort of clarifying the boundaries of this space. It is maintained that the discursive boundary of the Language Clinic respects both the image of the object that determines it and the epistemological constraints that arise from it. Symptomatic speech is recognized as a singular manifestation that is not confused with lapses or occasional error. It is also acknowledged that the clinic transcends the scientific field of Linguistics, with a commitment to language, and the most plausible direction it has taken is Psychoanalysis, which is also regarded as a necessary alterity. It is asserted that the functioning of language determines a significant density of a speech-symptom and brings forth the image of the object specific to the Language Clinic.

Keywords: language clinic; symptomatic speech; alterities; theoretical dialogue; speech-language pathology.

Recebido em: 30/06/2025 // Aceito em: 27/11/2025

Neste artigo, partimos de Milner (1996) para desenvolvermos uma reflexão sobre um campo discursivo que envolve o sintoma na fala, objeto nodal na construção da discursividade própria à Clínica de Linguagem (CL). Trata-se de um campo de elaborações teórico-clínicas inovadoras, instituído no Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) da PUCSP por iniciativa de Maria Francisca Lier-DeVitto, em 1997, e que instaura um diálogo teórico com o interacionismo em aquisição de linguagem e com a Fonoaudiologia, esta fortemente marcada pelo raciocínio médico-organicista e, consequentemente, cognitivista. Os primeiros passos da construção da CL foram traçados, portanto, na relação com essas duas alteridades constitutivas. A questão da alteridade, conforme proposta neste artigo, será invocada e mobilizada na discussão. Há, de acordo com Milner (1996, p. 9), "duas maneiras de reconhecer a imagem de um objeto" e, desse modo, estabelecer o contorno discursivo de um campo.

Pode-se partir do interior e, "por uma composição de leis, gerar-lhe os contornos" (Milner, 1996, p. 9). Assim, segundo o autor, procede o linguista ao construir uma gramática. A construção desse objeto parte da apreensão das regularidades e das diferenças a ele inerentes, internas ao jogo enunciativo-discursivo, para o estabelecimento de abstrações estáveis, categorias gramaticais e seu modo particular de enlaçamento em cada língua. Não foi diferente no nascimento da Ciência da Linguagem com Saussure ([1916]/2016): as leis de funcionamento postuladas por ele são internas ao organismo linguístico propriamente dito.

Pode-se, diferentemente, partir do exterior e "levar em conta a presença dos corpos vizinhos; estabelecer com esses corpos e, por sua disposição lateral, determinar a forma de um

espaço onde se aloja o objeto" (Milner, 1996, p. 9)[1]. O autor toma como exemplo dessa segunda modalidade a psicanálise lacaniana, que, segundo ele, na lida com alteridades, "[as] confrontou, e erodiu não sem del[a]s receber uma forma e não sem lhes conferir uma. Podemos chamar isso de materialismo discursivo" (Milner, 1996, p. 9). Vê-se aparecer aí a noção de "instrumento", conforme trabalhada por Paul Henry (1992) e, depois, por Maria Teresa Lemos (2002), que suspende de forma radical a incorporação irrefletida de um campo por outro, o que é próprio da aplicação implicada nas relações interdisciplinares[2].

Milner (1996) dá relevo ao "bom uso da exterioridade" ao comentar o tipo de articulação que Lacan estabelece com a Ciência e com o Estruturalismo Linguístico. O linguista valoriza, nas aproximações de Lacan com outro campo, a "paradoxal posição de inclusão externa" (Milner, 1996, p. 9), quer dizer, o que se retira vem lido, relido, transformado, pelo corpo conceitual da Psicanálise, o que dá suporte à sustentação de alteridades. Esse modo de relação mantém externo o campo frequentado e delimitada a figura transformada do que dele foi retirado.

Partir do lado de fora para construir o objeto envolve transformações e releituras; interessa, portanto, nos determos, brevemente, na oposição "confrontação/aplicação" para iluminarmos um pouco mais a "paradoxal posição de inclusão externa", mencionada como constitutiva de objetos de um campo teórico. Destacamos, dessa oposição, a palavra "confrontação", que elimina a ideia de "empréstimo" como trânsito livre de novos conceitos ou aparatos descritivos de um campo para outro como se não houvesse barreira a ser considerada e rupturas a serem

1 Sobre isso, ver Arantes (2001).

2 Recomendamos ainda, a este respeito, o texto de Cláudia Guimarães de Lemos (1998b).

realizadas. Dois gestos que levam à possibilidade de linhas de contorno de fronteira entre campos.

A partir daqui, podemos recorrer a Paul Henry (1992), que, ao abordar as noções de "instrumento" e "trânsito interdisciplinar", auxilia no encaminhamento da discussão sobre alteridade. Nesse modo de construção, que leva em conta relações com exterioridades – caso da Psicanálise, ao estilo de Lacan –, prosseguir com Paul Henry (1992) permite chegar ao entendimento da diferença entre confrontação e aplicação como efeitos divergentes do encontro entre campos. De imediato, afirmamos que "confrontação" exige sustentação de borda, de fronteira, enquanto "aplicação" envolve deslocamento irrefletido entre espaços heterogêneos, que apaga e borra fronteiras, confundindo o que deveria ser próprio.

A Clínica de Linguagem constrói seu campo de reflexão e de atuação pela via do que foi designado por Lier-DeVitto (1997) como "diálogo teórico"[3], num esforço de sustentação de alteridades, o que pode ser, nas palavras de Paul Henry (1992), um encontro entre campos pautado pela ideia de "confrontação", e não pela de "aplicação". Apagar o "teórico" da expressão "diálogo teórico" tem como consequência manter-se no campo da aplicação. De fato, uma aproximação desavisada entre campos confunde objetos por tratar parentesco como identidade (Lier-DeVitto, 1997): é homogeneizar o que é heterogêneo ou abdicar da elaboração teórica de uma discursividade própria sobre o acontecimento.

Falas sintomáticas convocam a Clínica de Linguagem, que se coloca frente a frente à Fonoaudiologia. Ambas têm a linguagem como centro, o que torna a relação com a Linguística

3 Sobre "diálogo teórico" e sua implicação na problemática da inter/multidisciplinariedade típica da arquitetura da Fonoaudiologia, ver Landi (2000).

imperativa, uma questão ética que exige manter a Linguística em posição de alteridade. O ponto é como situar-se frente a ela. É primorosa, a esse propósito, a afirmação de Cláudia Guimarães de Lemos (1998, *apud* Rojo), de que

> esse gesto [não pode ser] consequente ao reconhecimento da Linguística como lugar de um saber sobre a linguagem, disponível sob a forma de certezas e respostas [...] a Linguística [deve ser] tomada como lugar onde o que não se sabe sobre a linguagem é reconhecido e produz questões (Lemos, 1998 *apud* Rojo, 1998, p. 13-14).

Se a Fonoaudiologia tem se dirigido a esse campo em busca de certezas e respostas – "certezas" sobre o suposto saber totalizante da Linguística e "respostas" para o acontecimento sintomático na fala –, cabe, nesse ponto, a observação de que não é bem à Linguística a que se recorre, e sim à gramática como metro para definir o patológico na fala.

Acerca desse problema, lê-se em Arantes (2001):

> É realmente possível argumentar que a face da linguagem que convoca o fonoaudiólogo e que o modo de aproximação à Linguística deixou-o numa situação de abandono teórico e clínico: teórico porque ele não se comprometeu com uma teorização sobre a linguagem, ficou apenas com fragmentos de discursos e clínico, porque os aparatos descritivos da Linguística não atendem à exigência clínica de tocar a fala. Isso é expressão tanto do descompromisso com a linguagem, quanto com a fala dos pacientes. Seria, entretanto, desse duplo compromisso que poderia advir uma direção teórico-clínica particular. (Arantes, 2001, p. 58).

O que pode ser retirado da citação anterior é que a incorporação de recortes de construtos teóricos heterogêneos da Linguística molda um discurso que perde consistência; discurso este característico dos gestos de aplicação.

A Fonoaudiologia recorre, também, à pragmática, por entender a linguagem como comunicação: diversas publicações apontam para as vantagens que a Pragmática oferece para a construção de procedimentos diagnósticos e terapêuticos (Botura *et al.*, 2021; Machado; Carmo; Silva, 2020; Moraes, 2019; Puglisi *et al.*, 2016). Argumenta-se que os métodos clínicos nela inspirados são mais eficazes enquanto instrumentos descritivos da participação da criança em interações clínicas. Diz-se que eles favorecem uma abordagem produtiva na clínica. A esse respeito, Lier-DeVitto e Arantes (2022) mostram que, supostamente, tais procedimentos são eleitos como "ferramentas mais eficientes de avaliação de linguagem do que aqueles de base gramatical e/ou de natureza psicológica guiados por testes piagetianos em que a relação da criança com o outro nunca chega a ser incluída" (Lier-DeVitto; Arantes, 2022, p. 254). Dito de outro modo, enfatiza-se a chance de idealizar programas eficazes de intervenção terapêutica.

Note-se que, no lugar da aplicação da gramática, entra uma certa aplicação da pragmática, o que faz retornar, nessas propostas, a ideia de "comportamento", afastando definitivamente tanto a linguagem quanto a Linguística do centro das discussões. Nessa direção, erros patológicos não são destacados como acontecimentos singulares que levam crianças à clínica (Lier-DeVitto; Arantes, 2022). Análises gramaticais são incluídas no espaço discursivo da Fonoaudiologia pela via da aplicação, e não pela via de uma confrontação, lembrando-se, aqui, a oposição enunciada por Paul Henry (1992), que toma o segundo termo como aquele que pode ser relacionado a um modo de construção de um campo pela via do reconhecimento de alteridade de "corpos vizinhos" em relação aos quais se delimita um campo

próprio. Resumidamente, do diálogo com a Fonoaudiologia, a Clínica de Linguagem retira o diagnóstico de que a relação da Fonoaudiologia com a Linguística tem sido

> (1) utilitária, a-teórica em que instrumentais descritivos são utilizados sem qualquer remissão (ao) ou implicação do corpo teórico em que foram forjados. (2) Mostra, acima de tudo, uma "incômoda inconsistência" no discurso da Fonoaudiologia sobre a linguagem: se da Linguística vêm instrumentais descritivos e mesmo fragmentos de dizeres teóricos sobre o *objeto-linguagem*, essa disciplina é, contudo, irremediavelmente recuada [em favor do pensamento gramatical, descritivo]. (Lier-DeVitto, 2000, p. 15).

Nesse contexto, importa a citação anterior de Cláudia de Lemos (1998, *apud* Rojo, 1998), em que ela assinala que a "Linguística [deve ser] tomada como lugar onde o que não se sabe sobre a linguagem é reconhecido e produz questões" (Lemos, 1998, *apud* Rojo, 1998, p. 14), na medida em que tal afirmação pode ser tomada como uma espécie de norte do movimento de abertura de um campo teórico-clínico capaz de formular questões a partir do encontro com as áreas das quais se aproxima. A Clínica de Linguagem toma como proposição problemática o sintoma na fala e as consequências clínicas que dele decorrem. O sintoma na fala passa por um processo reflexivo de desnaturalização e é assumido como um terceiro, quer dizer, um efeito inapreensível por aparatos descritivos gramaticais que operam no dualismo certo-errado, correto-incorreto (Lier-DeVitto; Arantes, 1998).

Em tempo, a relação estabelecida com o interacionismo é, também, de alteridade,

> exatamente por conta do que nos ensina Cláudia de Lemos, [...] um compromisso com a especificidade do material [deve] ser sustentado como condição para que o investigador se mantenha em posição de ser afetado/interrogado por sua singularidade. Condição, esta, que compreende suspensão de conhecimento prévio, que se suponha abrangente de todo e qualquer acontecimento linguístico. Lição não menos importante que outra, decorrente da primeira, qual seja, a de assumir posição-sujeito na leitura... assumir que o Interacionismo, embora fonte teórica de reflexão, [deve] ser colocado em posição de alteridade. Por essa razão, categorias ou operadores de leitura, nodais nessa proposta teórica, foram mobilizados para pensar diferenças. Refiro-me a noções como **interação, mudança, "erro", sujeito, outro, heterogeneidade e interpretação**[4]. (Lier-DeVitto, 2003, p. 235, grifo próprio).

Abre-se, assim, um diálogo teórico com o interacionismo e, com este campo, é retomada a relação com a face teórica da Linguística, vale dizer, com a Ciência da Linguagem, conforme inaugurada por Saussure ([1916]/2016). O retorno a Saussure se justifica porque o encontro com a Linguística é imperativo, como dissemos anteriormente, já que não se pode voltar as costas à necessidade de eleger

> uma visão de linguagem que [atenda] tanto a questões epistemológicas, quanto empíricas [...] A fala da criança e as falas sintomáticas, imprevisíveis e altamente heterogêneas, parecem resistir à busca de regularidades em termos de atribuição categorial[5]. Isso é verdadeiro, também, no que remete à natureza fragmentária das produções iniciais da criança e dos "erros" que aparecem nos períodos posteriores: sua ocorrência, no entanto, **não obscurece a força do funcionamento da língua** como determinante do aparecimento de formas que,

4 As aspas em "erro" assinalam uma alusão ao que se diz da fala da criança no senso comum e, também, na grande maioria dos trabalhos em aquisição. Vem entre aspas para sinalizar que "erro" é noção problematizada no Interacionismo (Carvalho, 1995 e outros; Figueira, 2001 e outros; Lemos, 1982 e outros; M.T. Lemos, 1994, 2002).

5 Os pesquisadores do projeto de Aquisição da Linguagem da IEL-UNICAMP e do projeto Aquisição e Patologias da Linguagem do LAEL-PUCSP, que enfrentam essas falas, atestam essa resistência.

> apesar de "estranhas", são produtos efetivos de relações dinâmicas. No caso das patologias da linguagem, essas formas estranhas não podem ser sistematicamente associadas a um déficit orgânico particular, nem pode o "[sintomático]" ser referido a qualquer categoria patológica de fala. (Lemos *et. al.*, 2003a, p. 168, tradução própria, grifo próprio).

Em outras palavras, a natureza errática e instável, tanto da fala da criança quanto das falas sintomáticas, é, a nosso ver, o argumento maior em favor da implicação do conceito de *la langue* de Saussure. Queremos dizer, com isso, que a natureza empírica de falas sintomáticas e de falas de crianças dá suporte à convergência teórica entre esses campos (o da clínica e o da aquisição), em que pese a diferença de efeitos manifestos entre erro na fala da criança e sintoma na fala[6].

O projeto interacionista[7] de Cláudia de Lemos sobre o percurso da criança na linguagem manteve posição crítica persistente acerca das tentativas da área de Aquisição de apreender enunciados fragmentários em termos gramaticais. A autora colocou-se, também, contra tratá-las como evidências empíricas de um conhecimento linguístico (Lemos, 1982 1985; Lier-DeVitto, 2013b). Nessa direção, a filiação desse projeto à obra de Saussure representa um corte radical em relação à prática de descrição gramatical da fala da criança e abre a porta para uma abordagem explicativa dos movimentos truncados e, muitas vezes, insólitos de enunciados de crianças. Por certo, "estabelecer um compromisso com *la langue* e considerar as noções de **funcionamento** e de **sistema**, conforme se lê

6 Falas de crianças podem ter efeitos chistosos; falas patológicas causam perplexidade (Lier-DeVitto; Fonseca; Arantes, 2024).

7 O Projeto de Aquisição da Linguagem da UNICAMP (1976) foi proposto por Cláudia de Lemos e coordenado por ela até o final dos anos 1990. Depois de Cláudia de Lemos, o Projeto de Aquisição da Linguagem deu lugar ao Grupo de Pesquisa em Aquisição de Linguagem (GPAL), coordenado por Maria Fausta Pereira de Castro e Rosa Attié Figueira. Ambas fizeram parte do primeiro grupo de pesquisadoras do Interacionismo. Além delas, Ester Scarpa, Maria Cecília Perroni e, posteriormente, Glória Carvalho e Maria Francisca Lier-DeVitto.

Curso de Linguística Geral*,* afasta de forma definitiva qualquer possibilidade do pensamento 'gramatical' sobre a linguagem" (Lier-DeVitto; Arantes, 2020, p. 68).

Deve-se admitir que falas de crianças e falas sintomáticas partilham um conjunto de características: ambas são imprevisíveis, insólitas e heterogêneas. Porém, em um aspecto, elas se distinguem radicalmente: seus efeitos na escuta do outro produzem um corte entre "normal" e "patológico". Se o "erro" da aquisição da linguagem pode ter efeito de chiste e ser tomado como indício de mudança da relação da criança com a língua, uma fala sintomática, de criança ou de adulto[8], causa outro efeito: o de perplexidade, o que leva pacientes à clínica (Lier-DeVitto; Arantes, 1998; Lier-DeVitto, 2003). Há, também, outra diferença crucial: falas sintomáticas se cristalizam numa mobilidade anômala, em composições morfológicas, sintáticas e semânticas perturbadoras[9]. Do reconhecimento de diferenças entre falas de crianças e falas sintomáticas, nasce a Clínica de Linguagem.

Queremos, nesse ponto, sublinhar que o contorno discursivo que determina o espaço da Clínica de Linguagem respeita tanto a imagem do objeto que o determina quanto as restrições epistemológicas que dele decorrem. Interacionismo e Clínica de Linguagem não se compõem, portanto, como uma unidade isomórfica. Ainda que o erro na fala da criança seja fonte de teorização sobre mudanças na trajetória da criança na linguagem – o que faz dele um sinal positivo –, no caso de falas sintomáticas, é a mudança na direção da língua constituída que é detida num movimento anômalo, o qual não passa a outra coisa.

8 Sobre a Clínica de Linguagem com adultos, ver Fonseca (2002), Marcolino-Galli (2013) e Catrini (2019).

9 Sobre a relação entre o Interacionismo e a Clínica de Linguagem, ver Andrade (2003), Arantes (2001), Fonseca (2002), Lier-DeVitto (2001, 2003, dentre outros).

Entendemos que a Clínica de Linguagem, na relação com o Interacionismo, faz "bom uso da exterioridade" (Milner, 1996).

À parte a implicação de *la langue*, de Saussure, nas explicações do que ocorre em produções erráticas, é preciso, ainda, uma palavra sobre o lugar que falas sintomáticas ocupam no campo mais amplo da Linguística. Pode-se afirmar que as ditas patologias da linguagem têm estado à margem das reflexões linguísticas. É notável a escassez de trabalhos linguísticos acerca do assunto. Concordamos com Jakobson quando afirma que "a ciência da linguagem passa em silêncio [frente a ocorrências sintomáticas] como se as perturbações da fala nada tivessem a ver com a linguagem" (Jakobson, 1954, p. 35). Tal marginalidade é persistente, e o modo de existir das falas patológicas no campo da Linguística aponta para um desinteresse (Lier-DeVitto, 2000, 2002). Há, contudo, razões subjacentes a essa marginalidade.

Deve-se levar em conta que a Linguística se alinha ao ideal científico: ela persegue regularidades, como diz Milner ([1978]/2012). Não se trata de ignorar que toda língua é passível de gramaticalização – a linguagem não é um caos, ela é estruturada. Ocorre que o erro, o equívoco e as falas sintomáticas não são exceções às normas e às regras gramaticais: são acontecimentos ímpares, cuja existência é inegável, embora sejam tratados como marginais. Acompanhemos, aqui, o que diz Milner (1989) sobre o programa da Linguística: "[um programa] delimita de antemão o conjunto de proposições problemáticas que lhes serão acessíveis ou inacessíveis. A ciência prediz que os problemas que lhes são inacessíveis são desprovidos de significação e interesse" (Milner, 1989, p. 29).

Convém anotar que falas sintomáticas não têm sido incluídas no programa da Linguística, cujas subáreas não

as elegem como questão. Quer dizer, retornando à citação de Milner (1989), falas sintomáticas são *a priori* inacessíveis, irrelevantes, desinteressantes. Cabe assinalar que mesmo os estudiosos interessados no uso da linguagem não incluem em suas considerações a reflexão sobre a densidade significante de falas ditas patológicas. Também eles perseguem o ideal teórico homogeneizante da Linguística: interessa-lhes o estabelecimento de princípios gerais reguladores do uso previsível de uma língua. A busca de regularidades que dão suporte a abstrações teóricas oblitera os ditos acontecimentos ímpares na linguagem – erros, equívocos, falas sintomáticas. Tais ocorrências são, então, forçadas na direção de espaços clínicos[10].

A Clínica de Linguagem entende que o diálogo com a Linguística não é descartável, já que a Linguística é espaço de levantamento de questões sobre a linguagem – não de aplicação direta de suas conquistas –, como temos procurado indicar neste artigo. Temos em perspectiva seja a delimitação de contorno, seja a incidência teórica decisiva de Saussure e Jakobson, na apreensão/explicação do acontecimento sintomático. Jakobson (1954) forneceu a possibilidade de escutar, no manifesto de uma fala, a jogada latente do funcionamento da língua, a partir da ressignificação dos eixos sintagmático e associativo de Saussure como eixos metonímico e metafórico. Lição aprendida que rende e frutifica nos trabalhos teórico e clínico da Clínica de Linguagem tanto com adultos quanto com crianças. Tal opção é "da maior importância porque ele indica que aquilo [falas sintomáticas] que, por efeito da aplicação de abordagens gramaticais tinha existência externa ao campo dos estudos linguísticos, pode adquirir o estatuto de problema interno" (Lier-DeVitto, 2011, p. 61).

10 Erros em falas de crianças e sintomas na fala chegam à Clínica de Linguagem, às esferas psicológicas e psicanalíticas. Equívocos são matéria-prima da psicanálise, tratados como formações do inconsciente.

Falas sintomáticas/patológicas impõem dificuldades que dizem respeito tanto à sua caracterização/abordagem e definição (Lier-DeVitto, 2006; Lier-DeVitto; Fonseca, 2001) quanto à produção de um discurso sobre a experiência clínica. Ponto primeiro é, portanto, explicitar "a natureza da dificuldade" que essas falas colocam para o investigador e para o clínico. As falas sintomáticas são refratárias aos instrumentais descritivos da Linguística, os quais são insuficientes para descrever a qualidade específica dessas manifestações, qual seja, sua natureza sintomática, como discutido anteriormente – tais falas transbordam, também, os limites do "aceitável" para o falante de uma língua[11] (Andrade, 2003; Arantes, 2001, 2004; Lier-DeVitto, 2002). Os segmentos a seguir ilustram tais acontecimentos e favorecem o encaminhamento da discussão[12].

Segmento 1

(Terapeuta T. e paciente M. falando sobre um programa de televisão que foi popular no Brasil):
T: Ah, você gosta do show do milhão?
M: Eu gosto, gosto de ganhá cinquenta mil.
T: Cinquenta mil? Você tem o joguinho no computador ou só assiste na televisão?
M: Só assisto.
T: E você acerta bastante?
M: Acerto. Acerto bastante. Sério! **faz assim** / quando eu fui / levantei, fui no banheirinho, lavei o rosto, tomei um cafezinho e depois escovei o dente e fui cuidar da minha sobrinha.

11 Sobre isso, ver Lier-DeVitto (1999, 2005 e 2006).

12 Não é objetivo analisá-los aqui. O leitor interessado encontrará uma interpretação para o segmento 1 na tese de Carnevale (2008). O segmento 2, a seguir, foi retirado de Lier-DeVitto, Fonseca e Arantes (2024).

Ainda que neste segmento não haja incorreção gramatical, esta sequência é sintomática, na medida em que "faz assim" desencadeia um movimento metonímico, sem retroação, o que imprime uma direção discursiva indiferente ao movimento dialógico precedente. Observa-se que a oposição correto/incorreto, típica do pensamento gramatical, não define a oposição normal/patológico, já que, no segmento 1, não há enunciado gramaticalmente incorreto do ponto de vista morfossintático ou fonético-fonológico. Entretanto, a escuta do outro apreende o efeito sintomático sem que o falante se dê conta da deriva discursiva em sua própria fala. Destacamos que distorções como esta caracterizam falas sintomáticas de crianças e de adultos. Há desequilíbrio anômalo na articulação dos eixos metafórico e metonímico, que são as leis de composição interna da linguagem. Nota-se a pressão insistente do eixo do tempo como dominante na manifestação da fala deste paciente. O eixo metonímico responde pela sucessão de um elemento após o outro na cadeia. O eixo metafórico, que rege as possibilidades de substituição, de contenção e de retroação na cadeia, não opera de maneira equilibrada em relação ao eixo metonímico. Nesse caso, a articulação metonímica leva à deriva de sentido.

No segmento que apresentaremos a seguir, a situação é outra:

Segmento 2

(Terapeuta T e criança P conversando sobre o final de semana).

T: *Você foi, foi com quem no casamento?*
P: Eu, meu pai, o João, pai dele, né?

A: Ana, minha mãe, e o meu irmão e o primo do meu irmão, o Elton, né?
Que se chama e eu.
T: *Quem é o João? E a Ana?*
P: Ana? Eles dois, ahn ... fi ... o Elton ... a mãe, a Ana, é a mãe do Elton. O pai, é o pai do Elton.
Aí minha mãe é meu pai e do meu irmão, né? Só, aí e a Ana e o João, ó. Eles têm um filho, né?
Um filho, o Elton. Aí são ele mermo.
T: Entendi nada de nada, Vã.

Nesse segmento, chama a atenção a fala-sintoma da menina, que, a partir de uma pergunta da terapeuta ("Você foi, foi com quem no casamento?"), produz um dizer-relato, cuja sequenciação é tecida "sem sair do mesmo lugar": nomes de pessoas e relações de parentesco se embaralham e confundem o clínico. Em outras palavras, a fala aprisiona a criança numa anomalia, isto é, num movimento metonimicamente metafórico cuja sequência não se aproxima de uma cadeia da língua constituída, embora o arcabouço melódico seja reconhecível. Resumidamente, a sequência temporal é tecida pela dominância maciça do eixo metafórico, que submete tal sequência a um jogo de substituições impeditivo da construção de uma textualidade inteligível. Note-se que, em casos como esse, o clínico fica à deriva.

Gostaríamos de destacar que a imagem ímpar do objeto da Clínica de Linguagem emerge da implicação das leis de funcionamento da linguagem, ou seja, emerge como efeito do movimento dos eixos metafórico e metonímico, promotor de relações de combinação e substituição; relações estas assumidas

como leis de composição de toda e qualquer manifestação linguística.

Esse modo de aproximação com a Linguística ofereceu a possibilidade de uma caracterização positiva, propriamente linguística, de falas sintomáticas, que deixam de ser tratadas como violações de regras ou como desviantes:

> o fato é que sintoma não é "erro" ocasional, logo os parâmetros acerto/erro ou correto/incorreto não cumprem o papel que deles se espera. Isto porque implicar as leis universais de referência interna da língua, volta a escuta para a articulação significante manifesta, ou seja, para a possibilidade de tomá-las como combinatórias possíveis do jogo da Língua, isto é: como produtos de relações dinâmicas entre os elementos que compõem sequências e cadeias linguísticas. (Arantes; Lier-DeVitto, 2025, p. 80).

Abordamos, neste artigo, de diálogos com alteridades, levando em consideração as dificuldades de abordagem, caracterização e definição de falas sintomáticas. Trata-se de enfrentamentos incontornáveis para o delineamento de um espaço teórico, tendo em vista que a clínica é questão que transcende o campo dos estudos linguísticos. Retendo-se o compromisso com a linguagem, a direção que tem se apresentado como plausível é a Psicanálise, espaço em que linguagem e clínica são aspectos nodais. Lembremos que mencionar "clínica" significa jogar luz sobre as instâncias de diagnóstico e tratamento e requer considerar a especificidade do que está em foco em diferentes clínicas.

Deve-se entender que a Psicanálise é mantida em posição de alteridade. Não se pode confundir equívoco e sintoma, por exemplo, na medida que eles são decisivos na configuração de espaços clínicos diferentes. Basta colocar em perspectiva que,

na clínica psicanalítica, o que convoca o clínico é a condição psíquica do paciente, ou seja, o que interessa à Psicanálise são as informações do inconsciente. Já na Clínica de Linguagem, está em cena o desejo de fazer falar, de colocar em movimento uma fala faltosa, uma densidade significante trôpega, que se cristaliza como fala-sintoma e faz do falante um prisioneiro desse movimento. Lembrando: na clínica, não é um *corpus* que está em questão, e sim a singularidade da fala viva de um corpo falante[13].

13 Sobre "fala viva", consultar Lemos (2003b); sobre "corpo falante", Catrini (2012).

Referências

ANDRADE, Lourdes. *Ouvir e escutar na constituição da clínica de linguagem*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ARANTES, Lúcia. *Diagnóstico e clínica de linguagem*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ARANTES, Lúcia. Erro sintomático (ou não): a questão diagnóstica. *Letras de Hoje*, v. 39, n. 3, p. 337-345, 2004.

ARANTES, Lúcia; LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Sintoma na fala: manifestações de lalíngua? *In*: CATRINI, Melissa *et al*. (org.). *25 anos de clínica de linguagem*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2025. p. 77-81.

BOTURA, Camila *et al*. Alterações na pragmática de crianças falantes de português brasileiro com diagnóstico de transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática. *Distúrbios da Comunicação*, v. 33, n. 4, p. 627-638, 2021.

CARNEVALE, Luciana Branco. *O falante entre cenas*: descaminhos da comunicação na deficiência mental. 2008. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Glória Maria Monteiro de. Levantamento de questões sobre o erro em aquisição da linguagem. *Letras de Hoje*, v. 30, n. 4, p. 137-143, 1995.

CATRINI, Melissa. Apraxia: sobre a complexa relação entre corpo e linguagem. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, v. 17, n. 1, p. 116, 2012.

CATRINI, Melissa. *Apraxia*: sobre a complexa relação entre corpo e linguagem. Salvador: EDUFBA, 2019.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Marcas insólitas na aquisição do gênero. Evidência do fato autonímico na língua e no discurso. *Linguística*, v. 13, p. 97-144, 2001.

FONSECA, Suzana Carielo da. *O afásico na clínica de linguagem*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*: língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. *In*: JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1954. p. 34-62.

JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. *In*: JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1960. p. 118-162.

LANDI, Rosana. *Sob efeito da afasia*: a interdisciplinaridade como sintoma nas teorizações. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de. Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original. *Iberoamericana (1977-2000)*, v. 8, n. 1, p. 3-16, 1982.

LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de. On Specularity as a Constitutive Process in Dialogue and Language Acquisition. *In*: COULTER, Jeff (ed.). *Questions on Social Explanation*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 23.

LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de. Os processos metafóricos e metonímicos como mecanismos de mudança. *Substratum*: temas fundamentais em Psicologia e Educação, v. 1, n. 3, p. 151-172, 1998a.

LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de. Interrelações entre a Linguística e outras ciências. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, p. 19-31, 1998b.

LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de *et al*. Le saussurisme en Amérique Latine au XXe siècle. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, n. 56, p. 165-176, 2003a.

LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de. Corpo e *corpus*. *In*: LEITE, Nádia Virgínia Alves (org.). *Corpolinguagem*: gestos e afetos. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2003b. p. 21-30.

LEMOS, Maria Teresa Guimarães. *A língua que me falta*: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

LEMOS, Maria Teresa Guimarães. O sociointeracionismo. *In*: LEMOS, Maria Teresa Guimarães. *A língua que me falta*: uma análise dos estudos de aquisição de linguagem. Campinas: Mercado de Letras; FAPESP, 2002. p. 149-212.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Apresentação. *In*: LIER-DE VITTO, Maria Francisca (org.). *Fonoaudiologia*: no sentido da linguagem. São Paulo: Cortez Editora, 1994. p. 22-57.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Subjetividade e linguagem: um olhar sobre a psicologia do desenvolvimento e a aquisição da linguagem. *Revista Distúrbios da Comunicação*, v. 9, n.1, p. 21-33, 1997.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Theory as Ideology in the Approach to Deviant Linguistic Facts. *Language and Ideology*, v. 1, p. 344- 352, 1999.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. As margens da linguística. *Memorial de concurso para professor titular.* São Paulo: LAEL/ PUC-SP, 2000.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Sobre o sintoma-déficit de linguagem, efeito da fala no outro, ou ainda...? *Letras de Hoje*, v. 36, n. 3, p. 245-251, 2001.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Questions on the Normal-Pathological Polarity in Language. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 12, p. 169-186, 2002.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Patologias da linguagem: subversão posta em ato. *In*: LEITE, Nádia Virgínia Alves (org.). *Corpolinguagem*: gestos e afetos. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 233-246.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Sobre a posição do investigador e a do clínico frente a falas sintomáticas. *Letras de Hoje*, v. 39, n. 3, p. 47-59, 2004.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Falas sintomáticas: fora de tempo, fora de lugar. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 47, n. 1/2, p. 143-150, 2005.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Patologias da linguagem: sobre as "vicissitudes de falas sintomáticas". *In*: LIER-DE VITTO, Maria Francisca; ARANTES, Lucia (org.). *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC-FAPESP, 2006. p. 183-200.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Abordagem de falas sintomáticas: sobre a condição intervalar da clínica de linguagem entre a linguística e a psicanálise. *In*: SILVEIRA, Eliane Mara da (org.). *As bordas da linguagem*. 1. ed. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 57-67.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Correlações entre falas de crianças e falas sintomáticas: aquisição e patologia de linguagem. *Letras de Hoje*, v. 39, n. 3, p. 311-312, 2013a.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. Efeitos do pensamento de Saussure na teorização sobre erros e sintomas na fala. *In*: FIORIN, José Luiz (org.). *Saussure*: a invenção da linguística. São Paulo: Editora Contexto, 2013b. p. 113-134.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca; ANDRADE, Lourdes. A abordagem do erro na fala e na escrita: aquisição, alfabetização e clínica. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA (SILEL), 11, 2011, Uberlândia. *Anais do SILEL*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2011. p. 1-14.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca; ARANTES, Lúcia Maria Guimarães. Sobre os efeitos da fala da criança: da heterogeneidade desses efeitos. *Letras de Hoje*, v. 33, n. 2, p. 65-72, 1998.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca; ARANTES, Lúcia Maria Guimarães. Incidências da novidade Saussureana no Interacionismo e na Clínica de Linguagem. *Revista Estudos em Letras*. v. 1, n. 1, p. 65-76, 2020.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca; ARANTES, Lúcia Maria Guimarães. Assimetria interacional e comunicação: fonoaudiologia e clínica de linguagem. *Cuadernos de la ALFAL*, v. 14, p. 253-264, 2022.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca; ARANTES, Lucia. Clínica de linguagem e interacionismo: tangenciamentos e distanciamentos. *In*: SHIRO, Marthe; BOLÍVAR, Adriana; MARINKOVICH, Juana (ed.). *Procesos de aprendizaje de la lengua oral y escrita*: teoría y práctica. São Paulo: Líquido Editorial, 2023. p. 12-26.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca; ARANTES, Lúcia; DESINANO, Norma B. Sob impacto da heterogeneidade: teorização sobre o erro e o não idêntico. *DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 36, n. 3, 2020.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca; FONSECA, Suzana Carielo da. Linguística, aquisição da linguagem e patologia: relações possíveis e restrições obrigatórias. *Letras de Hoje*, v. 36, n. 3, 2001.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca; FONSECA, Suzana Carielo da; ARANTES, Lúcia. Clínica de Linguagem: sob efeito da novidade saussuriana. *DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 40, n. 1, p.1-18, 2024.

MACHADO, Jaylla Figueiredo; CARMO, Carolina de Freitas do; SILVA, Mônica Marins da. Os benefícios da terapia individual de estimulação de linguagem com base no modelo DIR *Floortime* para a aquisição e o desenvolvimento da pragmática em crianças com transtorno do espectro autista (TEA). *Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico*, v. 6, n. 1, p. 204-218, 2020.

MARCOLINO-GALLI, Juliana Ferreira. *A relação memória-linguagem nas demências*: abrindo a caixa de Pandora. 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MILNER, Jean-Claude. *A obra clara*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Campinas: Editora Unicamp, 2012. Obra original publicada em 1978.

MILNER, Jean-Claude. *Introduction à une Science du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

MORAES, Stéfane Ravagnani de. *Análise pragmática dos resultados de um programa de estimulação conduzido pelos pais com acompanhamento à distância pelo fonoaudiólogo*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Reabilitação) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: doi:10.11606/D.5.2019.tde-23082019-160332. Acesso em: 25 mar. 2022.

PUGLISI, Marina Leite *et al*. Behavior Problems and Social Competence in Brazilian Children with Specific Language Impairment. *Psicologia*: reflexão e crítica, v. 29, n. 0, p. 2-9, 2016.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. *Alfabetização e letramento*: perspectivas linguísticas. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2016. Obra original publicada em 1916.

L’ironie dans la sémantique argumentative

Saori Nishiwaki*

Résumé

Cet article discute du traitement de l’ironie dans la sémantique argumentative fondée par Anscombre et Ducrot (1983). Ducrot (2010) et Carel (2011a) définissent l’ironie en se basant sur la théorie argumentative de la polyphonie ainsi que sur la théorie des blocs sémantiques. La théorie argumentative de la polyphonie propose les outils d’analyse pour l’énonciation, alors que la théorie des blocs sémantiques fournit ceux pour le contenu. Selon Ducrot (2010) et Carel (2011a), l’ironie serait donc définie à la fois par son énonciation et par son contenu. Contrairement à leur hypothèse, le présent article soutient que l’ironie peut se définir par la seule théorie des blocs sémantiques, comme un cas particulier de « contenu décalé ». Ce, tandis que l’énonciation de l’ironie est très variée.

Mots-clés: ironie; énonciation; contenu; polyphonie; argumentation.

*Professeure assistante à l’Université de Seijo, au Japon. Docteure en sciences du langage (EHESS Paris). Orcid: https://orcid.org/0009-0003-3037-5954.

Irony in argumentative semantics

Abstract

This article discusses the treatment of irony in argumentative semantics by Anscombre and Ducrot (1983). Ducrot (2010) and Carel (2011a) define irony using the argumentative theory of polyphony and the semantic blocks theory. The argumentative theory of polyphony offers tools for enunciation analysis, while the semantic blocks theory provides tools for content analysis. According to Ducrot (2010) and Carel (2011a), irony can be defined by its enunciation as well as content. In contrast, the present article argues that irony can be defined only using semantic blocks theory, as a subcase of "unconventional content". However, the enunciation of irony is highly varied.

Keywords: irony; enunciation; content; polyphony; argumentation.

Recebido em: 14/05/2025 //Aceito em: 14/05/2025

Introduction

Cet article entend discuter la description de l'ironie en sémantique argumentative et plus précisément, dans la théorie argumentative de la polyphonie (TAP) et la théorie des blocs sémantiques (TBS), présentées par Ducrot (2010) et Carel (2011a). Avant de commencer, cependant, deux remarques s'imposent.

La première concerne le cadre théorique dans lequel s'inscrit le texte présent. En sémantique argumentative sont distinguées deux parties du sens : le contenu et l'énonciation du contenu. Traditionnellement, les argumentativistes considèrent que la nature du contenu est argumentative, alors que celle de l'énonciation ne l'est pas. Il est alors habituel d'utiliser deux théories différentes dont chacune correspond à l'une des deux parties du sens. D'un côté, la TAP a été développée à partir d'une critique de la théorie de la polyphonie (TP) (Ducrot, 1984) : elle s'occupe donc de l'énonciation. D'un autre côté, la TBS est la version radicale et formelle de la théorie de l'argumentation dans la langue (ADL) (Anscombre; Ducrot, 1983) : il s'agit d'une théorie du contenu argumentatif. La TAP et la TBS ont d'abord été conçues comme les deux théories complémentaires constituant la sémantique argumentative construite par Carel (2011b). La première version de la TAP (Carel; Ducrot, 2009; Carel, 2011b) postule que l'énonciation du contenu argumentatif est décrite au moins par les deux paramètres indépendants qui sont le mode énonciatif et la fonction textuelle. Puis, la TAP est devenue une branche de la TBS, dans la mesure où elle décrit le phénomène réputé énonciatif par les discours argumentatifs dits « argumentations énonciatives » (Carel; Ducrot, 2014;

Carel, 2018, 2021). Comme la description de l'ironie de la TAP et la TBS par Ducrot (2010) et Carel (2011a) a été faite avec la première version de la TAP, nous nous référons, dans les lignes qui suivent, à cette première version et n'utiliserons pas sa deuxième version ; nous y reviendrons cependant dans la conclusion.

L'autre remarque porte sur le mot « ironie ». Dans une définition large de ce terme, celui-ci peut englober le cas dans lequel le locuteur prend en charge de ce qu'il dit. Imaginons, par exemple, la mère qui dit à son enfant désordonné :

(1) J'aime les enfants qui rangent bien leur chambre.

Certains pourraient qualifier cet énoncé d'ironique. Néanmoins, dans cet article, nous allons employer le mot « ironie » dans sa définition stricte. La discussion ne concerne que les situations dans lesquelles le locuteur ne pense pas ce qu'il dit. Par exemple, alors qu'il n'aime pas le temps qu'il fait, le locuteur ironique déclare (2) :

(2) J'adore cette pluie effroyablement forte !

Pour la discussion concernant le traitement argumentatif de l'ironie dans sa définition large, nous vous orientons par exemple vers Nishiwaki (2016).

1. Ironie dans la TAP et la TBS

Ces précisions étant émises, nous pouvons entrer dans le vif du sujet et considérer la description de l'ironie selon la TAP

et la TBS. Pour ce faire, nous nous proposons de commencer par dresser un bref historique.

Comme nous le savons, l'ironie a été massivement étudiée en France depuis le célèbre article cosigné par Sperber et Wilson (1978). La sémantique argumentative n'a pas été non plus indifférente à cette tendance. Comment rendre compte du fait que le locuteur ironique est en train d'énoncer ce qu'il ne pense pas ? Tout d'abord, dans le cadre de la TP, Ducrot (1984) a défendu la thèse selon laquelle l'ironiste s'assimile à l'énonciateur auquel il s'oppose. Puis, en synthétisant les travaux tels que ceux de Perrin (1996), Berrendonner (2002) et Eggs (2009), Ducrot (2010) a avancé l'idée que le locuteur exposait son propre point de vue à travers l'énoncé ironique, qui ne saurait pourtant être développé dans le discours ultérieur. En termes de TAP, le « mode énonciatif » du contenu ironique est « conçu » (le locuteur se déclare impliqué dans l'énonciation du contenu), sa « fonction textuelle » est l'« exclusion » (le locuteur refuse la présence de ce contenu dans son discours). Le linguiste tente ainsi de décrire l'action de « faire semblant de dire » du locuteur ironique.

On pourrait avancer que jusqu'ici le traitement de l'ironie en sémantique argumentative se focalise essentiellement sur son énonciation. Carel (2011a) se propose, pour sa part, de décrire la nature du contenu ironique sous l'angle de la TBS, de manière à compléter l'analyse énonciative ducrotienne, sans la remettre en cause. Prenons un exemple :

(3) J'adore cette pluie effroyablement forte !
(4) Cette pluie est effroyablement forte.
(5) Cette pluie appartient aux temps agréables que l'on adore.

Selon l'auteure, l'ironie ((3) J'adore cette pluie effroyablement forte !) est un cas dans lequel un même objet (la pluie) est décrit linguistiquement deux fois ((4) Cette pluie est effroyablement forte et (5) Cette pluie appartient aux temps agréables que l'on adore), de deux manières contradictoires. Cette contradiction se produit entre une description de l'objet en tant qu'objet singulier ((4) Cette pluie est effroyablement forte) et une classification de l'objet dans un groupe plus général ((5) Cette pluie appartient aux temps agréables que l'on adore). Dans le langage de la TBS, la contradiction a lieu entre « enchaînement argumentatif » (6) et le « schéma argumentatif » (7) dont il est supposé relever :

(6) *cette pluie est effroyablement forte donc je l'adore*
(7) TEMPS AGRÉABLE DC CONTENTEMENT[1]

Ici, nous retrouvons un « décalage absurde » entre schéma et enchaînement, dans le contenu argumentatif[2].

L'énoncé ironique est donc défini à la fois par la TAP et par la TBS : le locuteur ironique conçoit et exclut un contenu absurdement décalé. Cette thèse a été confirmée à plusieurs reprises par les travaux de différents auteurs : Siminiciuc (2015), Okubo (2016) et Cavaliere (2022). Dans notre travail antérieur (Nishiwaki, 2016), nous l'avons nous-même confirmée et avons même soutenu que si le contenu ironique est toujours exclu, c'est parce qu'il est absurdement décalé. Mais nous ne croyons plus à cette idée. En effet, si l'analyse de la TBS nous semble toujours pertinente, la description de la TAP n'est pas, selon nous, sans difficulté. Ainsi, en enlevant ce décalage, l'énoncé (3)

1 Le sigle DC représente une famille de conjonctions normatives (« donc », « alors », « car », « si », etc.).

2 Dans le cadre de la TBS, le contenu est décrit au moyen d'un enchaînement argumentatif associé à un schéma argumentatif.

ne sera plus interprété comme ironique mais comme paradoxal, l'enchaînement (8) relevant a priori du schéma (9) :

(3) J'adore cette pluie effroyablement forte !
(8) *cette pluie est effroyablement forte donc je l'adore*
(9) TEMPS EFFROYABLE DC CONTENTEMENT

Cela confirme l'analyse de la TBS. Toutefois, peut-on dire avec cohérence que le contenu ironique est toujours exclu ? Bien que le locuteur ne croie pas en ce qu'il dit, la parole non sérieuse ne peut-elle pas, elle aussi, attirer une réponse? De même, pourquoi le contenu ironique serait-il nécessairement conçu? Serait-il impossible de le présenter avec, par exemple, une locution qui dissimule le point de vue du locuteur ? Dans ce qui suit, nous tâcherons donc de réexaminer les modes énonciatifs et les fonctions textuelles des contenus ironiques. À cet effet, nous rappellerons rapidement la définition des notions de modes énonciatifs et de fonctions textuelles, avant de les confronter à des exemples d'ironie.

2. Modes énonciatifs et fonctions textuelles

La thèse centrale de la TAP est que toute énonciation linguistique du contenu est décrite au moins par deux paramètres indépendants, à savoir le mode énonciatif et la fonction textuelle.

Commençons par examiner la notion de modes énonciatifs. Cette dernière sert à décrire différentes postures que peut prendre le locuteur au moment de l'apparition du contenu. Les modes énonciatifs sont au nombre de trois : mode du « conçu », mode du « trouvé », mode du « reçu ». En nous référant notamment

à Carel (2021), nous nous proposons de faire un bref rappel sur la définition de chaque mode et de l'illustrer par des exemples. Commençons par le mode du conçu. En voici la définition : « Un locuteur peut se déclarer impliqué dans l'énonciation du contenu. Il se décrit alors comme en train de concevoir le contenu au moment même où il l'introduit. On dit que le contenu apparaît sur le mode du "conçu" » (Carel, 2021, p. 357). Notons encore que cette définition peut être comprise comme une reformulation de l'« énonciation discursive » chez Benveniste ; il s'agit d'un cas où le locuteur prend la parole pour agir sur son interlocuteur. Ainsi, le contenu [Pierre a tort] communiqué par la proposition subordonnée en (10) apparaît sur le mode du conçu[3]:

(10) Je pense que Pierre a tort.

En donnant son avis, le locuteur de (10) s'implique sur le mode du conçu. De même, le contenu [je m'appelle Marie] en (11) apparaît également sur le mode du conçu, le locuteur s'impliquant et agissant sur son interlocuteur au moment de la rencontre :

(11) Je m'appelle Marie.

Ces exemples sont des énoncés dans lesquels l'implication du locuteur est rendue explicite (« je pense que… », « je m'appelle… »), mais le mode du conçu se manifeste également dans des énoncés apparemment neutres, comme le commentaire sportif[4]:

(12) L'arbitre siffle un coup franc.

3 Par convention, nous notons le contenu entre crochets. En outre, la TAP et la TBS défendent l'idée que la nature du contenu est argumentative, tout contenu étant paraphrasable par l'enchaînement argumentatif associé à un schéma argumentatif. Cependant, par souci de simplicité, nous ne paraphrasons pas le contenu et le laissons tel qu'il est.

4 Nous remercions l'évaluateur anonyme de nous avoir signalé les exemples (12), (13) et (14).

Ici, bien que le « je » soit absent, le locuteur s'implique dans la mesure où il dit à ses interlocuteurs ce à quoi il est en train d'assister. Autrement dit, le mode du conçu ne repose pas sur la présence matérielle d'un « je ». Le critère est que le contenu est présenté comme conçu par le locuteur dans le moment de son dire. De manière générale, argumenter sur quel mode est énoncé le contenu par présence ou absence de « je » n'est pas suffisant. Ces énoncés suivants sont sur le mode du conçu sans comporter de telle marque :

(13) Ils ont décidé de vendre la maison.
(14) Elle a claqué la porte et n'est jamais revenue.

Le locuteur de (13) s'implique dans son énonciation en tant que personne qui produit une rumeur ; de même, le locuteur de (14) s'implique sur le mode du conçu en tant que personne qui parle de son affect. Passons maintenant au mode du trouvé dont la définition est la suivante : « À l'inverse du locuteur impliqué, le locuteur peut déclarer ne pas intervenir dans l'apparition du contenu. Il prétend alors le trouver là, comme s'il s'agissait d'un fait s'imposant de lui-même. On dit que le contenu apparaît sur le mode du "trouvé" » (Carel, 2021, p. 358). Faisant un parallèle entre le mode du conçu et celui du trouvé, nous reconnaîtrons dans ce dernier une reformulation de l'« énonciation historique » chez Benveniste, l'énonciation dans laquelle les événements semblent se raconter eux-mêmes. Or le mode du trouvé est particulièrement employé pour imposer le contenu qui prétend être factuel. Nous pouvons penser par exemple au contenu [le tabagisme nuit à la santé] dans l'avertissement sur les paquets de cigarettes (15) :

(15) Le tabagisme nuit à la santé.

Ou encore, le contenu [Pierre reviendra demain] en (16) apparaîtra aussi sur le mode du trouvé :

(16) Pierre reviendra sans doute demain.

Le contenu communiqué par (16) [Pierre reviendra demain] semble être présenté comme un fait. En effet, l'expression « sans doute » est entendue comme un indice du mode du trouvé par lequel le locuteur prétend « laisser parler le monde dans son objectivité, l'accepter tel qu'il s'impose à nous » (Bourmayan, 2012, p. 81)[5]. En outre, le mode du trouvé s'observe aussi dans la poésie parnassienne qui s'est opposée au lyrisme romantique, à l'expression de soi. L'exemple (17) se dessine dans les deux premiers vers de « Soleil couchant » d'Heredia, dans lesquels le contenu [la mer commence où la terre finit] est communiqué en tant que contenu trouvé[6]:

(17) Les ajonc éclatants, parure du granit, dorent l'âpre sommet que le couchant allume : au loin brillante encore par sa barre d'écume, la mer sans fin commence où la terre finit.

Enfin, pour le mode du reçu, la TAP propose la définition suivante : « Troisième et dernier cas, le locuteur se désengage, mais au profit d'une subjectivité autre que la sienne. Non qu'il laisse la parole à un autre mais il parle à travers un autre, avec la voix d'un autre. On dit que le contenu apparaît sur le mode du

5 Il convient de noter ici que l'article de Bourmayan (2012) est un article assez précoce dans la carrière de cette linguiste, qui n'a pas poursuivi dans le champ de la sémantique argumentative. Il n'est pas exclu qu'elle ne maintienne plus ses propos précis et qu'elle n'adhère plus à la TAP. Nous mentionnons néanmoins que Bourmayan (2022) défend l'idée que « sans doute » s'insère facilement dans les énoncés ironiques alors que ce n'est pas le cas de « possiblement ».

6 Cité dans Carel (2021). Nous nous référons également à Heredia ([1893] 2014).

“reçu” » (Carel, 2021, p. 360). Ce dernier est une reformulation de la notion d’« énonciateur » chez Ducrot, développée avec son hypothèse polyphonique du sens. Introduit par le syntagme « Pierre dit que », le contenu [sa femme est fatiguée] en (18) constitue alors un exemple canonique du mode du reçu :

(18) Pierre dit que sa femme est fatiguée.

Il en va de même pour le contenu [le dernier Tarantino est raté] en (19), car l’expression « il paraît que » est supposée introduire un contenu reçu par sa proposition subordonnée (Carel, 2011b, 2021) :

(19) Il paraît que le dernier Tarantino est raté.

Signalons au passage que Lescano (2009) propose un quatrième mode, celui du « témoin ». Un contenu apparaissant sur le mode du témoin est un contenu pour ainsi dire médiatisé par la perception d’un locuteur, retrouvable par exemple dans la proposition subordonnée de l’expression « je vois que ».

La notion de fonctions textuelles, quant à elle, sert à décrire différents rôles qu’assumera le contenu dans la construction du discours. La TAP distingue trois fonctions : la mise en avant, la mise en arrière et l’exclusion. Continuant à nous référer principalement à Carel (2021), nous nous proposons de les caractériser et de les illustrer. Commençons par distinguer la mise en avant et la mise en arrière. Selon la TAP, un discours se constitue de la superposition d’un premier plan (contenus « mis en avant ») et d’un arrière-plan (contenus « mis en arrière »). La mise en avant et la mise en arrière sont appelées la « fonction

positive », dans la mesure où le locuteur accepte la présence de ces contenus dans le discours. La différence entre les deux fonctions est cependant relative au rôle qu'elles attribuent aux contenus dans la construction discursive : « Un contenu "mis en avant" est un contenu auquel s'articulera la suite du discours ; un contenu "mis en arrière-plan" (ou plus simplement "mis en arrière") est un contenu auquel, au contraire, ne s'articulera pas la suite du discours » (Carel, 2021, p. 353). Le premier constitue le premier plan du discours, alors que le dernier se contente de l'enrichir. À titre d'exemple, considérons l'énoncé (20)[7]:

(20) Leur rencontre à l'université a été filmée.

Il s'agit d'un cas de présupposition. La TAP distingue deux contenus en (20) : un contenu, posé, mis en avant [leur rencontre a été filmée] et un contenu, présupposé, mis en arrière [Ils se sont rencontrés à l'université]. Remarquons que c'est à partir du contenu mis en avant [leur rencontre a été filmée] que le locuteur développe son discours. Ainsi, il est possible de dire (21) mais pas (22) :

(21) Ils se sont rencontrés à l'université, ils ont même été très amis.

*(22) Leur rencontre à l'université a été filmée, ils ont même été très amis.

Ici, le locuteur met le contenu posé [ils se sont rencontrés à l'université] au premier plan et le contenu présupposé [leur rencontre a été filmée] à l'arrière-plan. Dans le cadre de la TAP,

7 L'exemple cité dans Carel (2021).

le contenu présupposé est considéré comme un contenu mis en arrière qui complète un contenu posé. Comme nous l'avons vu, le discours permet de superposer le premier plan et l'arrière-plan. Cependant, selon la TAP, le discours a également la propriété d'« exclure » certains contenus. Nous pouvons nous appuyer sur l'exemple de la négation. Ainsi, le locuteur de (23) exclut le contenu [certains démons pousseront les damnés en Enfer] et le locuteur de (24) aussi [Pierre est intelligent][8] :

(23) Aucun démon ne poussera les damnés en Enfer.
(24) Pierre n'est pas intelligent : il est génial.

Ou encore, nous pouvons citer, à titre d'exemple, la locution « au contraire » dont une fonction est d'opposer le contenu exclu et le contenu mis en arrière. Ainsi, en (25), le locuteur exclut le contenu [Marie est grande] et met en avant le contenu [elle est petite] :

(25) Marie n'est pas grande, au contraire, elle est petite.

Rappelons que la mise en avant et la mise en arrière-plan sont deux attitudes discursives « positives ». L'exclusion est, au contraire, une attitude discursive « négative ». Un contenu « exclu » est un contenu dont le locuteur refuse la présence dans son discours et qui ne s'articulera pas par la suite. Notons que l'exclusion n'est pas nécessairement la réfutation ; en (24), le locuteur trouve seulement insuffisant le contenu [Pierre est intelligent] sans pour autant le déclarer faux.

8 Les deux exemples sont cités dans Carel (2021).

Comme nous l'avons mentionné précédemment, dans le cadre de la TAP, chaque contenu se voit donner un mode énonciatif et une fonction textuelle. Selon Ducrot (2010), dans le cas du contenu ironique, le mode énonciatif est toujours conçu et la fonction textuelle est toujours l'exclusion. Cependant, comme nous l'avons annoncé, il nous semble qu'il existe des énoncés ironiques dont le contenu ne serait ni conçu ni exclu.

3. Modes énonciatifs des contenus ironiques

Nous nous proposons donc de réexaminer le mode énonciatif de l'ironie. Comme le constate Ducrot, il est vrai que certains contenus ironiques apparaissent sur le mode du conçu. Considérons de nouveau l'exemple (3) :

(3) J'adore cette pluie effroyablement forte !

Cet énoncé se termine par un point d'exclamation, qui signalerait l'implication du locuteur au moment de l'apparition du contenu. Le contenu communiqué est effectivement conçu. Cela étant dit, il nous semble que le locuteur ironique n'est pas toujours en train de s'impliquer au moment de l'énonciation de son contenu. Imaginons que le père, ironique, dise à son fis :

(26) Tu as eu zéro en mathématique ? Tu es sans doute fier de toi.

Contrairement à (3), l'exclamation « ! » est absente dans cet énoncé. Bien qu'ironique, le contenu [tu es fier de toi] semble

prétendre être factuel. En accord avec l'hypothèse de Bourmayan (2009) selon laquelle « sans doute » introduit le contenu trouvé, nous dirons que le contenu ironique [tu es fier de toi] apparaît sur le mode du trouvé. En outre, le contenu ironique peut apparaître aussi sur le mode du reçu. Nous pensons par exemple au cas du contenu [c'est un homme sincère] en énoncé (27), inspiré de la pièce de théâtre *Becket* de Jean Anouilh :

(27) Je n'ai pas envie de le rencontrer, il paraît que c'est un homme sincère.

Cet énoncé est interprétable comme ironique, s'il est admis que l'homme en question n'est pas sincère. Or le contenu [c'est un homme sincère] est introduit avec un « il paraît que » qui marque le mode du reçu selon Carel (2011b, 2021). Ici, le locuteur ironique parle à travers autrui. Le contenu ironique [c'est un homme sincère] apparaît sur le mode du reçu[9]. Ou encore, observons exemple suivant discuté dans Ducrot (1984) :

(28) Je vous ai annoncé hier que Pierre viendra me voir aujourd'hui, et vous avez refusé de me croire. Je peux, aujourd'hui, en vous montrant Pierre effectivement présent, vous dire sur le mode ironique : « Vous voyez, Pierre n'est pas venu me voir. »

9 Une autre étude approfondie sur « il paraît que » dans un contexte ironique serait nécessaire : il est possible que « il paraît que » participe, joue un rôle dans la construction de l'effet d'ironie. En effet, un type de locution comme « il paraît que » est fréquent dans les énoncés ironiques. Imaginons la situation suivante : un ami vient de mentir, nous découvrons son mensonge et nous le confrontons directement. Plus tard, lorsque le conflit est apaisé, nous lui disons en riant : « Il paraît que vous êtes un homme sincère ». Or, si la locution introduit normalement un contenu reçu, l'ironie, dans cet exemple, ne se joue pas que sur le contenu enchâssé (« vous êtes un homme sincère »). L'enchaînement évoqué est : *il est évident que tu n'es pas sincère, donc je dis qu'il paraît que tu es sincère*. Dans ce cas, cet énoncé relève, *in fine*, du mode du conçu. Un autre exemple illustre le même mécanisme : « Il paraît que tu es ponctuel… », dit à quelqu'un qui arrive en retard. Ici, l'effet ironique repose sur le contraste entre la valeur reçue de la locution « il paraît que » — « Je ne fais que rapporter une information extérieure » — et la situation effective, où le contraire est manifeste. Par ailleurs, dire « Il paraît que tu es ponctuel… » est plus ironique que dire « Tu es ponctuel… ». Ce qui contribue à construire un mode énonciatif contribue aussi à la construction de l'ironie. De nouveau, c'est l'enchaînement comme *il est évident que tu n'es pas ponctuel, donc je dis qu'il court le bruit que tu est ponctuel* qui est évoqué.

Il nous semble que, dans l'énoncé ironique « Vous voyez, Pierre n'est pas venu me voir. », le locuteur laisse parler la subjectivité de son interlocuteur, l'interlocuteur, lequel avait refusé de croire que Pierre viendrait. Nous dirons qu'ici le locuteur ironique parle sur le mode du reçu. Enfin, si nous nous référons à Lescano (2009), certains contenus ironiques apparaissent aussi sur le mode du témoin :

(29) Je vois que j'ai un concurrent qui a vraiment compris quelles questions se posent les Français !

Il s'agit d'un énoncé ironique de Nicolas Sarkozy vis-à-vis de François Hollande rapporté dans *Le Monde* (03-18-2012) pendant la campagne présidentielle de 2012. Rappelons que, pendant cette campagne, lors d'un rassemblement consacré aux territoires d'outre-mer à Paris, M. Hollande annonçait qu'il supprimerait la mention de race dans la Constitution. Dans son article 1er, la Constitution déclare : « La France est une république indivisible, laïque, démocratique et sociale. Elle assure l'égalité devant la loi de tous les citoyens sans distinction d'origine, de race ou de religion[10]. » M. Hollande proposait de supprimer le mot race dans ce discours, parce qu'« il n'y a pas de place dans la République pour la race. […] La République ne craint pas la diversité parce que la diversité c'est le mouvement, c'est la vie. Diversité des parcours, des origines, des couleurs, mais pas diversité des races[11]. » En (29), M. Sarkozy se moque de cette proposition qui n'aurait pas, selon lui, d'importance pour les électeurs. Introduit par

10 https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000571356/, consulté le 10 mai 2025.

11 http://www.lexpress.fr/actualite/politique/francois-hollande-veut-supprimer-lanotion-de-race-de-la-constitution_1092017.html, consulté le 26 octobre 2015.

l'expression « je vois que » qui marque ce mode, le contenu ironique [j'ai un concurrent qui a compris quelles questions se posent les Français] apparaît sur le mode du témoin.

Contrairement à ce qu'avance Ducrot (2010), le contenu ironique ne nous semble donc pas nécessairement conçu. Il nous semble plutôt que le contenu ironique peut être conçu, trouvé ou reçu. Si nous adoptons l'hypothèse de Lescano (2009), celui-ci apparaît même sur le mode de témoin. Le mode énonciatif des contenus ironiques n'est pas homogène. Il est hétérogène.

4. Fonctions textuelles des contenus ironiques

Passons maintenant au réexamen de la fonction textuelle de l'ironie. De prime abord, il semble évident que le locuteur ironique exclut son contenu ironique, puisqu'il n'y croit pas. Mais la question qui se pose est de savoir si le contenu que le locuteur trouve faux est nécessairement exclu dans le discours. À cette question, notre réponse sera « non ». En effet, il nous semble que le discours peut s'articuler sur un contenu ironique, même si le locuteur ne pense pas vraiment ce que dit ce contenu. Pour le dire autrement, le locuteur peut refuser la véracité de son contenu ironique, sans pour autant refuser la présence de ce contenu dans le discours. Ainsi, dans l'interaction, le locuteur peut répondre à son interlocuteur au moyen de l'ironie. Dans ce cas, le discours s'articule forcément sur le contenu ironique. Le locuteur n'exclut pas le contenu ironique, même s'il pense que ce contenu est faux. Observons, par exemple le dialogue suivant, à propos d'un exposé inintéressant :

(30) A : Comment as-tu trouvé l'exposé de Marie ?
B : C'était génial.

Même si le contenu [c'était génial] est interprétable comme ironique, le locuteur ne refuse pas sa présence, il répond à l'interlocuteur au moyen de ce contenu. Considérons l'exemple suivant, discuté dans Ducrot (1984) :

(31) Dans un restaurant de luxe, un client est attablé avec pour seule compagnie son chien, un petit teckel. Le patron vient faire la conversation et vante la qualité du restaurant : « Vous savez, monsieur, notre chef est l'ancien cuisinier du roi Farouk » – « Ah, bon ? », dit seulement le client. Le patron, sans se décourager : « Et notre sommelier, c'est l'ancien sommelier de la cour d'Angleterre... Quant à notre pâtissier, nous avons recueilli celui de l'empereur Bao-Daï. ». Devant le mutisme du client, le patron change de conversation : « Vous avez là, monsieur, un bien joli teckel. » À quoi le client répond : « Mon teckel, monsieur, c'est un ancien Saint-Bernard. »

Nous aimerions attirer l'attention sur la dernière ligne : « À quoi le client répond : "Mon teckel, monsieur, c'est un ancien Saint-Bernard." » Ici, le contenu [c'est un ancien Saint-Bernard] est ironique, ou du moins, le locuteur, le client, ne croit pas à ce que dit ce contenu. Toutefois, il répond à son interlocuteur, au patron, avec ce contenu-là. Le discours s'articule sur le contenu ironique, il n'en est pas exclu. Il est mis en avant. En outre, le locuteur ironique peut enchaîner plusieurs ironies. Considérons l'exemple (32), il s'agit d'un extrait de *À l'ombre des jeunes filles en fleurs* de Proust dans lequel Mme de Villeparisis parle à Marcel des œuvres d'Alfred de Vigny :

(32) D'abord, je ne suis pas sûr qu'il le fût, et il était en tous cas de très petite souche, ce monsieur qui a parlé dans ses vers de son « cimier de gentilhomme ». Comme c'est de bon goût et comme c'est intéressant pour le lecteur !

Le contenu, ironique [c'est de bon goût] s'enchaîne sur l'autre contenu ironique [c'est intéressant pour le lecteur]. Le locuteur ne refuse pas la présence de son contenu ironique [c'est de bon goût]. Au contraire, il le développe. Il en va de même pour (33) l'extrait des *Œuvres poétiques* de Boileau dans lequel ce dernier se moque des auteurs contemporains en les comparant à des grandes figures et en développant le contenu ironique [Quinault est un Virgile] :

(33) Je le déclare donc : Quinault est un Virgile ; Pradon comme un soleil en nos ans a paru ; Pelletier écrit mieux qu'Ablancourt ni Patru […].

Nous ne saurions donc dire qu'un contenu ironique est toujours exclu. Il peut être mis en avant. Cependant, il n'en est pas moins vrai que le discours ne s'articule pas toujours sur le contenu ironique. Certains contenus ironiques nous semblent mis en arrière. En effet, le contenu présupposé, donc mis en arrière, peut véhiculer l'ironie. Considérons l'exemple suivant, extrait de *Britannicus* de Racine :

(34) Et ce même Néron, que la vertu conduit, fait enlever Junie au milieu de la nuit. Que veut-il ? Est-ce haine, est-ce amour qui l'inspire ?

Ce qui nous intéresse dans cet exemple est le premier énoncé « Et ce même Néron, que la vertu conduit, fait enlever Junie au milieu de la nuit ». Nous pouvons y distinguer deux contenus : le contenu posé, non ironique [Néron fait enlever Junie au milieu de la nuit] et le contenu présupposé, ironique [la vertu conduit le Néron]. En nous basant sur Carel (2011b, 2021) selon laquelle le contenu présupposé est un contenu mis en arrière, nous nous proposons de rendre compte de ce fait, en disant que le contenu ironique [la vertu conduit Néron] est mis en arrière. Effectivement, en (34), le discours s'articule sur le contenu posé [Néron fait enlever Junie au milieu de la nuit] et non sur le contenu présupposé, ironique, [la vertu conduit Néron], car la suite « Que veut-il ? Est-ce haine, est-ce amour qui l'inspire ? » porte sur le contenu posé. Le contenu ironique peut donc être mis en avant et mis en arrière. Enfin, le locuteur peut exclure son contenu ironique. Si le locuteur n'exclut pas nécessairement le contenu qu'il trouve faux, l'exclusion peut être imposée par certaines expressions qui donnent le commentaire métalinguistique sur un contenu, telles que « c'est ironique », « je ne suis pas sérieux », « il faut le prendre au second degré », etc. Ces expressions peuvent être interprétées comme visant à simplement signaler l'ironie, mais il est aussi possible de les envisager, dans le cadre de la TAP, comme des indices qui marquent la présence du contenu relatif est refusée ouvertement par le locuteur.

En résumé, nous dirons donc que le contenu ironique n'est pas toujours exclu : celui-ci peut être mis en avant, mis en arrière ou exclu. Tout comme son mode énonciatif, la fonction textuelle de l'ironie n'est pas homogène. Elle est hétérogène.

5. Conclusion

Contrairement à ce que suppose Ducrot (2010), l'observation des exemples nous enseigne que le contenu ironique n'est pas toujours conçu et exclu. Le mode énonciatif du contenu ironique peut être conçu, trouvé ou reçu, et la fonction textuelle du contenu ironique est mise en avant, mise en arrière ou exclue. Ducrot (2010) et Carel (2011a) supposaient que l'ironie devait être définie par la TAP et par la TBS, ce que nous l'avions admis dans Nishiwaki (2016). Maintenant, nous dirions que l'ironie détermine seulement la nature du contenu saisissable par la TBS et laisse libre les paramètres énonciatifs que la TAP propose ; dans le cadre TAP / TBS, l'ironie doit être définie seulement par la nature du contenu décrite par la TBS.

Reste donc à répondre à la question : comment appréhender, dans ce cas, le « faire semblant de dire » du locuteur ironique ? En soutenant que le locuteur conçoit et à la fois exclut le contenu ironique, Ducrot (2010) tente de rendre compte du fait que l'ironiste énonce le contenu auquel il ne croit pas. Cependant, l'analyse des exemples d'ironie montre que le contenu ironique n'est pas forcément conçu. En outre, l'attitude psychologique négative du locuteur à propos de son contenu ne se traduit pas forcément par l'attitude discursive négative, à savoir par l'exclusion. Dans certains cas, bien que le locuteur n'accepte pas la véracité de son contenu ironique, le locuteur accepte et même profite de sa présence dans le discours. S'il en est ainsi, il n'est plus possible de caractériser le « faire semblant de dire » du locuteur ironique par la nature de l'énonciation qui, dans le cas de l'ironie, présente la variété. Pour répondre à cette question, notre proposition consiste à dire que le « faire semblant de

dire » du locuteur ironique est une conséquence de la nature du contenu absurdement décalé. Pour le présenter autrement, la nature du contenu, décalage absurde entre l'enchaînement et le schéma, est une marque de « faire semblant de dire » du locuteur ironique. En accord avec la dernière hypothèse selon laquelle l'énonciation est, elle aussi, argumentative (Carel; Ducrot, 2014; Carel, 2018, 2021), nous privilégions ici l'approche permettant d'expliquer et de prévoir le « faire semblant de dire » du locuteur ironique avec les notions de la théorie des blocs sémantiques, théorie argumentative du sens dans la lignée de la théorie de l'argumentation dans la langue.

Références

ANOUILH, Jean. *Becket ou l'honneur de Dieu*. Paris: Flammarion, 1973.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1983.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Tome 2. Paris: Gallimard, 1974.

BERRENDONNER, Alain. Portrait de l'énonciateur en faux naïf. *Semen*, v. 15, p. 113-125, 2002.

BOILLEAU, Nicolas. *Œuvres poétique*. Paris: Hachette Livre BNF, 2012.

BOURMAYAN, Anouch. Doute, certitude ou vérité restreinte? Les paradoxes de la valeur sémantique de sans doute. *In*: CAREL, Marion. *Argumentation et polyphonie*. Paris: L'Harmattan, 2012. p. 59-84.

BOURMAYAN, Anouch. Le comportement sémantique de sans doute et de probablement dans les contextes concessifs et ironiques: une preuve supplémentaire de leur absence de synonymie. *SHS Web of Conferences*, v. 138, 2022. Disponible en: https://www.shs-conferences.org/articles/shsconf/pdf/2022/08/shsconf_cmlf2022_11011.pdf.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Mise au point sur la polyphonie. *Langue française*, v. 164, p. 33-44, 2009.

CAREL, Marion. Ironie, paradoxe et humour. *In*: GARCÍA, María Dolores Vivero. *Humour et crises sociales*. Paris: L'Harmattan, 2011a. p. 57-74.

CAREL, Marion. *L'entrelacement argumentatif*. Paris: H. Champion, 2011b.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Pour une analyse argumentative globale du sens. *Arena Romanistica,* v. 14, p. 72-88, 2014.

CAREL, Marion. Les argumentations énonciatives. *Letrônica*, v. 11, n. 2, p. 106-124, 2018.

CAREL, Marion. L'énonciation linguistique: fonctions textuelles, modes énonciatifs, et argumentations énonciatives. *In*: BEHE, Louise; CAREL, Marion; DENUC, Corentin; MACHADO, Julio Cesar (org.). *Cours de Sémantique Argumentative*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021. p. 349-371.

CAVALIERE, Emiliano. Agir ou ne pas agir. Stratégies et fonctions langagières de l'ironie. *Humanidades e Inovação*, v. 9, n. 4, p. 119-127, 2022.

DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

DUCROT, Oswald. Ironie et négation. *In*: ATAYAN, Vahram; WIENEN, Ursula. *Ironie et un peu plus*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2010. p. 169-179.

EGGS, Ekkerhard. Rhétorique et argumentation: de l'ironie. *Argumentation et analyse du discours*, v. 2, 2009. Disponible en: http://aad.revues.org.

HEREDIA, José-Maria de. *Les Trophées*, Legaran, 2014.

LESCANO, Alfredo. Pour une étude du ton. *Langue française*, v. 164, p. 45-60, 2009.

NISHIWAKI, Saori. *Ironie et argumentation*. Thèse de doctorat, EHESS, 2016.

OKUBO, Tomonori. Litotes et euphémismes du point de vue de la théorie argumentative de la polyphonie. *Verbum*, v. 38, n. 1-2, p. 111-130, 2016.

PERRIN, Laurent. *L'ironie mise en trope*. Paris: Kimé, 1996.

PROUST, Marcel. *À l'ombre des jeunes filles en fleurs*. Paris: Gallimard, 1988.

RACINE, Jean. *Britannicus*. Paris: Gallimard, 2015.

SIMINICIUC, Elena. *L'ironie dans la presse satirique*. Berne: Peter Lang, 2015.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Les ironies comme mentions, *Poétique*, v. 36, p. 399-412, 1978.

A alteridade em questão na narrativa da criança

Marina de Oliveira*
Marlete Sandra Diedrich**

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar a constituição da alteridade na narrativa da criança, à luz dos pressupostos teóricos de Mikhail Bakhtin, especialmente no que se refere à concepção dialógica da linguagem e à constituição do sujeito. Fundamentando-se, principalmente, em *Problemas da obra de Dostoiévski* (Bakhtin, 2022), *Para uma filosofia do ato responsável* (Bakhtin, 2020) e *Os gêneros do discurso* (Bakhtin, 2016), o estudo, derivado da pesquisa desenvolvida por Oliveira (2022), em sua dissertação de Mestrado, busca compreender como a criança se constitui como sujeito na relação com o outro a partir de suas práticas narrativas. A metodologia adota uma abordagem qualitativa, com análise de enunciados ilustrativos produzidos por crianças em contextos de interação verbal, conforme princípios propostos à luz da análise dialógica do discurso. O referencial teórico ancora-se nos conceitos de dialogismo, enunciação, alteridade e voz, compreendendo o discurso da criança como atravessado por múltiplas vozes sociais. Sendo assim, a narrativa da criança não é expressão de um eu isolado, mas um espaço de encontro entre vozes, revelando a presença ativa do outro na construção do dizer da criança. Os resultados da investigação realizada indicam que a alteridade emerge como elemento estruturante

* UPF. Mestre em Letras. Professora de Educação Básica na Escola Sesi. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6133-2197.

** UPF. Doutora em Estudos da Linguagem. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF. Bolsista CNPq de pós-doutorado na UNESP Araraquara. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9177-089X.

do discurso infantil, sendo constituinte da subjetividade e da linguagem, o que reforça a tese de que toda enunciação é sempre responsiva e orientada para o outro.

Palavras-chave: alteridade; narrativa da criança; análise dialógica do discurso; subjetividade.

Alterity in Question in the Child's Narrative

Abstract

This article aims to investigate the constitution of alterity in children's narratives, in light of Mikhail Bakhtin's theoretical assumptions, especially with regard to the dialogical conception of language and the constitution of the subject. Based mainly on *Problemas da obra de Dostoiévski* (Bakhtin, 2022), *Para uma filosofia do ato responsável* (2020) and *Os gêneros do Discurso* (2016), the study seeks to understand how children constitute themselves as subjects in their relationships with others, based on their narrative practices and derivatives from the research developed by Oliveira (2022) in his Master's dissertation. The methodology adopts a qualitative approach, with analysis of illustrative statements produced by children (age) in contexts of verbal interaction, according to principles derived from the dialogical analysis of discourse. The theoretical framework is anchored in the concepts of dialogism, enunciation, alterity and voice, understanding children's discourse as traversed by multiple social voices. The aim is to demonstrate that children's narratives are not an expression of an isolated self, but rather a space for voices to meet, revealing the active presence of the other in the construction of the child's speech. The results indicate that alterity emerges as a structuring element of children's discourse, constituting subjectivity and language, reinforcing the thesis that every enunciation is always responsive and oriented towards the other.

Keywords: alterity; children's narrative; dialogic discourse analysis; subjectivity.

Recebido em: 14/05/2025 // Aceito em: 27/11/2025

Introdução

A linguagem é constitutiva do ser humano e, na perspectiva dialógica desenvolvida por Mikhail Bakhtin e o Círculo que leva seu nome, ela é concebida em sua realização sempre na e pela relação com o outro. Nessa concepção, o sujeito não é uma entidade autônoma e isolada, mas se constitui na tessitura do discurso, em um campo de forças enunciativas atravessado por múltiplas vozes sociais. A alteridade, nesse sentido, não é algo externo ao sujeito, mas uma dimensão fundante do processo de constituição da consciência e da identidade. Seguindo a perspectiva bakhtiniana, definimos a alteridade como a constituição do "eu" em relação com o outro e em função do outro. Nessa constituição, a identidade é percebida somente em termos dialógicos. Assim, compreende-se que não há sujeito fora da comunicação com o outro.

Ao considerar a infância sob essa lente teórica, desloca-se a visão tradicional da criança como um ser incompleto ou em desenvolvimento linear, para compreendê-la como sujeito social ativo, cujas produções discursivas, especialmente as narrativas, revelam complexas relações com o mundo, com os outros e com ela mesma. A narrativa infantil é, assim, concebida não como simples relato de experiências, mas como ato de linguagem em que a criança organiza sentidos, reelabora vivências e se posiciona dialogicamente diante de múltiplas vozes que a interpelam.

Este artigo parte da compreensão de que a narrativa da criança constitui um espaço privilegiado para a análise da alteridade, por ser um terreno onde se entrelaçam vozes internas e externas, individuais e coletivas, presentes e remotas. Inspirado nos fundamentos teóricos de Bakhtin, especialmente nas obras

Problemas da obra de Dostoiévski (2022), *Para uma filosofia do ato responsável* (2020) e *Os gêneros do discurso* (2016), o estudo busca compreender como a criança se constitui como sujeito na relação com o outro, por meio da linguagem e, em particular, por meio da narrativa.

A alteridade, nesse escopo, é entendida como categoria fundante da subjetividade e da linguagem, sendo inseparável do processo de enunciação. Toda palavra é, por definição, resposta a outras palavras, e toda narrativa carrega em si a presença ativa do outro. A criança, ao narrar, não apenas fala de si ou sobre o mundo, mas constrói-se discursivamente a partir do encontro com as vozes que a rodeiam – vozes que vêm da família, da escola, da mídia, da literatura, das experiências vividas e imaginadas.

Com base nesse horizonte teórico, este artigo propõe uma investigação qualitativa, ancorada na análise dialógica do discurso, a fim de interpretar enunciados produzidos por crianças em contextos interacionais. A reflexão aqui apresentada deriva de um trabalho maior, desenvolvido por Oliveira (2022), em sua dissertação de Mestrado. Assim, parte-se do princípio de que o dizer da criança não é expressão de um eu isolado, mas um campo de relações em que o outro está sempre presente, constituindo a própria possibilidade do sujeito e da linguagem.

1 Entre vozes: dizeres da infância e a presença do outro

A narrativa infantil, quando observada sob a ótica da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin, revela-se como um espaço de encontro entre múltiplas vozes, no qual a criança, ao narrar, já se encontra imersa em um universo de discursos alheios. Suas produções discursivas não são meras expressões

individuais, mas refrações de discursos que ocorrem na e pela relação com o outro. Nesse contexto, a alteridade não é um elemento externo, mas constitutivo: cada palavra da criança carrega a presença do outro, seja na entoação, na escolha lexical ou na estrutura narrativa.

Sob esse viés, a filosofia do ato responsável, proposta por Bakhtin (2020), destaca a dimensão arquitetônica da existência, na qual os valores e significados se organizam a partir de três momentos fundamentais: o eu-para-mim, o eu-para-o-outro e o outro-para-mim. Essa estrutura evidencia que a alteridade é intrínseca à constituição do sujeito, pois "a vida conhece dois centros de valores, diferentes por princípio, mas correlatos entre si: o eu e o outro" (Bakhtin, 2020, p. 142). Assim, a subjetividade emerge na intersecção desses centros, sendo moldada pelas interações dialógicas que permeiam a experiência humana. Segundo Ponzio (2020), no campo literário, Bakhtin identifica a realização dessa arquitetônica na relação entre autor e herói, uma vez que o autor observa o personagem de um ponto de vista transgrediente, garantindo-lhe uma alteridade irredutível. Essa perspectiva é considerada na compreensão do narrador infantil como autor-criador de seus dizeres. Embora envolvida na vivência, a criança, ao narrar, desloca-se para um lugar de construção estética de sentidos, assumindo uma posição enunciativa que é simultaneamente própria e alheia.

A narrativa da criança, portanto, não é solitária. Suas palavras, mesmo quando não marcadas formalmente, incorporam vozes alheias (de familiares, professores, mídias, livros, amigos...) que se entrecruzam em um movimento de assimilação, refutação ou reinterpretação. Essas vozes alheias, ao serem introduzidas no discurso da criança, inevitavelmente

assumem uma nova intenção, tornando-se bivocais (Bakhtin, 2022). A bivocalidade é uma marca do diálogo: não há dizer neutro, sem endereçamento, sem expectativa de resposta. Mesmo a fala aparentemente solitária da criança está voltada para um outro – real ou imaginário, presente ou ausente. Como observam Araújo e Araújo (2022), essas vozes

> ora são marcadas, ora se misturam à voz do autor-criador, por vezes, de forma dissimulada, não marcada, visto que, muitas vezes, no ato criativo, o autor se utiliza de palavras de outrem no próprio enunciado, sem necessariamente apontar traços formais [...] que marquem tal ocorrência. (Araújo, A.; Araújo, M., 2022, p. 96).

Na tessitura narrativa da criança, portanto, operam-se articulações de sentidos que se formam na tensão entre as vozes que a constituem, num movimento contínuo de resposta e antecipação ao outro – o que confirma o princípio fundamental da dialogicidade como base da linguagem e da subjetividade.

Nesse sentido, a linguagem é compreendida como um fenômeno de duas faces, sempre envolvendo um falante e um ouvinte, mesmo que este seja implícito. A consciência, então, é formada discursivamente, constituída pelas relações que o sujeito estabelece com as vozes que o rodeiam. O discurso da criança, ao incorporar essas vozes, revela uma subjetividade em formação, dinâmica, aberta e responsiva. Oliveira e Castro (2023) discutem que a subjetividade infantil é um processo dinâmico e interativo, constituído na interação dialógica entre a voz da criança e as vozes do meio social, que ampliam seu repertório e legitimam sua agência. Assim, ao narrar, a criança se posiciona no mundo não como um ser isolado, mas como um eu em relação a um outro concreto, real e histórico. Como

afirma Bakhtin (2020), "não existe o homem em geral; existe eu, e existe um determinado, concreto, 'outro': o meu próximo, o meu contemporâneo (a humanidade social), o passado e o futuro das pessoas reais (da humanidade histórica real)" (Bakhtin, 2020, p. 106). Essa concretude do outro, sempre situado histórica e socialmente, reafirma a tese de que toda enunciação é orientada para alguém e que o sujeito só pode se constituir na e pela alteridade.

Assim, a narrativa infantil não pode ser compreendida como expressão de uma interioridade isolada. Ao contrário, ela é o espaço por excelência da alteridade: é nesse entre-lugar, entre eu e outro, entre dito e por dizer, entre ouvir e responder, que a criança se constitui como sujeito de linguagem e de mundo. Como sintetiza Bakhtin (2016), "a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos; é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua" (Bakhtin, 2016, p. 16-17). É por meio desse jogo de vozes, de sentidos compartilhados e refratados, que a alteridade se revela como elemento estruturante do dizer da criança – e, portanto, da própria constituição de sua subjetividade.

Nesse fluxo de vozes e sentidos que compõem a narrativa infantil, torna-se fundamental compreender o estatuto da palavra na perspectiva dialógica da linguagem. Para Bakhtin (2016), a palavra nunca é completamente neutra, ainda que pertença formalmente ao sistema da língua. Ela chega ao sujeito carregada de usos anteriores, de entonações históricas e sociais, de sentidos já lançados no mundo por outros. Ao apropriar-se da palavra, o sujeito a reveste com sua própria intenção, com seu tom expressivo e sua posição enunciativa diante do outro. Nas palavras de Bakhtin (2016):

> ... pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra alheia dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a minha palavra, porque uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão. (Bakhtin, 2016, p. 53).

Essa tripla natureza da palavra – enquanto estrutura linguística, herança discursiva e apropriação expressiva – é essencial para compreender a enunciação da criança. Ao narrar, a criança transita entre esses três planos: mobiliza o vocabulário que lhe é socialmente disponível, refrata os dizeres de seu entorno, e imprime, ainda que de modo incipiente, sua singularidade discursiva. É nesse movimento que a palavra se torna sua, que a subjetividade se inscreve na linguagem e que o diálogo se concretiza como fundação do sujeito e do sentido.

A narrativa da criança, assim como qualquer prática discursiva, é compreendida como parte de um processo dinâmico de construção de sentido, em que a voz desempenha um papel central. A voz, nesse contexto, não é apenas um som emitido, mas a expressão singular de uma subjetividade situada, em constante relação com o outro e com os discursos que a precedem e a atravessam. Como apontam Baronas e Tonelli (2011), "a voz é, assim, a fonte de um sentido personalizado; atrás dela há um sujeito/pessoa" (Baronas; Tonelli, 2011, p. 274). Contudo, é importante destacar que essa personalização não deve ser confundida com uma essência fixa ou com uma interioridade isolada. Ao contrário, a voz é entendida como um lugar de enunciação em permanente movimento, como um "constante devir do sentido permanentemente gerado pelo ato-resposta" (Baronas;

Tonelli, 2011, p. 274), que se transforma no tempo à medida que é retomado por outros interlocutores no diálogo. Também Martins (2022) destaca que a voz não é um simples veículo do enunciado, mas o espaço onde se manifesta a construção da identidade discursiva, em constante transformação através das interações sociais.

Esse caráter responsivo da voz revela que o sentido não está dado de antemão, mas é construído na relação entre sujeitos, em contextos históricos e sociais concretos. Assim, a voz da criança, ao narrar, não apenas comunica uma experiência, mas participa ativamente da produção de sentidos, num jogo contínuo de eco e ressignificação. É nesse processo que o sujeito se forma, não como uma identidade encerrada em si, mas como um "sujeito em diálogo", sempre inacabado, atravessado por múltiplas alteridades que habitam sua palavra. A narrativa, portanto, é também um gesto ético e estético: um ato de posicionamento no mundo, em resposta ao outro, com o outro e diante do outro.

Desse modo, ao considerar a criança como sujeito de linguagem, é fundamental, como já apontado, reconhecer que sua consciência é constituída discursivamente. O mundo não é apreendido de forma neutra ou imediata, mas interpretado a partir das vozes que circulam no meio social e que moldam as experiências cotidianas. Segundo Araújo e Araújo (2022), a consciência é formada "por discursos, visto que a apreensão do mundo é feita discursivamente, na realidade concreta do meio social em que se está imerso, por meio do diálogo com as múltiplas vozes, numa relação constante e inacabada" (Araújo, A.; Araújo, M., 2022, p. 88). Isso significa que a subjetividade da criança não se constitui à parte do mundo, mas em diálogo com ele – e esse diálogo é atravessado por valores, ideologias, afetos e expectativas sociais.

A criança, ao narrar, atualiza e ressignifica essas vozes, reorganizando-as em uma forma estética própria, ainda que permeada por marcas do outro. A narrativa torna-se, assim, um ato de linguagem que revela como o sujeito se posiciona, se constitui e se compreende no mundo. A palavra da criança – com seus tons, suas repetições, suas imagens e descontinuidades – é o lugar onde a alteridade se manifesta e onde o eu se dá a ver. Como sujeitos de linguagem, crianças vivem em constante resposta ao outro e às vozes que escutam, reinterpretam e incorporam em seus dizeres.

Essa compreensão da linguagem como prática social dialógica, como atividade orientada e responsiva, nos afasta de uma visão formalista da narrativa infantil, que muitas vezes busca classificá-la a partir de estruturas fixas ou esquemas de desenvolvimento. Em vez disso, propõe-se uma escuta sensível à singularidade dos enunciados infantis e à maneira como eles revelam a inserção da criança em um universo simbólico compartilhado. Ao compreender a narrativa como encontro de vozes, reafirma-se o princípio bakhtiniano de que toda enunciação é um acontecimento único, histórico e ético, em que se entrelaçam linguagem e vida. A compreensão da narrativa da criança, enquanto uma construção entre sujeitos, ocorre, portanto, em sua materialidade de interação verbal e dentro do contexto do ato narrativo, tal qual veremos na seção seguinte.

2 O menino que contava histórias: o *corpus* como território de encontros

O trabalho de pesquisa de Oliveira (2022) nos ajuda a compreender melhor o papel da alteridade na narrativa da criança.

A partir da análise das narrativas de uma criança entre dois e cinco anos de idade, realizada pela referida autora, buscou-se refletir sobre o ato narrativo como um fenômeno ético-estético constituinte do sujeito, observando a maneira como a criança se inscreve no discurso, narra sua experiência e constrói sentidos em sua relação com o outro.

O *corpus* da pesquisa foi composto por registros audiovisuais do acervo do grupo de pesquisa interinstitucional NALingua (Núcleo de Estudos em Aquisição da Linguagem) – CNPq, que reúne interações espontâneas de crianças em contextos familiares (Del Ré, Hilário, Rodrigues, 2016). A criança cujas falas são analisadas, codinominada GUS, foi acompanhada longitudinalmente por mais de seis anos, sendo observada em interações naturalísticas em casa, em momentos de brincadeira, diálogo e narração de experiências vividas. GUS, como sujeito da pesquisa, é um menino inserido em um ambiente rico em linguagem e afetividade, cujas formas de narrar revelam uma construção singular do discurso, marcada por entoações, gestos, deslocamentos temporais e jogos de linguagem.

Para descrever e interpretar o ato narrativo da criança, Oliveira (2022) propõe um "estudo fenomenológico do ato narrativo", ancorado na filosofia bakhtiniana do ato responsável (Bakhtin, 2020). A autora parte da ideia de que todo ato humano é, antes de tudo, um acontecimento ético, situado, singular e irrepetível. Assim, cada narrativa da criança é entendida como um ato estético em que se cruzam memória, emoção, linguagem e presença, sendo possível identificar a constituição de um sujeito que age e responde ao mundo. Nesse sentido, a metodologia adotada não se restringe à análise formal da linguagem, mas busca captar a orientação valorativa expressa pela criança em seus enunciados, conforme os princípios do que Bakhtin (2020)

denomina “arquitetônica do ato”.

A análise dos dados permitiu à autora identificar cinco princípios que regem a arquitetônica do ato narrativo da criança: (1) a inter-relação constitutiva com o outro; (2) o espaço da criança narradora; (3) a tensão constitutiva entre o vivido e o narrado; (4) a entonação como marca de singularidade; e (5) o processo de apreensão dos recursos linguísticos para construção espaciotemporal. Esses princípios revelam que o ato narrativo infantil não se reduz a uma habilidade linguística, mas manifesta a emergência de um sujeito ético e estético que, ao narrar, se posiciona no mundo.

O conceito de ato responsável, central na obra *Para uma filosofia do ato responsável* (Bakhtin, 2020, p. 43), sustenta essa abordagem. Nele, Bakhtin (2020) argumenta que o sujeito está “irremediavelmente responsável” por tudo o que ocorre na esfera de sua ação concreta, e que a vida humana se dá na forma de atos únicos, não repetíveis, nos quais o outro sempre está presente como condição de sentido. Dessa forma, cada narrativa de GUS analisada por Oliveira (2022) é compreendida como uma forma de presença no mundo: o menino que conta histórias cria, ressignifica e compartilha experiências, posicionando-se enquanto sujeito constituído pela linguagem, pela memória e pelo vínculo com o outro.

Outro aspecto relevante da análise é a consideração da narrativa como forma estética. Em *Estética da criação verbal* (2011), o autor defende que todo enunciado é uma realização concreta em um contexto de interação e carrega a orientação valorativa de quem o profere. A narrativa da criança, assim, é uma obra estética singular em que se expressam sua visão de mundo, seus afetos e sua voz. Como afirma Bakhtin (2011,

p. 303), "a palavra é o terreno do outro", e é nesse terreno compartilhado que a criança se aventura a narrar, experimentar e elaborar sentidos.

O estudo de Oliveira (2022) se insere no campo da filosofia da linguagem e da aquisição da linguagem ao propor um olhar não normativo nem funcionalista sobre a fala infantil. Ao invés de medir a competência linguística da criança, a autora investiga como a criança se constitui como sujeito na linguagem, valorizando os modos singulares como a criança vivencia o tempo, se relaciona com os objetos do mundo e atribui sentido às suas experiências por meio da palavra. Como sintetiza Bakhtin (2016, p. 116), "o sentido vive na fronteira entre consciências", e é justamente nesse entre-lugar – entre o eu e o outro, entre o vivido e o narrado – que o ato narrativo da criança ganha vida.

A alteridade, enquanto categoria fundamental na filosofia bakhtiniana, revela-se elemento central na constituição do ato narrativo infantil: "o ser do homem só pode ser revelado para fora, para o outro, para o mundo" (Bakhtin, 2011, p. 307), indicando que o sujeito só se realiza plenamente na relação com o outro. No caso da criança, essa relação não é apenas exterior, mas constitutiva: ela só pode narrar, compreender e significar suas experiências a partir da presença concreta e responsiva de um outro que escuta, dialoga e participa. A alteridade, assim, não é acessória à narrativa da criança – ela é sua condição mesma de possibilidade. A voz infantil emerge no entrelaçamento com outras vozes, e seu ato narrativo é sempre uma resposta a esse campo dialógico que o antecede e o atravessa. Como acentua Faraco (2009), o sujeito em Bakhtin é sempre um ser-em-relação, e sua linguagem é inseparável da interlocução viva com o outro.

É nesse horizonte ético e dialógico que a narrativa de

GUS adquire sua potência de significação. Ao narrar episódios cotidianos, a criança mobiliza referências compartilhadas com seus interlocutores, interpela suas reações e reconfigura o vivido à luz da resposta do outro. A alteridade se expressa, nesses momentos, tanto na coautoria da narrativa – marcada pela coconstrução com o adulto – quanto na entoação e na escolha lexical que revelam a tentativa da criança de se fazer compreender e de posicionar-se diante do mundo. A narrativa da criança, portanto, é uma enunciação atravessada pelo desejo de ser compreendida e acolhida na singularidade de sua experiência.

Neste artigo, apoiamo-nos nessa concepção metodológica assumida por Oliveira (2022) para, a partir da análise ilustrativa de três excertos de fala produzida por GUS, podermos pensar sobre a constituição da alteridade na narrativa da criança.

3 No entre: alteridade e constituição do sujeito na palavra da criança

O discurso infantil é profundamente atravessado por outras vozes (familiares, escolares, literárias) que o sujeito incorpora, contesta, ressignifica. A narrativa torna-se, assim, espaço de negociação identitária, de posicionamento social e de construção subjetiva. Com base nos excertos analisados, evidencia-se que a criança narra o mundo, mas também se narra sempre na presença ativa do outro, que se inscreve em seus dizeres de modo constitutivo e inescapável.

Esses excertos, apresentados neste artigo em forma de relatos das autoras, os quais buscam recuperar a cena enunciativa retratada nos dados de pesquisa de Oliveira (2022), ilustram a presença do outro como interlocutor e, principalmente, revelam

que a criança só se torna narradora ao se inscrever em uma relação dialógica viva, uma vez que "jamais estarei onde está o outro, em seu lugar; não posso me fundir com ele: só o outro posso abraçar, envolver de todos os lados, apalpar os seus limites" (Bakhtin, 2020, p. 38-39). Essa exterioridade radical do outro, longe de ser um obstáculo, é a condição para o surgimento do sentido e, por conseguinte, da narrativa.

A análise dos excertos apresentados permite observar a incidência dos cinco princípios que compõem a arquitetônica do ato narrativo da criança, conforme delineados por Oliveira (2022): (1) a inter-relação constitutiva com o outro; (2) o espaço da criança narradora; (3) a tensão entre o vivido e o narrado; (4) a entonação como marca de singularidade; e (5) a apreensão dos recursos linguísticos para construção espaciotemporal. Cada um desses elementos manifesta-se, em diferentes graus, nos segmentos narrativos de GUS, permitindo a compreensão de como a alteridade se constitui no dizer infantil.

Excerto 1

O primeiro excerto refere-se ao segmento denominado por Oliveira (2022) como "Álbum de fotos", no qual GUS, com cerca de dois anos de idade, interage com seu pai enquanto os dois folheiam um álbum familiar. A criança enuncia: "GUS tá longe.", ao apontar para uma imagem. Logo em seguida, o pai responde: "Tá longe né". Na sequência, ao virar da página do álbum, GUS fala sobre sua imagem na foto: "Aí tá, ele tá fazendo bagunça papai.", ao que o pai não deixa de complementar: "Tá fazendo bagunça. Aqui ó fazendo bagunça ó… espirrando água né.". Nesse breve trecho, observa-se como a fala da criança só

adquire sentido na presença responsiva do outro. A alteridade do pai é fundamental para que o ato de narrar aconteça: sua escuta, sua resposta e sua participação dão forma e continuidade à memória que GUS reconstrói discursivamente. A narrativa, portanto, não é um monólogo, mas se desenvolve na coautoria, marcada pela partilha do vivido e pela validação da experiência da criança, pois "a compreensão é uma resposta ativa: o ouvinte se transforma inevitavelmente em locutor" (Bakhtin, 2016, p. 119), e é exatamente isso que se observa no segmento – um processo de mútua constituição entre narrador e ouvinte, entre o eu e o outro.

No primeiro excerto, observamos o princípio da inter-relação constitutiva com o outro. O ato narrativo da criança só se realiza plenamente a partir da presença responsiva do pai, que escuta, complementa e valoriza a fala de GUS. A coautoria é evidenciada nas trocas breves, mas densas em significado, em que o pai responde às iniciativas verbais do filho, sustentando o fluxo narrativo. Ainda que o espaço da criança narradora esteja em processo de construção, já é possível notar que GUS assume certa iniciativa ao apontar e comentar imagens do álbum, sinalizando uma entrada ativa no campo do discurso.

No entanto, a tensão entre o vivido e o narrado aparece de forma incipiente, na medida em que o álbum funciona como mediação da memória e da experiência. Nesse trecho, também há indícios iniciais da apropriação de recursos linguísticos espaciotemporais, com o uso do tempo presente para rememorar eventos passados, o que demonstra o processo emergente de organização temporal do discurso. A entonação, embora não analisada detalhadamente neste excerto, pode ser inferida pela dinâmica afetiva entre pai e filho, revelando já um pano de fundo de expressividade compartilhada.

Excerto 2

O segundo excerto, parte do segmento "Pintinho morto" (Oliveira, 2022), mostra GUS, agora com quatro anos, narrando o episódio que envolve o achado de um pintinho morto. A criança diz: "É. Eu já… sabe que eu já vi um ovo bem grande o o ovo já tava picado tinha um pintinho morto dentro do ovo." Ao escutar essa fala, a pesquisadora – uma das interlocutoras no registro – responde com empatia: "Tadiiinho. (Em tom triste). Quem será…". GUS então complementa: "Ele ficou velhinho e e ele morreu.". A construção da narrativa aqui é atravessada por uma alteridade afetiva: o outro é não só o destinatário da fala, mas também aquele que sustenta emocionalmente a narrativa. O enunciado da criança é carregado de sentido porque é direcionado a um outro que o escuta responsivamente e compartilha a dor evocada. Relacionamos essa ocorrência ao que Bakhtin (2020, p. 49) refere ao dizer que "não há álibi para a existência": o sujeito é irremediavelmente responsável perante o outro no evento concreto da vida. A criança, ao narrar, responde ao vivido e ao outro – ao seu sofrimento e à escuta sensível da interlocutora – em um ato ético que só se cumpre no espaço do entre.

Esse trecho permite observarmos a materialização mais evidente dos princípios do espaço da criança narradora, da inter-relação com o outro e da tensão entre o vivido e o narrado. GUS conduz a narrativa de forma autônoma, trazendo à cena uma memória significativa atravessada por marcas afetivas. A presença do outro não apenas legitima a palavra da criança, mas sustenta emocionalmente a elaboração do enunciado, permitindo que o ato narrativo se configure também como gesto

ético. A narrativa de GUS reconfigura o vivido à luz da escuta sensível de sua interlocutora, o que ilustra o princípio da tensão constitutiva entre experiência e discurso. Ainda que a entonação não seja descrita diretamente, pode-se depreender sua presença nas reações emocionais evocadas, tanto pela criança quanto pela interlocutora. Há também um indício de organização sequencial, com relação de causa e consequência entre os enunciados ("o ovo já tava picado [...] ele ficou velhinho e morreu"), apontando para a aquisição de estruturas narrativas mais complexas.

Os excertos 1 e 2 exemplificam, portanto, que a alteridade é constitutiva do ato narrativo da criança como elemento estruturante do sentido. O eu narrador da criança não se forma isoladamente, mas em tensão e em relação com o outro que escuta, pergunta, valida e compartilha: "o eu só se torna consciente de si por meio do outro, por meio do olhar do outro, por meio da palavra do outro" (Bakhtin, 2011, p. 312). É nesse olhar e nessa palavra do outro que o menino narrador de Oliveira (2022) se constitui como sujeito de linguagem, como alguém que tem algo a dizer – e alguém com quem dizer.

Excerto 3

O excerto 3, parte do segmento "Luna e o gato" (Oliveira, 2022), evidencia a complexidade da arquitetônica do ato narrativo infantil. Em primeiro lugar, destaca-se a inter-relação constitutiva com o outro, que se manifesta de modo evidente na interação entre GUS, seu pai e a pesquisadora. A narrativa da criança não se configura como um monólogo isolado, mas como um processo coconstruído, em que o outro não apenas escuta, mas intervém responsivamente, atribuindo novos sentidos ao

enunciado. O registro inicia com uma conversa entre criança e pai, no qual GUS fala sobre algo que viu quando estava passeando pela rua. GUS afirma que um gato, de uma casa vizinha, fugiu por um buraquinho, o que leva o pai a perguntar "Qual buraquinho?", ativando a continuidade do ato narrativo. A criança responde com precisão: "o buraco da da porta da casa" – revelando que é no entrecruzamento de vozes que o sentido se constitui. Essa dinâmica da narrativa aponta para o fato de que o sujeito só se realiza no evento da vida por meio da alteridade. "Não há álibi para a existência" (Bakhtin, 2020, p. 49), ou seja, não é possível existir ou significar fora da relação com o outro. A presença responsiva do interlocutor é condição de possibilidade para a emergência do ato narrativo.

Ademais, observa-se o princípio do espaço da criança narradora. Nesse segmento, em especial, GUS assume explicitamente o lugar de autor da narrativa, pois é através de sua iniciativa que começa a narrar a situação experienciada. Ele interrompe a conversa entre os adultos, que tratava sobre outro tema, e impõe sua voz ao declarar: "Sabe que eu já vi um...", não esperando autorização ou convocação para narrar. Tal gesto revela um deslocamento significativo: a criança deixa de ser apenas um respondente às provocações do outro e se afirma como sujeito que deseja narrar, que se inscreve como centro de valor no evento da fala. Conforme Bakhtin (2020), é a partir de sua posição única e irrepetível no mundo que o sujeito é capaz de agir responsavelmente – e é justamente isso que se realiza quando GUS se torna narrador de si e de suas experiências. O espaço da narração, nesse caso, é ocupado com intencionalidade, revelando a progressiva constituição do

sujeito discursivo da criança.

A esse movimento de constituição do narrador, soma-se a tensão constitutiva entre o vivido e o narrado, terceiro princípio que sustenta a arquitetônica do ato narrativo infantil. A narrativa de GUS não se limita a um relato factual daquilo que ocorreu; ela é elaborada, editada e tensionada pelas vozes do presente. Ao contar que o gato fugiu e que o dono "nem viu", GUS recria o evento com uma orientação valorativa específica, atribuindo esperteza ao gato e distração ao dono. Essa reelaboração é provocada, em parte, pelas intervenções dos adultos, como a exclamação da pesquisadora: "Gato é esperto né?!", que reforça uma leitura interpretativa da ação do animal. Nessa dimensão, a narrativa não é mera repetição do vivido, mas um novo acontecimento, atravessado por múltiplos sentidos, conforme o conceito de polifonia proposto por Bakhtin (2022). O vivido é refratado na linguagem e transformado em enunciado, constituindo uma tensão criativa e inevitável entre experiência e discurso.

Outro aspecto essencial que se explicita nesse segmento é a entonação como marca de singularidade. O tom com que GUS narra a fuga do gato carrega um traço afetivo e avaliativo que ultrapassa o conteúdo proposicional do enunciado. Ao dizer "e o dono nem viu o gato saindo" com um sorriso e em tom de gozação, GUS expressa seu juízo sobre o evento, demonstrando um posicionamento estético e ético em relação ao que narra. A pesquisadora, em resposta, sorri, indicando que reconhece e compartilha a valoração embutida na entonação do menino. Conforme Bakhtin (2011), a entonação é parte inseparável do enunciado e expressa a orientação emotivo-volitiva do sujeito. Através dela, o eu se manifesta como singularidade, marcando

o discurso com traços de sua subjetividade. O ato narrativo, assim, torna-se um gesto de autoria que vai além do que é dito: é também um como se diz, um modo de estar no mundo que se realiza linguisticamente.

Por fim, o processo de apreensão dos recursos linguísticos para construção espaciotemporal aparece de forma notável na articulação narrativa de GUS. O uso repetido de marcadores de sequenciação, como "daí ele saiu", "daí ele pulou", "daí ele conseguiu sair pra fora", revela um domínio crescente das estruturas linguísticas que organizam o tempo e o espaço na narração. Os verbos conjugados no pretérito ("saiu", "pulou") indicam a capacidade da criança de projetar a ação em um eixo temporal coerente, o que permite ao interlocutor reconstruir mentalmente o encadeamento dos fatos. Bakhtin (2011) afirma que o domínio dos meios expressivos da cultura é condição para a constituição do sujeito como autor-criador. A criança, ao narrar, opera um processo cognitivo e discursivo de espacialização e temporalização da experiência, transformando o vivido em linguagem. Trata-se de um gesto estético no qual o sujeito organiza o mundo por meio da palavra.

É no terceiro excerto que os cinco princípios aparecem de forma mais articulada e evidente. A inter-relação com o outro se realiza plenamente, já que tanto o pai quanto a pesquisadora intervêm responsivamente na construção do enunciado, atribuindo sentidos e coconstruindo a narrativa com a criança. O espaço da criança narradora é assumido com força: GUS interrompe a conversa entre os adultos para contar sua história, revelando intencionalidade discursiva e desejo de partilhar a experiência. A tensão entre o vivido e o narrado é marcada pela reelaboração do evento, que ganha novos contornos valorativos

com a colaboração dos interlocutores e com as entonações de GUS, que ironiza, interpreta e valoriza os acontecimentos narrados – como ao comentar que "o dono nem viu o gato saindo". A entonação, nesse caso, é uma marca nítida de sua singularidade, funcionando como expressão estética e ética de sua posição no mundo. Por fim, o uso reiterado de marcadores temporais ("daí ele saiu", "daí ele pulou") e verbos conjugados no pretérito evidencia o processo de apropriação dos recursos linguísticos necessários à organização espaciotemporal da narrativa, apontando para a constituição de uma competência discursiva em expansão.

Em síntese, o ato narrativo infantil, tal como se manifesta no excerto 3, não pode ser reduzido a uma competência linguística isolada ou a um simples exercício de memória. Ele revela a emergência de um sujeito ético e estético que, ao narrar, posiciona-se no mundo, interage com o outro, constrói sua singularidade e reinscreve o vivido na linguagem. Os cinco princípios delineados por Oliveira (2022) encontram respaldo teórico e existencial nas obras de Bakhtin, que compreendem o sujeito como ser-em-relação, cuja linguagem é sempre ato e cuja palavra é sempre resposta. Narrar, para a criança, é, portanto, um modo de existir responsavelmente no mundo.

Ao reunir os cinco princípios que sustentam a arquitetônica do ato narrativo da criança, é fundamental reafirmar que todos eles são atravessados pela alteridade como elemento fundante. A criança não narra sozinha, mas sempre em relação com o outro que a escuta, intervém e valida sua palavra. Como sujeito-em-relação, ela só pode ocupar o lugar de narradora a partir da escuta responsiva que lhe confere existência discursiva. A presença do outro – seja pai, mãe, pesquisadora ou qualquer interlocutor –

não é apenas circunstancial, mas constitutiva do próprio sentido do ato de narrar. A alteridade, conforme Bakhtin (2020), não é um obstáculo à individuação do sujeito, mas sua condição de possibilidade: "só o outro posso abraçar, envolver de todos os lados, apalpar os seus limites" (Bakhtin, 2020, p. 38-39). Nesse sentido, a narrativa infantil é sempre um acontecimento dialógico, uma tessitura de vozes que revela o sujeito em sua formação ética, estética e responsiva. O menino que conta suas histórias, portanto, não é um emissor solitário, mas um ser que se descobre e se inventa na partilha com o outro – e é nesse espaço entre vozes que a linguagem se torna gesto de mundo, e a infância, potência criadora de sentido.

4 Enfim, a alteridade na narrativa da criança

Toda narrativa da criança é, antes de tudo, um ato de resposta. Resposta ao mundo, ao outro, à experiência vivida – e também à expectativa de escuta que lhe é oferecida. O que os excertos analisados e os princípios delineados evidenciam não é apenas a capacidade da criança de organizar linguisticamente acontecimentos, mas a sua inserção ativa em um campo de sentidos compartilhados. Narrar, nesse contexto, não é simplesmente falar sobre algo, mas falar para alguém – alguém cuja escuta configura o lugar mesmo da palavra da criança. É nessa escuta responsiva que se revela a alteridade como solo ético da linguagem. Conforme Bakhtin (2020), não há como escapar da responsabilidade diante do outro: toda palavra é um acontecimento situado, marcado pela presença concreta de um destinatário. Assim, a narrativa infantil é o modo como a criança se lança no mundo, inscrevendo-se como sujeito de linguagem

em uma trama dialógica na qual o outro nunca está ausente.

Reafirmar a alteridade como categoria fundante não é apenas reconhecer que há outro na cena da enunciação, mas compreender que é na e pela relação com esse outro que a subjetividade da criança se forma. A escuta do adulto, o olhar do interlocutor, a partilha afetiva – tudo isso confere existência à voz da criança, que se constrói no entre, no intervalo, na tensão viva entre dizer e ser compreendido. Como nos lembra Bakhtin (2011), o eu só pode ser reconhecido por meio do olhar do outro, pois é nesse reflexo que se forma a consciência de si. O menino que conta histórias não está apenas organizando palavras, mas se constituindo como sujeito, em uma jornada ética e estética marcada por encontros, desvios, escutas e silêncios. A narrativa, assim, torna-se o lugar privilegiado da constituição do sujeito na linguagem – e a alteridade, sua condição vital.

Nesse sentido, compreender a narrativa da criança como um ato ético e estético implica deslocar o olhar adulto da tentativa de controle interpretativo para uma postura de abertura e reconhecimento da criança como sujeito autoral. É preciso escutar o que se diz, mas também o modo como se diz, os gestos que acompanham a palavra, os silêncios que a contornam, os ecos de outras vozes que nela ressoam. A palavra da criança é, muitas vezes, frágil, incompleta, hesitante – mas não por isso menos potente. Pelo contrário: é nessa incompletude que reside sua força criadora, sua capacidade de invenção de mundos e significações.

A escuta da narrativa infantil, portanto, exige sensibilidade para o inacabamento, para o devir da linguagem. Implica reconhecer que cada enunciado infantil carrega um gesto de posicionamento no mundo, uma tentativa de dizer a si e

ao outro quem se é – ou quem se está tentando ser. O adulto, nesse processo, não é mero reprodutor de expectativas, mas corresponsável pela constituição daquele sujeito em formação. Sua escuta pode acolher, expandir, confirmar; ou pode silenciar, interromper, desautorizar. É nesse vínculo ético que se estabelece a responsabilidade do outro pela constituição do eu.

A narrativa da criança, em sua singularidade, é também memória do vivido e antecipação do por viver. Ela atualiza experiências, reelabora afetos, propõe novas possibilidades de ser. A criança que narra está em processo: experimenta linguagens, explora formas, testa sentidos. Sua palavra carrega a materialidade da vida – do que foi vivido, do que foi imaginado, do que está por vir. Assim, reconhecer a centralidade da alteridade na narrativa infantil é afirmar a linguagem como lugar de encontro, como campo de criação e como modo de existência. É afirmar, enfim, que toda palavra da criança é, em si, um ato de mundo.

Referências

ARAÚJO, Ana Lúcia Barros; ARAÚJO, Márcia Regina C. de. A alteridade na narrativa da criança: escutar, acolher e significar. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe*, v. 17, n. 1, p. 85-102, 2022.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da obra de Dostoiévski*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2022.

BARONAS, Roberto; TONELLI, Daniel. Linguagem, voz e subjetividade: entre os estudos do discurso e a filosofia da linguagem. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 271-285, jul./dez. 2011.

DEL RÉ, Alessandra, HILÁRIO, Rosângela Nogarini, RODRIGUES, Rubens Antônio. O *corpus* NALingua e as tecnologias de apoio: a constituição de um banco de dados de fala de crianças no brasil. *Artefactum* - Revista de Estudos em Linguagens e Tecnologia, v. 13, n. 2, s.p., 2016.

FARACO, Carlos Alberto. Língua, linguagem, discurso. *In*: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin:* conceitos-chave. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 31- 48.

MARTINS, Ana Luiza. A voz e a identidade discursiva: uma abordagem bakhtiniana. *Letras & Letras*, v. 38, n. 2, p. 130-145, 2022.

OLIVEIRA, Marina de. *O menino contador de histórias*: a criança e a arquitetônica do ato narrativo. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2022.

OLIVEIRA, Ângelo; CASTRO, Mariana. A subjetividade infantil na perspectiva dialógica: interações e vozes na constituição do sujeito. *Cadernos de Linguística Aplicada*, v. 23, n. 1, p. 95-110, 2023.

PONZIO, Augusto. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. *In*: BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

Nos nichos domésticos: a criança e o outro no jogo do funcionamento da língua(gem)

Rosa Attié Figueira*

Resumo

Este artigo, cujo foco incide sobre episódios da trajetória de crianças brasileiras com o português, completados com episódios do francês-língua materna, encerra uma amostra de situações variadas, que nos dá acesso a refletir sobre a língua(gem) nos anos da infância. Para tanto, buscamos a contribuição teórica de autores exponenciais da linguística geral. O trabalho adota a metodologia longitudinal naturalística, voltando sua atenção para a relação da criança (i) com a "língua" e (ii) com o "outro" – cenário empírico de uma proposta que, desse modo, inscreve-se no tema "alteridade", sem perder de vista "fatos de língua". A pesquisa assume o diálogo como unidade de análise (De Lemos, 2002), contemplando fragmentos de diálogos com o adulto (situação mais frequente) ou da criança com outra criança, nos nichos domésticos. Buscamos o cenário natural (não elicitado), que possibilita visualizar de que modo, entre 2 e 5-6 anos, a criança inicia sua relação com a língua materna, em episódios que permitem entrever uma face marcante e singular do funcionamento simbólico.

Palavras-chave: língua; discurso; diálogo; Saussure; singularidade.

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professora Titular do Departamento de Linguística, ao qual continua vinculada como aposentada colaboradora. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0388-7132.

Dans les cercles domestiques : l'enfant et l'autre dans le jeu du fonctionnement de la langue/langage

Résumé

Dans cet article, en nous concentrant sur des niches familiales, à partir des épisodes de la trajectoire des enfants avec la langue portugaise (complétés par des épisodes de français-langue maternelle), nous disposons d'un échantillon varié pour illustrer ce que c'est le langage dans les années de l'enfance, en faisant appel à la contribution théorique d'auteurs exponentiels de la linguistique générale. Ce travail adopte la méthodologie longitudinale naturaliste, en étudiant (i) la relation entre l'enfant et la « langue », aussi bien que (ii) la relation avec l' « autre » auquel il s'adresse – scénario empirique d'une proposition qui s'inscrit dans le thème de l'altérité, sans perdre de vue les « faits de langue ». Dans la recherche, nous prenons le dialogue comme unité d'analyse (De Lemos, 2002), en considérant des dialogues entre l'enfant avec l'adulte ou avec un autre enfant – scénario naturel, permettant d'envisager comment, entre 2 et 5-6 ans, l'enfant entame sa relation avec sa langue maternelle, à travers des épisodes qui laissent entrevoir une facette frappante et singulière du fonctionnement symbolique.

Mots-clé : langue ; discours ; dialogue ; Saussure ; singularité.

Recebido em: 03/08/2025 // Aceito em: 27/11/2025

Antecedentes: situando a pesquisa

Este trabalho oferece à discussão cenas da infância, recolhidas de diálogos do cotidiano, os quais rendem uma discussão acerca dos feitos linguísticos que representam o ingresso da criança na língua materna. A pesquisa visa expor as relações afeitas ao funcionamento linguístico-discursivo nos nichos domésticos, a partir de uma metodologia que se vale de material selecionado da fala de crianças entre 2 anos e 5-6 anos de idade, metodologia atenta ao que essa fala pode revelar sobre o percurso da criança com a língua materna. Na interação da criança com o adulto (ou com outra criança), interessam-nos, sobremaneira, as particularidades que marcam momentos singulares do sujeito, relativamente à língua falada em seu entorno[1].

Nesse enquadramento, figuram acontecimentos ou fatos de língua, cuja natureza, na ótica do mais atento dos observadores – o pesquisador –, dá lugar a uma documentação, através da qual, no interior de um quadro teórico definido, buscam-se momentos marcantes dessa trajetória. Procuraremos interpretá-los numa abordagem teoricamente apoiada na reflexão de expoentes da linguística geral – solo fecundo que vai de Saussure ([1916]/1971, 2002) a Benveniste ([1948]/1993, 1995) e Ducrot (1977, 1987). Nosso objetivo é dar a conhecer (e apreciar) a relevância da contribuição destes autores, cada qual em terreno próprio, frente a episódios de um "estado de língua" retratado nos anos da infância.

1 Pesquisa apoiada pelo CNPq, instituição à qual endereçamos nosso agradecimento. Projetos aprovados levaram a questões, cujos desdobramentos se inscrevem no tópico em discussão neste trabalho. Para abordá-los, contamos com exemplos inéditos e com outros que, retomados de relatórios de pesquisa ou artigos, receberam aqui uma expansão em sua análise.

Minha inclinação para esta busca nasce no grupo formado por Cláudia de Lemos, em meados dos anos 1970[2], em um departamento de linguística, e se consolida nos anos subsequentes à tese de doutorado (Figueira, 1985, inédita), firmando-se numa área de estudos que, alinhada à elaboração teórica de De Lemos (1995, 2002, dentre muitas publicações), responde ao compromisso com o caráter singular do "movimento da língua" na "fala" da criança. A inclinação para o chamado "erro" marca a minha passagem pela área[3], detendo-se na analogia (Figueira, 2018a, Figueira, 2018b), ao tomar como eixo empírico certo número de "inovações" registradas no percurso da criança com o português-língua materna. Os achados, expressivos, aproximaram-me da matriz teórica saussuriana, acompanhando-me neste recorte Vieira (2022), em tese recém-defendida.

Emergem, na fala espontânea da criança, produtos assentados num mecanismo que se instala na estrutura cambiante da "palavra", sede de processos flexionais e derivacionais. Trazem à discussão os pilares do aparelho conceitual de Ferdinand de Saussure: língua e fala, valor e sistema, relações associativas e relações sintagmáticas.

Um exemplo: no contexto da família, quando a criança fala sobre o que quer ser quando crescer, um segmento do léxico, o dos nomes de profissão, expõe aspectos da morfologia que chamam a atenção para "feitos de língua" (formações que não estão na fala do adulto). Para o interlocutor da criança, causam surpresa ou mesmo o riso, efeitos de uma faceta desse modo de funcionamento da linguagem nos anos da infância.

2 Nessa época, uma dedicatória, "a Mariana que me ensinou que os olhos nascem sem travas" (Vogt, 1977), despertou meu interesse pelo que se passa com a criança na sua relação com o mundo e *ipso facto* com a linguagem. Observar em que medida a criança estreia na língua materna, numa escuta "sem travas", capaz de abranger uma diversidade de caminhos, tornou-se um lugar de observação apto a revelar o movimento da língua na fala da criança, ocupando-me em alguns anos de pesquisa.

3 Em 2010, o artigo "O que a investigação sobre o erro na fala da criança deve a Saussure" leva o título que sintetiza minha adesão à matriz teórica saussuriana, adesão que prosseguiu em outras publicações (Figueira, 2015, 2016, 2018a, 2018b, 2019, 2024a).

Esses achados levaram-me da teorização saussuriana à de Benveniste. Ao falar sobre o futuro, espontaneamente ou, em alguns casos, estimulada a tal, é possível reconhecer, nas manifestações verbais da criança, um vínculo claro entre língua e cultura. No "diálogo", assumido como unidade de análise[4], surgem inovações, por volta dos três ou quatro anos, faixa de idade – como tão bem o divisou Saussure – em que é possível reconhecer que a operação de "*analogia* é mais viva e fértil na criança" (Saussure, 2002, p. 161).

Uma análise dos episódios contendo nomes de profissão revela não apenas instâncias do chamado (impropriamente) "erro" morfológico, mas outros aspectos referentes ao discurso, em episódios bem recortados do ponto de vista de sua inscrição numa situação de interação. Aspecto particularmente interessante da pesquisa foi constatar que não só substantivos comuns, mas também nomes próprios são sujeitos a relações que determinam alteração na estrutura da palavra, como produzida pela criança.

Contextos de autorreferência (ou de referência atribuída) conduziram-nos a dividir a atenção entre dois domínios amplos: (i) a "nomeação" (portanto, a pôr o foco sobre a palavra) e (ii) a "predicação" (portanto, a focalizar a sentença) – em contextos de interação criança-adulto ou, mesmo, de interação criança-criança, já que o material reunido permitia contemplar diálogos entre coetâneos.

Nossos achados se repartem, neste artigo, entre: enunciados que projetam ideias sobre o futuro, enunciados replicantes e outros tantos, que encerram cenários privilegiados da presença do sujeito na língua, no exercício de certa "posição",

4 Como membro da equipe formada pela professora Cláudia de Lemos, cedo aderimos a este compromisso teórico-metodológico (De Lemos 1982, 2002).

a ser descrita[5]. Se nos surpreenderam (ou surpreenderam os circundantes), às vezes chegando ao riso, tais efeitos não serão ignorados na descrição, principalmente porque particularidades da fala da criança dizem respeito à sua posição em relação à língua, mas também em relação ao outro, com quem fala. Este, possivelmente afetado pela singularidade da fala da criança.

Para falar das coisas do mundo e para se situar frente a si mesma e ao outro, no universo em que vive, a criança nomeia e faz predicações, que figurarão, em nosso exemplário, em ocorrências selecionadas por tocarem na **questão da alteridade**[6].

Uma delas encerra uma novidade: duas meninas estão pintando e mostram-se hesitantes na nomeação que lhes cabe como crianças que pintam. Exposto em outra publicação, o dado retorna aqui, explorado na dimensão de uma alteridade, solicitada pelas crianças. Explico. No diálogo, as meninas conversam entre si, mas também com a investigadora, solicitada por elas para conferir qual seria o "nome" da ação que estão a praticar. Um dado único, ímpar na sua capacidade de reunir aspectos de língua e de discurso, como se verá à frente.

Se já contávamos com o aporte teórico de Saussure e Benveniste, outros elementos vinculados ao discurso nos levam, graças ao material empírico pouco a pouco ampliado, às contribuições de Ducrot (1977, 1987) e Vogt (1989), pondo à prova sua relevância, num recorte que encontra a oportunidade de se exercer plenamente, através da metodologia longitudinal de base naturalística.

5 Para avançar neste domínio, a reflexão de De Lemos (2002) acerca das "posições" do sujeito numa estrutura será incorporada, com bons resultados na análise do percurso da criança com a língua materna.

6 Alguns episódios, presentes em outras publicações, ao serem reapresentados, exploram um dos subtemas deste volume da Revista *Scripta*: o efeito cômico.

Essa opção metodológica colocou-nos em situação privilegiada no tratamento de um tema: a agentividade[7]. Procedentes de eventos nos quais a criança está envolvida como participante, sendo considerada sua responsabilidade sobre determinado estado de coisas do contexto, mobilizam na sua descrição as contribuições de Vogt e Ducrot acerca de "tiradas" argumentativamente orientadas, quando ela, a criança, declara ao adulto quem fez o quê numa situação doméstica. No círculo da família, tais situações têm como pano de fundo recomendações, pedidos e outros atos de fala dos adultos, aos quais devem ou podem as crianças corresponder – universo do deôntico e do epistêmico. Uma pequena amostra de recortes causais será trazida para este artigo na seção 3.

Em termos de organização textual, este artigo se divide em nove seções: 1) Da nomeação à predicação; 2) Além dos nomes da profissão, o que o léxico da criança nos reserva; 3) Agentividade na cadeia causal: no manejo discursivo, uma diversidade de recortes; 4) Um diálogo de J expõe a homonímia; 5) Enunciados autorreferenciais: em destaque a primeira pessoa; 6) Sobre o nome próprio e o nome comum. Reunindo achados de (e)feitos marcantes; 7) A palavra e sua estrutura: lá onde a língua pulsa em remotivação semântica; 8) Entre contar e nomear; 9) O potencial homofônico da cadeia sonora como desencadeador de relações associativas. Transversal a todas as seções, a relação da criança com o interlocutor evidencia o jogo do funcionamento da língua(gem).

7 Em vez de enunciados elicitados, trabalhamos com diálogos colhidos no calor do acontecimento, os quais permitem contemplar fatores vinculados ao ponto de vista do enunciador, a criança, na sua singular condição, em diálogos em que há, por exemplo, discordância com o interlocutor, geralmente um adulto.

Em termos metodológicos, acolhemos ocorrências de (i) diários parentais[8] e (ii) sessões de gravações, duas fontes condizentes com o propósito adotado na pesquisa, consagrado às conversas nos nichos domésticos. Aos excertos do português (material predominante), dados do francês-língua materna se acrescentam no corpo empírico, na medida em que se encaixam no corpo de questões sob discussão. Nesse caso, dispomos de episódios colhidos em dois livros, cujas autoras, Aimard (1975) e Tamine-Gardes e Bonnet (1984), cultivam o mesmo gosto que temos (Figueira, 2023a) em recolher ocorrências que recheiam os diários das crianças.

No conjunto assim formado, encontram-se episódios marcantes para nós, pois nosso interesse se concentra nos dois polos da interlocução – sem ignorar o efeito da fala da criança sobre quem ocupa a outra ponta do diálogo, o adulto, seu principal interlocutor. Tal decisão tem suscitado indagações relevantes quanto ao efeito cômico[9]: não é incomum que o adulto se surpreenda ou mesmo ria do que emerge pela boca da criança (Figueira, 2001). E quanto à criança? – pergunta-se. A graça que emana de sua fala será reconhecida (ou mesmo almejada) por ela? Eis o quadro (mais amplo) em que se inscreve a questão do humor, que toca de maneira mais aguda – como verá o leitor – alguns dos excertos exibidos à frente, principalmente aqueles em que há uma escuta divergente do *continuum* sonoro[10].

8 O diário de J. é uma das fontes que alimentam este trabalho, de resto colhido debaixo do meu próprio teto. Já o diário de Al. é fonte que incorporamos à pesquisa, desde que o material de Al. (1;3.4 a 4;0.18 de idade) nos chegou pelas mãos de sua mãe linguista: Daniela Marini-Iwamoto – a quem agradecemos, pelo denso e cuidadoso registro documental.

9 Sem ser este um artigo dedicado especificamente ao efeito cômico da fala infantil, buscou-se uma articulação entre temas afins (mencionados na chamada deste número), o humor sendo um deles.

10 Do material exposto no *painel* (organizado por Lier-De Vitto e Arantes), no *18th International Pragmatics Conference* (2023), escolhemos reapresentar o episódio (15), exemplar para mostrar uma interpretação divergente, atribuída a um segmento da cadeia sonora, de efeito perturbador naquele que conversa com a criança, marca de uma assimetria no diálogo adulto-criança.

1 Da nomeação à predicação

Abro a seção expondo um achado recebido de uma ex-aluna[11]. Contou-me que uma menina (4 anos), diante da pergunta "onde está sua mãe?", respondeu:

(**1**) Cr.: É *aquela ali. A tatuadista*.

Cedo espaço a este exemplo por duas razões que devo justificar. Ao lado da satisfação por constatar que conseguira estimular o gosto pela observação da linguagem na infância, ainda vi crescer o material que colecionava. O enunciado (1) era mais um a se somar a outros que despertaram minha atenção sobre a formação dos nomes de profissão no léxico incipiente da criança. "Tatuadista" emergiu espontaneamente, num ato de fala em que a menina apontava sua mãe, nomeando-a com uma palavra, terminada em -ista, onde seria esperado "tatuad**ora**".

Minha pesquisa já tinha atestado o que considero, nos primeiros anos de vida, um laço entre a expressão linguística e o ambiente sociocultural da criança, quando esta verbaliza aos circundantes o que quer ser quando crescer. Onde, em quais contextos? Em qual idade? A resposta que me coube encaminhar veio de material presente na fala de quem tem menos de seis anos de idade, nos contextos em que ela, a criança, exprime espontaneamente seu desejo para o futuro. Em breve síntese, dentre os dados recolhidos, encontram-se, por exemplo: um menino que, cedendo a sua admiração por seu ídolo, declara que quer ser "rockista"; por sua vez, uma menina declara que quer ser "cabeleirista"; outra, "cantadeira"; outra, ainda, "dirigidora de caminhão".

11 Ela frequentou a disciplina Fundamentos da Aquisição da Linguagem, que eu ministrara na graduação do Instituto de Estudos da Linguagem/IEL-UNICAMP, anos antes.

Primeiras manifestações do desejo infantil, ecoando uma expressão ouvida muitas vezes, no contexto da família: "quando você crescer…". Convertida em "discurso próprio", na primeira pessoa, esta vira, na boca da criança, a expressão de um querer que parte de si mesma: "quando **eu** crescer eu quero ser…". Neste ato de fala, a marca da singularidade está não só na escolha por esta ou aquela ocupação, mas na "forma linguística" com que a escolha se manifesta.

Desse modo, além do evidente elo da linguagem com a sociedade, a infância nos reserva, nas primeiras escolhas que brotam espontâneas entre meninos e meninas, achados que indicam o movimento da língua na fala da criança. Exibem o que chamei de uma "ciranda" de sufixos: deslocados de seu lugar convencional, os sufixos -ista, -eiro(a), -or(a) afloram em nomes de profissões. Peças que estão fora de lugar, *vis-à-vis* a língua do adulto: (i) -eira em lugar de -ora ("cantadeira"); (ii) -ista em lugar de -eira ("cabeleirista"); (iii) -ista em lugar de -eiro ("roquista").

Em termos do aparato saussuriano, revelam uma relação *in absentia*. "Cantadeira" (por "cantora") revela um alinhamento com "costureira", "cozinheira", "faxineira" e tantas outras. "Cabeleirista" e "roquista" exibem um alinhamento com nomes de profissão que se formam sob o modelo de "pianista", "dentista", "violonista"... Movimento assimilável à representação de um cálculo — piano : pianista :: cabelo : cabeleirista.

A convenção notacional adotada acima[12] busca traduzir, através do aparato teórico saussuriano, a evocação **latente** a uma associação que justifica "cabeleirista". Feito do qual

12 Lançamos mão da notação que traduz o movimento da quarta proporcional, operação proposta por Saussure para conferir representação à ação da analogia. Esta encerra um movimento que pode ser traduzido como: "*rock*" está para "roquista" assim como "piano" está para "pianista". Esta análise atende o produto ("roquista", "tatuadista", "cabeleirista"), assimilável à representação de um cálculo: a quarta proporcional, um traço que define a abordagem via Saussure como afeita à **literalização**.

a criança não se dá conta, capturada que é pelo movimento que põe em jogo a noção de **relação**, referente a uma ordem – ordem manifesta num produto diverso, mas numa distribuição que condiz com o lugar de um sufixo, posição onde "flutuam" (nessa distribuição morfológica) subunidades, no interior da palavra que dá nome à profissão.

O enunciado "Eu quero ser cabeleirista" (igualmente "tatuadista") pode ser tomado como indício de uma relação latente[13] que revela ali sua face "inovadora" (ou como também diríamos: "transbordante" ou "exuberante"), diferente do que seria esperado na fala adulta.

Esse movimento conta com crescente ampliação de exemplos: crianças que declaram seu desejo de ser ora "desenhora", ora "sorvetista", para acrescentar aqui mais dois exemplos de nosso conhecimento. "Desenhora" figura no diário de Al., acompanhado de um acréscimo interessante, observação da mãe-linguista (conforme se vê a seguir).

> (**2**) (Alice saudando a primavera com um desenho e expressando seu desejo profissional)
> Al. *Mãe, quando eu crescer quero ser desenhora.* (3;9.21)
> Obs: já teve contato com "pintora", "escritora", "cantora".

Veja-se agora como J. (3;11.10 de idade) nomeia aquele que desempenha a função de pintar. Volto a este exemplo (apresentado em Figueira, 2015) porque deverá ser cotejado com (3), a seguir. Vejamos primeiramente o que ouvimos de J., ao olhar um quadro na parede de sua casa. Ela pergunta ao pai: (1') J. "Quem pintou este quadro, pai? Deve ser uns pinteiros, né?".

13 Preferimos usar o termo "latente" para nomear este movimento que representa (para o observador atento) uma espécie de revelação do "tesouro da língua". Transponho aqui uma brilhante passagem de Normand (2000). Quando esta autora considera uma das criações (analógicas) das crianças, afirma: "**elle** [la création] **rend visible**, para la surprise qu'elle provoque, et qui suspend sur un point l'évidence de la parole, **le fonctionnement ordinaire dans le système**" (Normand, 2000, p. 87, grifo próprio).

Como se vê, é a própria menina quem responde, com um nome divergente da fala adulta: "pinteiros". A ocorrência, acrescentada às anteriores, permite falar de um cenário multifacetado, procedente daquele que estreia na morfologia da língua portuguesa – quadro apto, como aventamos (Figueira, 2019, 2023a), a ser descrito no interior da matriz teórica saussuriana. "Pinteiro" é mais uma instanciação de sufixação resultante de um alinhamento com "verdureiro", "jardineiro"..., decorrente da aproximação com outros signos da língua, que lhes são coexistentes, num movimento que assoma sem que J. se escute falando diferente do que seria esperado, ao dizer, sem hesitação, ao pai: "Deve ser uns pinteiros, né?".

Exploremos um pouco mais este passo, na elaboração descritiva do fenômeno. De onde vem a "força explicativa" desse movimento que não passa abertamente pela consciência? Para aplicá-la aos feitos citados, tomemos aqui uma vigorosa citação de Culler[14], aproveitada para fazê-la chegar à chamada *dança de sufixos*:

> o conceito de inconsciente é uma maneira de explicar [...] **como eles podem ser simultaneamente desconhecidos, mas estar efetivamente presentes**. **Se uma descrição de um sistema linguístico vale como uma análise de uma linguagem é porque o sistema não é algo dado imediatamente à consciência**, mas que se supõe estar presente, **sempre em ação no comportamento que ele estrutura e torna possível**. (Culler, 1979, p. 65, grifo próprio).

Na fala da criança, o movimento dos sufixos faz supô-lo latente ao resultado que ele torna visível. Dá ao pesquisador a

14 É indicado acompanhar mais amplamente a exposição de Culler, ao associar Saussure a Freud, no capítulo "O lugar das teorias de Saussure", em seu livro *As ideias de Saussure.* Considerações de como se identificam as unidades linguísticas (juízos e percepções do sujeito falante) precedem a apresentação que faz o autor das dicotomias saussurianas.

possibilidade de constatar que, naquele momento da relação da criança com a língua, o produto que sai de sua boca "toca em limites consolidados da língua" (Figueira, 2015, p. 182). Considerado em sua inscrição no **discurso**, levanta a pergunta: como recebe o ouvinte tal produto?

A pergunta abrange seja enunciado de primeira pessoa, em que a criança diz o que ela quer ser, como no enunciado (2), seja aquele em que ela nomeia, com desenvoltura, profissionais, como "tatuadista" ou "pinteiros". Chamam a atenção como são proferidos, sem hesitar, numa situação do cotidiano em que criança e adulto conversam, parceiros que são da mesma língua[15].

Quando a criança já nomeia e predica, e o faz de maneira singular, sob algum aspecto que diverge da fala adulta, apressa-se o interlocutor (adulto) a corrigi-la? Temos visto que não é o que acontece comumente, como comportamento geral. De fato, é do senso comum que os pais não ensinam a criança a falar: eles estão mais atentos ao conteúdo do que dizem os pequenos do que à correção ou à incorreção gramatical da fala de seus filhos, sensíveis às aspirações futuras dos pequenos mais do que ao "erro" na palavra.

Fica, por certo, ao pesquisador indagar-se sobre esse momento da relação da criança com a língua – espaço que dá a ver o poder heurístico que o chamado (impropriamente) "erro" encerra para o "fazer do linguista": ele nos dá acesso a desvelar uma face do "funcionamento simbólico", como dissemos, transbordante ou exuberante (Figueira, 2010), efeito da **captura** do sujeito pela língua, mostrando a língua em movimento, em produtos que soam como inovações. Esse material empírico privilegiado é condizente com a perspectiva interacionista de

15 Como é sabido, em nossa cultura, a criança é tratada como um vir a ser falante, aliás, desde bebê, já nos primeiros meses de vida.

Cláudia de Lemos, comprometida com os "aspectos singulares" da trajetória da criança com a língua. Posição abraçada em trabalhos de conclusão de orientandos de mestrado (Lima, 2009), doutorado (Vieira, 2022) e pós-doutorado (Maldonade, 2015), alinhados a uma reflexão que valoriza, na sua singular aparição, as instâncias da língua em funcionamento nos anos da infância. Não é difícil perceber o porquê dessa opção teórico-metodológica, contrária à "higienização dos dados" (Lier-De Vitto; Carvalho, 2008)[16]. Nos anos 1990, ao adotar, nos *corpora* infantis, o chamado "erro" como "dado de eleição" (Figueira, 1996), focalizamos "inovações" na morfologia nominal e verbal (Figueira, 1995), mostrando a qualidade excepcional desse material, para dar a ver a **língua** na **fala** da criança – perspectiva a que demos prosseguimento na última década e meia (ver nota 4), com a adesão, explicitamente assumida (e incluída), no movimento de "*retour à* Saussure".

Dito isso, acrescentamos um diálogo, (3) a seguir, cuja densidade contribui com elementos na discussão do que se tem sido nomeado "alteridade". Esse diálogo se desenrola entre três interlocutoras, quando duas meninas (Da. e Ve.) pedem a participação da investigadora (Inv.). Ao contrário de (1), em que o dado foi a mim relatado, o episódio (3) foi recolhido do arquivo do CEDAE por Camila Vieira. Já exposto em Figueira (2023), sua análise pede alguns desdobramentos e aqui retorna, com vistas a uma expansão.

16 O interacionismo nasce de um "esforço de teorização" inaugurado por Cláudia de Lemos, conforme exposto no artigo "O interacionismo: uma teorização sobre a aquisição da linguagem", de Lier-De Vitto e Carvalho (2008). Esse artigo conheceu recentemente, sob o mesmo título, nova publicação na Revista da ABRALIN (Lier-De Vitto; Carvalho, 2024), com acréscimos e atualizações, leitura recomendada. A repercussão das proposições originais de De Lemos alcança amplo leque de adesões. Lembramos algumas delas: discussões teóricas sobre a relação do investigador com o dado (Carvalho, 2005), ampla investigação sobre o domínio das falas sintomáticas no significativo espaço acadêmico conduzido por Lier-De Vitto e Arantes no LAEL-PUCSP. Ao lado dessas, figuram nossos trabalhos (Pereira de Castro; Figueira, 2006), no Grupo de Pesquisa em Aquisição da Linguagem/GPAL (IEL/UNICAMP).

> (**3**) Da. (3;09.10) com a investigadora e a filha da investigadora, Ve. (4;8.9). As crianças fazem pinturas.
> Da.: Tô com a mão suja. Eu tô igual/ eu tô igual um/ um pintor. (a)
> Ve.: Só que nóis somos pintora. Existe pintora. (b)
> Da.: Existe pintora, né? (c)
> Inv.: Existe. (I)
> Ve.: Existe pintora, não é? (d)
> Inv.: Claro. (II)
> Ve.: *Tem pintora marida do pintoro.* (e) (CEDAE, *corpus* de Da., 3;9.10).

Quem começa é Da., levando Ve., no turno seguinte (b), a reagir ao que sua amiga Da. dissera. Ela o faz com uma **palavra do discurso**: "só que", semanticamente próxima de "mas" – palavra que anuncia uma discordância.

Esse elemento já oferece ângulo novo sob o qual analisar (ou reanalisar) esse diálogo a três, mas é seu desfecho, impagável, que o coloca como peça privilegiada para uma discussão sobre língua e, igualmente, sobre o movimento que ocorre entre as meninas, até o turno final, que coube a Ve. O vai e vem entre as meninas conta duas vezes com a voz da investigadora: (I) e (II). Vejamos, de maneira detalhada, os passos desse diálogo – achado que tem uma aparição única, irrepetível, dentre nossos registros.

No turno (a) do diálogo, temos primeiramente a fala de Da.: "Tô com a mão suja. Eu tô igual/ eu tô igual um/ um pintor", enunciado em que a menção de Da. ao estado de sua mão é comparado ao de um "pintor". Ve. reage a essa forma masculina (como dissemos, usando uma palavra do discurso), em (b): "Só que nóis somos pintora. Existe pintora"[17]. Para Ve., caberia, então, falar "pintora". No turno seguinte, Da. pede que se confirme que existe "pintora". Quem responde afirmativamente é a investigadora (I).

17 Entre os turnos que seguem de (b) até (d), não é muito claro se está em questão a existência da profissão para mulheres, ou a designação, enquanto tal, no vocabulário da língua adulta. Ou seja: o item é usado ou mencionado?

É quando Ve., fazendo a mesma indagação (estaria hesitante?), comparece solicitando confirmação (d), que recebe da investigadora: "Claro" (II). Neste ponto, ocorre um turno de fala que transforma esse diálogo num achado excepcional, cuja análise nos ocupará a seguir.

A dúvida, que perpassava os turnos iniciais de Da. com Ve., termina na fala final de Ve., numa direção, por assim dizer, insólita. Para os ouvidos adultos, é surpreendentemente divergente: "Tem pintora marida do pintoro" (e). Nesse pronunciamento, o termo derivante, que vai dar no derivado "pintoro", é aquele que deriva do feminino "pintora". Poderíamos aventar que é o que ficara na memória recente de Ve.? Talvez, visto que ela acabara de sentenciar: "Tem pintora".

Continuemos, pois o enunciado é mais denso. Ve. emparelha (via operação analógica) os nomes de profissionais (homem e mulher), cuja profissão é pintar. Ouvimos a predicação: "Tem pintora **marida** do pintoro", ocorrência desafiante, a despertar no pesquisador uma exclamação: *Touché!*

O modo de Ve. enunciar tal relação permite "tocar com o dedo o jogo do mecanismo da língua" (expressão do CLG, capítulo "A analogia", Saussure, [1916]/1971, p. 192), tomando-a a proveito do que ocorre na trajetória dessa criança com a língua. A fala de Ve. encerra uma expressão duas vezes inovadora[18]: inovadora ao que é esperado *vis-à-vis* o léxico adulto ("pintoro" em lugar de "pintor") e inovadora na opção por "marida" (em lugar de "mulher").

É desses movimentos que se nutre a pesquisa sobre um estado movente de língua (o da infância). Leva-nos a reconhecer, desde que assumimos o "erro" como dado de eleição, que este

18 Usamos "inovadora" em vez de "errada".

encerra valor heurístico, isto é, de descoberta. Descoberta afeita aos meandros de um processo, em que relações são tecidas na trama da **língua**, trama que paira em produtos que escapam aos **consolidados do léxico adulto**. Com efeito, no vocabulário do adulto, em lugar de "marida", seria esperado "mulher". E este não é o único feito de língua em (e). Resumindo: o turno final de Ve. mostra uma nova roupagem morfológica, intrigante para os ouvidos adultos, pois carregou a designação (de profissão) do feminino ("pintora") para o masculino ("pintoro"). Ve., em que pese o efeito cômico de sua enunciação, não o fez para fazer graça: ela chegou a essa forma – como dissemos – numa inversão do que é a base derivante[19].

O diálogo (3) exibe a busca pelo nome a se aplicar a uma criança que brinca de pintar, o que termina por revelar Ve., em posição de captura pela língua, à mercê de um movimento em que assistimos – acrescentemos agora – o que é, na teorização de De Lemos (2002), chamado de "segunda posição". O enunciado final abriga duas variações: "pintoro" e "marida", em que é possível enxergar, a partir da relação com outros itens **que flutuam latentes na ordem da língua**, produtos que, na **fala** (*parole*), assinalam ao pesquisador o **valor** atribuído a itens na trajetória da criança com a **língua materna**.

A palavra "valor", usada acima, é empregada com o sentido que tem na matriz teórica saussuriana. Às ocorrências divergentes, credita-se um valor, cujo funcionamento no diálogo, passando pelo sujeito falante em sua relação com a língua, é interpretável à luz da matriz teórica de F. de Saussure (e É. Benveniste) como inspiração para a abordagem de sua singularidade.

19 Como um gracejo, em fala descontraída entre personagens da Globo (21h, maio de 2025) escutei a personagem (designada como "princesa") chamar seu companheiro de "princeso": tratamento afetivo ou irônico? Ou seria certa graça ingênua, aproveitada pelo roteirista? A meu ver, a condição de Ve. em "marida" é distinta daquela do adulto que faz um gracejo, uma brincadeira com a contraparte masculina do par "princesa-*príncipe*".

Uma palavra agora sobre o **ato de fala** de Ve. em (e). Sua fala é aberta e claramente **assertiva**, sem sombra de hesitação. Onde seria esperado "mulher", compondo um par relacional ("marido-mulher") do uso convencional dos falantes do português – descrito (na teoria lexical) como supletivo –, surge "marida". O pesquisador recebe a peça, enquanto reveladora do **sistema**, que jaz por detrás: em "marida", emerge um produto que se alinha a tantos outros, morfologicamente produtivos, à semelhança, ou ao modelo de "primo-prima", "filho-filha", "tio-tia"... As criações, cuja bizarrice pode surpreender, não são carentes de interpretação.

Aprendemos com Normand (2001/2015)[20] que a criação eventual de uma palavra, em emprego inesperado, não fica, por conta disso, sem explicação no quadro de "*retour à* Saussure". Escreve a autora: quando de um emprego esquisito ou inesperado, aquilo que se ouve "é primeiramente escutado por quem tem uma terceira orelha um pouco mais sensível" (Normand, 2015, p. 107), um convite a "*démarrer l'analyse*" (reponho aqui a expressão usada por Normand, traduzida como "começar a análise"). Iniciar a análise é bem o caminho que se abre ao pesquisador da aquisição de linguagem, quando instigado a deslindar o que encerra a enunciação infantil: "Tem pintora marida do pintoro".

Sua análise convoca o que se lê no capítulo "Rapports syntagmatiques et rapports associatifs", a saber: "les termes d'une famille associative ne se présentent ni en nombre défini **ni dans un ordre déterminé**" (Saussure, 1989, p. 174, grifo

20 O efeito curioso, até mesmo insólito, de ocorrências como (6), deixa ao linguista a tarefa de jogar luz sobre o feito linguístico que expõe o mecanismo de que procede tal produto divergente. Normand (2015), quando se atém, no artigo "Alguns efeitos da teoria saussuriana sobre uma descrição semântica", a um enunciado de efeito trocadilhesco, busca deslindar o sentido determinado por uma das virtualidades no emprego de uma cadeia linguística interpretável via apelo à teoria saussuriana (Figueira, 2020).

próprio). “Pintoro”, na fala de Ve., nos dá testemunho de uma inversão na ordem da marca gramatical de gênero: do feminino, derivou-se o masculino, “pintoro”, ocasionalmente formado a partir de uma ordem não esperada.

“Não esperada” significaria “rara”? “Incomum”? Às vezes, sim. Aimard (1975), atenta ao universo dos pequenos na sua trajetória com a língua francesa, documentou achados num livro a que deu o título *Les jeux de mots de l’enfant*, material condizente com nossa pesquisa. Sobre o cenário em que emergem as criações por ela documentadas, afirma que a maioria delas é efêmera, acrescentando que os efeitos de uma ocorrência divergente podem variar, a depender de “l’attitude de l’entourage”:

> en mettant à part quelques créations particulièrement heureuses ou maniables qui ont eu quelques mois de vie, **la plupart n’ont été utilisées qu’une fois**. Le devenir d’une création dépend essentiellement de l’attitude de l’entourage. Il arrive que le mot créé par l’enfant fasse rire, qu’on le trouve « joli », les proches peuvent manifester leur intérêt, leur amusement, leur approbation, voire raconter aux parents et amis le « le bon mot » de l’enfant ; ils peuvent même l’adopter et l’employer à leur tour avec plaisir. (Aimard, 1975, p. 163, grifo próprio).

Os efeitos podem ser variados para tais criações[21], mas o material detém um aproveitamento indiscutível no interior de uma teorização na qual comparecem, como aspectos relevantes, além da relação com o outro, a **relação com a língua**.

21 Ver Gisele A. de Lima (2009) em *A fala da criança e seus efeitos no adulto interlocutor.*

2 Além dos nomes de profissão, o que o léxico da criança nos reserva?

Mostramos um segmento do léxico, aberto à variação morfológica, nos nomes de profissão. Há, contudo, empregos que concernem à expressão de quem faz algo sem ser a título de profissão. Trata-se de observar, agora, curto episódio de J., em contexto bem definido, em que a menina, na cozinha, acompanhando o cheiro de onde ele vinha e para onde ia, movimentava-se graciosamente, deslocando-se para aspirar o cheiro de um alimento. Ela se autonomeia através de um sintagma complexo, falando de si: "Eu sou seguidor de cheiro" (J, 4;6.20). Oportunidade para introduzir a contribuição benvenistiana, que distingue *nom d'agent* (= nome de profissão) de *nom d'action* (nome de ação) (Benveniste, [1948]/1993).

O primeiro nomeia o profissional (pintor, costureira, alfaiate, arquiteto etc.); o segundo – de que "seguidor de cheiro" é um exemplo – expressa uma **ação** presente, improvisada para nomear o que a menina estava a fazer naquele momento – uma predicação original, talvez nunca antes ouvida. Ela cai nos ouvidos do adulto como familiar (Figueira, 2018, p. 17). À sua sensibilidade linguística (ou ao que Saussure chamou de "sentimento linguístico"), soa como uma expressão da língua, adequada para exprimir o que J. fazia.

Para tratar desse achado, além de Benveniste, de quem extraímos a designação "nome de ação", avançamos na descrição, inspirando-nos livremente em Ducrot (1975), ao propor a designação "ato de predicação original"[22]. O sujeito (da enunciação) **não** faz uso de uma predicação já cristalizada,

22 Tomo emprestada livremente a designação de Ducrot (1975), extraída do artigo "Je trouve que".

corrente no uso da comunidade falante, e, se ele chega a uma denominação para referir-se a uma ação num ato que **está a praticar**, expressão de ação contingente, esta é referida ao mesmo tempo – tempo presente da enunciação e do enunciado – em que é efetivada, numa expressão improvisada.

Notemos que a palavra "improvisação" está no léxico saussuriano e recobre o universo de inovações. Sua manifestação, no vocabulário da criança, é associada a uma ordem da qual ela já se mostra cativa: a da língua portuguesa, que forma expressões como "entregador de pão", "vendedor de fruta", "colecionador de prêmios", "passeador de cães"... e tantas outras[23].

Mas a pesquisa sobre agentividade não se encerra aqui. Quando se trata de buscar um cenário mais amplo, o pesquisador avança numa outra direção, em busca de recobrir "matizes da agentividade". A noção de "agente" não se esgota no estudo da denominação, via **palavra** ou **sintagma**: ela se inscreve na estrutura da **sentença**, exibindo aspectos relevantes da situação daqueles que participam de uma cena enunciativa, em que um evento pode receber diferentes recortes. Vamos expor, na próxima seção, aspectos de uma pesquisa concluída, sempre revisitada quando a noção de "alteridade" está em jogo.

23 A posição do sujeito numa estrutura, tópico relevante no estudo da aquisição da língua materna, convoca a noção de "sentimento linguístico", cara a Saussure. No contexto dos gramáticos brasileiros – convém notar –, esta não passou ignorada. Bechara (1962) é quem nos apresenta, em artigo sobre Said Ali, uma passagem da Gramática Histórica desse gramático, na qual o autor, ao focalizar certas expressões, apela para o "sentimento linguístico" vigente num "estado de língua" sincrônico. Limito-me a reproduzir a passagem das lições de S. Ali, em que a perspectiva sincrônica é assumida pelo autor. Nas palavras de Bechara (1962, p. 20): "Momentos houve em que Said Ali teve de ressaltar que o sentimento linguístico da época era mais importante e decisivo para o gramático do que a lição da história". Prossegue, situando o lugar da morfologia como sendo o *lócus* desta descoberta.

3 Agentividade na cadeia causal: no manejo discursivo, uma diversidade de recortes

A noção de "agente" integra uma noção complexa, a de "causatividade", cuja pesquisa coloca para o linguista questões de língua e de discurso. Encontrei nesse tema espaço para discutir, a partir da tese de doutorado (Figueira, 1985, inédita), como as crianças recortam eventos cujos efeitos podem ser alvo de responsabilização.

Firmemos inicialmente alguns pontos: uma cadeia causal encerra um evento que confere expressão a quem fez, o quê, a quem e com qual resultado. Dirigido a um fim, encerra um efeito resultante, mudança de estado ou de lugar (de coisa ou de pessoa). No material empírico reunido, o pesquisador se defronta com cenas que reclamam contemplar, amplamente, no manejo do discurso, a noção de "agentividade". O gesto de apontar o responsável por efeito resultante de uma ação – importa dizer – não pode ser ignorado num artigo voltado à alteridade. Inclui considerar aquilo que, no diálogo entre duas pessoas, cada uma espera da outra com a qual interage.

Assim, ao lado dos aspectos gramaticais de recortes causais (transitividade, telicidade, alternância da diátese verbal), interessam os aspectos discursivamente marcados por um ponto de vista: o de quem enuncia (a criança). Quando esta fala com um adulto sobre evento em que está envolvida, nossos registros documentais atestam excertos em que a noção de "agente" comparece, atravessada, muitas vezes, por culpa ou mérito (Figueira, 2019)[24].

24 Hipótese primeiramente explorada no capítulo 3 da tese e, depois, em artigo de 1986 ("Agente e culpado: dois papéis que se recobrem na aquisição da construção fazer +V").

Masayoshi Shibatani investigou, na década de 1970, **modos de causação**, dentre os quais o direto e o indireto, o manipulativo e o não manipulativo (Shibatani, [1973]/1975). Num livro mais recente (*The Grammar of Causation and Interpersonal Manipulation*, de 2002), o autor assina, com Prashant Pardeshi, um estudo em que consideram o que chamam de "*interplay* entre adulto e criança no contexto da família" (Shibatani; Pardeshi, 2002, p. 100-101), descrevendo três tipos de "sociative construction: (i) joint-action, (ii) assistive and (iii) supervision".

Considerando a proposta atual desses autores, frente à amostra recolhida, predominantemente, do *corpus* longitudinal de J. (dados de diário, entre 2 e 5 anos), chegamos à conclusão (Figueira, 2022) de que a formulação dos autores avança, mas se mostra limitada para dar conta da gama mais variada do funcionamento **discursivo**, quando se tem em mente incorporar na descrição o material ampliado de que dispomos, no qual eventos causais solicitam apoio na teoria da argumentação na língua (Ducrot, 1987; Vogt, 1989), no modo como a criança recorta os eventos nos quais possa estar implicada.

São múltiplas as mudanças, no contexto familiar, que envolvem a criança e seu interlocutor privilegiado (um adulto da família), no cenário doméstico. Mudanças não ocorrem somente sobre objetos manipulados pela criança (copo que cai, vaso que quebra, vestido que estraga...); ocorrem também nas condições do falante: criança que chora, criança que aprende uma canção e se envaidece disso, que fica emburrada, que se emociona... Colocando o olhar sobre o que a criança percebe como relevante no contato com um membro da família (seja quem lhe presta ajuda ou a ensina a fazer algo), cada um desses ingredientes se mostra relevante quando buscamos

descrever os **atos de fala** proferidos pela criança em cada situação retratada, na qual há um efeito resultante de uma ação[25]. Daí testemunharmos uma diversidade de atos de fala, que nos levou a uma reflexão dirigida mais apropriadamente a captar "nuances" (ou "matizes") da agentividade.

Em breve resumo, os dados elencados trouxeram evidências para atestar que a língua(gem) do cotidiano infantil contempla recortes capazes de recobrir a autoria de uma ação resultativa, que poderá ser: (i) assumida, (ii) dividida com outrem, (iii) recusada ou (iv) apagada. Nesse último caso, observa-se o recuo à menção do puro resultado de uma cadeia causal.

Minha pesquisa explorou, com riqueza de exemplos, as situações (i), (ii), (iii) e (iv), material disponível ao leitor em Figueira (2022), para conhecimento dos excertos que permitem caracterizar cada um desses recortes[26]. Por limitação de espaço, trazemos, para esta seção, um episódio dos 3;2.2 de idade de J., que começa de maneira intrigante. A menina se aproxima da mãe e, sem que esta lhe pergunte nada, vai logo dizendo: J_1. "Seu batom sumiu".

(**4**) (subitamente J. se aproxima da mãe e declara)
J_1. Seu batom sumiu.
M. (não diz nada; J. prossegue)
J_2. Eu levou/levei pá/pá jogá fora.
M. Jogar? Onde?
J_3. Jogá no lixo. (3;2.2)

A referência ao batom da mãe é feita enquanto puro estado de coisas ("seu batom sumiu"), sem dizer quem é o responsável

25 Fala-se da propriedade télica para verbos que encerram o resultado de uma ação modificadora. Se o resultado é negativo, naquele contexto ("quebrou", "machucou" e tantos outros), é comum que se busque o responsável, ou, para usar palavra mais corriqueira, o culpado. Se não pode ser explicitamente nomeado quem a fez, é sempre no curso de diálogo que se observa como possiblidade: obscurecer/ocultar o agente.

26 Pesquisa concluída em data recente poderá ser consultada para ampliação dos exemplos, aqui limitados a (4) e (5), por uma questão de espaço.

pelo sumiço. A mãe, na cena, se limitara a ouvir a criança e não perguntara nada. Surge, então, no turno seguinte da menina, $J_{2.}$, um enunciado hesitante quanto à marca de pessoa: "Eu lev**ou**/ lev**ei** pá/pá jogá fora". O verbo comparece primeiro na terceira pessoa, imediatamente seguido pela primeira pessoa. É só depois de ouvir esta frase que a mãe (a dona do batom) se pronuncia: "Jogar? Onde?". Ela ouve, então, a resposta do ato realizado: J_3. "Jogá no lixo".

Chega-se à confissão do ato, do qual procedia o efeito relatado: confissão de um malfeito, que começou com o apagamento do agente, logo na primeira fala de J. Diríamos que **a alteridade padece destes recuos** – ou, se melhor, **joga nesses contextos**, quando, numa interação, se está diante de um feito embaraçoso. No exemplo (4), a menina caminhou, até certo ponto, na direção de ocultar sua participação no evento, mas não pode finalmente ignorá-la.

No horizonte da investigação que levamos adiante, aposta-se na necessidade de associar, ao tratamento semântico, a abordagem de certa **deontologia**. Esta exerce sobre o falante uma pressão para dizer o que se espera, do outro lado do diálogo, ouvir. Uma noção ampla de **sentido** deverá incluir quem é o alocutário do ato de fala da criança e de que maneira ele é visto (leia-se "representado") por ela (Vogt, 1989).

Uma parte expressiva do material examinado no artigo "Os matizes da agentividade nos nichos domésticos: focalizando a linguagem da criança entre 2;3 a 5 anos de idade" (Figueira, 2022) recaiu sobre as **relações** entre criança e adulto. No momento da enunciação, o "jogo de representações" entre o falante e o ouvinte contribui para o recorte final sobre o evento a ser comunicado, conforme acabamos de ver.

O exemplário para cobrir as "vicissitudes da alteridade" é muito amplo. Reiteramos o convite para consultar a publicação, na qual é possível, ao passar por exemplos de (i) a (iv), conhecer achados curiosos, outros instigantes, nos modos de recortar algo que se passou com a criança, seja num passado recente, seja algo que está em curso, no presente da enunciação. Pode-se mascarar o agente de uma ação ou pode-se deixá-lo bem a descoberto. A inclinação para um ou outro recorte depende de cada situação observada. Se se trata de dar expressão a um feito em que a criança reconhece seu próprio mérito (individual ou, mesmo, mérito compartilhado), seu sentimento quanto ao efeito positivo conduz a uma enunciação aberta e claramente assumida junto a seu alocutário. Acrescentamos um exemplo desse último caso: um episódio de ação compartilhada entre coetâneos, cuja finalização realça os méritos da execução (completa), garantindo, com isso, aprovação materna.

J., aos 3;9.3 de idade, procura a mãe para dar uma boa notícia: uma ação cuja responsabilidade fora dividida com a irmã. Depois de terem se entretido numa brincadeira de "fazer comidinha" no meio da sala, espalhando alimentos e objetos, a mais nova se adianta para a mãe para assumir o que fizeram:

(**5**) J. *Nós fimos* [= fizemos] *e limpamos.* (3;9.3)

Assim elaborada, sua enunciação suspende qualquer possível reprimenda materna: a menina e sua irmã se garantem com uma enunciação em que se declina o ato: "nós fimos" (= "fizemos"), seguido da providencial referência à ação seguinte: "e limpamos".

A esse misto de "relato-justificativa", associa-se o efeito perlocucional de tornar a continuação do diálogo sem efeito

para qualquer exigência, por parte de M. J. não deixa espaço para uma "bronca" materna: "nós fimos e limpamos" anula ou esvazia a cobrança de remover a bagunça na sala. Eis como, no seio desse diálogo entre familiares, o discurso aponta para certa "direção", aspecto que encontra abrigo numa proposta voltada à teoria da argumentação na língua (Ducrot, 1987; Vogt, 1989).

Fica para o leitor a oportunidade de acrescentar seus próprios registros, num domínio sempre aberto a novas contribuições[27]. Nas duas próximas seções, continuamos nos valendo de enunciados extraídos do diário de J.

4 Um diálogo de J. expõe a homonímia

Ingressamos num tópico no qual a dinâmica do discurso abre o palco para o fenômeno da homonímia, tema a ser retomado mais ao final do artigo, quando apresentaremos uma outra ocorrência de potencial homonímico – exemplo privilegiado para comentários adicionais sobre o funcionamento simbólico na infância.

Primeiramente, fiquemos com o que acontece numa cena corriqueira: M. (a mãe) conversa com a filha mais velha (A.), mostrando a ela a gravura de uma cobra com a boca aberta e a língua de fora. Note-se que M. fala com A., a quem se dirige para dizer: "A cobra tem a língua comprida".

27 Dispomos de um material primoroso acerca da flexibilidade do papel assumido por Al., 2;9.18 de idade, num contexto íntimo.
M.: Alice, você me disse hoje que é uma princesa. É verdade?
Al.: É, eu sô p(r)incesa! (a)
M.: Então, sabia que princesa faz o cocô no penico?
Al.: *Ah é?... Ah... então eu sô a b(r)uxa malvada!* (b) (retomado de Figueira, 2019, p. 123-124).
O diálogo, habilmente iniciado pela mãe: "Alice, você me disse hoje que é uma princesa. É verdade?", leva a menina a declarar: "É, eu sô p(r)incesa!" (a). Resposta aproveitada pela mãe: "Então, sabia que princesa faz o cocô no penico?", que levaria Al. a aderir a uma mudança de comportamento, não fosse a rápida virada de posição da menina: "Ah... então eu sô a b(r)uxa malvada" – ato de fala eloquente, contendo o operador argumentativo "então". Veja-se que é o mesmo que fora empregado pela mãe, mas, no caso de (b), a proveito da própria vontade e interesse da garota. Como efeito, resta a surpresa e o desconcerto de M.!

> (**6**) (em cena estão a mãe (M.) e as duas filhas. M tem nas mãos um livro, aberto numa página. Mostra à filha mais velha (A., 7 anos de idade) a gravura de uma cobra com a língua de fora; diz a esta)
> M. A cobra tem a língua comprida.
> (a irmã mais nova, 3;8.22 de idade, que estava por perto, de pronto pergunta)
> J. *Que língua que a cobra fala?* (3;8.22)

Uma surpresa: de fora da interação, J., a mais nova das irmãs, põe-se como interessada na conversa, desviando a atenção materna para si, ao indagar: "Que língua que a cobra fala?".

A pergunta surpreende: primeiro porque o enunciado pressupõe que cobras falam. Na pergunta de J., isso é dado como suposto (ou, falando tecnicamente, pressuposto): o que ela quer saber é **qual** língua falam as cobras, e não **se** elas falam.

Concedamos que não é difícil de entender a razão do rumo dado por J. ao que escutara: os bichos falam em histórias infantis. J. reagiu a **língua$_2$** (idioma), embora naquele cenário, no desenho exibido à irmã, o foco estivesse sobre – digamos – a **língua$_1$** (órgão da boca). Estamos usando aqui índices de um dicionário que remetem ao fenômeno da homonímia[28].

À questão da homonímia, já exposta em outras publicações[29], soma-se aqui o interesse pelo conceito de **pressuposição**. Numa utilização (mais convincente quanto à escolha de exemplos), sabe-se que Ducrot, na apresentação dessa noção, datada de 1972 (trad. bras. 1977), chega a assinalar o valor "jurídico" do pressuposto, qual seja: o de fazer o outro aceitar certo conteúdo como fora de contestação. O exemplo citado pelo autor, no capítulo "L'acte de présupposer", recai sobre um ato particular

28 Consideremos uma palavra homônima: "bolsa". "Bolsa" pode significar "saco para guardar objetos", mas também "ajuda para cobrir despesas". No contexto de uma família cuja mãe ou pai é pesquisador(a), o derivado "bolsista" foi ouvido, da parte do filho, com o único sentido que lhe ocorreu: o de uma pessoa que porta um saco onde carrega coisas. Fato recebido, no meio familiar, com risos. Vicissitudes da homonímia.

29 Ver, por exemplo, Figueira (2023a).

de fala, no cenário de um interrogatório policial, em que aquele que ali representa a lei (um inspetor) tem diante de si um suspeito de crime e opta por começar perguntando: "onde você colocou o corpo da sua mulher?", dando por aceite que o interrogado matou sua mulher. Coube a Ducrot ([1972]/1977), no longo e detalhado capítulo, incluir esse exemplo de que pressuposições possam ser usadas, digamos, como armadilhas da enunciação. Com efeito, naquele interrogatório, "uma de suas 'habilidades' consiste em colocar perguntas que pressuponham o que se quer fazer confessar" (Ducrot [1972]/1977, p. 106). Poderia o interrogado reagir rejeitando tal pressuposto, e isso seria, para Ducrot, instalar o que chamou de "discurso polêmico"[30].

Completemos agora a análise de (6), atentando à sua condição de achado peculiar. Na pergunta de J. ("Que língua que a cobra fala?"), há, de fato, um pressuposto, porém sem se revestir de armadilha verbal – apenas uma evidência de que J. parte do fato de que, dado que bichos falam, sua curiosidade reside em saber qual língua a cobra fala.

Para quem observa a cena, a indagação de J. desperta o interesse em conhecer, nesta altura, aquilo que J. sabe acerca do mundo que a cerca, o que inclui sondar o imaginário infantil sobre bichos. Mostra, ademais, a sensibilidade da pequena ao outro sentido da mesma palavra, que não lhe seria estranho: uma palavra pode significar duas coisas. Bichos, como cobra, têm $língua_1$ e $língua_2$.

Ora, se (6) permite reservar um espaço para discutir uma particularidade no funcionamento do léxico infantil, qual é, por

30 No contexto doméstico, registram-se discordâncias para as quais seria adequado falar numa relação (dialógica) em que o outro comparece em desacordo com o desejo da criança. Tal seria o caso se J. lançasse à mãe um pedido numa hora que contraria os hábitos da casa, por exemplo: "Qual sorvete vai me dar agora: morango ou chocolate?". Poderia receber a resposta: "Agora não, só depois da janta, como sobremesa". Cairia por terra o desejo infantil, que não encontrou acolhida, ao formular a criança o pedido como o fez, tendente a obter resposta favorável ao pedido de tomar sorvete fora de hora.

sua vez, o efeito da pergunta de J. no polo da interlocutora? Se tal pergunta causa espanto ou riso, leva o pesquisador a sondar se havia alguma evidência de que, no ponto de partida daquele diálogo, J. dava indícios de uma alteração de voz, ou gestos, a sugerirem uma mudança de posição na direção de produzir o riso. Naquela cena, sua pergunta indicava que ela falava de modo sério. Ela queria saber qual a língua falada pelas cobras. O tema da homonímia voltará a propósito de um episódio (15), adiante, tão ou mais intrigante do que (6).

5 Enunciados autorreferenciais: em destaque a primeira pessoa

Para continuar com J., segue agora outro feito discursivamente bem interessante, que recai sobre um atributo que lhe é endereçado pela mãe. Esse feito comparece aos 3;5.26 de idade, numa sequência em que a mãe intercepta a saída da garota, que escapava do jardim para a rua. Ela o faz chamando-a de "baixinha" (M. "Vem cá, baixinha!"). J. prontamente responde, numa enunciação em que ela rebate o que ouviu, dirigindo-se à mãe:

(7) J. *Eu não sou baixinha. Eu sou eu*. (3;5.26)

Voltamos, assim, a falar de ocorrências autorreferenciais. Elas não se esgotam nas instanciações de "o-que-vou-ser-quando-crescer". Em situações de uma premência discursiva, como (7), a criança toma a palavra, contestando como foi chamada – peça incorporada a este estudo, como ilustração inegável da reação da menina ao modo como foi referida.

Assinalo a excepcionalidade do episódio, particularmente rico para observar língua e discurso. Proferido em dois lances,

sintaticamente encadeados numa só tomada de turno – (i) "Eu não sou baixinha não", (ii) "Eu sou eu" –, (7) encerra uma réplica. No primeiro segmento, rejeita a denominação que lhe fora atribuída pela mãe; no segundo, acrescenta, em tom abertamente assertivo: "Eu sou eu". Reitera, com isso, seu lugar de quem toma a palavra para arrematar, em tom que não admite contestação, seu lugar de **enunciação**, pessoal e intransferível. A incidência de "eu" em duas posições gramaticais só vem reafirmar um dizer que não se curva a uma designação que não lhe cabe. Uma descrição nos moldes da gramática poderia dizer que o pronome "eu" ocorre como sujeito e como predicativo do sujeito, mas não reconheceria o mais importante dessa cena: o valor inegável da não aceitação da predicação atribuída.

Tal predicação mobiliza considerações acerca dos efeitos que produzem no adulto interlocutor, a surpresa sendo um deles. O pronome "eu" surge três vezes, irrefutável como marca da insatisfação (quase revolta) da criança. Uma coisa é certa: não é da recusa em ser barrada, na sua intenção de sair portão afora, aquilo de que J. se ressente. Seu "sentimento contrariado" reside em ser chamada de "baixinha", designação firmemente rejeitada.

Menos veemente, mas igualmente para marcar um desacordo, encontro no diário de Al. o seguinte diálogo, em que esta menina apõe, ao elogio (metafórico) que procede da mãe, seu **nome próprio**. A partir da anotação, consta que a resposta foi recebida com risos:

> (**8**) (Depois de um passeio com a vovó, Al. traz uma florzinha para a mamãe)
> M. Pra mim? Obrigada, filha! Você é que é uma flor!
> Al. Não! Eu sou a Alice! [rsrsrs] (5;5.18)

6 Sobre o nome próprio e o nome comum. Reunindo achados de (e)feitos marcantes

Os nomes próprios absorvem a atenção dos estudiosos, na medida em que "tendem a ser os pontos de apoio da referência a particulares" (Strawson, 2019, p. 81); dentre particulares, destacam-se os nomes de pessoas e lugares. Nesta seção, trazemos material que procede da consulta a três registros envolvendo nomes de pessoa.

Há pouco passamos pela homonímia, sede de questões interessantes para perscrutar os caminhos que assumem, na história da trajetória da criança com a língua materna, seu encontro com palavras de significados diferentes, mas de mesma identidade material. Dentre os registros do francês-língua materna, encontrei dois dados valiosos para incluir o nome próprio no domínio da homonímia. Comecemos com (9), diálogo cuja cena nos oferece material a fim de atestar uma mudança de posição do sujeito na direção do humor.

Como se sabe, ocorrências tendentes à ironia ou mesmo ditos espirituosos constituem um tópico que interessa aos que estudam a trajetória da criança pela língua materna (Del Ré; Dodane; Morgenstern, 2019). Indaga-se em que idade surgem os primeiros sinais de uma tirada cômica por parte da criança. Vamos comentar inicialmente, do livro de Bonnet e Tamine-Gardes (1984), *Quand l'enfant parle du langage*[31], o episódio de uma menina de seis anos.

> (**9**) (V. D., 6 ans)
> (pour plaisanter)
> Valérie D. *Moi je ne sais pourquoi tu t'appelles Madame Bonnet… tu mets jamais de bonnet … eh ! Madame Bonnet sans bonnet* ! (Bonnet; Tamine-Gardes, 1984, p. 91).

31 Não traduzimos, pois corre-se o risco de, na transposição para o português, eliminar o fato linguístico presente naquela ocorrência.

Divisamos em (9) o momento em que a menina se descobre diante do nome de sua interlocutora: Mme. *Bonnet*. Isso lhe traz à lembrança outro nome (*bonnet*), que se aplica a um objeto do mundo físico, peça do vestuário ("boné", em português). Alinhados, recortados pelo mesmo significante.

Nas palavras da menina, notemos primeiramente seu sentimento de "uma inadequação": *Moi je ne sais pourquoi tu t'appelles Madame Bonnet* – turno de fala encabeçado pela primeira pessoa do discurso, nas suas duas formas: *moi* e *je.* V. D. reage ao que a identidade sonora lhe sugere como uma coisa estranha (e engraçada..., completemos): *Bonnet/bonnet.* Nesta altura, tal descoberta desperta na menina algo capaz de levá-la a uma enunciação zombeteira. Assim, após pausa breve (ver a marca, nas reticências), a menina diz: … *tu mets jamais de bonnet*… Valérie conclui, então, com uma interjeição, disparando o gracejo: *eh! Madame Bonnet est sans bonnet*!

Tal manifestação levou sua interlocutora (e pesquisadora) a transcrever o episódio como uma *plaisanterie* (port. "brincadeira"). Na transcrição do contexto, veja-se a marca do ato de fala da menina, interpretado como ["pour plaisanter"].

Resumindo: a cena mostra que, ao descobrir que aquela a quem chama de *Mme. Bonnet* carrega o mesmo nome que se dá ao boné, a menina ri desse achado, seu tom de ato de fala terminando jocoso: *eh! Madame Bonnet sans bonnet!* O dito espirituoso repousa na homonímia entre nome próprio e nome comum, mostrando que Valérie D. se diverte com o achado. Provavelmente, junto com ela, sua interlocutora, grata pelo dado.

A questão que normalmente se coloca no cenário de muitos diálogos com **potencial** cômico é avaliar quem ri e do que se ri (Figueira, 2023b). Neste ponto, convém acrescentar (10) e, adiante, também (11). Recorremos primeiramente a (10), excerto

de outra menina, também chamada Valérie, sujeito de Aimard (1975). No livro *Les jeux de mots de l'enfant*, eis o registro que encontramos: quando a menina ouve na televisão falar de *Monsieur Paquet*, ela prontamente pergunta:

> (**10**) V. *c'est un Monsieur qui porte des paquets?* (Aimard, 1975, p. 38).

V. associa ao nome daquele senhor (*Paquet*) o nome comum *paquet*, num dito registrado aos 4;1 da menina, tocada pela identidade sonora de *paquet* com *Paquet*. Embora sua pergunta favoreça o espaço para tirar proveito dessa associação para fins de um dito brincalhão (fr. *plaisanterie*), foi V. D. (no episódio registrado por *Bonnet*) quem levou mais adiante a oportunidade para uma tirada espirituosa, por estar em frente daquela pessoa que é nomeada com o nome de um objeto.

Ampliemos agora a discussão através de (11), episódio que me chegou da colaboração de uma aluna, de quem ouvi o seguinte relato[32]: um garoto recebeu de sua avó a instrução de que deveria cumprimentar uma menininha recém-chegada. O netinho ouvira da avó a recomendação "Fala oi p(r)á Sarinha" e atendeu ao pedido como pôde. A cena teve um desfecho insólito, digno de virar anedota. Vejamos qual:

> (**11**) (a avó de um garoto pede a ele que cumprimente Sarinha, uma menina)
> Ad. Fala oi prá Sarinha.
> Cr. *Oi, passarinha!* (4 anos)

Ao se dirigir à menininha com "Oi, passarinha!", a saudação do garoto levou à gargalhada todos que assistiam à

32 Muitos episódios cômicos da infância vão parar no anedotário familiar, registro que às vezes chega ao linguista, como aconteceu com (11), colaboração de Leila Besinoto, do mestrado de Cáceres, a quem agradeço. Outros, de minha própria recolha, elenquei numa publicação nomeada "Dados Anedóticos quando a fala da criança provoca o riso... humor e aquisição da linguagem" (Figueira, 2001).

cena. A escuta do *continuum* sonoro, por parte do garoto, fora alvo de outra interpretação. Ao linguista interessa assinalar tal acontecimento, que repousa sobre outra delimitação de unidades da cadeia sonora ouvida. O que ele recortou da massa sonora foi "passarinha" e não "p(r)á Sarinha". Pode-se adiantar que entrou em jogo, na sua escuta (e em outras que o leitor não terá dificuldades em encontrar em seu estoque de dados anedóticos), nada menos do que o "potencial homonímico" da cadeia sonora, em apreensão contingencial, por parte da criança. Um feito de efeito engraçado[33], do qual não desfrutou o menino. Todos riem, mas ao garoto passa desconhecida a graça que emana de sua fala.

O que mais temos para incluir, quando se instala um recorte divergente sobre a pauta sonora de uma palavra? Voltemos a um exemplo do cenário do francês-língua materna.

7 A palavra e sua estrutura: lá onde a língua pulsa em remotivação semântica

"Casa" (em francês, *maison*) desponta cedo no léxico da criança. Se é pequena, seria referida como *maisonnette*, analisável como *maison* + *-ette*.

Conforme nos conta Béguelin (1993), recorrendo a um achado de uma criança de 6 anos (registro de Bonnet), *maisonnette* foi glosado como:

(**12**) une *maison où il y a une sonnette* (Bonnet, 1986, p. 50).

Este feito mereceu, da parte de Béguelin (1993, p. 10), uma interpretação válida no quadro de uma discussão sobre

33 Em Freud, no livro *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, encontramos propriamente o tratamento dado ao que é "chiste". Um dos exemplos alistados nessa obra incide sobre o nome próprio *Léopold*, proferido *Cléopold*, em situação em que se fazia alusão à amante de Leopold, chamada Cléo, achado que tende à zombaria, por nós destacado em outro lugar (Figueira, 2020).

motivation e *remotivation des signes linguistiques* – fenômeno assemelhado à etimologia popular. A autora o toma como evidência capaz de mostrar "la mise en œuvre par les locuteurs", de um segmento que, no corpo da palavra, torna-se *porteur de sens*[34]. Na estrutura da palavra, ganhou saliência semântica o segmento sonoro *sonnette*.

Não sabemos se a pequena foi corrigida ou não. De nossa parte, contentamo-nos em dizer que o achado revela uma escuta divergente sobre o *continuum* sonoro, adequada àquilo que ocorre à criança oferecer como "leitura", ou melhor, como interpretação do que lhe chega aos ouvidos.

Para exemplo da trajetória da criança com o português-língua materna, encaminhamos apenas uma ocorrência: "chutebol" (designação da criança para "futebol"). Parte da palavra torna-se, no seu *quantum* de matéria fônica disponível, *porteur de sens*. Poderíamos dizer, usando expressão retirada do CLG, que um sentido "se insufla numa matéria dada e a vivifica" (Saussure, [1916]/1971, p. 101) – presentificada numa ocorrência que melhor condiz com uma relação associativa, movimento que a explica: o futebol é jogo que se pratica com "chute".

Outras vicissitudes da palavra no contexto de crianças em sua trajetória com o português podem ser apreciadas numa situação de nomear e contar. O próximo fragmento procede de Al.

34 Apoiada na produção bibliográfica de Béguelin (1993, 1995, 2002), revisitamos a noção de "etimologia popular", à luz do referencial teórico saussuriano (ver Figueira, 2024b).

8 Entre contar e nomear

O diálogo (13) começa com um comentário da mãe: "Alice, quantas crianças tem em casa?", Al. diz: "Dez". A mãe de Al. demonstra surpresa, interpelando a filha (M_2): "Ué, além da Alice, quem mais?". Com isso, abre-se espaço para a enumeração que Al_2 fará de suas bonecas. Leia-se, a seguir, o desenrolar do diálogo[35].

> (**13**) GÊNERO. Alice conversando comigo no banho, comento que a vizinha do apartamento de cima tem 3 crianças. E então pergunto:
> M_1. Alice, quantas crianças tem em casa?
> Al_1. Dez. (a)
> M_2. Dez? Ué, além da Alice, quem mais?
> Al_2. A Duda, a Bebel, a Lilica...(b) (e começa a elencar as bonecas)
> M_3. Ah, é claro! E tem o Teddy também! (digo, tentando consertar meu suposto erro numérico)
> (registro de M.: Ela me olha, dá risada e responde):
> Al_3. *Nãããõoooo, mãe! O Teddy é c[r]ianço!* (c)

Para fazer frente ao número dez, Al. se põe a nomear as bonecas, através de nomes próprios, ou melhor, de seus apelidos: "Duda, Bebel, Lilica...". A mãe ocupa um turno para concordar: "Ah, é claro", mas introduz o nome de um garoto: "E tem o Teddy também!". Teria sido para ajudar na totalização? Ou para provocar a criança que só nomeou bonecas?

Seja qual for a direção imaginada por M., certo é que a menção provocou a sonora e enfática discordância de Al. quanto ao nome de Teddy: "Nãããõoooo, mãe! O Teddy é c[r]ianço!". Fica claro então que, na sua contagem, a menina falava de bonecas, e não de bonecos. Proferindo com riso, a criança sai

35 Conservamos as normas de transcrição da mãe-linguista, muito semelhantes às que temos usado. Em caixa alta, o assunto "gênero", destacado no título dado ao excerto.

desse embate entre nomes e números com a exclamação: "O Teddy é crianço!" (c).

Não vou recordar exemplos que alinhei em artigos precedentes, em que a marcação gênero-sexo é sede de registros anedóticos[36]. O ganho para o pesquisador, desafiado neste território recheado de formações divergentes, está na possibilidade de pôr à prova fundamentos teóricos, dos quais não se pode prescindir na descrição-explicação de feitos seja sobre nomes próprios, seja sobre nomes como "a criança". Classificado na gramática como item que recobre "menino" e "menina" (substantivo sobrecomum), quando ajustado ao boneco chamado Teddy, esse item será para Al. "crianço"[37].

O leitor conta, neste domínio, com a contribuição de trabalhos de conclusão: R. Cruz (2018, dissertação de mestrado) mostrou que a criança acomoda marcas de gênero-sexo ao se referir à figura feminina: "Menino Jesus" vira "Menina Jesusa"; C. Vieira (2022, tese de doutorado) nos fez conhecer outra ocorrência, esta vinda de Ra. (3;0.28), ao falar de dois bonecos: "Sabe? Essa é Ana Clistina e este e o/ e o [S I] Ano Clistunu"[38].

Se nomes próprios se curvam a um acidente gramatical para marcar sexo, não faltou no diário de Al. um registro argumentativamente relevante, expressão cabal de sua condição de menina. Vamos conhecê-lo em (14), precedido por uma descrição do contexto, na qual a mãe deixa claro o clima tenso daquele momento. Tentando contornar a situação em que Al. se mostra briguenta, M. oferece o exemplo do macaquinho malvado, personagem mal-educado que acaba sozinho no final

36 Ver nota 34.

37 Numa página de *Grande Sertão: Veredas*, a palavra "criatura" recebe do autor a mesma transformação: "...**criaturo** de Deus, que nu por falta de roupa".

38 É discutível a ideia, presente no CLG, da não analisabilidade do nome próprio (Figueira, 1995). Argumentos empíricos são encontrados na fala de crianças, em estudos recentes: Vieira (2022, p. 116) registrou a alternância vocálica /i/ - /u/, em "Janaína / Janaúna", na fala de Da. (3;07.05 de idade), quando duas coleguinhas de classe eram individualmente nomeadas. Compare-se com: "Ana Clistina" / "Ano Clistuno", em que a alternância da vogal vale como marca de gênero associada a sexo: "Essa é a Ana Clistina, e este e o / e o [SI] Ano Clistunu" (Vieira, 2022, p. 178).

da história (a). A criança reage (b), instalando-se um embate verbal, cuja palavra final (c) coube a ela.

> (**14**) DIFÍCIL. De vez em quando apelamos para as historinhas ao abordar uma questão educacional com a Alice. Ontem, depois de passar o dia levando bronca, eu disse:
> M. Se você ficar brigando com todo mundo, vai acabar que nem o *Macaquinho Malvado*, que ficou sozinho no fim da história! (a)
> Ela me enfrenta:
> Al_1. *Não vou ficar sozinho, não!* (b)
> Eu questiono:
> M. *Ah, é? Você que pensa! Ninguém vai querer ficar perto de uma menina birrenta!*
> Ela encerra a questão:
> Al_2. *Eu não vou ficar sozinhO porque eu sou meninA. Eu vou ficar é sozinhA!* (c)[39] (3;7.13)

O diálogo se fecha com o turno $Al_{2.}$ disposto em duas autopredicações. Ao corrigir a mãe, Al. se declara menin**a**, portanto, o que lhe cabe é "sozinha" ("sozinh**o**" fora dito pela mãe, mas para se referir ao Macaquinho Malvado). Na nota que acompanha o registro, constam detalhes gráficos, através dos quais a transcrição põe em destaque tais marcas: "Eu não vou ficar sozinhO porque eu sou meninA. Eu vou ficar é sozinhA!".

O extrato (14) possibilita duas observações: (i) a criança ocupa a cena num embate em que ela dá conta de contradizer sua interlocutora; (ii) ela o faz mobilizando o recurso que a **língua** lhe faculta – os meios morfologicamente marcados que cabem a ela, uma menina. Estes foram destacados por maiúscula pela mãe, que transcreveu o episódio.

O estilo pessoal de tal registro favorece uma observação adicional: entre o desejo inicial de M. (um discurso edificante,

39 Conservei o título e demais recursos de notação que foram adotados pela mãe, apenas introduzindo em linhas separadas os turnos de fala na apresentação gráfica do diálogo. Conservei maiúsculas para os nomes alterados no sufixo.

tomando por exemplo um personagem birrento) e o pronunciamento final de Al., aconteceu uma virada no rumo da conversa[40], capaz de revelar aspectos da habilidade da criança em se situar na relação com sua interlocutora, dando outra direção ao diálogo.

9 O potencial homofônico da cadeia sonora como desencadeador de relações associativas

Voltemos às novidades linguageiras de crianças francesas. Dentre as mais intrigantes, meu destaque é para predicações insólitas e, neste domínio, impagável é a indagação de Emmanuel (3 anos de idade), num diálogo com sua mãe.

> (**15**) (M e Emmanuel, 3 anos: a mãe faz uma observação sobre o tempo)
> M_1. Le temps est pluvieux aujourd'hui.
> (EM, faz a pergunta)
> EM_1. *Pourquoi, quand il fera beau, le temps sera plus jeune ?* (Aimard, 1975, p. 150).

O diálogo começa com a mãe comunicando ao filho: *le temps est pluvieux aujourd'hui*. Ou seja, uma informação sobre a condição climática, naquele dia: fr. *pluvieux*, port.: "chuvoso". Em resposta, o menino lhe dirige uma pergunta desconcertante: *Pourquoi, quand il fera beau, le temps sera plus jeune?* A palavra *pluvieux* foi interpretada pelo menino como atributo a uma entidade (o tempo), pendente entre *vieux* e *jeune*.

Uma assimetria se estabelece no diálogo, assentada sobre a equivocidade da linguagem, instalada no corpo de uma palavra,

40 O diário de Al. é rico em "reviravoltas discursivas": recusando o rótulo de "princesa", Al. decide-se, certa vez, pelo de "bruxa malvada" (ver nota 27). Em (14), em resposta bem colocada, fecha o diálogo, restando à mãe registrar seu intento malogrado, ao anotar, ao final da transcrição: "Alice não entendeu a moral da história!".

à qual se atribuiu outra interpretação. A pergunta de EM mostra que ele tomou outro rumo sobre o que ouviu. *Pluvieux* (port. "chuvoso") foi escutado como *plus vieux* (port. "mais velho"), levando a uma interpretação diferente do que lhe dissera a mãe. Isso sobrevém na pergunta insólita: *Pourquoi quand il fera beau, le temps sera plus jeune?*, dirigida a ela.

Buscando situar a posição do garoto quanto à interpretação do que ouvira, diríamos que, no quadro da teorização de Cláudia de Lemos, seria adequado falar em "segunda posição", na qual o polo dominante é a língua, dado que uma segmentação inesperada (para o contexto daquela conversa), ao recair sobre *pluvieux*, conduziu-o a *plus* (palavra de gradação) e *vieux*, qualidade contrária a *jeune*.

Tivesse sido proposta como uma brincadeira, entre adultos, tal resposta poderia ser recebida como um jogo sobre a palavra, redefinida com novo valor semântico, acontecimento cuja visada seria, então, surpreender o ouvinte com uma leitura inesperada sobre *pluvieux*, na direção de produzir humor.

Considerações finais

Achados da relação da criança com a língua e, ao mesmo tempo, de sua relação com o outro desenharam o cenário do cotidiano infantil nas seções precedentes, recobrindo situações em que as operações de nomear e predicar caminharam juntas no levantamento do material empírico deste estudo.

Dentre os dados recolhidos, o segmento das escolhas infantis sobre o futuro nos levou às lições saussurianas, particularmente àquela realçada por Normand (2015, p. 107), condizente com: "outros valores 'flutuantes' na série *indefinida das relações*

possíveis". Esses valores povoam a fala da criança nos nomes de profissão, quando emergem no segmento móvel da palavra (o sufixo), sede de uma "ciranda de sufixos", que nos dá a ver produtos que "tocam em limites consolidados da língua"[41].

Completando nosso trajeto por este segmento empírico, distinguimos *noms d'agent* (*professionnel*) de *noms d'action*, através de outro expoente da linguística geral, Benveniste, o mais saussuriano dos linguistas. A distinção do autor revelou-se oportuna para abordar duas situações: aquela em que a criança se coloca no futuro, projetando-se numa profissão (*nom d'agent professionnel*); aquela em que a criança enuncia uma ação presente, performativa, nunca nomeada antes, na qual ela se nomeia ao mesmo tempo que executa a ação ("eu sou seguidor de cheiro"). Atribuímos a tal achado **nome de ação**, que se forma de acordo com a ordem linguística da qual J. já é cativa – original no sentido de que não reproduz uma expressão já dita por alguém, mas cria para aquela situação um sintagma que a predica numa ação contingente, para a qual a língua lhe fornece os meios expressivos. Saussure e Benveniste oferecem o referencial teórico básico para cobrir uma distinção semântica, mas não esgotam o que cabe na noção de "agentividade".

Cada novo cenário do qual participam adulto-criança (ou criança-criança) coloca o pesquisador diante de um inventário variado, que permite circunscrever **matizes da agentividade**. Um ato pode ser: assumido ou negado, transferido a outrem ou dividido em autoria (responsabilidade ou mérito). Quando atribuído a outrem (em vez de assumido), tal recorte pede da criança um posicionamento marcado por uma **direção argumentativa** (Ducrot, Vogt), permitindo entrever

41 Como escrevemos alhures (Figueira, 2015, p. 182).

comportamentos gerais, em meio a particularidades que são do universo pessoal de cada sujeito, no recorte de eventos causais feitos *hic et nunc*. Mirando o **dizer**, levamos mais longe a análise, quando focalizamos, na seção 3, os efeitos de um ato de fala, dirigido à mãe, misto de relato de ação e justificativa ("nós fimos e limpamos"), através do qual se anula um gesto inquiridor: "Recolheram toda a sujeira?", uma cobrança sendo oportunamente afastada.

O discurso é feito de convergências, mas também de divergências. Estão presentes não somente no material de Al. e J., mas em crianças cuja língua materna é o francês. Um exemplo: uma menina de 6 anos, S., traz para sua fala a designação *une maison à chien*, para a casa do cachorro. Confiante, encara a correção do adulto, defendendo como correta sua opção de nomeação.

> (**16**) (S., 6 ans)
> S_1. ça *c'est une maison à chien*.
> X. une niche.
> S_2 (en colère). Eh beh, on peut dire une maison parce que c'est grand. (Bonnet; Tamine-Gardes, 1984, p. 121).

Quando o adulto lhe indica outra opção (*une niche*), a menina se contrapõe veementemente ao reparo. Justifica sua opção expressiva num enunciado que começa com uma interjeição: *Eh beh, on peut dire une maison parce que c'est grand* (S_2). Uma reversão de papéis então ocorre: é a criança que, enraivecida, corrige o adulto. Seu ato de fala mostra o tom com que reagiu: *en colère*.

Entre coetâneos do cenário do português-língua materna (Ve. e Da.), nossa seleção mostrou o que se traduz como uma breve discordância, localizada num operador discursivo: "só que", próximo semanticamente a "mas", na conversa inicial entre as duas meninas do episódio (3). Mostrou, na mesma cena,

a presença da investigadora, cumprindo ali o papel de responder às dúvidas quanto à nomeação cabível a "meninas que pintam". Surpreendentemente fértil para desdobramentos da análise, no turno final, Ve. nos brinda com dois feitos gramaticais que mostram a captura do sujeito pela língua.

Quanto a J., destaca-se o episódio marcado pela presença do "eu" no "aqui-agora" da sua enunciação, quando a menina, discordando veementemente de uma predicação que lhe foi atribuída ("Vem cá, baixinha"), exibe um turno de fala replicante, ao tomar seu turno no diálogo para retrucar*:* "Eu não sou baixinha não". Mas J. não para aí: a autoridade sobre seu **dizer** é absoluta, quando estampada na continuação: "eu sou eu".

Tal episódio procede da mesma criança que, por volta da mesma idade, surpreende a mãe com: "Que língua que a cobra fala?". Aqui, tanto quanto pudemos ver, assiste-se a outro momento do universo instigante dos três-quatro anos: no imaginário da infância, cobras falam; logo, elas têm, para J., **língua**$_1$ e **língua**$_2$.

Explorando anotações de diário, depositário de instigantes achados, encontramos peças que dão a conhecer convicções (ou opiniões) que os pequenos vão desenhando para si: o que fazem e o que não desejam fazer. Dentre nossos sujeitos, Al. se mostra firme quanto às suas escolhas, ao pôr de lado o modelo oferecido pela mãe. É quando assistimos a uma virada na progressão do diálogo: ao contrariar a recomendação materna, pautada num discurso edificante (convencê-la a usar o penico, falando que princesas o fazem), sobrevém sua resposta taxativa: "Então eu sou a bruxa malvada" (ver nota 27).

Outras anotações oriundas do francês-língua materna são primorosas, pela oportunidade de ver registrado o momento em

que uma menina percebe a identidade sonora entre *bonnet* e *Bonnet*. Neste momento, nasce um dito espirituoso, abertamente jocoso, que a descoberta da homonímia produziu na sequência do diálogo: a menina se diverte lançando, com risos, a exclamação à sua interlocutora: *Mme Bonnet sans bonnet*!

Há numerosos enunciados infantis fadados ao riso, como os que assentam sobre segmentação divergente do *continuum* sonoro. Num deles, "Fala oi p(r)á Sarinha" desemboca na saudação "Oi, passarinha". A escuta da pauta sonora, ao suscitar no garoto uma interpretação diversa, desencadeia um efeito que, se chega a ser **anedótico**, sua particularidade reside em fazer rir os outros, não o menino, alheio à graça que provocou.

Nossa inclinação por ocorrências "divergentes", na seleção do material empírico deste artigo, possibilitou incluir episódios que encerram outra "escuta", consequente a uma redefinição dos valores impressos na matéria fônica, em recortes distintos sobre a cadeia sonora. Da trajetória do francês como língua materna, além de *plus vieux,* recordemos *maisonnette*, interpretado como *une maison où il y a une sonnette*.

São ocorrências que nos levam de volta a Saussure (1971), no capítulo do CLG "As entidades concretas da língua", para reler uma reflexão magistral, que ilumina os achados acima: "é dificílimo **desenredar**, numa cadeia fônica, o jogo das unidades nela contidas e dizer sobre quais elementos concretos, a língua opera" (Saussure, 1971, p. 123, grifo próprio).

Atribuímos grande importância a essa afirmação, dado o alcance teórico, que chega para qualquer idade. Aplica-se, como vimos, ao quadro da infância e aplica-se ao falante adulto em jogos de língua (trocadilhos, *mots d'esprit*), domínio potencialmente rico para deslizamentos de sentido e que deverá nos ocupar em estudo futuro. Um e outro domínio deixam-nos à vontade para

concluir, com Saussure, que "em matéria de linguagem o problema das origens não difere das condições permanentes" (Saussure, 1971, p. 16). Abre-se, aqui, a perspectiva para contemplar um cenário amplo e fascinante: instâncias de **fala** põem em jogo[42] a **língua**, entretecida numa trama. Movimento que nos dá acesso a enxergar, em atos de **fala**, um tecido de relações, por vezes previsíveis, outras vezes insuspeitadas, das quais a **língua**, no seu funcionamento, é a sede e o meio. Inovações na fala, nos anos da infância, não cessam, como temos visto, de se colocarem como um legítimo campo de investigação, onde a teorização dos mestres, chamada a se pronunciar, nos atende com adequação.

42 Testenoire (2018) se incumbe de mostrar quão frequente é, na obra saussuriana, o termo "jogo". Quanto a nossos escritos, esse termo está presente em cada análise, assinalando o movimento da língua na fala da criança.

Referências

AIMARD, Paule. *Les jeux mots de l'enfant*. Paris: Éditions SIMEP, 1975.

BECHARA, Evanildo. *M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa*. 1962. Tese (Concurso da Cátedra de Língua e Literatura) – Instituto de Educação do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, 1962.

BÉGUELIN, Marie-José. Motivation et remotivation des signes linguistiques. *In*: CHRISTOL, Alain; LAMBERTERIE, Charles de; PERPILLOU, Jean-Louis (org.). *Étymologie diachronique et étymologie synchronique en Grèce Ancienne*. Paris: Klincksieck, 1993. p. 9-30.

BÉGUELIN, Marie-José. Saussure et l'étymologie populaire. *Revue des linguistes de l'université Paris X*, Nanterre, n. 7, p. 121-138, 1995. Disponível em: https://journals.openedition.org/linx/1131. Acesso em: 11 fev. 2026.

BÉGUELIN, Marie-José. Étymologie « populaire », jeux de langage et construction du savoir lexical. *SEMEN*, n. 15, 2002. Disponível em: https.//doi.org/10.4000/semen.2414. Acesso em: 11 fev. 2026.

BENVENISTE, Émile. *Noms d'action et noms d'agent en indo-européen*. Paris: Adrien Maisonneuve, 1993. Trabalho original publicado em 1948.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BONNET, Clairelise; TAMINE-GARDES, Joelle. *Quand l'enfant parle du langage*. Brusella: Pierre Mardaga, 1984.

CARVALHO, Glória Maria Monteiro de. Questões sobre o deslocamento do investigador em aquisição da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 47, p. 61-67, 2005. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637270. Acesso em: 11 fev. 2026.

CRUZ, Rafaely Carolina da. *O gênero na aquisição da linguagem*: suas manifestações na fala de uma criança brasileira. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1048855. Acesso em: 11 fev. 2026.

CULLER, Jonathan. *As ideias de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1979.

DEL RÉ, Alessandra; DODANE, Christelle; MORGENSTERN, Aliyah. Enunciados humorísticos em foco: implicações pragmáticas, cognitivas e sociais. *Linguística*, v. 35, n. 2, p. 235-254, 2019. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v35n2/2079-312X-ling-35-02-235.pdf. Acesso em: 11 fev. 2026.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de. Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original. *Boletim da ABRALIN*, n. 3, p. 97-136, 1982.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de. Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 9-28, 1995. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article / view/15682/10323. Acesso em: 11 fev. 2025.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 42, p. 41-69, 2002. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637140. Acesso em: 11 fev. 2025.

DUCROT, Oswald. Je trouve que. *Semantikos*, v. 1, n. 1, p. 63-88, 1975.

DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. Prefácio. *In*: *O intervalo semântico*: contribuição para uma teoria semântica argumentativa. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 9-19.

FIGUEIRA, Rosa Attié. A palavra divergente: previsibilidade e imprevisibilidade nas inovações lexicais da fala de duas crianças. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, v. 26, p. 49-80, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639249. Acesso em: 11 fev. 2025.

FIGUEIRA, Rosa Attié. O erro como dado de eleição nos estudos de aquisição da linguagem. *In*: PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta (org.). *O método e o dado no estudo da linguagem.* Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 55-86.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Dados anedóticos: quando a fala da criança provoca o riso... humor e aquisição da linguagem. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 3, n. 6, p. 27-61, 2001. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8661679.

FIGUEIRA, Rosa Attié. O que a investigação sobre o erro na fala da criança deve a Saussure. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 52, n. 1, p. 115-144, 2010. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637206. Acesso em: 11 fev. 2025.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Em torno da analogia: a contribuição de Saussure para a análise da fala da criança. *Prolíngua*, v. 10, n. 1, p. 174-185, 2015. Disponível em: https://periodicos. ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/27596. Acesso em: 11 fev. 2025.

FIGUEIRA, Rosa Attié. La langue en mouvement: ce que la théorisation sur les occurrences divergentes doit à Saussure. *In*: GAMBARARA, Daniele; REBOUL, Fabienne (org.). *Le CLG 1916-2016. Le Devenir*, Paris, jun. 2018a. Disponível em: https://www.clg2016.org/documents/CLG2016-XXXX.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.

FIGUEIRA, Rosa Attié. *Toucher du doigt le jeu du mécanisme linguistique*: investigando a língua em movimento na fala da criança. *DELTA*, v. 34, n. 3, p. 143-176, jul./set. 2018b. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-445040972495618374. Acesso em: 11 fev. 2025.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Inovações na expressão de agentividade: episódios marcantes da trajetória linguística da criança. *Linguística*, v. 35, n. 2, p. 104-127, 2019. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v35n2/2079-312X-ling-35-02-105.pdf. Acesso em: 12 fev. 2026.

FIGUEIRA, Rosa Attié. A fala da criança: domínio empírico para a teorização saussuriana. Do jogo previsível à imprevisibilidade do jogo. *In*: XXXV ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 2020, *online*. *Atas do GT Estudos Saussurianos*. Disponível em: https://anpoll.org.br/enanpoll-2020-anais/resumos/digitados/0001/PPT-eposter-trab-aceito-0863-1.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Os matizes da agentividade nos nichos domésticos: focalizando a linguagem da criança entre 2;3 a 5 anos de idade. *Cuadernos de la ALFAL*, n. 14 (2), p. 225-252, 2022. Disponível em: /https://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/14_2_cuaderno_012.pdf.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Extratos diários da infância: um domínio empírico para a teorização saussuriana. *In*: PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta; SILVEIRA, Eliane; FARIA, Núbia (org.). *Études Saussuriennes Aujourd'hui,* Rome: Ariacne, 2023a. p. 175-203.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Fatos e (e)feitos da fala divergente: questões para a Aquisição de linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 65, p. 1-17, 2023b. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8673645. Acesso em: 11 fev. 2025.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Entre faits de langue et effets dans le discours: le langage de l'enfant. *Revista da ABRALIN*, v. 23, n. 2, p. 520-545, 2024a. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2219. Acesso em: 11 fev. 2025.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Em torno da chamada etimologia popular: focalizando as vicissitudes da fala. *Revista Desenredo*, v. 20, n. 3, p. 524-553, 2024b. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/16439. Acesso em: 11 fev. 2025.

FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 8. Trabalho original publicado em 1905.

LIER-DE VITTO, Maria Francisca; CARVALHO, Glória Maria Monteiro de. O interacionismo: uma teorização sobre a Aquisição da Linguagem. *In*: FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de (org.). *Teorias de aquisição da linguagem*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. p. 115-145.

LIER-DE VITTO, Maria Francisca; CARVALHO, Glória Maria Monteiro de. O interacionismo: uma teorização sobre a Aquisição da Linguagem. *Revista da ABRALIN*, v. 23, n. 2, p. 462-490, 2024. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2226. Acesso em: 03 ago. 2025.

LIMA, Gisele Aparecida de. *A fala da criança e seus efeitos no adulto interlocutor*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MALDONADE, Irani Rodrigues. Sobre a analogia e os erros no processo de aquisição da linguagem. *Estudos Linguísticos,* v. 44, n. 2, p. 530-545, 2015.

NORMAND, Claudine. *Saussure.* Paris: Les Belles Lettres, 2000.

NORMAND, Claudine. Alguns efeitos da teoria linguística sobre uma descrição semântica. *Convite à Linguística.* São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 97-109.

PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta; FIGUEIRA, Rosa Attié. Aquisição de Linguagem. *In*: PFEIFFER, Claudia Castellanos; HORTA NUNES, José (org.). *Linguagem, História e Conhecimento.* Campinas: Pontes Editores, 2006. p. 73-102.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral.* São Paulo: Cultrix, 1971. Trabalho original publicado em 1916.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de Linguistique Générale*. Edição crítica por R. Engler. Tomo 1. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1989.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Écrits de Linguistique Générale*. Texte établi et édité par Simon Bouquet et Rudolf Engler avec la collaboration d'Antoinette Weil. Paris: Éditions Gallimard, 2002.

SHIBATANI, Masayoshi. *A Linguistic Study of Causative Constructions.* Unpublished Doctoral Dissertation. Berkeley: Indiana University Linguistics Club, 1973.

SHIBATANI, Masayoshi; PARDESHI, Prashant. The Causative Continuum. *In*: SHIBATANI, Masayoshi (org.). *The Grammar of Causation and Interpersonal Manipulation*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2002. p. 85-126.

STRAWSON, Peter F. *Indivíduos.* São Paulo: Editora UNESP, 2019.

TESTENOIRE, Pierre-Yves. Jeu de mots, jeu phonique et anagramme dans la réflexion linguistique de Saussure. *In*: FULL, Bettina; LECOLLE, Michelle (org.). *Jeux de mots et créativité*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2018. p. 69-97.

VIEIRA, Camila Rossetti. *A(s) unidade(s) da palavra em inovações lexicais*: singularidade no processo de aquisição da linguagem. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1253756. Acesso em: 03 ago. 2025.

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*: contribuição para uma teoria semântica argumentativa. São Paulo: Ática, 1977.

VOGT, Carlos. Por uma pragmática das representações. *In*: VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática, ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 129-163.

Alteridade e aquisição de língua estrangeira (inglês) na Educação de Jovens e Adultos

Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho**
Mário Pereira Lima**

Resumo

Este artigo tem como objetivo observar a relação do adulto com o outro (alteridade) e o Outro (alteridade radical) na aquisição de uma língua estrangeira (inglês). Assumimos a proposta interacionista, inaugurada pela pesquisadora Cláudia de Lemos no campo da aquisição de linguagem, que, amparada pelo estruturalismo linguístico e pela psicanálise lacaniana, considera a língua como uma alteridade radical cuja função de captura permite conceber o sujeito como capturado pelo funcionamento linguístico-discursivo e ver as mudanças que qualificam sua trajetória de não falante para falante e de não escrevente para escrevente. Colocamos em destaque quatro cenas ocorridas em sala de aula, as quais apontaram que, tal como a criança em aquisição de linguagem necessita de representações simbólicas, isto é, precisa ser colocada em situações de fala e de escrita, na aquisição de uma segunda língua, essas representações também são determinantes para a captura do adulto. Contudo, na aquisição de uma língua estrangeira, há uma alteridade ainda mais radical, visto que, devido à resistência à nova língua, o outro (professor) precisa observar as fissuras que aparecem na resistência à fala para, então, mobilizar o estudante em direção ao Outro e, consequentemente, à língua. Nessa mobilização, pode haver ou não captura, por ser da ordem do inconsciente e, portanto, singular, necessita que o sujeito se deixe ser capturado, diferentemente da língua materna, que já está lá antes de o sujeito vir a ser.

Palavras-chave: alteridade; aquisição de linguagem; língua estrangeira; educação de jovens e adultos.

* Doutora e Mestre em Ciências da Linguagem (UNICAP). Pós-Doutora em Psicologia Clínica (Université Côte D'Azur/França). Licenciada em Letras. Membro do Grupo de Pesquisa em Aquisição de Linguagem (GPAL/UNICAMP). Professora da Rede Estadual de Pernambuco. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5392-8182.

** Mestrando em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (UFPB). Bacharel em Direito (UNICAP). Licenciando em Letras/Inglês (UFPB). Orcid: https://orcid.org/0009-0007-5292-655X.

Alterity and Foreign Language Acquisition (English) in Youth and Adult Education

Abstract

This article aims to observe the adult learner's relationship with the other (alterity) and the Other (radical alterity) in the context of acquiring a foreign language (English). We adopt the interactionist approach introduced by Cláudia de Lemos in the field of language acquisition, which, drawing on linguistic structuralism and Lacanian psychoanalysis, views language as a form of radical alterity. In this view, language functions as a force of capture that shapes the subject through linguistic and discursive structures, allowing us to trace their transformation from non-speaker to speaker and from non-writer to writer. We analyze four classroom scenes that reveal how, similar to first language acquisition in children - where symbolic representations are crucial - foreign language learners also require immersion in speaking and writing contexts. These representations play a decisive role in capturing the subject. However, acquiring a foreign language represents an even more radical form of alterity, as learners often exhibit resistance. In such cases, the other (teacher) must recognize the learner's moments of vulnerability ("cracks") and use them to guide the student toward the Other – that is, toward the language itself. In this mobilization, there may or may not be capture, because it's of the order of the unconscious, and, therefore, singular, requiring the subject to allow themselves to be captured, unlike the mother tongue, which is alredy there before the subject comes into being.

Keywords: alterity; language acquisition; foreign language; youth and adult education.

Recebido em: 14/05/2025 // Aceito em: 27/11/2025

Introdução

Iniciamos este texto destacando o lugar da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no cenário da educação brasileira, onde as primeiras escolas para adultos datam de 1920 e tinham como objetivo formar mão de obra que atendesse aos avanços urbanos e industriais da época. Daí em diante, movimentos e campanhas de incentivo à educação de adultos, além de garantias legislativas, contribuíram para a oferta de ensino, como a Constituição de 1934, que atribuiu ao Estado a obrigação de proporcionar o ensino primário a adultos. Apesar disso, nos anos 1940, mais da metade da população brasileira era analfabeta, de modo que, na tentativa de mudar esses dados, o governo federal lançou, em 1947, a primeira campanha nacional de alfabetização de pessoas adultas. No entanto, devido às críticas ao material didático produzido, o projeto não seguiu adiante.

Mais tarde, no início dos anos 1960, o trabalho de alfabetização de adultos, realizado pelo educador Paulo Freire, a partir de palavras geradoras relacionadas com o cotidiano dos estudantes, teve destaque e sua repercussão positiva fez com que o método fosse adotado pelo Plano Nacional de Alfabetização, em 1964. Contudo, com a instauração do Regime Civil-Militar, o Plano foi substituído, em 1967, pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), extinto com o fim do Regime. Foi somente em 1988, com a nova Constituição Federal, que a educação de jovens e adultos passou a ser assegurada, não como plano imediato de alfabetização ou projeto de correção de fluxo, mas como uma das categorias de ensino público gratuito e, em 1996, garantida como modalidade de educação básica do Ensino Fundamental e do Ensino Médio pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos tem figurado, nos últimos cem anos, como importante garantia de acesso à educação e, por conseguinte, de alcance à igualdade e à inclusão. Por outro lado, apesar de a EJA – Ensino Fundamental e Ensino Médio ser ofertada em todo o território nacional, mais de 68 milhões de brasileiros ainda não concluíram a Educação Básica (INEP, 2023) e mais de 9,3 milhões são analfabetos (IBGE, 2023). Convém destacar que, no levantamento, o IBGE pergunta aos entrevistados se eles conseguem escrever um bilhete simples e quem responde "não" é considerado analfabeto, o que nos leva a compreender que a ideia comum que se tem a respeito da alfabetização está ligada somente à escrita. No entanto, é importante ressaltar que, quando se trata de adultos, a alfabetização é um tema delicado em razão de que há uma diversidade de casos, como os de pessoas que conseguem ler, mas não conseguem escrever textos, e de outras que escrevem, ou melhor, que transcrevem, mas não leem.

Diante dessas diferentes nuances e tendo em conta que essa modalidade de ensino reúne pessoas dos mais variados perfis, desde jovens adolescentes com histórico de evasão ou reprovação até adultos sem nenhuma escolaridade, uma questão que tem nos retornado de forma insistente diz respeito ao modo como os estudantes da EJA têm reagido à presença de língua estrangeira (mais precisamente, do inglês), em especial os estudantes que iniciaram sua trajetória escolar nessa modalidade e que agora têm a Língua Inglesa como um componente curricular obrigatório. Isso porque, se ler e escrever em língua materna já são atividades desafiadoras para muitos desses estudantes, alcançar essas práticas em uma língua estrangeira é ainda mais.

Por essa razão, a questão que tem nos interrogado é a seguinte: É possível falar em aquisição de linguagem quando se trata de adultos? Dizendo melhor: É possível falar em aquisição de segunda língua pelo adulto?

Em busca de respostas a esse questionamento e, principalmente, com o objetivo de observar a relação do adulto com o outro (alteridade) e o Outro (alteridade radical) na aquisição de uma língua estrangeira (inglês), apresentaremos quatro comentários feitos por estudantes da EJA, nas primeiras aulas de Língua Inglesa, acerca do contato deles com essa língua estrangeira na escola.

Assumimos o interacionismo brasileiro, que compreende a língua como uma alteridade radical cuja função é de captura, quer dizer, a língua captura o sujeito e permite ver as mudanças em sua trajetória na aquisição de linguagem. É importante acrescentar que a materialidade linguística que fundamenta essa teoria é a fala inicial de crianças, mas, por acreditarmos não haver uma cisão entre a aquisição de língua materna pela criança e a aquisição de uma segunda língua por adultos, visto também tratar-se de aquisição, o interacionismo é assumido como possibilidade teórica que poderá nos encaminhar a esclarecimentos acerca da nossa questão, a partir da noção de "captura".

Interacionismo em aquisição de linguagem: algumas considerações

Em aquisição de linguagem, a proposta interacionista é marcada pela inquietação da pesquisadora brasileira Cláudia de Lemos na tentativa de identificar mudanças no percurso

linguístico da criança. No texto "Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação", é possível compreender o esforço teórico dessa estudiosa, que, ao investigar aspectos da predicação do português, observou que as ocorrências dos verbos "ser" e "estar" eram limitadas na fala infantil e, além disso, havia nessa fala "fragmentos do enunciado precedentes do adulto" (Lemos, 2002, p. 44), o que lhe pareceu algo que resistia à sistematização. Atribuindo o estatuto de enigma à fala da criança, a autora propôs, inicialmente, a noção de "processos dialógicos", sendo esses processos designados "especularidade", "complementaridade" e "reciprocidade". Ao notar que tanto a reciprocidade quanto a complementaridade se davam através da especularidade, quer dizer, ao observar que o retorno da fala do adulto na fala da criança se dava como um espelho em que a criança, alienada à fala do adulto, refletia essa fala na sua, a linguista deixou de lado os dois últimos processos.

Em outro momento de sua formulação teórica, a partir da releitura de Saussure e de Jakobson, Lemos (2002) passa a considerar que algo sobre a ordem própria da língua é "revelado pelos 'erros' enquanto produtos de relações entre cadeias que se cruzam produzindo substituições" (Lemos, 2002, p. 51). Tal consideração se dá em razão de que a linguística estruturalista, em especial a reflexão jakobsoniana sobre o funcionamento linguístico, concebe a linguagem de um ponto de vista funcional, a partir do redirecionamento dado às relações in praesentia e in absentia, da proposta saussuriana. Nesse sentido, ao acrescentar as ideias de combinação e substituição a essas relações, Jakobson pode associá-las à metonímia e à metáfora, considerando-as como eixos de elaboração do discurso, que permitem observar e explicar a linguagem em funcionamento.

A partir desses dois eixos de elaboração do discurso, Lemos (2002) apresenta uma proposta que envolve a noção saussuriana de **língua como sistema**. A partir disso e ao observar o aparecimento de fragmentos da fala do outro (mãe ou cuidador) na fala da criança, bem como os "erros" que emergem nessa fala como "produtos de relações entre cadeias que se cruzam produzindo substituições" (Lemos, 2002, p. 51), a autora admite uma escuta singular à fala inicial e considera as mudanças que ocorrem nessa fala como efeitos do funcionamento da língua.

Desse modo, apoiada na linguística estruturalista europeia e na psicanálise lacaniana, a autora concebe a "criança como capturada por um funcionamento linguístico-discursivo que não só a significa como lhe permite significar outra coisa, para além do que a significou" (Lemos, 2002, p. 55), dizendo melhor, concebe a criança como capturada pela linguagem e submetida ao seu funcionamento.

Para esclarecer esse pensamento, Lemos (2002) exemplifica as mudanças de posição da criança na língua a partir de episódios de fala, cujas mudanças se dão em relação à fala do outro (adulto), quando parte dos enunciados do outro retorna na fala da criança; ao funcionamento da língua, observado por meio dos "erros" que emergem nessa fala inicial; e ao sujeito com sua própria fala, quando comparecem pausas, reformulações e correções na fala da criança. Dessa maneira, a condição da criança na aquisição da fala inicial é a de intérprete da fala do outro, da língua e da sua própria fala.

A partir da visão estrutural de mudança de posição, a autora destaca que não há superação entre as três posições, mas uma relação. Com isso, a visão de **"mudança de posição em uma estrutura"** (Lemos, 2002, p. 56) foi a proposição que melhor

respondeu às questões que a inquietavam acerca do percurso linguístico da criança, em razão de que essa proposta permite ao investigador reconhecer o imprevisível que irrompe na fala inicial como resultado da mudança de posição da criança de infans a sujeito falante.

Cumpre relevar que o interacionismo brasileiro foi aqui convocado por entendermos que essa formulação teórica, embora motivada pela fala inicial da criança, também permite investigar o movimento de aquisição de linguagem pelo adulto, a partir de sua relação com o outro e o Outro. Isso porque o interacionismo, ao dar à língua (alteridade radical) a função de captura, "aponta para um sujeito que, ao se constituir na língua, por ela é dividido" (Lemos, 2002, p. 56), afastando a noção de desenvolvimento. Como nossa questão diz respeito à aquisição de segunda língua pelo adulto, compreendemos que a relação do adulto com a linguagem, tal como a da criança, não pode ser emoldurada em quadros classificatórios e tampouco em estágios de desenvolvimento, visto que, uma vez capturado pela língua, o adulto pode passar de não falante para falante e de não escrevente para escrevente em uma língua estrangeira.

Desse modo, para observar a aquisição de uma nova língua e a relação do adulto com o outro e o Outro nessa aquisição, é importante tratar da constituição do sujeito em sua relação com a língua materna, que, por ser inaugural, é a primeira a capturá-lo.

Sobre a constituição do sujeito e sua divisão

Ao assumirmos nossa filiação teórica ao interacionismo em aquisição de linguagem, é importante sublinharmos que a aproximação dessa proposta com a psicanálise, ou melhor, com

a psicanálise lacaniana, aponta para um sujeito constituído pela linguagem e, ao mesmo tempo, dividido por ela. Em "A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud", Lacan afirma que o lugar do sujeito na linguagem "está inscrito desde seu nascimento" (Lacan, 1992, p. 226), quando lhe é dado um nome, por meio do qual será reconhecido socialmente. Assim, antes de sua chegada ao mundo, a criança já está imersa na linguagem e submetida à estrutura da ordem simbólica, isto é, submetida a atividades humanas ligadas à linguagem, de forma que, apesar de "não ter ainda acesso à sua própria fala, ela é falada pelos outros, ela já surge num lugar marcado simbolicamente" (Garcia-Roza, 1992, p. 213).

No entanto, é preciso dizer que, antes do nascimento, a criança ainda não pode ser considerada sujeito. Isso porque, de acordo com Elia (2010, p. 33), o sujeito "não 'nasce' e não se 'desenvolve'", ele se constitui articulado ao plano social quando é introduzido na linguagem. Sendo assim, a criança vem ao mundo marcada por um discurso que a introduz na ordem humana e cujas condições de inserção são criadas pelo outro, geralmente um adulto, que, segundo Elia (2010), ao cuidar da criança, insere-a na ordem simbólica de representações sociais e culturais que a antecedem. Nesse período, a condição da criança caracteriza-a como um ser dependente do outro, que a atenderá por meio da palavra, favorecendo seu encontro com o campo simbólico[1] .

Cabe esclarecer que o "outro" (grafado com "o" minúsculo), na psicanálise lacaniana, refere-se ao outro semelhante, isto é, ao outro imaginário, que ajuda a criança a constituir seu "eu" "numa experiência de linguagem, em referência ao *tu*" (Lacan, 1979, p. 193), ou seja, o outro é a alteridade em espelho.

1 O simbólico é definido como uma "função complexa e latente que envolve toda a atividade humana, comportando uma parte consciente e outra inconsciente, ligadas à função da linguagem" (Chemama, 1995, p. 199).

No seminário "Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise", Lacan (2008) afirma que o sujeito surge, no campo do Outro, com o significante e, por surgir com o significante, o sujeito se constitui dividido pelo efeito da linguagem e, portanto, submetido ao campo do Outro. Esse "Outro" (grafado com "O" maiúsculo) indica uma alteridade radical, isto é, a linguagem, campo em que "o sujeito irá tentar se situar, em uma busca sempre retomada" (Chemama, 1995, p. 156), pois, pelo efeito da linguagem, o sujeito se realiza sempre no Outro.

Esse Outro, conforme Elia (2010), pode assinalar, inicialmente, o adulto cuidador, a mãe ou quem desempenha esse papel, só depois a ordem de valores chega ao bebê como um conjunto de marcas materiais e simbólicas, transmitido por meio da linguagem. Dessa maneira, a criança, ao ter suas necessidades atendidas pelo outro (mãe ou cuidador), associa o objeto de sua necessidade ao sujeito que proporcionou sua satisfação e, por isso, ela tende a substituir o objeto de satisfação pelo significante materno, numa indicação de que a primeira experiência que a criança tem com o Outro é com esse "Outro primeiro que é sua mãe, na medida em que já a simbolizou" (Lacan, 1999, p. 194) como objeto.

Nesse sentido, a psicanálise, de Lacan em diante, considera que "o sujeito só pode ser concebido a partir do campo da linguagem" (Elia, 2010, p. 34), introduzido no campo do Outro (alteridade radical) pelo outro (alteridade), que lhe fornece os significantes. Desse modo, a linguagem é o que permite ao ser recém-aparecido no mundo romper com seu estado biológico e fazer seu ingresso na ordem do simbólico.

Cumpre esclarecer que o significante, no campo da linguística, onde Lacan vai buscar apoio, é feito de nada: o seu

regime é a diferença pura. No entanto, para a psicanálise, "um significante é aquilo que representa um sujeito, [...] não para um outro sujeito, mas para um outro significante" (Lacan, 2008, p. 194), pois um significante "não significa nada [...] quanto mais o significante nada significa, mais indestrutível ele é" (Lacan, 1988, p. 212).

Para Lacan (1998), entre os seis e os dezoito primeiros meses de vida, a criança vivencia o "Estádio de Espelho", fundamental para a estruturação do "eu". Esse estádio corresponde a uma "fase inaugural da evolução psíquica na qual a criança subtrai-se ao registro capturante da relação dual com a mãe" (Dor, 1989, p. 122), em que ela (a criança) fala e se percebe a partir do que o outro fala dela e da imagem que esse outro constrói dela a partir do desejo. O que faz com que o desejo seja situado como imanente ao sujeito, pois prende-se ao significante e, por estar articulado na e pela linguagem, captura o sujeito.

Convém relevar que, ao vislumbrarmos um sujeito que se constitui pela linguagem, é preciso reconhecer que esse sujeito é também dividido por ela, isto é, pelo efeito de linguagem, o sujeito se constitui, mas também se divide em consciente e inconsciente. Nessa divisão, o que emerge e atropela o sujeito consciente é o sujeito do inconsciente, o do desejo. Esse sujeito irrompe no discurso, de maneira que aquilo que o sujeito deseja revela-se no seu dizer, por meio de atos falhos, lapsos, sonhos, chistes e sintomas.

Nesse sentido, se a constituição e a divisão do sujeito ocorrem quando a criança é introduzida na linguagem e se o outro, que atende a suas demandas por meio da palavra, é quem a insere na ordem de representações, então, a língua materna é a língua inaugural, que funda e captura o sujeito; logo, é a língua

por meio da qual o desejo do sujeito aparece. Ao levarmos em consideração que o adulto, por ser um sujeito já constituído, dividido e capturado pela língua materna, nossa questão, agora, pode ser relida da seguinte maneira: **Não haveria, na aquisição de uma língua estrangeira, uma alteridade ainda mais radical do que aquela com a língua materna, já que o desejo do sujeito precisa ser mobilizado para que haja captura?**

A aquisição de língua estrangeira na Educação de Jovens e Adultos

Para uma abordagem acerca da aquisição de uma segunda língua por adultos, nosso questionamento inicial foi sobre ser ou não possível falar em aquisição de linguagem na EJA. Isso porque o termo "aquisição de linguagem" pode soar como um fenômeno que ocorre em contextos naturais de interação e, por isso, parece existir uma diferença conceitual entre "adquirir" e "aprender", visto esse último ser entendido como a obtenção de um determinado conhecimento por meio do estudo organizado.

No entanto, acreditamos que, diante de uma língua estrangeira, o adulto está numa situação de não saber, mas, aos poucos, pode tornar-se falante e escrevente dessa língua, a partir de situações de ensino ou de imersão – no caso de pessoas que vão morar em determinado país para estudar ou no caso de imigrantes. Assim, amparados pelo quadro teórico interacionista e por considerarmos a aquisição de linguagem como a constituição de algo que antes não estava lá, entendemos que a resposta para nossa questão inicial é "sim", ou seja, o termo "aquisição de linguagem" também pode ser adotado para tratar da aquisição de linguagem por adultos, seja a escrita em língua materna ou a fala

e a escrita em uma segunda língua.Feita essa observação, cumpre dizer que os adultos que motivaram nossa questão inicial são estudantes matriculados no Módulo V da EJA, com idades entre 21 e 72 anos e cuja maioria iniciou sua vida escolar na turma de alfabetização dessa modalidade em 2023. Após passarem pelos módulos correspondentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental, esses estudantes chegaram ao que corresponde ao 6º ano, nível em que, de acordo com o currículo obrigatório, devem iniciar o estudo da Língua Estrangeira – Inglês.

Na primeira aula desse componente curricular, foi imensa a surpresa dos estudantes ao saberem que, a partir daquele módulo, estudariam uma "nova matéria". As reações foram as mais diversas, desde risos nervosos até frases como as seguintes: "Professora, a gente não sabe nem português!", "Pra que estudar isso?", "Esse tal de inglês não vou aprender é nunca!".

A partir dessas reações, foi lançada para a turma a pergunta "Quem sabe português?". Apenas dois estudantes ergueram a mão sem hesitar. Questionados sobre o que é "saber português", as respostas foram: "é saber escrever um texto", "saber escrever direito" e "saber onde colocar o ponto, a vírgula, se a palavra é com z ou com s". Respostas que reforçam a ideia, presente no senso comum, de que saber uma língua é dominar as regras gramaticais da escrita. No entanto, ao serem questionados sobre qual língua usam para se comunicar, a turma respondeu em uníssono: "português". E alguns ainda acrescentaram: "mas a gente não sabe falar direito".

Aqui, convocamos Leite (1995), para quem a língua identificada como "materna" pelo falante, por estar presente na vida do sujeito desde antes de seu nascimento e por chegar até ele de uma maneira que não exige elaborações sobre sua

aquisição, pode, em situações que demandem o uso formal e as regras da língua, fazer com que o sujeito se sinta "estrangeiro" em sua própria língua, em razão de que as regras e as normas exigem processos de outra ordem. Dizendo de outro modo, a língua materna, por ser aquela que insere o recém-chegado na ordem simbólica e o constitui como sujeito a partir de contextos naturais de uso, ao demandar situações que exijam a reflexão sobre o uso de regras gramaticais, pode fazer com que o sujeito sinta que não sabe sua própria língua, como expressaram os estudantes citados, por exemplo. Isso porque, mesmo sendo falantes da língua portuguesa, esses estudantes acreditam que não sabem português, pois ainda não conhecem ou não dominam completamente as regras e as normas da língua escrita como gostariam.

Nesse ponto, ou seja, sobre saber ou não uma língua, recorremos a Melman (1992), que compreende que saber uma língua é diferente de conhecê-la. Para o autor, saber uma língua quer dizer ser falado por ela, enquanto "conhecer uma língua quer dizer ser capaz de traduzir mentalmente a partir da língua que se sabe, a língua que se conhece" (Melman, 1992, p. 15). Em outras palavras, saber uma língua tem a ver com a aquisição e a constituição do sujeito, o que acontece, geralmente, por meio da língua materna, enquanto conhecer uma língua tem relação com o seu estudo, isto é, tem a ver com tomar essa língua como objeto de estudo e, nesse sentido, a materna também está incluída, pois, como toda língua, apresenta regras que podem ser estudadas.

Por isso, circunstâncias que ultrapassam o saber do sujeito sobre a língua materna e que lhe exigem conhecimento podem causar sentimento de estranheza, fazendo com que o sujeito sinta que não sabe a língua que o constituiu e o capturou, ou seja,

sinta-se um "estranho" no interior de sua própria língua. A esse respeito, cabe lembrarmos as palavras de Freud ([1919]/1996), de acordo com o qual o estranho é algo da categoria de assustador que remete ao que é conhecido e há muito familiar, em razão de o "possível/impossível de se dizer em uma língua ser próprio da atividade gramatical de todo sujeito falante" (Pereira de Castro, 2006, p. 139). No caso desses estudantes, pessoas que estão inseridas na língua portuguesa desde que nasceram, mas que se sentem inseguras em relação à atividade gramatical, provavelmente, por terem tido acesso ao conhecimento sobre as normas da língua apenas recentemente, é possível pensar que, devido a isso, a língua portuguesa apresenta-se como algo "assustador" para eles, apesar de familiar.

A insegurança desses estudantes em relação à atividade gramatical da língua remete-nos ao trabalho de Coelho, Vilar de Melo e Carvalho (2020), que, ao discutirem questões relativas às incidências do medo da separação da língua materna no caso de uma imigrante brasileira nos Estados Unidos, observam que esse medo "estaria ligado ao recalque (e ao retorno do recalcado) no que toca a relação entre língua materna e língua estrangeira" (Coelho; Vilar de Melo; Carvalho, 2020, p. 393). Para essas autoras, as dificuldades vividas e relatadas pela brasileira, no processo de aquisição da língua inglesa, evidenciam marcas do medo de se separar da língua materna e seu efeito sobre a língua estrangeira, "indicando um retorno da vivência infantil de separação da língua materna, com o medo que acompanha tal separação" (Coelho; Vilar de Melo; Carvalho, 2020, p. 394). É nessa parte que se assenta nossa questão, sobre ser ou não possível falar em aquisição de segunda língua pelo adulto, pois, se a língua materna, fundadora do sujeito e familiar a ele, pode

ser estranha e assustadora a ponto de o sujeito declarar que não a sabe, como ele poderá ser bem-sucedido na aquisição de uma língua estrangeira, nova e totalmente desconhecida?

Por outro lado, Freud ([1919]/1996) afirma que nem tudo que é novo e não familiar é assustador, algo tem de ser acrescentado ao que é novo e não familiar para torná-lo estranho. O que nos permite entender que é possível uma língua estrangeira tornar-se familiar para o sujeito a depender de como essa língua chega a ele.

Ao considerarmos que a língua materna é responsável por introduzir o sujeito no campo simbólico, concedendo-lhe "os pré-requisitos e suas afetações para o encontro com outras línguas" (Leite, 1995, p. 113), nossa hipótese é a de que a exposição e o contato com a língua estrangeira por meio de situações de fala, escuta, leitura e escrita são determinantes do processo de aquisição, o que implica, consequentemente, um sujeito alienado ao outro (alteridade) e ao Outro (alteridade radical). Logo, tal como ocorre com a língua materna, que "deve ser reconhecida como uma experiência única, pela incidência de um funcionamento linguístico que transforma o *infans* em falante; e deve também ser concebida como inesquecível" (Pereira de Castro, 2023, p. 2, tradução nossa[2]), a língua estrangeira pode ser reconhecida como uma experiência única, que pode capturar o adulto e torná-lo falante dessa língua.

No entanto, nossa hipótese esbarra na questão da **resistência** do sujeito à aquisição de uma segunda língua. Frases como "Pra que estudar isso?" e "Esse tal de inglês não vou aprender é nunca!" remetem-nos ao conceito psicanalítico de "resistência", pois, ao questionarem o porquê de estudar inglês e afirmarem

2 "the mother tongue must be recognized as a unique experience, by the incidence of a linguistic functioning that turns the infans into a speaker; and must also be conceived as unforgettable".

que nunca aprenderão essa língua, além de darem a entender que não veem sentido no estudo da língua inglesa, parece haver uma repulsa à aquisição de uma segunda língua. Nesse sentido, assim como, no tratamento analítico, alguma coisa "entrava o acesso do sujeito à sua determinação inconsciente" (Chemama, 1995, p. 192), levando-o ao silêncio, na aquisição de uma segunda língua, parece haver algo que desorganiza e perturba o adulto. Em vista disso, pensamos a resistência como um mecanismo de defesa que se manifesta não apenas por meio de frases como as citadas, mas também por meio do corpo inquieto, que ri, balança as pernas agitadamente, sussurra palavras incompreensíveis, cruza os braços ou bate a caneta sobre o caderno. Reações que nos enviam novamente a Leite (2003), em sua reflexão a respeito de o corpo ser um lugar de revelação de um sujeito.

Se considerarmos o que essa autora pontua a respeito do corpo como incorpóreo e do corpo como real, em que o primeiro é submetido aos efeitos de linguagem e o segundo não se deixa capturar na rede de significações, os movimentos corporais desses estudantes podem revelar um sujeito que não se permite capturar pela língua estrangeira, dizendo melhor, um sujeito que repulsa a possibilidade de conhecer uma segunda língua. Além disso, se conhecer uma língua, de acordo com Melman (1992, p. 15), é "ser capaz de traduzir mentalmente, a partir da língua que se sabe", que é a materna, e se esses estudantes afirmam que não sabem português, logo, o sentimento de que não conseguirão comunicar-se na língua estrangeira acaba fazendo com que resistam a essa língua e, por consequência, à captura.

Entretanto, se, no dia a dia, é comum esses adultos fazerem uso de termos da língua inglesa, como *WhatsApp*, *delivery*, *motoboy*, dentre outros, e parecem muito bem familiarizados

com esses termos, não haveria aí uma fenda na resistência e, por conseguinte, uma certa captura? Acreditamos que sim e, ainda, que é no espaço aberto por essa fenda que podemos observar os comentários feitos por três estudantes nas aulas de Língua Inglesa. O primeiro comentário advém de uma aluna que, ao receber o texto impresso contendo as saudações em inglês (*Greetings*), diz:

> Interessante... essa língua é diferente! Tem palavras que terminam com h, w, y, g, d, t. Eu não me lembro de nenhuma palavra em português que termine com essas letras. Tem muitas letras diferentes nas palavras, não é, professora? (Comentário 1).

Aqui, observamos o que Pereira de Castro (2006) diz acerca daqueles que se indagam sobre a diferença entre a língua que se adquire na infância e a que se adquire posteriormente parecerem "tocados entre saber uma língua (materna) e *conhecer* uma língua outra, a partir da língua que se sabe" (Pereira de Castro, 2006, p. 137). No caso dessa estudante, ressalte-se, recém-saída de sua travessia pela aquisição da escrita, por estar alienada à forma escrita da língua materna, ao perceber que a grafia das palavras a que teve acesso difere das palavras que lhe são familiares, permite ver a relação entre a língua que sabe e a nova. Tal percepção pode ser compreendida como uma convocação do que lhe é familiar da grafia de sua língua fundadora, ou seja, como um encontro que "faz vir à consciência alguma coisa do laço muito específico que mantemos com nossa língua" (Revuz, 1998, p. 215).

Logo, é preciso reconhecer que a língua materna, devido à condição de alteridade da própria língua, apresenta-se como organizadora e principal referência na aquisição de uma

segunda língua, pois ajuda o sujeito a estabelecer parâmetros e a identificar diferenças e/ou semelhanças entre as duas línguas. Dessa forma, conhecer uma língua estrangeira é possível, conforme Revuz (1998), porque "já se teve acesso à linguagem através de uma outra língua" (Revuz, 1998, p. 215), a que se sabe que é a materna. Essa posição é consoante a de Pereira de Castro (2023), para quem a história da relação do sujeito falante com sua língua materna não deixa de registrar representações deixadas pela aquisição.

O segundo comentário foi feito por um estudante durante a apresentação da forma escrita e da pronúncia dos dias da semana em inglês:

> Professora, as palavras que significam "domingo" e "segunda", uma é escrita com "u" e outra com "o", mas as duas têm som de "an", "sandei", "mandei". Tem palavra com som parecido e a escrita diferente. O inglês é complicado porque a gente escreve de um jeito e fala de outro. Português também, né? As palavras "cinto" e "sinto" têm o mesmo som, mas uma começa com C e a outra com S e os significados são diferentes. (Comentário 2).

Nesse episódio, observamos não só o que Saussure chama de *"sentiment de la langue"* – o qual diz respeito ao sentimento linguístico do falante em relação aos usos da langue, o que é interior e exterior a ela – como também o que Revuz (1998) afirma sobre a língua estrangeira demandar "um trabalho do corpo sobre os ritmos, os sons, as curvas entoacionais, e um trabalho de análise e de memorização das estruturas linguísticas" (Revuz, 1998, p. 217), ao que acrescentamos um trabalho de análise sonora.

No caso desse estudante, podemos supor que o fato de ter adquirido a leitura anteriormente à escrita exige dele uma maior

atenção à sonoridade e à grafia das palavras para, desse modo, poder assimilar seus significados, o que é evidenciado quando ele chama atenção para a semelhança sonora e a diferença gráfica entre as palavras *Sunday* e *Monday* e, em seguida, para a semelhança sonora e a diferença gráfica entre duas palavras homófonas heterográficas da língua portuguesa ("cinto" e "sinto"). O que nos encaminha ao que Revuz (1998) afirma a respeito de o aprendiz trazer consigo uma longa história com sua língua, que "interferirá sempre em sua maneira de abordar a língua estrangeira" (Revuz, 1998, 217, visto que a tendência é o sujeito tomar sua língua materna como referência para compreender a língua estrangeira, mesmo que essa última seja "radicalmente heterogênea em relação à primeira língua" (Revuz, 1998, p. 215).

O terceiro comentário foi feito por uma estudante, de 72 anos, durante a aula em que eram apresentadas algumas particularidades de pronúncia em inglês. Ao ouvir que palavras como *this* e *thanks*, embora sejam iniciadas com as mesmas consoantes, têm sons diferentes – a primeira, this /ð/, pronunciada como um "z" entre os dentes e a segunda, thanks /θ/, como um "s" entre os dentes, ambas sem nenhum correspondente sonoro em português –, disse:

> Nam... isso é muito difícil! Falar assoprando é difícil demais. A chapa toda afolozada fica dançando na boca quando a pessoa vai falar botando a língua nos dentes. (Comentário 3).

Nesse episódio, notamos o que Revuz (1998) afirma sobre o encontro com outra língua suscitar reações vivas, diversificadas e enigmáticas no sujeito e, ainda, que toda tentativa de conhecer uma outra língua "vem perturbar, questionar, modificar aquilo

que está inscrito em nós" (Revuz, 1998, p. 217). Isso porque, embora essa estudante tenha verbalizado sua dificuldade em pronunciar os sons que estavam sendo apresentados, durante toda a explicação, ela tentava pronunciá-los com evidente inquietação e, logo após a professora chamar atenção para os movimentos fonoarticulatórios necessários para a produção desses fonemas, a estudante conseguiu pronunciá-los corretamente. Ao perceber que havia conseguido articular os fonemas com precisão, ela comemorou dizendo: "Viu, professora? Eu consegui! Eu consigo falar inglês".

Ao comemorar o feito, a aluna colocou em evidência que "o encontro com uma outra língua aparece efetivamente como uma experiência totalmente nova" (Revuz, 1998, p. 215) e o que, antes, causou sentimento de frustração e impotência, agora, dá lugar a uma reação afirmativa e potente quando a estudante diz "eu consigo falar inglês".

Para Revuz (1998), a novidade não está no encontro com a língua estrangeira, mas nas modalidades desse encontro. A esse respeito, acreditamos que o outro é fundamental na promoção de um encontro positivo do sujeito com uma segunda língua. Em razão de que o sujeito precisa desse outro para conduzi-lo pela língua estrangeira, já que é esse outro que, como um espelho, vai refletir e refratar a fala ou a escrita do sujeito na aquisição de uma segunda língua. Essa cena é um exemplo, quando, diante da frustração da estudante em não conseguir pronunciar palavras cujos sons inexistem na língua materna, a professora pronunciou lentamente todas as palavras e explicou sobre os movimentos de abertura, fechamento, posição da língua, dos dentes e a função de cada parte do aparelho fonador para a fala, além de encorajar os estudantes a (re)produzirem

os sons apresentados, o que pode ter feito essa aluna sentir-se segura para pronunciar as palavras sugeridas.

O último episódio que nos chamou atenção envolve a estudante citada na primeira cena. Na ocasião, foram apresentadas à turma algumas frases sobre como expressar emoções e sensações em inglês e, em um momento de total silêncio na sala, quando os estudantes faziam anotações, a aluna disse: "*I'm tired*. Trabalhei o dia todo hoje e ainda vim a pé pra Escola!". Ao se dar conta de que havia falado uma parte da frase em inglês, a estudante acrescentou:

> Professora, eu falei em inglês! A senhora ouviu? Não é tão difícil. Se a gente escutar direitinho e entender o que a senhora diz dá pra falar tudo certinho. Quando a gente escuta e sabe o significado das palavras, dá pra falar inglês sem aperreio. (Comentário 4).

As palavras dessa aluna ratificam o que Revuz (1998) diz sobre a língua ser objeto de uma prática e colocam em destaque a captura do sujeito pela língua, ou melhor, apontam para a captura do sujeito, além de realçar o trabalho do Outro (alteridade radical). Em outras palavras, a emergência de termos da língua inglesa amalgamados a palavras da língua materna, na fala da estudante, coloca em evidência que algo dessa língua estrangeira capturou o sujeito, pois, ao perceber que havia falado uma expressão em inglês, espontaneamente e no contexto sugerido na aula, a estudante afirma que "não é tão difícil" (falar), o que nos faz pensar que o Outro (alteridade radical) não permite que o sujeito tenha acesso à determinada língua e passe por ela sem ser capturado. Isso porque o Outro, por ser o campo da linguagem, onde o sujeito se constitui e se divide, é o lugar do desejo, ou seja, é o lugar em que o desejo é mobilizado pelo

outro. No caso da aquisição de uma língua estrangeira, o Outro é o lugar em que o desejo de aprender do estudante é mobilizado em transferência pelo outro (professor) e, por isso, o sujeito pode ou não ser capturado pela língua; logo, falar uma nova língua requer do sujeito deixar-se ser capturado por ela.

Um ponto interessante dessa cena é a afirmação da estudante sobre a escuta e a compreensão do significado das palavras contribuírem para "falar inglês sem aperreio", afirmação que nos remete a Revuz (1998), conforme a qual "quanto melhor se fala uma língua, mais se desenvolve o sentimento de pertencer à cultura, à comunidade de acolhida, e mais se experimenta um sentimento de deslocamento em relação à comunidade de origem" (Revuz, 1998, p. 227). Por outro lado, se levarmos em consideração o que foi dito pela estudante, veremos que, para sentir-se parte de determinada língua estrangeira, muito mais importante do que falar bem essa língua é escutá-la e entendê-la, pois, ao escutar e entender, por exemplo, metáforas, jogos de palavras, trocadilhos, piadas, dentre outros recursos linguísticos específicos de uma língua e presentes no cotidiano dos falantes, o sujeito poderá sentir-se muito mais parte dessa comunidade linguística. Isso quer dizer que apenas conhecer e falar uma língua não garante que o sujeito se sinta parte dela ou capturado por ela, mas escutar, compreender e conhecer o que é dito pelos falantes dessa língua, sim.

À luz do que foi comentado pelos estudantes e ao recuperarmos nossa questão sobre se haveria, na aquisição de uma língua estrangeira por adultos, uma alteridade ainda mais radical, acreditamos que a resposta é "sim". No entanto, reconhecemos que, para a aquisição de uma segunda língua, fora do ambiente de imersão, é preciso que haja um trabalho

organizado de mediação pedagógica, que não reduza essa língua ao seu uso instrumental nem a situações de repetição, memorização e tradução, mas que possibilite o acesso do sujeito a representações simbólicas, pois é por meio de representações que simulam situações naturais de fala que a fenda na resistência à aquisição de uma segunda língua aparece. Em outras palavras, é nas situações de interação forjadas pelo outro (professor) que a resistência à aquisição de uma língua estrangeira pode dar lugar à captura do sujeito pelo Outro (alteridade radical), havendo, portanto, uma alteridade ainda mais radical na aquisição de uma segunda língua e, diferentemente da língua materna, que, conforme Leite e Sousa Jr. (2021, p. 40), instala-se "goela abaixo" na criança, a língua estrangeira está aí para que o sujeito se permita ser capturado por ela.

Considerações finais

Este trabalho teve o objetivo de observar a relação do adulto com o outro (alteridade) e o Outro (alteridade radical) na aquisição de uma língua estrangeira em uma turma da Educação de Jovens e Adultos. Isso porque, ao acompanharmos a trajetória escolar de uma turma de estudantes dessa modalidade e ao percebermos sua inquietação quanto à presença da língua estrangeira (inglês), a questão que nos interrogou foi se era possível falar em aquisição de segunda língua pelo adulto e se não haveria, na aquisição de uma língua estrangeira, uma alteridade ainda mais radical do que com a língua materna.

A busca por respostas a essas questões levou-nos a assumir o quadro teórico do interacionismo brasileiro, que compreende a língua como uma alteridade radical e concebe o sujeito como

capturado pelo funcionamento linguístico-discursivo, permitindo ver as mudanças desse sujeito em relação à fala e à escrita. No nosso entendimento, o adulto está numa situação de não saber em relação à língua estrangeira, mas, ao ser introduzido no campo do Outro pelo outro, vai aos poucos fazendo sua travessia pela aquisição de uma segunda língua. Logo, o contato com a língua estrangeira por meio de representações simbólicas é determinante no processo de aquisição e, para tanto, é necessário que o outro (alteridade) conduza o sujeito à ordem do Outro (alteridade radical) em sua travessia.

Por outro lado, é importante ressaltar que, na aquisição de uma segunda língua, é necessário que o sujeito se permita ser capturado por essa nova língua e é aqui que nossa hipótese é fragilizada, pois, ao questionarem o porquê de estudar inglês ou ao afirmarem que nunca irão aprender essa língua, observamos a resistência do adulto diante da língua estrangeira. Resistência essa que não se manifesta apenas por meio das frases verbalizadas, mas também por meio do corpo inquieto, que ri nervosamente, balança as pernas, sussurra, cruza os braços, bate a caneta sobre o caderno, gestos que, além de revelar um sujeito, podem evidenciar o eco de um dizer, isto é, permite ver um sujeito que não se deixa capturar pela língua estrangeira.

No entanto, o uso de termos em inglês pelos estudantes, no cotidiano, leva-nos a entender que há uma fenda na resistência à aquisição dessa língua e é aí, nessa fissura, que o outro (professor) poderá mobilizar o sujeito em direção ao Outro e, por conseguinte, à captura. Embora tenhamos clareza de que não há nenhuma garantia de que todos os estudantes serão igualmente capturados pela língua estrangeira, uma vez que a captura é da ordem do inconsciente e, portanto, singular a cada sujeito,

este trabalho mostrou que a relação com o outro e o Outro é o que poderá fazer com que o sujeito se deixe ser capturado, o que nos leva a compreender que, na aquisição de uma segunda língua, há uma alteridade ainda mais radical, uma vez que a aquisição depende da mobilização do desejo do sujeito, e não de uma ordem anterior a sua existência, que lhe aparece inevitável, como a língua materna, a qual já está lá.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964.* Brasília, DF: Senado Federal, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/ decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal- 1 - pe. h tml#: ~: t ext=Institui% 20 o% 20 Programa% 20 Nacional%20de,Cultura%20e%20d%C3%A1%20outras%20 provid%C3%AAncias. Acesso em: 06 mar. 2025.

BRASIL. *Lei nº 5379, de 15 de dezembro de 1967.* Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html Acesso em: 06 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais:* terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CHEMAMA, Roland. *Dicionário de psicanálise.* Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

COELHO, Elisabeth Cavalcanti; VILAR DE MELO, Maria de Fátima; CARVALHO, Glória Maria Monteiro de. Dificuldades na aquisição de língua estrangeira: algumas questões sobre o caso de uma imigrante brasileira nos Estados Unidos. *Caderno de Letras*, Pelotas, n. 36, p. 377-395, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/17165. Acesso em: 10 set. 2025.

DOR, Joel. *Introdução à leitura de Lacan*: o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ELIA, Luciano. *O conceito de sujeito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FREUD, Sigmund. O Estranho. *In*: FREUD, Sigmund. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.* Rio de Janeiro: Imago, 1996. Trabalho original publicado em 1919.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o inconsciente.* Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:* Educação: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://loja.ibge.gov.br/pnad-continua-educac-o-2023.html Acesso em: 02 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Escolar 2023:* divulgação dos resultados. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023 Acesso em: 02 mar. 2025.

LACAN, Jacques. *O seminário*, livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953-1954). Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LACAN, Jacques. *O seminário*, livro 3: As psicoses (1955-1956). 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *In*: LACAN, Jacques. *Escritos*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. p. 223-259. Trabalho original publicado em 1966.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada pela experiência psicanalítica. *In*: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 96-103. Trabalho original publicado em 1966.

LACAN, Jacques. *O seminário*, livro 5: As formações do inconsciente (1957-1958). Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. *O seminário*, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LEITE, Nina Virginia de Araújo. O que é "língua materna"? I*n: Anais do IV+ CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGUÍSTICA APLICADA* (CBLA). Campinas: Unicamp, 1995. p. 65-68.

LEITE, Nina Virginia de Araújo. *Riso e rubor*: para falar do corpolinguagem. *In*: LEITE, Nina Virginia de Araújo (org.). *Corpolinguagem*: gestos e afetos. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 81-92.

LEITE, Nina Virginia de Araújo; SOUZA JR., Paulo Sérgio de. Corpo e língua materna. *In*: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). *Corpo*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 39-51.

LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de. Das vicissitudes da fala da criança e sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 42, p. 41-69, 2002. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637140. Acesso em: 10 mar. 2025.

MELMAN, Charles. *Imigrantes*: incidências subjetivas das mudanças de língua e país. São Paulo: Escuta, 1992.

PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta. Sobre o (im)possível esquecimento da língua materna. *In*: LIER-DE VITTO, Maria Francisca; ARANTES, Lúcia (org.). *Aquisição, patologias e clínica da linguagem.* São Paulo: EDUC; FAPESP, 2006. p. 135-148.

PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta. A aquisição da língua materna entre línguas. *Cadernos de Estudos Linguísticos,* Campinas, v. 65, n. 00, p. 1-10, 2023. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8673388. Acesso em: 10 set. 2025.

REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. Tradução de Silvana Serrani-Infante. *In*: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade.* Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 213-230.

As repetições e as possibilidades de entrever traços de sujeito na doença de Alzheimer

Milena Cordeiro Barbosa*
Nirvana Ferraz Santos Sampaio**

Resumo

A doença de Alzheimer (DA) é uma síndrome que se manifesta de forma heterogênea entre os indivíduos, sendo comum a presença de alterações na memória. A memória, do ponto de vista cognitivo, é um produto da atividade cerebral e das relações sinápticas que transformam estímulos em aprendizado. No entanto, a atividade mnemônica não se limita à estrutura biológica, pois é constitutiva da identidade do sujeito e se relaciona com as produções sociais. Questiona-se neste estudo: O que se extrai das repetições produzidas por sujeitos com o diagnóstico de DA e um interlocutor-pesquisador em contexto enunciativo-discursivo? Objetivamos analisar as repetições que sujeitos com DA produzem em interação com um interlocutor-pesquisador, a fim de identificar os processos de significação subjacentes. Para tanto, utilizou-se o aporte teórico da Neurolinguística Discursiva em diálogo com a Psicanálise Lacaniana, pelo enlace corpo-linguagem. Foram analisados dados de repetições de quatro sujeitos com o diagnóstico de DA quanto às funções desempenhadas na formulação do texto

* Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin/UESB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9794-278X.

** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora plena da UESB, atua no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL) e no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin/UESB). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5317-6569.

oral e no discurso, seguido pela apresentação de dois episódios enunciativo-discursivos a partir dos quais se buscou as relações de sentido adjacentes às repetições. Os dados de linguagem dos sujeitos em situações enunciativo-discursivas nos permitiram lançar luz a elementos contextuais que revelam que as repetições não se reduzem a meros atos metalinguísticos ou sintomas de linguagem. Além de demonstrar dificuldades que os sujeitos apresentam em se colocar no discurso e elaborar narrativas, as repetições expressam-se enquanto recurso para a elaboração, reelaboração e reparação do dito.

Palavras-chave: repetição; doença de Alzheimer; neurolinguística discursiva; produção de sentido.

Repetitions and the possibilities of apprehending traces of subjectivity in Alzheimer's disease

Abstract

Alzheimer's Disease (AD) is a syndrome that manifests heterogeneously among individuals, with common alterations in memory. From a cognitive perspective, memory is a product of brain activity and synaptic relationships that transform stimuli into learning. However, mnemonic activity is not limited to biological structures, as it is constitutive of the individual's identity and relates to social productions. This study questions: what can be derived from the repetitions produced by individuals diagnosed with AD in interaction with a researcher-interlocutor within an enunciative-discursive context? Our aim is to analyze the repetitions that individuals with AD produce during interaction with a researcher-interlocutor, in order to identify the underlying processes of meaning. To this end, we employed the theoretical framework of Discourse Neurolinguistics in dialogue with Lacanian Psychoanalysis, through the link between body and language. Data on repetitions from four subjects diagnosed with AD were analyzed concerning the functions they serve in the formulation of oral text and discourse. Subsequently, two enunciative-discursive episodes were presented, from which the relations of meaning adjacent to the repetitions were explored. The language data of the subjects in enunciative-discursive situations allowed us to shed light on contextual elements that reveal that repetitions are not merely metalinguistic acts or language symptoms. Besides demonstrating the difficulties subjects face in positioning themselves within discourse and

elaborating narratives, repetitions also serve as resources for the elaboration, re-elaboration, and repair of what is said.

Keywords: repetition; Alzheimer's disease; discourse neurolinguistics; meaning production.

Recebido em: 13/06/2025 // Aceito em: 27/11/2025

O idoso com diagnóstico de Alzheimer e os métodos avaliativos

Na doença de Alzheimer, doravante DA, frequentemente a memória encontra-se comprometida e há prejuízos também em outros domínios cognitivos, como a linguagem e as funções executivas (Machado, 2016; World Health Organization, 2024). Os estudos neuropatológicos sugerem que sujeitos com DA apresentam uma redução volumétrica da massa encefálica, devido a processos que causam morte celular e impedem/dificultam as sinapses nervosas (Parmera; Nitrini, 2015). Essa atrofia cortical é progressiva e tem como efeitos, a longo prazo, prejuízos no desempenho de atividades da vida diária, no exercício da autonomia e na funcionalidade, que serão influenciados por fatores sociais e individuais (Machado, 2016). Dessa forma, a DA se apresenta como uma síndrome que se manifesta de forma heterogênea entre os acometidos, no entanto, as alterações de memória comumente estão presentes. Em relação ao curso clínico, a DA é classificada em três estágios: inicial, intermediário e avançado ou terminal (Brasil, 2007).

A memória pode ser abordada como um produto da cognição, cuja formação, manutenção e evocação se devem à capacidade cerebral, que, através de relações sinápticas, transformam os estímulos em aprendizado (Izquierdo, 2018). No entanto, a atividade mnemônica, a vida psíquica em si, não se reduz à estrutura biológica que lhe dá suporte. A memória é constituinte da identidade, do que o sujeito sabe sobre si e o outro (Izquierdo, 2018), mantendo relação com o meio social, a posição que o sujeito ocupa, os discursos produzidos acerca do gênero e da faixa etária, dentre outros aspectos. Nesse sentido,

a subjetividade da pessoa idosa está atravessada por discursos sociais que a concebem como improdutiva, pelo afastamento dos meios de produção (Beauvoir, [1970]/2018), resultando em modos de relação que impõem ao idoso o silenciamento, a passividade e a exclusão dos espaços sociais (Bosi, 1987).

Assim, as relações sociais não estão à margem da DA, mas podem estar na base do adoecimento, como sustenta Goldfarb (2014) numa perspectiva psicanalítica. A autora propõe que as demências se originam na relação do indivíduo com a sociedade, no lugar de desprestígio que o sujeito idoso ocupa por estar afastado das atividades laborais, por apresentar mudanças psicofísicas próprias do envelhecimento e por se confrontar com a morte de contemporâneos e com a sua própria morte (Goldfarb, 2014). A experiência subjetiva do idoso com diagnóstico de demência está permeada por vivências de extremo sofrimento, vazias de sentido, configurando um estado definido pela dissolução do Eu, da memória como componente historizador (Goldfarb, 2014). Nota-se que o sujeito com demência se refugia no passado e desinveste do presente, sendo assim, o Eu não se historiciza e não há continuidade do ser, mas sim uma constante repetição do passado como vivência (Goldfarb, 2014).

Embora se observe que as dinâmicas psíquicas e sociais ofereçam subsídio ao debate acerca dos estados demenciais, a subjetividade tem sido afastada das situações diagnósticas; nestas, quase não se fala com o sujeito idoso. Durante as entrevistas médicas, normalmente, o sujeito é falado pelos acompanhantes e por profissionais de saúde, reduzindo o seu saber e as suas competências à atividade metalinguística e aos números quantificados nos testes cognitivos (Novaes-Pinto; Beilke, 2008). A medicina tradicional trata as queixas de memória sob uma perspectiva estritamente biológica,

desvinculando-as dos efeitos do envelhecimento e do efeito que os discursos social e médico sobre o envelhecimento causam no sujeito (Marcolino-Galli; Fonseca, 2016). Ou seja, esse contexto avaliativo, puramente biológico e que não dá voz ao sujeito, contribui para a destituição da pessoa idosa do lugar de sujeito de linguagem. Não há reversibilidade de papéis, o sujeito não passa a locutor (Coudry, 2001).

A Neurolinguística Discursiva tem tecido críticas acerca do uso dos testes-padrão para avaliar a linguagem. Dentre os aspectos que podem ser levantados, temos que os testes não apreendem as relações simbólicas que se estabelecem entre os interlocutores na construção das significações (Coudry, 2001). Em contraposição, defende-se uma abordagem heurística de avaliação e intervenção que se atenta aos recursos de que o sujeito lança mão para reconstituir a linguagem por meio da construção de sentidos (Coudry, 2001, 2018). Nessa perspectiva, a língua resulta de um trabalho conjunto de diversos atores sociais, através do tempo e da cultura, que reúne recursos de expressão específicos da língua natural, estruturados por regras de uso (Coudry, 2001). Baseando-se, teórica e metodologicamente, na Neurolinguística Discursiva, questiona-se: O que se extrai das repetições produzidas por sujeitos com o diagnóstico de DA e por um interlocutor-pesquisador em contexto enunciativo-discursivo? Objetivamos, por meio deste estudo, analisar as repetições que sujeitos com DA produzem em interação com um interlocutor-pesquisador, a fim de identificar os processos de significação subjacentes. Para tanto, propomos inicialmente discutir, a partir da Linguística Textual, o que se entende por repetição, seguindo pela discussão de estudos que tratam da repetição na linguagem de idosos em contextos enunciativo-discursivos.

O que pode ser dito da repetição na linguagem de idosos

Na Linguística, de forma consensual, definem-se repetições como segmentos discursivos idênticos ou similares que ocorrem duas ou mais vezes durante uma mesma circunstância discursiva (Marcuschi, 2002). Destaca-se o papel das repetições como parte do processo de edição do texto oral, uma vez que este se caracteriza por um planejamento *on-line* que tem como objetivo a compreensão pelo outro (Marcuschi, 1992). Nessa perspectiva, as repetições se relacionam de forma intrínseca com os contextos de interação, assumindo funções na composição textual e/ou no nível discursivo (Marcuschi, 2002). Assim, Marcuschi (1992) propõe a seguinte categorização das repetições no que diz respeito aos aspectos formais da construção do texto oral: quanto ao seguimento linguístico repetido (lexema, sintagma ou oração), quanto à produção (auto repetição ou hetero repetição), quanto à distribuição na cadeia textual (contígua, próxima ou distante) e quanto à configuração (literal ou com variação). A proposta do autor abrange a função das repetições na composição textual, nesse sentido, ele as categoriza em relação à coesão sequencial (formação de lista ou paralelismo), coesão referencial e formulação do texto (reconstrução, correção, expansão, parentetização ou enquadramento). Já em relação ao discurso, Marcuschi (1992) propõe categorizar as repetições cumprindo função de compreensão (reforço ou esclarecimento), de tópico (reintrodução tópica ou delimitação do episódio), de argumentação (reafirmação) e de interatividade (responsividade ou incorporação). Dessa forma, observa-se que as repetições não são exclusivas de uma faixa etária, embora seja uma característica de estigmatização da fala de idosos.

As repetições têm sido descritas na fala de pessoas idosas para caracterizá-la como enfadonha, no entanto, os estudos demonstram que, em termos de funcionalidade, a produção de repetições por idosos não difere do uso que é feito por outros falantes, ou seja, objetivam a interação, a continuidade do turno, a dilatação do tempo para elaboração da fala e o favorecimento da compreensão (Lagrotta, 2001). Por outro lado, a repetição frequente na fala de idosos institucionalizados reflete uma realidade na qual a repetição da rotina provoca a repetição dos ditos (Coudry; Sampaio; Ishara, 2012). Analisando as repetições do ponto de vista do sentido, nota-se que idosos institucionalizados reiteram vivências que eram habituais e se perderam após a mudança de residência, mas que resistem na fala como expressão da subjetividade (Coudry; Sampaio; Ishara, 2012).

Quanto à repetição na oralidade de sujeitos com DA, percebeu-se que esse fenômeno linguístico contribui para a sequencialidade, como um elemento que auxilia na construção dos turnos e na progressão conversacional, assim como para o desenvolvimento da interação (Cruz, 2008). Verifica-se que as repetições desempenham função interativa na formação de pares adjacentes ao atuar produzindo reparos ou correções e na alternância do turno (Cruz, 2008). Nota-se um efeito ecoico na linguagem de sujeitos com DA, devido ao caráter rígido na formação das repetições no que diz respeito ao aspecto prosódico-entonacional (Cruz, 2008). Essa característica, bem como o uso de expressões cristalizadas e a repetição de palavras ou frases aparentemente descontextualizadas, contribui para que as falas dos sujeitos sejam tomadas enquanto produções automáticas

(Cruz, 2008)[1]. Apesar dessas características, as repetições na fala de sujeitos com DA não são definidas como ecolalias, pois, em situações enunciativo-discursivas, possibilitam a construção de sentidos, formas e funções que caracterizam a linguagem em uso (Cruz, 2008). Nessa perspectiva, enfatiza-se a importância dos interlocutores na construção colaborativa da atividade linguística junto ao sujeito com DA e seu papel para a manutenção da interação, inclusive ao incorporar e buscar estabelecer sentido com o dito do sujeito (Cruz, 2008).

Do ponto de vista psicanalítico, em linhas gerais, as repetições são tratadas como atuações. Freud ([1914]/2022) sugeriu que experiências vividas como desprazerosas se submetem ao recalque, porém os elementos recalcados tendem a um retorno à consciência como deformações. Ou seja, sintomas, chistes, pensamentos obsessivos, atos falhos, sonhos, dentre outros, são manifestações do inconsciente que dizem respeito a conteúdos recalcados e retornam na forma de atuações. A função da repetição é tornar suportável o que foi vivido como insuportável, já que o sujeito "não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele *repete* sem, obviamente, saber o que repete." (Freud, [1914]/2022, p. 154). Nesse sentido, a fala como ato motor se opõe à posição reflexiva que a linguagem comporta. Através de Lacan ([1964]/2008), compreende-se outra perspectiva da repetição: ele propõe que o que se repete é o encontro com a falta estruturante, por meio de novos encontros inesperados na vida. Cada acontecimento inesperado, sem representação significante, desvela a condição estruturante do sujeito faltoso (Lacan, [1964]/2008). Na linguagem de sujeitos com demência,

1 Convencionou-se considerar que o fenômeno do automatismo se deve a processos de produção involuntários e monitoramento inconsciente da linguagem, no entanto, Cruz (2008) aponta que a ausência de elementos de contextualização fornece mais elementos para a análise linguística do fenômeno. Segundo a autora, as produções automáticas se relacionam ao declínio-cognitivo no que diz respeito à função reguladora da linguagem.

a repetição de situações do passado demonstra a posição do sujeito em refugiar-se em sua própria história para se defender de novas experiências traumáticas (Goldfarb, 2014).

Sendo assim, seja do ponto de vista estritamente linguístico, seja da perspectiva psicanalítica, apesar do comprometimento cognitivo presente na DA, as repetições produzidas não se dão como ações automáticas, descontextualizadas, nem como simples reproduções da fala do outro, mas como parte do processo de construção de sentidos em relação às condições de produção em que se dá o ato de fala, ao papel desempenhado na interação e à história do sujeito (Barbosa, 2024).

Adota-se o referencial teórico-metodológico da Neurolinguística de vertente Discursiva. Nessa perspectiva, a linguagem é apreendida como processo criador e constitutivo, que não se origina no sujeito, visto que é histórica e cultural, mas cujos sentidos não estão postos *a priori*, se constroem pelos interlocutores ao se servirem da língua para expressar algo que não está estrito ao código linguístico (Coudry, 2001; Coudry; Possenti, 1983; Franchi, 1992). Considera-se o sujeito que atua sobre a linguagem de forma consciente e inconsciente, que põe a língua em funcionamento, que é social, histórico, cultural, psicológico e biológico (Coudry, 2001). Defende-se uma abordagem heurística que esteja atenta ao sujeito e ao seu processo de reconstrução da linguagem por meio do sentido (Coudry, 2001, 2018).

Propõe-se um diálogo com a psicanálise lacaniana, apostando em uma convergência possível entre a perspectiva psicanalítica e a Neurolinguística Discursiva e considerando o enlace corpo-linguagem. A clínica psicanalítica com sujeitos cérebro-lesados indaga "sobre o corpo como lugar, matéria e

substância pelos quais se constitui o simbólico, reafirmando a certeza de que não apenas o corpo se estrutura como sentido, mas também a de que o sentido se estrutura como corpo" (Caneppele, 2010, p. 127). Compreende-se que a entrada na linguagem constitui subjetivamente o humano, pois, ao ser falado pelo Outro, o significante é incorporado à carne, submetendo o sujeito à ordem do significante (Lacan, [1964]/2008). Assim, ao efetuar a língua no discurso, o indivíduo situa a si mesmo na linguagem, tomando a posição de sujeito e instituindo um outro, demarcados pelos usos dos pronomes "eu" e "tu" (Benveniste, 1999). As marcas temporais, por sua vez, revelam a experiência do falante "com" e "sobre" o tempo (Benveniste, 1999). O sujeito da enunciação marca a temporalidade por meio da forma linguística que emprega, partindo do presente, este que é refeito em função do discurso a cada vez (Benveniste, 1999). Assim, passado e futuro se apresentam, em um acontecimento narrado, como perspectivas do presente, tempo em que se dá o ato de fala. Nesse sentido, a marcação temporal estabelece relação com o vivido, apontando para dinâmicas psíquicas que não seguem a linearidade do tempo cronológico (Freud, [1914]/2022). Do mesmo modo, as memórias evocadas não se tratam de cópias fidedignas das experiências que as originaram. Ao analisar os fenômenos do esquecimento e do reconhecimento, Ricoeur (2007) diferencia os rastros corticais dos psíquicos, destacando que a dimensão psíquica não se reduz à estrutura cerebral. De acordo com o autor, o esquecimento não se esclarece por completo através de explicações biológicas, uma vez que os rastros psíquicos se materializam no presente como representação de um passado que sobreviveu. Assim, Ricoeur (2007) atribui valor de signo linguístico aos rastros psíquicos.

Aspectos metodológicos

Apresentamos aqui o recorte de um estudo qualitativo, não experimental, no qual foram realizados acompanhamentos longitudinais com quatro sujeitos com diagnóstico de doença de Alzheimer, entre setembro de 2022 e agosto de 2023[2]. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, possuindo o parecer nº 5.593.971, CAAE 60976022.6.0000.0055. Os dados foram produzidos na perspectiva de dado-achado, segundo a qual aposta-se na relação dialética que se estabelece entre teoria e dado e na articulação teórica entre o objeto de investigação e a avaliação e o acompanhamento longitudinal (Coudry, 1996). A produção e a interpretação dos dados sustentam-se em um rigor metodológico flexível, teoricamente fundamentado, tendo em vista que se considera a intenção do investigador em lançar luz sobre a singularidade dos dados e formular hipóteses diante de uma realidade opaca à primeira vista (Ginzburg, 1989). Privilegia-se o processo de produção do dado, no qual participante e pesquisador estão em posição de interlocutores que colocam a língua em uso através de práticas linguageiras, tais como leitura de textos, comentários de fotografias, jogos interativos e atividades com música.

O *corpus* do estudo se constituiu de dados de narrativas orais de experiências pessoais (Labov, 1997) advindos de atividades sistematizadas de interação do interlocutor-pesquisador com quatro sujeitos diagnosticados com DA, referidos pelos nomes fictícios Luzia, Margarida, Violeta e Elizabete. Apresentaram-se

2 Este estudo é produto da dissertação de mestrado que tem como título "A repetição na oralidade de sujeitos com diagnóstico de doença de Alzheimer: diálogo entre a Neurolinguística Discursiva e a Psicanálise", vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGLin/UESB).

inicialmente dados de repetição que ilustram a tipologia proposta pela Linguística Textual; em seguida, foram apresentados dois episódios enunciativo-discursivos. Os episódios foram transcritos e elaborados segundo o modelo do Banco de Dados em Neurolinguística (BDN) (Freire; Coudry, 2016), com adaptações. Os quadros compunham-se pelas seguintes colunas: numeração de linhas, sigla do locutor, transcrição, observação das condições de produção do enunciado verbal e observações das condições de produção do enunciado não verbal. Ademais, utilizaram-se os seguintes sinais gráficos a fim de representar aspectos prosódicos na interação:

Quadro 1 – Sinais gráficos utilizados para representar aspectos prosódicos na interação

Sinal	Significado
/	Pausa breve
//	Pausa longa
( )	Trecho incompreensível
[ ]	Acréscimo ou correção ortográfica
‘ ’	Aumento do tom de voz
...	Interrupção
“ ”	Reprodução da fala de outro indivíduo

Fonte: (Barbosa, 2024, p. 88).

Sobre os participantes

Os participantes da pesquisa foram sujeitos idosos com doença de Alzheimer em fase inicial e intermediária, residentes de um município do interior da Bahia, que apresentaram condições

cognitivas de compreender a proposta do estudo e autorizá-la. Foram adotados os seguintes critérios de exclusão: a) indivíduos com outras faixas etárias abaixo de 60 anos; b) idosos sem o diagnóstico de doença de Alzheimer; c) idosos com doença de Alzheimer em estágio avançado; c) idosos com doença de Alzheimer que residam em outros municípios que não Vitória da Conquista – BA; d) idosos com doença de Alzheimer em fases iniciais que apresentem outras comorbidades psiquiátricas que não sejam Transtornos de Humor e/ou Transtornos de Ansiedade; e) idosos com doença de Alzheimer que sejam legalmente incapazes e apresentem condições cognitivas que os tornem inaptos a compreender a proposta da pesquisa. Todos os participantes foram referidos com nomes fictícios, a fim de preservar suas identidades, e o pesquisador foi identificado pela sigla Imb. Algumas características socioculturais e psicológicas dos sujeitos foram apresentadas no quadro a seguir (Quadro 2).

Quadro 2 – Perfil sociocultural e psicológico dos sujeitos da pesquisa

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Estado Civil	Características emocionais e de personalidade	Contexto de diagnóstico	Estágio da DA em que se encontra
Luzia	83	F	Não escolarizada	Casada	Bastante comunicativa. Relata vivências Familiares e religiosas. Encontra-se acamada há cerca de 3 anos, tornando-se dependente dos cuidados da filha, Lúcia, e de uma equipe de *home care*.	Ocorreu por volta de dezembro de 2020 por profissional médico, após a realização de anamnese e a aplicação do Mini Exame do Estado Mental. Como exame complementar, realizou tomografia do crânio em janeiro de 2021.	Fase inicial

Margarida	92	F	Ensino fundamental completo	Viúva	Alegre e afetuosa, gosta de cantar e realizar atividades manuais. Em 2016, começou a apresentar humor deprimido, sendo diagnosticada com depressão.	Concomitante ao diagnóstico de depressão, foi diagnosticada com DA, tendo como primeiros sintomas alteração da memória para fatos recentes, confusão mental e desorientação espacial. Na ocasião, passou a residir com a filha.	Fase inicial
Violeta	69	F	Ensino superior completo	Casada	Receptiva e alegre, gosta de música e de dançar, especialmente forró. Após a aposentadoria, passou a se dedicar a atividades com artesanato. Teve a rotina e a autonomia afetadas pelo adoecimento, pois passou a ter dificuldades em se recordar das atividades que estava realizando momentos antes, necessitando de auxílio de cuidadores.	Os primeiros sintomas de DA foram repetições e esquecimentos de situações recentes, por volta dos 50 anos. Relatório médico de 2019, a partir de dados objetivos e subjetivos, possui a informação de compatibilidade com Demência Vascular. Em outro relatório, de 2020, o mesmo profissional afirma que Violeta possui DA em fase moderada.	Fase intermediária
Elizabete	91	F	Ensino fundamental incompleto	Viúva	Receptiva e sorridente, gosta de música e em anos anteriores cantava na igreja. Gostava bastante de sair, passear e viajar, inclusive sozinha, preferência que se modificou com o tempo.	Recebeu o diagnóstico médico aos 76 anos; no período, apresentava mudança brusca do comportamento, isolamento social, agressividade, confusão mental, desorientação espacial e repetição de perguntas. O relatório médico produzido neste período afirma que Elizabete apresentava quadro demencial, com interferências nas atividades diárias e distúrbio comportamental associado, característico de DA.	Fase inicial

Fonte: Elaboração própria a partir de Barbosa (2024, p. 89).

Análise de dados de repetição de sujeitos diagnosticados com Alzheimer

I. Análise das repetições quanto à forma e à função

Nos quadros a seguir (Quadro 3 e Quadro 4), apresentam-se dados de repetição produzidos por sujeitos diagnosticados com DA, analisados segundo a categorização proposta por Marcuschi (1992).

Quadro 3 – Recortes de episódios enunciativo-discursivos que ilustram a classificação das repetições adotada por Marcuschi (1992) quanto aos aspectos formais da construção do texto oral

Quanto ao segmento linguístico repetido	Lexema	Luzia: "E eu enoivei (noivei), mas eu [não] tava ni Conquista, eu tava na roça. E ele [esposo] morava aqui ni Conquista e eu fiquei morando na roça."
	Sintagma	Luzia: "Aí pai falou assim 'Minhas fia é minha, **minhas fia** tá comigo.'"
	Oração	Margarida: "**Era muito parecido comigo**. Margael. **Muito parecido comigo**."
Quanto à produção	Auto repetição	Luzia: "Ah, minha mãe morreu. Agora aí pronto. Quando minha mãe era viva, não, mas **depois que minha mãe morreu / cabou-se**."
	Hetero repetição	Elizabete: "**Até hoje?**" Imb: "**Até hoje**."
Quanto à distribuição na cadeia textual	Contígua	Elizabete: "Heitor, Paulo e Martinho, **Rivaldo**." Imb: "**Rivaldo**."
	Próxima	Elizabete: "**Acho que só tem esses**, eu não lembro mais não. **Acho que só tem esses**."
	Distante	Violeta: "Meus **alunos**". (...) Imb: "Os **alunos**?"
Quanto à configuração	Literal	Imb: "Essa é **antiga**, hein?". Violeta: "**Antiga**, de mil novecentos e antigamente."
	Com variação	Luzia: "**Minha vó não queria nós, nem as tia não queria** (nós). **Meu tio e meu padrinho também não quis** (nós)."

Fonte: (Barbosa, 2024, p. 93-94).

Quadro 4 – Recortes de episódios enunciativo-discursivos que ilustram a tipologia das repetições adotada por Marcuschi (1992) quanto às funções que as repetições cumprem na composição textual e em relação ao contexto discursivo

Funções na composição do texto	Coesão sequencial	Formação de listas ou paralelismos	Luzia: "Trazia feijão, trazia arroz, trazia farinha, trazia tudo pra mim."
	Coesão referencial		Luzia: "O senhor de 15 em 15 dia, o senhor tá aqui ni **Conquista**". E eu enoivei (noivei), mas eu [não] tava ni **Conquista**, eu tava na **roça**. E ele [esposo] morava aqui ni **Conquista** e eu fiquei morando na roça."
	Formulação	Reconstrução	Elizabete: "**Era meu irmão mais velho**". Imb: "Era **mais velho** do que a senhora?". Elizabete: "Não, dos **homens**." (...) Elizabete: "**Era o meu irmão mais velho dos homens**."
		Correção	Luzia: "Igreja Deus é Amor **tava escrito**. **Tá escrito**!"
		Expansão	Luzia: "**E eu tava morando mais a mulé**. **Eu tava morando mais a mulé que criou ele / que criou meu esposo**."
		Parentetização	Luzia: "**Tacava a língua ni nós**." Imb: "Eita!" Luzia: "**Tacava a língua ni nós**. Ah, minha mãe morreu. Agora aí pronto."
		Enquadramento	Elizabete: "**De primeira, as mulher paria tanto que a gente até que esquece**." (...) Elizabete: "**De primeira, as mulher já paria, nera irmã?**"

Funções discursivas	Compreensão	Reforço	Elizabete: "É, chamava Rivaldo. Era o meu irmão mais velho dos homens. // Rivaldo. Eu **alembrei**, né?" Imb: "Isso, a senhora **lembrou**."
		Esclarecimento	Margarida: "**Ele vinha aqui** toda semana de Piripá, **ele vinha para aqui me ver**."
	Tópico	Reintrodução de tópico	Luzia: "E eu tava morando mais a mulé. **Eu tava morando mais a mulé que criou ele** / que criou meu esposo." (...) Luzia: "**Era a mãe que criou ele**."
		Delimitação de episódio	Elizabete: "**Acho que só tem esses**, eu não lembro mais não. **Acho que só tem esses**. //"
	Argumentação	Reafirmação	Luzia: "Lá na fazenda Gaviãozinho **tinha e tem rio até hoje tem, até hoje tem, porque era rio mesmo, né? Não é represa, não é poço, não é nada. É rio de água corrente**." (...) Luzia: "O ano inteiro. **Te... tinha e tem até hoje"**. Imb: "**Tem até hoje**." Luzia: "**Tem até hoje**. /" (...) Luzia: "Inclusive, até o rio... essa fazenda Baixão ela é.. ela **tem um rio até hoje. Porque ninguém não desbota um rio, né? Só Deus**."
	Interatividade	Responsividade	Elizabete: "**Foi**?" Imb: "**Foi**, um bocado."
		Incorporação	Imb: "Teve algum irmão que **morreu**?" Elizabete: "// **Morreu**, mas eu esqueci o nome do... // nm... Rivaldo!"

Fonte: (Barbosa, 2024, p. 94-95).

As repetições produzidas por sujeitos diagnosticados com DA se assemelham às produções de falantes sem o diagnóstico,

uma vez que cumprem funções relativas à formulação do texto oral e à produção do discurso. Dado o caráter *on-line* da produção da oralidade, os sujeitos se apoiam nas repetições como recurso previsto pelo código para reformular, recompor, retomar elementos narrativos, compreender, tomar o turno e sinalizar o próprio envolvimento na interação, além de enfatizar, esclarecer e reforçar aspectos de sua história (Barbosa, 2024). Assim, corroborando Marcuschi (1992, 2002), as repetições, mesmo em um quadro de comprometimento neurológico, não se caracterizam por equivalência semântica, nem se reduzem a sintomas de linguagem como sugerem os resultados de testes-padrão.

II. Análise das repetições quanto à produção de sentidos

A seguir, apresentamos o recorte de uma situação enunciativo-discursiva, na qual o sujeito Violeta mostrava algumas de suas fotografias de anos anteriores para a pesquisadora. As fotografias traziam o sujeito sozinho, com familiares, amigos e em contextos diversos.

Quadro 5 – "Era eu que provocava eles" – Episódio de 29 de agosto de 2023

Linha	Interlocutor	Transcrição	Observações sobre as condições de produção do enunciado verbal	Observações sobre as condições de produção do enunciado não-verbal
1	Imb	A senhora... Cadê a **senhora**?		Questiona olhando a fotografia.

2	Violeta	Ó eu aqui!		Apontando na fotografia.
3	Imb	A **senhora** com... Quem são esses outros?		
4	Violeta	Aqui / era eu que **provocava** eles.		
5	Imb	A **senhora provocava** era?		
6	Violeta	Eu **provocava**		
7	Imb	Ham...		
8	Violeta	"Para todo mundo aí, para aí." "Olha, preste atenção no que vocês vão fazer aí, se não vocês vão ficar s... tão revoltada que vocês nem querem".		
9	Imb	E eles são o que da **senhora**?		Apontando as crianças ao lado de Violeta na fotografia.
10	Violeta	Meus **alunos**.		
11	Imb	Ah, eram os **alunos**.	Surpresa	
12	Violeta	É.		
13	Imb	Aí fez uma pose para tirar a foto.		
14	Violeta	Foi. Aqui são meus **alunos** // brecheira.	Risos	
15	Imb	A **senhora** ensinou...	Risos Sobreposição de vozes	
16	Violeta	Aqui é **minha mãe**. **Minha mãe que tirou**...	Comentando outra foto.	

17	Imb	**Sua mãe que tirou?**		
18	Violeta	Foi. **Eu tirei também, né?**		
19	Imb	Ah! A **senhora está na foto** também.		
20	Violeta	**Tô na foto**. /		
21	Imb	E a do lado é **mãe** da **senhora**.		
22	Violeta	Eu sou a... aqui minha barriga aqui parecendo que eu tô pra parir.		
23	Imb	Tá achando? Não **achei**. **Achei** a **senhora** tão alinhada. Tão bonitona, assim alinhada.		
24	Violeta	Isso aqui, menina. Eu tinha uma falta disso aqui. Ó minha cara, eu tinha, eu tinha...	Interrompe a fala quando o neto abre a porta da casa.	

Fonte: (Barbosa, 2024, p. 130-132).

Na situação de interação entre Violeta e Imb estão presentes inserções e repetições, observa-se que a ausência desses aspectos implicaria no processo de significação, como pode ser notado na seguinte inserção do sujeito: "Aqui é minha mãe. Minha mãe que tirou...". A escolha do verbo "tirar" produziu estranhamento na interlocutora, pois "tirar" pode se referir ao ato de fotografar e ao de ser fotografado. Diante do impasse, por visualizar que a mãe do sujeito estava na fotografia e não se tratava de uma *selfie*, a interlocutora recorre à repetição da frase em forma

interrogativa para verificar a informação dada pelo sujeito “Sua mãe que tirou?”. Em resposta, Violeta afirma, “Foi. Eu tirei também, né?”, produzindo assim sentido ao dito intencionado, o sujeito e sua mãe tinham sido fotografados juntos.

O pronome “eu” é reiterado pelo sujeito, de modo a diferenciar-se da mãe, mas também de si mesmo. Violeta localiza o tempo cronológico ao identificar traços físicos seus que estavam fixados na fotografia, no entanto, não os possui mais quando diz: “Eu sou a... aqui minha barriga aqui parecendo que eu tô pra parir” e “Isso aqui, menina. Eu tinha uma falta disso aqui. Ó minha cara, eu tinha, eu tinha...”. A fotografia atua como suporte material para o reconhecimento de si própria, um rastro psíquico (Ricouer, 2007) no presente de uma imagem que já não é a mesma. Assim, a partir da colaboração do interlocutor-pesquisador, o falante diagnosticado com DA mobiliza a linguagem, recriando as circunstâncias envolvidas nas fotografias e propiciando a emergência das memórias e a produção de sentidos. Nesse sentido, reforça-se que a avaliação da linguagem em situação enunciativo-discursiva acomoda a evocação de fragmentos de memória da sua história pessoal, constituintes da identidade do sujeito (Barbosa, 2024).

Ao perceber as dificuldades do sujeito na linguagem, o interlocutor-pesquisador se coloca na interação de forma colaborativa, recorrendo às repetições para apoiar a fala do sujeito. A referenciação é percebida na reiteração do vocábulo “senhora” nas linhas 3, 5, 9, 15, 19, 21 e 23. Nota-se reforço na linha 11, quando o interlocutor-pesquisador diz “Ah, eram os alunos.”, e na linha 19, na formulação “Ah! A senhora está na foto também.” Além disso, ocorre a reiteração na forma

interrogativa, como na linha 5, "A senhora provocava era?", e em "Sua mãe que tirou?", na linha 17. Isso se dá após o estranhamento da informação dada pelo interlocutor com DA, intencionando a verificação do dito, como discutido por Cruz (2008). A autora aponta que essa posição do interlocutor sugere a ocorrência de um desacordo na fala do outro, convocando-o a uma reparação ou confirmação do dito. Trata-se de um recurso que o interlocutor utiliza para interromper o fluxo da fala do sujeito de forma sutil e introduzir uma questão que será resolvida no turno subsequente (Cruz, 2008). No episódio em análise, na linha 6, não há reparação pelo sujeito, no entanto, Violeta dá continuidade à interação, no turno 8, lançando mão de novos significantes para exemplificar o ato de "provocar" que lhe foi questionado pelo interlocutor-pesquisador, ela diz: "Para todo mundo aí, para aí.", "Olha, preste atenção no que vocês vão fazer aí, se não vocês vão ficar s... tão revoltada que vocês nem querem.".

A seguir, apresentamos o recorte de um episódio enunciativo-discursivo, no qual o sujeito Margarida narra as circunstâncias em que se deram a morte trágica do filho Margael, temática frequente nos encontros com a pesquisadora.

Quadro 6 – "É por causa da dor que sentiu" – Episódio de 17 de outubro de 2022

Linha	Interlocutor	Transcrição	Observações sobre as condições de produção do enunciado verbal	Observações sobre as condições de produção do enunciado não-verbal

1	Margarida	É. E uns já **morreu**. Um mesmo morava ni **Piripá**. Foi embora. **Morreu** / **Chegando ni Piripá**. Parece que **veio um carro de lá**. Eu sei que **morreu**... deixou a família... morando lá... deixou a família. **Morreu**. **Margael**.		
2	Imb	Foi acidente...		
3	Margarida	**Ele vinha toda semana aqui ni Conquista me ver**.		
4	Imb	Ah sim, **ele vinha ver a senhora**.		
5	Margarida	**Ele** gostava de mim, **ele** queria muito // **ele** me queria muito bem / **Margael**. Chamava **Marga-el**. Eu chamo Margarida e o Istênio [esposo]. É Ist... Ah, **Margael**. O primeiro que era Maristênio que é Margarida e Istênio.		
6	Imb	Sim, combinou os dois.		
7	Margarida	O segundo / o segundo eu botei **Margael**, **Margael**.		
8	Imb	Sempre dando um jeitinho de **encaixar** os dois nomes, de **combinar**.		
9	Margarida	**Encaixar, combinar é** / **Margael** é... // **morreu** também no **ano passado**.		
10	Imb	**O ano passado?**		

11	Margarida	Foi aqui **chegando perto de Piripá** já. **Veio um carro de lá** e ele mandou os meninos sair e ele tava dentro do carro. **E ele morreu e uma menina de Piripá que vinha sentada atrás dele morreu também**. **Morreu ele e uma menina que tava sentada atrás.**		

Fonte: (Barbosa, 2024, p. 112-113).

Na narrativa do sujeito Margarida, observa-se a reiteração do verbo morrer nas linhas 1, 9 e 11 e do nome próprio Margael, nas linhas 1, 5, 7, 9 e 11. As repetições cumprem a função de reafirmação e reforço. Assim, o sujeito reafirma e reforça de forma insistente a morte do filho. Já na linha 4, o interlocutor-pesquisador reitera algo que foi dito pelo sujeito, "Ah sim, ele vinha ver a senhora.". Essa reafirmação desencadeia repetições por paralelismo na fala do sujeito, nas quais enumera aspectos que compunham sua relação com o filho, quando diz, por exemplo, na linha 5, "Ele gostava de mim, ele queria muito // ele me queria muito bem.". Posteriormente, na linha 9, o sujeito aceita a sugestão dada pelo interlocutor, incorporando os verbos utilizados por ele: "Encaixar, combinar é".

Na linha 10, o pesquisador produz a repetição "O ano passado?", pois nota o equívoco que é revelado na marcação temporal feita pelo sujeito. Como efeito, o sujeito narra as circunstâncias da morte, inclusive a causa que havia sido introduzida na linha 1, "Parece que veio um carro de lá.", que somente é concluída na linha 11: "Veio um carro de lá e ele mandou os meninos sair e ele tava dentro do carro.". O tempo em que o sujeito localiza a perda ("ano passado") nos dá indícios não

do tempo cronológico, uma vez que na realidade já se passaram quase dez anos do ocorrido, mas do tempo vivido. Infere-se que a morte do filho é sentida em atualização, como uma dor extrema, insuportável, diante disso, de forma inconsciente, o sujeito desinveste do presente em proteção ao risco de novas perdas (Goldfarb, 2014).

O modo como a narrativa é construída chama a atenção, pois no relato há traços de um encadeamento automático de ideias, como se observado quando explica o nome do filho Margael, na linha 5, "Chamava Marga-el. Eu chamo Margarida e o Istênio [esposo]. É Ist...". Essa ocorrência é corrigida por Margarida em seguida, "Ah, Margael. O primeiro que era Maristênio que é Margarida e Istênio.". Na linha 11, ocorre a produção de uma repetição que causa o efeito de automatismo, quando Margarida diz "E ele morreu e uma menina de Piripá que vinha sentada atrás dele morreu também", reiterando em seguida "Morreu ele e uma menina que tava sentada atrás.". O equívoco na fala sugere um processo psíquico subjacente, a fala como ato motor. Ou seja, o retorno na fala do que não foi simbolizado, pelo caráter traumático. Supõe-se que o conteúdo repetido por Margarida retorna na fala com a mesma insistência que esse fato insuportável retorna em sua memória. Nesse sentido, o uso que o sujeito faz da linguagem, em interlocução, possibilita que ele formule uma narrativa coerente, que produza sentidos, sobretudo para si mesmo, acerca do acontecimento vivido.

Considerações finais

Os dados do estudo não permitiram verificar uma correlação entre o nível de escolaridade e o grau de comprometimento

dos sujeitos, embora esse aspecto seja abordado por outras pesquisas. Dentre os participantes, o sujeito Violeta se destaca por apresentar nível superior completo. No entanto, Violeta encontra-se em fase moderada da doença e demonstra dificuldade em discorrer sobre os acontecimentos de sua vida, fazendo o uso de expressões que se distanciam das regras pragmáticas da linguagem. Já os dados de Margarida, sujeito com o ensino fundamental completo, sugerem que as descontinuidades da fala, hesitações e repetições mantêm estreita relação com o conteúdo da fala. Com isso, os dados reforçam que as dificuldades de linguagem na DA se apresentam mesmo em contextos de alto grau de escolarização, sendo imprescindível a investigação da linguagem para o diagnóstico da doença.

As repetições produzidas na oralidade pelos sujeitos com o diagnóstico de DA se assemelham ao uso de repetições por sujeitos sem qualquer comprometimento neurológico, como as do interlocutor-investigador, pois mantém uma característica própria do texto oral, a produção *on-line*. Assim, o repetido não diz o mesmo da primeira ocorrência, mas cumpre funções diversas, desde a formulação textual até a construção do discurso. Os dados produzidos em interação nos permitem extrair elementos contextuais que distanciam as repetições de meros atos metalinguísticos e sintomas de linguagem. Além disso, nota-se que as repetições, em situações enunciativo-discursivas, se associam tanto a dificuldades do sujeito na elaboração de narrativas, quanto aos meios de elaboração, reelaboração e reparação do dito. Nesse sentido, verificou-se que o sujeito com DA se serve da escuta colaborativa do interlocutor, ao pontuar marcas temporais e equívocos, para se escutar e construir sentido acerca do vivido no presente.

Ao tomar a memória como elemento historizador, foi percebido que o que se repete na fala de sujeitos com diagnóstico de DA está estritamente relacionado com sua própria história de vida, com as marcas que o constituem, o lugar social que ocupa e ocupava, os vínculos feitos e as dores que carrega. Reforça-se que a prática clínica contextualizada, não dissociada da história de vida do sujeito, permite a avaliação da linguagem e a emergência do sujeito, tendo o diagnóstico patológico em suspensão. Assim, foram elucidadas as singularidades dos sujeitos e reveladas pistas que direcionaram para a reelaboração das dificuldades de linguagem e memória.

Referências

BARBOSA, Milena Cordeiro. *A repetição na oralidade de sujeitos com diagnóstico de Alzheimer*: diálogo entre a neurolinguística discursiva e a psicanálise. 2024. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2024. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=16451773. Acesso em: 10 jun. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Tradução de Maria Helena Franco Martins. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. Obra original publicada em 1970.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Juan Almela. Madri: Siglo XXI Editores, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1987.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; Cadernos de Atenção Básica, n. 19). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad19.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

CANEPPELE, Alessandra. Por onde a neurolinguística discursiva caminha através da teoria freudiana? *In*: COUDRY, Maria Irma Hadler *et al*. (org.). *Caminhos da Neurolinguística Discursiva*: teorização e práticas com a linguagem. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 121-139.

COUDRY, Maria Irma Hadler. O que é dado em Neurolinguística? *In*: CASTRO, Maria Fausta Pereira (org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora Unicamp, 1996. p. 179-194.

COUDRY, Maria Irma Hadler. *Diário de Narciso:* discurso e afasia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COUDRY, Maria Irma Hadler. *Diário de Narciso* e Neurolinguística Discursiva: 30 anos depois. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 60, n. 2, p. 323-350, maio/ago. 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8653126. Acesso em: 12 jun. 2025.

COUDRY, Maria Irma Hadler; POSSENTI, Sírio. Avaliar discursos patológicos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 5, p. 99-109, 1983. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636629/4348. Acesso em: 12 jun. 2025.

COUDRY, Maria Irma Hadler; SAMPAIO, Nirvana Ferraz Santos; ISHARA, Cinthia. Dado e novo na linguagem de idosos. *In*: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; PACHECO, Vera (org.). *Da Fonética ao Discurso*: questões de pesquisa. São Carlos: Claraluz, 2012. p. 48-69.

CRUZ, Fernanda Miranda. *Linguagem, interação e cognição na doença de Alzheimer*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/429976. Acesso em: 12 jun. 2025.

FRANCHI, Carlos. Linguagem – atividade construtiva. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 22, p. 9-39, jan./jun. 1992. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636893/4615. Acesso em: 12 jun. 2025.

FREIRE, Fernanda Maria Pereira; COUDRY, Maria Irma Hadler. Banco de Dados de Neurolinguística: ver, analisar, intervir, teorizar. *In*: 5º CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, Portugal, v. 3, p. 367-376, 2016.

FREUD, Sigmund. Lembrar, repetir e perlaborar. *In*: FREUD, Sigmund. *Fundamentos da clínica psicanalítica*. 2. ed. Tradução de Claudia Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 151-164. Obra original publicada em 1914.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GOLDFARB, Delia Catulho. *Demências*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

IZQUIERDO, Iván. *Memória*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

LABOV, William. Some Further Steps in Narrative Analysis. *The Journal of Narrative and Life History*, v. 7, n. 1-4, p. 3-38, 1997. Disponível em: https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/jnlh.7.49som. Acesso em: 12 jun. 2025.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11*: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. Obra original publicada em 1964.

LAGROTTA, Márcia Gomes. *A repetição em idosos em diferentes situações institucionais*. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MACHADO, José Carlos B. Doença de Alzheimer. *In*: FREITAS, Elizabete Viana; PY, Lígia (org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. p. 423-466.

MARCOLINO-GALLI, Juliana; FONSECA, Suzana Carielo. Sobre queixas de dificuldades de memória na velhice. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 227-242, 2016. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/46818. Acesso em: 12 jun. 2025.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *A repetição na língua falada*: formas e funções. 1992. Tese (Livre Docência) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. *In*: KOCH, Ingedore Villaça (org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. rev. Campinas: Editora Unicamp, 2002. p. 105-141.

NOVAES-PINTO, Rosana do Carmo; BEILKE, Hudson Marcel Bracher. Avaliação de linguagem na Demência de Alzheimer. *Estudos da Língua(gem)*, v. 6, n. 2, p. 97-126, 2008. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1068. Acesso em: 12 jun. 2025.

PARMERA, Jacy B.; NITRINI, Ricardo. Demências: da investigação ao diagnóstico. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 94, n. 3, p. 179-184, jul./set. 2015. Disponível em: https://revistas.usp.br/revistadc/article/view/108748. Acesso em: 12 jun. 2025.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *ICD-11 for mortality and morbidity statistics*. WHO, 2024. Disponível em: https://icd.who.int/browse/2025-01/mms/en. Acesso em: 12 jun. 2025.

Representação do discurso outro em práticas de letramento acadêmico de universitários brasileiros e franceses no enfrentamento da desinformação

Gabriel Guimarães Alexandre*
Fabiana Komesu**
Cédric Fluckiger***
Juliana Alves Assis****

Resumo

De uma perspectiva teórica que privilegia os estudos sobre discurso relatado, particularmente, aqueles que se voltam à representação do discurso outro (RDO), este artigo tem como objetivo investigar o modo pelo qual a RDO pode ser reconhecida em práticas de letramento acadêmico de universitários brasileiros e franceses, quando da demanda institucional, em produções textuais escritas, de análise de *fake news* (notícias deliberadamente falsas ou enganosas) numa atividade acadêmica. Interessa-se por descrever e interpretar aspectos linguísticos e discursivos da RDO que indiciem o trabalho dos universitários com a reflexividade em linguagem, considerando-se semelhanças e/ou diferenças desses aspectos entre os estudantes dos dois países. Trata-se de pesquisa qualitativa de caráter exploratório, cujas análises foram feitas de maneira longitudinal. O *corpus* da pesquisa é constituído de

* Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce), São José do Rio Preto. Doutor em Estudos Linguísticos. Pós-Doutorando do programa franco-brasileiro CAPES-COFECUB. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1432-1118.

** Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce), São José do Rio Preto. Doutora em Estudos Linguísticos. Professora e pesquisadora. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3820-1559.

*** Université de Lille (ULille), Câmpus de Villeneuve-d'Ascq. Doutor em Ciências da Educação. Professor e pesquisador. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2900-0616.

**** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Câmpus de Belo Horizonte. Doutora em Linguística. Professora e pesquisadora. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9383-4850.

produções textuais escritas de universitários (*n* = 191), coletadas numa universidade do Brasil e numa universidade da França. A organização do conjunto do material e da análise foi realizada com o *software* de análise de dados textuais MAXQDA. Os resultados demonstram o potencial explicativo desse fenômeno linguístico-discursivo, com destaque a contribuições para a pesquisa e para a formação pedagógica dos estudantes, sobretudo, no que se refere à gestão da palavra alheia em atividades acadêmicas não convencionais.

Palavras-chave: letramentos acadêmicos; ensino superior; desinformação; *fake news*; representação do discurso outro.

Representation of the Other's Discourse in Academic Literacy Practices of Brazilian and French Undergraduate Students in the Combat of Disinformation

Abstract

Drawing on a theoretical framework that foregrounds studies on reported discourse – particularly those concerned with the representation of others' discourse (ROD) –, this article aims to investigate how ROD can be recognized in academic literacy practices of Brazilian and French undergraduate students when they are asked to produce written texts analyzing fake news (deliberately false or misleading information) as part of an academic activity, in response to an institutional demand. This study seeks to describe and discuss linguistic and discursive features of the representation of others' discourse (ROD) that reflect how undergraduate students engage in linguistic reflexivity, considering potential similarities and/or differences between students from the two countries. This research adopts a qualitative and exploratory design, with analyses performed in a longitudinal manner. The research corpus consists of written productions by undergraduate students (n = 191), collected from a university in Brazil, and from a university in France. The organization and analysis of the material were carried out using the textual data analysis software MAXQDA. The results demonstrate the explanatory potential of this linguistic-discursive phenomenon, with notable contributions to research and to the pedagogical training of students, especially regarding the management of others' discourse in non-conventional academic tasks.

Keywords: academic literacies; higher education; disinformation; fake news; representation of other's discourse.
Recebido em: 23/06/2025 // Aceito em: 02/10/2025

1. Introdução[1]

Este trabalho insere-se nos estudos da linguagem que se dedicam ao discurso relatado, compreendendo-o como representação do discurso outro (Authier-Revuz, 2020). Com base em pressupostos advindos dos estudos de letramentos, por um lado, e da análise do discurso de vertente francesa, por outro, o objetivo deste artigo é investigar como a representação do discurso outro (doravante, RDO) pode ser reconhecida em práticas de letramento acadêmico de universitários brasileiros e franceses, quando da demanda institucional, em produções textuais escritas, de análise de *fake news* (notícias deliberadamente falsas ou enganosas) numa atividade acadêmica. Interessa a este trabalho descrever e interpretar aspectos linguísticos e discursivos da RDO que indiciem o trabalho dos universitários com a reflexividade em linguagem, considerando-se semelhanças e/ou diferenças desses aspectos entre os estudantes dos dois países. Trata-se de pesquisa qualitativa de caráter exploratório, cujas análises foram feitas de maneira longitudinal. Tenciona-se investigar aspectos linguístico-discursivos da RDO em práticas letradas acadêmicas com o objetivo de compreender como se inter-relacionam com outras, considerando-se os contextos dos dois países (Brasil e França).

Este artigo está organizado da seguinte maneira: a seção 2 apresenta uma abordagem discursiva das práticas de letramento em contextos formais de ensino, numa conjuntura de luta contra a desinformação; a seção 3 descreve o conjunto do material e os

1 O presente trabalho foi realizado com o apoio do Programa CAPES-COFECUB (processo 88887.979747/2024-00), da FAPESP (processo 2022/05908-0), da FAPEMIG (APQ-05058-23), do CNPq/Universal (processo 409249/2023-8), do CNPq/PQ (processos 301678/2025-1 e 312852/2022-3) e do Laboratório CIREL (Centre interuniversitaire de recherche en éducation de Lille), equipe Théodile, da Université de Lille, França, aos quais os autores agradecem.

procedimentos metodológicos do trabalho; a seção 4 expõe os resultados da análise e a seção 5 discute esses resultados. A seção final apresenta considerações sobre o estudo, com destaque para seu alcance e possíveis desdobramentos.

2. Uma abordagem discursiva de práticas de letramento acadêmico na conjuntura da desinformação

No contexto de práticas letradas acadêmicas, na relação com as digitais, Gourlay, Hamilton e Lea (2014) destacam a inseparabilidade entre mudanças sociais, econômicas e culturais e desenvolvimento das tecnologias digitais, cujas promessas quanto ao potencial de ampliação do ensino superior, bem como a questões de equidade, acesso e participação, moldaram (e ainda moldam) o setor acadêmico (e mercadológico) no início deste século. Sabe-se, ainda, que a interação potencializada pela internet promoveu o aparecimento de uma cultura concebida, por pesquisadores em diferentes domínios, como participativa (Jenkins, 1992; Lankshear; Knobel, 2011, 2017), em que "decisões sobre o que passar ou não adiante na internet reconfiguram o cenário midiático" (Jenkins; Green; Ford, 2014, p. 24). A acentuação dos usos de tecnologias digitais pode também ser vista do ponto de vista do chamado processo de engajamento de usuários em redes sociais digitais, a partir do qual países como Brasil e França podem ser reconhecidos.

De acordo com o mais recente relatório da agência especializada em tendência de mídia social, *Data Reportal* (2024), considerado o índice de engajamento de pessoas à internet, na relação com o total da população conectada, Brasil apresenta 86,6% e França, 93,8% desse índice, o que indica

forte participação das populações desses países em ambientes digitais. Além disso, quanto às plataformas sociais, Brasil utiliza, em primeiro lugar, o WhatsApp (93%), seguido do Instagram (91,2%) e do Facebook (83%). No caso da França, Facebook aparece em primeiro lugar (72%), seguido do WhatsApp (63%) e do Instagram (60%).

Em termos de utilização de mídia social como fonte de notícias, na comparação com a média mundial (34,2%), Brasil encontra-se em terceiro lugar (com 52,7% da população) e França, em quadragésimo (com 31% da população). Essa diferença pode ser de interesse de um estudo comparativo entre os países, levando-se em conta uma investigação de práticas letradas acadêmicas e digitais no contexto de enfrentamento da desinformação. Esse estudo comparativo é ainda justificado por histórico de parceria acadêmico-científica entre pesquisadores dos dois países, como destacam Komesu *et al.* (2025), considerando-se programas de cooperação internacional como CAPES-COFECUB, iniciado em 1978. Com efeito, os autores reafirmam a importância de promoção da educação científica, sobretudo, diante de desafios impostos pelo fenômeno da desinformação em práticas letradas mediadas por tecnologias digitais (Komesu; Daunay; Fluckiger, 2021; Assis; Komesu; Pollet, 2021; Komesu; Alexandre; Silva, 2020; Oliveira *et al.*, 2024), comuns às realidades educacionais e sociais do Brasil e da França (mas não somente).

Ambos os países promovem em suas agendas discussões sobre o avanço da desinformação em diferentes temas, a exemplo do ocorrido na pandemia de covid-19. No caso dos países da Europa, em especial, na França, destaca-se que, embora se tenha o aumento de circulação de teorias conspiratórias, movimentos anticiência/antivacina e ceticismo em relação à catástrofe

climática, há respeito da população pelo conhecimento científico produzido naquele país, o que coloca em evidência a importância de práticas de letramento com abordagem crítica da realidade em contexto de consumo e de propagação de informações (Siarova; Sternadel; Szőnyi, 2019). No caso do Brasil, a disseminação de teorias conspiratórias tem sido observada, na área de saúde pública e política, no que respeita à avaliação de posições negacionistas de autoridades governamentais (Ricard; Medeiros, 2020; Recuero *et al.*, 2020).

No âmbito dos estudos da linguagem, práticas sociais de leitura e escrita que mobilizam uso de tecnologias digitais têm sido investigadas na produção acadêmica em diferentes níveis de ensino. Com menos ênfase à aparente "novidade" associada a uma "revolução tecnológica" e com atenção voltada a processos sociais significativos, refletir de uma perspectiva socioantropológica sobre práticas de letramento permite considerar, nesse processo, uma sobreposição de modelos de letramentos (Lea; Street, 2014), em que o domínio de uma superfície linguística, por meio de dispositivos tecnológicos, e a atividade de aculturação de estudantes a gêneros mediados por tecnologias digitais, demanda a problematização da produção de sentido, identidade, poder e autoridade dos usos sociais de leitura e escrita em ambientes digitais. Trata-se de um processo de textualização discursiva que não se restringe ao momento imediato da produção do texto com uso de tecnologias, mas implica o reconhecimento da complexidade de sua constituição, na consideração de uma dinâmica do fenômeno de desinformação e *fake news*.

Alexandre (2024) evita adotar uma concepção restrita de desinformação, concebida como o que seria a "não informação"

ou, ainda, o que seria deliberadamente falso ou enganoso (caso das *fake news*). Apoiando-se em estudos sobre o fenômeno (Wardle; Derakhshan, 2017; Tandoc Jr.; Lim; Ling, 2018), retoma o trabalho de Assis, Komesu e Pollet (2021), para as quais uma concepção ampla do conceito deve levar em conta características referentes a informações verificáveis, estratégias de fabricação e manipulação de notícias, estratégias de produção do verossímil para constituírem "valor de troca" e estratégias de linguagem, como a sátira e a paródia. Alexandre (2024) argumenta que a passagem da noção de informação à desinformação é uma ficção discursiva. Assume, com outros autores, um conceito de (des) informação segundo uma dinâmica complexa que constitui a desordem informacional que, por sua vez, atua transversalmente em temas diversos da sociedade. Diante de conteúdos circulantes em redes sociais digitais, seu interesse recai sobre a atividade analítica de sujeitos que são impelidos a "tomar uma decisão" sobre em que (não) confiar, no movimento cotidiano de consumo de informações.

A prática de análise de um discurso outro pode ser concebida no âmbito da heterogeneidade enunciativa (Authier-Revuz, 1990), uma vez que "joga" com as fronteiras entre exterior e interior do discurso, quanto ao alcance linguístico da construção da realidade. Fundamentada num aparato teórico que articula o dialogismo bakhtiniano como princípio constitutivo da linguagem, a linguística enunciativa benvenistiana e a psicanálise lacaniana, a representação do discurso outro (RDO) é entendida como marca de heterogeneidade representada no/do discurso. Para Authier-Revuz (1990, 2020), o discurso é radicalmente heterogêneo, numa relação consigo próprio, com um sujeito que o diz e com um exterior que lhe constitui. Propõe, na interlocução entre texto

e contexto, uma reflexão sobre processos reais (heterogeneidade constitutiva) e representacionais (heterogeneidade representada) articulados, ambos, no processo mesmo do dizer. Dito de outro modo, o vínculo entre o que está "de fora" do dizer e que a ele é constitutivo é resultante desses dois planos, numa negociação do sujeito (do inconsciente) com a "ameaça" da heterogeneidade que lhe escapa. Por essa razão, Authier-Revuz (1990) alerta para o fato de que, se toda articulação entre esses dois planos comporta uma assimilação redutora de um ao outro, não se deve, "na base de sua irredutibilidade, admitir o fechamento na descrição de um dos dois planos, havendo risco permanente de fazê-lo como realidade enunciativa" (Authier-Revuz, 1990, p. 32).

Essa proposta vai ao encontro de uma concepção segundo a qual "interior" e "exterior" do discurso são faces de uma mesma realidade. Para Authier-Revuz (2020), a reflexividade metalinguística é constitutiva e linguageira, pois o discurso é sempre discurso sobre um discurso – seja o discurso "se fazendo", seja o discurso "sobre outro". Logo, duas condições impediriam a univocidade da língua: a reflexividade metalinguageira e a alteridade discursiva. Definida pela linguista como ato de enunciação que tem como referência outro ato, a RDO é campo que possibilita o estudo das formas pelas quais um discurso coloca um exterior a si mesmo, delimitando-o para ter acesso à imagem que o discurso constrói de si próprio (Authier-Revuz, 2020).

No contexto de práticas letradas acadêmicas com uso de tecnologias digitais, de interesse deste trabalho, as respostas de universitários brasileiros e franceses a uma demanda institucional, numa reflexão sobre desinformação, configuram-se como lugar privilegiado para observação da representação do

discurso outro: no par dialógico pergunta-resposta[2], responde-se não somente a uma instrução (enunciado), mas também a uma situação de enunciação na qual aquela consigna aparece. A seção seguinte descreve o conjunto do material e os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho.

3. Investigando a eletricidade no Egito e a extinção das abelhas no mundo: material e procedimentos metodológicos

3.1 Constituição do *corpus*

O conjunto do material é constituído de 191 produções textuais escritas, produzidas por universitários matriculados em cursos de licenciatura e bacharelado de uma universidade brasileira e de outra francesa, no âmbito de projetos de colaboração de pesquisa internacional mais amplos[3]. Essas produções foram coletadas no ano de 2024, tanto no Brasil, quanto na França, em disciplinas regulares que tratavam de práticas de leitura e produção de textos no contexto acadêmico, dado o interesse institucional de promoção de educação científica no enfrentamento da desinformação. O perfil dos participantes brasileiros é o de universitários licenciandos em Física e em

2 Nos estudos da linguagem, o par pergunta-resposta é compreendido como unidade dialógica, no destaque para sua natureza interlocutiva. Neste trabalho, concebemos a atividade acadêmica endereçada aos universitários dos dois países na qualidade de um **par pergunta-resposta**, uma vez que a resposta formulada não se dissocia da instrução que a precede, mantendo-se vinculada à orientação comunicativa do enunciado de comando.

3 Trata-se dos projetos de pesquisa "Aprendizes universitários em práticas contemporâneas de letramento acadêmico-científico para formação de professores e pesquisadores globalizados", coordenado pela Profa. Dra. Inês Signorini (Unicamp), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2022/05908-0) e "Letramentos e tecnologias na educação científica e no enfrentamento da desinformação", coordenado, na parte brasileira, pela Profa. Dra. Fabiana Komesu (Unesp) e, na parte francesa, pelo Prof. Dr. Cédric Fluckiger (Université de Lille), com financiamento do programa franco-brasileiro CAPES-COFECUB (processo 88887.979747/2024-00). Os autores deste artigo compõem as equipes desses dois projetos de pesquisa.

Letras e de bacharelandos em Letras; na França, de licenciandos em Ciências da Educação. Os procedimentos de coleta, de análise dos dados e de sua divulgação seguem os protocolos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa/CEP (CAAE processo n. 67001923.9.1001.8142).

Produções textuais escritas foram coletadas nos dois países a partir da aplicação de quatro atividades voltadas à educação científica na luta contra a desinformação. Para este trabalho, foram consideradas duas dessas atividades (nomeadas A02-Egito e A04-Abelha) e as produções textuais escritas decorrentes de sua implementação, conforme apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 – Organização dos *corpora* brasileiro e francês

Atividade/objeto da atividade	***Corpus* BR**	***Corpus* FR**
A02-Egito/trecho de entrevista	47	52
A04-Abelha/postagem	40	52
Total parcial	87	104
Total de produções textuais escritas: 191		
Total de caracteres com espaço: 87.668		

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 1 apresenta uma organização dos enunciados de comando, em português brasileiro e em francês europeu, referente a cada atividade em questão:

Quadro 1 – Enunciados das atividades em português brasileiro e em francês europeu

Contexto da atividade	**Enunciado em português brasileiro**	**Enunciado em francês europeu**
A02-Egito Objeto: excerto de transcrição de entrevista com o rapper congolês Maître Gims, em que o músico afirma que os egípcios dispunham de eletricidade na Antiguidade.	Comente quais elementos podem mostrar que essa informação tem credibilidade ou não. O que essa controvérsia pode mostrar sobre o conhecimento científico e a produção de verdade em circulação nas redes sociais?	*On vous demande de commenter quels éléments peuvent rendre cette information crédible ou non. Que peut montrer cette controverse sur la connaissance scientifique et la production de la vérité qui sont discutées sur les réseaux sociaux ?*
A04-Abelha Objeto: enunciado verbo-visual (postagem extraída) de rede social digital, em que, ao centro, há a imagem de uma abelha morta, com informação de que muitas pessoas não compartilhariam o fato de que 7 diferentes espécies de abelhas estão ameaçadas de extinção.	Você leu uma informação que foi compartilhada por um(a) amigo(a) no seu "feed" do Instagram. Nessa mensagem, seu (sua) amigo(a) pediu para o maior número de pessoas possível compartilhá-la. Você acredita no desaparecimento dessas sete espécies de abelhas? Em resposta a esse post, você decide comentar essa publicação para explicar ao(à) seu (sua) amigo(a) o porquê de você escolher compartilhar ou não essa informação.	*Vous avez lu cette information qui a été partagée par un ami.e dans son « feed » sur Instagram. Dans ce message, votre ami demande au plus grand nombre de personnes possible de la partager. Croyez-vous à la disparition de ces sept espèces d'abeilles ? En réaction à ce post, vous décidez de commenter cette publication pour expliquer à votre ami pourquoi vous choisissez de partager cette information ou de ne pas la partager.*

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se, no caso das Atividades A02-Egito e A04-Abelha, que as instruções demandavam dos universitários dos dois países: (i) uma avaliação sobre aspectos de credibilidade (ou não) da informação e um posicionamento sobre a controvérsia disseminada em redes sociais digitais (A02-Egito); (ii) um posicionamento sobre o suposto desaparecimento de espécies de abelhas, com apresentação de uma explicação endereçada a um interlocutor projetado (um/a amigo/a) sobre a escolha de compartilhar (ou não) essa informação (A04-Abelha). Do ponto de vista institucional, a expectativa é de que as respostas dos universitários levassem em conta (i) aspectos interlocutivos relacionados seja ao pronunciamento controverso de uma figura pública em redes sociais digitais, seja à veiculação de postagens com "informações" de interesse público na internet; (ii) um posicionamento sobre credibilidade da informação e seu compartilhamento numa conjuntura de desinformação e *fake news*. Trata-se de atividades cujas respostas demandavam/demandam representações de discursos outros, de interesse deste trabalho.

Na subseção seguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos assumidos neste estudo.

3.2 Procedimentos metodológicos

Considerando-se o propósito de descrever e interpretar aspectos linguísticos e discursivos que indiciem o trabalho dos sujeitos universitários com a reflexividade em linguagem, elege-se, com Authier-Revuz (2020), o reconhecimento de cinco modos enunciativos definidos a partir de traços diferenciais nos níveis semântico, semiótico e enunciativo:

1. discurso direto (DD),
2. discurso indireto (DI),
3. discurso bivocal (Biv),
4. modalização autonímica de empréstimo (MAE) e
5. modalização em asserção segunda (MAS).

O reconhecimento desses modos levou em consideração formas marcadas e não marcadas. Para este trabalho, optou-se por apresentar apenas as formas marcadas da representação do discurso outro, ou seja, apenas ocorrências identificáveis pela estrutura superficial nas duas línguas (português brasileiro e francês europeu). Esses modos estão engendrados por níveis de diferenciação, a saber:

(i) quanto ao nível semântico, o discurso outro é representado como objeto do dizer (DD, DI) ou como fonte do dizer (MAE, MAS);

(ii) quanto ao nível semiótico, o discurso outro é representado por meio do uso ordinário (DI, MAS) ou com autonimização (DD, MAE);

(iii) quanto ao nível enunciativo, a ancoragem enunciativa de dois atos de fala (aquele do discurso representado e aquele do discurso representante) ora é unificada (DI, MAS, MAE), ora é separada (DD).

Segundo Authier-Revuz (2020, p. 374), a combinação que resulta desse jogo diferencial dos traços semântico (A: falar de/falar segundo), semiótico (B: projetar/não projetar os significantes na cadeia sintática) e enunciativo (C: integrar/

disjuntar/compartilhar a ancoragem enunciativa) dos modos é o que permite sua identificação como "fórmula abstrata geral" e "zona de formas" nas quais essa fórmula pode se realizar. Considerando essas oposições e tendo como referência a ancoragem enunciativa, as fórmulas abstratas seriam: DI [$A_1B_1C_1$], MAS [$A_2B_1C_1$], MAE [$A_2B_2C_1$], DD [$A_1B_2C_2$] e Biv [$A_1B_2C_3$). Retomaremos, na análise, essas relações opositivas para discutir efeitos de sentido que se engendram no discurso. Adiantamos que o discurso bivocal (Biv) e a modalização autonímica de empréstimo (MAE) não foram encontrados no *corpus* em estudo.

Para a identificação dessas formas no *corpus*, baseamo-nos, como indicado, no trabalho de Authier-Revuz (2020, p. 345) e nos procedimentos metodológicos por ela apresentados e que podem ser resumidos na apreciação: (i) de uma fórmula geral dos modos, (ii) de espaços de formas pelas quais a fórmula se realiza e (iii) dos efeitos de sentido que podem ser apreendidos. Ainda com base no estudo da autora, observa-se que os modos estão implicados em processos metalinguageiros – não exclusivos à RDO – que dão suporte ao fenômeno: (i) categorização (nomeação de um fato do dizer), (ii) (re)formulação parafrástica (substituição por equivalência semântica) e (iii) autonimização (quando a palavra alheia é, ao mesmo tempo, "usada" e "mencionada").

A partir do reconhecimento desses fatos de RDO, o objetivo é propor interpretações discursivas a respeito de uma tendência geral operada por universitários quando da representação do discurso outro no (seu) discurso. Interessa também comparar as produções textuais escritas dos universitários brasileiros e franceses, em termos de semelhanças e diferenças das práticas sociais letradas. A análise busca identificar, num primeiro

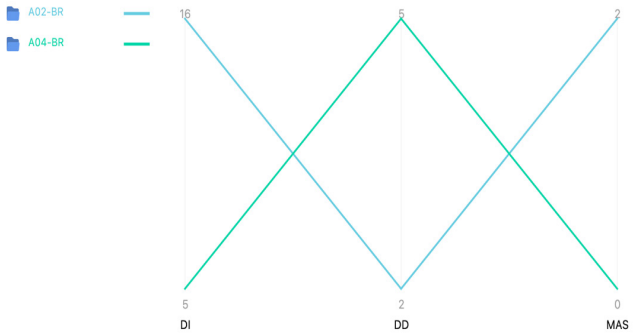
momento, tendências de RDO de maneira transversal ao conjunto dos textos, sem particularizar as ocorrências para cada estudante, visto que a apropriação da palavra alheia não acontece em todas as respostas. A organização dessas categorias foi feita com o auxílio de *software* de análise qualitativa e de dados mistos de pesquisa (MAXQDA, versão 24.6.0 –VERBI Software, 2024).

4. Resultados

Apresentamos, na sequência, gráficos criados no MAXQDA, com a finalidade de observar a distribuição dos modos de RDO em cada *corpus* analisado. Em seguida, interessa-nos comparar os dois *corpora*. Os enunciados de resposta não são extensos e foram coletados por meio de formulário (Formulários Google, no caso da universidade do Brasil; Plataforma *LimeSurvey*, no caso da universidade da França).

Os modos de representação do discurso outro não se excluem mutuamente no interior de uma produção textual escrita. É possível – de fato, recorrente – que um mesmo enunciado mobilize mais de um modo representacional de maneira simultânea, o que justifica o fato de que os gráficos ultrapassam o limite de 100%. O que interessa à análise proposta é a densidade relativa com que determinados modos aparecem no conjunto dos textos. Trata-se de mapear padrões de recorrência e sobreposição de procedimentos linguístico-discursivos em contextos reais de produção, e não de classificar os textos em categorias estanques. O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos modos de RDO no *corpus* brasileiro.

Gráfico 1 – Distribuição dos modos de RDO no *corpus* brasileiro

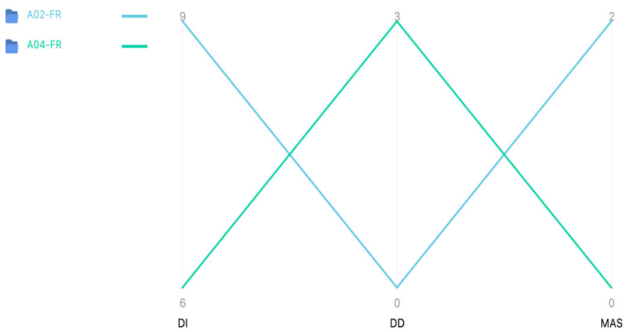


Fonte: Elaboração própria com uso do MAXQDA.

Observa-se que as únicas formas marcadas de RDO identificadas foram o discurso indireto (DI), discurso direto (DD) e modalização em asserção segunda (MAS). No caso da atividade A02-Egito, realizada por estudantes brasileiros (*n* = 47), foram localizadas 16 ocorrências de DI, com duas (02) de DD e duas (02) de MAS. Na atividade A04-Abelha, realizada com universitários brasileiros (*n* = 40), por sua vez, há cinco (05) ocorrências de DI, cinco (05) de DD e não há presença de MAS.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição desses modos de RDO no *corpus* francês.

Gráfico 2 – Distribuição dos modos de RDO no *corpus* francês

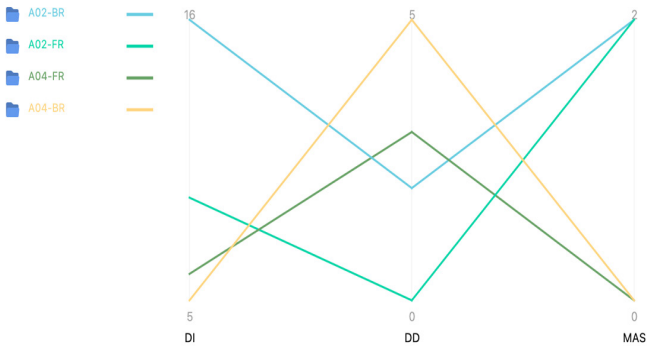


Fonte: Elaboração própria com uso do MAXQDA.

Com base no Gráfico 2, é possível reconhecer uma diferença com relação à incidência de RDO entre as atividades (e não entre as funções dos modos, conforme discutiremos na seção seguinte). Na atividade A02-Egito, realizada por universitários franceses (n = 52), há nove (09) ocorrências de DI, ausência de DD e somente duas (02) de MAS. Na atividade A04-Abelha, realizada por estudantes franceses (n = 52), há aumento de DI, com seis (06) ocorrências, seguidas de três (03) do DD, com ausência de MAS.

O Gráfico 3, por fim, apresenta uma comparação visual entre distribuição dos modos de RDO nos dois *corpora*, brasileiro e francês.

Gráfico 3 – Comparação entre distribuição dos modos de RDO nos dois *corpora*



Fonte: Elaboração própria com uso do MAXQDA.

Numa comparação inicial da presença de modos de RDO nos dois *corpora*, avalia-se, com base na atividade A02-Egito, no caso do Brasil, preferência por DI (16), com menor presença de DD (02) e de MAS (02), enquanto na França, ainda que se tenha preferência por DI (09), com baixa frequência de MAS (02), há ausência de DD. Quanto à atividade A04-Abelha, há proporcionalidade, no caso do Brasil, de DI e de DD (05 e 05, respectivamente), com ausência de MAS; similarmente, o caso da França apresenta preferência por DI (06), com presença de DD (03) e ausência de MAS.

Na seção seguinte, buscamos descrever e interpretar efeitos de sentido que emergem dessa configuração enunciativa nas respostas dos universitários brasileiros e franceses, levando em conta pontos de semelhança e de diferença.

5. Discussão

Com base nos resultados, é possível mapear três funções argumentativas relacionadas a modos, descritos em seguida. A RDO é operada como:

(i) ponto de partida para a interpretação: nas duas atividades, a representação do discurso outro serve de base às interpretações dos universitários brasileiros e franceses, como argumento de concordância ou de discordância face ao conteúdo enganoso (por DD, DI e MAS);

(ii) intervenção de um discurso "alhures": nas duas atividades, os universitários brasileiros e franceses fazem intervir atos enunciativos outros ligados às suas próprias experiências (exclusivamente por DI);

(iii) criação de um universo de discurso imaginado ou inventado: apenas na atividade 04-Abelha, os estudantes projetam em seus textos aquilo que diriam numa situação hipotética, mantendo a própria fala à distância da situação enunciativa de ancoragem (por DD e DI).

Apresentamos a seguir excertos representativos de cada função argumentativa. Com relação, em primeiro lugar, à forma de RDO como ponto de partida para interpretação, observamos, como em (1), a ocorrência de MAS. Segundo Authier-Revuz (2020), a característica que define a MAS ($A_2B_1C_1$) em relação aos outros modos é sua organização diferencial que considera, semanticamente, o discurso outro como fonte do dizer (A_2), cujo estatuto semiótico diz respeito ao uso "ordinário"[4] das palavras representadas (em contraposição a um uso autonímico)

4 Trata-se da diferenciação, proposta por Authier-Revuz (2020, p. 278), entre (a) "uso", (b) "menção" (autonímia) e (c) acúmulo de "uso e menção" – modalização ou conotação autonímica. Os exemplos seguintes são da autora: (a) meus sapatos estão sujos; (b) "sapatos" rima com "ratos"; (c) a cada passo, o palhaço perdia seus "sapatos", se é que essa palavra convém.

com o tipo de articulação unificada no ato enunciativo mesmo (C_1). Enquadradas na necessidade de reconhecer elementos outros na atividade (A02-Egito BR, neste caso), MAS funciona representando o discurso outro objeto da atividade, não assumindo, diretamente, a responsabilidade pela asserção trazida, delimitando-a à fonte, para, neste caso, contradizer essa mesma asserção.

(1) A notícia não possui credibilidade, pois ela fala sobre história e ciência, mas o entrevistador é um youtuber e o entrevistado um cantor, além disso as declarações do rapper foram absurdas, o que **segundo própria notícia**, preocupou até especialistas. (UP-024-PLPTII-A02-P03)[5].

Em (1), observa-se que o marcador de MAS ("segundo própria notícia") engendra, por reformulação, o fato de que "preocupou até especialistas", na retomada da qualificação de "absurdas" as declarações do rapper congolês Maître Gims, cujo pronunciamento em entrevista concedida a um *youtuber* é objeto da segunda atividade. O discurso outro é representado como reforço ao próprio ponto de vista.

Em segundo lugar, com relação à forma de RDO como intervenção de um discurso "alhures", observamos, em (2), a ocorrência exclusiva do discurso indireto (DI). De acordo com Authier-Revuz (2020), o modo do DI ($A_1B_1C_1$) é estruturado, semanticamente, fazendo referência ao objeto do dizer (A_1), cujo estatuto semiótico é ordinário (portanto, em "uso", B_1), trazendo uma ancoragem unificada no ato enunciativo principal (C_1). Oferece uma representação do discurso outro em que

5 A codificação diz respeito a: instituição de ensino superior (UP, para a universidade brasileira; UL, para a universidade francesa); ano da coleta (024) e disciplina em que foi aplicada (como Prática de leitura e produção de textos II, PLPTII), seguidos de número da atividade (A02 ou A04) e número atribuído aleatoriamente ao participante da pesquisa. A escolha do destaque em negrito indica zona de forma representada marcada de RDO.

sentido e referência são acessíveis à experiência partilhada da enunciação principal; por essa razão, é o modo por excelência das operações de reformulação (paráfrase do discurso outro) e de categorização (do verbo de dizer, mas não somente, que introduz o ato enunciativo outro).

(2) J'ai par ailleurs eu **une personne de mon entourage qui m'a dit que c'était possible, ça craint...** (UL-024-CEF-A02-P07).

Em (2), há um conteúdo representado ("c'était possible") que não pertence a nenhum discurso da atividade em questão, mas a um discurso (imaginado ou não) atribuído a alguém do círculo social do enunciador que afirmaria que a eletricidade no antigo Egito teria sido possível (sem explicitar, em momento algum da resposta, o conteúdo da asserção do cantor Gims). Dessa forma, o enunciador reformula o conteúdo ("ser possível") para integrá-lo à sua própria narrativa ("que era possível"), resultando no uso do imperfeito, mudança de tempo esperada no DI para manter coerência gramatical e semântica no novo quadro enunciativo.

Por fim, há uma relação especial no caso da terceira função, que incide somente na atividade 04-Abelha nos dois países. Trata-se da criação de um universo de discurso imaginado ou inventado, que acontece por DD e DI. Apresentamos a seguir dois excertos de DD representativos desse fenômeno, que coloca em primeiro plano a força do enunciado de pergunta nessas práticas letradas acadêmicas. No caso do modo DD ($A_1B_2C_2$), Authier-Revuz (2020) considera sua estruturação diferencial, no plano semântico, fazendo referência ao objeto do dizer (A_1), cujo estatuto semiótico é sempre autonímico (B_2), com ancoragens distintas no ato enunciativo principal (C_2). Funcionando pela

apresentação autonímica de dada sequência linguística, está explicitamente ancorada em um ato de enunciação distinto do atual, oferecendo a esse ato (cujo conteúdo é trazido como objeto representado) uma possibilidade particular de reprodução "literal" com efeitos de sentido específicos. Dessa maneira, a operação metalinguageira mais frequente (mas não única) foi a de autonimização, com ancoragem no conteúdo do discurso outro:

(3) Je pense que même si quelqu'un la partage, cela ne va pas changer son comportement et ses habitudes. **Il va se dire « j'ai partagé donc je veux que les abeilles ne disparaissent pas. J'ai fait ce qu'il faillait » et c'est tout.** (UL-024-CEF-A04-P05).

(4) Se eu fosse obrigada a comentar, **seria algo do tipo: "Tomem cuidado ao compartilhar conteúdos científicos que não apresentam uma fonte científica confiável. Na dúvida da veracidade, só não compartilhem. Pode ser uma desinformação e prejudicar as outras pessoas. Aliás, esse post nem diz o que podemos fazer para contribuir e ajudar a solucionar esse problema."** (UP-024-PLPT-A04-P01).

Em (3) e em (4), a forma de representação em questão funciona diferentemente em função da situação interlocutiva imaginária que aos universitários foi solicitada (escrever um comentário a *post* de um amigo, explicando por que compartilhar ou não a informação sobre a suposta extinção de espécies de abelhas). O discurso outro não é trazido da atividade, mas utilizado, por DD, como apresentação do próprio comentário (em (3), "il va se dire 'P'"; em (4), "seria algo do tipo: 'P'"). Esse fenômeno é semelhante ao problema da autocitação, que levaria o próprio referente a um universo de discurso autônomo em relação a um "aqui" e "agora" de sua representação (cf. Authier-Revuz, 2020, p. 20).

De modo geral, a (re)formulação por DI, mas também em casos de DD, é a operação metalinguageira mais produtiva nas respostas analisadas nos *corpora* brasileiro e francês. Há pelo menos duas maneiras de compreender essa recorrência: (i) as atividades, aplicadas em contexto acadêmico, não apresentam instrução específica para utilização de fontes de comprovação que poderiam embasar os argumentos apresentados pelos participantes, o que pode significar que a prática de gestão da palavra alheia não surge de maneira espontânea para o participante apenas pelo fato de se tratar de contexto acadêmico e (ii) os enunciados das atividades, que pressupunham análise de discurso outro (na retomada de um trecho de entrevista e de uma postagem em rede social digital), apenas produzem respostas com alta incidência de RDO se, no conteúdo enunciativo, houver instrução explícita que exija do participante a representação ao discurso outro na atividade.

Impregnado de alteridade, o discurso outro no discurso de recepção coloca em evidência que universitários dos dois países (mas não somente) não podem ler ou escrever "fora" de constrições de ordem social e histórica que condicionam as (suas) práticas letradas acadêmicas. Numa conjuntura em que a educação científica é colocada em destaque em atividades de formação acadêmica, como modo de enfrentamento do fenômeno da desinformação – uma agenda, ainda sob a forma de esperança –, a expectativa institucional é a de que os universitários tenham adesão (consciente ou inconsciente) a um processo de diálogo amplo, no reconhecimento de vozes sociais, para além daquelas indicadas na atividade acadêmica. O que observamos, contudo, é a maior presença de discursos do dito senso comum do que daqueles que apresentam fonte científica,

como se os universitários desconsiderassem (de maneira consciente ou não) parte do processo de educação científica que fundamenta práticas de letramento acadêmico na universidade. Trata-se da constatação de que o domínio de gestão de vozes no texto, enquanto alinhadas às expectativas da instituição, ainda permanece no plano de um aspecto "oculto" – para retomar a expressão de Street (2009) – nessas práticas de letramento acadêmico em questão.

Na comparação entre os dois *corpora*, as diferenças, por um lado, são pouco representativas. Quando se observa, por exemplo, que, na atividade A02-Egito, há ausência total de DD entre os textos franceses, esta pode ser contraposta à presença pontual de somente duas (02) ocorrências de DD nos textos brasileiros. Por outro lado, as semelhanças são significativas. Há proporcionalidade do uso de DD e DI – com preferência deste àquele – nas duas atividades nos dois países, conforme discutido. Há ausência de MAS nas produções textuais escritas em resposta à atividade A02-Abelha nos dois países. Como efeito, conforme comentado, os universitários são orientados, pelo enunciado de instrução, a criar um comentário a um interlocutor projetado, considerando o problema de compartilhar ou não a postagem. Logo, mesmo com baixa frequência de ocorrências, esse fato enunciativo complexo – a RDO – coloca em evidência que cada discurso mostra outros com os quais se relaciona, uma vez que "a observação do espaço que lhes é concedido, [...] do tipo de relações que se estabelece com eles, etc. fornece sobre cada um deles, como tantos estudos já demonstraram, preciosos elementos de caracterização" (Authier-Revuz, 2020, p. XXVI, tradução nossa[6]).

6 Do original: "observation de la place qu'il leur fait, […] du type de rapports qu'il installe avec eux, etc. fournit sur chacun d'eux, comme tant de travaux en ont fait la démonstration, de précieux éléments de caractérisation." (Authier-Revuz, 2020, p. XXVI).

Considerações finais

De uma perspectiva teórica que buscou destacar os estudos sobre discurso relatado e a representação do discurso outro, este artigo investigou como a RDO pode ser reconhecida em práticas de letramento acadêmico de universitários brasileiros e franceses, quando da demanda institucional, em produções textuais escritas, de análise de *fake news* numa atividade acadêmica. Interessou-se por descrever e interpretar aspectos linguísticos e discursivos da RDO, na investigação do trabalho dos universitários com a reflexividade em linguagem. Observamos que presença de RDO produz efeitos de sentido significativos, mesmo que a gestão da palavra alheia não tenha sido um aspecto explicitado no comando da atividade.

Com relação aos efeitos de sentido identificados, o que se observou é que, quando a representação do discurso outro é efetivada, esta acontece não só como ponto de partida para assegurar as interpretações oferecidas pelos participantes, mas também como possibilidade de fazer intervir discursos "alhures", referentes a experiências tomadas como próprias sobre o assunto ou, ainda, a certo universo discursivo a partir do qual se imagina um possível. Observando os efeitos de sentido nessas práticas de letramento acadêmico, constatamos que (i) a prática de gestão da palavra alheia não surge de forma espontânea apenas por se tratar de uma atividade em contexto acadêmico e (ii) os enunciados das atividades, que pressupunham análise de discurso outro (na retomada de um trecho de entrevista e de uma postagem em rede social digital) apenas produzem respostas com alta incidência de RDA se, no conteúdo enunciativo da instrução, houver comando que

suscite RDO na atividade. Buscamos, assim, colocar em evidência uma tensão entre expectativa institucional e gestão de fontes científicas na avaliação de notícias com ampla circulação social.

Os resultados têm o potencial de contribuir para a pesquisa e para a formação pedagógica de estudantes: no âmbito da pesquisa, observa-se que a força institucional é tão marcada que os resultados sugerem certa homogeneidade da utilização do discurso citado em atividades pouco convencionais na universidade, o que indica que determinadas atividades podem prever enunciados de pergunta mais explícitos no que respeita à gestão da palavra alheia; quanto à formação pedagógica, descrever essa prática de letramento, do ponto de vista da RDO, pode servir de apoio para mostrar aos estudantes outras formas de gestão da palavra alheia no texto, considerando-se que esse gerenciamento pode ser produtivo quando se trata de argumentos que defendam certo ponto de vista – neste caso, se uma notícia é ou não confiável – e que essa defesa pode ser feita por diferentes modos de RDO, não restritos ao DD ou ao DI (ou, ainda, ao MAS).

Este trabalho também mostrou que estudos comparativos podem ser produtivos para discutir a relação do sujeito da linguagem com o mundo no qual se inscreve (ou busca se inscrever), a partir da observação de efeitos de sentido não transparentes, seja do ponto de vista da produção (falante/escrevente), seja do ponto de vista da recepção (ouvinte/leitor). Este olhar ao contraditório como fundamento de práticas de letramento permite uma reflexão sobre competências letradas digitais que visam ao combate à desinformação com fortalecimento da educação científica.

Referências

ALEXANDRE, Gabriel Guimarães. *Desinformação sobre covid-19:* concepções de texto em práticas letradas de agências de fact-checking da Argentina, do Brasil e dos Estados Unidos. 2024. 190p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, 2024.

ASSIS, Juliana Assis; KOMESU, Fabiana; POLLET, Marie-Christine. A formação do leitor no contexto da desinformação e das fake news: desafios para os estudos de letramentos na pandemia da covid-19 e além. *Scripta*, v. 25, n. 54, p. 9-38, 2021.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, *[S. l.]*, v. 19, p. 25-42, 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *La Représentation du Discours Autre*. De Gruyter: Berlin/Boston, 2020.

DATAREPORTAL. *Digital 2024 Global Overview Report*. Disponível em: https://datareportal.com/reports/digital-2024-global-overview-report. Acesso em: 22 jun. 2025.

GOURLAY, Lesley; HAMILTON, Mary; LEA, Mary Rosalind. Textual Practices in the New Media Digital Landscape: Messing with Digital Literacies. *Research in Learning Technology*, v. 21, n. 4, 2014.

JENKINS, Henry. *Textual Poachers*: Television Fans and Participatory Culture. New York: Routledge, 1992.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. *Cultura da conexão*: criando valor e significado por meio da mídia propagável. Tradução de Patrícia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

KOMESU, Fabiana; ALEXANDRE, Gabriel Guimarães; ASSIS, Juliana Alves; FLUCKIGER, Cédric; BART, Daniel. Restrição de uso de celular em escolas no Brasil e na França: conflitos entre orientações institucionais e práticas sociais de letramentos digitais. *In*: ARAGÃO, Rodrigo Camargo (org.). *Sem celulares nas escolas, e agora?!* Campinas: Pontes Editores, 2025. p. 34-60.

KOMESU, Fabiana; ALEXANDRE, Gabriel Guimarães; SILVA, Larissa Souza da. A cura da infodemia? O tratamento da desinformação em práticas sociais letradas de checagem de fatos em tempos de Covid-19. *In:* RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio; SILVA, Jane Quintiliano Guimarães (org.). *Estudos aplicados à prática da escrita acadêmica:* colocando a mão na massa. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020. v. 3, p. 185-229.

KOMESU, Fabiana; DAUNAY, Bertrand; FLUCKIGER, Cédric. Littéracies numériques et désinformation: le rôle de l'enseignant dans le contexte d'infodémie. *In*: SCHEEPERS, Caroline (org.). *Former à l'écrit, former par l'écrit dans le supérieur*. Paris: De Boeck, 2021. v. 1, p. 255-267.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. *New Literacies*: Everyday Practices and Social Learning. 3. ed. London: Open University Press, 2011.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele (org.). *Researching New Literacies*: Design, Theory, and Data in Sociocultural Investigation. New York: Peter Lang Publishing, 2017.

LEA, Mary Rosalind; STREET, Brian Vincent. O modelo de "letramentos acadêmicos": teoria e aplicações. Tradução de Fabiana Komesu e Adriana Fischer. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477-493, 2014.

OLIVEIRA, Augusto Vinicius de; ALEXANDRE, Gabriel Guimarães; KOMESU, Fabiana; ASSIS, Juliana Alves; FLUCKIGER, Cédric. Discursive authority in COVID-19 vaccination fact-checking: the case of @butantanoficial on Instagram. *Revista do GEL*, v. 20, p. 213-236, 2024.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe Bonow; VINHAS, Otávio; VOLCAN, Taiane; ZAGO, Gabriela; STUMPF, Elisa Marchioro; VIEGAS, Paula; HÜTTNER, Luiz Ricardo; BONOTO, Carolina; SILVA, Gabriela; PASSOS, Iara; SALGUEIRO, Igor; SODRÉ, Giéle. *Desinformação, mídia social e COVID-19 no Brasil:* relatório, resultados e estratégias de combate. Relatório de Pesquisa. 2020.

RICARD, Julie; MEDEIROS, Juliano. Using Misinformation as a Political Weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. *Misinformation Review*, The Harvard Kennedy School (HKS), v. 1, n. 2, *[n. p.]*, 2020.

SIAROVA, Hanna; STERNADEL, Dalibor; SZŐNYI, Eszter. *Research for CULT Committee:* Science and Scientific Literacy as an Educational Challenge. Brussels: European Parliament, 2019.

STREET, Brian Vincent. "Hidden" Features of Academic Paper Writing. *Working Papers in Educational Linguistics*, v. 24, n. 1, p. 1-17, 2009.

TANDOC JR., Edson. C.; LIM, Zheng Wei; LING, Richard. Defining "Fake News". *Digital Journalism*, *[S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

VERBI Software. *MAXQDA 2024* [computer software]. Berlim: VERBI Software. Disponível em: www.maxqda.com. Acesso em: 22 jun. 2025.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information Disorder: toward an Interdisciplinar Framework for Research and Policy Making. *Council of Europe Report*, DGI, 2017.

Rasuras digitais e memória digital na escrita acadêmico-científica

Tatiane Henrique Sousa Machado*
Cristiane Carneiro Capristano**

Resumo

Neste artigo, busca-se desenvolver uma reflexão teórico-analítica sobre as rasuras digitais presentes na produção escrita de universitárias, com a finalidade de identificar os modos como se mostram, na atuação da memória digital, as negociações do sujeito-escrevente com os diferentes Outros constitutivos do (seu) dizer. Tem-se como ponto de partida uma perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, de língua e de escrita, alicerçada na confluência de contribuições teóricas de estudos sobre a rasura (por exemplo, Calil, 2004; 2006; Capristano, 2013; Machado, Capristano e Jung, 2019; estudos sobre os gêneros do discurso (Bakhtin, 2003; Komesu, 2014); estudos sobre memória digital (Dias, 2018); e estudos sobre as heterogeneidades enunciativas (Authier-Revuz, 1990; 1998; 2004). O *corpus* foi composto por 130 rascunhos digitais de resenhas acadêmicas, produzidas por alunas de um curso de Pedagogia. A análise das rasuras digitais identificadas nesses rascunhos foi desenvolvida de forma quanti-qualitativa, inspirada em princípios do Paradigma Indiciário (Ginzburg, 1983). Foram identificadas e analisadas 614 rasuras digitais. Como resultado, foi possível sustentar a hipótese de partida de que as rasuras digitais funcionam como movimentos retrospectivos que sinalizam o sujeito negociando com diferentes Outros na constituição do (seu) projeto de dizer. Nessa negociação, é possível inferir a atuação da memória digital que acomoda os sentidos algoritmizados, mas, também, a possibilidade de ruptura, dada a diversidade social e histórica dos sujeitos que enunciam, da língua e da escrita.

Palavras-chave: rasura digital; memória digital; alteridade; escrita acadêmico-científica.

* Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, Paraná. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4873-5239.

** Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1225-5716.

Digital erasures and digital memory in academic-scientific writing

Abstract

This paper seeks to develop a theoretical-analytical reflection on the digital erasures found in the written production of university students, with the aim of identifying the ways in which, in the performance of digital memory, the subject-writer negotiates with the different constitutive Others of (his/her) saying. The starting point is an enunciative-discursive perspective on language and writing, based on the convergence of theoretical contributions from studies on erasure (for example, Calil, 2004; 2006; Capristano, 2013; Machado, Capristano e Jung, 2019); studies on discourse genres (Bakhtin, 2003; Komesu, 2014); studies on digital memory (Dias, 2018); and studies on enunciative heterogeneities (Authier-Revuz, 1990, 1998, 2004). The *corpus* was composed of 130 digital drafts of academic reviews produced by students on a Pedagogy course. The analysis of the digital erasures identified in these drafts was developed in a quantitative-qualitative manner, inspired by the principles of the Evidentiary Paradigm (Ginzburg, 1983). A total of 614 digital erasures were identified and analyzed. As a result, it was possible to confirm the starting hypothesis that digital erasures function as retrospective movements signal the subject negotiating with different Others in the constitution of (their) project of saying. In this negotiation, it is possible to infer the workings of the digital memory that accommodates algorithmized meanings, but also the possibility of rupture, given the social and historical diversity of the subjects who enunciate, of language and writing.

Keywords: digital erasure; digital memory; alterity; academic-scientific writing.

Recebido em: 08/04/2025 // Aceito em: 09/09/2025

Introdução

O advento da escrita digital e dos usos da Inteligência Artificial[1] para produção escrita têm alimentado, não raro, um discurso de "maravilhamento", a partir do qual se confere à tecnologia caráter onipotente. Nesse modo de compreensão da tecnologia, parte-se de uma noção equivocada, atrelada, por exemplo, à ideia de que a escrita realizada por meio de recursos tecnológicos existiria fora de um processo sócio-histórico. Estudos que problematizem a natureza da participação dos recursos tecnológicos na produção escrita do escrevente, o limite da atuação da máquina e os efeitos do imaginário reducionista de língua e de escrita como técnicas, que ecoam da máquina (ou, ainda, dos recursos tecnológicos), são essenciais.

O presente estudo assume uma perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, de língua e de escrita para desenvolver uma reflexão teórico-analítica sobre as rasuras digitais, a fim de contribuir com pesquisas que problematizem o processo de escrita acadêmico-científica mediado por tecnologias e desenvolvido no ambiente universitário. O objetivo principal é analisar rasuras digitais presentes na produção escrita de universitárias, com a finalidade de identificar os modos como se mostram, na atuação da memória digital, as negociações do sujeito-escrevente com os diferentes Outros[2] constitutivos do (seu) dizer. Subjaz a esse objetivo principal a hipótese de que as rasuras digitais são resultado das negociações do sujeito-

1 Em linhas muito gerais, pode-se definir a chamada "Inteligência Artificial" como uma tecnologia cuja ambição é desenvolver algoritmos e sistemas capazes de processar dados e informações de forma semelhante a capacidades associadas à inteligência humana.

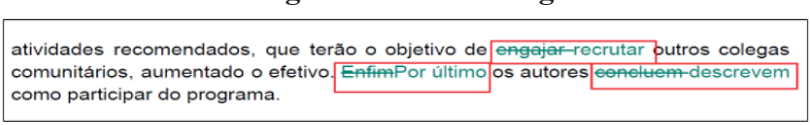
2 A opção por "Outros", com maiúscula, é resultado da filiação das reflexões feitas neste artigo à interpretação de Authier-Revuz (1990; 2004, dentre outros), no campo das teorias do discurso, à luz das contribuições da psicanálise lacaniana: o Outro é aqui e lá entendido como o discurso do inconsciente, lugar de onde emanam as determinações simbólicas da história do sujeito.

escrevente com as alteridades que o constituem e moldam a (sua) escrita. Neste estudo, atenção especial é dada às relações de alteridades mostradas na produção de uma resenha acadêmica, no âmbito de uma prática de letramento acadêmico-científica.

Para o desenvolvimento da reflexão teórico-analítica aqui proposta, agenciam-se contribuições teóricas de estudos sobre a rasura (por exemplo, Calil, 2004 e 2006, dentre outros; Calil; Felipeto, 2008; Capristano, 2013; Machado, 2014; dentre outros); de estudos sobre os gêneros do discurso (Bakhtin, 2003); estudos sobre memória digital (Dias, 2018); e, principalmente, estudos sobre as heterogeneidades enunciativas (Authier-Revuz, 1990; 1998; 2004). O *corpus* do estudo foi composto por rasuras digitais emergentes em rascunhos de resenhas acadêmicas produzidas por alunas matriculadas no 1º ano de um curso de Pedagogia (presencial), de uma instituição de ensino superior privada[3].

As rasuras digitais são aqui entendidas como retornos do sujeito escrevente sobre o seu próprio dizer (gestos retrospectivos[4]), realizados por meio do amparo e dos limites de tecnologias digitais, como ilustrado da Figura 1:

Figura 1 – Rasura digital



Fonte: Dados da pesquisa.

O exemplo contido na Figura 1 refere-se a um excerto de uma produção textual escrita por meio de um editor de textos pertencente a um pacote de aplicativos conhecido como

3 A reflexão desenvolvida neste artigo é um recorte e uma expansão de uma pesquisa (Machado, 2021).

4 Os movimentos retrospectivos do sujeito sobre a (sua) escrita envolvem também a atuação de movimentos prospectivos, uma vez que ambos fazem parte da constituição do dizer, contudo, para este artigo, examina-se somente os movimentos retrospectivos.

Google Docs[5]. Essa ferramenta tecnológica permite que seu usuário redija textos no ambiente digital e faça alterações das mais diversas naturezas, por meio de diferentes recursos (recortar, colar, substituir, inserir etc.). As alterações podem ser recuperadas por meio do histórico de versões (salvo automaticamente pelo aplicativo) que é armazenado pela própria ferramenta, denominado de rascunho digital. Na Figura 1, destacam-se as alterações feitas nas palavras "engajar", "Enfim" e "concluem" que se encontram tracejadas em função de terem sido excluídas e substituídas por "recrutar", "Por último" e "descrevem", em operações de substituição. Essas alterações, feitas por meio desse editor de textos e recuperadas pelo histórico de versões (rascunhos digitais), constituem o objeto de investigação deste estudo e serão aqui nomeadas, como antecipado, como rasuras digitais.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, este artigo conta, ainda, com as seguintes seções: na seção subsequente, apresenta-se a noção de memória digital e procura-se mostrar a importância dessa noção para o exame e compreensão das rasuras digitais; depois, na seguinte seção, particulariza-se a discussão, fazendo uma breve exposição dos estudos sobre rasuras, a fim de delinear o que se pode entender por rasura digital, no campo dos estudos da linguagem; posteriormente, na seção intitulada "Rasuras digitais: como e para onde olhar", apresenta-se a metodologia adotada, bem como os passos metodológicos que permitiram o exame das rasuras; e, por fim, na seção que antecede as Considerações Finais, são mostrados os resultados da análise aqui empreendida.

5 O *Google Docs* é um serviço gratuito da *Google*, vinculado ao *Google Drive*, mecanismo de armazenamento de arquivos no disco virtual. Com esses recursos, o escrevente pode escrever, compartilhar arquivos com outros usuários, bem como definir o nível de permissão de acesso de outras pessoas aos arquivos. De modo geral, é possível editar os arquivos on line, visualizá-los, bem como acessar o histórico de alterações realizadas.

Escrita e memória digital

A escrita mediada por recursos tecnológicos impõe injunções oferecidas pelos mecanismos algoritmizáveis que simulam uma des-historicização da linguagem, da língua e da escrita por meio de um construto técnico. Esse construto, por sua vez, ancora-se em uma visão de língua lógico-matemática de acúmulo e de repetição do mesmo, conforme definições programadas pela Inteligência Artificial (Dias, 2018). Todavia, também abre espaço para um lugar de contradição, onde o sentido escapa à estrutura totalizante da máquina, saindo do lugar da repetição e inscrevendo-se no funcionamento do interdiscurso (Dias, 2018).

Para Orlandi (2012), a escrita digital produziria um mito de que "quanto mais, melhor", apagando as especificidades e, algumas vezes, promovendo a uniformização do dizer. Ou seja, ocorreria um falso empoderamento do escrevente (na acepção de usuário da tecnologia), em que tudo lhe estaria acessível (correções, conteúdos), cabendo-lhe somente "controlar" o seu dizer, conforme recursos ofertados pela máquina.

Oliveira Neto, Tonin e Prietch (2010) destacam que, na linguagem algorítmica, o sistema computacional interpreta uma sequência da linguagem natural, por meio da análise de informações morfológicas (parte das palavras ou expressões isoladas, analisadas com auxílio dos delimitadores, como pontuação e espaço em branco), lexicais (estrutura e classificação de palavras), sintáticas (nível de agrupamento de palavras, regras gramaticais para gerar uma estrutura árvore) e semânticas (sentido de palavras reagrupadas) armazenadas. Os autores acrescentam que o nível semântico se constitui como o mais complicado, por envolver informações morfológicas,

sintáticas e informações pragmáticas vinculadas à ambiguidade, dificilmente mapeadas pelo sistema. Nau *et al.* (2017), num estudo com revisor gramatical, por sua vez, descrevem que esse tipo de sistema se organiza por um catálogo de léxico, por um verificador mecânico para identificação de problemas de digitação (excesso de espaços) e verificador ortográfico e gramatical, bem como por regras gramaticais, mapeadas por meio de critérios distribucionais (contexto mínimo, à esquerda e à direita) e regras estruturais. Também para esses autores, o sistema não acomoda questões semânticas e estilísticas.

Diante desse aparato técnico, a textualização produzida via digital seria diferente em relação à memória, pois des-historiciza o sujeito (Orlandi, 2020). Por conseguinte, "um texto produzido em computador e um texto produzido a mão são distintos em sua ordem porque as memórias que os enformam são distintas em suas materialidades: uma é histórica e a outra é formal" (Orlandi, 2020, p. 15). Nesse cenário, essa memória formal, descolada da histórica, é denominada pela autora de metálica, pois lineariza o interdiscurso, reduzindo-o a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, homogeneizando os efeitos. Consequentemente, reproduzindo "o mesmo", o que culminaria em formulações algoritmizadas e, por hipótese, adequadas de uma língua lógico-matemática ilusoriamente única, reforçando a "vontade da onipotência de um dizer total, omnipresente" (Orlandi, 2012, p. 183).

Somando-se a essas ponderações, Ferragut (2019, p.118), ao tratar da formação algorítmica, considera que, na "formação discursiva que atravessa o algoritmo na relação homem-máquina", há um sujeito inscrito numa determinada formação discursiva que, ao enunciar, recorrendo ao *Google Docs*, digita, sinalizando

um primeiro movimento de sentidos, mas, antes de encerrar o processo, o *Google* passa a lhe apresentar sugestões (supostas correções), oferecendo-lhe resultados ligados a outros movimentos de sentidos. Os enunciados produzidos nessa ferramenta resultam, então, da relação de sentidos entre sujeitos e máquina algorítmica (ou, ainda, relação entre sujeito e tecnologia). Para o autor, é esse atravessamento presente no processo de escrita no digital que permite a atuação da memória digital.

A memória digital, portanto, não exclui a memória metálica, mas diferencia-se dela, sendo compreendida como "o lugar da contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve[endo] no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva)" (Dias, 2018, p. 105). Conforme Dias (2018), a memória digital é historicizada e pode ser reconhecida naquilo que escapa da estrutura totalizante da memória metálica (considerada, por Orlandi, des-historicizada).

Com base nessa concepção de memória, quando o escrevente rasura digitalmente, autorizando, desautorizando ou propondo outros caminhos para o (seu) dizer, sejam eles algoritmizados ou não, o (seu) dizer se inscreve na história. Trata-se, pois, de um dizer que escapa à estrutura totalizante da máquina e se inscreve já no funcionamento do discurso digital pelo trabalho do interdiscurso. As rasuras digitais, como parte da memória digital, são resíduos, sempre historicizados, que acomodariam sentidos sócio-históricos da língua, da escrita e dos sujeitos que enunciam.

Neste estudo, reconhece-se que, ao escrever por meio de recursos digitais, a máquina (aqui compreendida como metáfora das chamadas novas tecnologias) atua na escrita do sujeito, mas não é responsável pelos sentidos produzidos. Orlandi (2020) e

Dias (2018) concebem a atuação imbricada entre sujeito, máquina e discurso, em que seriam confrontados sentidos historicizados e sentidos acumulados, portanto, uma escrita que se constitui entre a memória discursiva e a metálica, entendida aqui, como em Dias (2018), como memória digital. Logo, não há apenas um algoritmo "oferecendo" sugestões ao escrevente, por exemplo, mas também um sujeito em busca de evocar determinados sentidos, em sua ilusão subjetiva[6], aceitando ou recusando as sugestões que lhes são apresentadas, uma vez que a memória digital é da ordem do histórico e, também, da repetição algorítmica.

Tendo como guia a interpretação de memória digital aqui brevemente esboçada, na sequência, apresenta-se um panorama conciso dos estudos sobre rasura, no campo dos estudos sobre a linguagem, a fim de delinear uma interpretação possível para a expressão rasura digital.

Rasuras digitais

Os estudos sobre rasura em textos manuscritos nasceram na *Crítica Genética*, como exemplificam os trabalhos de Lebrave (1992), Willemart (1998) e Zular (2002), expandindo-se para o campo dos estudos da linguagem, sobretudo para os estudos sobre a escrita da criança, com destaque para os trabalhos de Calil (2004 e 2006, dentre outros), Calil e Felipeto (2008), Capristano (2013), Machado (2014) e Machado e Capristano (2016).

6 Em consonância com a perspectiva enunciativo-discursiva da qual se parte neste artigo, entende-se que o sujeito "não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito de linguagem: sujeito descentrado, dividido, clivado" (Authier-Revuz, 1990, p. 28), ou seja, o sujeito não se configura como a origem/fonte do (seu) dizer e dos sentidos que produz, já que a língua, o inconsciente e a história determinam aquilo que ele pode e deve dizer/escrever, bem como aquilo que ele pode e deve "escolher". Entretanto, como parte da complexidade da experiência linguageira, o sujeito precisa viver a "ilusão subjetiva" de que controla o seu dizer, esquecendo-se, por um lado, de que não é origem do próprio dizer e, por outro, de que não há relação direta entre pensamento/linguagem/mundo (Pêcheux e Fuchs, 2014 [1975]).

Nesses trabalhos, sobretudo voltados para rasuras em textos manuscritos, não são investigadas operações mecânicas de correção, mas gestos que sinalizam o movimento de retorno do sujeito em relação à (sua) própria escrita e à escrita do Outro, como riscos, traços, rabiscos, grifos, borrões, apagamentos, sobreposições e inserções. Trata-se de momentos nos quais se pode ver que algo na produção escrita do sujeito escrevente (tanto no plano do *dito* quanto no plano do *dizer*, seguindo a proposta de Chacon, 2022)[7] foi considerado, por ele mesmo, por diferentes razões, inapropriado e precisou ser alterado. No campo dos estudos da linguagem, pode-se dizer que esse movimento de retorno tem sido interpretado, em geral, como fruto da imagem que o escrevente mobiliza sobre a (sua) escrita e a escrita do Outro, momentos em que, em sua ilusão subjetiva, ele é afetado pelo "não um", ocupando, como consequência, "uma posição de domínio, de exterioridade, em relação ao seu dizer, posição exterior 'dominante' a partir da qual ele poderá objetivar o dizer" (Authier-Revuz, 1998, p. 85).

Dadas as características do texto produzido por meio de recursos tecnológicos digitais[8], bem como a existência de programas/aplicativos, como o *Google Docs*, que permitem a análise de rastros do processo de escrita, a Crítica Genética[9] e alguns pesquisadores no campo dos estudos da linguagem

7 Do ponto de vista metodológico, segundo Chacon (2022), a escrita pode ser estudada a partir de dois planos distintos e convergentes: o plano do dito e o plano do dizer. O primeiro refere-se a caraterísticas percebidas como mais estritamente linguísticas como o som, as palavras, as frases e significados, abarcando, portanto, as dimensões fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas da língua. O segundo plano (o do *dizer*), por sua vez, concerne a caraterísticas da escrita quando vista como um fato de linguagem. Nesse plano, entrariam em jogo características como as relações intersubjetivas, as demandas contextuais e os campos de saber/dizer, portanto, aquilo que poderíamos supor como as dimensões enunciativas, pragmáticas e discursivas da escrita (*cf*. Chacon, 2022).

8 Para uma discussão sobre as características dos documentos digitais, produzidos por meio de recursos tecnológicos, conferir os trabalhos de Erway (2010) e Salarelli; Tammaro (2008).

9 Crítica Genética, surgida no final da década de 60 na França, é uma área de estudo que se dedica a analisar o processo de produção de uma obra, analisando seus rascunhos, visando definir o processo de criação de textos, com particular atenção para os textos literários.

começaram a se interessar pelas rasuras emergentes em outros suportes diferentes do manuscrito. Na Crítica Genética, são ilustrativos desse interesse o trabalho de Góes (2018) sobre vídeos e legendas fílmicas geradas por programas específicos capazes de gravar o percurso de criação; o trabalho de Silva (2013), sobre o processo de criação de um roteiro; e o trabalho Ferrari (2016) sobre o dossiê de documentos de processos digitais. No campo dos estudos da linguagem, de modo mais ou menos inaugural, Machado, Capristano e Jung (2019) e Machado (2021), analisaram rasuras digitais, recorrendo também a um histórico de versões da produção de uma resenha escrita por meio da ferramenta *Google Docs*.

Seguindo a trilha aberta pelos trabalhos supracitados, este estudo também se volta para os estudos das chamadas "rasuras digitais", entendendo-as não são meros desajustes a serem extirpados do documento em produção, mas, sim, como movimentos retrospectivos do sujeito sobre o seu próprio dizer, resgatados por meio de recursos tecnológicos digitais, que permitem visualizar parte do processo de escrita – no caso deste estudo, no histórico do *Google Docs*. Essas rasuras são oriundas de um documento eletrônico (estão/são acessíveis pelo computador), bem como sua codificação se dá em dígitos binários acessados pelo computador, já que "nascem em meio digital, não trafegam ao longo do percurso gerador da obra pelo meio tradicional" (Cirillo, 2012, p.153).

A existência de rasuras digitais está fundada no fato de o computador (e outros aparelhos, como smartfones) ter recursos, como o histórico de versões e marcações de alterações do *Google Docs*, que permitem resgatar marcas visíveis de alterações ao longo da produção escrita (Willemart, 2008). Portanto, entende-se que

escrever utilizando teclado não exclui a possibilidade de realizar apagamentos, substituições, deslocamentos etc., como na escrita manuscrita, nem mesmo apaga os rastros do processo de escrita. Contudo, diferente do lápis e da caneta, os recursos tecnológicos digitais podem contribuir para a emergência de outras formas de alteração e para a recorrência de um tipo de alteração em relação a outro. Por exemplo, na escrita no computador, o deslocamento, também presente na escrita manuscrita, seria facilitado devido à característica de flexibilidade e de simulação dos textos produzidos por meio de recursos digitais (*cf*. Salarelli, Tamaro, 2008).

Com base nas ponderações feitas até aqui e considerando proposições de Authier-Revuz (1990, 1998, 2004, dentre outros) sobre as heterogeneidades enunciativas, pode-se afirmar que as rasuras digitais, como as rasuras manuscritas, são materialmente reconhecidas nos diferentes movimentos de retorno do sujeito sobre a (sua) escrita, ou, ainda, nas diferentes formas de negociação (por denegação) do sujeito com a constituição da (sua) escrita, feitas com o amparo de alguma tecnologia digital. Em termos de funcionamento linguístico-discursivo, elas são pistas da divisão enunciativa do sujeito escrevente e da (sua) escrita. Contudo, ainda que guardem semelhanças com as rasuras manuscritas (que não podem ser ignoradas), as rasuras digitais deixam ver uma imbricada e complexa relação entre sujeito, máquina e discurso, bem como o encontro (e talvez o confronto) de sentidos historicizados no/por sujeitos e de sentidos acumulados na/pela máquina.

As rasuras digitais são, assim, também o resultado da atuação de uma memória lógico-matemática (memória metálica), a do algoritmo, que, ao indicar percursos (alterações possíveis para o texto), ao mesmo tempo, bloqueia sentidos,

afetando o movimento, o deslocamento e a historicidade do texto produzido (Orlandi, 2012). Contudo, esse bloqueio não exclui a incompletude e a dispersão de sentidos, nem mesmo invalida as negociações do sujeito escrevente com os diferentes Outros que constituem o dizer, já que o meio tecnológico participa da produção de sentido, que é produzido por discursos e, sobretudo, por sujeitos (Corrêa, 2020).

Após delinear uma possibilidade de entendimento da rasura digital, na próxima seção, apresentam-se a metodologia e os materiais da presente pesquisa.

Rasuras digitais: como e para onde olhar

Do ponto de vista metodológico, a análise das rasuras digitais esteve apoiada numa pesquisa qualitativa, inspirada no Paradigma Indiciário (Ginzburg, 1983)[10], bem como quantitativa, a fim de observar possíveis tendências e regularidades, acreditando, conforme Flick (2009), que esse tipo de integração metodológica pode favorecer a construção de resultados. Dado o caráter auxiliar da pesquisa quantitativa, em consonância com pesquisas que acomodam estratégias metodológicas indiciárias (Rojas, 2012), mesmo os dados episódicos, que poderiam ser negligenciados numa pesquisa quantitativa (devido a sua suposta inexpressividade), também foram explorados na presente pesquisa.

O material de análise foi recolhido, como já sinalizado, de 130 rascunhos digitais de resenhas acadêmicas, produzidas por alunas de um curso de Pedagogia, por meio da utilização do

10 O Paradigma Indiciário é um modelo teórico-metodológico de fazer ciência da historiografia, delineado por Ginzburg (1983). Esse modo de fazer ciência, teoricamente, nasceu no século XIX, contudo, pode ser observado já no comportamento dos caçadores que buscavam pistas para encontrar sua caça. Nesse paradigma, recorre-se ao método abdutivo, analisando pistas e indícios, que permitam a construção de hipóteses explicativas à luz de um determinado referencial teórico.

recurso tecnológico digital *Google Docs*. Para identificação e seleção das rasuras digitais foram observados: (a) fatores espaciais – se a rasura indicava um retorno[11] em relação à direção espacial da Língua Portuguesa (esquerda para a direita); e (b) temporais – dado o registro cronológico da escrita digital recuperável no histórico de versões, observou marcas visuais (texto inserido (cor diferente), texto excluído (tachado), texto anteriormente escrito (cor preta), captáveis pela ferramenta *Google Docs*. Com base nesses critérios, foram encontrados quatro tipos de rasuras digitais, como demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 - Classificação dos tipos de rasura

CRITÉRIO	EXEMPLO
alterações retrospectivas nas quais o escrevente apenas exclui o enunciado, sem inserir um novo enunciado em seu lugar, denominadas de **apagamento**	A) ~~NÃO É PRECISO SALVAR, O GOOGLEDOCS SALVA AUTOMATICAMENTE.~~
inserções retrospectivas de material linguístico de diferentes naturezas (pontuação, acento, espaços em branco relativos à palavra, palavras, expressões, parágrafos inteiros etc.), denominadas de **inserções**	na busca pela igualdade de seus maiores.
alterações retrospectivas nas quais o escrevente exclui e, imediatamente, insere novo enunciado, funcionando, portanto, como uma troca, denominadas de **substituições**	~~O livre~~A obra aborda de forma sintetizada,
alterações retrospectivas nas quais o escrevente, recorta parte do enunciado e, posteriormente, o cola em outro lugar foram considerados **deslocamentos**	devendo ~~sempre~~ haver sempre um questionamento

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa primeira ordenação permitiu a identificação de 614 rasuras digitais. Dessas, 43% (262) pelo gestoW de substituição; 32% (196) por meio de apagamento; 23% (141) por meio de

11 Todas as rasuras examinadas neste estudo foram produzidas sem a interação direta do escrevente com um docente. Elas resultam de mudanças e alterações feitas apenas pelas discentes.

inserção e 2% (15) por meio de deslocamento[12]. Em seguida, as 614 rasuras, assim ordenadas, foram organizadas e analisadas quanti-qualitativamente à luz de estudos de Authier-Revuz (1990, 1998, 2004, dentre outros), Bakhtin (2003) e Komesu (2014). As discussões a respeito das heterogeneidades enunciativas de Authier-Revuz (1998, 2004) constituíram o ponto de vista a partir do qual foram feitas a organização e a análise das rasuras. Desse ponto de vista, os estudos de Bakhtin (2003) e Komesu (2014) também foram importantes para essa organização e análise. Do primeiro, destacam-se as discussões sobre as diferentes dimensões dos gêneros discursivos: tema, estrutura composicional e estilo; do segundo importou, em especial, as discussões sobre a noção de suporte.

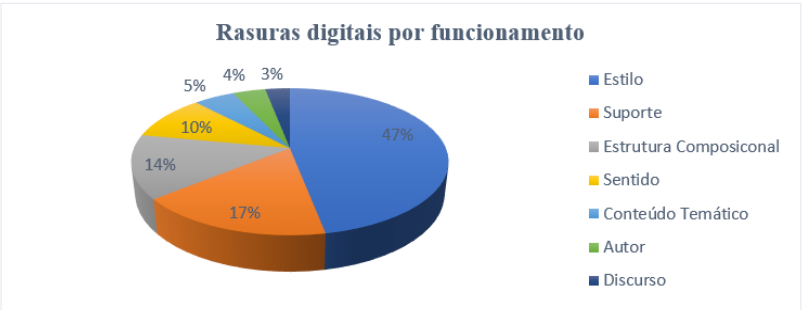
Na seção seguinte, apresentam-se os resultados da análise.

Rasura digital, atuação da memória digital e índice de negociação com diferentes *outros*

Neste estudo, como antecipado, o objetivo é identificar os modos como se mostram, na atuação da memória digital, as negociações do sujeito-escrevente com os diferentes Outros constitutivos do (seu) dizer, com atenção especial às relações de alteridade mostradas na produção de uma resenha acadêmica, no âmbito de uma prática de letramento acadêmico-científica. Desse prisma, o exame das rasuras digitais identificadas no material de análise permitiu averiguar a existência de seis funcionamentos típicos das rasuras digitais, bem como observar sua distribuição em termos quantitativos, resultados sintetizados no Gráfico 1, a seguir:

12 Tendo em vista os limites e os objetivos deste artigo, não será explorada a importante diferença qualitativa e quantitativa entre os tipos de rasuras identificados. Para uma discussão a esse respeito, consultar Machado (2021).

Gráfico 1 - Distribuição das rasuras digitais por funcionamento



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o Gráfico 1, 47% (290) das rasuras digitais sinalizaram negociação com Outro Estilo. O estilo, à luz do que propõe Bakhtin (2003), é determinado pelas esferas da atividade humana nas quais um enunciado concreto se inscreve, podendo variar devido à relação valorativa do sujeito (falante ou escrevente) com o objeto do seu discurso e com o endereçamento[13] projetado para o seu dizer, ambos determinantes para as "escolhas"[14] estilísticas feitas pelas escreventes. A relação valorativa estabelecida pelas escreventes com o endereçamento presumido para a (sua) escrita conduziria, portanto, às negociações com algumas possibilidades de emprego de recursos lexicais e gramaticais que as escreventes pressuporiam como sendo os mais apropriados à (sua) escrita nessa prática de letramento.

A maior recorrência dessas rasuras constitui forte indício da atuação da memória digital. Por um lado, vê-se a atuação do autômato do computador que, ao sugerir caminhos, toma a palavra como sinal a ser identificado e validado pelas

13 O endereçamento é aqui interpretado, à luz da proposta de Bakhtin (2003), como um elemento constitutivo dos gêneros discursivos. Assim como existem estilo, estrutura composicional e tema típicos e relativamente estáveis, também o endereçamento "e as diferentes concepções típicas de destinatários são peculiaridades constitutivas e determinantes dos diferentes gêneros do discurso" (Bakhtin, 2003, p. 305).

14 O distanciamento marcado pelas aspas é uma tentativa de fazer lembrar a noção de sujeito que atravessa a reflexão proposta neste artigo, muito longe de um sujeito que domina as suas vontades.

escreventes, a partir de um inventário criado pelos caminhos previstos por diferentes escreventes e sob os quais reside uma noção equívoca de homogeneidade da língua (e, por extensão de seu modo de enunciação escrito). Nas rasuras em que se vê a negociação com Outro Estilo, há certo cálculo de problemas previstos pelo autômato, vinculados à língua como sinal/código lógico-matemático, sob privilégio de uma variedade linguística prestigiada. Contudo, por outro lado, validar ou não essas sugestões do autônomo estaria vinculado às imagens projetadas pelas escreventes sobre, por exemplo, como atender ao estilo de escrita subjacente ao endereçamento presumido para o gênero "resenha acadêmica", como será demonstrado adiante.

A segunda negociação mais recorrente se deu com Outro Suporte (17%). Os suportes, como no estudo de Komesu (2014), não são compreendidos aqui como canal físico, veículo ou meio de base física separada da linguagem, mas como dispositivos por meio dos quais os gêneros discursivos circulam. O suporte participa do processo de produção de sentidos e, como tal, é determinado por algumas regras de funcionamento, nem sempre reconhecidas pelas escreventes. As rasuras digitais ligadas a Outro Suporte sinalizam negociações com o deslocamento "digitar/escrever" e, de modo mais recorrente, com a necessidade de padronização da definição de espaços, em especial, entre o registro de uma palavra e uma pontuação (ausência de espaço após vírgula e pontuação ou delimitação rigorosa de espaços entre palavras). Nas rasuras digitais emergentes dessa negociação parece agir, ao mesmo tempo, um algoritmo (que comporta, por exemplo, verificadores de excesso de espaços) e a imagem que as escreventes fazem da (sua) escrita e da (sua) escrita no digital, em que, por exemplo, as idiossincrasias de espaçamento são menos flexíveis que na escrita manuscrita.

A terceira maior incidência de negociação se deu com Outra Estrutura Composicional (17% das rasuras identificadas). Para Bakhtin (2003), todos os enunciados têm uma forma padrão (ou esquemas sequenciais prototípicos), relativamente estável, de estruturação do todo, nomeada por ele como "estrutura composicional". Nas rasuras digitais em que se observa a negociação com Outra Estrutura Composicional, veem-se engendrar-se relações intergenéricas, em particular, relações entre as estruturas composicionais de gêneros diferentes, numa "convivência sincrônica" entre gêneros (*cf.* Corrêa, 2006).

As negociações com Outro Sentido corresponderam a 10% das rasuras identificadas. Essas rasuras resultam da não coincidência das palavras com elas mesmas, correspondentes às glosas que designam fatos de polissemia e de homonímia, por meio de rejeição, ora especificando um sentido contra o outro, ora integrando sentidos (*cf.* Authier-Revuz, 2004, p. 83) e colocam em cena a consubstancial possibilidade de equívoco, sempre lá, mas apagada pela ilusão da constituição da língua como sistema acabado. Sinalizam, portanto, a língua imersa em infinitas singularidades, num "jogo" inevitável de nomeação. Nessas ocorrências, as escreventes excluem um sentido e "procuram" outro sentido numa rede de sentidos possíveis historicamente, alçando à língua valorada pelo endereçamento por elas projetado nas práticas acadêmico-universitárias. Esse "Outro" sentido pode ser, também, "ilusoriamente escolhido mediante as recomendações definidas pelo algoritmo que 'lineariza', por assim dizer, o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições" (Orlandi, 2020, p. 15). Dada essa dupla possibilidade, atuaria a memória digital que, ao mesmo tempo em que acomoda sentidos sugeridos pelo

algoritmo, também abre espaço para outros sentidos, aqueles não sugeridos, mas buscados pelas escreventes que estabelecem uma relação valorativa com o enunciado e seu endereçamento, visando a alçar o sentido presumido como apropriado e superior, a escrita acadêmico-científica, no interior de uma resenha acadêmica.

Dentre as rasuras digitais menos recorrentes, foram identificadas apenas 5% ligadas às negociações com Outro Conteúdo Temático. O conteúdo temático, no enquadramento teórico considerado neste estudo, não se restringe ao assunto, mas se refere "à maneira como o gênero seleciona elementos da realidade e como os trata na constituição de seu objeto de discurso" (Pereira, Braga, 2015, p. 312). Trata-se, no sentido de Bakhtin (2003), de uma negociação com o objeto de discurso do gênero, sua unidade de sentido e sua orientação ideológica. Nas ocorrências que mostram negociações com Outro Conteúdo Temático, atuariam as diferentes práticas linguageiras que produzem efeitos sobre a imagem de qual conteúdo valorar, o dizível na produção de uma resenha acadêmica, inserida numa prática social de escrita acadêmico-científica. No caso dos dados analisados aqui, por exemplo, quando professores solicitam a acadêmicas de Pedagogia a escrita de uma resenha acadêmica sobre educação, os enunciados produzidos também se dirigem à educação, ao que é permitido ou proibido dizer sobre e para este conteúdo temático.

Outra negociação pouco recorrente, assinalada no Gráfico 1, se deu com *Outro Autor*, correspondendo a 4% das ocorrências identificadas. Nessas ocorrências, as rasuras digitais manifestaram a negociação com a possibilidade de outro autor-criador (*cf.* Bakhtin, 2003)[15]. Negociar com

15 O autor-criador para Bakhtin (2003) não corresponde ao autor pessoa, mas um elemento constitutivo do gênero discursivo, posição axiológica, participante autorizado pelo leitor, que representa aquele que fala a partir de determinada posição ocupada em relação ao seu interlocutor, com base nas diferentes vozes valoradas pelo autor-pessoa.

outro autor-criador não se trata de negociar com o autor-homem ou autor-pessoa, mas negociar com certa posição axiológica (compreendida como o resultado de entrelaçamento de vozes sociais e históricas), refratada e refratante, porque construída a partir da imagem valorada por esse autor-pessoa, absorvendo e refletindo a multiplicidade de vozes do mundo. Mostra-se, nessas ocorrências, o rompimento da ilusória univocidade do (seu) dizer, sinalizando o encontro entre diferentes autores-criadores.

Por fim, foram identificadas apenas 3% de rasuras digitais ligadas à negociação com Outro Discurso. Essa negociação se instaura por meio da emergência de palavras que remetem a uma outra realidade concreta de determinada condição discursiva (Authier-Revuz, 1998), em fronteiras entre o interno (eu falo) e o externo (algo que fala em outro lugar). Nas rasuras digitais analisadas, observa-se um embate de posições discursivas divergentes sobre a temática do livro resenhado, tais como educação, inclusão e conhecimento, como demonstrado mais adiante.

Dados os limites do presente artigo, a seguir, analisa-se de forma mais detalhada a negociação mais recorrente (Outro Estilo) e a de menor recorrência (Outro Discurso) que se manifestaram por meio do tipo de rasura mais frequente no *corpus* (a substituição), a fim de melhor caracterizar os achados de pesquisa.

1. Rasuras digitais e atuação da memória digital na negociação com Outro Estilo

Quando manifestada por meio da substituição (forma mais recorrente de rasuras digitais), as negociações com Outro Estilo ligavam-se às seguintes questões de estilo:

Tabela 1 – Rasuras ligadas à negociação com Outro Estilo

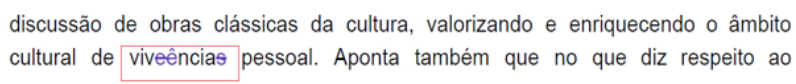
MARCAS LINGUÍSTICAS	SUBSTITUIÇÃO
Dimensão ortográfica	21,1% (61)
Dimensão oracional	15% (43)
Pontuação	10,4% (30)
Dimensão sintática	4,5% (13)
Vocábulo por ele mesmo	6,5% (19)
Definição de espaços em branco	0,7% (2)
Nomeação	0,7% (2)
Total	**58,6% (170)**

Fonte: Dados da pesquisa.

Em todas as 170 rasuras nas quais se vê negociações com Outro Estilo via substituição, as escreventes e a (sua) escrita, sob atuação da memória digital, buscam alçar-se à escrita valorizada pelo endereçamento do gênero, mas, também, à língua e às práticas de ensino tradicional nas quais as caraterísticas percebidas como mais estritamente linguísticas da escrita (como as convenções ortográficas) são valoradas. As negociações com Outro Estilo emergem, assim, das imagens que as escreventes fazem sobre si, sobre o endereçamento preferencial do gênero que estão produzindo, sobre a (sua) escrita, bem como sobre a própria tecnologia envolvida no funcionamento do aplicativo *Google Docs*. Além disso, nessas negociações, vê-se (escrevente e escrita) na busca por atender às exigências presumidas da variedade legitimada pela comunidade na qual as escreventes visam a se inserir, ou seja, a acadêmico-científica.

Nessas rasuras, como demonstra a Tabela 1, ganham destaque aspectos gráficos, ortográficos, sintáticos etc., conforme exemplifica a rasura a seguir:

Figura 2 - Rasura digital - substituição - negociação outro estilo



Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 2, a escrevente registra “vivencias” e, depois, substitui “e” por “ê”, inserindo um sinal de acentuação previsto pelas convenções ortográficas. Trata-se de uma das rasuras com maior índice no material analisado (rasuras na dimensão ortográfica, referentes a 21,1% das rasuras com Outro Estilo). Possivelmente, a acentuação gráfica tornou-se lugar de rasura (e, portanto, de negociação) pela denúncia (marcação tachada em vermelho abaixo da palavra) realizada pelo aplicativo, constituindo-se, portanto, momento no qual a escrevente é levada a considerar a (sua) escrita como registro de um código lógico-matemático, mas também um signo que pode ou deve adequar-se a um determinado endereçamento, o acadêmico-científico. Logo, se instauraria o que Dias (2018) considera lugar de contradição (próprio da memória digital), pois haveria o encontro entre o espaço da repetição (algoritmo) que se inscreve no funcionamento do interdiscurso (aquilo que pode e deve ser escrito na resenha acadêmica).

O fato de a maioria das rasuras digitais identificadas ocorrerem ligadas à negociação com Outro Estilo, por meio da substituição (tipo de rasura privilegiado pela máquina, que denuncia e apresenta sugestões de escrita) e o fato de recaírem sobretudo caraterísticas da escrita percebidas como mais estritamente linguísticas (como as convenções ortográficas), permite inferir que, na escrita de uma resenha acadêmica, por meio de recursos digitais, o estilo, considerando as diferentes possibilidades gramaticais, fraseológicas e gramaticais abertas

pela língua, vinculou-se a ajustamentos locais higienizadores, voltados meramente para a adequação.

Não se pode perder de vista que a escrita no ambiente *Google Docs* possibilita mecanismos "facilitadores", que propõem correções à luz de um padrão de escrita esperado para o idioma selecionado. Haveria, nessas ocorrências, certo cálculo de problemas previstos pelo autômato, vinculados à língua como sinal/código lógico-matemático, sob privilégio de uma variedade linguística prestigiada. Contudo, validar ou não as "sugestões" do aplicativo é tarefa do sujeito e de suas experiências sócio-históricas com a linguagem, com a língua, com a escrita e com as práticas acadêmico-científicas. Portanto, essas sugestões estabeleceriam um diálogo com as diferentes imagens projetadas pelas escreventes sobre como atender ao estilo de escrita subjacente ao endereçamento presumido para o gênero discursivo a ser escrito.

Rasuras digitais e atuação da memória digital na negociação com Outro Discurso

Neste estudo, em apenas 3% (21) das rasuras digitais analisadas, pôde-se observar o embate de posições discursivas divergentes, ou seja, pôde-se observar o que aqui é denominado de negociação com Outros Discursos. Quando essa negociação ocorre por substituição (forma mais recorrente de rasura digital presente no material analisado nesta pesquisa), identificou-se apenas 9 rasuras, conforme síntese presente na Tabela 2:

Tabela 2 - Rasuras ligadas à negociação com Outro Discurso[16]

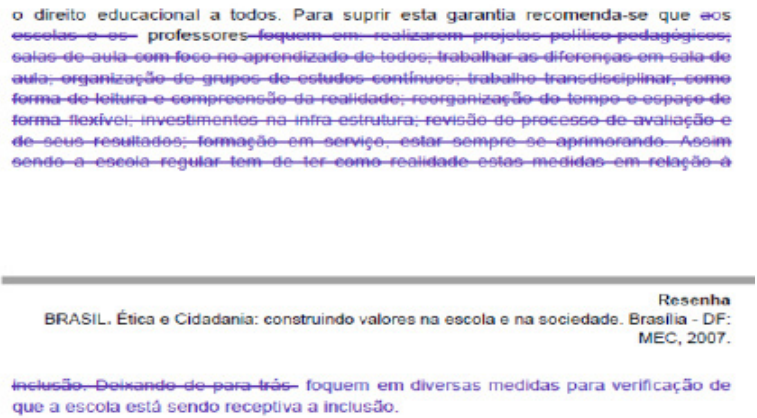
MARCAS LINGUÍSTICAS	SUBSTITUIÇÃO
Conhecimento: senso comum e/ou ciência	9,5% (2)
Papel da escola, da família, do professor	19% (4)
Educação como salvadora e/ou direito	-
Natureza humana e o outro	4,7% (1)
Educação inclusiva: direito ou desejo	4,7% (1)
Ser profissional: bem comum e/ou bem coletivo	-
Negacionismo e/ou escolha	4,7% (1)
Total (100% -21)	42,8 (9)

Fonte: Dados da pesquisa.

Esse conjunto de rasuras digitais deixam ver o encontro entre diferentes discursos, ligados ao conteúdo temático do gênero discursivo pretendido pelas escreventes, remetendo sempre a pelo menos duas realidades concretas, numa fronteira entre "eu falo aqui" e "algo fala em outro lugar" (*cf.* Authier-Revuz, 1998). Essas rasuras permitem inferir que as escreventes estão sob o efeito de um aparente conflito com diferentes já ditos que habitam os discursos, por exemplo, sobre o senso comum e/ou ciência ou sobre o papel da escola, da família, do professor, como pode ser vislumbrado no exemplo a seguir:

16 Na Tabela 2, dois tipos de marcas linguísticas ("Educação como salvadora e/ou direito" e "Ser profissional: bem comum e/ou bem coletivo"), embora presentes no *corpus* analisado, não se manifestaram como rasuras via substituição.

Figura 3 - Rasura digital - substituição - outro discurso


o direito educacional a todos. Para suprir esta garantia recomenda-se que ~~aos escolas e os~~ professores ~~foquem em: realizarem projetos políticos pedagógicos; salas de aula com foco no aprendizado de todos; trabalhar as diferenças em sala de aula; organização de grupos de estudos contínuos; trabalho transdisciplinar, como forma de leitura e compreensão da realidade; reorganização do tempo e espaço de forma flexível; investimentos na infra estrutura; revisão do processo de avaliação e de seus resultados; formação em serviço, estar sempre se aprimorando. Assim sendo a escola regular tem de ter como realidade estas medidas em relação à~~

Resenha

BRASIL. Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília - DF: MEC, 2007.

~~inclusão. Deixando de para trás~~ foquem em diversas medidas para verificação de que a escola está sendo receptiva a inclusão.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 3, a escrevente registra "recomenda-se que as escolas e os professores foquem em: realizarem projetos políticos pedagógicos", posteriormente substitui esse trecho por "recomenda-se aos professores foquem em diversas medidas para verificação de que a escola está sendo receptiva a inclusão". Nota-se a marcação de uma fronteira entre si e o Outro, por diferença, uma vez que há um deslocamento de um discurso relativo à função da escola e dos professores versus um discurso sobre a função dos professores em relação à implementação de práticas inclusivas. O professor passa de executor do projeto (versão 01) para fiscalizador (versão 02), operando o interior (eu falo aqui) com o exterior (algo fala em outro lugar). Parece haver, portanto, um embate entre os diferentes já ditos ligados a esse conteúdo temático, bem como um deslocamento de posições axiológicas em relação ao dito, uma vez que se notam indícios de diferentes papéis sócio-historicamente ocupados pelo autor-criador "professor". Ademais, ao substituir "escolas e

professores", como agentes responsáveis pelamudança por apenas "professores", atualiza-se um discurso de desresponsabilização da escola e, consequentemente, do Estado, apagando a ideia de inclusão como responsabilidade compartilhada e direito assegurado e transferindo a responsabilidade para a esfera individual (professores) e não institucional.

Vale considerar que a baixa recorrência de rasuras digitais ligadas a negociação com o Outro Discurso pode ter sido reforçada pelo fato de que, nesse tipo de negociação, são estabelecidas relações que não podem ser algoritimizadas. Nota-se um encontro marcado por palavras que evocam discursos constituídos sócio-historicamente entre diferentes posições de sujeito não mapeadas pelo algoritmo.

Considerações finais

Assumiu-se neste estudo a natureza heterogênea da língua, da linguagem e da escrita, a complexidade dos sujeitos sócio-historicamente constituídos e uma visão que pressupõe a não existência de poderes intrínsecos às tecnologias digitais. Desse lugar de observação, buscou-se identificar indícios da atuação da memória digital e das não coincidências enunciativas materializadas nas rasuras digitais, analisando esses gestos de retorno do escrevente sobre a (sua) escrita, na busca por tendências nas negociações das escreventes com os diferentes Outros constitutivos do (seu) dizer, a fim de construir uma reflexão teórico-analítica sobre a natureza das relações de alteridade mostradas na produção de uma resenha acadêmica, no âmbito de uma prática de letramento acadêmico-científica.

Pôde-se observar que as rasuras digitais acomodam, por um

lado, os sentidos da máquina, algoritimizados e frutos de uma concepção de língua homogênea e, por outro, os deslocamentos de sentidos abertos pela diversidade social e histórica dos sujeitos que enunciam, da língua e da escrita. Haveria, portanto, uma atuação constituída por sujeito, máquina e discurso, sendo incoerente pensar apenas em um algoritmo "oferecendo" sugestões ao escrevente, já que existem sujeitos evocando sentidos por meio dos já ditos, pois a memória digital é, ao mesmo tempo, da ordem do histórico e da repetição algorítmica.

A comparação entre as rasuras mais recorrentes e menos recorrentes permitiu considerar a existência de outras tendências nos modos como se mostravam as negociações realizadas pelas escreventes com os diferentes Outros que constituem o (seu) dizer. O fato de a maioria das rasuras digitais sinalizarem a preocupação com o Outro Estilo e, em contrapartida, a minoria das rasuras indicarem negociações com Outro Discurso é um dado importante (e preocupante) a ser considerado. Na produção de uma resenha acadêmica, no âmbito de uma prática de letramento acadêmico-científica, tem maior atuação e maior força coercitiva a busca pelo ajustamento da escrita a uma noção prescritiva e higienizadora da língua e da escrita, que visa unicamente à adequação. Essa visão não está circunscrita à atuação da "máquina" (do aplicativo *Google Docs*), mas, também, vincula-se às práticas de letramento quais as escreventes são/estão filiadas.

Por fim, destaca-se a importância de pesquisas como a apresentada neste artigo, cuja proposta seja problematizar a escrita digital, sem olhar para esse digital como salvador, aderindo à perspectiva de que as práticas de leitura e de escrita em contexto digital teriam um valor inerentemente positivo de acessibilidade

e de poder; nem aderindo a uma perspectiva saudosista de que a escrita digital aniquilaria o "verdadeiro" processo de escrita; mas, sim, observando como as tecnologias digitais participam da construção de sentidos, como podem conduzir a um apagamento do escrevente e a uma homogeneização do dizer/escrever, e, sobretudo, como seria possível (e desejável) utilizar a máquina ao invés de ser coisificado por ela, uma vez que essa é uma realidade imposta às atuais práticas de letramento, bem como aos processos de ensino de aprendizagem da escrita.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativas. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 19, p. 25-42, jul./dez., 1990.

_____. *Palavras incertas*: as não coincidências do dizer. São Paulo: Editora UNICAMP, 1998.

_____. *Entre a transparência e a opacidade*: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCS, 2004.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

CALIL, E. Rasura oral e autonímia no processo de escritura. *Letras Hoje*, v. 39, n. 3, p. 207-221, 2004.

_____. Modalizações autonímicas como marcas de subjetividade em processos de criação. *Intercâmbio*, v. XV, p. 1-12, 2006. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3659/2390. Acesso em: 08 abr. 2025.

CALIL, E.; FELIPETO, S. A singularidade do erro ortográfico nas manifestações d´alíngua. *Estilos de Clínica*, v. XIII, n. 25, p. 118-137, 2008.

CAPRISTANO, C. C. Um entre outros: a emergência da rasura no processo de aquisição da escrita. *Revista Linguagem em (Dis) curso*, v. 13, n. 3, p. 667-694, 2013.

CHACON, L. O que é a escrita? *In*: OTHERO, G. A.; FLORES, V. N. *O que sabemos sobre a linguagem*: 51 perguntas e respostas sobre a linguagem humana. São Paulo: Parábola, 2002. p. 163-167.

CIRILLO, J. Acervos digitais e crítica genética: ferramentas para as memórias de uma escritura digital. *In*: TELLES, C. M.; SANTOS, R. B. dos (org.). *Filologia, críticas e processos de criação*. Curitiba: Appris, 2012.

CORRÊA, M. L. G. A inter-incompreensão polêmica e sua versão solipsista em práticas de leitura emergentes. *ComHumanitas*, v. 11, n. 1, 2020.

_____. Relações intergenéricas na análise indiciária de textos escritos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 45, n. 2, p. 205-224, 2006.

DIAS, C. *Análise do discurso digital*: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes, 2018.

ERWAY, R. Defining "Born Digital". *Online computer library center*: Estados Unidos, 2010. Disponível em: https://www.oclc.org/content/dam/research/activities/hiddencollections/borndigital.pdf. Acesso em: 08 abr. 2025.

FERRAGUT, G. MPL e MBL: a avenida Paulista e o movimento antes de p e b – uma reflexão sobre a formação algorítmica. *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 44, jul./dez., 2019.

GINZBURG, C. Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. *In*: ECO, H.; SEBEOK, T. A. *O signo de três*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

GÓES, S. R. *Estudo do processo criativo da tradução e interpretação em Janela de libras da animação fílmica Raccoon & Crawfish*: percorrendo caminhos digitais. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras, Salvador, 2018.

LEBRAVE, J. La critique génétique: une discipline nouvelle ou un avatar de la philologie? *Genesis*, Paris: ITEM/CNRS, n. 1, p. 42, 1992.

MACHADO, T. H. S. *Rasuras ligadas à segmentação de palavras na escrita infantil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2014.

MACHADO, T. H. S.; CAPRISTANO, C. C.; JUNG, N. Letramento acadêmico: dimensões mostradas e escondidas em rasuras em contexto digital. *Revista Linguagem e Ensino*, Pelotas, v. 22, n. 3, p. 933-956, 2019.

MACHADO, T. H. S. *Rasuras digitais na escrita acadêmico-científica*: a constituição da escrita do gênero resenha. 2021. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2021.

MACHADO, T. H. S.; CAPRISTANO, C. C. Rasuras ligadas à segmentação de palavras na aquisição da escrita. *Educação em Revista*, v. 32, n. 1, p. 337-364, 2016.

NAU, Jonathan; HAENDCHEN FILHO, Aluizio; PASSERO, Guilherme; CAVACO, Vinicius. Uma ferramenta para identificar desvios de linguagem na Língua Portuguesa. *In*: *Simpósio brasileiro de Tecnologia da Informação e da Linguagem Humana* (STIL), 1., 2017, Uberlândia/MG. *Anais* [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017. p. 12-16.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto*. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Péricles Cunha. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014 [1975]. p.163-252.

RINO, L. H. M. *et al*. Aspectos da construção de um revisor gramatical automático para o português. *Anais do XXXI Gel Estudos Linguísticos*, 2002.

SALARELLI, A.; TAMMARO, A. M. *A biblioteca digital*. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2008 [2006].

WILLEMART, P. A crítica genética hoje. *Alea*: Estudos Neolatinos, v. 10, n. 1. jan./jun., p. 130-139, 2008.

ZULAR, R. Criação em processo. *Ensaios de crítica genética*. São Paulo: Iluminura, 2002.

Enunciar entre a presença e a ausência: (re)valorações da palavra-alheia a partir de *A outra filha* (2010), de Annie Ernaux

Maria Eduarda Freitas Moraes*
Maria Ottilia Rodrigues Cruz**

Resumo

A capacidade representativa da linguagem está em intrínseca relação com a morte à medida que toda enunciação representa um objeto em ausência. A alteridade, objeto constitutivo dos estudos do discurso, é condição para o estabelecimento de relações dialógicas, que respondem a enunciados anteriores e antecipam possíveis dizeres. Em uma abordagem bakhtiniana, a palavra, como signo ideológico, vivifica um objeto do dizer, encarnando já-ditos e produzindo novas valorações acerca do objeto. Partindo dessa perspectiva teórica, visamos discutir as possibilidades de revaloração da experiência da morte e da perda no âmbito social por meio da linguagem, em uma esfera que tensiona o ético e o estético, a autossociobiografia. Elegemos o texto *A outra filha* (2010), de Annie Ernaux, como objeto de análise dialética-dialógica. Na obra de Ernaux, a autora narra a breve vida de uma irmã que nasceu e morreu antes da sua existência, endereçando-lhe uma carta; carta que é, portanto, endereçada a uma alteridade em ausência. Para a análise e discussão, utilizamos como principais categorias de análise as noções de heterodiscurso, palavras-alheias, signo ideológico, relações dialógicas e cronotopo. Observamos de que modo os enunciados propostos por Ernaux no seu texto permitem uma revaloração da alteridade em ausência da irmã

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutoranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Letras. Bolsista CNPq. Psicóloga e psicanalista. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2625-7934.
**Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestranda em Teoria da Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras. Bolsista CAPES. Professora da rede básica. Orcid: https://orcid.org/0009-0008-5269-0900.

falecida. Concluímos que a alteridade ético-estética da autossociobiografia permite refletir e refratar diferentes sentidos para as palavras-alheias que nomeiam experiências sociais de perda.

Palavras-chave: teoria dialógica do discurso; autossociobiografia; dialogismo; alteridade; Annie Ernaux.

Enunciating between Presence and Absence: (Re)Evaluations of Others' Words Based on *The other girl* (2010), by Annie Ernaux

Abstract

The representative capacity of language is intrinsically related to death, as every utterance represents an absent object. Otherness, a constitutive object of discourse studies, is a condition for establishing dialogical relations, which respond to previous utterances and anticipate possible statements. From a Bakhtinian perspective, the word, as an ideological sign, enlivens an object of discourse, embodying already-said words and producing new valuations of the object. Based on this theoretical perspective, we aim to discuss the possibilities of revaluing the experience of death and loss in the social sphere through language, in a dimension that tensions the ethical and the aesthetic—the autossociobiography. We have chosen the text *L'Autre fille* (2010) by Annie Ernaux as the object of dialectical-dialogical analysis. In Ernaux's work, the author narrates the brief life of a sister who was born and died before her own existence, addressing a letter to her—a letter that is, therefore, directed to an absent otherness. For the analysis and discussion, we use as our main analytical categories the notions of heterodiscourse, others' words, ideological sign, dialogical relations, and chronotope. We observe how the utterances proposed by Ernaux in her text enable a revaluation of the absent otherness of the deceased sister. We conclude that the ethical-aesthetic otherness of autossociobiography allows for the reflection and refraction of different meanings for the others' words that name social experiences of loss.

Keywords: dialogical theory of discourse; autossociobiography; dialogism; otherness; Annie Ernaux.

Recebido em: 15/03/2025 // Aceito em: 27/11/2025

Considerações iniciais

A capacidade representativa da linguagem, inscrita nas dinâmicas sígnicas, está em intrínseca relação com a morte. De fato, a representação, como capacidade de tornar presente o ausente, porta necessariamente a morte do objeto, da coisa em si. A representação da ausência da alteridade é objeto de interrogação de diversas áreas. A teoria dialógica do discurso do Círculo de Bakhtin[1], por sua vez, é uma das áreas que se dedica ao estudo da linguagem em intrínseca relação com o mundo da vida, propondo uma translinguística (Bakhtin, 2018). Nessa perspectiva, o princípio dialógico – que constitui o sujeito e, com isso, o seu discurso –, considera a impossibilidade de o sujeito ver a si mesmo sem ser através do olhar do outro, bem como salienta a reacentuação das palavras alheias através da tomada da palavra do sujeito como "eu", diferenciando-se do lugar da alteridade (Bakhtin, 2015, 2019). Na abordagem bakhtiniana (Bakhtin, 2015, 2016), a palavra é signo ideológico que vivifica um objeto do dizer, encarnando já-ditos e não-ditos, construindo relações dialógicas com enunciados anteriores e possíveis respostas. Com isso, reflete e refrata diferentes sentidos na comunicação humana conforme a esfera de comunicação e as relações dialógicas que são estabelecidas (Volóchinov, 2019).

No presente trabalho, visaremos discutir a possibilidade de revaloração da morte como experiência social por meio da linguagem, em uma esfera que tensiona o ético e o estético,

1 A área dos estudos linguísticos designa como **Círculo de Bakhtin** o grupo interdisciplinar de pensadores russos que se reuniram, entre 1919 e 1929, para discutir questões relacionadas à filosofia da linguagem e à estética, dentre outras. Para os estudos bakhtinianos, os escritos de Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev são de especial importância (Faraco, 2009).

a autossociobiografia. Apesar de se referir às experiências vividas pelo próprio sujeito, a autossociobiografia difere-se da autobiografia. Isto porque a autobiografia, segundo Bourdieu (2011), supõe uma narrativa linear em que o indivíduo é o agente central das suas ações. Entretanto, as condições reais de vida implicam descontinuidades e contradições que se manifestam em relações concretas no espaço social (Bourdieu, 2011). Tendo isso em vista, a autossociobiografia implica recontar uma história pessoal de modo consciente do lugar social que se ocupa, situando-o de modo socio-histórico (Charpentier, 2006; Ernaux; Bras, 2017). Trata-se de um gênero discursivo que a escritora francesa Annie Ernaux estiliza[2] de modo responsivo às provocações propostas por Bourdieu.

Compreendemos que as obras de Ernaux discutem questões atuais e relevantes, como o questionamento da dominação masculina e a diferença de experiências que constituem sujeitos pertencentes a classes dominantes ou dominadas. Com o aporte teórico, que será aprofundado na primeira seção do trabalho, desenvolveremos o objetivo de discutir a possibilidade de revaloração da morte como experiência social por meio da linguagem na autossociobiografia. Para atingir o objetivo, escolhemos a obra *A outra filha* (2010), de Annie Ernaux, como objeto. Para fins de análise, discutimos as categorias de: signo ideológico, relações dialógicas e heterodiscurso. O artigo está dividido em uma primeira seção teórica, que realizará uma discussão bakhtiniana sobre alteridade e valoração, e a segunda seção, que será dedicada à análise dialógica do texto literário.

2 Apesar de Ernaux ter se tornado reconhecida pelo desenvolvimento da autossociobiografia de modo original, ela não é a única autora na contemporaneidade a estilizar este gênero, sendo reconhecidos também os trabalhos de autores como Didier Eribon e Édouard Louis.

1 Alteridade, valoração e significação: considerações a partir do pensamento do Círculo de Bakhtin

A relação entre "eu" e "outro" como centros de valores distintos e consciências insubstituíveis é proposta por Mikhail Bakhtin desde os seus primeiros trabalhos, como *Para uma filosofia do ato responsável* (2010), escrito entre 1920 e 1924. Esse pensamento comporá a epistemologia do Círculo, a sua concepção de linguagem, bem como servirá como guia para pensar as relações dialógicas. As distintas consciências se contemplam e, com isso, entram em tensas e constitutivas relações dialógicas.

Segundo Bakhtin (2010), no ato de conhecer o mundo, o sujeito teórico-abstrato deve "encarnar-se em um ser humano real, efetivo, pensante para incorporar-se [...] com o mundo todo do existir que lhe é inerente enquanto objeto do conhecimento, no existir do evento histórico real, simplesmente como seu momento" (Bakhtin, 2010, p. 49). O sujeito deve "assumir uma atitude emotivo-volitiva particular em relação à humanidade histórica" (Bakhtin, 2010, p. 105); somente nessa assunção, o sentido do ato se concretiza. Então, o endereçamento à grande alteridade cultural é o fundamento da consciência participativa, que não concebe generalidades, mas a **presença**: "existe eu, e existe um determinado, concreto, 'outro': o meu próximo, o meu contemporâneo (a humanidade social), o passado e o futuro de pessoas reais (da humanidade histórica real)" (Bakhtin, 2010, p. 106).

Nesse sentido, "não é no contexto da cultura que uma afirmação emotivo-volitiva adquire seu tom; toda a cultura na sua totalidade vem integrada no contexto unitário e singular da

vida do qual eu participo" (Bakhtin, 2010, p. 90). A "presença" bakhtiniana prevê o diálogo entre o próprio e o alheio, o situado e a ampla humanidade social. O discurso, nessa perspectiva, é composto por enunciados, unidade mínima da comunicação, e cada enunciado, por sua vez, "é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados" (Bakhtin, 2016, p. 26). Sendo assim, cada enunciado constitui-se, de modo articulado, em relação aos enunciados anteriores. Simultaneamente, cada enunciado antecipa possíveis respostas ao seu dizer.

Podemos pensar que, na perspectiva bakhtiniana, a palavra opera como vínculo afetivo entre sujeito e alteridade (Monroy, 2019). O caráter e a valoração desse vínculo irão variar conforme a arquitetônica. Em *Para uma filosofia do ato responsável*, Bakhtin (2010) propõe a arquitetônica do ser-evento como conjunto de valorações que constituem a relação entre as consciências. Essas relações são o "eu-para-mim" (como me vejo e me valoro), o "eu-para-o-outro" (como percebo que o outro me valora) e o "outro-para-mim" (como eu valoro a alteridade). Todas essas relações são constitutivas do modo como "eu" me valoro em relação à alteridade. A alteridade, por sua vez, é presente desde o início da constituição do sujeito, visto que, sem ela e a sua linguagem socialmente compartilhada, não haveria o nascimento social do sujeito (Volóchinov, 2019).

No caso do discurso autobiográfico[3], a teoria bakhtiniana nos permite compreender o relato de uma vivência a partir de um desdobramento da posição-autor, em que autor-criador (desdobramento do autor-pessoa, ser concreto)[4] conta a própria

3 Na teoria da literatura, há distintas formas de compreender a (auto)biografia. Neste artigo, alinhamo-nos ao viés bakhtiniano, compreendendo-o como um discurso (Souza, 2023) cujo princípio advoga que "[n]em na biografia, nem na autobiografia o *eu-para-mim* (a relação consigo mesmo) é elemento constitutivo da forma" (Bakhtin, 2023, p. 219), tendo em vista a não-coincidência entre autor e personagem nos dois casos.

4 Na obra bakhtiniana, autor-pessoa e autor-criador são instâncias sócio-discursivas distintas, que necessitam do movimento exotópico para construir um romance. Para Bakhtin (2023, p. 33), "o herói de uma obra nunca pode coincidir com o seu autor-criador, pois caso contrário não teríamos uma obra de arte". O herói, nessa via, é produto da visão estética do autor-criador. O

vida sem coincidir com a personagem ou com os destinos factuais da própria vida, ancorando-se, fundamentalmente, no vetor axiológico do "outro, em cujos tons axiológicos recordamos a nós mesmos" (Bakhtin, 2023, p. 222).

Segundo Bakhtin (2015), a abertura da subjetividade à alteridade caracteriza o falante no romance, cuja formação da consciência "é um processo de assimilação seletiva das palavras dos outros" (Bakhtin, 2015, p. 135). A ênfase na seletividade pela qual a palavra alheia é assimilada revela que a consciência, bem como "todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) [são] pleno[s] de palavras dos outros, em um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância", as quais "assimilamos, reelaboramos e reacentuamos" (Bakhtin, 2015, p. 54).

Ainda, o discurso revela uma série de movimentos **entre** o presente, o passado e o futuro, amalgamando no enunciado o ato ético enquanto assunção da cultura-em-mim. Considerando que qualquer ato, na interação eu e outro, possui uma dimensão dialógica (Bubnova, 2016), a rememoração instala uma contraposição arquitetônica entre o eu e o outro que, em seu funcionamento dialogizante, põe em cena "as complexas relações de reciprocidade com a palavra do outro em todos os campos da cultura" (Bakhtin, 2017, p. 38), começando pela assimilação da palavra alheia e "terminando na assimilação das riquezas da cultura humana (expressas em palavras ou em outros materiais semióticos)" (Bakhtin, 2017, p. 38). É o diálogo entre tempos e culturas, impresso na materialidade do discurso, o fundo

autor-criador é "o agente da unidade tensa e ativa do conjunto acabado, do todo da personagem e também da obra" (Bakhtin, 2023, p. 54). No ato estético, o autor-criador não pode coincidir consigo mesmo, o autor-pessoa, nem com a personagem no momento de produção da obra, pois, para que haja acabamento estético, é necessário que haja ao menos dois participantes, "duas consciências que não coincidem" (Bakhtin, 2023, p. 65). O autor-criador pode ser, de certo modo, compreendido como essa alteridade do autor-pessoa, uma consciência capaz de realizar o movimento exotópico, de contemplar a si mesmo a partir de um olhar estrangeiro, "uma existência-alteridade humana em mim", para gerar um produto ético-estético (Bakhtin, 2023, p. 229).

filosófico que explica a dialogicidade interna da consciência como assimilação responsiva do heterodiscurso que reverbera no grande tempo (Bakhtin, 2015, 2018).

O heterodiscurso, expressão das relações dialógicas, designa as linguagens sociais concretas, vivas, respondentes à pluralidade dos usos linguísticos compartilhados e das visões de mundo de grupos sociais determinados. Segundo Bakhtin (2015), a pluralidade de linguagens sociotípicas serve a "quaisquer cosmovisões sociais significativas" (Bakhtin, 2015, p. 65), fazendo com que as línguas sociais se individuem segundo "pontos de vista específicos sobre o mundo, formas de sua compreensão verbalizada, horizontes concreto-semânticos e axiológicos específicos" (Bakhtin, 2015, p. 67).

No discurso, o enunciado é signo ideológico, carregado de sentidos que advêm da sua produção histórica. Todavia, esses sentidos podem ser revalorados e, com isso, refratarem outros dizeres. Tanto Volóchinov (2018) quanto Medviédev (2019) afirmam que o signo é um produto ideológico forjado num meio ideológico que, além de circular na realidade concreta, a reflete e a refrata. Entendendo ideologia como pontos de vistas inscritos em ênfases multiacentuadas sobre a existência e compartilhados por coletividades, Volóchinov (2018) afirma que o signo ideológico "não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante" (Volóchinov, 2018, p. 93). Então, não só as ênfases valorativas multiacentuadas incidem nos signos como os signos reinterpretam tais ênfases, em um diálogo infindo. Nesse processo, a reinterpretação

sempre inclui uma avaliação, tanto individual quanto social[5], que faz do signo um enunciado concreto, portador de uma opinião ideológica autoral.

Nesse sentido, a língua, em seu aspecto de significação, quando mobilizada em um gesto autoral responsivo, evoca o sentido, particularizando significações às estruturas empregadas, em um processo dialético (Volóchinov, 2018). Essa tensão depende de uma compreensão responsiva, princípio a partir do qual, "[e]m cada palavra de um enunciado compreendido, acrescentamos como que uma camada de nossas palavras responsivas" (Volóchinov, 2018, p. 232), reacentuando-as a partir de nosso centro axiológico singular, em diálogo com o de nossa coletividade.

Quais relações de alteridade a signicidade evoca? Podemos observá-las na dinâmica de dupla orientação da palavra no ato enunciativo, em que o locutor, ao endereçar-se ao interlocutor, enfrenta um lugar heterodiscursivo "entre o discurso e o objeto", um "meio elástico e amiúde dificilmente penetrável de outros discursos alheios a respeito do mesmo objeto, 'no mesmo tema'" (Bakhtin, 2015, p. 48). Esse meio é constituído por uma multiplicidade de vozes sociais que já avaliaram e tematizaram o signo, visto que, "em todas as suas vias no sentido do objeto, em todas as orientações, o discurso depara com a palavra do outro e não pode deixar de entrar numa interação viva e tensa com ele" (Bakhtin, 2015, p. 51).

No que tange à memória, Moll, Di Fanti e Theobald (2024), ao estudarem o conceito de autobiografia em Bakhtin (2023), defendem que, mesmo em casos-limite – no ensimesmamento,

5 No ideário bakhtiniano, singularidade e sociedade não são dicotomias. Podemos entendê-las como pontas de um mesmo espectro discursivo, visto que o discurso interior é uma reapropriação singularmente acentuada do discurso exterior (Volóchinov, 2018).

quando há uma tentativa de isolamento subjetivo –, toda "crise da alteridade é sempre testemunhada por alguém, que a ela responde e lhe atribui sentido" (Moll; Di Fanti; Theobald, 2024, p. 13). Esse "alguém" não é, necessariamente, um outro concreto, visto que a própria linguagem evoca uma presença semântica interpretante (Bubnova, 2016). No gênero discursivo autobiografia, o funcionamento da linguagem promove deslocamentos entre o locutor-pessoa, o autor-criador e o autor-pessoa que impedem que a escrita se torne mesmificação (Moll; Di Fanti; Theobald, 2024).

Bakhtin (2023) entende "por biografia ou autobiografia (descrição de uma vida) a forma transgrediente imediata" (Bakhtin, 2023, p. 221) na qual se pode objetivar-se esteticamente a si mesmo e a sua vida. Essa transgrediência implica uma "extralocalização exterior, espacial e temporal" (Bakhtin, 2023, p. 221) entre o narrador e a personagem e promove a vivência "da própria existência-alteridade humana" em si mesmo (Bakhtin, 2023, p. 229). Ao contar a própria história, o sujeito enfrenta a alteridade de sua coletividade, dos narradores possíveis "outros", fazendo com que a própria vida seja "percebida e construída como uma possível narração que sobre ela o outro faz para os outros" (Bakhtin, 2023, p. 222) – ou seja, para esse terceiro, que comenta e interpreta os sentidos de uma vida.

Na autobiografia, "como criadores [,] estamos fora de nós mesmos, e esse estar fora, essa extralocalidade ou exotopia, gera um processo de elaboração muito amplo" (Zavala, 2022, p. 159). Na perspectiva de Ponzio (2020), entendemos que a signicidade bakhtiniana, ao evocar a alteridade, tensiona a presença material da memória – os vestígios – e a ausência relativa de sentido que, em alguns casos, podem acometer

a integralidade de um relato, visto que o recordar "re-vela [...] quanta ausência, feita passar por presença, existe nas construções da memória, quantos buracos na sua continuidade e quantos enganos e distorções na sua coerência" (Ponzio, 2020, p. 285). Por isso, para Bakhtin (2017), a memória não pode mudar a materialidade do passado, mas pode revalorar, refletir e refratar outros valores em seu sentido, transformando a compreensão sobre o passado. Nesse contexto, propomos que, hibridizando a voz do autobiógrafo com o heterodiscurso rememorado (Bakhtin, 2015, 2023) e enfatizando a dimensão social da inscrição da perda na história familiar, a evocação da vida dos outros na narrativa autoral porta valoração.

Portanto, a teoria dialógica do discurso é entendida como adequada para o estudo da obra de Annie Ernaux à medida que a autora ressalta, em suas obras, a relevância que a sociologia ocupa na construção da sua escrita (Charpentier, 2005, 2006; Ernaux; Bras, 2017; Pontes, 2017). Nesse sentido, a teoria dialógica pode contribuir para as questões que atravessam o discurso de todo sujeito situado socio-historicamente.

2 *A outra filha*: uma carta a quem está ausente

O endereçamento à alteridade é central em *A outra filha* (2010), de Annie Ernaux. A autora nasceu em Lillebonne, na França, em 1940, e viveu sua infância em Yvetot, cidade que é referenciada em suas obras com frequência. Filha de operários que se tornaram pequenos comerciantes, a autora discute a mudança de classe social e as desigualdades entre classes. Vencedora do Nobel de Literatura em 2022, Ernaux é conhecida por sua escrita autossociobiográfica em obras como *A vergonha*, *O acontecimento*, *O lugar* e *Os anos*.

Em *A outra filha* (2010), a autora expõe a sua relação, construída em um momento *a posteriori*, com a sua irmã nascida e falecida antes do seu nascimento. A obra possui uma singularidade, pois haveria sido encomendada por uma editora, que visava produzir uma coletânea de textos em que diferentes autores escreveriam uma carta que nunca escreveram (Junqueira dos Santos, 2025a). A carta de Ernaux singularizou-se de modo a se tornar *A outra filha* (2010).

O texto é então produzido como uma carta endereçada à irmã que não se pode conhecer senão por meio do discurso familiar. Convergimos para o pensamento de Amorim (2001) quando indica que não há um saber anterior à escrita de uma experiência: trata-se de um saber que se constrói na própria escrita. Sendo assim, uma nova relação com a irmã é criada por meio do texto. No início da obra, a autora-criadora enuncia:

> Mas você não é minha irmã, você nunca foi minha irmã. Nós não brincamos, não comemos, não dormimos juntas. Eu nunca encostei em você, nunca te abracei. Não sei a cor dos seus olhos. Nunca te vi. Você não tem corpo nem voz, é apenas uma imagem chapada em algumas fotos em preto e branco. Não tenho lembranças suas. Quando nasci, você já tinha morrido havia dois anos e meio. Você é a criança dos céus, a menininha invisível de quem nunca falaram, a ausente de todas as conversas. Você é o segredo. (Ernaux, [2010]/2023a, p. 10).

Nesse primeiro trecho, somos introduzidos ao que a autora-criadora compreende da palavra "irmã" como signo ideológico: alguém com quem se compartilha as rotinas, as brincadeiras, mas, principalmente, os pais. O acento sobre a função de filha é marcado em diversas obras da autora, como *O lugar*, *Uma*

mulher, *A vergonha*, entre outras (Junqueira dos Santos, 2025b). Em algumas, observamos mesmo o sofrimento em ocupar a posição de filha, como "*Je ne suis pas sortie de ma nuit*" e *Uma mulher*, quando é narrado o processo de envelhecimento da mãe da autora-pessoa com a doença de Alzheimer, o seu envolvimento nos cuidados e, ao mesmo tempo, a ambivalência de acompanhar esse processo. Ao mesmo tempo, em *A outra filha*, incide sobre a narrativa dois elementos acerca da história familiar: (a) o texto é iniciado com a descrição de uma foto da irmã morta, que a autora-pessoa pensava se tratar de uma fotografia sua; (b) o peso que recai sobre a autora-pessoa quando há um discurso familiar que nomeia explicitamente o desejo de ter apenas um filho para promover melhores condições de vida a esse único filho e, portanto, a autora-pessoa nasce porque a irmã está morta.

Ainda no início da obra, a autora-criadora enuncia: "Você sempre esteve morta. Entrou em minha vida já morta, no verão dos meus dez anos" (Ernaux, [2010]/2023a, p. 10). Na perspectiva bakhtiniana, a autora-criadora é figura que se distingue da autora-pessoa (Bakhtin, 2023). Enquanto a autora-criadora é figura de autoria que enuncia em uma obra, a autora-pessoa seria a pessoa do autor no campo da realidade. No entanto, essas figuras podem coincidir mais ou menos de acordo com a obra. A morte da irmã, experimentada ao se tornar conhecida pela autora-pessoa, torna-se um acontecimento estético que demanda acabamento na escrita. Nessa via, o acabamento estético ocorre por meio da sombra fantasmática da irmã, que levará a autora-pessoa à posição de escritora que materializa uma experiência singular e, ao mesmo tempo, sua posição social.

O enunciado da autora-criadora da obra, "Você sempre esteve morta." (Ernaux, [2010]/2023a, p. 10), remete não somente a quem não pode responder nesse momento, mas a quem não se conheceu, ou seja, uma alteridade projetada. Nessa via, Bakhtin (2016), ao discutir o enunciado como elo, indica que todo enunciado é uma resposta, uma atitude responsiva em relação a enunciados anteriores inscritos em um determinado contexto socio-histórico: "Todo enunciado concreto é um elo na cadeia discursiva de um determinado campo" (Bakhtin, 2016, p. 57), ou seja, "é uma *resposta* aos enunciados precedentes" (Bakhtin, 2016, p. 57). Em *A outra filha*, compreendemos que as irmãs não se conheceram, não compartilharam o mesmo espaço simultaneamente. A carta, embora tenha como interlocutor a irmã, pode ser lida em uma via de endereçamento a uma instância da alteridade mais ampla, visto que se torna uma obra divulgada ao grande público. Montémont (2012) defende que, na autobiografia, a palavra escrita coloca em perspectiva o individual, o inscreve na História coletiva. No caso da escrita de Ernaux, Montémont (2015) ressalta o peso da memória coletiva reconstituída por diferentes espaços e tempos, que inclui uma focalização enunciativa plural, uma inscrição subjetiva de vozes terceiras. Nisso surge uma escrita dinâmica, articulada com diferentes socioletos, léxicos, expressões de diferentes cronotopos, fazendo a voz da autora difratar-se em ecos de vozes rearranjadas em suas obras (Montémont, 2015).

A construção de um discurso sobre a morte da irmã é uma elaboração situada socio-historicamente, que compõe a subjetividade sempre em interface com a alteridade. Para Volóchinov (2019, p. 257), "toda 'expressão' de uma 'vivência' é o documento de um acontecimento social". Sendo assim, a

própria experiência subjetiva não existe sem a marca do Outro e da cultura. Em um trecho, encontramos uma identificação entre a autora-pessoa e sua irmã falecida expressa na obra:

> De acordo com seu registro civil, você é minha irmã. Tem o mesmo nome de família que eu, Duchesne, meu nome de "solteira". Na certidão de casamento dos pais, já quase em farrapos, na rubrica "Nascimento e Óbitos das Crianças deste Casamento", nós figuramos uma embaixo da outra. (Ernaux, [2010]/2023a, p. 9).

Nessa passagem, observamos que a proximidade dos nomes no registro civil contrasta com o afastamento entre as duas irmãs no âmbito da realidade concreta, na convivência familiar. A autora-criadora ainda relata a experiência de descobrir a existência da irmã, que não foi relatada a ela diretamente, mas sim descoberta por meio de uma conversa da sua mãe com uma terceira pessoa. A autora-pessoa então estava brincando com suas primas quando ouviu a conversa da mãe:

> ela diz de mim *ela não sabe de nada, não queríamos que ficasse triste*
> No fim ela diz, referindo-se a você, *ela era mais boazinha do que aquela ali*
> Aquela ali sou eu. (Ernaux, [2010]/2023a, p. 13).

O "ela" da primeira fala reproduzida pela autora-criadora se refere à autora-pessoa, Annie Ernaux. A morte tange o registro do indizível e, portanto, torna-se propícia a um enunciado que sempre remeta a outro enunciado, produzindo um discurso que nunca realizará a última palavra sobre si mesmo, do mesmo modo que a consciência, no pensamento bakhtiniano, é incapaz de dizer a última palavra sobre si (Bakhtin, 2010; Ponzio, 2010). O trecho anterior reflete, para a autora, a cena de descobrimento,

de desvelamento de um real acerca de sua própria história, o que implica refletir sobre como sua imagem foi concebida – antes mesmo de sua existência – no discurso e no imaginário dos pais. O peso das palavras da mãe de Ernaux ecoam na vida da escritora e, nessa perspectiva, Bakhtin (2017) sinaliza o quanto as palavras-alheias compõem a consciência de cada sujeito inserido socio-historicamente:

> por palavra do outro (enunciado, produção de discurso) eu entendo qualquer palavra de qualquer outra pessoa, dita ou escrita na minha própria língua ou em qualquer outra língua, ou seja, é qualquer palavra *não minha*. Neste sentido, todas as palavras (enunciados, produções de discurso e literárias), além das minhas próprias, são palavras do outro. Eu vivo em um mundo de palavras do outro. E toda a minha vida é uma orientação nesse mundo; é a reação às palavras do outro (uma reação infinitamente diversificada), a começar pela assimilação delas (no processo de domínio inicial do discurso) e terminando na assimilação das riquezas da cultura humana (expressas em palavras ou em outros materiais semióticos). (Bakhtin, 2017, p. 37-38).

Nesse contexto, a formação da consciência – ou diálogo interior, em termos bakhtinianos – implica necessariamente a presença do outro, que, com o seu discurso, participa ativamente na constituição da consciência de um ser. Assim, sob uma perspectiva bakhtiniana, não se faz relevante a distinção entre o interior e o exterior, pois sujeito e sociedade se constroem de forma dialógica, em que cada elemento contribui de modo participativo para a constituição do outro.

Ainda nessa via, as palavras da mãe são enfatizadas por Bakhtin (2017) como possuindo um peso específico, uma atribuição particular, uma vez que a mãe – que pode ser compreendida como "função materna" – representa a primeira

instância de alteridade que participa dessa constituição da consciência. Na obra, o peso da palavra da mãe une a autora-pessoa à irmã como um duplo, tanto porque há a imagem da foto que sempre se acreditou que fosse sua quanto porque há uma comparação entre as duas filhas, sendo a filha morta idealizada no discurso da mãe, discurso composto pelo acento axiológico religioso que nomeia a irmã como santa que alcançou a vida terna. A importância das palavras para composição da sua subjetividade e de seu discurso é salientada pela autora-criadora na seguinte passagem:

> Entre mim e minha mãe, duas palavras. Eu a fiz pagar por elas. Escrevi contra ela. Para ela. No lugar dela, operária orgulhosa e humilhada. *Mais boazinha*: eu me pergunto se, desse modo, na verdade ela me deu o direito, ou a obrigação, de não ser boazinha. Nesse domingo não é que eu descubra o meu lado sombrio, é que ele se torna o meu próprio ser. O dia em que ouvi essa história é o dia do julgamento. (Ernaux, [2010]/2023a, p. 16-17).

A posição social da mãe como operária é marcada por Ernaux como um modo de consciência de classe que a autora-criadora tem da sua origem social. Nesse contexto, a autora compreende certos dizeres e olhares da mãe como construídos em relação dialógica com o seu espaço social. A palavra enunciada pela mãe, "boazinha", produz uma marca na autora-pessoa. Todavia, na obra em análise, essa palavra pode ser revalorada pela autora-pessoa, adquirindo novos sentidos ao ser reapresentada pela autora-criadora. Há uma revaloração das palavras-alheias à medida que a autora-criadora percebe o quanto autorizar-se não ser "boazinha" a auxiliou na construção de sua escrita combativa à dominação masculina e às inequidades sociais. A escrita, então, expõe a realidade de sua condição concreta de constituição

subjetiva e social, bem como a possibilidade de diferenciar-se da irmã, seu duplo, ao não ser boazinha. O julgamento aparece como signo ideológico, também acentuado pelo discurso religioso do meio em que a mãe habitava. Entretanto, ao mesmo tempo que pode aterrorizar, como nomeia Ernaux (2023b) ao falar do terror da escrita ao produzir algo que não se acessa de outro modo, o julgamento pode liberar a ampliação de possibilidades de experimentação tanto no que se refere ao tema quanto à forma. A produção literária de Annie Ernaux é composta por obras curtas, com menos de 100 páginas, que buscam ir direto ao ponto, a partir de uma cena fantasmática sob a qual se constrói um fragmento de sua história e suas associações, de onde emerge uma narrativa autossociobiográfica. O cronotopo – tempo e espaço da narrativa literária – bascula entre passado e presente para compreender a memória social e seus efeitos no momento em que se escreve. Nesse movimento, encontram-se mesmo trechos em que a escritora reflete sobre a própria escrita. A oscilação entre esses três tempos – passado, tempo atual na realidade social e tempo da escrita – são separados por linhas em branco. No âmbito das palavras escolhidas pela autora para descrever as cenas, encontramos a evitação das metáforas e de adjetivos excessivos. A autora-criadora deixa pistas de suas criações na obra *O lugar* (1983) ao narrar o contexto vivido pelo seu pai, um universo em que uma palavra tipicamente utilizada, mesmo que fosse considerada errada do ponto de vista da norma culta, nunca era substituída por uma nova. Com isso, há um movimento de busca pela literalidade, ainda que nomear literalmente e transpor ao texto literário toda a realidade seja impossível. O peso do julgamento, por sua vez, emerge da intenção de não apresentar nenhum tipo de censura moral ao relatar as cenas e seus efeitos,

ou seja, abrir espaço para que, com a descrição, o leitor preencha com as suas valorações as palavras que narram.

Retomando a teoria dialógica, conforme Bakhtin (2015), as vozes do discurso interior, a consciência, "nascidas da palavra do outro ou dialogicamente estimuladas por ela, mais cedo ou mais tarde começam a libertar-se do poder dessa palavra alheia" (Bakhtin, 2015, p. 143). Nesse âmbito, podemos visualizar o desejo de escrita na obra de Ernaux à medida que se produz um acontecimento estético que não se fecha em si mesmo, numa busca por novas valorações das experiências.

> A realidade não interfere nas crenças da infância. Era com essa crença no milagre que eu existia em 1950. E que talvez continue existindo. E só importa aquilo que a primeira história, de minha morte anunciada e de minha ressurreição, fez à segunda, ou seja, à da sua morte e do meu caráter indigno. Como as duas histórias se ligaram. Quais verdades potentes elas construíram. Afinal, foi preciso que eu me virasse com essa misteriosa incoerência: você, a menina boa, a santinha, não foi salva, e eu, a diabólica, estava viva. Mais que viva, tocada por um milagre.
>
> Assim, você precisou morrer aos seis anos para que eu viesse ao mundo e fosse salva.
>
> Orgulho e culpa por ter sido, com um propósito indecifrável, a escolhida para viver. Talvez mais orgulho por ter sobrevivido do que culpa. Mas escolhida para fazer o quê? Aos vinte anos, depois de ter descido ao inferno da bulimia e da menstruação interrompida, veio uma resposta: para escrever. No meu quarto na casa dos meus pais, preguei na parede a seguinte frase de Paul Claudel, cuidadosamente copiada numa grande folha com as bordas queimadas por um isqueiro, como num pacto satânico: "Sim, acho que não vim ao mundo à toa e havia em mim alguma coisa sem a qual o mundo não podia viver".
>
> Não escrevo porque você morreu. Você morreu para que eu escreva, eis aqui uma grande diferença. (Ernaux, [2010]/2023a, p. 26-27).

No trecho, observamos o enigma do porquê ser poupada, questão que se relaciona heterodiscursivamente com o discurso religioso, católico, do universo familiar. Assim, a arquitetônica da relação entre autora-pessoa e a irmã é ressignificada por meio das palavras valoradas novamente pela autora-criadora ao criar uma narrativa. O discurso materno, nesse processo, estabelece uma relação dialógica à medida que traz à luz, nos seus enunciados, acontecimentos do passado: a experiência de perda da filha em virtude da difteria, a ausência da vacinação para essa doença na época e os poucos recursos financeiros da família de Ernaux antes e durante a infância da autora. O texto autossociobiográfico assume, então, a função de ligação entre duas vidas separadas em cronotopos distintos, o passado e o contemporâneo ao tempo da narrativa. O ato ético responsivo da autora-pessoa é a produção escrita, uma vez que ela constrói um sentido para sua existência ao desvelar o segredo familiar.

A valoração da morte da irmã de Ernaux é atravessada pelas valorações construídas pela mãe e pelas condições socioeconômicas dos pais. A percepção da autora-criadora acerca do próprio nome da irmã a fez ressignificá-lo:

> Nunca ouvi nenhum dos dois [os pais] dizer seu nome. Soube qual era por minha prima C. Na adolescência, achei que parecia um nome velho, quase ridículo. Nenhuma menina da escola tinha esse nome. Ainda agora, sinto um mal-estar, uma leve aversão ao ouvi-lo. Digo-o raras vezes. Como se ele fosse proibido para mim. Ginette. (Ernaux, [2010]/2023a, p. 34).

O nome da irmã integra o segredo familiar. Ginette, a filha "mais boazinha", possui uma imagem idealizada atrelada ao discurso religioso da família de Ernaux, que diz que ela morreu como uma "santa". Em virtude desse discurso, a autora-criadora afirma a impossibilidade de atribuir uma vida com falhas e defeitos à irmã:

> Nunca atribuí a você o menor defeito, a menor tolice infantil, nenhum desses atos que me renderam "punições" quando eu tinha a sua idade, como no dia em que cortei traiçoeiramente uma mecha do cabelo da minha prima C. enquanto ela lia. Você é a própria impossibilidade do erro e do castigo. Você não tem nenhuma das características de uma criança de verdade. À maneira das santas, você não teve infância. Nunca te imaginei como uma pessoa real. (Ernaux, [2010]/2023a, p. 40).

Nesse trecho, a impossibilidade do erro e do castigo afirma a morte como um signo ideológico no discurso religioso, que leva a autora-criadora a sustentar uma imagem idealizada da irmã, distante de uma criança de verdade, com falhas. Apesar das diferenças entre as irmãs que são enunciadas, há certa identificação, um desdobramento como duplo, entre a autora-pessoa e a irmã:

> A ordem das duas histórias, a minha e a sua, é contrária à do tempo, da marcha do tempo. Nessa ordem, por pouco não morri antes que você morresse. Disso tenho certeza: esse domingo do verão de 1950, quando ouço a história da sua morte, não estou imaginando, eu me lembro. Eu *vejo*, com uma precisão talvez maior do que agora, o quarto de Lillebonne, a cama deles paralela à janela, a minha caminha de jacarandá-rosa bem ao lado. EU VEJO VOCÊ DEITADA NO MEU LUGAR E SOU EU QUE MORRO. (Ernaux, [2010]/2023a, p. 25).

Ao ver-se no lugar da irmã, a autora-criadora também reconhece a impossibilidade de ocupar o seu lugar como criança idealizada. A arquitetônica do ser-evento da autora-pessoa também é construída pela relação de perda que está registrada no discurso familiar, marcando a ausência de Ginette, ainda que fantasiosa, já que as irmãs não conviveram. Na narrativa, a história das irmãs se entrelaça em um registro que não existe

no campo da realidade da autora-pessoa, mas no cronotopo do campo narrativo do autor-criador. Ao ver a si mesma no lugar da irmã, a autora-criadora mostra de que modo a existência dela afetou a constituição subjetiva da autora-pessoa.

O corpo da mãe, fundamental na construção da experiência social e da consciência do sujeito, também aparece na escrita de Ernaux, expressando a angústia da autora-criadora em diálogo com a experiência da autora-pessoa: "Nós nascemos do mesmo corpo. Eu nunca quis pensar nisso de verdade" (Ernaux, [2010]/2023a, p. 56). *A outra filha*, todavia, se trata de um momento de reflexão sobre isso que a autora-criadora diz não ter quisto pensar de verdade. Trata-se da possibilidade de enunciar e estabelecer um "novo elo na cadeia histórica da comunicação discursiva" (Bakhtin, 2016, p. 76). O corpo da mãe, por sua vez, refrata diferentes sentidos nas obras da autora-pessoa: como corpo agressivo e bruto, em *La femme gelée*; como corpo afetivo e, simultaneamente, lugar de encontro com os dejetos e a sujeira, em *Je ne suis pas sortie da ma nuit*; como corpo que é objeto de amor, mas que também censura a sexualidade do corpo da filha, como em *Uma mulher*. Seja como lugar de excesso pulsional, de sujeira ou de espelhamento, em *A outra filha*, o corpo da mãe aparece como lugar que une a história de uma filha à história da outra, como lugar partilhado por ambas as filhas.

Na perspectiva bakhtiniana, a escrita assume diferentes funções ao longo do texto: embora se trate de um processo de comunicação dialógica com enunciados anteriores, acaba por enunciar parte daquilo que também é indizível acerca da morte:

> Antes de começar esta carta, sentia uma espécie de tranquilidade no que te dizia respeito, que desde então se aniquilou. Enquanto escrevo, é como se avançasse cada vez mais numa terra turfosa onde não há ninguém,

> como nos sonhos, e devesse atravessar, entre cada palavra, um espaço cheio de matéria indecisa. Tenho a impressão de não ter língua para falar de você, para te nomear, impressão de só saber falar de você no modo da negação, do contínuo não ser. Você está fora da linguagem dos sentimentos e das emoções. Você é a antilinguagem. (Ernaux, [2010]/2023a, p. 42).

A antilinguagem faz a autora tensionar os limites e as possibilidades de enunciar a experiência com quem, para ela, sempre esteve ausente e só surgiu por meio do discurso. No desenvolvimento da obra, a autora indaga-se a respeito do próprio propósito de escrita: "Será que eu te escrevo para te ressuscitar e te matar outra vez?" (Ernaux, [2010]/2023a, p. 18). Entrar no campo do desconhecido, na possibilidade de enunciar um segredo, é já questionar o que seria indizível e, nessa via, retomamos Amorim (2001) quando afirma que há um saber que só ocorre por meio da escrita e que não se antecipa a ela. A antilinguagem, nesse sentido, expõe a impossibilidade de esgotar as possibilidades de valoração de um signo ideológico. Escrever, nessa perspectiva, é um modo de a autora manter a irmã viva como registro, possibilitando novas valorações.

Em termos mais amplos do que apenas na obra *A outra filha*, a morte da irmã leva a autora-pessoa a interrogar-se acerca do sentido da sua existência, visto que Ginette precisou morrer para que ela tivesse a oportunidade de nascer. O desejo de escrita se manifesta entrelaçado à própria morte da irmã. As condições socio-econômicas que não permitia à família ter mais que um filho fizeram com que os pais de Ernaux decidissem gestá-la apenas em virtude da perda dessa "outra filha". De outro modo, caso a irmã não tivesse morrido, não seria possível ter outros filhos. A vida de Ernaux torna-se então, ela mesma, uma relação dialógica estabelecida, um ato responsável e responsivo dos pais. Dessa forma, a autora-criadora encontra na escrita o sentido

para sua existência, bem como sua possibilidade de revaloração e de autorização de si mesma para não ser "boazinha" frente à dominação masculina e às inequidades sociais. Falar sobre a história da irmã é levar Ernaux a ressignificar sua própria história como um signo ideológico, que reflete e refrata sentidos. A autora-pessoa, Annie Ernaux, salienta, em uma conferência, que os acontecimentos de sua vida a levaram a constituição de um desejo de escrita com caráter de urgência, que implica "mergulhar no indizível de uma memória reprimida" (Ernaux, 2023b, p. 15), entendendo a escrita como esse desejo irreprimível frente à necessidade de vingar as desigualdades sociais vividas por sua família (Ernaux, [2010]/2023a). "Mergulhar" na história de Ginette *é uma oportunidade que a autora-criadora dá à autora*-pessoa de ressignificar e compreender sua existência, libertando-se da palavra alheia para construir a sua própria leitura singular, responsável e responsiva, do social.

Considerações finais

A obra de Ernaux suscita questões nos leitores ao visar uma escrita que tange às condições concretas das relações sociais. A interrogação do estilo da autora não é recente. Todavia, não encontramos estudos anteriores que buscassem analisar a obra *A outra filha* ([2010]/2023a). Nessa via, propusemos uma análise dialógica da obra como uma escrita autossociobiográfica, com um cronotopo singular, que tensiona a dimensão ético-estética, visando discutir a possibilidade de revaloração da morte como experiência social por meio da linguagem.

Ao analisar o texto literário, identificamos que a relação entre a autora-pessoa, a autora-criadora e a irmã falecida,

Ginette, é construída por meio da linguagem, visto que elas não se conheceram. A linguagem, considerada na perspectiva do Círculo de Bakhtin, é composta pela materialidade da palavra-alheia como signo ideológico. Nesse âmbito, observamos alguns operadores teóricos no texto: signo ideológico, heterodiscurso, cronotopo e palavra-alheia.

Identificamos que os enunciados da mãe da autora-pessoa marcam a constituição dela como ser-evento por meio da transmissão de suas palavras-alheias. A relação com a irmã é sempre permeada por meio dessas palavras-alheias. Destacou-se a morte como palavra que representa um signo ideológico permeado pelo discurso religioso do contexto vivenciado pelo discurso familiar, produzindo um heterodiscurso. Outro signo relevante é o corpo, uma vez que o corpo da mãe é apresentado como lugar partilhado pela irmã e pela autora-pessoa. A partilha desse espaço, bem como do discurso familiar, produziu dois efeitos na constituição narrativa da autora-criadora acerca da própria história da autora-pessoa: (a) o espelhamento em relação à irmã; (b) as comparações presentes no discurso da mãe. Além disso, encontramos a morte da irmã como um peso, uma sombra que recai sobre a vida da filha viva, uma vez que a autora-pessoa só nasce, de acordo com o discurso familiar, porque a irmã morre. Com isso, desenvolve-se a escrita como ato ético responsivo a esse discurso, produzindo uma nova valoração acerca da própria vida da autora-pessoa e da morte da irmã.

No que tange ao cronotopo, a escrita da obra literária cria tempo e espaço em que a autora-criadora reencontra a irmã e traz novas valorações das palavras-alheias, marcadas por signos ideológicos. Dois cronotopos se destacam: (a) o tempo da infância, marcado pelo segredo e pelo enigma provocado pela

descoberta dele; (b) o tempo atual à escrita, reflexivo em relação à própria existência da autora como sujeito. Nesse sentido, a autora-pessoa pode então ressignificar e compreender sua escrita como uma ação social e política combativa às relações de dominação.

Concluímos que a alteridade ético-estética da autossociobiografia permite refletir e refratar diferentes sentidos para as palavras-alheias que nomeiam experiências sociais de perda. Se, por um lado, a linguagem é insuficiente para dar conta de nomear tudo acerca da experiência concreta radical que é a morte, por outro, as palavras-alheias fornecem dizeres para valorar a morte como experiência social. Nessa via, a revaloração das palavras-alheias permite que a vida siga adquirindo diferentes contornos, refratando diferentes valores no discurso social.

Referências

AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro*: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa Editora, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do Romance I*: a estilística (1934-1935). Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Tradução e organização de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoièvski.* Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. *O homem ao espelho*: apontamentos dos anos 1940. Tradução do russo para o italiano de Augusto Ponzio. Tradução do italiano para o português do Brasil de Marisol Barenco de Mello. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. *O autor e a personagem na atividade estética*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2023.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

BUBNOVA, Tatiana. *Do corpo à palavra*: leituras bakhtinianas. Tradução de Nathan Bastos de Souza. São Carlos: Pedro e João Editores, 2016.

CHARPENTIER, Isabelle. "La littérature est une arme de combat" – Entretien avec Annie Ernaux, écrivaine, par Isabelle Charpentier, sociologue. *In*: MAUGER, Gérard (org.). *Rencontres avec Pierre Bourdieu*. Paris: Éditions du Croquant, 2005. p. 159-175. Disponível em: https://hal.science/hal-03689109v1. Acesso em: 06 out. 2024.

CHARPENTIER, Isabelle. "Quelque part entre la littérature, la sociologie et l'histoire…". *COnTEXTES* – revue de sociologie de la littérature, n. 1, 2006. Disponível em: http://journals.openedition.org/contextes/74. Acesso em: 23 ago. 2024.

ERNAUX, Annie. *A outra filha*. São Paulo: Fósforo, 2023a. Obra original publicada em 2010.

ERNAUX, Annie. *A escrita como faca e outros textos*. São Paulo: Fósforo, 2023b.

ERNAUX, Annie. *O lugar*. Tradução de Marília Garcia. São Paulo: Fósforo, 2024. Obra original publicada em 1983.

ERNAUX, Annie; BRAS, Pierre. La littérature, c'est la mise en forme d'um désir. *Journal des anthropologues*, v. 1-2, n. 148-149, p. 93-115, 2017. Disponível em: https://journals.openedition.org/jda/6605. Acesso em: 13 ago. 2024.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo*: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

JUNQUEIRA DOS SANTOS, Carolina. *A espessura do tempo, ciclo I*: imagem e escrita em Annie Ernaux. [Notas de aula], 12-02 set., 26 ago. 2025a.

JUNQUEIRA DOS SANTOS, Carolina. *A espessura do tempo, ciclo II*: origem, infância e escrita em Annie Ernaux. [Notas de aula], 09-30 set., 30 set. 2025b.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. *O método formal nos estudos literários*: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2019.

MOLL, Eduardo da Silva; DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; THEOBALD, Pedro. Consolação e alteridade: uma leitura bakhtiniana de A nossa necessidade de consolação... (1952), de Stig Dagerman. *Diálogo das Letras*, v. 13, p. e02429, 2024. DOI: 10.22297/2316-17952024v13e02429. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/6101. Acesso em: 06 dez. 2024.

MONROY, Amalia Rodríguez. Bakhtin e Freud: a questão do inconsciente. Tradução Luciane de Paula e Érika Michela Carlos. *In*: PAULA, Luciane de; STAFUZZA, Grenissa (org.). *Círculo de Bakhtin*: concepções em construção – volume 4. Campinas: Mercado de Letras, 2019. p. 79-96.

MONTÉMONT, Véronique. Vous et moi: usages autobiographiques du matériau documentaire. *Littérature*, n. 166, p. 40-54, 2012. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-litterature-2012-2-page-40.htm.

MONTÉMONT, Véronique. La chambre d'échos: sur Les Années, d'Annie Ernaux. *In*: KAHN, Robert; MACÉ, Laurence; SIMONET-TENANT, Françoise (ed.). *L'intertextualité dans l'œuvre d'Annie Ernaux*. Rouen, France, 2015.

PONTES, Isadora de Araújo. 2017. *L'événement de Annie Ernaux*: uma escrita dos limites. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

PONZIO, Augusto. O pensamento dialógico de Bakhtin e do seu Círculo como inclassificável. *In*: PAULA, Luciane de; STAFUZZA, Grenissa (org.). *Círculo de Bakhtin*: teoria inclassificável – volume 1. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 293-349.

PONZIO, Augusto. *Livre mente*: processos cognitivos e educação para a linguagem. Tradução de Marcus Vinicius Borges Oliveira e Marisol Barenco de Mello. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020.

SOUZA, Nathan Bastos de. Discurso biográfico: uma proposta de exame do funcionamento discursivo. *Diálogo das Letras*, v. 12, p. e02311, 2023. DOI: 10.22297/2316-17952023v12e02311. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/4962. Acesso em: 30 nov. 2024.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. *A palavra na vida e a palavra na poesia*: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

ZAVALA, Iris. O que estava presente desde a origem. Tradução de Fernando Legón e Diana Araújo Pereira. *In*: BRAIT, Beth. *Bakhtin*: dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2022. p. 151-166.

TEMAS, FIGURAS E ASPECTOS ENUNCIATIVOS EM *AKIRA*, DE KATSUHIRO OTOMO

Juciano Rocha Professor*
Geraldo Vicente Martins**

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise semiótica do mangá *Akira*, de Katsuhiro Otomo, a fim de observar os sentidos que emergem de histórias em quadrinhos japonesas a partir da perspectiva discursiva, atentando-se a alguns aspectos do nível fundamental e do nível discursivo. Dessa forma, escolheu-se o *corpus* pensando em sua representatividade para o Brasil, sendo um dos primeiros a serem traduzidos e publicados no país, em 1990. Por conseguinte, contextualiza-se o conceito e as características do mangá e da categoria a qual ele pertence, *seinen*, voltada ao público adulto masculino, marcada por temáticas como violência gráfica e dilemas existenciais. A análise ancora-se, além da observação de temas e figuras, de um lado, e de enunciação, de outro, na relação criada entre o plano do conteúdo e o plano da expressão, por meio do semissimbolismo. Observou-se, durante a análise, que a categoria semântica que estrutura a obra em seu nível fundamental é a oposição /identidade/ *versus* /alteridade/. No nível discursivo, essa dualidade se concretiza em temas como união, pertencimento, diferença e isolamento, relacionados às figuras dos personagens Akira, Tetsuo, Kaneda e Kei, bem como às figuras *corpo* e *cidade de Neo-Tóquio*. A visualidade, elemento essencial nos mangás, é explorada em *Akira* por meio

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Letras (UFGD) e Doutorando em Estudos de Linguagens (UFMS). Professor Substituto em Letras na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Colabora com o Grupo de Pesquisa MidiÁsia (UFF) e integra o Grupo de Pesquisa GIFel (Grupo de Estudos de Inglês como Língua Franca e Estudos Linguísticos). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3170-1662.

** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Linguística (USP) e Mestre em Língua Portuguesa (PUC-SP). Professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5348-2179.

de categorias plásticas (cromáticas, eidéticas e topológicas), que reforçam os efeitos de sentido e os valores ideológicos da narrativa. Além disso, os efeitos enunciativos de realidade e de subjetividade, articulados por meio de debreagens enunciativa e enunciva, contribuem para a construção dos sentidos obra.

Palavras-chave: enunciação; identidade; alteridade; temas e figuras; mangá.

THEMES, FIGURES AND ENUNCIATIVE ASPECTS IN AKIRA, BY KATSUHIRO OTOMO

Abstract

The present article proposes a semiotic analysis of Katsuhiro Otomo's manga *Akira*, in order to observe the meanings that emerge from Japanese comic books from a discursive perspective, paying attention to some aspects of the fundamental level and the discursive level. Thus, the corpus was chosen due to its representativeness for Brazil, being one of the first to be translated and published in the country, in 1990. Consequently, the concept and characteristics of manga and the category to which it belongs, seinen, are contextualized. Seinen is aimed at the adult male audience, marked by themes such as graphic violence and existential dilemmas. The analysis is anchored, on one hand, by the observation of themes and figures, and on the other, by enunciation, in the relationship established between the content plane and the expression plane through semisymbolism. The analysis revealed that the semantic category structuring the work at the fundamental level is the opposition /identity/ versus /alterity/. At the discursive level, this duality is actualized through themes such as union, belonging, difference, and isolation, which are associated with the figures of the characters Akira, Tetsuo, Kaneda, and Kei, as well as with the figures of the *body* and the city of *Neo-Tokyo*. Visuality, an essential element in manga, is explored in *Akira* through plastic categories (chromatic, eidetic, and topological), which reinforce meaning effects and the narrative's ideological values. Moreover, enunciative effects of *reality* and *subjectivity*, articulated through disengaged enunciative and disengaged enuncive**,** contribute to the construction of meaning throughout the work.

Keywords: enunciation; identity; alterity; themes and figures; manga.

Recebido em: 30/06/2025 // Aceito em: 26/11/2025

Primeiras palavras

As histórias em quadrinhos japonesas, os *mangás*, têm ganhado foco enquanto produto cultural no Brasil. Se antes essas obras eram restritas a nichos específicos, como a comunidade *otaku*[1], hoje, percebe-se cada vez mais variados grupos as consumindo em diversos cantos do mundo. Principalmente com o auxílio e desenvolvimento da *internet*, os *mangás* estão sendo veiculados e, também, transmitidos pela rede logo depois de serem lançados no Japão.

Tal contexto de consumo de mangás traz consigo obras que refletem e refratam sentidos e realidades distantes. Por serem obras plásticas, cujo conteúdo verbal divide espaço com o visual, é necessária atenção às significações que emergem dessa relação. Com tal intuito, este trabalho fundamenta-se na semiótica discursiva, cuja proposta teórico-metodológica concebe a significação a partir de um percurso gerativo, do nível mais profundo e abstrato até o nível mais superficial e concreto (Greimas, 2014; Fiorin, 2000; Barros, 2023).

Os *mangás*, no Japão, são produzidos visando determinados públicos-alvo (crianças, adolescentes do sexo masculino e do feminino, adultos do sexo masculino e do sexo feminino) e, partindo dessa lógica, a fim de que se observem os sentidos que emergem desses textos nipônicos, este artigo propõe a análise do seguinte mangá da categoria *seinen* (adulto masculino): *Akira,* de Katsuhiro Otomo, atentando-se a alguns aspectos do nível fundamental, o mais profundo, e do nível discursivo, o mais superficial, bem como à relação que se estabelece entre o plano do conteúdo e o plano de expressão. A escolha dessa obra parte

1 Denominação dada aos consumidores de produtos midiáticos da cultura pop japonesa (*animê*, *mangá*, jogos etc.)

de sua importância como uma das primeiras a serem trazidas para o Brasil e traduzidas para o português, em 1990. Além disso, sua análise visa contribuir para o aumento de pesquisas sobre mangás a partir da perspectiva semiótica de linha francesa.

Assim, este artigo compõe-se de mais três partes: a parte metodológica, em que serão apresentados: a) o aporte teórico e b) um tópico sobre o mangá alvo de análise; a parte analítica, cujo foco será a observação e discussão da obra a partir da perspectiva teórica adotada e, por fim, as considerações finais.

Semiótica discursiva

A semiótica aqui trabalhada refere-se à formulada por Algirdas Julien Greimas e colaboradores, também denominada de semiótica discursiva. Nela, a significação é vista como um percurso gerativo que vai do nível mais profundo e abstrato ao mais superficial e concreto. Em seu livro manual *Teoria semiótica do texto,* Diana Luz Pessoa de Barros chama a atenção para o objeto da semiótica: "[...] o texto, ou melhor, procura descrever e explicar o que o texto diz e como faz para dizer o que diz" (Barros, 2005, p. 11).

Por conseguinte, para Greimas e Courtés (2008, p. 455), "a teoria semiótica deve apresentar-se inicialmente como o que ela é, ou seja, como uma teoria da significação. Sua primeira preocupação será, pois, explicitar, sob forma de uma construção conceitual, as condições de apreensão de sentido e da produção do sentido". Assim, pensar o texto, conforme Barros (2005), é pensá-lo como objeto de significação e, também, como objeto de comunicação. Fiorin (1995, p. 165) alude ao fato de que "dar ênfase ao conceito de que o texto é um objeto de significação

implica considerá-lo um todo de sentido, dotado de uma organização específica, diferente da frase". Ou seja, é observar que ele tem elementos e mecanismos que o configuram enquanto entidade organizada de sentido. Ao mesmo tempo, enquanto objeto de comunicação, o texto se produz e se comunica com e por meio da sociedade. Além disso, Fiorin (2000, p. 31) comenta que um texto é, também, a junção de um plano do conteúdo a um plano de expressão; isto é: a junção de um conteúdo de sentido a uma forma de expressão que pode ser de natureza verbal, visual, gestual, pictórica etc.

Sendo assim, a semiótica discursiva preconiza que o texto se compõe de três níveis: o nível fundamental, o nível narrativo e o nível discursivo, cada qual com sua sintaxe e sua semântica. Focaremos, assim, os níveis fundamental e discursivo, devido à extensão da análise – que excederia o limite de páginas se abordasse o nível narrativo – e ao foco dado às questões de ordem superficial e profunda.

No nível mais profundo do percurso gerativo, o nível fundamental, o texto estrutura-se sob uma dualidade de sentido: dois termos opostos e abstratos sustentam seu sentido. Conforme sustenta Fiorin (2000, p. 18), uma categoria semântica fundamenta-se em uma diferença, uma oposição. Na teoria semiótica, cada um desses elementos de base em um texto tende a receber uma qualificação de sentido com /euforia/ *versus* /disforia/, sendo o primeiro considerado como valor positivo e o segundo como valor negativo. Tomemos como exemplo o *mangá* One Piece, de Eichiro Oda, em seu arco[2] de Impel Down. O arco desenvolve-se com a busca do personagem principal – um

2 Em *mangás* longos, é comum que a história seja segmentada em narrativas menores. Cada uma dessas pequenas narrativas funciona como nós encadeados à narrativa principal, possuindo um conflito específico ligado aos personagens. Essas pequenas narrativas são chamadas de *arcos*.

pirata – pelo irmão que foi detido em uma das mais fortificadas prisões do Governo Mundial, Impel Down. Ao considerarmos esse arco para análise do nível fundamental, percebe-se que ele se estrutura sob a categoria /liberdade/ *versus* /opressão/.

O nível narrativo recobre os elementos do nível fundamental e mobiliza *sujeitos* em busca de *objetos valor*. Greimas e colaboradores, ao estruturarem a análise para esse patamar de sentido, basearam-se nos trabalhos de Vladimir Propp acerca da estrutura do conto maravilhoso russo. Propp propôs, ao descrever contos maravilhosos, 31 funções recorrentes nesse tipo de narrativa – o que trouxe consigo avanços significativos nos estudos narratológicos. A semiótica discursiva tomou as 31 funções como base, reduziu-as e as adequou àquilo que chamou de esquema narrativo canônico formulado a partir de quatro fases: a manipulação, a competência, a *performance* e a sanção.

A manipulação é a fase no qual um *sujeito* é levado a *querer* ou *dever fazer* algo, podendo fazê-lo ou não. A competência dá-se quando um *sujeito* é levado a perceber se tem ou não um *poder* ou *saber fazer* e, caso não tenha, busca meios para conseguir. Na fase da *performance* há o contato do *sujeito* com o *objeto valor* que lhe é desejado. Por fim, na fase da *sanção*, há a glorificação dos heróis e o julgamento dos vilões.

O nível discursivo, por conseguinte, é o lugar da enunciação, em sua sintaxe, e da relação entre temas e figuras, em sua semântica. É a partir desse nível mais superficial do texto que as estruturas do nível mais profundo e do nível intermediário são recobertas com investimentos semânticos. A semiótica discursiva, pautando-se nos trabalhos de Benveniste (1974; 1976), vem elaborando uma extensa base de trabalhos que têm a enunciação como desdobramento. No Brasil, destacam-se principalmente os

trabalhos de Diana Luz Pessoa de Barros e, principalmente, de José Luiz Fiorin, cuja contribuição acerca da enunciação pode ser observada na obra *As astúcias da enunciação* (2016).

Por conseguinte, destaca Fiorin (2020, p. 123) que tanto o nível fundamental quanto o nível narrativo estariam sob a égide da virtualidade, aos moldes saussurianos. A passagem, contudo, dessa virtualidade a sua manifestação real estaria a cargo de uma instância de mediação, a que Benveniste (1974, p. 80) chama de enunciação e que, conforme ele, constrói-se como a "colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização". Dito de outra forma, Fiorin (2000, p. 39) elucida que "os esquemas narrativos são assumidos pelo sujeito da enunciação que os converte em discurso". Nas palavras de Barros (2005, p. 53),

> as estruturas narrativas convertem-se em estruturas discursivas quando assumidas pelo sujeito da enunciação. O sujeito da enunciação faz uma série de "escolhas", de pessoa, de tempo, de espaço, de figuras, e "conta" ou passa a narrativa, transformando-a em discurso. O discurso nada mais é, portanto, que a narrativa "enriquecida" por todas essas opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia.

Cabe destacar a diferenciação feita entre enunciação e enunciado. Enquanto a primeira refere-se à instância que media estruturas narrativas e discursivas, sendo relacionada ao processo de transformação de virtualização para atualização; a segunda refere-se ao dito, ao atualizado, ao texto manifestado. Assim, é a partir do texto-enunciado que se pode ter acesso à enunciação. Sendo ela "uma instância pressuposta pelo enunciado" (Fiorin, 2000, p. 39), a enunciação deixa marcas no discurso, passíveis

de serem observadas e que produzem determinados efeitos de sentido. No texto-enunciado, projeta-se marcas de pessoa, de tempo e de espaço que podem ser semelhantes ou distintas às da instância de enunciação (sendo ela definida sempre por um *eu-aqui-agora*). O processo de projeção da enunciação no enunciado é chamado de *debreagem* e, quando o texto se constrói a partir da categoria de pessoa *eu*, da categoria de tempo *agora* e da categoria de espaço *aqui*, há a *debreagem enunciativa.* Quando o texto esconde essas marcas, tendo a categoria de pessoa *ele*, a categoria de tempo *então* e a categoria de espaço *lá*, há a *debreagem enunciva.*

Salienta Barros (2005, p. 54) que dois são os efeitos de sentido básicos que se criam por esse processo de projeção da enunciação no enunciado: há o efeito de proximidade/distanciamento da enunciação e de realidade ou de referente. No primeiro, a partir do uso de *debreagem enunciativa,* ocorre o efeito de proximidade a partir da relação eu-aqui-agora, criando-se efeitos de subjetividade no discurso; de modo contrastante, a partir do uso de *debreagem enunciva*, pela colocação em funcionamento das categorias ele-lá-então, afasta-se o discurso do momento de enunciação e cria-se um efeito de objetividade e de distanciamento. No segundo, há a tentativa de criar efeitos de realidade a partir da ilusão de que os fatos narrados são "reais", de que as pessoas são existentes na realidade e de que o próprio discurso copia o real (Barros, 2005). É de se ressaltar, também, que ambos os processos podem ocorrer no mesmo texto, construindo ora efeitos de subjetividade/proximidade ora efeitos de objetividade/distanciamento. Conforme aponta Diana Luz Pessoa de Barros,

> os efeitos de realidade ou de referente são, no entanto, construídos mais freqüentemente por meio de procedimentos da semântica discursiva e não da sintaxe, ao contrário do que ocorre com os efeitos de enunciação. O recurso semântico denomina-se *ancoragem.* Trata-se de atar o discurso a pessoas, espaços e datas que o receptor reconhece como "reais" ou "existentes", pelo procedimento semântico de concretizar cada vez mais os atores, os espaços e o tempo do discurso, preenchendo-os com traços sensoriais que os "iconizam", os fazem "cópias da realidade". Na verdade, fingem ser "cópias da realidade", produzem tal ilusão (Barros, 2005, p. 58).

Dessa forma, para Barros (2002, p. 115), "as estruturas discursivas são, ao mesmo tempo, mais específicas e mais complexas e 'enriquecidas' que as estruturas narrativas e fundamentais". Esses processos de revestimento dão-se por um lado pela tematização e figurativização e, de outro, pela enunciação.

Sendo o discursivo o nível mais superficial do texto, nele estão presentes os elementos primeiros com que um leitor tem contato. Bertrand (2003), ao levar em consideração a figuratividade, processo em que elementos concretos do mundo[3] são referenciados no discurso, alude ao fato de que é por intermédio da leitura que temos acesso aos sentidos e significados do texto. Por meio dela, segundo ele, faz-se "[...] surgir aos olhos do leitor a 'aparência' do mundo sensível" (Bertrand, 2003, p. 21).

O processo de figurativização relaciona-se diretamente com o processo de tematização, já que este consiste na "[...] formulação abstrata de valores, na instância discursiva, e sua disseminação em percursos" (Barros, 2002, p. 115). Ou seja, a

3 Ao levar em consideração as figuras, chama-se a atenção para a não relação direta com a realidade concreta, mas com a realidade construída pelo discurso. O processo de figurativização investe no texto figuras de conteúdo, "determinadas por traços 'sensoriais', que articulam e concretizam os discursos abstratos" (Barros, 2002, p. 117).

abstração temática dos textos no nível discursivo é revestida por sentidos concretos por meio do processo de figuratividade, mas conforme Barros (2002, p. 116) salienta:

> Os discursos temáticos, em que se realizam um ou mais percursos temáticos de uma configuração, têm por objetivo, em lugar de "representar o mundo" ou de causar esse efeito, classificar e organizar a realidade significante, estabelecendo relações e dependências temáticas. Constituem, portanto, também eles, uma dimensão segunda metalingüística, em relação aos discursos figurativos.

Observa-se, conforme a citação anterior, que o processo de tematização tem por efeito de sentido o de categorizar e explicar a realidade (textual) por meio de conceitos abstratos. As figuras, nesse sentido, ao concretizarem esses conceitos abstratos, conferem-lhes traços sensoriais e, portanto, simulam o mundo e seus acontecimentos. Fiorin (2000, p. 65) observa que "a figura é todo conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de representação que tem um correspondente perceptível no mundo natural". Dessa maneira, por meio desse reconhecimento de figuras do mundo, pode-se criar o efeito de sentido de realidade, do qual partilham o criador do texto e seu público-alvo, favorecendo a veracidade do discurso. Essa relação de reconhecimento de elementos do mundo natural é evidenciada em textos de caráter plástico no âmbito do desenho – como é o caso das Histórias em Quadrinhos. Embora no mangá aqui em análise haja a presença constante de balões de falas e de texto verbal preenchendo os quadros, a visualidade que o desenho constrói, por meio das formas e figurativização dos elementos, 'salta aos olhos'.

Embora a semiótica já tenha avançado em seus estudos sobre os efeitos de sentido em diferentes materialidades, inicialmente ela foi pensada como uma teoria que observasse a construção dos sentidos de um texto em seu plano de conteúdo. Os estudos de Floch acerca do semissimbolismo deram um importante passo teórico para observar o plano de expressão dos textos como elemento produtor de efeitos de sentido.

Assim, conforme sintetiza Barros (2023, p. 47), a relação estabelecida entre o plano de expressão e o plano do conteúdo cria sistemas semissimbólicos. Dito de outra forma, conforme observou Floch (1985), a relação estabelecida entre ambos os planos não é uma relação de representação termo a termo, como é o caso dos sistemas simbólicos de Hjelmslev: trata-se, porém, da "relação entre uma categoria da expressão e uma do conteúdo" (Barros, 2023, p. 48).

O pensamento de Floch sobre a relação de significação do plano da expressão é também organizada a partir de um percurso gerativo da expressão, possuindo níveis de descrição e de explicação do plano. Dessa maneira, há o nível imanente ou plástico e nível figurativo. No primeiro, observam-se três etapas: a etapa de categorias elementares, sendo elas constitucionais e não constitucionais ou topológicas; a etapa de estruturas de superfície, em que as categorias elementares estruturam figuras cromáticas e/ou de forma e; a etapa das estruturas de manifestação, em que há a produção de efeitos de sentido de cor ou de forma (Barros, 2023, p. 45). No segundo nível, o figurativo, a relação entre cor, forma e topologia, quando relacionada a contextos culturais de representação, pode tornar possível o reconhecimento de figuras do "mundo" (Barros, 2023). De modo sintético, Pietroforte (2009, p. 19) apresenta que, no caso de semióticas plásticas,

como a fotografia ou a escultura, “a semiótica prevê três tipos de categorias de expressão: as cromáticas, que determinam a cor; as eidéticas, que determinam a forma; e as topológicas, que determinam a distribuição textual de cores e formas”.

A sequência de quadros abaixo, na figura 1, respectivamente páginas 153, 154 e 155 do volume 2 do mangá *Dorohedoro*, de Q Hayashida, retrata um momento em que dois feiticeiros, Noi e Shin, vão à apresentação de um demônio cantor.

Figura 1 – Feiticeiros presenciando a apresentação musical de um demônio

Fonte: Hayashida (2021, p. 153-55).

Nos mangás, é possível observar que a categoria cromática costuma ser estabelecida por meio da relação entre preto e branco. Nas páginas 154 e 155, voltadas exclusivamente para a apresentação do demônio, estão presentes as categorias cromáticas *claro* vs. *escuro* e *brilhante* vs. *opaco,* a categoria eidética *angular* vs. *arredondado* e as categorias topológicas *grande* vs. *pequeno* e *central* vs. *periférico.* É por meio, pois, da relação cromática que se criam efeitos de luminosidade quando o demônio começa a cantar. Além disso, reiterado pela luminosidade presente na página, os ângulos nos quais o demônio posiciona sua cabeça durante os três quadros em que aparece (para cima, para o horizonte e para baixo) dramatizam a situação. Tais relações cromáticas e eidéticas, aliadas à centralização topológica do demônio na página 155, produzem o reconhecimento da situação e a correlaciona à figura de um cantor de ópera. Dessa forma, essa relação entre categorias do plano da expressão (*claro* vs. *escuro* e *brilhante* vs. *opaco*; *angular* vs. *arredondado; grande* vs. *pequeno* e *central* vs. *periférico*) e categorias do plano do conteúdo (temas e figuras: emoção, apresentação musical, cantor, música) formam sistemas semissimbólicos, conforme salientados por Floch (1985) e Barros (2023).

Ao pensar em uma história em quadrinhos japonesa, essencialmente plástica, isto é, cuja linguagem verbal e não verbal mesclam-se e produzem sentidos, seu plano de conteúdo e seu plano de expressão estabelecem sentidos que podem se coorientar. No tópico seguinte, apresentaremos uma pequena contextualização de ambas as obras em análise.

Corpus

Akira é uma obra em mangá, escrita e ilustrada por Katsuhiro Otomo e serializada entre 1982 e 1990. No Japão, inicialmente, o mangá foi publicado pela revista *Young Magazine*[4]; no Brasil, a editoração ficou a cargo da Editora Globo (1990) e, depois, da Editora JBC. Categoricamente, Akira enquadra-se na demografia *seinen*. A obra foi adaptada para o cinema, em um longa-metragem homônimo em animação, com direção e roteiro de Katsuhiro Otomo e lançado em 1988.

O enredo de Akira centra-se em uma distopia localizada em Neo-Tóquio, a cidade reconstruída de Tóquio após a III Guerra Mundial. Essa Terceira Guerra Mundial arrasou Tóquio após uma grande explosão eclodir na cidade, em 1982. Cerca de 30 anos depois desse incidente, com a cidade reconstruída, a história apresenta uma gangue de motoqueiros lideradas por Kaneda que, ao se envolver em um conflito com outra gangue, acaba entrando em contato com uma criança com aparência de idosa. Entre os motoqueiros da gangue de Kaneda, há Tetsuo, o mais jovem, que acaba se ferindo durante o encontro com a criança e é levado por agentes que estão em seu encalço.

No desenrolar da obra, observa-se que a criança que fugiu é parte de uma experiência científica que tenta desenvolver, em humanos, capacidades psicocinéticas para fins militares. Tetsuo acaba sendo confinado e percebem que há nele grande potencial para o desenvolvimento das mesmas capacidades. Depois de algumas experiências, o personagem desenvolve grandes poderes só que, com seu jeito explosivo, eles acabam saindo do

4 Klinsman (2021) elucida que, inicialmente, no Japão, *Akira* foi publicado pela Young Maganize, recebendo uma versão compilada posteriormente de 6 volumes, lançada pela editora *Kodansha*.

controle. No decorrer da narrativa, Tetsuo é apresentado ao fato de que a cidade de Tóquio foi destruída por uma criança que fazia parte das mesmas experiências – Akira – e que está em estado criogênico desde os acontecimentos.

Além desses, há os personagens que fizeram parte das experiências, Kiyoko, Takashi e Masaru, sendo representados cada um com um número na palma da mão, indicando sua série de experiência: 25, 26 e 27, respectivamente.

A história do mangá, além de retratar as relações entre os personagens, também chama a atenção para a sociedade de Neo-Tóquio, para sua configuração política e para os movimentos sociais que a compõem. Depois da catástrofe da Terceira Guerra Mundial, o governo acabou investindo em experiências secretas com crianças e, também, adotando medidas rígidas para a população. A partir disso, um grupo social revolucionário surge para combater o governo. Nesse grupo, há a personagem Kei, cuja função é descobrir informações do governo e combater a situação repressiva que assola Neo-Tóquio.

Algumas pesquisas no Brasil já versaram sobre *Akira*. Dentre elas, chamamos a atenção para a dissertação de mestrado de Klinsman (2021) que se utilizou de uma abordagem semiótica[5]. Em seu trabalho, os elementos dos painéis e quadros, suas disposições e foco são analisados como construtores e atualizadores de sentido. Não apenas isso, Klinsman apreende *Akira* como uma obra de "[...] extrema importância para a popularização da cultura pop japonesa ao redor do mundo" (Klinsman, 2021, p. 89) e, embora ela tenha sido categorizada como *seinen*, seu maior impacto acabou sendo com outros públicos, como o *shounen.*

5 Diferente da trabalhada neste artigo, Klinsman se utiliza da semiótica proposta por Thierry Groensteen (2015), que desenvolve uma semiótica pautada na análise de Histórias em Quadrinhos.

Embora não analise o mangá em função de sua estrutura ou conteúdo, o trabalho de Miotello e Mussarelli (2016) inclui *Akira* como uma das obras que chegaram ao Brasil na década de 1980, sendo publicado pela Editora Globo. É destaque nesse trabalho que, naquele momento, 1988, embora o mangá tenha tido grande sucesso em virtude do lançamento do filme homônimo, as vendas despencaram rapidamente e, por vezes, a obra apresentou atrasos de publicação e cancelamento, levando anos para ser concluída. Inclusive, o último volume de "Akira no Brasil foi na verdade um compilado de partes selecionadas de volumes anteriores não publicados, editados para parecerem um volume final" (Miotello; Mussarelli, 2016, p. 47). Nesse período, o mangá de *Akira* já havia sido adaptado para o formato ocidental de leitura e publicação, ou seja, leitura dos quadros na sequência esquerda-direita.

Melo e Cordaro (2016) observam *Akira* e o analisam levando em consideração seu papel enquanto produto histórico, relacionando-o diretamente às reminiscências da Segunda Guerra Mundial. Em seu artigo, as autoras fazem um apanhado temporal sobre as produções pós-Segunda Guerra e enfatizam que *Akira* é uma das obras que aludem à realidade japonesa pós-guerra que, mesmo temerosa quanto às bombas, estava em constante processo de crescimento.

Discussão

Conforme é observado em alguns trabalhos (Drummond-Mathews, 2010; Do Carmo Alvarenga, 2023), a demografia *seinen* comumente apresenta temas como violência, nudez e morte de forma mais explícita.

Observa-se, pois, que a obra *Akira* se estrutura sob a categoria fundamental /identidade/ *versus* /alteridade/. Os estudos culturais têm considerado o tema da *identidade* e dedicado grandes esforços para descrevê-la e analisá-la. Stuart Hall (2000) chama a atenção para a articulação entre discurso e identidade. Para o teórico,

> as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora "sabendo" [...], sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma "falta", ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos (Hall, 2000, p. 112).

Se a realidade só é passível de ser apreendida por meio da linguagem, é a partir também da linguagem que categorias como identidade são conceituadas e tem nelas valores investidos. É de se ressaltar que esse processo de investimento de valores é altamente ideológico e não há como considerar os sujeitos e, tampouco, as identidades sem considerar minimamente um processo ideológico[6] (Fiorin, 1998; Althusser, 1972).

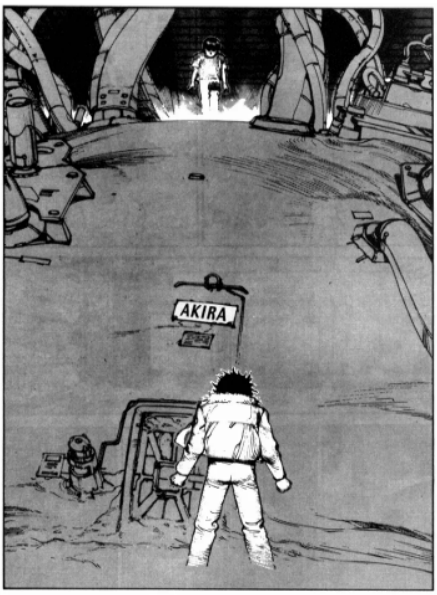
No nível discursivo, de um lado, há personagens que figurativizam temáticas como união, nação, pertencimento, como Kei, Kaneda e Tetsuo, de outro, há Akira, o personagem que figurativiza temas como isolamento, mistério e diferença. A construção do personagem põe em jogo esses temas seja em sua passividade frente à atividade constante de todos que o entornam, seja na sua falta ou quase inexistência de balões de fala e de pensamento[7] – em uma narrativa preenchida a todo momento

6 Seja para Fiorin (1988), seja para Althusser (1972), linguagem e ideologia estão inextrincavelmente ligadas. Para Fiorin, a partir da relação entre temas e figuras, no nível discursivo, é possível observar a presença de ideologia nos discursos. Althusser chama a atenção para a ideologia como fundamento para a linguagem, sendo indispensável a ela.

7 Ainda que apareça somente ao fim do segundo capítulo, o personagem Akira é apresentado como apático e quase não apresenta balões de fala ou de pensamento em todo o mangá.

com indicativos de fala – ou, ainda, seja como se verifica na figura 2, em enquadramentos nos quais o personagem é elevado em relação a outros.

Figura 2 – Relação de enquadramento entre Akira e Tetsuo



Fonte: Otomo (2018a, p. 240).

A forma como Akira é desenhado traz à tona algo interessante: dentre os personagens da obra, ele é o único cujos traços dos olhos e o formato do cabelo são desenhados de forma a se assemelharem aos dos japoneses. No entanto, a figura de Akira não é a ligada à identidade, mas sim à alteridade. Os temas aos quais o personagem se liga, no nível discursivo, são o *outro,* a *diferença*, o *isolamento.*

O nível fundamental, a partir da categoria /identidade/ *versus* /alteridade/, constrói-se, no âmbito superficial, discursivo, a partir dos temas e das figuras. Enquanto Tetsuo, Kaneda e

Kei figurativizam as temáticas da união, do pertencimento, da nação; Akira figurativiza esse *outro*, esse *desconhecido,* o *diferente*. Contudo, além disso, Akira faz parte de um conjunto de experiências que o tornaram assim – logo, antes de ser esse *outro*, ele era como Tetsuo, Kaneda e Kei.

Ainda que Akira traga consigo os temas *diferença* e *isolamento*, é a partir de seu percurso temático da *união* que é possível perceber uma figura que o une aos demais personagens: o corpo.

Ao pensar nessa prerrogativa, Tetsuo, ao adquirir grande poder por meio das experiências científicas pelas quais passou, acaba entrando em momentos de instabilidade, precisando constantemente consumir drogas para manter a sanidade. O personagem, nesse sentido, flutua entre aquilo que lhe é intrínseco, seu corpo, e aquilo que lhe é exterior, ou seja, os poderes que adquiriu por meio das drogas e da experiência. Uma das maneiras de o mangá expressar essa relação temática é por meio das categorias *eidética* e *cromática* do plano da expressão, ou seja, as relacionadas às formas e às cores: o tema da *união* no plano do conteúdo, que é recoberto pela figura do corpo, é expresso no plano da expressão por meio: a) das formas *arredondadas* e *contínuas* vs. *retas* e *descontínuas*, seja dos tubos, seja das partes corporais de Tetsuo, seja das rachaduras no chão e b) da relação cromática *claro* vs. *escuro,* indicando que aquilo que lhe está unido possui dado tom e aquilo não lhe faz parte possui outro, conforme a figura 3.

Figura 3 – O corpo de Tetsuo se integrando à matéria circundante

Fonte: Otomo (2019a, p. 343).

Tal situação, visualizada na figura 3, demonstra que a fronteira entre o que é próprio ao personagem e o que lhe é exterior começa a se deteriorar. A identidade de Tetsuo, a princípio pela sua forma, começa a ruir. Os poderes do personagem chegam em seu auge a ponto de iniciarem uma nova catástrofe e, nesse momento, sua identidade acaba sendo tomada pelos poderes. A fim de que isso não aconteça e, novamente, destrua o local, Akira se envolve e absorve Tetsuo em um último esforço.

Kei, personagem cujo objetivo é combater o sistema repressivo que assola Neo-Tóquio, durante o desenrolar dos acontecimentos envolvendo Akira, percebe ser propensa a incorporar os poderes de outros personagens. Assim, ela acaba servindo de receptáculo para que Kiyoko, Takashi e Masaru utilizem seus poderes através dela, reiterando o tema *união*, concretizada a partir da figura *corpo,* já que além de ela ser si, também é outrem.

Kaneda, o líder da gangue de motoqueiros e, também, o líder de Tetsuo antes de ele se rebelar, é o personagem que maior destaque tem no início do mangá. Quando Tetsuo é levado pelos militares, ele e Kei saem à sua procura. Nesses momentos, eles acabam interagindo com uma versão incandescente de Kaneda que os alerta sobre Akira. Mais tarde, descobre-se que essa versão de Kaneda era uma projeção de seu corpo que foi sugada em uma grande explosão feita por Akira. Considera-se, dessa forma, que ao mesmo tempo em que Kaneda está naquele plano ele também não está, visto que seu corpo é apenas uma projeção de um Kaneda do futuro. Em termos semióticos, observa-se que o personagem concretiza por meio de seu corpo a temática do *pertencimento.*

A cidade de Tóquio constitui aqui uma importante figura para concretizar temas como *união, pertencimento* e *nação* na obra. A maior parte da narrativa se sustenta na cidade. Contudo, o mangá inicia com a cidade sendo destruída e dando lugar à reconstruída, industrializada e desenvolvida Neo-Tóquio. Em um ataque de pânico, Akira produz uma catástrofe e destrói Neo-Tóquio, fazendo com que, depois, toda a população habite no que sobrou da cidade, figura 4.

Figura 4 – Neo-Tóquio após a onda de destruição de Akira

Fonte: Otomo (2018b, p. 271).

A cidade de Tóquio na obra é vista como local de pertencimento para os personagens e constitui, também, fator importante que a liga ao processo de identidade e, em consequência, a limita e delineia o Outro, o diferente e a alteridade. Nos capítulos finais da obra, quando chegam aviões para entregar mantimentos, *kits* médicos e produtos, os personagens recusam a ajuda. Eles tomam os produtos dos agentes humanitários, ressaltando que, se vierem à sua terra novamente sem permissão, serão vistos como invasores. Outro ponto fundamental para considerar a cidade como figura no discurso do mangá dá-se a partir dos últimos painéis da obra. Neles, verificam-se que os motoqueiros da gangue de Kaneda estão seguindo pelas ruas da cidade e, aos poucos ela vai se refazendo, denotando a capacidade da cidade japonesa de se desenvolver e se reconstruir de maneira rápida.

Figura 5 – A cidade arrasada de Neo-Tóquio se reconstruindo

Fonte: Otomo (2019b, p. 431).

Com relação aos aspectos enunciativos, na obra *Akira*, percebe-se os efeitos de sentido produzidos pelas marcas enunciativas projetadas no enunciado. Por exemplo, o uso predominante da *debreagem enunciva* (centradas no "ele", "lá", "então"), como o predomínio de detalhamentos de paisagens, cria um efeito de distanciamento e objetividade que potencializa o aspecto distópico e impessoal da sociedade retratada em Neo-Tóquio. Ainda assim, em momentos pontuais — como a manifestação da consciência de Kaneda ou os conflitos internos de Tetsuo, conforme a figura 6 — observa-se uma aproximação enunciativa, sugerindo subjetividade e implicação emocional do personagem com o enunciado.

Figura 6 – Tetsuo após observar os pensamentos de Akira

Fonte: Otomo (2018b, p. 119).

Além disso, a figurativização do corpo como recorrente se articula à enunciação ao demonstrar como as escolhas do plano da expressão (como ângulos, traços formais e cromáticos) revestem temas abstratos (como *pertencimento*, *identidade* ou *diferença*) com traços sensíveis, ancorando-os em uma visualidade reconhecível. Isso constitui também uma forma de *efeito de realidade*, em que a enunciação busca produzir uma ilusão de verossimilhança, mesmo em um universo ficcional e distorcido como o de *Akira*.

Por fim, o contraste entre as figuras de Tetsuo (em constante mutação) e Akira (estático, silencioso, deslocado) enfatiza

a oposição fundamental de /identidade/ *versus* /alteridade/, tendo como eufórica a /identidade/ e disfórica a /alteridade/. Tal relação é tematizada no discurso através de escolhas enunciativas e visuais que remetem a construções ideológicas de pertencimento, diferença e nacionalidade — o que revela a forte carga ideológica que permeia a atualização do discurso, relacionando-a a um contexto além, pós-guerra, algo similar ao que houve com o Japão pós-2ª Guerra Mundial.

Considerações finais

A partir da análise da categoria /identidade/ *versus* /alteridade/ do nível fundamental, dos aspectos enunciativos e temático-figurativos do nível discursivo do percurso gerativo de sentido da semiótica de linha francesa*,* foi possível apreender alguns aspectos da construção do mangá *Akira,* de Katsuhiro Otomo. A relação temático-figurativa em *Akira* mostrou que a figura "corpo" é essencial para o estabelecimento de temas que perpassam toda a obra: *pertencimento, união, diferença* e *isolamento*. No mangá, os experimentos científicos pelos quais as crianças e até mesmo Tetsuo passaram envolvem testes com seus corpos; a relação do corpo de Akira possuir cabelos pretos lisos e olhos afinados em relação aos olhos arredondados dos demais personagens e o fato de que a personagem Kei pode ceder seu corpo para utilizar poderes de outros personagens são elementos que trazem consigo tal figura interligada à obra.

As relações semissimbólicas, pensadas a partir da relação entre categorias do plano do conteúdo e categorias do plano da expressão, demonstraram que aspectos eidéticos e cromáticos no âmbito da expressão aliaram-se às temáticas mencionadas e à figura corpo do plano do conteúdo.

A análise de temas e figuras no mangá *Akira* chamou a atenção para similaridades. Haveria ainda espaço para aprofundar o processo de análise e encontrar outras recorrências semelhantes e, ainda, observar as relações entre sujeitos e objetos do nível narrativo; contudo, isso exigiria maiores discussões. As pesquisas sobre mangás que levem em consideração suas significações ainda são escassas no Brasil e este trabalho se pretendeu como contribuição à área.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso*: fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas/ FLLCH, USP, 3. ed., 2002.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2005.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a semiótica e a montanha. *Estudos Semióticos*, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 41–67, 2023. DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2023.209238. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/209238. Acesso em: 30 jun. 2024.

BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1974, vol. 2.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Nacional/ EDUSP, 1976, vol. 1.

BERTRAND, Denis. *Caminhos da Semiótica Literária.* Trad. Grupo Casa. Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2003.

DO CARMO ALVARENGA, Marcos Aurélio. Mangás – histórias em quadrinhos da terra do sol nascente. *Revista Estética e Semiótica*, *[S. l.]*, v. 13, n. 1, p. 74–86, 2023. DOI: 10.18830/issn2238-362X.v13.n1.2023.06. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/view/49513. Acesso em: 30 jun. 2024.

DRUMMOND-MATHEWS, Angela. What Boys Will Be: A study of shōnen manga. *Manga:* An Anthology of Global and Cultural Perspectives. Ed. Toni Johnson-Woods. London, New York: Continuum, 2010. p. 62-66.

FIORIN, José Luiz. A noção de texto para a semiótica. *Organon*: revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 165-176, 1995.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia***.** 6ª ed. São Paulo: Ática; 1998

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso.* 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. Duas concepções de enunciação. *Estudos Semióticos*, São Paulo, Brasil, v. 16, n. 1, p. 122–137, 2020. DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2020.172329. Disponível em: https://revistas.usp.br/esse/article/view/172329. Acesso em: 30 jun. 2025.

FLOCH, Jean-Marie. *Petites mythologies de l'œil et de l'esprit.* Pour une sémiotique plastique. Paris: Éditions Hadès; Amsterdã: Benjamins, 1985.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima *et al*. Editora Contexto: São Paulo, 2008.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II*: ensaios semióticos. São Paulo: Nankin/Edusp, 2014.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. *In: Identidade e Diferença*: A perspectiva dos estudos culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

HAYASHIDA, Q. *Dorohedoro vol. 2.* São Paulo: Panini, 2021.

KLINSMAN, Elias da Costa. *Akira:* a semiótica biopolítica no mangá de Katsuhiro Otomo. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2021.

MELO, Marina Teresinha Rosa de; CORDARO, Madalena Natsuko Hashimoto. As reminiscências da guerra no mangá e no animê. *Revista Anagrama:* Revista Científica Interdisciplinar da Graduação. São Paulo, vol. 2, 2016.

MIOTELLO, Valdemir; MUSSARELLI, Felipe. O Contexto brasileiro da chegada do mangá e as particularidades de sua publicação no Brasil. *9ª arte***.** São Paulo, vol. 5, n. 1, 2016, p. 45-57.

OTOMO, Katsuhiro. *Akira vol. 2*. Tradução de Drik Sada. São Paulo: JBC, 2018a.

OTOMO, Katsuhiro. *Akira vol. 3.* Tradução de Drik Sada. São Paulo JBC, 2018b.

OTOMO, Katsuhiro. *Akira vol. 5*. Tradução de Drik Sada. São Paulo: JBC, 2019a.

OTOMO, Katsuhiro. *Akira vol. 6*. Tradução de Drik Sada. São Paulo: JBC, 2019b.

PIETROFORTE, Antonio Vicente Seraphim; GE, Luiz*. Análise textual da História em Quadrinhos:* uma abordagem semiótica da obra de Luiz Gê. São Paulo: Annablume - Fapesp, 2009.

Memórias sobre a dor: alteridade, autolesão e escrita

Roberta Vieira*
Lourenço Chacon**

Resumo

As autolesões caracterizam-se como cortes e outros ferimentos realizados na própria pele. Partindo da hipótese de que a linguagem – neste caso, em seu acontecimento – pode ser um lugar privilegiado para a significação da dor, o objetivo deste estudo foi investigar possíveis marcas de alteridade (entre a atualidade e a memória discursiva) na representação escrita da autolesão, ou seja, no acontecimento (escrito) sobre a autolesão. Sob enfoque linguístico-discursivo, no qual a escrita é entendida como acontecimento, ou seja, como "ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória" (Pêcheux, 2015, p. 16), foi observada a relação de alteridade entre o que se mostrava na materialidade linguística dessa escrita e as formações ideológico-inconscientes que constituíam/determinavam o que emergia e o que era apagado nela. Compuseram o *corpus* 29 escritos (aqui, entendidos como acontecimentos – Pêcheux, 2015) produzidos digitalmente por uma adolescente que realizava autolesões, atendida por uma fonoaudióloga em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij). Em 12 destes escritos, foram encontradas marcas linguísticas da autolesão. Destes, em sete, a escrita as revivia e, em cinco, as ressignificava. Vistos como acontecimentos, foram encontradas, nesses escritos, marcas de (sua) alteridade com: (i) os discursos da biomedicina, do emagrecimento do corpo e da tradição judaico-cristã da culpa; (ii) pré-construídos discursivos; e (iii) o sujeito terapeuta. A escrita pode ocupar, pois, conforme a hipótese que orientou a investigação, um lugar privilegiado para a significação dessa forma de dor – a autolesão.

Palavras-chave: autolesão; escrita; acontecimento; alteridade; discurso.

* Doutoranda em Estudos Linguísticos (UNESP) e fonoaudióloga clínica. Atua como fonoterapeuta clínica, atendendo crianças e adolescentes com queixas relacionadas à linguagem em intersecção com o sofrimento psíquico. Orcid: https://orcid.org/0009-0009-0311-6774.

** UNESP e UFBA. Livre-docente em "Linguística em Fonoaudiologia". Investiga instabilidades da linguagem na fala e na escrita de crianças. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8000-7672.

Memories of Pain: Alterity, Self-Injury and Writing

Abstract

Self-injury is characterized by cuts and other injuries inflicted on one's own skin. Based on the hypothesis that language – specifically in its written occurrence – can serve as a privileged space for the signification of pain, the aim of this study was to investigate possible traces of alterity (between present experience and discursive memory) in the written representation of self-injury, that is, in the event concerning self-injury. From a linguistic-discursive perspective, in which writing is understood as an event – "a meeting point between a present and a memory" (Pêcheux, 2015, p. 16) – the study examined the relationship of alterity between what appeared in the linguistic materiality of the writing and the ideological-unconscious formations that constituted/determined what emerged and what was erased within it. The *corpus* was composed of 29 pieces of writing (here understood as events – Pêcheux, 2015) digitally produced by an adolescent who engaged in self-injury and was being treated by a speech-language pathologist at a Child and Adolescent Psychosocial Care Center (CAPSij). In 12 of those pieces, linguistic markers of self-injury were found. Of those, 7 pieces re-experienced the act, while 5 re-signified it. Viewed as events, those writings revealed traces of its alterity in relation to: (i) discourses of biomedicine, body slimming, and the Judeo-Christian tradition of guilt; (ii) discursive preconstructions; and (iii) the therapist-subject. Writing, therefore –according to the guiding hypothesis of this research – can indeed occupy a privileged place for the signification of this form of pain: self-injury.

Keywords: self-injury; writing; event; alterity; discourse.

Recebido em: 17/06/2025 // Aceito em: 27/11/2025

Introdução

A dor é um fenômeno de extensão ampla e pode ser concebida em dimensão tanto física quanto psíquica (Berlinck, 1999), com íntima relação entre ambas. Exemplos de tal relação seriam (i) a manifestação da dor na fibromialgia, que, embora se mostre como dor física, "espalhando-se por todo o corpo, possui uma grande proximidade com a depressão e a angústia" (Berlinck, 1999, p. 48) e, ainda, (ii) a manifestação da dor de cabeça, que "possui uma intensa e íntima relação com a subjetividade" (Berlinck, 1999, p. 48). Devido a essa inter-relação, a dor pode ser considerada como "signo de sofrimento" (Minatti, 2012, p. 825).

Neste trabalho, olharemos para uma forma bastante intrigante de representação da dor, uma vez que se marca no corpo – portanto, se mostra como dor física –, mas denuncia intensa dor psíquica. Trata-se de cortes e de outras feridas autoprovocadas na pele – prática conhecida como autolesões. Sob enfoque linguístico-discursivo, analisaremos escritos de uma adolescente que pratica autolesões. Destaque-se que o que entendemos como enfoque linguístico-discursivo é a relação entre o que se mostra na materialidade linguística e as formações ideológico-inconscientes – constitutivas da memória discursiva – que determinam o que emerge e o que é apagado nessa materialidade[1].

Antes, porém, de apresentarmos as bases teóricas que sustentarão nosso enfoque, faremos uma breve descrição

1 Investigações orientadas por esse enfoque têm sido desenvolvidas no Grupo de Pesquisa "Estudos sobre a Linguagem" (o GPEL/CNPq), como os de Chacon (2021, 2023) e Lopes-Damasio e Pedro (2024). Destaque-se que tais investigações voltam-se para escritas iniciais de crianças, produzidas em contexto escolar. Diferentemente, na investigação aqui descrita, amplia-se tanto o tipo de material (agora de escritos produzidos em contexto digital) quanto o tipo de questão (a escrita na relação com a dor psíquica).

sobre o modo como os cortes/ferimentos no próprio corpo são compreendidos na literatura. A esse respeito, duas vertentes teóricas predominam. A compreensão que uma tem deles é mostrada, predominantemente, em trabalhos publicados em campos como os da psiquiatria e de parte da psicologia. Já a compreensão que a outra tem desses cortes/ferimentos é mostrada, predominantemente, em trabalhos publicados em campos como os da antropologia e da psicanálise. Vejamos como tais vertentes os abordam e quais apontamentos, nelas, são direcionados às possíveis relações entre cortes/ferimentos e a linguagem.

Na primeira vertente, eles são conceituados como automutilação e autolesão e entendidos como um comportamento intencional de dano, de modo autoinflingido, na superfície do corpo. Podem causar sangramento ou contusão. Exemplos de práticas autolesivas seriam cortar – apontada como a prática mais frequente –, queimar, bater ou esfregar excessivamente a pele (American Psychiatric Association, 2023; Guerrero *et al.*, 2024). Tais práticas estariam associadas a outras formas de dor, como depressão, ansiedade, dificuldades nas relações interpessoais e transtornos alimentares. Estariam, ainda, relacionadas a dificuldades na chamada "regulação emocional" e seriam realizadas como uma estratégia de enfrentamento diante de "estados de dor psicológica avassaladora" (Park; Wyman; Beauchaine, 2023, p. 3), fornecendo uma forma de alívio para a dor (Guerrero *et al.*, 2024).

Vê-se, em trabalhos dessa vertente, que os cortes/ferimentos são concebidos como um comportamento intencional. Logo, tal concepção sustenta-se numa visão, nunca explicitada, de sujeito consciente, ou seja, centrado – que teria intenções; portanto, faria escolhas em relação

a cometer, ou não, os ferimentos na própria pele. Note-se, também, nessa vertente, um paralelo entre cortes/ferimentos e dor psicológica; no entanto, tal relação não é suficiente para pôr em questão a ideia da intencionalidade do sujeito.

Ainda nessa vertente, encontramos trabalhos que mencionam possíveis relações entre cortes/ferimentos e linguagem. Na assim nomeada "automutilação não suicida" no adolescente, este buscaria "alívio imediato diante de um evento que lhe desperte inúmeros afetos negativos, para os quais não encontra outra via de expressão" (Mühlen; Câmara, 2021, p. 137-138). Podemos inferir, a partir de "via de expressão", uma possível relação desses cortes/ferimentos com a linguagem.

Conceituando-as como "autolesões não suicidas", Nock *et al.* (2008) as entendem como uma forma de comunicar, influenciar e conectar-se com outras pessoas em diferentes contextos de vida. Tal comportamento ocorreria quando o que chamam de tentativas menos extremas de comunicação (como falar, gritar e chorar) não oferecem resultados positivos. De acordo com estudos produzidos nessa vertente, haveria, portanto, uma "falha" ou uma "falta" na linguagem, que levaria à realização da prática autolesiva (entendida em tal vertente como comportamento).

Já na segunda vertente, distinguem-se marcas corporais que teriam aceitação social – como tatuagens e *piercings* – de marcas que apresentariam uma relação com a dor psíquica – como os cortes e outros ferimentos na pele (Araújo, 2019; Le Breton, 2010). Estas últimas recebem nomenclaturas diferentes, como automutilação ou autolesão (Araújo, 2019; Coutinho; Madureira, 2021), escarificações (Demantova, 2020; Le Breton, 2010),

ou, ainda, ato de cortar-se (Venosa, 2015)[2]. Nesses trabalhos, observa-se outra concepção de sujeito: diferentemente do sujeito centrado, apresentado na primeira vertente, trata-se aqui de um sujeito descentrado, constituído na/pela alteridade.

Nomeando os cortes/ferimentos na pele como automutilação, para Araújo (2019), haveria neles um endereçamento ao outro:

> Um corpo todo machucado talvez não produza sentido se não tiver alguém para olhar ou se não provocar alguma narrativa. Cicatrizes são rastros. Mas elas, por si só, ou em si mesmas, talvez não signifiquem nada. Como uma escrita sem leitor. (Araújo, 2019, p. 116).

Caracterizando-os como escarificações, Le Breton (2010) enumera atos como bater a cabeça ou a mão contra uma parede, queimar-se com cigarro ou fazer inscrições cutâneas (com uso de compasso, vidro, navalha, faca…). Direcionando seus estudos ao período da adolescência, o autor afirma que tais inscrições na pele provocariam um choque contra o mundo, de tal modo que, ao se machucarem, os adolescentes

> recuperam o controle de uma emoção poderosa e destrutiva, eles procuram uma contenção e encontram então a dor ou os ferimentos. Conjuração de impotência por um desvio simbólico que os permite ter controle sobre uma situação que lhes escapa. (Le Breton, 2010, p. 26).

No mesmo estudo, o autor observa que "o jovem exterioriza alguma coisa de seu caos interior a fim de vê-la mais claramente, ele reproduz em ato uma impossibilidade de dizer as coisas ou de transformá-las" (Le Breton, 2010, p. 27). Interpretando escarificações como possibilidades de significação da dor, esse autor vai mais além: "Onde as palavras falham, o corpo fala, não para se perder, mas para

2 Apesar da manutenção do termo "autolesão", utilizado na primeira vertente, a segunda vertente opera com distanciamentos conceituais bastante distintos nessa manutenção, conforme veremos adiante.

encontrar marcas, restaurar uma fronteira coerente e propícia em relação ao mundo exterior" (Le Breton, 2010, p. 27).

Note-se que os autores mencionados concebem os cortes/ferimentos como marcas que relacionam sujeito-exterior. Há, portanto, um outro a quem os cortes/ferimentos seriam direcionados (um leitor) e, ainda, algo que faria o papel de contenção e de estabelecimento de fronteira com o interior (algo do mundo exterior). Os cortes/ferimentos na pele ganham, assim, conotação de significação da dor e emergem numa relação de alteridade com um outro ao qual a marca se direcionaria, ou numa relação da dor do eu com o mundo. Além disso, é possível observar que tais autores concebem a alteridade nas possíveis relações entre cortes/ferimentos e linguagem. Nesse sentido, eles ocorreriam pela relação de "falha" com a simbolização da dor, seja na relação com o outro (o leitor que recebe a significação como corte), seja na relação com a própria língua – "quando as palavras falham, o corpo fala" (Le Breton, 2010, p. 27).

Relações que podem ser entendidas como de alteridade são, ainda, identificadas em Demantova (2020), que também utiliza o termo escarificações e, assim como Le Breton (2010), também direciona seus estudos para o período da adolescência. Nesse estudo, a autora propõe uma reflexão sobre a concepção de corpo na atualidade:

> Ao se sentirem mal na própria pele, os sujeitos que se escarificam parecem mostrar as falhas de uma sociedade onde a dimensão da imagem é supervalorizada e predomina certa exigência de se sentir bem, equilibrado e adaptado a todas as situações, não havendo espaço para sentir e falar sobre tristezas e angústias. (Demantova, 2020, p. 19).

Vemos que questões sociais são consideradas ao se pensar sofrimento e cortes/ferimentos na pele. Mais que uma marca individual, na chamada escarificação, se detectaria o que poderíamos entender como uma marca de inscrição histórica, já que se assume o modo como a sociedade se relaciona no tempo histórico atual. Temos, portanto, um "eu" (representado pelo adolescente que se corta) constituído por um "outro" (representado, aqui, pela sociedade e pela história).

Ainda outra relação de alteridade é observada em trabalhos dessa segunda vertente, como vemos, por exemplo, em Venosa (2015). Compreendendo os cortes/ferimentos na pele como "ato de cortar-se", a autora relaciona tal ato ao inconsciente:

> enquanto o ato de cortar-se continua repetidamente sendo um recurso da pessoa para tentar dar conta de seu sofrimento, isto significa que este ato não efetivou uma *marca-cicatriz* a fim de promover novas ligações psíquicas. Ou seja, não há *elaboração*, e algo falha neste ato, algo que não é do mesmo lugar, por exemplo, da falha na fala (ato falho). (Venosa, 2015, p. 69).

Observa-se que, na relação entre linguagem e inconsciente, a manutenção do ato de cortar-se estaria relacionada à não emergência do sofrimento enquanto fala (nem mesmo enquanto ato falho – a fala que escapa ao sujeito, trazendo pistas de questões inconscientes). Assim, a autora se afasta completamente da concepção de sujeito centro e assume o ato de cortar-se como uma marca da dor que não pôde ser "elaborada" na e pela linguagem.

Em síntese, a principal distinção em relação à primeira vertente é a de que, tanto na antropologia quanto na psicanálise, os cortes/ferimentos não são entendidos como um comportamento, mas como um modo de significar a dor. Com esse deslocamento teórico, temos uma importante mudança na concepção de sujeito e no modo como tais trabalhos relacionam cortes/ferimentos e linguagem.

Por último (e, para nós, o mais importante, dado o enfoque linguístico-discursivo que o orienta), apresentamos o trabalho de Assumpção (2016), que concebe os cortes e outros ferimentos na pele como signos e, o sujeito, como descentrado. Nesse trabalho, a autora categoriza tais cortes/ferimentos como "automutilação" e os entende como um modo de resistência do sujeito ao grande Outro da contemporaneidade, que exerce um apelo ao gozo[3]. Segundo a autora, as formações discursivas, que outrora eram determinadas pelas instituições, as quais exerciam um papel de recalque, hoje se modificaram:

> O mote é: goze a qualquer preço! Sem limites! Logo, pela falta de uma falta simbólica, emerge um gozo excessivo, um sujeito do excesso. [Portanto], a configuração da ordem sócio-histórica é a responsável pelo aumento crescente dos casos de automutilação. (Assumpção, 2016, p. 84)[4].

Em suma, retomando concepções da segunda vertente, vemos que, na constituição do sujeito – nesse caso, o sujeito que se corta/fere –, detecta-se a (sua) alteridade com: o outro imediato, a quem o corte se destina (Araújo, 2019); as relações sociais e a história, representadas, por exemplo, pelo "mundo exterior" (Le Breton, 2010) e pela sociedade (Demantova, 2020); o inconsciente, representado pela tentativa falha – na realização do ato de cortar-se – de "promover novas ligações psíquicas" (Venosa, 2015); e a ideologia, representada pela ordem sócio-histórica e pelas instituições (Assumpção, 2016).

Trata-se de concepções em conformidade com o modo como concebemos o sujeito e como olhamos para a linguagem

3 Apresentaremos, adiante, o conceito de Outro.

4 Como veremos adiante, as formações discursivas regulam as materializações linguísticas em determinada formação ideológica. Em outras palavras, no interior de uma formação discursiva, estão as coerções sobre o que pode, ou não, ser dito/escrito numa conjuntura; logo, as formações discursivas podem exercer recalque sobre o que é materializado/apagado linguisticamente.

– mais especificamente, em sua apresentação pela escrita – para pensarmos sua relação com o que chamamos de autolesões. Manteremos a nomenclatura mais frequentemente encontrada na literatura (autolesão), estabelecendo, como vimos, uma relação de ancoragem com concepções teóricas da segunda vertente apresentada. Passemos, então, a uma breve explanação do modo como concebemos sujeito e linguagem, antes de apresentarmos o objetivo do presente trabalho.

Apoiando-nos em concepções da Análise do Discurso localizadas em proposições de Pêcheux (1999, [1969]/2014a, [1975]/2014b, [1983]/2015) e de Authier-Revuz ([1990]/2012), concebemos o sujeito como descentrado, efeito do dizer. Não se trata, portanto, de indivíduos empíricos, mas de posições ocupadas dentro de formações discursivas. Tais formações, por sua vez, seriam representações, na linguagem, de aspectos ideológicos, na medida em que "determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura" (Pêcheux; Fuchs, [1975]/2014c, p. 164). Em síntese, concebemos que "os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos-falantes [...] pelas formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhe são correspondentes" (Pêcheux, 2014b, p 147). O sujeito é, então, constituído na/pela relação com o outro/Outro. Para entendermos as noções de "outro" e de "Outro", faz-se necessária uma breve explicação dos conceitos de intradiscurso e de interdiscurso no interior dessa teoria.

O intradiscurso é a parte do discurso em que a materialidade linguística se manifesta, ou seja, a marca (falada ou escrita) propriamente dita. No intradiscurso, podemos pensar em um "endereçamento" no qual o sujeito estabelece um outro diante de si, mas lembrando que as noções de sujeito/outro são posições construídas discursivamente. Trata-se, pois, do

> funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora com relação ao que eu disse *antes* e ao que direi *depois*; portanto, o conjunto de fenômenos de "correferência" que garantem aquilo que se pode chamar o "fio do discurso", enquanto discurso de um sujeito). (Pêcheux, 2014b, p. 153).

O autor lembra, em nota, que "a incidência de certas aposições ou incisas pode representar a irrupção, no fio do discurso, de um processo inconsciente" (Pêcheux, 2014b, p. 153).

O interdiscurso, por sua vez, abrange a relação entre intradiscursos, em que operam a ideologia e o inconsciente. É o interdiscurso que determina as formações discursivas nas quais o sujeito será determinado/constituído.

A partir dos conceitos de intra e interdiscurso, podemos considerar o outro (grafado com letra minúscula) como aquele que se mostra no intradiscurso e que é construído na relação com o Outro (grafado com letra maiúscula), que compõe o interdiscurso – o Outro da ideologia e do inconsciente. Revendo suas reflexões sobre o intra e o interdiscurso, após alguns anos, Pêcheux aprofundou seu olhar sobre o discurso, por meio do conceito de **acontecimento**. Definido como "ponto de encontro de uma atualidade e uma memória" (Pêcheux, 2015, p. 16), o acontecimento relaciona a atualidade, em que se mostra a materialidade linguística (conceito que remete ao intradiscurso), à memória discursiva (conceito que remete ao interdiscurso).

Para melhor compreensão do conceito de acontecimento, traçamos um percurso teórico a respeito do que seriam, para o autor, atualidade e memória. Não há, em sua obra, definição voltada especificamente à atualidade, mas se pode inferi-la no modo como Pêcheux define acontecimento. Ele parte do enunciado "Ganhamos!", que emergiu, em toda a França, no ano de 1981, no momento em que a televisão noticiava a vitória do governo socialista nas eleições para presidente. Segundo o autor,

> o enunciado "On a ganné" ['Ganhamos'] é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática (um pronome 'indefinido' em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal 'gagner' ['ganhar'], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc. – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável. (Pêcheux, 2015, p. 23).

A opacidade remonta ao que é marcado – a sequência de sons que constitui a palavra – em contraste com o que é apagado, não-dito (um possível apagamento seria, por exemplo, a palavra "perdemos"). O que torna tal enunciado um acontecimento é o momento de sua emergência na história da França e o modo como o que é marcado linguisticamente circula, naquele momento, no país.

"Ganhamos" se mostra carregado de sentido, pois é constituído pela memória – que inclui, por exemplo, o fato de o governo ganhar as eleições; o tempo de espera para o governo socialista voltar a ocupar lugar de comando no país; todas as articulações, encontros, lutas para que o governo socialista voltasse a vencer as eleições. Tal enunciado emerge televisionado e há, no noticiário, como argumenta o autor, uma aproximação com o modo como os telejornais documentam os eventos esportivos: tratando a rivalidade entre um time "X" e um time "Y". Na situação esportiva, "Ganhamos" se mostra como um grito de torcida diante da vitória de seu time. Logo, a marca linguística "Ganhamos" emerge em todo o país, após a notícia – televisionada de modo próximo aos noticiários esportivos –, no contexto político, da vitória de um partido "X" sobre outro "Y".

Embora não defina as delimitações linguísticas de um acontecimento (Todo enunciado coincidiria com um

acontecimento? Em que momento, na materialidade linguística, seria iniciado e finalizado um acontecimento?), Pêcheux (2015) aproxima enunciado e acontecimento:

> todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (Pêcheux, 2015, p. 53).

O que importa, pois, no acontecimento, não é sua materialidade linguística propriamente dita, mas as relações entre o que emerge da e o que é apagado na língua. Numa releitura que fazemos de Pêcheux, podemos conceituar a atualidade como a marca linguística (presente no intradiscurso) em sua relação com o tempo/espaço do momento histórico em que ela emerge. O acontecimento seria, então, o ponto de encontro entre essa atualidade (marca linguística em seu tempo/espaço de emergência) e a memória.

Por sua vez,

> a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita. (Pêcheux, 1999, p. 52).

Propomos, então, uma releitura do conceito de acontecimento em Pêcheux (2015). Nessa releitura, veremos o acontecimento linguístico como uma relação de alteridade entre uma atualidade

(materialidade linguística no tempo/espaço – que abrange os conceitos de outro e de intradiscurso) e uma memória discursiva (que abrange os conceitos de Outro e de interdiscurso).

A partir dessa releitura, entenderemos cada evento de escrita como um acontecimento, já que cada evento pode ser caracterizado como uma relação de alteridade entre uma atualização e uma memória. Com tal compreensão, firmamos nosso enfoque linguístico-discursivo dos eventos de escrita que analisaremos. Nesse enfoque, o linguístico corresponderia ao lugar em que se mostram as estruturas da língua propriamente dita – determinado pelo espaço-tempo em que elas emergem, sempre constituídas na opacidade, entre o que se mostra e o vir a ser. Já o discursivo corresponderia à condição para que as estruturas da língua venham a emergir – é o lugar da memória, que permite a concretização daquilo que é mostrado e, do mesmo modo, faz coerção sobre o que precisa ser apagado.

Desse modo, partindo da premissa de que a escrita seria um lugar privilegiado para significação da dor, o objetivo deste estudo é investigar possíveis marcas de alteridade (entre a atualidade e a memória discursiva) na representação escrita da autolesão, ou seja, no acontecimento (escrito) sobre a autolesão.

Material e método

Investigamos escritos resultantes de um trabalho terapêutico desenvolvido em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij). Trata-se de escritos produzidos por uma adolescente de 15 anos, encaminhada ao CAPSij, após internação hospitalar, devido a ocorrências de autolesões, relatos

de pensamentos suicidas e sinais físicos de restrições alimentares exacerbadas. Quando iniciou o atendimento no CAPSij, os cortes na pele eram a queixa principal da adolescente e de seus pais.

Ao longo do processo terapêutico, uma das terapeutas (a fonoaudióloga) convidou a adolescente (e outros adolescentes em atendimento no serviço) a escrever para ela, quando tivesse pensamentos relacionados com os cortes. A instrução foi a seguinte: "Quando pensar em se cortar, escreva uma carta para mim".

A adolescente aderiu à proposta e produziu 29 escritos ao longo de um ano (entre 2020 e 2021). Tais escritos, digitalizados pelo celular, foram enviados via *Whatsapp* a um equipamento (*tablet*) do serviço (CAPSij). Ao receber os escritos, a terapeuta agradecia, avisava sobre o recebimento e agendava atendimentos (presenciais e *online*) para conversarem sobre o conteúdo dos textos. Além das sessões individuais, a adolescente participava de um grupo terapêutico, com outros adolescentes, conduzido por equipe interdisciplinar.

Nos escritos, a dor emergia sob diferentes configurações: relacionada diretamente às autolesões; marcada por pensamentos que podem ser entendidos como suicidas; caracterizada pela relação de evitação da alimentação e por uma relação de não aceitação do corpo/imagem corporal; e, ainda, marcada por relatos de conflitos familiares e conflitos vivenciados no ambiente escolar.

Para que os escritos pudessem ser concebidos como dados de pesquisa, a investigação foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de São José do Rio Preto, com parecer

número 6.672.341 e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) número 75243723.6.0000.5466. Após aceitar participar da investigação, o responsável pela adolescente e ela própria (agora com idade superior a 18 anos) assinaram Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os 29 escritos foram analisados, buscando-se, neles, marcas linguísticas em que emergia a autolesão – considerada como corte e outros tipos de ferimento autorrealizado na pele. Para definição das ações de ferir o próprio corpo, que entendemos como autolesão, apoiamo-nos em Le Breton (2010) e no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM-5-TR (American Psychiatric Association, 2023). Desse modo, entendemos como autolesão: cortar, arranhar, queimar, beliscar, fincar, esfregar excessivamente ou morder o próprio corpo; bem como bater partes do corpo contra ele próprio ou contra um objeto.

Para atender ao objetivo deste trabalho (investigar possíveis marcas de alteridade na representação escrita da autolesão), concebemos, teoricamente, cada um dos 29 escritos como um acontecimento, ou seja, como um "ponto de encontro de uma atualidade e uma memória" (Pêcheux, 2015, p. 16).

A análise dos dados se deu da seguinte forma:

(1) identificamos, na atualidade (ou seja, no intradiscurso), marcas linguísticas da autolesão, com trechos que as circundavam, conforme o exemplo: "Eu estou com muita vontade de me mutilar estou sentindo uma angústia uma ansiedade". Caracterizamos tais marcas/trechos circundantes como "fragmentos discursivos";

(2) nos acontecimentos em que tais fragmentos discursivos foram encontrados, analisamos as possíveis relações de alteridade entre a atualidade e a memória discursiva (ou seja, o interdiscurso).

Por fim, dadas as restrições (sobretudo de extensão) de um artigo, identificamos as tendências para as quais a observação dos fragmentos discursivos apontou. Tais tendências estão relacionadas com (duas) diferentes movimentações de sentido observadas nesses fragmentos. De cada uma delas, como se verá a seguir, analisamos dois exemplos.

Resultados e discussão

Do total de 29 acontecimentos que compuseram o *corpus* e nos quais a dor emergia sob diferentes configurações, encontramos 12 fragmentos discursivos que remetiam à questão de nosso principal interesse: a configuração da autolesão[5]. Nesses 12 fragmentos, identificamos duas movimentações de sentido: (1) em sete, a escrita revivendo a autolesão; (2) em cinco, a escrita ressignificando a autolesão. Vejamos, a seguir, dois exemplos da primeira movimentação de sentido.

Fragmento (a):

> […] eu tive 3 Crises bem pesadas na maioria das vezes eu fiquei me machucado ou me batendo ou gritando ou chorando […]

No fragmento em destaque, diferentes relações de alteridade podem ser detectadas na maneira como certas formas de autolesões (“me machucado ou me batendo”), acompanhadas de outras formas de significar a dor (“gritando ou chorando”), emergem na atualidade do acontecimento como especificações do que é nomeado como “Crises”, inclusive com destaque

5 Entre essas diferentes configurações, veem-se, por exemplo: relatos de pensamentos suicidas e de restrições alimentares exacerbadas.

semântico marcado ortograficamente pela inicial em maiúscula na digitação dessa palavra.

No acontecimento em análise, tal forma de nomeação indicia, pelo menos, dois domínios de sentido. Por um lado, pode-se entender que o termo "crises" remeteria a um traço da memória discursiva presente no campo discursivo da medicina, já que essa forma de nomear a dor é bastante comum nesse campo. Trata-se, portanto, de uma marca, na materialidade linguística, da captura da escrevente por esse campo discursivo. A propósito, a letra "C", maiúscula, mostra-se como mais um elemento de realce da importância que esse campo tem como configuração da autolesão e como lugar preferencial de (sua) enunciação. Por outro lado, além de apontar para esse tipo de captura, a letra "C", maiúscula, indicia um desdobramento do sujeito escrevente em relação a si e a (sua) dor. Nesse sentido, a nomeação "Crises" recobriria, ao mesmo tempo, a revivência da dor na escrita e a intensidade com que ela se afigura ao sujeito escrevente.

Outra marca linguística chama a atenção no fragmento discursivo em destaque. Trata-se da irrupção do termo "machucado", circundado por uma sequência de termos organizada pelo gerúndio: "batendo"; "gritando"; "chorando". Embora se detecte regularidade nessa organização, escapa a ela o termo "machucado" – sem a letra "n" (machucando)[6].

Ampliando o olhar para o todo do acontecimento em que surge o fragmento discursivo em análise, temos fragmentos como: "eu ainda continuo a surtar com meu peso"; "minha obsessão pelo meu corpo está cada dia maior"; e, especialmente, "fazendo uma análise eu só mudei a forma de me machucar ou até mesmo de me matar aos poucos".

O termo "machucar", presente no final deste último fragmento, recupera o anterior – "machucado". A ruptura na

6 Uma vez que nosso *corpus* é composto por acontecimentos empiricamente digitados, trabalhamos a todo o momento com a possibilidade de interferências do corretor automático na digitação. Longe, portanto, de uma análise ingênua, que desconsidera a condição de produção (inclusive mecânica) de tais acontecimentos, como nosso objetivo é analisar relações de alteridade entre a marca linguística e a memória discursiva, exige-se que busquemos (também) marcas que fogem à regularidade.

regularização marcada pelos gerúndios já dá pistas de formas outras de se machucar que vão além das autolesões. Podemos pensar em um paralelismo de sentidos entre a dor marcada como autolesão e, na mesma intensidade, outra forma de dor: a da necessidade do emagrecimento.

Destaque-se, a propósito, o adjetivo "pesadas", que acompanha o termo "Crises". Tal adjetivo atribui ao peso algo negativo – ruim ou indesejado. O peso das crises é igualado ao peso (imaginado, segundo a ótica do sujeito) do corpo, ambos com conotação depreciativa.

Ao mesmo tempo que o termo "machucado" escapa da regularidade na sequência de gerúndios que marca a continuidade/duração, também pode indiciar o efeito da ação acabada/realizada, o próprio "machucado" aberto na pele. Nesse acontecimento, memórias discursivas sobre a dor se mostram, então, fortemente presentes, seja na captura pelo discurso da medicina, seja na aproximação que escapa, na língua, entre a autolesão e o emagrecimento.

Fragmento (b):

> [...] não tenho mais pele para arrancar de meus pés e minhas mãos ambos estão em carne viva [...]

Nesse fragmento, a autolesão emerge sob outra forma na atualidade do acontecimento: escarificação dos próprios pés e mãos. Contudo, como no fragmento (a), ela se mostra como já vivenciada nessa sua re(a)presentação no acontecimento.

Um destaque deve ser feito à expressão "Não tenho mais X para Y". Tal expressão assenta-se sobre o pré-construído de que se arranca pele das mãos e dos pés. Assim, semanticamente, a expressão de negação pode ser interpretada como marca

linguística de uma intensificação do(s) sentido(s) da autolesão ("não tenho mais pele para arrancar"), já que mãos e pés "estão em carne viva". Mais uma vez, mostras da memória discursiva, agora na forma de um pré-construído, se marcam na atualidade desse acontecimento.

Vê-se, nesses dois fragmentos, que a escrita se oferece não apenas como um espaço de narrativa de fatos, ela também dá lugar à apresentação da intensidade com que eles se afiguram ao sujeito escrevente. A dor significada como autolesão é revivida ao ser significada pela língua, e esse reavivamento se mostra de modo tão intenso no narrado quanto no vivido.

Em *Papel da memória* (Achard *et al.*, 1999), obra que contém o clássico texto de Pêcheux de mesmo nome, há um debate sobre o papel da imagem na construção/manutenção da memória, mais especificamente, na introdução da obra, de autoria do linguista José Horta Nunes:

> Davallon lança a hipótese de que os objetos culturais (livros, escritos, imagens, filmes, arquiteturas, etc.), como operadores de memória social, trabalham no sentido de entrecruzar memória coletiva (lembrança, conservação do passado, foco da tradição, monumento de reminiscência) e história (quadro dos acontecimentos, conhecimento, documento histórico). (Nunes, 1999, p. 8-9).

Aproximando-nos do olhar de Davallon (1999), podemos (também) interpretar as autolesões como imagens, já que, quando inscritas no corpo, suas marcas atualizam uma memória. Com efeito, nelas o sujeito materializa uma dor psíquica como uma dor física, ao mesmo tempo que esculpe nelas uma marca da coletividade, já que o objeto autolesões circula, discursivamente, tanto entre teóricos quanto entre outros

setores da sociedade – como, por exemplo, entre adolescentes. Podemos pensar, portanto, que, enquanto marcas da dor, as autolesões são memórias da dor, a do sujeito e a da coletividade. Vale lembrar que algumas autolesões (em especial os cortes na pele), mesmo após curadas, deixam cicatrizes. Nelas, a questão da memória é também importante, pois, após as autolesões, tais imagens continuam a rememorar, a recontar a dor simbolizada como corte.

Ainda no mesmo livro, ao retomar conceitos propostos por Davallon, Pêcheux acrescenta:

> Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem [...] colocar em jogo a nível crucial uma passagem do visível ao nomeado, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito. (Pêcheux, 1999, p. 51).

Nos fragmentos apresentados, temos, portanto, ocasiões em que a memória discursiva é primeiramente marcada como uma imagem – a autolesão ocorreu e produziu uma imagem de dor, no corpo. Mas, posteriormente, a dor é revivida e marcada na escrita. A memória discursiva se faz, então, presente na atualização da autolesão como escrita.

Em síntese, nos fragmentos (a) e (b), as relações entre a atualidade e a memória mostram diferentes formas de alteridade entre a memória da dor e sua atualização – tais como a alteridade com os discursos da biomedicina e do emagrecimento do corpo, bem como com pré-construídos discursivos. Desse modo, a escrita, vista como acontecimento, se constitui como um lugar de recontar a (própria) dor.

Passemos, a seguir, à apresentação de dois exemplos da segunda movimentação de sentido: a da escrita que ressignifica a autolesão.

Fragmento (c):

> Eu estou com muita vontade de me mutilar estou sentindo uma angústia uma ansiedade bom eu fiz as pazes com meu pai aí deu tudo certo ok mais parece que ele tem o Dom de sempre me deixa como a bruxa da história aí que não sei descrever ao certo oque estou sentindo é tudo tão confuso sei que não é minha culpa […]

Nesse fragmento, dentre outras formas de nomeação da dor ("uma angústia", "uma ansiedade", "minha culpa"), a autolesão emerge, na atualidade do acontecimento, apenas como possibilidade, ou seja, linguisticamente, como "vontade de me mutilar". Mostra-se, assim, uma relação causal por justaposição, na qual a "vontade de me mutilar" decorre de "uma angústia uma ansiedade". Observe-se, no entanto, nessa relação, a indeterminação de "angústia" e "ansiedade", marcada pelo artigo "uma". De modo intensificado, essa indeterminação aparece mais adiante, linguisticamente marcada, na atualidade, pelo sintagma adjetivo "tão confuso". Posteriormente, ela vem a se explicitar – e, mais uma vez, por uma relação causal, marcada pela emergência de "minha culpa". Com efeito, "angústia" e "ansiedade" se mostram como decorrentes da "minha culpa", ou seja, de uma captura do sujeito pela memória discursiva da tradição judaico-cristã de transgressão ou falha para com alguém ou algo.

Desse modo, elementos em relação de paráfrase ("mutilar", "angústia", "ansiedade" e "culpa") aos poucos vão se apresentando como em relação não mais de paráfrase, mas de

concatenação. E é por meio dessa concatenação que a expressão da dor em autolesão perde a força: a palavra marca o afastamento em relação ao ato. Nesse afastamento, a "vontade de se mutilar" é, então, ressignificada no ato de escrita.

Fragmento (d):

> [...] fui no banheiro pegar a gilete para me cortar aí lembrei da carta.

Nesse fragmento, marcado linguisticamente pelo juntor "aí", nota-se a simultaneidade temporal entre os eventos narrados: "fui no banheiro pegar a gilete para me cortar" e/nesse momento "lembrei da carta". Trata-se, também, de um contraste que remete tanto à possibilidade de provocar autolesão quanto à possibilidade de escrever. A irrupção do termo "gilete" está relacionada a um pré-construído: as lâminas (como as de se barbear, da marca "Gillette") são utilizadas na autolesão. Como vimos em Le Breton (2010), os adolescentes que se cortam o fazem com uso de uma navalha. No DSM-5-TR (American Psychiatric Association, 2023), o corte é descrito como o método mais comum de autolesão, normalmente feito por faca, agulha, lâmina ou outro objeto afiado[7]. A cena de ir ao banheiro pegar a lâmina de barbear aponta para a possível conclusão na execução do corte; porém, a narração da cena é interrompida no momento em que irrompe o juntor "aí".

O juntor "aí" apresenta, portanto, no espaço linguístico-discursivo que ocupa na escrita, uma movimentação que subjaz os três sentidos mobilizados nesta análise:

7 Na prática terapêutica com adolescentes que realizam autolesões, foi possível observar que os materiais mais comumente usados para a realização dos cortes são lâminas de barbear e lâminas de apontadores escolares.

(i) o sentido que se atrela ao narrar, enquanto simultaneidade temporal entre eventos narrados – "fui no banheiro pegar a gilete para me cortar" e/nesse momento "lembrei da carta";

(ii) o sentido que se atrela ao contraste entre o que se espera a partir de "fui no banheiro pegar a gilete para me cortar" (o relato do corte, do machucado, da autolesão) e o que segue – "lembrei da carta"; e

(iii) o sentido que se atrela à relação causa/consequência e que se sustenta no não-dito – "lembrei da carta [portanto, não me cortei]".

Os sentidos em (i), (ii) e (iii), ao mesmo tempo que encontram espaço tático-semântico no contexto linguístico da junção, marcado por "aí", também encontram espaço na relação não excludente entre suas possiblidades de "virem a ser" nessa escrita. A instabilidade, portanto, caracteriza a marca dessa escrita na relação entre atualidade e memória.

Não emerge, na continuidade da atualidade, a solução do contraste "cortar-se" ou "escrever a carta"; mas também não se trata de uma ausência sem sentido ou de um fechamento de sentido na atualidade. Abrem-se, ao contrário, sentidos de antemão construídos, na relação sujeito-escrevente e sujeito-terapeuta, pela memória do acontecimento discursivo (sobretudo do momento da terapia em que é realizado o convite à escrita: "Quando pensar em se cortar, escreva para mim"). Tal memória permite a atribuição de sentido de que o ato da autolesão não ocorreu, já que, linguisticamente apresentada sob forma de uma relação causa/consequência, o sujeito-escrevente lembrou-se da carta; portanto, não se cortou.

Em síntese, nos fragmentos (c) e (d), as relações entre a atualidade e a memória mostram outras formas de alteridade entre a memória da dor e sua atualização – tais como a alteridade com o discurso da culpa (da tradição judaico-cristã), com um pré-construído discursivo e com o sujeito terapeuta ("aí lembrei da carta"). Desse modo, a escrita, vista como acontecimento, ressignifica o lugar da autolesão. A dor (que não é vivida no corpo) se transforma privilegiadamente em dor (no vivido da escrita). Dito de outro modo, o sentimento se configura em palavras – no sentido de que, na atualidade do acontecimento, se marcam memórias da dor – e (assim) a autolesão não ocorre.

Considerações finais

Como vimos, a atualidade da autolesão no acontecimento se apresentou sob dois movimentos de sentido nos fragmentos analisados. No primeiro movimento, a autolesão se mostrou como revivida (já havia a marca no corpo, posteriormente significada na/pela escrita); no segundo, ela se mostrou como ressignificada (não chegou a haver a autolesão, uma vez que, diretamente significada na/pela escrita, deixou de ser inscrita no corpo). Ou seja, a escrita pode se tornar um lugar privilegiado para a autolesão encontrar um espaço para (sua) (re)significação.

Entendida como forma de manifestação da dor, a autolesão emerge quando não é possível outra forma de (sua) significação: "Onde as palavras falham, o corpo fala" (Le Breton, 2010, p. 27). Essa forma de entendê-la, na análise linguístico-discursiva que fizemos, mostrou, porém, que a autolesão pode ser (re)significada na/pela escrita com tanta intensidade quanto no modo como ela é significada no/pelo corpo. A escrita ocupa, pois, conforme a

hipótese que orientou nossa investigação, um lugar privilegiado para a significação dessa forma de dor.

Referências

ACHARD, Pierre *et al*. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*: DSM-5-TR. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ARAÚJO, Juliana. *Cortes que viram cartas*: ensaios sobre automutilação na clínica psicanalítica. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ASSUMPÇÃO, Ana Paula. *O discurso da falta e do excesso*: a automutilação. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2016.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 25-42, 2012. Trabalho publicado originalmente em 1990. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824. Acesso em: 28 maio 2025.

BERLINCK, Manoel. A dor. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 46-58, jul./set. 1999. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1415-47141999003003. Acesso em: 28 maio 2025.

CHACON, Lourenço. Quatro questões sobre erro ortográfico na escrita infantil. *In*: FARIA, Evangelina; SILVA, Wagner Rodrigues (org.). *AlfabetizAÇÕES*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2021. p. 183-197.

CHACON, Lourenço. Características linguístico-discursivas da escrita: um olhar para a escrita infantil. *In*: VIEIRA, Alessandra Jacqueline; DEL RÉ, Alessandra; HILÁRIO, Rosângela Nogarini (org.). *E por falar em linguagem da criança...* 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2023. p. 44-58.

COUTINHO, Luciana; MADUREIRA, Bruna. Os cortes na adolescência e a busca por um lugar na cidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 02, fev. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-6236109167. Acesso em: 28 maio 2025.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? *In*: ACHARD, Pierre *et al*. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 23-37.

DEMANTOVA, Aline. *Automutilação na adolescência*: corpo atacado, corpo marcado. Curitiba: CRV, 2020.

GUERRERO, Evelyn *et al.* Zero Self-Harm app: a Mobile Phone Application to Reduce Non-Suicidal Self-Injury – Study Protocol for a Randomized Controlled Trial. *Trials*, v. 25, n. 116, 2024. Disponível em: https://trialsjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13063-024-07932-1. Acesso em: 25 maio 2025.

LE BRETON, David. Escarificações na adolescência: uma abordagem antropológica. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 33, p. 25-40, jan./jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/KJyqh8ryDjNzrsdJx7wF7wv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 maio 2025.

LOPES-DAMASIO, Lúcia Regiane; PEDRO, Carolina da Costa. A materialidade linguística pelo viés da opacidade: uma abordagem da aquisição da escrita. *Revista da ABRALIN*, v. 23, n. 2, p. 797-821, 2024. DOI: 10.25189/rabralin.v23i2.2240. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2240. Acesso em: 26 set. 2025.

MINATTI, Sueli. O psicanalista no tratamento da dor. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 825-837, dez. 2012. Disponível em: https:// doi.org/10.1590/S1415-47142012000400006. Acesso em: 28 maio 2025.

MÜHLEN, Mara Cristiane; CÂMARA, Sheila. Revisão narrativa sobre a automutilação não suicida entre adolescentes. *Aletheia*, v. 54, n. 1, p. 136-145, jan./jun. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/v54n1/v54n1a16.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

NOCK, Matthew *et al.* Suicide and Suicidal Behavior. *Epidemiologic Reviews*, v. 30, n. 1, p. 133-154, jul. 2008. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2576496/. Acesso em: 28 maio 2025.

NUNES, José Horta. Introdução. *In*: ACHARD, Pierre *et al*. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 7-10.

PARK, Jung; WYMAN, Austin; BEAUCHAINE, Theodore. The Natural Language Processing in Etiology: Distinguishing Suicidal Ideation (SI) and Nonsuicidal Self-Injury (NSSI) on Social Media. *PsyArXiv*, Notre Dame, USA, p. 1-19, nov. 2023. Disponível em: https://osf.io/preprints/psyarxiv/b89js. Acesso em: 28 maio 2025.

PECHÊUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al*. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PECHÊUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pechêux. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014a. p. 59-158. Trabalho original publicado em 1969.

PECHÊUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014b. Trabalho original publicado em 1975.

PECHÊUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pechêux. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014c. p. 159-247.

PECHÊUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015. Trabalho original publicado em 1983.

VENOSA, Viviane. *O "ato de cortar-se"*: uma investigação psicanalítica a partir do caso Amanda e do caso Catarina. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Autoria no plano da constituição interativa eu-outro: estudo da arquitetônica das posições no enunciado

Aline Milena Borges da Silva Dias*

Resumo

Segundo a perspectiva dialógica, a noção de autoria evoca, no plano estético-literário, um nível especial de realização da alteridade, pois refere-se à consciência que abrange e conclui a consciência do personagem (Bakhtin, 2023). Entendendo-se a relação eu-outro como uma condição inalienável de todo discurso, este trabalho objetiva, de maneira geral, examinar o fenômeno da autoria, situando sua importância para o estudo das criações verbais. Assim, são objetivos específicos: i) definir a autoria como posição estética criativa organizadora do enunciado e a sua relação com a forma arquitetônica e a forma composicional; ii) averiguar em que medida a noção de autoria, no plano estético, se estende à análise de um enunciado de natureza diversa ao romance. A pesquisa seguiu a abordagem qualitativa, caracterizando-se como descritiva, bibliográfica e documental. A fundamentação consistiu em estudos da teoria dialógica da linguagem e de sua vertente brasileira, a análise dialógica do discurso (ADD). Os resultados apontaram a autoria como uma função interna do enunciado que autoriza um conjunto de valorações e cria posições essencialmente ligadas a uma estrutura dialógica simultaneamente estável e dinâmica – a forma arquitetônica, instância da expressão da atitude valorativa do autor com o conteúdo realizada por um todo material organizado. Essa autoria pôde ser verificada num enunciado do cartunista Maraska, produzido para o movimento charge continuada, na projeção de uma voz que, frente à intencional reprodução de elementos de uma obra censurada, organizou um plano de relações completamente singular pela interdiscursividade estabelecida com uma tela artística de terror.

Palavras-chave: autoria; relações dialógicas; enunciado; arquitetônica; charge continuada.

* Pesquisadora da Rede de Estudos Dialógicos (RED) e doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0874-1172.

Authorship in the plan of the interactive constitution I-other: architectural study of the positions in the enunciation

Abstract

According to the dialogic perspective, the notion of authorship evokes, in the aesthetic-literary plane, a special level of realization of otherness, since it refers to the consciousness that covers and concludes the consciousness of the character (Bakhtin, 2023). Understanding the relationship I-other as an inalienable condition of all discourse, this work aims, in general, to examine the phenomenon of authorship, situating its importance for the study of verbal creations. Thus, are specific objectives: i) define the authorship as a creative aesthetic position organizing the statement and its relationship with the architectural form and the compositional form; ii) to ascertain to what extent the notion of authorship in the aesthetic plane extends to the analysis of a statement of a different nature to the novel. The research followed a qualitative approach, characterized as descriptive, bibliographic and documentary. The foundation consisted of studies of the dialogic theory of language and its Brazilian aspect, the Dialogic Discourse Analysis (ADD). The results pointed to authorship as an internal function of the statement that authorizes a set of valuations and creates positions essentially linked to a dialogic structure simultaneously stable and dynamic - the architectural form, instance of the expression of the author's valuative attitude with the content carried out by a whole organized material. This authorship could be verified in an enunciation of the cartoonist Maraska, produced for the continuous charge movement, in the projection of a voice that, facing the intentional reproduction of elements of a censored work, organized a plan of relations completely singular by the interdiscursivity established with an artistic screen of terror.

Keywords: authorship; dialogic relations; enunciated; architectural; continuous charge.

Recebido em: 15/05/2025 // Aceito em: 27/11/2025

Introdução

Quando delineia as características do que vem a ser a análise dialógica do discurso (ADD), Brait (2004) aponta que tal área de pesquisa representa significativo rendimento para a análise de textos e discursos em geral, desde que essa focalize "sujeitos em determinadas condições histórico-sociais-culturais e situações instauradas por (*e instauradoras de*) atividades específicas de produção, circulação e recepção do ser/fazer humano" (Brait, 2004, p. 5). Mais adiante, observa que, da ótica dialógica, resulta "uma concepção ativa de sujeito e de objeto, entrevistos na dimensão dos fazeres sócio-culturais e históricos, o que implica tanto identidade como alteridade, duas faces de uma mesma moeda" (Brait, 2004, p. 6).

Com efeito, a importância de se valer dessas "duas faces de uma mesma moeda" pode ser vista, segundo Sobral e Giacomelli (2015), na interpretação de pontos da teoria dialógica, como significação e tema; forma composicional e forma arquitetônica; forças centrípetas e forças centrífugas; repetibilidade e irrepetibilidade, entre outras noções nas quais a ambivalência individual-social está presente. Para os autores, em nenhum exemplo anterior há dicotomias, "mas termos de uma relação dialética do tipo 'e...e' e não 'ou...ou', relação que é mais relevante e mais ampla do que esses termos em si" (Sobral; Giacomelli, 2015, p. 205). Semelhantemente, em todos os casos, o "outro" pelo qual o "eu" se concebe como "eu" é um elemento imprescindível ao diálogo, de modo que, mesmo no solilóquio, projeta-se um outro de si.

Diante disso, assim como não se pode adotar uma visão ingênua sobre o diálogo, limitando-o ao sentido estrito

de comunicação face a face (Volóchinov, 2021), tampouco pode-se pensar o mesmo sobre a intersubjetividade, dado que ela também "não implica dois sujeitos isolados em processo de comunicação, mas a base para a concepção da pessoa enquanto uma completa estrutura dialógica (Bubnova, 2013, p. 10). Nesse sentido, vê-se que mesmo a filosofia bakhtiniana do ato – uma das bases das noções de relações dialógicas, de enunciado e de gênero (Sobral, 2019) –, ao advogar a defesa da singularidade incontornável do sujeito em sua existência, não incorre na promoção de um individualismo, mas sim na consideração da responsabilidade de cada ser em seu próprio lugar (Arán; Ponce, 2022), à luz da responsabilidade exercida por outros agentes de igual modo únicos.

Logo, tanto no domínio de sua filosofia quanto no desenvolvimento de sua obra posterior, como a análise do romance dostoievskiano, Bakhtin sustenta o postulado básico de que não há vida realmente vivida nos limites de uma única consciência. Ao descrever os momentos de contemplação do corpo do outro no espaço, ponto de partida da noção do estético (Bubnova, 2013), o autor ilustra tal princípio. Segundo Bubnova (2013), o privilégio dado ao estético no interior de tal discussão ocorre porque, para Bakhtin, antes de constituir-se em uma área autônoma da atividade humana, o estético é ontologicamente inerente às relações arquitetônicas por meio das quais se organiza a subjetividade e o dizer, mediante as modalidades principais de relação com o outro.

Desse modo, dentro do quadro artístico, Bakhtin (2020) trata dos momentos simultâneos de empatia e exotopia. No primeiro, apreende-se o objeto de visão do seu próprio interior; no segundo, situa-se essa individualidade compreendida mediante

a empatia fora dela mesma, num retorno à posição inicial externa ou extralocalizada de observação. Somente o retorno do eu a si mesmo pode dar forma estética ao objeto empaticamente vivido como individualidade unitária, íntegra, qualitativamente original. Em outras palavras, é preciso transgredir e exceder o objeto para completá-lo enquanto realidade distinta e, logo, encontrar sentido para ele, o qual certamente decorre da não coincidência de lugares distintos e únicos ocupados por sujeitos singulares.

Por conseguinte, conforme Bakhtin (2020), o sujeito vive ativamente a empatia com a sua individualidade, não perdendo, nem por um instante, a si mesmo (seu lugar único fora dela). Nisto consiste a produtividade e a novidade do ato: "mediante a empatia se realiza algo que não existia nem no objeto da empatia, nem em mim antes do ato da empatia, e o existir-evento se enriquece deste algo que é realizado, não permanecendo igual a si mesmo" (Bakhtin, 2020, p. 62).

Por outro lado, Bubnova (2013) afirma que "embora a ética fundamentada na responsabilidade seja de caráter inato ou intuitivo, ela não é de índole apriorística" (Bubnova, 2013, p. 13), o que se coaduna com a observação de Faraco (2017) sobre ser a axiologia, e não a ontologia, o grande fundamento do projeto filosófico bakhtiniano. Na visão desse último intérprete, para Bakhtin, "o ser não é dado (ente primário), mas só é dado na relação; não precede nem define a relação, mas é definido pela relação. Decorre daí o primado da alteridade na filosofia bakhtiniana, a absoluta necessidade constitutiva do outro, do olhar do outro, da memória do outro." (Faraco, 2017, p. 48).

Ainda no contexto de criação estética, háo conceito de autoria, que designa o elemento formal responsável pelo acabamento

da obra. Mais especificamente, refere-se a um tipo particular de relação estabelecida entre uma posição axiológica e as demais posições que ela define a partir do lugar único e necessariamente externo. Apesar dos contornos teóricos específicos que cercam a discussão sobre as noções de autor e autoria na ADD, os quais não devem ser desconsiderados (alguns já mencionados anteriormente), a discussão de tais conceitos pode fundamentar análises também de gêneros externos ao domínio estético. Isso porque todos os tipos de enunciado encontram-se organizados em torno de uma posição ou intenção "extraposta" em relação ao alvo de interesse, seja esse um personagem (no romance, por exemplo), seja esse um assunto (nos demais gêneros).

Em última análise, há sempre, por meio da enunciação, um projeto enunciativo, sendo o enunciado necessariamente "a realização concreta do projeto de responder, de (re)significar, de se posicionar" (Ribeiro, 2018, p. 105). Tal "projeto enunciativo" viabiliza a autoria, percebida como a vontade criativa única e a posição diante da qual se pode reagir (Bakhtin, 2010). Em uma outra formulação, a autoria é o centro valorativo que dá substância ao enunciado e constitui sua condição de existência.

À vista desse panorama, particularmente da tensão entre a instância individual criativa e a dimensão social organizadoras do enunciado, o objetivo geral do estudo é examinar o conceito de autoria na concepção bakhtiniana, situando sua importância para o estudo das criações verbais. Sendo assim, constituem-se objetivos específicos da pesquisa: i) definir a autoria como posição estética criativa organizadora do enunciado e a sua relação com os conceitos de forma arquitetônica e de forma composicional; ii) averiguar em que medida a noção de autoria, no plano estético, se estende à análise de um enunciado de natureza diversa ao romance.

O estudo segue a abordagem de pesquisa qualitativa com finalidade descritiva, tendo em vista o objetivo de caracterizar o fenômeno da autoria. Quanto ao procedimento adotado para coleta de dados, o trabalho consiste em um estudo bibliográfico e, nesse campo, utiliza a revisão narrativa. Tal método permite a participação do pesquisador na indicação dos elementos teóricos a seres descritos e discutidos e realiza o tratamento dessas contribuições a partir de um modelo de investigação não exaustivo ou sistematizado (Ogassavara *et al*., 2023). Além disso, a pesquisa também é documental, por utilizar fontes primárias – as charges –, nas quais se demonstrou, em termos práticos, a posição autoral.

Assim, de forma panorâmica e segundo os objetivos de pesquisa, este trabalho realiza a consulta a fontes teóricas do campo da teoria dialógica da linguagem e de sua vertente brasileira de estudos, a análise dialógica do discurso (ADD). Do primeiro grupo, foram considerados sobretudo os estudos de Bakhtin (2002, 2010, 2020, 2023) e Volóchinov (2021); do segundo, os trabalhos de Sobral (2009), Bubnova (2013), Sobral e Giacomelli (2015) e Queiroz (2017). Semelhante escolha foi feita em razão de as obras abordarem, em algum grau, a discussão sobre o tópico da autoria e, a partir disso, da representação das relações eu-outro na dinâmica de criação do enunciado. Para o melhor aproveitamento do material consultado, realizou-se o fichamento dos textos, de modo a mapear suas principais interlocuções com os objetivos desta pesquisa.

Isso posto, na sequência desta exposição inicial, na qual se apresentou o recorte bem como o tipo de pesquisa, o leitor encontrará, respectivamente: duas seções de fundamentação teórica, nas quais o conceito de autoria é aprofundado

e tensionado com outros elementos teóricos da concepção dialógica da linguagem; uma seção de análise, momento de ampliação do escopo teórico-analítico do conceito bakhtiniano de autoria pelo exame de seu funcionamento no enunciado de uma charge; uma última seção de considerações finais, onde é feito um levantamento dos principais resultados obtidos no percurso teórico-analítico anterior, como forma de sintetizar as suas contribuições e dar um fim, ainda que sempre provisório, ao trabalho.

1 O ser da vida e o ser da linguagem: modalidades autorais

Conforme Sobral (2005), a proposta do Círculo de Bakhtin de não considerar os sujeitos nem apenas como seres biológicos nem apenas como seres empíricos permite pensar em um sujeito situado, o que envolve considerar a "situação social e histórica concreta do sujeito, tanto em termos de atos não discursivos como em sua transfiguração discursiva, sua construção em texto/discurso" (Sobral, 2005, p. 23). Por causa dessa dupla articulação na formulação do conceito, "o sujeito bakhtiniano [...] passa a habitar uma determinada 'periferia' coletiva, onde **dialoga** com as diferentes vozes sociais de seus pares" (Keske, 2009, p. 12, grifo próprio).

Nesse contexto, o termo "concreto" corresponde, na perspectiva dialógica, à condição de efetiva realização de um pensamento, que assim se faz vivo e participante e se torna realmente existente, visto que pensado particularmente **por alguém**, isto é, a partir de um centro valorativo único. Aplicado à noção de sujeito, o signo "concreto" funciona como um índice teórico conciliador entre o ser histórico produtor do enunciado e

o ser que se mostra no discurso. Desse modo, assume-se como sujeito concreto a voz ou a posição que constitui, na linguagem, uma representação do sujeito físico, processo referido mais acima como "transfiguração discursiva". Por isso, "o autor bakhtiniano é um autor de linguagem e não um sujeito concreto em termos ontológicos, embora para o Círculo não possa haver autor sem sujeito concreto" (Sobral, 2009, p. 65).

À vista disso, a noção de autor-criador não deve ser confundida com a de indivíduo-autor ou autor-pessoa, isto é, a de autoria enquanto os direitos de um sujeito histórico (o sujeito empírico) por uma dada produção. O autor-criador é um componente da obra, assim como o são os personagens, enquanto o autor-pessoa é o ser de existência real, que, ao refratar o mundo, projeta uma posição que é também refratante de outras visões que comporão o universo estético da produção.

Logo, o autor-criador é a presença reelaborada do sujeito histórico – que aparece perspectivado sob uma certa moldura – e, simultaneamente, a condição de existência para as outras posições que, do seu lugar invariavelmente externo, ele conclui. Por meio dessa posição de princípio, produtiva e criadora (Bakhtin, 2023), o autor-pessoa plasma-se no interior da obra, instituindo-se como seu elemento-pivô. Na ausência do vínculo com essa consciência, o outro par da relação, o personagem (ou herói), torna-se aleatório e perde a sua forma, o seu acabamento. A recíproca dessa equação é também verdadeira, pois o autor só existe (só é percebido) no produto (e no processo) criado, não podendo apreender-se a si mesmo isoladamente. Por outro lado, a localização externa do autor não implica a sua indiferença quanto ao acontecimento que promove, pois sua posição é compreensiva em relação ao sentido axiológico do que realiza e, portanto, participante (Bakhtin, 2002).

Sendo assim, assumir uma identidade entre o autor-criador e o autor-artista mostra-se também improdutivo do ponto vista do que Bakhtin (2020) discute sobre a insuficiência da empatia estética na composição da unidade do existir-evento. Segundo o autor, não basta apenas ao sujeito conhecer completamente o objeto externo de observação como a si mesmo: o existir singular em seu caráter de evento apenas existe quando o autor vive o ato com sua ação responsável do interior, e não do interior de seu produto tomado abstratamente.

Nessa lógica, o movimento do autor-pessoa com relação à obra não é ativo, pois, extraído da relação em que viveria em corpos alheios, a ele só é possível descrever o ato criativo, ficar-lhe às margens, sem realizá-lo de fato. Portanto, na condição biográfica, o autor não figura como parte da disposição arquitetônica do ato, a qual, englobando a posição autoral criativa e os personagens, o determinaria a partir do centro valorativo irradiado do interior de sua visão autoral enformadora do objeto estético. Ainda sobre a não coincidência entre o autor, como instância formal-estética criativa, e o indivíduo-autor, é oportuno resgatar o que afirma Sobral (2009):

> A partir das formulações do Círculo, pode-se assim dizer que, tanto em termos de estilo como da própria estruturação da obra e dos discursos em geral, o discurso não se confunde com o indivíduo-autor, sendo antes aquilo que lhe constitui como tal na própria obra; e ele o faz por meio da forma e do material, em interação com o herói e com o ouvinte. O autor, o autor em geral e não só o literário, é facilmente identificável como "imagem-objeto", mas não é parte da intenção, nem do projeto do locutor; esse autor concreto não é o criador da palavra nem do discurso enquanto "autor de seu próprio enunciado" (Bakhtin, 1997, p. 336). Logo, a existência do autor concreto é pertinente porque está incorporada ao autor do discurso, ao autor que dá forma, que molda o material textual. (Sobral, 2009, p. 66).

Essa passagem de Sobral (2009) alude à discussão de Bakhtin (2002) sobre forma arquitetônica e forma composicional, a qual se constitui também como um meio propício de compreensão da autoria na perspectiva dialógica. Para o filósofo, enquanto a forma composicional diz respeito ao todo da obra na condição de material organizado, a forma arquitetônica se refere à instância de expressão da atividade de um sujeito esteticamente ativo que a forma composicional realiza. Na próxima seção, são trazidos mais detalhes acerca desses dois conceitos, a fim de fundamentar adequadamente a compreensão do autor como uma personalidade fundamentalmente alteritária.

2 Autoria, um processo de mão-dupla: o jogo dinâmico derelação das posições no todo artístico

Na forma arquitetônica, o sujeito experimenta o todo técnico-formal da obra no contexto de uma relação axiológica ativa com o conteúdo. A relação entre forma e conteúdo é apreendida por Bakhtin (2002) da seguinte maneira:

> chamamos de conteúdo da obra de arte [...] à realidade do conhecimento e do ato estético, que entra com sua identificação e avaliação no objeto estético e é submetida a uma unificação concreta, intuitiva, a uma individualização, a uma concretização, a um isolamento e a um acabamento, ou seja, a uma formalização multiforme com a ajuda de um material determinado. O conteúdo representa o momento constitutivo indispensável do objeto estético, ao qual é correlativa a forma estética que, fora dessa relação, em geral, não tem nenhum significado. (Bakhtin, 2002, p. 35).

Por sua vez, o material, ainda segundo Bakhtin (2002), é o elemento técnico-artístico que não entra como um componente

do objeto estético, antes apenas o objetiva atuando em sua impressão. O material determina esse objeto pela sua natureza, por exemplo, linguística, e funciona simultaneamente como lugar e meio de realização inteira da forma.

Assumidas essas definições, entende-se que o autor-criador, a posição discursiva engendradora do enunciado artístico, é o responsável por operar a individualização do conteúdo a partir de um dado material. Em sua atividade produtiva, ele extrapola os limites da forma material, ou melhor, supera seu caráter determinado e extraestético de coisa ao fazê-lo deixar de existir como um material percebido e organizado de modo cognitivo, passando a ser a expressão de uma atitude valorizante que penetra no conteúdo e o transforma.

Queiroz (2017) observa que o conteúdo também é essencialmente ético, e que o domínio ético corresponde à vida, ao pessoal, ao político e ao social. Unindo-se o comentário da autora à definição bakhtiniana desse conceito já apresentada, compreende-se que o conteúdo é um elemento da vida real escolhido como alvo de uma apreciação e, consequentemente, de um redimensionamento valorativo – dada a impossibilidade de se acessar um dado que já não se apresente valorado. Nesse sentido, a realidade pode ser tomada como um fato externo ao enunciado artístico, mas também como seu componente intrínseco, como elemento transfigurado. Sim, para Bakhtin (2002), a vida e a arte se misturam sem se identificarem completamente, e a particularidade do estético mostra-se, então, na capacidade de acolher a realidade pré-existente e alçá-la a um novo plano axiológico para reordená-la.

Bakhtin traz um exemplo bastante ilustrativo do processo de surgimento da forma arquitetônica considerando não apenas o autor-criador de um dado objeto artístico, mas também o indivíduo que o percebe:

> durante a leitura ou a audição de uma obra poética, eu não permaneço no exterior de mim, como o enunciado de outrem, que é preciso apenas ouvir e cujo significado prático ou cognitivo é preciso apenas compreender; mas, numa certa medida, eu faço dele o meu próprio enunciado acerca de outrem, [...] como a expressão adequada da minha própria relação axiológica com o conteúdo [...] Assim, a forma é a expressão da relação axiológica ativa do autor-criador e do indivíduo que percebe (co-criador da forma) com o conteúdo (Bakhtin, 2002, p. 59).

A partir de tais premissas, o filósofo formula propriamente uma noção de autor. Ele afirma que, apenas como um momento da forma artística, o homem pode realizar-se como criador, pois nela sua subjetividade encontra uma objetivação específica e torna-se uma subjetividade criativa culturalmente significante. Em suas palavras, "o autor é a atividade, organizada e oriunda do interior, do homem como totalidade, que realiza plenamente a sua tarefa, que não presume nada além de si mesmo para chegar à conclusão" (Bakhtin, 2002, p. 68). A ênfase na vivência primariamente interna do autor no desenvolvimento de sua atividade não pode ser entendida adequadamente à parte das considerações sobre a arquitetônica que Bakhtin (2020) cuidadosamente elabora em *Para uma filosofia do ato responsável:*

> Consideramos oportuno lembrar que viver do interior de si mesmo, partindo de si mesmo nas próprias ações, não significa de jeito algum viver e agir por si. [...] O eu-para-mim constitui o centro da origem do ato e da atividade de afirmação e de reconhecimento de cada valor, já que este é o ponto singular no qual eu responsavelmente participo no existir singular [...]. O que pretendemos fornecer é uma refiguração, uma descrição da arquitetônica real concreta do mundo dos valores realmente vivenciados, não governado por um fundamento analítico, mas com um centro de

> origem realmente concreto, seja espacial ou temporal, de valorações reais, de afirmações, de ações, e cujos participantes sejam objetos efetivamente reais, unidos por relações concretas de eventos no evento singular do existir (Bakhtin, 2020, p. 122-123).

De fato, em momento anterior a essa passagem, Bakhtin (2020) já havia assinalado ser a correlação com o sujeito o ingrediente essencial da concretização do ato, capaz de o tornar um momento do mundo real vivido, livrando-o da abstração. Ainda acerca do par interior-exterior, Bakhtin (2002) diferencia a personalidade ativa criadora da personalidade passiva criada, afirmando, acerca desta última, que

> sua determinação é visível, audível, é uma determinação formalizada, é a imagem do homem, a sua personalidade exteriorizada e encarnada. Por outro lado, a personalidade do criador é invisível e inaudível, mas é interiormente experimentada e organizada como uma atividade que vê, ouve, se move, se lembra, uma atividade não encarnada, mas que encarna, e em seguida já está refletida no objeto formalizado. (Bakhtin, 2002, p. 68).

De modo semelhante, em *O autor e a personagem na atividade estética*, Bakhtin (2023) afirma que a relação estabelecida com o autor determina o objeto, nesse caso, o personagem, conferindo-lhe um rosto. Também observa que tal determinação não é imediata, pois o personagem apresenta-se em uma aparência difusa, que provocará também respostas variadas do autor. Em razão disso, o autor terá de inteirar-se amplamente da verdadeira diretriz axiológica do personagem (sua consciência, sentimento e desejo de mundo) até constituir-lhe finalmente uma feição em um conjunto estável e necessário (Bakhtin, 2023).

São traçados, assim, os pilares da arquitetônica bakhtiniana – "objetos reais em inter-relação real, que se dispõem ao redor de um centro concreto de valores" (Bakhtin, 2020, p. 124). Acerca dessa definição, bem como a propósito do conceito de centro valorativo como sendo o lugar da ação do sujeito e a unidade emotivo-volitiva do ato de onde o mundo aparece em sua "multiplicidade concreta", é pertinente observar a leitura de Queiroz (2017), a qual, diga-se de passagem, explicita a influência kantiana sobre Bakhtin:

> O ser ativo e participante entende que é parte do diálogo com outros seres e de forma responsável, ativa e criativa participa do mundo da vida e da cultura. Aqui também [Bakhtin] dialoga diretamente com Kant, porém refuta a ideia de que a arquitetônica está na razão pura quando diz que "este centro não é imanente" e que o sistema em si só é possível em correlação com o ser no mundo da vida. Enquanto para Kant a arquitetônica é a arte dos sistemas da razão pura, e está na ideia formal, para Bakhtin a arquitetônica só existe no ato, na relação com o ser no mundo da vida e em relação com outros seres, pois é este que dá sentido à arquitetônica do mundo vivido e faz acontecer a partir dos valores que coloca em seus atos de comunicação, isto é, em seu existir-evento como ser único e historicamente situado. (Queiroz, 2017, p. 632).

Com base nessa distinção e nos escritos de Bakhtin (2023), pode-se concluir que a arquitetônica da visão dialógica de linguagem nomeia a estrutura ou o conjunto formado e condicionado por uma vivência de reação ativa de criação de valores – objetivada em um produto cultural de significação estável, mas nunca experimentada psicologicamente como processo criativo –, que instaura um quadro de relações de onde emergem e se estabilizam outras visões. No romance, essas correspondem aos personagens, com suas posições volitivo-

emocionais específicas e particulares frente ao autor-criador. Para clarear as informações até então expostas, apresenta- se a seguir uma breve comparação entre os elementos da obra artística e os vértices e as retas de uma forma geométrica. Antes, como contextualização de tal analogia, reproduz-se os resultados localizados pela busca da entrada "vértice" no dicionário *on-line* Priberam. Com exceção da segunda definição encontrada, mais específica, todas as demais acepções do termo "vértice" podem ser associadas, em algum grau, ao papel do autor no princípio de acabamento dos demais elementos com os quais trava relação.

> 1. Parte mais elevada. = ALTO, CIMO, CUME
> 2. [Anatomia] Ponto mais elevado da abóbada craniana. = CALOTA
> 3. [Geometria] Ponto de convergência dos lados da pirâmide.
> 4. [Geometria] Ponto de encontro de duas ou mais retas.
> 5. [Figurado] Grau supremo; ponto culminante. (Vértice, 2025).

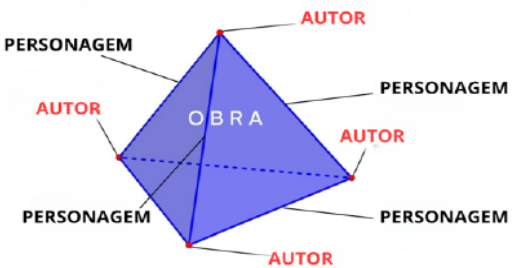
No caso da primeira e da quinta definições, "alto" e "supremo" podem ser tomados figurativamente com o sentido de "distância qualitativa" ou "visão superior" e assim traduzir o ângulo privilegiado do autor-criador frente ao personagem – alvo de sua determinação criadora. Por essa razão, somente o autor-criador é dotado de uma "onisciência" que o permite dar ao personagem o essencial acabamento, isto é, sua representação como valor (Bakhtin, 2023).

Além disso, de acordo com a segunda e a terceira definições do termo "vértice", haja vista que a atividade estética propriamente dita começa justamente quando se retorna a si mesmo (Bakhtin, 2023), o autor também é, pelo lugar único que ocupa, o ponto de convergência do acontecimento estético. Semelhantemente, o personagem pode ser representado pelas retas, formas delimitadas, de uma a outra extremidade, pelos vértices. Aplicando-se em mais um sentido a analogia, pode-se

perceber a atividade do autor como bidirecional, pois parte do seu interior e alcança o personagem, envolvendo-o e estabilizando-o dentro dos limites da consciência autoral.

A figura reproduzida a seguir, com a forma de uma pirâmide triangular, esboça os elementos da obra artística discutidos, explicitando o autor como eixo causalístico do personagem e da obra:

Figura 1 - Elementos da obra artística segundo Bakhtin (2023)



Fonte: Elaboração própria.

Nesses termos, o personagem, em toda sua extensão valorativa, isto é, nos modos de sua reação ao mundo, desvela a influência autoral porque é efeito da tensão estabelecida entre ele mesmo, que vai assim ganhando forma, e o autor, que, do interior de si e de fora do objeto enformado, é o agente dessa dinâmica. Isso porque a consciência transgrediente do autor fixa uma imagem para o personagem, transgrediente porque o ultrapassa, dando um passo à frente dele fora de qualquer alinhamento, combinação, sincronia, semelhança, identificação (Bakhtin, 2020).

Para Bakhtin, a literatura e a arte em geral são entendidas como superideologias no sentido de que elas refratam as refrações de todas as outras esferas ideológicas (Grillo, 2009). Desse

modo, embora se deva atentar para a tentação do esteticismo discutida por Bakhtin (2010) – que cria a ilusão de haver, no plano estético, uma vitalidade maior, quando ainda persiste, e a separação entre o ato e o produto –, não se pode esquecer o outro pressuposto bakhtiniano de que "o mundo estético está mais integrado à totalidade responsável da vida que, por exemplo, as esferas teóricas da existência (a cognição pura)" (Bubnova, 2013, p. 16). Sendo assim, a seção seguinte parte dessa última premissa para orientar a utilização do conceito de autoria no tratante a enunciados que extrapolem a estrutura do romance, tarefa para a qual se toma, como exemplar de análise, a charge.

3 Proposta de transposição: autoria na charge continuada

Neste trabalho, tem-se visto que a discussão bakhtiniana sobre as relações eu-outro no romance são, de alguma maneira, uma referência não apenas para o estudo do conceito específico de autoria no plano de existência estético, mas também para outros domínios de produção humana que constituem semelhantemente momentos do existir real – quando abarcados por uma consciência responsável. À vista disso, cabe agora apresentar algumas razões da adequação de se nomear como autor não apenas o produtor de obras literárias, mas o de qualquer tipo de enunciado, na linha de Sobral (2009), o qual aponta que tal abordagem

> se justifica se pensarmos que, embora reconhecendo a especificidade dos discursos aos quais se costuma atribuir um autor, o Círculo considera os atos do discurso parte do conjunto dos atos humanos em geral – e todo agente de um ato humano é, nesse sentido, "autor" de seus atos. (Sobral, 2009, p. 61).

Tensionando entre si esses dois contextos em que se realiza a autoria, literário e geral, o autor chega à seguinte conclusão quanto às suas particularidades:

> O que há de diferente é (1) o tipo de distanciamento entre autor e tópico que a obra estética implica (a transfiguração estética do mundo) e, (2) de modo geral, a existência, na obra literária, mesmo poética, da representação de agentes e de suas ações como personagens do mundo da obra, o mundo "criado" por ela, o que afasta o discurso estético, ainda mais do que os outros, do que seria uma reprodução da realidade, de resto inexistente. (Sobral, 2009, p. 63).

Portanto, também no domínio extraestético, "o enunciado não é uma composição semiótica, mas a tomada de posição de um sujeito falante por meio de tal composição semiótica" (Haye; Larraín, 2018, p. 80). Um enunciado como a charge, por exemplo, nasce da decisão de um sujeito frente a questões sobre as quais ele se posiciona valorativamente quando age para responder aos temas que lhe instigam (Gonçalves, 2019). Procedendo dessa forma, o autor da charge enforma o objeto-alvo de sua ação, não mais um personagem, mas seu tópico.

Logo, assim como no romance o personagem é propriedade da obra, e não uma realidade pressuposta, na charge, o tópico advém da relação entre duas consciências, "dois grandes centros". A distância entre um e outro tipo de enunciado restringe-se, como apontado, ao tipo de relação mantida entre o autor e esse tópico. Nesse sentido, a escolha do gênero com a sua expressividade de entonação específica (Bakhtin, 2023) é uma das formas de manifestação desse posicionamento.

A título de exemplo, Falcão (2024) aborda, com base na teoria bakhtiniana do gênero discursivo, a charge como uma evidência de que "o discurso se molda à forma do enunciado

que pertence a um sujeito falante, revelando especificidades da comunicação, como a necessidade de uma temática que se revela no objeto do sentido" (Falcão, 2024, p. 8). Como exemplo, analisando cinco charges publicadas no Instagram sobre o discurso do ex-presidente do Brasil (2019-2022) durante a 75ª reunião da Assembleia Geral da ONU em 2020, a autora observou que a utilização da charge para abordar o tema da "cristofobia" não é fortuita, pois o sujeito "reconhece nesse gênero a possibilidade de instalar sentidos que não só se opõem àquele do púlpito da ONU, mas o ironizam, colocando-o num lugar de escrutínio, expondo-lhe as contradições" (Falcão, 2024, p. 8).

Um caso semelhante é o das charges produzidas em apoio ao ilustrador Nando Motta, em dezembro de 2021, após a divulgação da notícia de que o artista havia sido processado por Luciano Hang devido à correlação da imagem do empresário com a de monstros assassinos do cinema em uma charge. Tomou-se esse conjunto de produções como campo de definição de corpus por representarem, dentro do universo artístico, réplicas atuais do gesto coletivamente organizado de protesto contra o silenciamento intitulado Charge Continuada[1] , movimento cujos frutos são colhidos até hoje (visto que permanece ativo quando outros colegas cartunistas sofrem algum tipo de retaliação), tendo ainda alcance em reportagens escritas e lives[2] criadas a fim de potencializar as discussões da temática da liberdade de expressão (Liberatti, 2022).

1 O nome, proposto pelo cartunista brasileiro Duke, designa a ação artística de resistência à censura realizada pelos artistas do desenho em apoio ao chargista Renato Aroeira, em junho de 2020, em consequência da denúncia de uma de suas obras conduzida pelo ex-ministro da justiça André Mendonça. Desde então, o termo passou a intitular eventos semelhantes de protesto contra a criminalização de charges, como o que ocorreu em relação a Nando Motta em dezembro de 2021.

2 Um exemplo de reportagem é a divulgada pelo portal Uol no dia 18 de junho de 2020: AROEIRA: "O chargista não desiste" de combater a censura. Uol, 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/06/18/aroeira-o-chargista nao-desiste-de-combater-a-censura.htm. Acesso em: 19 mar. 2024.

Para coleta dos exemplares de análise, foi feita uma visita à página do Instagram @somostodosnando, espaço de compartilhamento das produções voluntárias dos cartunistas em solidariedade a Nando Motta. Atualmente (até o dia 17 de setembro de 2025), a página conta com 413 seguidores e 113 publicações. A mais antiga é referente à data de 20 de dezembro de 2021 e corresponde à mesma imagem usada na foto de perfil: a charge criminalizada de Nando Motta cortada, cujo enquadramento, na plataforma, permite ver apenas o desenho de Luciano Hang. Por ser a deflagradora do evento, escolheu-se analisar essa produção juntamente com uma das centenas Para coleta dos exemplares de análise, foi feita uma visita à página do Instagram @somostodosnando, espaço de compartilhamento das produções voluntárias dos cartunistas em solidariedade a Nando Motta. Atualmente (até o dia 17 de setembro de 2025), a página conta com 413 seguidores e 113 publicações. A mais antiga é referente à data de 20 de dezembro de 2021 e corresponde à mesma imagem usada na foto de perfil: a charge criminalizada de Nando Motta cortada, cujo enquadramento, na plataforma, permite ver apenas o desenho de Luciano Hang. Por ser a deflagradora do evento, escolheu-se analisar essa produção juntamente com uma das centenas de peças dialógicas instauradas a partir dela, isto é, uma das charges que continuaram a voz de Nando Motta.

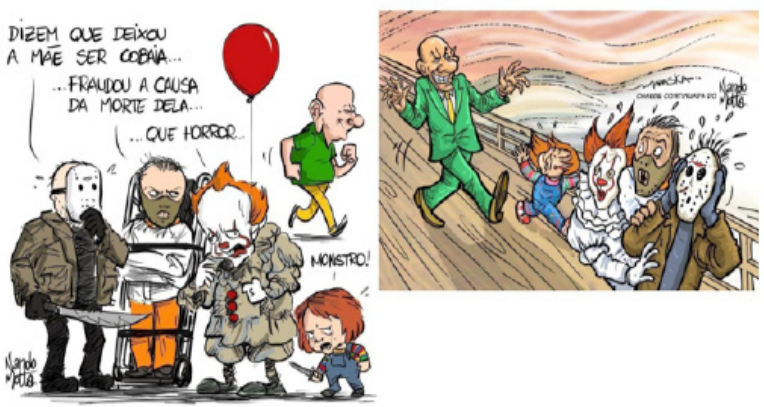
Como critério de seleção da charge continuada, considerou-se a persistência da associação icônica de Luciano Hang ao mesmo grupo de vilões do universo do terror trazidos por Nando Motta (Jason, Hannibal, Pennywise e Chucky), além da mudança do cenário onde se passa a relação entre tais personagens e o empresário, o que abre um quadro singular de sentidos sobre esses sujeitos. Nesse viés, para atender ao objetivo de compreender

a formação da autoria, partiu-se das seguintes categorias de análise: de um lado, a valoração de Hang; de outro, a valoração dos monstros.

A extração se deu pela ferramenta de captura de tela do Windows 11, pela qual também foi feito um recorte da imagem da charge que incluiu a sua legenda e omitiu informações de interesse pessoais, como quantidade e identidade dos seguidores que reagiram à publicação, a fim de não mobilizar dados que possam, de algum modo, prejudicar a idoneidade do trabalho.

Consequentemente, dentre as réplicas que satisfaziam os dois critérios, elegeu-se, por amostragem aleatória simples (AAS), a obra do cartunista Marcelo Maraska, o qual se volta engenhosamente à terceira arte, à pintura, para manifestar sua solidariedade ao colega processado. Dessa forma, o artista reproduz o esquema básico de formas, cores, fundo e personagens da tela expressionista *O grito*, de Edvard Munch, sem perder de vista os elementos da obra de Nando Motta, como se nota adiante:

Figura 2 - Comparação entre a charge de Nando Motta e a charge de Maraska



Fonte: (Motta; Maraska, 2021).

O enunciado de Maraska revela um autor ao mostrar uma posição que cria e estabiliza um novo estado particular de relações entre as vozes polêmicas do período. Essa posição funciona como uma espécie de "lugar de comando" de onde se pode valorar, e, precisamente nesse último ato, reside a criatividade que confere o estatuto autoral ao artista. Cumpre destacar que a valoração constituída na charge e que traz à tona a autoria não pode ser circunscrita a algum de seus elementos, mas realiza-se no todo da obra. Assim, ela não pode ser reduzida a uma marca localizável na composicionalidade do enunciado. Como tem-se discutido, a autoria criadora – único objeto de interesse desta investigação –, apesar de refletir-se no produto criado, é uma função oriunda de um **processo** (de vivência axiológica de um conteúdo, como posto na discussão da forma arquitetônica).

Nesses termos, a charge continuada descortina uma perspectiva ousada de representação do embate entre censor e censurado, haja vista a ambientação completamente nova dada a Hang em relação ao cenário a que ele aparece ligado na charge de Nando Motta. A charge de Maraska centra-se exclusivamente na valoração desse sujeito como vilão maior sem explicitar as razões de tal sentido, não abarcando nem mesmo o tópico da rivalidade de Hang com os cartunistas. Dessa forma, o artista dá forma imagética à avaliação que, na obra de Nando Motta, foi feita pelo personagem Chucky: "Monstro!".

Sendo assim, a ênfase, em Maraska, desloca-se da reação de Jason, Hannibal, Pennywise e Chucky sobre o que Hang supostamente fez à sua mãe para o tipo de presença representada por ele ao se aproximar dos quatros vilões e, num dualismo, com a subversão dos papéis desses monstros do cinema para o de vítimas face a Hang. Vestindo seu tradicional terno verde com a

gravata e sapato amarelos, Hang sorri e caminha como na charge-evento, agora, porém, com um alvo em direção ao qual projeta seu passo. A relativa inclinação de seu corpo para trás, o pé direito levantado e a expressão facial sorridente operam juntamente o sentido da malignidade e a imagem de um vilão tomando impulso para se aproximar de suas vítimas rapidamente, o que só contribui para aumentar o frenesi silencioso dos personagens que ele segue ao encalço. Não suficientemente, Hang ainda tem os braços e mãos abertas, as quais exibem dedos disformes como os de um monstro.

No lado oposto a Hang, os monstros do cinema, na iminência de serem alcançados, têm todos o olhar voltado para trás, de onde o empresário vem. A clara indicação ao leitor da origem do pânico é um elemento diferencial importante em relação à tela de Munch, em que a personagem aterrorizada tem o olhar direcionado ao plano do espectador. De acordo com as informações disponíveis sobre *O grito*, a proposta de Munch com o quadro estaria ligada a um incidente pessoal da vida do artista[3]. Enquanto passava por uma ponte em Oslo (Noruega) com dois amigos, Munch teve um choque emocional de desespero e ansiedade e buscou traduzir esses sentimentos na pintura.

Já Maraska, na réplica ao célebre enunciado artístico e, na sua esteira, às diversas análises e comentários por ele inspirados, equilibrou a atenção sobre a figura boquiaberta com as novas luzes direcionadas ao sujeito mais atrás na ponte. Na tela de Munch, são dois passantes com identidade indefinida, dos quais se vê apenas a silhueta distante; na charge, há apenas um e central personagem com rosto humano e elementos de vestuário reconhecíveis e inconfundivelmente familiares. Assim, a

3 Essa e outras curiosidades sobre a tela, bem como sobre as diferentes versões da obra produzidas por Munch, podem ser acessadas no site Cultura Genial: https://www.culturagenial.com/quadro-o-grito-de-edvard-munch/.

colocação de Hang no posto de causador da agitação marca o justo momento em que a posição autoral opera o cruzamento entre o diálogo com a obra de arte expressionista e o diálogo com a charge de Nando Motta.

Na extremidade mais distante ao dono da Havan, está o personagem Jason Voorhees, da franquia de terror Sexta-feira 13. A recriação de sua máscara de hóquei para assemelhar-se ao formato do rosto da figura de *O grito*, juntamente ao detalhe das mãos segurando o rosto como um outro índice da aflição frente à calamidade que se abate sobre o personagem, faz com que a charge continuada mantenha a semelhança necessária para que a paródia se estabeleça.

Semelhantemente ao que ocorre na obra de Nando Motta, a sensação de pavor diante da visão do algoz cada vez mais perto é ainda corporificada nas gotículas que saltam dos rostos dos monstros e nos cabelos em pé. Os famosos e respeitados vilões exibem um total atordoamento, causa para, no instinto de autopreservação, protagonizarem o movimento de fuga, como mostra a posição de Chucky, que, mais atrás de Jason, Hannibal e Pennywise, corre, de braços abertos, na mesma direção do grupo. Paralelamente, as expressões faciais denunciam cabalmente a agitação, pois todos os monstros estão gritando, logo, todos exibem, em seus lábios, a expressão precisa de um instante de pânico.

Assim, o enunciado de Maraska deixa ver uma autoria que se vale de um conjunto de detalhes indicativos da repulsa (pelo "monstro" ser uma figura reprovada no "tribunal" digital), do suspense (pelo desenho de uma espécie de clímax narrativo, no qual a vida dos monstros do cinema está terrivelmente ameaçada) e do medo (pelo estado emocional agonístico das

figuras perseguidas, posicionadas mais à frente e, nesse sentido, mais próximas do raio de visão do leitor e, de certa maneira, de sua "compaixão"), fazendo-os convergir na construção do sentido de que, perante à vista de uma personalidade como Hang, o funesto grito é incontrolável e contagiante.

Dessa forma, a polarização do vilão, de um lado, e das vítimas gritando, do outro, repercute a "linha divisória" entre Hang e os monstros presentes na charge de Nando Motta e gera o contraste em relação ao modo proposto pelos artistas para se reagir a esses personagens: frente às decisões de Hang quanto ao tratamento e à morte da mãe (Regina Hang), as ações de Jason, Hannibal, Pennywise e Chucky, em seus respectivos universos ficcionais, ficam em segundo lugar no quesito crueldade e, afora isso, são intoleradas e até mesmo temidas por esses mesmos agentes da maldade. De fato, os feitos questionados de Hang não aparecem no enunciado de Maraska, mas implicitamente sustentam a circunstância visual desenhada, como uma espécie de subtexto que o leitor é provocado a acessar para recuperar os sentidos da produção, essencialmente para justificar o signo tão desaprovador de monstruosidade atribuído a esse ator social.

Na charge continuada em análise, muda-se o enredo, mas **escuta-se a mesma voz interditada, contudo não da mesma forma.** Por isso, em relação às obras de Nando Motta e de Maraska, não se pode falar de uma mesma autoria. Na obra do segundo artista, a posição do autor censurado não é, supondo-se que isso fosse mesmo possível, "reproduzida", mas sim "reacentuada" dentro de um projeto enunciativo irônico fundamentado no flagrante dissenso da cena de monstros completamente desesperados e "em apuros", a despeito (ou, certamente, a propósito) de suas conhecidas personalidades.

Consequentemente, a autoria de Maraska promove um recorte interpretativo sobre Hang ainda mais comprometedor, já que sugere sua tipificação como agente perigoso até para os maiores vilões. Em outras palavras, **como** Nando Motta, Maraska afirma que o empresário é um monstro, mas, **distintamente** dele, modifica tal sentido ao evitar a interpretação do censor da condição genérica de "monstro qualquer", alçando-o ao lugar de agente máximo do terror pela exibição, em plano privilegiado no espaço gráfico da charge, do tipo de figura que Hang é capaz de assustar.

Considerações finais

Este trabalho, situado no âmbito da teoria dialógica da linguagem, investigou as condições instituidoras da emergência da autoria no enunciado em meio às diferentes vozes que o organizam. Nesse contexto, o estudo partiu da importância dada por Bakhtin ao produto estético da comunicação humana como espelho da relação do ser com o mundo (Queiroz, 2017), chegando às implicações de tal visão para a análise das vozes dialogantes e, especialmente, da voz autoral que as recorta, em uma recente versão do gênero charge.

Primeiramente, foram distinguidas as modalidades autorais de autor-criador e autor-pessoa, ao mesmo tempo que assumida a interinfluência dos dois planos criativos na formação do evento discursivo. Definiu-se que o autor-pessoa, enquanto sujeito histórico detentor dos direitos de criação da obra, não pode responder pela criação artística como seu elemento gerador nem pode ser tomado *a priori* e isoladamente como um meio para explicá-la. Isso porque, apesar de ser abarcado pela unidade

estética, o autor-pessoa é apenas a origem psicológica externa da fonte criativa estruturante e estruturada do todo artístico, isto é, do autor-criador, esse sim uma função interna da obra. Sob tal perspectiva, o autor-pessoa passa ao lugar de autor-criador apenas na condição de um outro de si. Por isso, ao comentar sobre a obra, só pode fazê-lo por não estar mais nela implicado, sendo, então, capaz de apreender tal produto à maneira de um objeto colocado diante de si.

Na sequência, viu-se que o processo do fazer artístico é um ato que carrega tanto o conteúdo trazido do mundo ético quanto um posicionamento sobre esse por parte do sujeito que o trabalha através de uma forma e de um material (Câmara Rocha; Silva, 2023). A partir desse tópico, diferenciou-se as noções de forma composicional e forma arquitetônica, destacando essa última como a organização do discurso estabelecida a partir da forma composicional e em termos de uma dada avaliação do discurso pelo autor e de sua recepção ativa e, portanto, como o elemento artístico sobre o qual incide, primordialmente, a atividade autoral (Sobral, 2009). Logo, enquanto a forma composicional diz respeito à forma que regula o material verbal, a arquitetônica corresponde à expressão da atitude do autor (Bakhtin, 2002).

Nesse bojo, discutiu-se como a construção do todo artístico (sua disposição arquitetônica), opera como um edifício interdependente de elementos, haja vista, por exemplo, o fato de o personagem, apenas ao ser abarcado pela compenetração e pela extralocalização da consciência criadora como ser alvo de seu "tratamento axiológico único" (Bakhtin, 2023, p. 46), poder obter uma forma, um acabamento. Sob tal lógica, desenhou-se o cruzamento entre a forma arquitetônica e a autoria ao situar a posição estética criadora no centro desse sistema, lugar que

lhe permite construir a imagem dos personagens, ou, no caso da charge, organizar as valorações que, assim como ocorre no romance, não podem ser encontradas em lugar algum fora do universo semântico da obra.

Por fim, foi realizada a análise de uma charge continuada produzida pelo artista Maraska. Comparando-se a charge de Nando Motta, censurada, em 2021, pelo empresário Luciano Hang, a esse enunciado produzido no mesmo período, constatou-se, no caso de Maraska, uma réplica subversiva, na qual temidos vilões da cultura pop, a princípio retratados pelo artista criminalizado, passam a ser "mocinhos" em apuros frente à aproximação de Hang, visto, no novo enquadre valorativo, como figura fatal por excelência.

O estudo da produção de Maraska evidenciou a possibilidade de se estender a discussão da forma arquitetônica para novos sistemas verbais, o que se acredita trazer uma significativa contribuição aos estudos do discurso de base dialógica por, dentre outras razões, ressaltar a subsunção do produto ao processo, tão defendida por Bakhtin. Isso porque o conceito de arquitetônica coloca a necessidade de se considerar não apenas as condições materiais de um dado enunciado, mas também os elementos dinâmico-estáveis que ensejaram essas mesmas condições. Logo, assumindo-se a ótica da arquitetônica da enunciação, para a qual importa observar – além dos constituintes linguísticos, os sujeitos interagentes, a esfera de produção, circulação e recepção do discurso que engendra o enunciado (Leite; Mello; Martins, 2016) –, o sujeito como centro de tal construção, chegou-se a algumas conclusões sobre a autoria projetada no enunciado de Maraska.

A charge continuada apropriou-se da atmosfera tenebrosa e do estado emocional da famosa personagem central da tela *O grito* para recriar a interpretação negativa de Hang a partir das reações dos vilões a ele. Se a charge de Nando Motta incomodou por mostrá-los perplexos em relação à suposta conduta do empresário com a mãe – sentimento que os levou a nomearem-no, ironicamente, de monstro, propondo indiretamente uma espécie de cisão qualitativa em sua própria categoria, já que os monstros não se percebiam representados nos feitos de Hang –, a charge de Maraska é ainda mais provocativa por reelaborar tamanha desaprovação em pavor extremo.

Assim, para fazer Nando Motta falar em seu enunciado, Maraska refratou as posições em evidente conflito à época, gerando uma voz que se desloca da crítica negativa a Hang pela via dos acontecimentos divulgados sobre sua mãe e focaliza o tipo de personalidade implicada neles, denunciada no assombro coletivo de um grupo de personagens sanguinários. Tal movimento criativo ilustra e ratifica o que foi discutido no trabalho sobre a posição autoral ser constitutivamente alteritária, já que, na construção de um caminho próprio de contestação a Hang, a charge de Maraska não se afastou da causa compartilhada com os demais artistas de fazer ressoar uma voz silenciada, que, por força dessa mesma condição imposta, no caso especial em apreço, terminou por tornar-se mais difundida.

Paralelamente, o percurso de compreensão da autoria na obra de Maraska alude também ao delineamento da forma arquitetônica desse enunciado. A charge continuada analisada deixa ver elementos como um conteúdo, no recorte de escolher tratar menos das notícias ligadas à pessoa de Hang no *hic et nunc* pandêmico e mais dos sentimentos que a sua divulgação gerou (um

conteúdo Paralelamente, o percurso de compreensão da autoria na obra de Maraska alude também ao delineamento da forma arquitetônica desse enunciado. A charge continuada analisada deixa ver elementos como um conteúdo, no recorte de escolher tratar menos das notícias ligadas à pessoa de Hang no hic et nunc pandêmico e mais dos sentimentos que a sua divulgação gerou (um conteúdo não apenas político, mas essencialmente ético pelos valores de humanidade versus monstruosidade levantados); um material, a linguagem híbrida verbo-visual, a mesma do enunciado censurado que se procura repercutir; e, por fim, uma forma arquitetônica, vista na individualização formal, valorativa e valorizante, do conteúdo de Hang como monstro pelo resgate à memória da pintura *O grito* com a intenção de exacerbar, sob os ares alarmantes de uma cena incontroversamente mórbida, a crueldade atribuída ao empresário.

Se a forma arquitetônica "ordena e acaba o acontecimento, independentemente do acontecimento único e sempre aberto da existência" (Bakhtin, 2002, p. 68), pode-se vê-la aqui funcionando na imagem concreta que Maraska decide dar ao momento da história entre Hang e os cartunistas. Tal formalização revela não apenas uma atitude empática para com Nando Motta, no voluntário comprometimento com todas as consequências que poderiam advir da republicação do conteúdo censurado, mas de repúdio pessoal a Hang, dimensionando os aspectos existentes sobre ele na realidade ao tamanho desse projeto enunciativo específico.

Referências

ARÁN, Pampa; PONCE, Ariel Gómez. Ética participativa em Bakhtin. Pandemia e pansemia. *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 57-74, out./dez. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bak/a/C4r5cJVyzmdDRcSfnNZVy5t/. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRAIT, Beth. Linguagem e identidade: um constante trabalhode estilo. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-18, mar. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/ fmcBTKbHMfQLWN8MfL3J45L/?lang=pt. Acesso em: 01 ago. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética:* a teoria do romance. 5 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski.* 5. ed. revista. Tradução, notas e prefácio de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020.

BAKHTIN, Mikhail. *O autor e a personagem na atividade estética.* Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2023.

BUBNOVA, Tatiana. O princípio ético como fundamento do dialogismo em Mikhail Bakhtin. Tradução de Maria Inês Batista Campos e Nathália Rodrighero Salinas Polachini. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 8, n. 10, p. 9-18, abr. 2013. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55173#:~:text=O%20fundamento%20constitui%20o%20ato,como%20deve%20aceitar%20um%20terceiro. Acesso em: 01 ago. 2024.

CÂMARA ROCHA, Ramon Diego; SILVA, Regina Simon. O espaço-tempo enquanto categoria de análise na filosofia bakhtiniana. *Saberes:* Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação, Caicó (RN), v. 23, n. 2, p. 111-135, set. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/31981. Acesso em: 01 ago. 2024.

FALCÃO, Carolina Cavalcanti. Sobre incompatibilidade e estranhamento: o enunciado da cristofobia e suas escalas de sentido em charges online. *Bakhtiniana.* Revista de Estudos do Discurso, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 1-27, jan./mar. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bak/a/4V9rXfQWM4zyfNn4JJwQ7NC/. Acesso em: 01 ago. 2024.

FARACO, Carlos Alberto. Bakhtin e filosofia. *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 45-56, maio/ago. 2017. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/31815/22646. Acesso em: 01 ago. 2024.

GONÇALVES, Tamiris Machado. A *arquitetônica de charges com contornos intolerantes*: discursos sociais em tensão. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://repositorio. pucrs.br/dspace/bitstream/10923/15284/1/000495356-Texto%2BCompleto-0.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Gêneros primários e gêneros secundários no círculo de Bakhtin: implicações para a divulgação científica. *ALFA:* Revista de Linguística, São Paulo, v. 52, n. 1, 2009. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1467. Acesso em: 01 ago. 2024.

HAYE, Andrés; LARRAÍN, Antonia. Campo e enunciado: problema da articulação do discurso. *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 79-99, maio/ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bak/a/v7r9H5Qyvbc5gqjKkQznLHD/?lang=pt. Acesso em: 01 ago. 2024.

KESKE, Humberto Ivan. Práticas sociais da vida cotidiana: o processo comunicacional em perspectiva dialógica. *Intexto*, Porto Alegre, n. 19, p. 100-115, 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/8010. Acesso em: 01 ago. 2024.

LEITE, Francisco de Freitas; MELLO, Patrícia Gomes de; MARTINS, Edson Soares. Pontos de diálogo entre os textos O Problema do Conteúdo, do Material e da Forma na Criação Literária e Os Gêneros do Discurso, de M. M. Bakhtin: algumas possibilidades de aplicação no ensino de línguas. *Signótica*, Goiânia, v. 28, n. 2, p. 363-380, jul./dez. 2016. Disponível em: https://revistas.ufg.br/sig/article/view/34913. Acesso em: 01 ago. 2024.

MOTTA, Nando; MARASKA, Marcelo. *Charge continuada*, dez. 2021. Instagram: @somostodosnando. Disponível em: https://www.instagram.com/somostodosnando/. Acesso em: 18 jan. 2025.

OGASSAVARA, Dante *et al.* Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. *Ensino e Pesquisa*, União da Vitória, v. 21, n. 3, p. 8-21, ago./dez. 2023. Disponível em: https://periodicos. unespar.edu.br/ensinoepesquisa/article/view/7646/5911. Acesso em: 16 set. 2025.

QUEIROZ, Inti Anny. O conceito de arquitetônica na teoria bakhtiniana: uma abordagem historiográfica, filosófica e dialógica. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 625-640, 2017. Disponível em: https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1506. Acesso em: 01 ago. 2024.

RIBEIRO, Kelli da Rosa. Por uma visão dialógica da forma: contribuições do Círculo de Bakhtin para os Estudos da Linguística. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 100-119, maio/ago. 2018. Disponível em: http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1087/511. Acesso: 01 ago. 2024.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. *In*: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin*: conceitos-chave. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-36.

SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero:* as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SOBRAL, Adail. *A filosofia primeira de Bakhtin:* roteiro de leitura comentado. Campinas: Mercado das Letras, 2019.

SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. A concepção dialógica e os dois planos da linguagem e da constituição do sujeito: algumas considerações. *Nonada:* Letras em Revista, v. 1, n. 24, p. 204-223, jan./jun. 2015. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5124/512451510015.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

VÉRTICE. *In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.* Disponível em: https://dicionario.priberam.org/v%C3%A9rtice. Acesso em: 18 jan. 2025.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem:* problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2021.

Enunciação e memória discursiva: análise do verbo “sextar”

Luiz Francisco Dias*
Thalita Nogueira Dias**

Resumo

Este trabalho analisa o funcionamento enunciativo do verbo “sextar” a partir da semântica da enunciação. Com base nos aportes teóricos de Guimarães (1996, 2018) e Dias (2018), observa-se que o verbo opera como predicação autonômica (Nogueira Dias, 2022), abrigando internamente uma formação nominal vinculada à memória discursiva da sexta-feira como marco simbólico entre trabalho e lazer. Foram examinadas seis redes enunciativas, com dados coletados no *X* (antigo *Twitter*). O procedimento de constituição de redes enunciativas está associado à teoria fundamentada (TF), de Glaser e Strauss (1967), evidenciando diferentes modos de atualização da memória e de construção da pertinência enunciativa. A análise demonstra que “sextar” funciona de forma semelhante a verbos de fenômenos da natureza, ativando sentidos mesmo sem sujeito gramatical explícito. Além disso, sua produtividade morfossintática permite usos variados, como gerúndio, infinitivo e formas substantivadas, tornando-se índice de experiências individuais e coletivas. A circulação do verbo revela o entrelaçamento entre linguagem, tempo social e identidade, confirmando que o sentido se constitui na articulação entre memória e atualidade.

Palavras-chave: enunciação; memória discursiva; predicação autonômica; verbo *sextar*; redes enunciativas.

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Linguística. Professor Titular da UFMG. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0819-4797.

** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Estudos Linguísticos. Pesquisadora do Núcleo ENUNCIAR. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1190-7700.

Enunciation and Discursive Memory: An Analysis of the Verb ‘Sextar’

Abstract

This work analyzes the enunciative functioning of the verb *sextar* (to celebrate the arrival of Friday) based on the semantics of enunciation. Drawing on the theoretical contributions of Guimarães and Dias, it is observed that the verb operates as an autonomous predication (Nogueira Dias, 2022), internally housing a nominal formation linked to the discursive memory of Friday as a symbolic marker between work and leisure. Six enunciative networks with data collected from *Twitter* (“*X*”) were examined. The procedure for constituting enunciative networks is associated with grounded theory (GT), by Glaser and Strauss (1967), highlighting different ways of updating memory and constructing enunciative pertinence. The analysis demonstrates that *sextar* functions similarly to verbs of natural phenomena, activating meanings even without an explicit grammatical subject. Furthermore, its morphosyntactic productivity allows for varied uses, such as gerund, infinitive, and substantivized forms, making it an index of individual and collective experiences. The circulation of the verb reveals the intertwining of language, social time, and identity, confirming that meaning is constituted in the articulation between memory and the actuality.

Keywords: enunciation; discursive memory; autonomous predication; verb *sextar*; enunciative networks.

Recebido em: 01/07/2025 // Aceito em: 26/11/2025

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar o funcionamento enunciativo do verbo "sextar" a partir da perspectiva da semântica da enunciação, especialmente nos moldes teóricos propostos por Guimarães (1996, 2018) e Dias (2018). Especificamente, pretendemos descrever como o verbo "sextar" opera como predicação autonômica. Além disso, buscamos examinar, por meio de seis redes enunciativas, os modos de ativação da memória discursiva associados à sexta-feira como marco simbólico entre trabalho e lazer. Por fim, intentamos analisar a produtividade morfossintática e a plasticidade semântico-discursiva de "sextar", incluindo seus usos em diferentes formas verbais (gerúndio, infinitivo, particípio), sua nominalização (o "sextou") e suas variações irônicas, críticas ou identitárias.

Tendo em vista a crescente circulação desse verbo nas práticas sociais contemporâneas, especialmente em redes digitais, interessa-nos compreender de que modo ele ativa uma memória discursiva historicamente constituída, neste caso, a da sexta-feira como marcador simbólico da transição entre o trabalho e o não-trabalho, operando com alto grau de autonomia predicativa e articulando sentidos que se modulam no acontecimento da enunciação. Para tanto, mobilizamos o conceito de predicação autonômica, que se refere àquelas construções em que o verbo abriga internamente a formação nominal que o sustenta, dispensando, assim, uma base predicativa externa (como um sujeito gramatical explícito).

A análise parte do entendimento de que o sentido não se dá apenas na literalidade da forma linguística, mas emerge da

relação entre os traços discursivos memorizados e as forças do presente do enunciar. Nesse sentido, a memória não é concebida como repositório de conteúdos passados, mas como uma rede de já-ditos que se reconfiguram continuamente, como sustentam Pêcheux (1990) e Achard (1999). O verbo “sextar”, ainda que recente, condensa uma formação nominal internalizada (sexta-feira) que aciona o referencial histórico da periodização, tal como proposto por Dias e Nogueira Dias (2024) na categorização dos verbos de fenômenos naturais. A produtividade morfossintática e a versatilidade semântica do verbo serão analisadas por meio de seis redes enunciativas, cada uma delas reveladora de diferentes formas de ativação da memória e de construção da pertinência enunciativa.

Metodologicamente, utilizamos o procedimento de redes enunciativas, que se constitui como instrumento de descrição e comparação entre enunciados, a fim de evidenciar suas articulações formais e discursivas. Os dados foram coletados no *X*[1], espaço digital em que a linguagem se realiza em sua forma mais viva, performativa e circunstanciada. A hipótese que orienta este trabalho é que o verbo “sextar” se comporta de forma semelhante aos verbos de fenômenos da natureza no português, pois veicula um acontecimento social coletivo marcado pela recorrência e regularidade do calendário (a sexta-feira) e que, por isso, sua forma verbal carrega, reorganiza e atualiza sentidos a partir da memória discursiva de periodização.

1 A denominação *Twitter* foi alterada para *X* em 24 de julho de 2023. Essa alteração visou transformar a plataforma em um “super aplicativo” com diversos recursos, como pagamentos e outras funcionalidades, além de mídia social. Apesar da mudança, o *X* ainda é, em larga escala, reconhecido pelo antigo nome.

Memória e enunciação

Pêcheux (1990) critica a concepção neurobiológica da memória como algo individual e localizado no cérebro. Propõe, em contrapartida, que a memória é um corpo coletivo de traços discursivos, inscritos social e historicamente nos discursos, e não na dimensão orgânica ou cognitiva do indivíduo. Essa memória social é um complexo de índices legíveis, preexistente ao indivíduo.

O interdiscurso é o cerne da memória discursiva. Compreendido como o conjunto de formulações anteriores que sustentam novos enunciados, ele é uma exterioridade constitutiva de todo dizer. A memória, assim, não é um conteúdo armazenado, mas uma rede de "já-ditos" que condicionam o possível da enunciação. Pêcheux (1999) argumenta que o sentido é um efeito do trabalho discursivo que mobiliza essa memória interdiscursiva. O discurso, dotado de materialidade sócio-histórica, depende fundamentalmente do interdiscurso para sua constituição.

Achard (1999) corrobora essa visão, defendendo que os implícitos não são fixos, mas efeitos de reconstrução discursiva na enunciação. O sentido de um enunciado depende da relação com outros discursos, sendo o implícito um efeito de interdiscurso, fruto da tensão entre regularidade linguística e história. A memória, para o autor, não restitui frases passadas, mas opera com "derivações de possíveis" em um "jogo de força" entre formas linguísticas e o histórico. Implícitos são reconstruídos na enunciação, desde que permitam inserção por paráfrase.

Essas concepções de Pêcheux (1999) e Achard (1999) fundamentam a noção de enunciação de Guimarães (1996, 2018) e Dias (2018). A enunciação é vista como acontecimento de linguagem, em que a língua funciona pelo interdiscurso, ligando o presente do dizer à memória. A pertinência social de um acontecimento surge quando a memória se relaciona com a atualidade do dizer, reorganizando traços de significações passadas. O “já-enunciado” atua com base em um imaginário memorizado. Guimarães (1996) destaca que a memória na língua não é soma de usos passados, mas condição para o confronto entre o dizível e o presente. As formas linguísticas, em sua latência, são potencialmente “outra coisa” diante da enunciação.

No entender de Guimarães,

> as formas da língua são o que são pela história de suas enunciações. Uma forma é na língua o que ela se tornou pela história de seus funcionamentos na enunciação. [...] o que uma língua é, em certo momento, tem a marca de como ela funcionou nas enunciações em que a língua se pôs a funcionar (Guimarães, 1996, p. 27).

Ele destaca que as formas linguísticas não são fixas ou independentes e, na enunciação, o presente do dizer se confronta com a memória do interdiscurso, produzindo sentido a partir dessa relação.

Dias (2018, p. 86-87) ilustra essa relação entre a memória e o presente do dizer com a análise da manchete “Ei, você aí, me dá um partido aí...” da revista *Veja*, que ecoa a marchinha de carnaval “Me dá um dinheiro aí”. A regularidade gramatical da projeção de objeto do verbo “dar” torna-se crucial para que a memória discursiva encontre um ponto de contato com a pertinência enunciativa da atualidade do dizer. A sobreposição do termo “partido”, no lugar de “dinheiro”, na manchete da revista,

evocando a marchinha, não é meramente uma substituição. Trata-se de um "lugar de contato entre uma memória e uma atualidade, um lugar de apontamento". Essa interdiscursividade permite que a revista atualize o sentido de "partido", imbuindo-o de pertinências relacionadas a interesses financeiros, e não apenas a ideais, no contexto político brasileiro.

Nessa análise, o verbo "dar" arregimenta "lugares de objeto". Esses lugares não são as formações nominais em si ("um partido", "me"), mas os espaços que o verbo projeta para abrigá-las. Um segmento sintático adquire articulação interna porque seus constituintes já participaram de outras unidades, em diversos domínios de enunciação da língua. Por exemplo, o verbo "perder" traz consigo uma "memória de um lugar de objeto", um espaço que já foi ocupado por diversos referentes em enunciados passados (como "livro", "dedo", "amor", "apetite"). Segundo Dias (2018, p. 85-86), essa regularidade de convocação da memória de lugar de objeto persiste, mesmo quando nenhum referente específico o ocupa na enunciação atual ("Quem perde mais, ganha menos").

A concepção de que os lugares de objeto na sintaxe se constituem como espaços para que unidades lexicais adquiram novas dimensões de sentido é central. O fazer sentido não se limita a eventos ou ao tempo cronológico, mas se associa a uma dimensão pressuposta e implícita da realidade objetiva – a instância da memória, ligada à interdiscursividade. A identidade da forma linguística inclui uma dimensão enunciativa, em que a exterioridade assume o caráter de memória social e histórica. O locutor não possui acesso irrestrito a esse campo de memória, pois ele se configura em recortes discursivos historicamente delimitados. Assim, a identidade do linguístico é produzida em

relação com o discursivo. Em suma, a relação constitutiva entre as formas linguísticas (sintaxe e léxico) e a memória discursiva é fundamental para a constituição de sentido e a dinâmica da enunciação.

A articulação entre memória e enunciação revela uma dialética entre estabilidade e ruptura, entre a regularização dos discursos e a irrupção dos dizeres em acontecimento. Como resume Achard (1999, p. 17), a memória é “suspensa em vista de um jogo de força” que redefine os sentidos. Já Pêcheux (1999) destaca que a memória é um “espaço móvel” de conflitos onde o real histórico se inscreve como “outro exterior”.

Essa perspectiva teórica oferece ferramentas para analisar como os discursos se constituem em diferentes domínios (político, midiático, literário etc.), evidenciando a imbricação entre linguagem, história e poder. Ao situar a enunciação no cruzamento entre a materialidade linguística e a memória discursiva, abre-se caminho para investigar não apenas o que é dito, mas como os dizeres se tornam possíveis, e como resistem ou se transformam no tempo.

Enunciação, memória histórica e predicação

Como vimos, em uma abordagem enunciativa, a significação surge da relação entre as demandas do presente da enunciação e a memória de enunciados anteriores, conforme Guimarães (2018). O enunciado é a unidade linguística que se forma a partir dessa dinâmica temporal: sua formulação, estabilizada pelas regularidades da língua, resulta da interação entre os tempos da memória discursiva e as necessidades de significar o

presente. Isso projeta condições de interpretação futuras, após a formulação dos enunciados.

Para Dias (2018), a constituição de sentidos está ligada à dinâmica enunciativa da produção do enunciado. O sentido é constituído pela relação entre o referencial histórico (da memória) e a pertinência enunciativa (das demandas do presente do enunciar) no acontecimento da enunciação. O referencial histórico abrange o memorável de outros dizeres – o "já enunciado" – e os domínios de ancoragem do enunciado, considerando seu funcionamento histórico-social.

O conceito de referencial histórico baseia-se na distinção de Foucault (1969) entre referência e referencial. Dias (2018, p. 99) argumenta que o referente do enunciado, o que é "posto em jogo", não se limita ao "que é dito", mas também ao "de que fala". Essa distinção, embora sutil, é útil para abordar a relação entre linguagem e exterioridade sob a ótica da enunciação. Foucault (1969) considera, por "de que fala", os domínios em relação aos quais palavras ou sintagmas significam, não pelas suas singularidades, mas pelas relações que o enunciado que as absorve estabelece. Essas relações formam um domínio de referências ou referencial.

Em conjunto com o referencial histórico, Dias (2018) propõe o conceito de pertinência enunciativa. Os enunciados também significam pela pertinência enunciativa contraída em determinado espaço de enunciação. O conceito de pertinência não se refere a "dizer algo adequado a uma situação", mas à projeção de um espaço de consistência no presente do enunciar.

Em relação a isso, a pertinência enunciativa diz respeito à adesão do enunciado aos determinantes atuais da enunciação, os quais não se limitam às circunstâncias empíricas, mas abrangem

também os efeitos simbólicos da posição enunciativa. Portanto, essa pertinência não se refere à adequação situacional do dizer, mas às forças de adequação determinadas por quem diz, para quem se diz, por que se diz etc.

Dias (2018) chama de pertinência enunciativa a relação que um enunciado mantém com os determinantes da enunciação na atualidade, incluindo outros enunciados do presente do enunciar. A pertinência enunciativa baseia-se na ideia de adesão. Como seres de linguagem e historicamente constituídos, somos compelidos a responder, interpretar e intervir enunciativamente nas situações. Essa “demanda do presente” é o que se denomina pertinência enunciativa.

No acontecimento enunciativo, formas linguísticas tornam-se formações nominais (FN). O termo “formação nominal”, aqui, é mais abrangente do que aquele utilizado na morfologia, referindo-se ao processo de constituição da nominalidade, que pode se materializar em unidades sintagmáticas simples (“dedo”), complexas (“as árvores floridas”) ou pronominais (“você”). Tradicionalmente, são sintagmas nominais ou grupos nominais. Contudo, a FN pode não se materializar em unidades orgânicas. Ela pode se mostrar pertinente nas articulações sintáticas, sem se materializar como um sintagma nominal externo ao predicado.

Em muitos casos, o verbo carrega a nominalidade, como em “vacinar”, “florir”, “transitar”, “churrasquear”, “siliconar”, “chover”, “ventar”, “trovejar”, “relampejar”. “Vacinar”, “florir” e “transitar” são verbos consolidados, configurando as noções de aplicação de vacinas, surgimento de flores e percurso no trânsito, respectivamente. “Churrasquear” e “siliconar” mostram a produtividade desse processo na formação de novas palavras, significando “churrasco” como evento e “silicone” na aplicação

estética. Nos verbos de fenômenos da natureza ("chover", "ventar", "trovejar", "relampejar"), a presença de nominalidade na perspectiva verbal é ainda mais evidente. "Chover" é "chuva" como evento, e o mesmo ocorre com "ventar", "trovejar" e "relampejar", que representam "vento", "trovão" e "relâmpago" como eventos. Nesses verbos, os eventos não são motivados por um sujeito gramatical externo ao verbo, por isso construções como "Eu chovi" ou "Carlos relampejou" são estranhas ao português. Já "Eu transitei por esta rua", "o canteiro floriu", "Carla siliconou recentemente" são correntes.

Em Dias e Nogueira Dias (2024), propusemos uma abordagem do estatuto enunciativo dos verbos de "fenômenos da natureza" para explicar como formações nominais como "vento", "trovão" e "relâmpago" podem se instalar no âmbito predicativo, gerando predicações autônomas, sem exigir uma base predicativa externa. Nesses casos, a FN no verbo produz uma autonomia predicativa que permite sentenças com apenas um verbo: "Choveu!".

A dinâmica do significar, do ponto de vista da enunciação, exige posicionamento e produção de perspectivas. As formações nominais adquirem pertinência e adesão no enunciado pelas articulações sintáticas. Na articulação predicativa, o verbo sai do infinitivo pela necessidade de posicionamentos e pertinência. Segundo Dias (2015, p. 121), a ocupação do lugar de "sujeito" ativa a predicação pela relação entre o enunciável (referenciais históricos) e a organicidade das articulações linguísticas. A predicação ocorre pelo deslocamento do verbo do estado de virtualidade (infinitivo). Esse movimento é promovido pelas FNs, sejam as que se materializam em sintagmas no lugar do sujeito, sejam as que não se materializam e formam amálgamas.

Em predicados com “fenômenos da natureza”, os verbos têm alta nominalidade, amalgamando-se na própria FN, que funciona como base de predicação. O verbo pode abrigar a FN, base da predicação, caracterizando a predicação autonômica. Nesses predicados, os verbos de fenômenos naturais têm autonomia para condensar a base predicativa e realizar uma predicação autônoma (“ensolarou”), sem explicitar a base (“sol”), e ainda permitem a nucleação de uma base autônoma fora do predicado (“o dia ensolarou”).

Em suma, as formações nominais organizam a constituição da nominalidade, podendo se materializar em sintagmas ou serem carregadas pelo verbo, como em “chover”. Verbos de fenômenos da natureza podem abrigar a FN, gerando predicações autônomas, como “Choveu!”. Veremos que o verbo “sextar” apresenta um comportamento semelhante.

Antes da análise dos dados com esses verbos, vamos apresentar resumidamente os contornos metodológicos da abordagem.

Procedimentos metodológicos

O estudo emprega uma análise enunciativa com metodologia de descrição focada e abordagem qualitativa, utilizando o procedimento de “rede enunciativa”. Esse método está associado à teoria fundamentada (TF), de Glaser e Strauss (1967), que se baseia na observação sistemática, comparação, classificação e análise de similaridades e dissimilaridades de dados. A TF recomenda coleta sistemática e constante comparação e

codificação dos dados para construir memos teóricos que, ao final, formam a teoria.

Redes enunciativas são artefatos metodológicos que evidenciam o espaço integrativo do enunciado, captando articulações de formações nominais (FN), tanto internamente a uma unidade nominal quanto em enunciados sentenciais mais amplos. Uma rede agrupa construções linguísticas para evidenciar articulações, demonstrando relações linguísticas que fortalecem a tese da constituição articulatória da unidade enunciativa, motivada pelo acontecimento histórico da enunciação. A rede é construída em torno de um ponto de observação comum nas construções e se diferencia de outras redes no mesmo campo argumentativo.

A abordagem não exige um *corpus* predefinido; a entrada dos dados é filtrada pela configuração da rede enunciativa. A sistematização dos dados foca nos parâmetros da formação da rede, não na origem das construções linguísticas.

Os dados deste estudo foram coletados, em 2024 e 2025, no "*X*" (antigo *Twitter*), uma rede social que apresenta a língua em uso e capta enunciados em uma dimensão social contemporânea. A seleção manual dos dados na caixa de buscas e a dinamicidade do uso da língua justificam a escolha, sendo o "*X*" uma ferramenta de pesquisa utilizada por diversos pesquisadores[2].

Foram buscadas ocorrências de predicações com suporte orgânico no verbo "sextar", observando-se suas desinências verbais (tempo, número, modo e formas nominais). Esse verbo não aparece dentre os "verbos de fenômeno da natureza" nas gramáticas da língua portuguesa.

2 Dentre esses estudos, destacamos: Baldez (2022), Signorini e Lucena (2023), Mayer (2025), Oliveira e Marciano (2022), Carneiro *et al.* (2025).

Em Nogueira Dias (2022), os verbos considerados de fenômeno da natureza foram distribuídos em três referenciais históricos: afluência (chover, nevar, neblinar e outros), ocorrência (trovejar, ventar, esfriar e outros) e periodização (amanhecer, anoitecer, entardecer).

Sextar: formação nominal, predicação e memória

Apresentaremos a seguir a análise de seis redes enunciativas, tendo em vista os fundamentos teóricos formulados anteriormente.

Quadro 1 – Rede enunciativa 1[3]

(a)	Sextou, sextou! E aí, qual a boa pro fim de semana?
(b)	Sextou né? Me deu uma saudade de aprontar, beber e ficar loucona, me arrumar, se montar toda, passar umas vergonhas bêbada, chegar em casa com o sol estalando e depois ficar arrependida do que eu fiz. Saudades do que eu já vivi 😂😭😵
(c)	Sextou…. e nós tá como?
(d)	Quero guerra com ninguém! Sextou bebê
(e)	Sextou e eu queria só dançar forró e beber um tiquinho. É pedir muito?

Fonte: Elaboração própria.

A rede enunciativa 1 traz enunciados como “Sextou!”, “Sextou, né?” e “Sextou e eu queria só dançar forró...”. Nessa rede, temos a evidência mais marcante da predicação autonômica,

3 Exemplos retirados de: (a) @liruvt (Disponível em: https://x.com/liruvt/status/1938575256362655902); (b) @alvess01_ (Disponível em: https://x.com/alvess01_/status/1580898756790480898); (c) @TonyStark_ofc (Disponível em: https://x.com/TonyStark_ofc/status/1938556984632258630); (d) @soucamilax (Disponível em: https://x.com/soucamilax/status/1921025465516532214/photo/1); (e) @Isa__bel23 (Disponível em: https://x.com/Isa__bel23/status/1580855887337426945). Acessos em: 27 jun. 2025.

tal como definida por Dias (2018): um tipo de predicado cuja base nominal está incorporada no próprio verbo, dispensando a presença explícita de um sujeito gramatical externo. O verbo "sextar" surge, nesse contexto, como resultado de uma formação nominal internalizada, derivada de "sexta-feira", que, por sua vez, carrega forte memória discursiva relacionada à transição entre o trabalho e o lazer.

Do ponto de vista da memória discursiva, "sexta-feira" figura como um indexador da divisão semanal que opõe trabalho e descanso. Essa memória de divisão temporal se atualiza em "sextar", que incorpora o valor simbólico e social do dia, o alívio da chegada do fim de semana, o início da descontração. Conforme o referencial teórico, tal configuração está relacionada à periodização, um dos três grandes referenciais históricos que organizam os verbos de fenômenos da natureza (Nogueira Dias, 2022).

No plano da pertinência enunciativa, a estrutura dessas frases revela uma forte adesão à situação comunicativa contemporânea, em que "sextar" funciona como marcador discursivo de partilha coletiva. Trata-se de uma performance identitária: dizer "sextou" é dizer "eu estou na expectativa/experiência de lazer", sem necessidade de descrição direta. É um ponto de intersecção entre a memória da periodização e a demanda atual por expressar pertencimento social.

Além disso, nota-se que esses enunciados prescindem de estrutura sintática completa: a ausência de sujeito ("eu", "nós" etc.) não compromete a intepretação, pois a base de predicação já está no verbo. A predicação, portanto, é autônoma, porque a forma verbal abriga a formação nominal e ativa sentidos com base em sua relação com a memória coletiva do tempo.

A sentença “Sextou!!!” é perfeitamente compreendida em sua autonomia predicativa. Isso demonstra como a formação nominal “sexta”, embora não materializada como um sintagma nominal sujeito, está semanticamente presente no verbo, tornando-o autossuficiente para expressar o acontecimento da chegada da sexta-feira e, por extensão, o início do período de folga. A memória discursiva, aqui, não apenas fornece a base referencial para o verbo, mas também valida a sua capacidade de operar sem um “sujeito” externo (mas por meio de uma FN incorporada no próprio verbo), algo incomum para a maioria dos verbos em português.

Essa rede confirma a tese de que o verbo “sextar” não depende de uma estrutura sintática tradicional, canônica, mas de uma articulação enunciativa que opera entre a latência da memória histórica (na formação nominal “sexta-feira”) e o presente do dizer.

Passemos agora à segunda rede enunciativa:

Quadro 2 – Rede enunciativa 2[4]

(a)	Sextou em casa, longe dos perigos noturnos
(b)	Sextou com S de sempre em casa
(c)	Mais um sextou em casa 😴
(d)	sextou sem dinheiro na conta
(e)	sextou chovendo não é sextou

Fonte: Elaboração própria.

4 Exemplos retirados de: (a) @iamddz (Disponível em: https://x.com/iamddz/status/1705413111581155720); (b) @fiel_002 (Disponível em: https://x.com/fiel_002/status/1771157501624414337); (c) @Leozim_LZ (Disponível em: https://x.com/Leozim_LZ/status/1811915821091881399); (d) @CLEMENTAUM (Disponível em: https://x.com/CLEMENTAUM/status/1783969627367674133); (e) @reprincesa_ (Disponível em: https://x.com/reprincesa_/status/1494620235567190018). Acessos em: 27 jun. 2025.

Na rede enunciativa 2, observamos enunciados como "Sextou em casa, longe dos perigos noturnos" e "sextou sem dinheiro na conta". Aqui, o verbo "sextar" também opera com predicação autonômica, mas sua atualização enunciativa se dá em tensão com a memória discursiva canônica que associa a sexta-feira ao prazer e à descontração. Em vez de avivar diretamente o imaginário coletivo da diversão, como na rede enunciativa 1, essa rede revela uma frustração dessa expectativa socialmente construída. Há uma torção na regularidade de "sextar", que geralmente pressupõe lazer fora de casa. Nesses usos da rede, essa regularidade da memória está alterada por circunstâncias adversas (falta de dinheiro, chuva, permanência em casa).

Do ponto de vista da memória discursiva, essas construções mobilizam o mesmo referencial histórico da periodização, que define a sexta-feira como fronteira simbólica entre o trabalho e o descanso. No entanto, em vez de atualizar diretamente essa memória de liberdade e celebração, os enunciadores aqui evocam a ausência ou impossibilidade desse rito social. A memória se reorganiza enunciativamente como carência: o que "deveria" ocorrer em uma sexta-feira é substituído por um estado de "desvio". Isso exemplifica a ideia de interdiscurso como espaço móvel (Pêcheux, 1990), em que o sentido não se repete, mas se reconstrói na tensão entre regularidade e ruptura.

Enunciativamente, o verbo "sextar" segue funcionando sem a necessidade de um sujeito externo, reforçando a hipótese da predicação autonômica. Mesmo quando acompanhado por adjuntos como "em casa" ou "sem dinheiro", a base predicativa está condensada na forma verbal. Trata-se de uma nominalidade internalizada que mantém seu núcleo semântico, mesmo sob

modulação circunstancial. O foco, aqui, está na pertinência enunciativa negativa: o presente do enunciar se organiza a partir da negação da expectativa habitual (“sextar com S de sempre em casa”).

Importa notar, ainda, a emergência de um efeito irônico ou melancólico na rede, que só é possível porque o verbo carrega consigo uma memória estável e reconhecível. A negação ou subversão de “sextar” só é inteligível enquanto tal porque há uma expectativa histórica fortemente marcada sobre o que essa forma deve significar. Isso confirma a noção de que a latência da forma linguística (Guimarães, 1996) permite a reconstrução do sentido com base na tensão entre o dito e o que poderia ou deveria ter sido dito ou feito.

Essa rede, portanto, aprofunda a compreensão do verbo “sextar” como um índice temporal e experiencial que, mesmo em sua frustração, continua a operar enunciativamente como marcador de periodização. A negatividade que aparece nos enunciados não anula sua autonomia predicativa, mas a enriquece, demonstrando sua plasticidade semântica no âmbito do funcionamento da memória discursiva e da pertinência enunciativa.

A pertinência enunciativa, neste caso, está na demanda de expressar um “sextar” atípico, em que as circunstâncias atuais (ficar em casa, falta de dinheiro) modificam o sentido tradicionalmente festivo da sexta-feira.

Vejamos, a seguir, a terceira rede analisada:

Quadro 3 – Rede enunciativa 3[5]

(a)	Sextou dando faxina na casa 😭😭😭
(b)	sextou com muito estudo acumulado do cursinho, água pra repor as lagrimas, e minha vitamina ante estresse e ansiedade
(c)	engolindo o choro e trabalhando passando mal, sextou.
(d)	Sextou! O trabalho não para
(e)	Sextou trabalhando e dando like em foto de cerveja no story dos outros

Fonte: Elaboração própria.

A rede enunciativa 3 articula enunciados como "Sextou dando faxina na casa", "Sextou com muito estudo acumulado" e "Sextou! O trabalho não para". Nessa rede, observa-se que o verbo "sextar" mantém seu funcionamento como predicado autonômico, embora a pertinência enunciativa revele uma inflexão crítica: não se trata da negação da memória da sexta-feira, como na rede enunciativa 2, mas do seu deslocamento funcional. A memória discursiva da sexta-feira como espaço do "não-trabalho" permanece ativa, mas o acontecimento enunciativo aponta para sua violação. "Sextar", aqui, é trabalhar, estudar, faxinar – ações que contradizem o imaginário da folga e do lazer.

Nesse sentido, o referencial histórico da periodização continua operando como pano de fundo da significação. A sexta-feira, no imaginário social, ainda é concebida como marco de

5 Exemplos retirados de: (a) @jeh_paranhoscrf (Disponível em: https://x.com/jeh_paranhoscrf/status/1375528625974472706); (b) @2nvoltolini (Disponível em: https://x.com/2nvoltolini/status/1048257585734975490); (c) @maiia_carool (Disponível em: https://x.com/maiia_carool/status/1580902925383368705); (d) @SavioElto (Disponível em: https://x.com/SavioElto/status/1580899389488648193); (e) @tasteviolence (Disponível em: https://x.com/tasteviolence/status/1581113267178856448). Acessos em: 27 jun. 2025.

transição do esforço para o descanso. Contudo, os enunciados mostram que esse ciclo não se completa: o trabalho invade o espaço da folga, e o lazer cede lugar à produtividade forçada. Assim, os dizeres revelam um descompasso entre o esperado (pela memória) e o vivido (pela pertinência). A latência da forma “sextar” é avivada justamente para denunciar esse desajuste, o que confirma sua capacidade de funcionamento como índice discursivo de um tempo socialmente construído.

O funcionamento do verbo como predicação autonômica se mantém. Os enunciados são mobilizados sem sujeito explícito, com “sextou” operando como verbo pleno, sustentado pela formação nominal “sexta” internalizada no predicado. A presença de complementos (“dando faxina”, “com muito estudo”) não compromete essa autonomia; ao contrário, reforça a plasticidade da forma, permitindo que ela acolha novos contornos sem perder sua função de marcador de temporalidade e expectativa social.

Do ponto de vista da pertinência enunciativa, os enunciados se apoiam na ironia e na crítica. Ao evocar o verbo “sextar” para narrar atividades laborais, os locutores estabelecem um contraste semântico entre o que a sexta deveria significar e o que ela, de fato, passou a significar para eles. Essa ironia só é possível porque a memória discursiva está inteiramente convocada: ela é a base sobre a qual se constrói o efeito de sentido.

Assim, a rede enunciativa 3 mostra como o verbo “sextar” pode funcionar como indicador de fratura no pacto social da semana. A sexta-feira não encerra mais o ciclo do trabalho; pelo contrário, ela o prolonga. Esse deslocamento da memória pela pertinência revela a dinâmica do sentido na enunciação: um

espaço de confronto entre o que foi sedimentado historicamente e o que se atualiza como experiência presente.

A enunciação, como acontecimento de linguagem, reorganiza traços de significações passadas em sua atualidade.

A seguir, apresentamos a quarta rede:

Quadro 4 – Rede enunciativa 4[6]

(a)	Todo mundo sextou ontem, menos eu
(b)	Hoje eu sextei dormindo num friozin de 15°
(c)	Bom diaaa sextou uma sexta-feira CARREGADINHA DE BOAS ENERGIAS
(d)	Um conhecido mudou pra Austrália e ele já tá sextando 😔😔😔
(e)	hoje até o dia sextou, tá escuro super cedo

Fonte: Elaboração própria.

A rede enunciativa 4 reúne enunciados como "Todo mundo sextou ontem, menos eu", "hoje até o dia sextou" e "sextou uma sexta-feira carregadinha de boas energias". Essa rede se destaca por uma operação enunciativa singular: a expansão da base de predicação autonômica para fora do predicado, o que revela a plasticidade sintático-semântica do verbo "sextar". Enquanto, nas redes anteriores, o verbo aparecia majoritariamente em uso absoluto (sem sujeito expresso), aqui observamos a coexistência de estruturas com sujeitos externos ("todo mundo", "o dia", "um conhecido") e de complementos com valor intensificador.

6 Exemplos retirados de: (a) @RamonFialho1. Disponível em: https://x.com/RamonFialho1/status/1614250003551162368); (b) @starboyLGprince (Disponível em: https://x.com/starboyJJprince/status/1781695272956887220); (c) @JoaquimKinkas (Disponível em: https://x.com/Joaquim_Kinkas/status/987257625229385729); (d) @ benjathekiddd (Disponível em: https://x.com/benjathekiddd/status/1654528772400459776); (e) @gihmemo2 (Disponível em: https://x.com/gihmemo2/status/1375560494463979526). Acessos em: 06 jun. 2025.

Essa duplicação da base, interna e externa, ilumina o que Dias (2018) chama de adesão enunciativa múltipla, ou seja, a capacidade de um enunciado atualizar simultaneamente referências internalizadas (formações nominais incorporadas ao verbo) e referências externas, em sujeitos que atuam como instâncias discursivas da memória. O verbo “sextar” continua abrigando a formação nominal “sexta” como suporte semântico, mas o enunciado a explicita também de forma exterior, como em “sextou uma sexta-feira...”.

No plano da memória discursiva, permanece o referencial da periodização, mas agora articulado de modo mais criativo. “Hoje até o dia sextou” personifica a sexta-feira, atribuindo-lhe agência. Já “um conhecido já tá sextando” e “todo mundo sextou, menos eu” revelam o caráter coletivo e experiencial dessa memória: sextar se partilha socialmente. Essas construções criam um campo de variação de perspectiva enunciativa, em que o sujeito do enunciado pode ser o locutor, os outros ou mesmo o tempo meteorológico (“o dia”).

Do ponto de vista da pertinência enunciativa, essa rede demonstra o quanto o verbo “sextar” se tornou sensível às movimentações subjetivas e circunstanciais do presente. O dizer, aqui, se organiza para expressar posicionamentos afetivos, frustrações, aspirações, identidades, sempre tendo a sexta-feira como eixo simbólico central. Isso reafirma que o sentido é um efeito de articulação entre a memória e a atualidade, não um dado prévio.

Essa rede, portanto, expande o entendimento da predicação autonômica, pois demonstra que a formação nominal internalizada no verbo não impede, mas antes autoriza e estimula outras formas de ativação da base predicativa no exterior do

predicado. Isso se traduz em uma multiplicidade de efeitos de sentido, em que "sextar" pode tanto operar sozinho quanto se articular com sujeitos nominais que reafirmam ou modulam a memória discursiva acionada.

A quinta rede será apresentada a seguir:

Quadro 5 – Rede enunciativa 5[7]

(a)	sextando linda
(b)	quase sextando , vem sexta , vem round6
(c)	boa noite, sextem mas com moderação
(d)	Ja estou arrependido de ter sextado
(e)	Sextou!!! Mas eu já tinha sextado desde quarta! 🍑🍑🍑🍑🍑🍑🍑

Fonte: Elaboração própria.

A rede enunciativa 5 apresenta enunciados como "sextando linda", "quase sextando, vem sexta" e "Já estou arrependido de ter sextado". Essa rede evidencia a versatilidade morfossintática e discursiva do verbo "sextar", cuja produtividade se expande para múltiplos contextos, tempos verbais, modos de dizer e modulações afetivas. Aqui, observamos uma ampliação das formas de realização da predicação autonômica, que ora aparece na forma gerundiva ("sextando"), ora em infinitivo, ora no pretérito ("ter sextado"), indicando que a formação nominal "sexta-feira" internalizada no verbo sustenta uma mobilidade temporal e discursiva que reconfigura continuamente sua pertinência.

7 Exemplos retirados de: (a) @sarahsdiary11 (Disponível em: https://x.com/sarahsdiary11/status/1928586824731050104. Acesso em: 06 jun. 2025); (b) @snoopydool (Disponível em: https://x.com/snoopydool/status/1938343352577183904. Acesso em: 27 jun. 2025); (c) @sapaprofana (Disponível em: https://x.com/sapaprofana/status/1129524227865042945. Acesso em: 18 out. 2024); (d) @maneldabio (Disponível em: https://x.com/maneldabio/status/1921139585163104294. Acesso em: 27 jun. 2025); (e) @dequeirozdeia (Disponível em: https://x.com/dequeirozdeia/status/1700170615116705851. Acesso em: 07 ago. 2024).

O que se destaca, nessa rede, é a plasticidade da memória discursiva, ou seja, sua capacidade de se rearticular em novos formatos expressivos. O referencial histórico da periodização ainda opera como base na significação, mas agora se soma a aspectos emocionais, identitários e metalinguísticos. Dizer “sextando linda” performa não apenas uma adesão ao tempo do lazer, mas também uma identificação com o estado afetivo ou estético do sujeito. Já enunciados como “sextem com moderação” e “me arrependi de ter sextado” revelam a apropriação crítica e irônica da memória social da sexta-feira como tempo de prazer e excesso.

No nível da pertinência enunciativa, os dizeres operam com deslocamentos e condensações que confirmam a atualidade da enunciação como palco de múltiplas filiações discursivas. Os sentidos não são dados nem previsíveis: são atualizados a partir da tensão entre o que se espera de uma sexta-feira (memória) e o que se vive, deseja ou nega (presente do enunciar). Essa tensão é o motor semântico dos enunciados, que performam ao mesmo tempo a repetição e a ruptura da regularidade. É o que Achard (1999) descreve como “julgamento de verossimilhança”, em que o locutor reconfigura sentidos memorizados com base em seu uso atual.

Do ponto de vista formal, a rede mostra que a predicação autonômica com *sextar* é compatível com variações aspectuais e temporais, indicando que o verbo adquiriu consistência gramatical e semântica suficiente para operar em diferentes moldes de predicação. O verbo mantém sua base de sentido mesmo quando deslocado para a forma nominalizada (“ter sextado”) ou preconizado (“quase sextando”), confirmando-se sua consolidação como unidade autônoma na materialidade do enunciado.

Em suma, a rede enunciativa 5 demonstra como "sextar", partindo de um referencial de periodização, torna-se uma forma viva e plástica de dizer sobre o tempo, o corpo, o prazer e a expectativa, revelando a força da memória discursiva em constante reelaboração enunciativa.

Por fim, apresentamos a sexta rede:

Quadro 6 – Rede enunciativa 6[8]

(a)	Hoje o sextou é no árabe
(b)	Pior sextou é aquele que você está duro
(c)	Dezembro é a sexta-feira dos meses. É a ressaca moral do ano. É o sextou geral!
(d)	Andrei "emocore" Matias, o emo local que mais vezes foi para a Rua da Lama, em Vitória, no Espírito Santo, está deixando o sextou e não deve mais beber neste ano.
(e)	O sextou no governo Lula é assim: progresso e esperança para um Brasil melhor ♡ BR

Fonte: Elaboração própria.

A rede enunciativa 6 apresenta enunciados como "Hoje o sextou é no árabe", "Dezembro é a sexta-feira dos meses" e "O sextou no governo Lula é assim: progresso e esperança...". Trata-se da rede que melhor expressa a nominalização plena do verbo "sextar", com funcionamento semelhante a nomes de

8 Exemplos retirados de: (a) @talitismo (Disponível em: https://x.com/talitismo/status/1933621804574388713. Acesso em: 27 jun. 2025); (b) @eujrbarros (Disponível em: https://x.com/eujrbarros/status/1938672548201263417. Acesso em: 27 jun. 2025); (c) @edsantosfchawks (Disponível em: https://x.com/edsantosfchawks/status/1074642036307959809. Acesso em: 27 jun. 2024); (d) @dreimustdie (Disponível em: https://x.com/dreimustdie/status/1932490496708129161. Acesso em: 27 jun. 2025); (e) @lulaverso (Disponível em: https://x.com/lulaverso/status/1933649956931256335. Acesso em: 27 jun 2024).

evento, como “festa” ou “verão”. Aqui, o verbo já não opera apenas como predicação autonômica, mas como unidade lexical plenamente substantivada, ativando sentidos a partir de um campo semântico cada vez mais desvinculado da forma verbal canônica.

Essa mudança de estatuto revela um ponto crucial da semântica da enunciação: a latência da forma linguística (Guimarães, 1996) permite que um verbo possa transitar entre modos de existência, ativando diferentes posições discursivas conforme a situação de uso. “Sextou”, originalmente um verbo de predicação autonômica, torna-se agora um significante de tempo social e cultural, representando experiências, expectativas, frustrações ou mesmo políticas públicas. No enunciado “O sextou no governo Lula...”, observa-se claramente o atravessamento entre a memória discursiva da sexta-feira e a atualidade de um discurso político, construindo um efeito de paráfrase metafórica, como discutido por Achard (1999).

A memória discursiva da periodização continua a ser o eixo central da significação, mas opera, aqui, como símbolo de um ciclo maior. “Dezembro é a sexta-feira dos meses” exemplifica esse processo: o mês de dezembro, final de ano e início de recesso, é nomeado segundo o valor simbólico da sexta-feira, demonstrando o quanto o campo semântico do “sextar” se expandiu para além de seu referente imediato. A memória de um tempo limiar entre obrigação e liberdade foi redefinida como metáfora de transição mais ampla, seja para o mês, para a política ou para os afetos.

No plano da pertinência enunciativa, a plasticidade do termo “sextou” permite que ele opere como índice de experiência, local de afiliação simbólica e até como estratégia de *marketing*

político ("o sextou é no árabe"). Isso mostra como o dizer se constitui em tensão entre as regularidades da forma e as forças do presente. A forma "sextou" funciona como condensador de memória e operador de atualização. Seu sentido se atualiza por adesão ao que é dito, para quem e com que propósito.

Por fim, essa rede mostra que "sextar" já não é apenas verbo: é símbolo discursivo de um espaço social experiencial, um lugar na linguagem que abriga afetos, deslocamentos e projeções. Essa transformação confirma a hipótese da formação nominal internalizada que, ao ganhar circulação, se consolida como unidade discursiva autônoma, apta a funcionar fora do campo predicativo, mas ainda operando a partir dele.

Considerações finais

O estudo sobre o verbo "sextar" demonstra a complexidade da relação entre enunciação e memória discursiva. Por meio da análise de seis redes enunciativas, confirmamos que a significação não é estática, mas resultado da interação dinâmica entre o referencial histórico e a pertinência enunciativa.

O verbo "sextar" opera como um predicado autonômico, carregando a nominalidade de "sexta-feira" e ativando a memória social de periodização (transição trabalho/não-trabalho). Essa autonomia permite sentenças sem sujeito explícito, pois a base predicativa está internalizada no verbo.

As diferentes redes revelam a plasticidade do verbo "sextar": ele pode expressar a frustração de expectativas (rede enunciativa 2), a ironia de continuar trabalhando (rede enunciativa 3) ou a personalização do evento com sujeitos explícitos (rede enunciativa 4). A versatilidade morfossintática (gerúndio,

particípio, imperativo) e a capacidade de ser nominalizado (“o sextou”) expandem ainda mais seu uso, mostrando a memória discursiva como uma “rede de traços de já-ditos” que se reorganiza continuamente.

Em suma, “sextar” transcende a função verbal, tornando-se um condensador discursivo que reorganiza a memória e atualiza os sentidos, revelando a língua como um espaço de confronto entre o sedimentado historicamente e a experiência presente da enunciação.

O estudo do verbo “sextar” evidencia a potência da enunciação como espaço de atualização da memória discursiva. A análise das seis redes enunciativas mostrou que o verbo, embora recente, já opera com alto grau de autonomia predicativa, funcionando de modo similar aos verbos de fenômenos naturais vinculados ao referencial histórico da periodização. O uso desse verbo confirma que a linguagem, em sua historicidade, é o lugar de movimento, disputa e criação de sentidos.

Referências

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. *In*: ACHARD, Pierre *et al*. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

BALDEZ, Diovana da Silveira. *O uso da marcação de gênero neutro no Twitter por uma perspectiva sociolinguística.* 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

CARNEIRO, Fernando P. *et al*. BERTweet.BR: a Pre-Trained Language Model for Tweets in Portuguese. *Neural Computing and Applications*, v. 37, p. 4363-4385, dez. 2024.

DIAS, Luiz Francisco. Acontecimento enunciativo e formação sintática. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 35, p. 99-138, jan./jun. 2015.

DIAS, Luiz Francisco. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

DIAS, Luiz Francisco; NOGUEIRA DIAS, Thalita. Uma abordagem enunciativa das articulações predicativas de fenômenos da natureza: predicação autonômica. *Desenredo*, v. 20, n. 3, p. 585-605, set./dez. 2024.

FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm. *The Discovery of Grounded Theory*: Strategies for Qualitative Research. Chicago, IL: Aldine Publishing Co, 1967.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação, língua, memória. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 2, p. 27-33, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica*: enunciação e sentido. Campinas: Pontes, 2018.

MAYER, Evelyn de Souza. *O discurso anticientífico brasileiro no ecossistema Twitter durante a pandemia de Covid-19*: reflexões à luz da análise de discurso. 2025. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

NOGUEIRA DIAS, Thalita. *Predicação autonômica*: uma abordagem enunciativa. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

OLIVEIRA, Ana Larissa Adorno Marciotto; MARCIANO, Lucas Willian Oliveira. #Edaí: um estudo sobre impolidez e tomada de postura no Twitter brasileiro. *Revista Confluência*, n. 63, p. 199-221, jul./dez. 2022.

PÊCHEUX, Michel. Lecture et mémoire: projet de recherche. *In*: MALDIDIER, Denise (ed.). *L’inquiétude du discours*; textes de Michel Pêcheux. Paris: Éditions des Cendres, 1990. p. 285-293.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. ACHARD, Pierre *et al*. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

SIGNORINI, Inês; LUCENA, Maria Inêz. Linguagem e economia política em ativismos no *Twitter* sobre o uso de “linguagem neutra”. *Revista da ABRALIN*, v. 22, n. 1, p.1-29, 2023.